

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

***APROVEITAR A VIDA: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE
VALORES, JUVENTUDES E GRAVIDEZ EM UMA CIDADE DO
INTERIOR***

HELEN GONÇALVES

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial para
obtenção do título de doutora em Antropologia.**

ORIENTADORA

Prof^ª. Doutora Daniela Riva Knauth

Porto Alegre (RS), março de 2004.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	20
POSIÇÕES TEÓRICAS: JUVENTUDES, GÊNERO, SEXUALIDADE E GRAVIDEZ	20
1.1 DAS REDUÇÕES À PLURALIDADE: DA ADOLESCÊNCIA À JUVENTUDE	21
1.2 O CONTEMPORÂNEO: PREEMINÊNCIA DO ETÁRIO PARA A ADOLESCÊNCIA	28
1.3 JUVENTUDES COMO PROCESSO	30
1.3.1 A PRODUÇÃO DA JUVENTUDE(S): O SINGULAR E O PLURAL	32
1.3.2 A PASSAGEM	39
1.4 GÊNERO: MANUTENÇÃO DAS DESIGUALDADES.....	44
1.4.1 A SEXUALIDADE E A VISÃO DO ESSENCIALISMO E DO CONSTRUTIVISMO	49
1.4.2 AS LÓGICAS SOCIAIS: VALORES E VISÕES DE MUNDO.....	53
1.5 A GRAVIDEZ: REVISÃO CRÍTICA DAS CONCEPÇÕES MODERNAS DO COMPORTAMENTO JUVENIL	59
1.5.1 A DIMENSÃO DOS CONCEITOS NO IMPÉRIO DOS NÚMEROS E DA GENERALIZAÇÃO CIENTÍFICA	59
1.5.2 A PERSISTÊNCIA DAS CONSEQÜÊNCIAS NOS DISCURSOS	65
1.5.3 ALGUMAS RELATIVIZAÇÕES	68
1.5.4 POLÍTICAS DE SAÚDE E ALGUMAS PESQUISAS SOBRE JUVENTUDE: OS ENFOQUES	71
CAPÍTULO 2	85
NO CAMINHO DO COTIDIANO: ASPECTOS METODOLÓGICOS	85
2.1 O ESTUDO DE COORTE EM PELOTAS	88
2.2 A CONVIVÊNCIA, O POSSÍVEL	92
2.3 OS UNIVERSOS FEMININOS DA PESQUISA	98
2.4 A CIDADE ONTEM E HOJE.....	112
2.5 OS JOVENS DE PELOTAS: DADOS DA ‘COORTE DE 1982’	117
2.6 IN LOCUS: OS LUGARES.....	123
CAPÍTULO 3	133
SOCIALIBILIDADE E FAMÍLIA: CONTROLES E PRÁTICAS	133
3.1 O PESSIMISMO CONTEXTUAL	136
3.2 DA CASA-GRANDE À MINHA CASA.....	141
3.3 ‘FAMÍLIA, FAMÍLIA, PAPAI, MAMÃE, TITIA...’	145
3.4 QUANDO O CONTROLE DEPENDE.....	154
3.4.1 FOFOCA: O COMPORTAMENTO CERCEADO PELA BOCA ALHEIA	164
3.4.2 REDE DE RELAÇÕES: “O INFERNO SÃO OS OUTROS”.....	166
3.4.3 A SOCIALIZAÇÃO DAS EXPERIMENTAÇÕES: FICAR E NAMORAR	177
3.4.3.1. A TRADIÇÃO NO CONTROLE E A MODERNIDADE DA PRÁTICA	185
3.4.3.2 E QUANDO É SOBRE SEXO.....	192
3.4.3.3 ESCOLA: ALÉM DA APRENDIZAGEM, UM PONTO DE ENCONTRO	195

CAPÍTULO 4.....	208
REARRANJOS E DEFINIÇÕES A PARTIR DA GRAVIDEZ NA JUVENTUDE	208
4.1 A JUSTIFICATIVA PARA SI E PARA OS OUTROS.....	208
4.2 OS DISCURSOS: AS JUSTIFICATIVAS QUE LEGITIMAM O ATO.....	209
4.3 QUANDO O CONTAR E A RECEPÇÃO FALAM DO CONTEXTO	219
4.3.1 PARA QUEM E COMO CONTAM: O QUE A SURPRESA COLOCA EM EVIDÊNCIA	219
4.3.2 MEDO DO PAI.....	225
4.4 CAPACIDADE DO PARCEIRO	229
4.5 A IDADE DA GRAVIDEZ	232
4.6 A IMATURIDADE DELA: A VISÃO ADULTA E JUVENIL	235
4.7 REARRANJOS FAMILIARES	240
4.7.1 MORAR COM OUTROS: UMA EXPERIÊNCIA FRENTE À SITUAÇÃO QUE SE APRESENTA	242
4.7.2 MORAR SÓ COM ELE E/OU SEGUIR COM OS MEUS	247
4.7.3 SEPARAÇÃO: AVALIANDO MUDANÇAS.....	251
4.8 A VIDA CONTINUA: ESCOLARIDADE, PROFISSÃO E A MATERNIDADE	254
CAPÍTULO 5.....	264
APROVEITAR A VIDA E ENGRAVIDAR: ANTAGONISMOS.....	264
5.1 UNINDO PLURALIDADES	266
5.2 IDÉIAS DE JUVENTUDES	269
5.2.1 ESTILO E ESTÉTICA JOVEM.....	270
5.2.2 FILOSOFIA E ESPÍRITO DE VIDA	272
5.3 APROVEITAR, UMA CATEGORIA DE ESPÍRITO JOVEM.....	276
5.3.1 SEXUALIDADE E SENSUALIDADE NA CONJUGAÇÃO DO APROVEITAR.....	281
5.3.2 RELAÇÕES PROVEITOSAS E GÊNERO	282
5.3.3 AMBIVALÊNCIAS: TEMPO E GRAVIDEZ.....	287
5.3.4 O PROLONGAMENTO DA JUVENTUDE E A GRAVIDEZ	292
5.4 A VIDA COMO ELA É... SENTIDA E VIVIDA.....	303
5.4.1 ANA: ENTRE O ESPERADO E O ERRADO	303
5.4.2 CORA AOS 15 E AOS 19 ANOS: O QUE MUDA?	307
5.5 A VAGABUNDA E A AMÉLIA: ASSIMETRIAS INTERGERACIONAIS DE PRÁTICAS E IDÉIAS.....	309
5.6 “A VIDA É FEITA DE FASES” IDEALIZADAS POR NÓS.....	326
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	332
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	336
ANEXO 1 - RESUMO DOS CASOS	358
ANEXO 2 - LISTA DE ASSUNTOS/ ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	374
ANEXO 3 – CAPA REVISTA ÉPOCA (APROVEITAR A VIDA).....	376
ANEXO 4 – CAPA REVISTA VEJA JOVENS.....	377

AGRADECIMENTOS

O trabalho de construção de uma tese, com toda a sua argumentação, passa por um processo de colaboração que engloba muitas pessoas, profissionais e não-profissionais na área pesquisada. Agradeço a todos os familiares mais próximos, pelo apoio, paciência e colaboração, tolerando o tempo de dedicação aos estudos que significava um certo afastamento deles.

Sou grata pela orientação e amizade da prof^a. Daniela Knauth. Foi extremamente enriquecedor aprender com ela como planejar, criticar e silenciar em momentos-chaves do doutoramento. Agradeço também pelo carinho, respeito e dedicação dispensados durante os anos que convivemos mais de perto e por me haver ajudado nos períodos em que mais precisei.

Sou muito grata às queridas prof^{as}. Claudia Fonseca e Ceres Victora; ambas me apoiaram enormemente durante os anos de doutoramento e fizeram sugestões fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

O Departamento de Medicina Social da Universidade Federal de Pelotas me ofertou inúmeras oportunidades. A primeira delas foi de trabalhar com Dominique Behague e Cesar Victora, ambos amigos dedicados e profissionais exemplares para a minha formação e que me incentivam há anos. A segunda foi de proporcionar uma estrutura física valiosa para qualquer trabalho de campo. Neste local cresci como pesquisadora e hoje é onde encontro também amigos(as), dentre outros: Iná Santos, Elaine Tomasi, Luis F. Barros, Cecília Assunção, Cora Araújo, Denise Gigante e Rosângela Lima.

Os colegas de doutoramento, Ednalva Neves e Flávio Silveira, meu obrigado pelas lembranças boas que me deixaram e, durante o processo de aprendizado acadêmico, agradeço o tempo dispensado por eles para as discussões sobre o material empírico. Meu muito obrigado ao prof. Veriano Terto Jr., por suas valiosas colaborações, bastante instigantes para pensar a sexualidade e suas construções nos textos e nas representações sociais.

Com seu *savoir-faire*, o prof. Gilles Bibeau, da Universidade de Montreal (Canadá), me acolheu e se preocupou com minha adaptação, me estimulou durante o meu estágio naquele mundo. Lá, conheci estudantes de Antropologia, também em processo de doutoramento, que me ensinaram muito sobre a convivência: Núbia

Rodrigues, Andréa Cardarello, Annie Durand, Roca Alencar. Reconheço a importância destas pessoas na minha formação.

Aos colegas do Seminário de Tese do NUPACS (Núcleo de Antropologia do Corpo e da Saúde/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul); se não esqueci alguém meus agradecimentos a(ao): Soraya Fleischer, Paula Machado, Leonardo Malcher, Alexandre Bier, Andréa Leal, Nádia Meinerz e Nívea Carpes. Do Departamento de Antropologia não poderia omitir os nomes de Rosemeri Feijó e Andréa Aguirre que sempre sorriem, resolvem problemas burocráticos e incentivam os estudantes a seguir em frente. Agradeço com carinho a todos os professores com os quais tive o privilégio de ser aluna e com eles poder crescer. Em particular agradeço a Ondina Fachel Leal, Cornélia Eckert, Rubem Oliven e Maria Eunice Maciel.

Sou extremamente agradecida às jovens e suas mães, que me deram acolhida e com quem aprendi muito sobre a vida. Tenho certeza que elas não podem avaliar a dimensão das suas colaborações.

A CAPES e ao CNPq pelas bolsas de pesquisa concedidas, no país e no exterior. Também a FAPERGS pelo apoio financeiro para a pesquisa e às pessoas que me auxiliaram de diversas formas com o trabalho na instituição, dentre elas, Ana Paula Soares, Mara dos Santos, Danton Duro e Ana Paula Campos. Por fim, porque seu trabalho é também assim, o último, meu obrigado a Gilce Al-Alan pelo trabalho de revisão textual.

RESUMO

A Tese se insere no campo de discussão atual sobre as consequências da gravidez durante a adolescência e juventude. Os números de fecundidade colaboraram para que a gravidez juvenil se tornasse mais evidente e ganhasse espaço de debate na academia, instituições de saúde e mídia. Nestes locais, a pesquisa e a avaliação desse ‘fenômeno’ – mais freqüente nos segmentos populares – têm proporcionado ratificações e relativizações importantes sobre o comportamento afetivo-sexual dos jovens, na modernidade. No âmbito das Ciências Sociais, o processo de socialização, em que gerações de uma mesma família convivem lado-a-lado, aponta para diferenças entre gênero, idéias e práticas possibilitando uma compreensão mais ampla da ocorrência da gravidez juvenil. As hierarquias de valores e visões de mundo dos universos simbólicos e materiais constituíram-se em um prisma analítico fundamental na Tese, a qual considerou as trajetórias de 23 jovens (de 18-19 anos) e de 10 mães de segmentos populares e médios da cidade de Pelotas (RS). Os dados empíricos indicam peculiaridades significativas no controle social exercido pelos pais e no comportamento das filhas nos universos analisados. As necessidades de emancipação e de autonomia juvenil geram tensões familiares, quando não estão em acordo com certos encaminhamentos idealizados pelo grupo familiar (fugindo de uma ordem de comportamentos e acontecimentos). De modo geral, a trajetória escolar-profissional é pressuposta como a primeira a ser priorizada; uma função juvenil a ser cumprida, dela dependerá a independência econômica e a autonomia para ajudar a transformar um *jovem* em um *adulto* – a construir-se como uma pessoa individualizada. Porém, esta é uma tarefa mais árdua para o segmento popular, à medida que é exigida da população uma extensão da escolarização para inserção e manutenção no mercado de trabalho. Na escala das ocorrências esperadas na vida das jovens tem-se, em segundo momento, a realização familiar-conjugal. A gravidez na juventude é encarada pelos pais como uma interrupção no processo de crescimento e de individualização. Rearranjos familiares são exigidos e questionamentos sobre os sentimentos, as relações parentais, a juventude (o que é ser/estar jovem, como sê-lo, o que fazer) e valores contemporâneos vêm à tona. As narrativas maternas e juvenis demonstraram que muito das apreciações e censuras alocadas na gravidez juvenil estavam vinculadas às representações e concepções sobre como um indivíduo deve *aproveitar* sua juventude; sendo assim, a gravidez se consagra como o extremo oposto das expectativas parentais, sociais e, em muitos casos, das jovens.

Palavras-chave: gravidez na adolescência; sexualidade; juventude; família; representação social.

ABSTRACT

This Thesis is part of an ongoing debate on the consequences of pregnancy during adolescence and youth. The fecundity rates have helped make youth pregnancy more evident and become a topic of debate in the academy, the health institutions and the media. In all these places, research and evaluation of such a “phenomenon” – more frequent among popular groups – have helped corroborate and relativize the emotional and sexual behavior of the modern youth. In the Social Sciences, having a greater comprehension of youth pregnancy by means of the study of the socialization process has been possible, in which different generations of a single family live in company of one another, indicating gender differences, dissensions and distinct practices. The hierarchies as for values and world views of the symbolic and material universes are a fundamental analytical point in this Thesis. The Thesis has analyzed the life trajectories of 23 young people (ages between 18 and 19 years), and of 10 mothers from both popular and upper social groups in the city of Pelotas, in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The empirical data suggest important peculiarities concerning social control exercised by parents and about behavior of the daughters in the researched universe. The youth’s need for emancipation and autonomy creates family tensions, when disagreement is regarding the path considered ideal by the family (as for instance when the youth do not live a certain order through behavior and events). Overall, the family presupposes that the school-work trajectory should be a priority. The economic independence and the autonomy for the *young* person to become an *adult* – to build oneself as an individual person – depend upon the realization by the youth of this social function, the priority of the school-work trajectory. However, this is a much more difficult task for those who are a part of the popular segment, for it is required from the population usually longer school years to get into and to maintain a position in the working market. Among the expected events in the life of young people, in a second moment, is the family-matrimonial realization. Pregnancy during youth years is considered by the parents as an interruption in the growing and individualizing process. New family arrangements are necessary, and issues such as affections, parental relations, youth (what is being young, how should one be young, what should a young person do) and contemporary values are debated. The maternal and youth’s narratives reveal that many considerations and reprehension toward pregnancy in a young age are related to the representations and conceptions of how and individual should *make the most* of his/her youth. Therefore, pregnancy is considered the extreme opposite as to parental, social and other youngsters’ expectations.

Keywords: teenage pregnancy; sexuality; youth; family; social representation

INTRODUÇÃO

O PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO: DA GRAVIDEZ À JUVENTUDE

Entender os discursos dos informantes dentro do tema proposto de pesquisa pode nos levar a caminhos outros, que, neste caso, foram priorizados por se cruzarem e redesenharem uma outra rota de investigação a partir das análises. Primeiramente, é fundamental ressaltar que este trabalho irá percorrer linhas críticas presentes na sociologia da juventude – tanto positivas quanto negativas. Em alguns momentos, congregar-me àqueles que demonstram a necessidade de pontuar diferenças e semelhanças das juventudes, noutros, critico algumas posições teóricas que expressam a possibilidade de trabalhar a juventude como um grupo monolítico, classificado inicialmente ou prioritariamente pelos anos de vida; atitude, a meu ver, explicável por estar trabalhando a *juventude* como um processo no qual é classificada de forma situacional e relacional. Ao longo dos tempos, tanto uma quanto outra posição teórica foi construída direta ou indiretamente de acordo com as possibilidades dos pesquisadores em interpretar historicamente os comportamentos juvenis ou as modalidades de estruturação da juventude na sociedade.

Não obstante, nesta introdução, tentarei circunscrever apenas o meu itinerário investigativo, para que as proposições do estudo adquiram sentido e possibilitem ao leitor acompanhar e perceber quais foram os percalços contornados e, por fim, qual a linha teórico-metodológica que perpassou o estudo.

Foi através da contextualização e da circunstancialidade das soluções dos informantes, dos simbolismos e do “campo” como um todo que pude, empiricamente, compreender o que foi significado como importante. “Aqui (na Antropologia), como em muitos ramos do conhecimento, o caminho para as grandes abstrações da ciência se desenrola através de um emaranhado de fatos singulares.” (GEERTZ, 1989:228). Tento mostrar o singular, o corriqueiro e as particularidades das ‘relações das relações’, dentro de um contexto específico que caracteriza essa etnografia – na condição de um método antropológico – portanto, é um dos objetivos ao mesmo tempo em que também é um desafio. Traduzir frases e fazer interpretações das “piscadelas burlescas”, dos sorrisos, das gírias, das histórias biográficas e das conexões entre perguntas e respostas faz parte da provocação intelectual da própria disciplina. Tenho claro que minha pretensão não é

a de construir uma etnografia dos jovens da cidade, tampouco de tomar as entrevistadas como representativas de outros tantos jovens. Contudo, a partir dos dados analisados e expostos no decorrer do trabalho, tenho o firme propósito de apontar aspectos relevantes para pensar *as juventudes* a partir da visão de uma parte das jovens dos universos sociais investigados, que já engravidaram.

Uma das especificidades e entraves iniciais do meu trajeto esteve na forma como fui me inteirando no campo e, logo, em paralelo, às prioridades dadas na revisão bibliográfica, conseqüentemente, nas análises empíricas iniciais.

Primeiramente, estava bastante interessada em analisar a *gravidez na adolescência*. O objetivo principal naquele momento constituía-se em entender quais os fatores sociais e culturais que corroboravam para que algumas jovens engravidassem e outras não. Fora um tema eleito a partir de um estranhamento em campo. Ocorreu durante o trabalho de campo antropológico iniciado em 1997.

Durante esse estudo, uma das jovens que eu acompanhava na época ficara grávida aos 16 anos e me dissera, depois de confirmada sua gravidez, que já havia tentado engravidar aos 14 anos do mesmo namorado. Embora tivéssemos uma boa relação e eu soubesse que a gravidez era uma chance real (por não utilizarem nenhum método de prevenção) a revelação do ‘desejo’ / da ‘vontade’ só aparecera para mim e para as famílias (do casal) quando a gravidez tinha de ser *assumida*. Percebi, então, que eu havia subestimado muito do meu universo ao me limitar, nas questões sobre sexualidade, apenas às interações sexuais que se restringiam ao namoro, *ficar*, paquerar e transar. Ou seja, havia desconsiderado que o namoro entre pessoas jovens poderia comportar o planejamento de um filho mais do que a própria concretização de condições (materiais e afetivas) para que a relação entre o casal se mantivesse. Evidente que, a partir desse fato, tornam-se notórios meus preconceitos e minha cegueira sobre as visões de mundo e as relações entre as jovens de 15 anos e seus parceiros.

O planejamento da gravidez aos 14 anos e os diversos acontecimentos posteriores ocorridos entre ela e o namorado até seus 16 anos (brigas, novos namoros e *ficares*, fofocas e ressentimentos) me fizeram repensar nas regras e nas estratégias juvenis que passam pelo uso do corpo. A meu ver, aquela gravidez e o planejamento anterior constituíam uma lógica, que não me era totalmente desconhecida, mas que me intrigava pelo pouco planejamento futuro frente ao ‘desejo’ discutido durante dois anos de namoro. Além disso, ainda do meu ponto de vista, a história afetiva-sexual do casal

(recheada de brigas e incertezas) não comportava um filho. De fato, eu estava completamente enviesada por valores sociais outros, muito diferentes dos que norteavam o fato de aquela relação ser como era e nela caber um ou mais filhos. Possivelmente, em outros contatos, com outras jovens, eu havia cometido semelhantes erros de pesquisa.

O projeto antropológico foi elaborado e se integrou a um outro projeto multidisciplinar, de grande porte – o detalhamento de ambos está inserido no capítulo metodológico deste trabalho.

A partir do interesse e da necessidade de conhecer a bibliografia a respeito do tema, surpreendi-me ao encontrar uma vasta literatura sobre *gravidez adolescente* como um *problema*, principalmente no domínio da saúde pública. O enfoque principal dos artigos, com abordagem quantitativa que abarcavam também o contexto brasileiro, estava posto no aumento dos índices de gravidez entre *adolescentes* de 15-19 anos e nas suas conseqüências *a posteriori*, tanto biológicas para a mãe e a criança quanto sociais para a jovem. Nos artigos nacionais, os dados divulgados pelo PNDS (Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde – BEMFAM, 1996) foram freqüentemente destacados e ratificavam as investigações, negatizando este evento nesta fase de vida. Também exaltavam a necessidade de se ter políticas preventivas e intervencionistas nas instituições estatais, pois encontraram que 6% de meninas com mais de nove anos de escolaridade são mães ou estão grávidas do primeiro filho.

São resultados que se mostraram importantes também pelo percentual especificado de gravidez *indesejada* (49%), muitas vezes definida como sinônimo de *não planejamento* (cf. CAMARANO, 1998), o que implicava (e ainda implica) em ver os jovens como inconseqüentes/irresponsáveis e/ou como não conhecedores dos métodos contraceptivos hoje disponíveis. Preocupações mais amplas sobre os altos índices de partos e gestações, mortalidade, morbidade, gastos com investimentos educativos e hospitalares também se fazem presentes na literatura. O que se sustenta com uma força persuasiva na referida bibliografia, de modo geral, são as conseqüências da gravidez na vida imediata e futura das jovens adolescentes. Questões como o abandono da carreira escolar, o difícil ingresso no mercado de trabalho formal, as condições de vida, que são dificultadas depois do nascimento da criança para as adolescentes mães, são discutidas e generalizadas, quase como se fossem uma predestinação para aquelas que engravidam nesta fase de vida. Não há saída. Por

exemplo, o resultado esperado é de que as adolescentes grávidas e pobres abandonem a escola e persistam na situação de pobreza, já imposta por *n* condições, e, conseqüentemente, não terem chances no mercado de trabalho competitivo. A equação resumida seria: gravidez na adolescência = baixo nível escolar, pobreza familiar, insucesso no futuro e adulto pobre. Além disso, o tom moralizante e alarmista inserido nessas publicações científicas, considerando seu peso no senso comum nas matérias veiculadas na mídia, nos últimos tempos, é bastante intenso.

Sob o enfoque do risco, análise comum à bibliografia quantitativa, a sexualidade dos adolescentes está cerceada sob o signo do erro. As interpretações e as avaliações dos comportamentos adolescentes enfatizam que a sexualidade nesta fase de vida caracteriza-se por instabilidade, imaturidade e inconseqüência própria das idades anteriores à adultez. Fica evidente nesses trabalhos que a visão é adultocêntrica, o que corrobora para a persistência de análises moralistas. Toda esta discussão sobre o *problema social*, chamado *gravidez precoce*, concedia-me a garantia de pesquisá-la sob o prisma de *problema sociológico*.

O campo de produção socioantropológico sobre o tema é menor se comparado aos dos estudos com abordagem quantitativa. Grande parte das publicações está restrita às revistas da área, com menor penetração no meio biomédico, maior *produtor* da visão moralista. No âmbito da Sociologia e da Antropologia a primeira diferença percebida em relação à biomedicina está no modo como a adolescência é conceituada e preterida conceitualmente. A definição utilizada nos artigos mais críticos é a de *juventude* e a partir desta escolha a gravidez tem sido pensada como uma estratégia ou um projeto carregado de significados contextualizados e avaliados conforme as trajetórias biográficas e experiências – se negativas ou positivas. O peso da gravidez na juventude é relativizado constantemente. Portanto, ao partir das conceituações complexas e imprecisas da(s) juventude(s) criam-se novos olhares para explicar a significação dos acontecimentos anteriores e posteriores à gravidez. Ao passo que a gravidez na adolescência, por ser muito usada pelo campo biomédico, associou-se às determinações etárias e psicobiológicas de uma fase de vida, com forte predomínio da cultura médica, muito embora existam antropólogos que usam o termo mais biomédico em seus trabalhos, justamente para poderem dialogar com esse campo tão valorizado em nossa sociedade. É uma opção, porém, consciente da multiplicidade de visões sobre o tema, mas interpretadas de modo diferente do campo referido.

Na bibliografia mais influente sobre gravidez, percebi cada vez mais produções negativamente críticas. Por estar interessada, ou por coincidência, ou mesmo porque o processo de pesquisa é assim mesmo, esse destaque se tornou preponderante ao processo de relativização no meu trabalho. A voz dos médicos, psiquiatras e psicólogos abria e fechava as histórias das *adolescentes grávidas*.

Como já referido, havia um esforço demonstrativo das dúvidas sobre prevenção antes da gravidez e, ainda, de enfatizar a visão romântica das adolescentes nas suas relações afetivas, além de apontarem as limitações da vida social pós-gravidez (deixar de sair, abandonar a escola, cuidar de uma criança, não casar com o pai do/a filho/a). O predomínio e a legitimação da visão biomédica na mídia televisiva, ao dar aconselhamentos às famílias e às adolescentes, estava evidente nas reportagens.¹

A relação entre a gravidez e corpo físico-biológico e o psicológico, freqüentemente estabelecida por profissionais dessa área, demonstrava que o âmbito sócio-cultural não era levado em conta, porque não era necessariamente visto como um ‘determinante’ por sua complexidade, dificultando as generalizações e atuações políticas posteriores. O fato de mostrarem que a maioria das adolescentes de periferia é que engravidavam e que desconheciam o uso correto dos métodos preventivos estava em harmonia com o marco conceitual; consideravam comparativamente os adultos escolarizados como referentes máximos de práticas de prevenção para a gravidez, conseqüentemente, desconsiderando a contextualização da dimensão sexual nos comportamentos adolescentes e juvenis (LYRA et al., 2002).

Uma vez a par destas questões, e com a hipótese norteadora do trabalho – de que a gravidez na adolescência e juventude são avaliadas através das expectativas e das representações sociais sobre essa fase vida e não diretamente pelo suposto ou esperado prejuízo que ela traz as jovens que engravidam – o trabalho de campo antropológico iniciou-se em 2001. Porém, como será demonstrado no capítulo metodológico, o fato de estar também responsável pelo trabalho de campo *quantitativo*, de uma pesquisa mais

¹ Recentemente, no ano de 2003, programas de grande audiência, como o Jornal Hoje, Fantástico e o Jornal Nacional, da Rede Globo, durante o mês de maio, junho e julho divulgaram dados e entrevistas sobre o aumento da gravidez na adolescência, com uma nuance bastante negativa sobre o comportamento sexual dos jovens, geralmente atribuindo a falta de diálogo, o mau uso ou não uso dos preservativos e a conseqüente manutenção das más condições de vida, assegurando às jovens pobres que engravidam a permanência de uma pobreza mental, social e cultural. No Rio Grande do Sul, o Jornal do Almoço, programa jornalístico com início às 12 horas, no mês de dezembro de 2003, mostrou uma série de reportagens diárias sobre “*adolescentes x limites*”, com objetivos educativos para pais e filhos orientarem-

ampla na mesma época, fez-me ter um contato cada vez maior com a diversidade de respostas e situações de pesquisa trazidas pelos entrevistadores.² Também mergulhada em um montante de dados empíricos provenientes do campo antropológico, da bibliografia e dos questionários epidemiológicos entendi que era necessário compreender o que havia mudado no decorrer dos últimos anos para que o *boom* das críticas e das pesquisas sobre o aumento da gravidez *precoce* tivesse tanta repercussão no campo intelectual acadêmico.

Balizar, na atualidade, quais mudanças socioculturais sobre o assunto ocorreram e compreender sua importância social e antropológica, a partir do campo empírico, tornou-se um dos objetivos prevalentes. Ou seja, estava mobilizada a entender porque um dado fenômeno adquire uma nova visibilidade social quando, de fato, nunca deixou de existir? Todavia, com o final dos dois campos, o epidemiológico em meados de 2001 e o antropológico no início de 2002, e com as análises dos relatos e das observações iniciadas, entendo que o caminho que eu vinha teoricamente percorrendo não me satisfazia, tampouco dava respaldo às falas apreendidas das jovens entrevistadas.

Uma grande parte do material que havia produzido até o início de 2003 espelhava minha posição teórica, que estava mais em contraposição aos números e à reflexão epidemiológica do que privilegiava o que as jovens e suas mães haviam me mostrado. A dimensão antropológica ficara em segundo nível – justamente o que não deveria ter acontecido. Basicamente, o que ocorrera é que eu estava ainda me contrapondo, quase que unicamente, ao tom moralizante e ao poderio dos números sobre os discursos êmicos, mas sem me ater aos depoimentos significativos que também poderiam se contrapor, de outro modo, ao domínio dos dados e análises quantitativas.

Decidir que rumo tomar foi o resultado de um conflito interno grande, pois já havia escrito alguns capítulos que não me satisfaziam, e nem aos objetivos por mim traçados, para o doutoramento em Antropologia. Pesar e avaliar o tempo restante para uma nova redação da tese e os motivos que me fizeram percorrer um caminho sinuoso, me foi bastante custoso. A decisão de poder conjugar as falas e a bibliografia mais

se quais interdições e soluções são mais adequadas na *adolescência* de hoje: que usa celular, que *fica* e que tem mais espaços de lazer.

² Eu estava, em 2001, na coordenação, supervisão, revisão e resolução de problemas relativos ao preenchimento dos questionários e das dificuldades em encontrar os entrevistados de um estudo multidisciplinar – com jovens de 18-19 anos nascidos em 1982, em Pelotas – elaborado por uma equipe de investigadores, na qual eu me inseria. Todos os investigadores estavam associados ou pertenciam ao Departamento de Medicina Social da Universidade Federal de Pelotas.

ampla, sem priorizar os dados *quali* sobre os *quanti*, recebeu apoio da orientadora, de professoras e de colegas e, por outras diversas razões de ordem subjetiva, é que pude discorrer por articulações com os dados êmicos e teóricos, que compõem este trabalho.

A partir de então, ao reler os casos, adotei a perspectiva hierárquica, conseqüentemente valorativa, da proposição de análise dumontiana como um referencial teórico importante para fazer contraposições entre os universos simbólicos sociais estudados.³ Os ‘dados’ colhidos com as entrevistadas e as observações pontuais haviam-me desvelado que as concepções de juventude se sobrepunham às questões morais da gravidez na adolescência e juventude, encontradas com facilidade nos artigos tanto da área de saúde pública quanto na própria produção sócio-antropológica. Em outras palavras, as jovens e alguns membros de sua rede familiar estavam pautando seus relatos por valores que se respaldavam, no senso comum, às representações sociais sobre a juventude. Neste sentido, eram as representações anteriores à própria gravidez, mas que emergiam com maior poder valorativo quando a gravidez se consolidava com alguém próximo, que falavam de juventudes e escolhas juvenis justificáveis nos seus contextos. Esta nova faceta do olhar para os discursos também contemplava o tom moralizante das investigações de outros autores, das mães das jovens entrevistadas, das suas amigas e delas mesmas. A gravidez não planejada ou planejada, e não compartilhada com os pais, rompia drasticamente com o que é idealizado, como sendo mais adequado, para uma jovem, hoje, fazer na/da sua juventude. Assim sendo, a gravidez juvenil quebraria com as regras morais e culturais em uma sociedade ocidental estruturada para que uma jovem não tenha filhos, pelo menos, até seus 19 anos, como pressupõem as políticas estatais para a saúde dos adolescentes.

Além de descentrar o foco inicial das análises da gravidez para o da juventude, mas ainda pelo viés de jovens que experienciaram a gravidez nesta fase de vida, tinha eu, ainda, dados sobre a posição de algumas mães das jovens sobre a juventude de sua época e da época de suas filhas, hoje reverenciada como mais moderna e menos ‘reprimida’ sexualmente. Estes relatos alertaram-me para as tensões intergeracionais

³ Universo simbólico (cf. BERGER E LUCKMAN, 1985) é um quadro de referência global, dotado de sentido, possibilitando uma legitimidade, uma explicação e uma justificativa à ordem institucional e à biografia individual. Também valida as experiências humanas cotidianas e os papéis sociais, conferindo uma identidade e uma ordenação referente aos diferentes modos de ser, criando um quadro de referência comum. É visto como uma matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais; possui um caráter ordenador da realidade, integrando as experiências pertencentes às diferentes esferas num todo coerente.

como um aspecto importante, devendo, portanto ser considerado sob novo olhar. As assimetrias intergeracionais apresentam-se discursivamente mais manifestas na relação mãe-filha, advindas de um conflito que se posicionava entre autonomia (autodeterminação) e hedonismo juvenil (prazer imediato) e heteronomia parental (princípios e controle dos pais), ambos aspectos importantes no processo de construção de um sujeito mais individualizado, com uma identidade própria de jovem do Ocidente moderno.

Neste trabalho, as discussões se enquadram em um contexto onde duas gerações de mulheres fazem parte de um sistema de valores e de práticas que, por vezes, se igualam, se aproximam ou se entrecruzam, adotando uma distância maior ou menor dos preceitos modernos (individualistas) ou tradicionais (hierárquicos) relativos aos modos de vida, isto é, às posturas que as mulheres adultas e as jovens ‘devem’ e ‘podem’ ter em suas relações familiares e sociais com seus pares de amizade, de vizinhança e afetivo-sexuais. É importante, ainda, destacar que não tomei as tensões existentes entre pais-filhos(as) como sendo algo que ocorre em caráter permanente, o que reduziria a complexidade dos casos e da própria relação entre ambos.

Em sua medida, a gravidez na juventude por envolver as famílias de origem e/ou as pessoas mais próximas em diferentes níveis – como pais ou responsáveis, parceiro, amigas, colegas etc. – demarca ‘concretamente’ modos de passagem de uma postura, de um papel social e de um *status* social a outro, aspecto que será aprofundado no decorrer do estudo. As relações familiares e as que se estabelecem com os pares são “constitutivas” da identidade e de um estilo de vida juvenil, valorizado e preservado nesta fase de vida.

Minha proposta de análise ressalta mais um aspecto do que outros tantos já apontados na literatura sócio-antropológica. No entanto, ao fazer esta escolha, minha pretensão é poder colaborar para as discussões existentes ao introduzir novos elementos sobre juventude e destacar, então, as representações e concepções sociais relacionadas a ela, a partir de histórias e trajetórias biográficas de quem, na juventude, teve filho. Enfim, partindo da análise das idéias que norteavam as relações e situações familiares das jovens que engravidaram, além dos significados destas gravidezes, pude problematizar estilos de vida e mundos juvenis diferenciados em significados. Neles, o referente maior para o entendimento da gravidez juvenil vinculou-se à discussão do que é *ser* e *estar* jovem na atualidade e viver no interior do Estado do Rio Grande do Sul.

Ou seja, levando sempre em consideração os meus objetivos de acordo com os valores e visões de mundo existentes nos contextos sociais onde as jovens vivem.

Por ser fundamental para o entendimento deste trabalho, ainda justifico que o evento da gravidez permite fitar a juventude e os valores imbricados no processo de socialização familiar, os quais, ao ser assumida publicamente, inclusive deixa de ser um fenômeno que diga respeito somente às jovens que engravidam. A família destas jovens também é atingida, em diferentes níveis, pelo mesmo processo de renovação das idéias sobre os comportamentos, de modo que formas de adesão ou repulsão tradicionais ou modernas são acionadas oportunamente, favoravelmente ou não, em relação à gravidez juvenil.

Embora muitos dados estejam analisados de forma dicotômica, de acordo com os valores presentes nos universos simbólicos sociais – hierárquicos/holistas ou individualistas/igualitários –, eles estão desvinculados de uma noção evolutiva desse processo, se pensarmos em modernização da sociedade.⁴ Compartilho da idéia de que os modos de articulação de valor, de significados simbólicos e práticas compõem uma visão de mundo específica diante dos contextos locais, das vivências familiares e das redes sociais (DUARTE, 1986 e 1996), pois os valores contemporâneos individualistas possuem uma penetração desigual na sociedade brasileira.

Por ser um evento significativo, a gravidez na juventude adquire significados contextuais e relacionais diversos, portanto, importantes nas trajetórias biográficas das jovens. Sendo assim, é possível, através da memória e dos significados deste evento, tecer considerações sobre os valores arraigados às dinâmicas de relações parentais e de socialização familiar e às expectativas colocadas nas concepções sociais acerca da própria juventude.

O valor dado à sexualidade, fator de destaque na literatura sobre adolescentes e jovens – e fundamental para a compreensão da gravidez – tem-se mostrado desigual quando comparamos universos sociais diferentes (DUARTE, 1986; HEILBORN et al., 2002). Deste modo, muito do que está sendo mencionado e etnografado para a gravidez na adolescência faz constante ou mais referência aos papéis de gênero, cujas posições

⁴ A utilização do termo tradição ou tradicional em contraposição à modernidade não corresponde, em minha compreensão, a uma escala evolutiva da sociedade e do pensamento das famílias acompanhadas. “Embora o qualificativo de tradicional se possa limitar – segundo Thales de Azevedo (1986:224) – às estruturas que existiam há séculos antes que se verificasse a modernização é usual falar de padrões tradicionais quando nos referimos a costumes que datam de épocas recentes, mas que não estão cedendo a novas normas e regras sem, contudo, perderem de todo sua vigência”.

(superiores, inferiores ou igualitárias) se configuram enquanto um valor diferencial e influenciável pela ‘modernidade’. São, principalmente, as jovens que não possuem ainda direitos iguais ao exercício da sua sexualidade vis-à-vis aos jovens homens de mesma classe etária e contexto social (HEILBORN, 1999). Além disso, de modo geral, tanto no ambiente acadêmico quanto no senso comum, há um dinamismo valorativo diferencial entre o que é definido sobre a juventude e o que é avaliado sobre ela, por intermédio dos comportamentos e das posições sociais tomadas pelos indivíduos.

A seguir, oriento o leitor para a seqüência de exposição dos argumentos que pautam este trabalho, demonstrando resumidamente como foi escrito, destacando o que cada capítulo intenta demonstrar do que foi apreendido a partir do trabalho de campo.

Esta tese está dividida em cinco capítulos e, desta forma, ela imprime, no modo como foi organizada, a trajetória desta pesquisa que se mantém nos capítulos com as análises sobre os sistemas de práticas e valores relativos à vida das entrevistadas.

Seguindo uma lógica particular, o Capítulo 1 apresenta o modelo teórico deste trabalho. Nele, estarão sendo discutidas as proposições importantes para as análises que compõem o trabalho. Versará sobre como a adolescência fora construída histórica e socialmente e como a juventude também se estabelece como uma outra possibilidade de reconhecimento de processos de socialização e construção da subjetividade. Gênero é outro marco conceitual qualificado. As temáticas de sexualidade e gênero fazem parte fundamental da compreensão da nova visibilidade dada à gravidez na adolescência, e juventude na modernidade. A seguir, faço uma exposição do debate sobre as culturas e lógicas sociais impregnadas nas camadas populares e médias, que convivem com as ideologias individualistas do Ocidente moderno.⁵ Por fim, estabeleço um debate sobre gravidez na adolescência, quando, então, recorro e relativizo os dados numéricos que a posicionam como um evento a ser controlado e rechaçado de modo geral.

O segundo capítulo apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa. Demarca qual foi o contexto institucional e a sua origem. Descreve brevemente alguns dos aspectos históricos e recentes da cidade de Pelotas, local onde este estudo se desenvolveu. Salienta, também, as características dos bairros onde as jovens moram, localizando-as naqueles contextos. Nele, o leitor também se deparará com um debate sobre como a Antropologia e a Epidemiologia podem trabalhar em conjunto sem que

⁵ *Cultura* aqui entendido como uma teia complexa de significados (Geertz, 1989), uma prática que explica algo, que atribui sentidos ao mundo, ao contexto, como (por exemplo) a própria juventude.

haja prejuízo de uma ou outra. Esta é uma posição importante a ser esclarecida, visto que o projeto que ‘nasceu’ com o antropológico sobre gravidez na juventude concilia metodologias *quali* e *quanti*.

O terceiro capítulo transita pelos tipos de sociabilidades mais ressaltados pelas jovens antes de engravidarem e procura traçar as relações entre estas sociabilidades e os controles familiares, do grupo de amigos e colegas estabelecidos e verbalizados de forma direta ou dissimulada. O exercício da sexualidade juvenil é, portanto, contemplado, pela via das sociabilidades, pelo imperativo social da aquisição de uma certa autonomia em relação às figuras mais controladoras (da família, da escola, do círculo de amizade), lançando mão de estratégias de convivência e de burla das regras sociais.

Através das análises, no quarto capítulo, priorizo as mudanças após o nascimento do(a) filho(a) e a permanência de visões de mundo e de valores significantes nos contextos das entrevistadas, bem como as tensões que permanecem entre mães e filhas no momento em que arranjos familiares (estruturais, econômicos e sociais) são inevitáveis. Heteronomia, entendido como controle parental, e autonomia pensada como uma necessidade de independização e individualização da família são os eixos norteadores de muitas das discussões, ao vincularem-se às ideologias modernas de uma sociedade contemporânea e interiorana que contem e/ou estimula a emancipação juvenil.

Em seqüência, o Capítulo 5 traz à tona uma concepção êmica de relevância para pensar a juventude, e de importância não só em nível local. *Aproveitar a vida* (namorar, sair, viver intensamente, curtir) condensa idéias bastante peculiares e relevantes à compreensão dos casos estudados e das representações sociais, seja em nível do senso comum ou científico, sobre os comportamentos juvenis na sociedade Ocidental moderna, cada vez mais reapropriados pelos ‘adultos’ como uma filosofia de vida. É um capítulo que procura agrupar os significados importantes da dimensão da gravidez e exemplificar muitos argumentos expostos no decorrer da tese.

CAPÍTULO 1

POSIÇÕES TEÓRICAS: JUVENTUDES, GÊNERO, SEXUALIDADE E GRAVIDEZ

Dissertar sobre adolescência, juventude, gênero e sexualidade, e correlacioná-los com as formas contemporâneas de avaliar a gravidez na adolescência e na juventude é uma exigência que se impõe ao relativismo que esse trabalho pretende manter. Desse modo, este capítulo procura ressaltar as alianças teóricas estabelecidas nas análises dos dados empíricos, logo, também abarca as críticas endereçadas à bibliografia que se definiam na medida em que era ela apreendida. Portanto, os amplos temas acima serão discutidos à luz de autores e contextos históricos relevantes para o olhar antropológico e a construção das idéias contidas nesta tese.

Seguindo uma seqüência própria, este capítulo inicia-se com uma apreciação do que foi e é, ainda, considerado adolescência e juventude. Uma segunda discussão se conforma ao discorrer sobre gênero e sexualidade; ambos se imbricam como categorias socialmente construídas e importantes para entender os comportamentos juvenis na dimensão da vida cotidiana. O estudo da sexualidade, conseqüentemente – como pretendo demonstrar – das posições e dos papéis de gênero, coloca-se dentro de um debate teórico importante por estar a sexualidade “[...] subordinada às condições de reprodução das relações sociais; seja como indica Foucault, porque ela constitui um dispositivo de poder; seja porque, ela está fortemente impregnada por relações assimétricas entre os sexos, seja porque, dentre todos os domínios sociais, ela faz aparecer de forma mais contundente as relações entre o biológico e o social” (LOYOLA, 1998:41).

Por seu papel fundamental, o meio social não pode ser deslocado do todo, como bem pontuou Malinowski (1983). Antropologicamente, é capital conhecer como um grupo ou dado universo social se organiza e como seus ‘membros’ se posicionam e atuam nos diferentes contextos. Em um quadro mais geral, essas posições valorativas e hierárquicas dos sujeitos nos falam muito de como as relações sociais são construídas e estabelecidas como regras culturalmente essenciais ao convívio social.

Posteriormente, na continuidade do capítulo, faço considerações sobre as lógicas culturais desses universos sociais. Por fim, contextualizo em dois momentos as

discussões bibliográficas atuais sobre a gravidez na juventude e na adolescência. No primeiro deles, destaco o significado negativado da gravidez na adolescência e juventude como *precoce e problemática* – acionando dispositivos estatais e morais de controle da sexualidade juvenil. No segundo momento, privilegio a discussão que procura relativizar essas noções ao distinguir, por segmento e por valores e visões de mundo, quais os significados da gravidez na mesma fase de vida discutida no primeiro momento.

Desde então, faz-se importante deixar claro que não estou cega para as conseqüências de uma gravidez, dentro de um contexto de pouco apoio (familiar e/ou social), para uma jovem aos 15 ou 18 anos de idade *versus* aos 25 anos, sob as mesmas condições. Há uma gama de valores culturais e morais, além de socioeconômicos, que hoje são mais proeminentes para a gravidez das adolescentes e das jovens, principalmente se estudantes e solteiras, do que para as adultas.¹

1.1 Das reduções à pluralidade: da adolescência à juventude

O trabalho, frequentemente citado, sobre a infância e família do historiador francês Philippe Ariès (1981) elucida que, na França, as interferências das categorias da ciência, histórica e claramente, perpassaram pelas construções dos ideais de comportamentos e sentimentos nas diferentes *idades da vida*. Seu argumento pontua que as distâncias entre as crianças e os adultos, ao longo da história da família, ficaram cada vez maiores, fazendo emergir um novo sentimento e uma nova postura, o de que a vida se divide em períodos e cada um deles com suas características e funções sociais. Ainda segundo Ariès, foi por meio destas “funções sociais” que a chamada *adolescência* começou no início do século XX, no Ocidente, a construir uma nova imagem e, então, a ser considerada de outra forma. Quando o sentimento de infância muda por reconhecimento de sua especificidade e, através da instituição escolar (pela preocupação em regular e uniformizar comportamentos), a adolescência ganha seu espaço e seu ajuste. Porém, a partir da necessidade de ‘domesticação’ dos adolescentes, através da escolarização, que se começou a distingui-los das crianças e dos adultos.

Nesta ordem hierárquica, a infância e a adolescência tornaram-se os representantes do presente, cabendo ao passado (adultos produtivos e a ordem por eles estabelecida) o papel de subjugar os seus elementos

¹ Valor é entendido no sentido proposto por Louis Dumont (1995). Ele indica diferença e aponta as hierarquias, que é um princípio social universal. Adotar um valor é estabelecer uma hierarquia.

de transformação. Portanto, a educação tornou-se o fundamento para o ordenamento do mundo moderno, que ocorre de cima para baixo, das classes dominantes para as classes populares; dos adultos (ordem estabelecida) para as crianças e adolescentes (seres em formação). [...] A visão de que o adolescente ainda não alcançou uma competência crítica, social e política proporciona inevitavelmente uma necessidade do desenvolvimento de uma pedagogia por parte dos adultos sobre estes seres em formação, com o intuito de controlá-los. Essa pedagogia de controle é elaborada com fundamentos de uma psicologia do desenvolvimento humano, que tece os constructos de projetos educacionais (MAGRO, 2002: 65-6).

Em conseqüência dos novos arranjos sociais, a adolescência tornou-se um período da vida a ser moralizado e educado para a entrada na fase adulta. Fora, então, gradualmente sendo valorizada como uma etapa real e singular. Como conseqüência das transformações em torno das visões sobre os sujeitos sociais a preferência atual é pela adolescência (cf. ARIÈS, 1981). Mais precisamente, um sentimento que se expandiu no continente europeu pós-guerra de 1914. Assim a adolescência toma corpo e força social “empurrando a infância para trás e a maturidade para frente” (ARIÈS, 1981:47).²

Com outro ponto de vista histórico, Norbert Elias (1990) também tratou das alterações nas relações entre crianças e adultos. A diferenciação de Elias para com Ariès está no olhar sobre o processo civilizador, isto é, no modo como ele percebeu as transformações em termos de controles sociais ao longo da história dos povos. Elias aponta que, de modo geral, os adultos livres de muitos controles se colocavam socialmente mais soltos e espontâneos. Com o processo civilizador eles se posicionam mais independentes e se afastam do cotidiano das crianças e dos adolescentes, pois adquirem mais deveres, além dos direitos.

Com o objetivo preciso de historicizar a *adolescência* Thiercé (1999) se dedica a demonstrar, inicialmente, as controvérsias da criação do próprio conceito de *adolescente* na Europa, quando, então, as possibilidades de designação deste período da vida se

² Uma parte de seu argumento baseou-se na iconografia. As crianças eram retratadas no seio da família como pequenos homens, vestindo modelos reduzidos dos adultos. No entanto, há que se ter cuidado, visto que outras obras no mesmo período estudado por Ariès retratam as crianças como anjos nus, como seres puros. Segundo Servais (1993, especialmente no capítulo II) essas representações estariam demarcando hierarquias de classe e não de idade e a expressão e manifestação de liberdade sexual na frente das crianças, como um hábito permissivo, cessava aos sete anos. Logo, as proibições ou inibições seriam muito mais um sinal de que já havia uma distinção e uma categorização das idades, observáveis também na educação. De certo modo estas são críticas que Flandrin (1994) faz a Ariès, acrescido do fato de que Ariès se deteve na educação de um nobre para fazer suas análises – o que é algo bastante específico. Flandrin faz uma análise histórica de ‘objetos’ como a família, a sexualidade, o casamento, a mulher e a criança.

confundem com toda sorte de noções e grupos de idade da Antiguidade a Idade Média. Entre os séculos XVII e XIX *adolescence* (adolescência) representa a juventude em geral, como sinônimo de um período de vida que se estende globalmente de 14 a 20 anos e se mantém até a era moderna. *Adolescente* (adolescente) reúne no seu conceito os aspectos de *adolescence* e é encontrado já em 1798. O termo *adolescent* (adolescer), a partir de 1850, guardou consigo uma conotação *zombeteira*. Nos domínios pedagógicos, essa classificação, não é notadamente diferenciada na educação de homens de 13-25 anos.

Com a divulgação de trabalhos psicológicos e as variações temporais nas caracterizações de juventude e de adolescência as conotações não são facilmente distinguíveis. Em decorrência das dificuldades de separações entre uma e outra, os vocábulos são usados quase como sinônimos, conceitualmente. Porém, no uso prático tem-se uma delimitação interessante. A *juventude* designa tanto a idade quanto um conjunto de indivíduos da população não-adulta. Isto é, se define pelas vias políticas. Já a *adolescência* concentra mais nas definições os usos/indicações morais e biológicos. Análogo a esses usos, gradualmente, e, em vários âmbitos (como o jurídico, o escolar e o da psicologia), a adolescência é conceituada como um momento da vida entre a infância e a idade adulta, fortemente pautada pelas mudanças da puberdade. Outros fatores classificatórios da adolescência são, para os homens a saída da escola e a entrada no exército e, para as mulheres, a saída da escola e o casamento.

Segundo Thiercé (1999) foi a partir do final do século XIX e início de século XX que adolescência e o adolescente adquiriram força conceitual substantiva para designar, não somente uma idade, mas um período da vida e uma classe de indivíduos. Todavia, outros fatores não diretamente relacionados à vida familiar ou pessoal influenciaram as posturas sociais frente às idades. A Revolução Industrial é um momento histórico que, por seu peso social e econômico no mundo, diferenciou os trabalhadores por sua força produtiva e os redefiniu como uma força independente das idades. Nas fábricas conviviam lado a lado, durante o trabalho, jovens e adultos. O crescimento acelerado ocorrido a partir do século XIX trouxe uma série de modificações dos hábitos e convivências que afetaram também o domínio dos papéis sociais, sobremaneira o das mulheres, que ganharam espaço no mercado de trabalho e saíram do âmbito doméstico, até então exclusivo da esfera feminina.

No campo do saber a Medicina, que desde sua origem tem sido uma participante ativa e poderosa de vários processos de higienização do social – incluindo e salientando o campo da sexualidade (COSTA, 1989; FOUCAULT, 1989; ROSEN, 1989) – a adolescência não deixou de se constituir em uma arena de estudos e atuações.³ A disciplina médica partilhou de concepções da Biologia, Psicologia e Psiquiatria para delimitar cientificamente e criar especializações de acordo com as idades, sexo e as doenças que os acometem.⁴ A pediatria (área que inclui os adolescentes) e a ginecologia (campo restrito às mulheres) são bons exemplos dessas categorizações baseadas nos conhecimentos e mudanças científicas ao longo dos tempos.⁵ A força das atuações da Medicina, na área da saúde reprodutiva, decorre também do fato e da necessidade de controlar e regular os comportamentos, o prazer e os corpos, dentro do que se convém chamar de saúde coletiva, social ou pública. Sob essa esfera reguladora o poder biomédico, inicialmente via a sexologia, delimita o que é prazer-desejo, ‘normal-anormal’ (FOUCAULT, 1979); segmenta a sexualidade em infantil, adolescente, juvenil, adulta e da terceira idade, atribuindo a cada uma um padrão de conduta e de desvio. Mas, como resposta ao poder dos conhecimentos, do Estado e das políticas tem-se a produção de resistências às estruturas morais e aos dogmas científico-sociais que retro-alimentam a sua regulação e o seu controle social (TERTO JR., 1999).

As primeiras produções científicas sobre o tema estavam enviesadas pela perspectiva essencialista. Refletiam a concordância da universalidade do padrão comportamental adolescente pela recorrência dos comportamentos, pelo crescimento corporal comum a todos e pela reconhecida *crise adolescente* (de incompreensão) que se instaura a partir da puberdade. Desde então, a criação de um “modelo adolescente” não levou em consideração que as modificações dos corpos durante a puberdade pode variar de acordo com outros fatores, dentre eles climáticos, alimentares, biológicos e culturais.⁶

³ Para uma contextualização de como a Medicina influi e influenciou nos discursos e controles da sexualidade ver Loyola (2003) e Corrêa (1994).

⁴ Para um apanhado da apreensão de como a sexualidade é vista pela psicanálise ver BIRMAN, J. Erotismo, desamparo e feminilidade – uma leitura psicanalítica sobre a sexualidade. In: LOYOLA, M. (org.) *A sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p.93-132, 1998.

⁵ Para uma contextualização histórica sobre a legitimação da ginecologia e o modo como as concepções sobre mulheres influenciavam nas definições médicas ver: RODHEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

⁶ Thiérce defende a idéia de que “[...] se o século XIX não inventou a adolescência, ele criou o “modelo” adolescente” (1999:7). Seu argumento tem uma relação legítima com os pensamentos de Jean-Jacques Rousseau, em *Émile ou de l'éducation*, de 1762. Ao definir a adolescência, Rousseau deu origem a

No decorrer da história dos homens e dos saberes, ao redor dos anos 40 do mesmo século XX, o movimento estrutural-funcionalista (dentre outros, T. PARSONS e S. EISENSTADT) debate as culturas etárias e dá início a um novo olhar, mais relativizador e menos essencialista para rever “verdades” até então naturalizadas da adolescência, deflagrando uma série de tentativas de rompimentos com os estereótipos socialmente negativos. Paralelo às tentativas de caracterizações menos fisiológicas e problemáticas, houve destaque da delinqüência adolescente, as subculturas juvenis e os recorrentes desvios juvenis presentes na sociedade que se moderniza a passos largos – em certa medida, estes destaques ainda mantêm a adolescência sob os ditames das representações sociais não muito conceituadas. Ao associar juventude e adolescência com *problema e irresponsabilidade* cria mais raízes para que as representações sociais anteriores se desenvolvam.

É comum à construção sócio-histórica da adolescência a persistência de representações sociais advindas com o desenvolvimento puberal (algumas bastante essencialistas) e com uma série de direitos e prazeres que os jovens, como cidadãos, reivindicavam para si no Ocidente. Além destas há a idéia generalizada de que os jovens sempre fazem alguma contraposição às autoridades, sejam elas familiares, escolásticas e/ou eclesiásticas. Assim, ainda hoje, é possível perceber que o mundo adulto, ao mantê-los na posição de contestadores, mencionam ser os adolescentes “*rebeldes sem causa*” ou “*sem calça*”, numa referência direta e debochada da imaturidade juvenil.

Conexões históricas com essas idéias são achadas no trabalho de Mead (1956). Uma antropóloga representante da escola culturalista (no sentido de dar atenção ao determinismo cultural sobre os comportamentos sexuais) ou do modelo dos papéis (ao analisar a relação entre os sexos) ressaltava a contestação ao dizer que “[...] a adolescência foi caracterizada como um período no qual floresceu o idealismo e a rebelião contra a forte autoridade, em um período durante o qual as dificuldades e os conflitos eram absolutamente inevitáveis” (1956:11).

Portanto, o movimento dos jovens em defesa de suas emoções e relações e, sobretudo, da necessidade de sua individualização, implicou na contrapartida da manutenção e reforço do conceito de rebeldia. Diferente da sociedade que Mead

patologia desta fase: “é um momento de crise [...] esta tempestuosa revolução se anuncia para o murmúrio das paixões nascentes; uma fermentação surda adverte a aproximação do perigo” (ROUSSEAU apud THIERCÈ, 1999:32). Para uma abordagem psicológica sobre crise adolescente ver também Erikson (1972).

estudou entre 1925 e 1933, cujas opções juvenis se davam por razões práticas e falta de alternativas relacionadas ao próprio funcionamento da sociedade de Samoa.

A sociedade moderna ‘oferece’ uma porção de escolhas que podem ser experimentadas e *aproveitadas* durante a juventude. No entanto, por necessidade de ordenar, essa mesma sociedade exige dos adolescentes o cumprimento de uma série de regras sociais que surgem, como veremos no decorrer desse trabalho, no namoro e nas saídas para locais de lazer com os amigos(as). Isto é, quanto mais próximo o comportamento juvenil se encontra do que é pensado como ideal da moral familiar menos resistências são postas a eles.⁷ Quanto mais cedo, na fase de vida jovem, um dado comportamento é avaliado negativamente mais pressões e opressões sociais e familiares são realizadas contra o(s) jovem(ns).

Na década de 70, do século XX, o Brasil, seguindo na esteira dos movimentos sociais e das tensões decorrentes de o quê fazer para que uma ordem conveniente se estabeleça entre o mundo adulto e o adolescente e/ou juvenil, implantou, nas universidades, serviços de atendimento ao público adolescente – todos atendimentos tinham caráter assistencial e educativo, influenciados por movimentos semelhantes originários das instituições de ensino norte-americanas. Trazer o jovem para dentro de uma instituição de ensino é, se não significativo, simbólico dos preceitos que norteavam a sociedade naquele momento pós-revolução sexual, dos anos 60.

Na década seguinte, a epidemia da AIDS provocou novos olhares para as práticas sexuais, e para as relações de gênero (BOZON, 1995a e 1995b).⁸ Este foi um marco importante para que os estudos sobre a adolescência obtivessem a garantia de sua cota nos financiamentos de pesquisas sobre sexualidade. Nessa ocasião, a OMS criou e oficializou um programa de saúde para a adolescência. No Brasil, em 5/10/1988, o

⁷ *Norma*, como uma categoria social importante para pensar nos objetivos desta tese, é definida no mesmo sentido explicitado por Bozon (1995a), ou seja, de “[...] regras de comportamento explícitos às quais os indivíduos se referem conscientemente, e que se fundam sobre justificações ou princípios filosóficos, ideológicos ou políticos, ou sobre o surgimento de novas aspirações individuais ou coletivas” (1995:124). Ainda discorrendo sobre as conceituações de Bozon, as *normas* sociais não são únicas em uma dada sociedade, são co-existentes com normas díspares que podem causar tensões e conflitos entre segmentos, grupos ou indivíduos. Assim como podem ser diversas elas também podem ser mutáveis, adequando-se ou modificando-se para resistir à inserção de novas ideologias comportamentais e/ou regras de convivência – entre outras dinâmicas da vida cotidiana.

⁸ Bozon (1995b), Knauth (1998), Terto Jr. (1999) são alguns dos pesquisadores que discorrem sobre estas mudanças no campo investigativo e nos discursos sobre a sexualidade a partir da disseminação e dos desafios impostos pela AIDS, como o da prevenção, da identificação dos *grupos de risco* e dos dados estatísticos como parâmetros de controle e pouca relativização. Todos esses fatores vão “[...] ao encontro de necessidades de prevenção que não podem ser resolvidas a não ser pelo controle do desejo e do prazer sexual” (LOYOLA, 2003:881).

Ministério da Saúde (MS) adaptou o programa da OMS à realidade nacional e oficializou sua preocupação com esta parcela da sociedade, lançando efetivamente o PROSAD (Programa de Saúde do Adolescente). O Programa fora implementado para integrar o Sistema Único de Saúde e ainda tem como principais metas (cf. ARRILHA e CALAZANS, 1998:700):

- a) promover a saúde integral do adolescente para a redução da morbi-mortalidade e os desajustes individuais e sociais;
- b) normatizar as ações nas áreas prioritárias do Programa;
- c) promover um atendimento estadual e municipal adequado, respeitando as distinções regionais, individuais e culturais;
- d) promover e apoiar estudos multicêntricos relativos à adolescência;
- e) estimular a criação de um sistema de informações, no sistema nacional de saúde, para agregar informações da população adolescente;
- f) contribuir para a formulação de uma política nacional para a adolescência e juventude nos níveis federais, estaduais e municipais, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).⁹

O ECA, aprovado em 1990 (lei nº 8.069), instituiu uma série de direitos aos adolescentes (12-18 anos) como resultado de uma gama de lutas e da mobilização social, em que se tornam um grupo a ser protegido por lei¹⁰; ao mesmo tempo a adolescência é vista como um período/fase de experimentação, onde o risco e a imprevisibilidade dos comportamentos lhes são característicos. A valorização desta fase como algo a ser preservado legalmente, regulado e garantindo suporte jurídico-estatal é um marco importante para pensar como a construção histórica de uma categoria social é articulada. Igualmente pertinente para entender a ‘consciência’ do processo de desenvolvimento e proteção social que todos necessitam, como pressupõe e garante aos adolescentes o referido estatuto.¹¹

⁹ Entre os anos 80 e 90 o governo cria também o Programa de Saúde da Mulher, Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis e do HIV/AIDS e a dá condições de inserção da educação sexual nas escolas (cf. RIOS et al., 2002). Sem esquecer que a nova Constituição Federal de 1988 incentiva a proteção da infância e da adolescência com a criação de instâncias jurídicas, educacionais e sociais. A atenção por parte do Estado à criança e ao adolescente não vem desacompanhada de custos e de exigências de retorno desses investimentos. Nesse âmbito, não é de admirar que a gravidez na adolescência, a partir desta década, ganhe destaque nas investigações epidemiológicas, sociológicas e demográficas. Para uso de contracepção por escolares, ver o estudo de Almeida et al. (2003).

¹⁰ Esta idéia me foi sugerida por Veriano Terto Jr., 2003.

¹¹ O ECA é um exemplo da forma atualizada de ver o conflito entre indivíduo e sociedade, onde o poder do Estado regulamenta a vida dos jovens. Mais da metade do Estatuto discorre sobre como agir com jovens e adolescentes que cometem algo fora da lei, portanto, a adolescência novamente está regida por

A partir desse conjunto de fatores e esforços para estudar e normatizar o que é adolescência e das preocupações com a saúde reprodutiva, incrementadas também pelo advento da AIDS, demandaram às pesquisas a comparação de comportamentos entre homens e mulheres e o entendimento da visão de quem está vivendo a adolescência e juventude. Os anos de vida foram os parâmetros usados para definir a adolescência. As investigações com perspectiva relacional e antropológica destacaram as formas culturalmente específicas de experimentação e vivência da sexualidade, de entendimento do funcionamento corporal e de representações das doenças sexualmente transmissíveis. Mas somente na última década, nos anos 90, o tema da gravidez nesta fase de vida tornou-se um dos assuntos preponderantes no meio científico que estuda a sexualidade. Muitas investigações se detiveram nas categorias biológicas etárias, enquanto outras procuraram *desconstruí-las*, como será demonstrado nos itens que se seguirão.

Assim sendo, a adolescência e a juventude, porque sintetizam muitas das expectativas sociais, principalmente as de saúde, instigaram as análises dos significados imputados aos modos como os jovens se colocam em suas relações e, além disso, como as idéias sustentam os comportamentos e vice-versa. A Antropologia, em especial, tem-se esforçado nessa ampliação dos horizontes ao pontuar as experiências juvenis e ao olhar para os processos de construção das subjetividades e sociabilidades vis-à-vis os contextos sociais.

1.2 O contemporâneo: preeminência do etário para a *adolescência*

A adolescência, por abranger preocupações variadas, construídas histórica e socialmente, foi definida no campo da saúde coletiva, das leis e da pedagogia de um modo amplo ao mesmo tempo em que está circunscrita por alguns fatores. Por exemplo, é conceituada pela OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde) e OMS (Organização Mundial de Saúde) como um período da vida em que a imagem de criança dependente e

representações e conceitos negativados pelas supostas más condutas juvenis ou de atos da sociedade com esta mesma qualidade para com os jovens. Uma parte dele discorre sobre a saúde reprodutiva e sexual, vista a ligação e a relevância na adolescência destas questões (por exemplo: regulação da fecundidade, gravidez, parto, puerpério, informação e educação sexual). A cronologização, pela idade, para definir o público de tais direitos está, segundo Groppo (2000:74) de acordo com a concepção de pessoa nas sociedades modernas, pois elas “[...] têm como pressuposto a igualdade jurídica [...] No entanto, as sociedades modernas, pretensamente iguais nas leis, são extremamente estratificadas e diferenciadas, ou seja, seu princípio está dado, mas seu fim é inatingível”.

submissa encontra-se em um processo de desprendimento e desenvolvimento, decorrentes das várias mudanças físicas e psicossociais, dando início, sobretudo, à formação da identidade sexual (cf. FREUD, 1976; BLOS, 1985; ABERASTURY, 1986).

De acordo com a OMS – representante atual e legítima do poderio institucional e das influências das teorias *psi* bastante antigas na linha temporal das conceituações biomédicas – a puberdade se distingue da adolescência e ambas da juventude. A puberdade fala de um conjunto de alterações orgânicas (crescimento do corpo, alterações hormonais etc.). A adolescência, por sua vez, compreende o período de transição bio-psicossocial, mais especificamente entre os 10 e 20 anos, quando da infância passa-se à juventude para então chegar a adultez. Já a juventude seria o período que engloba aqueles momentos intermediários e finais da adolescência e primeiros da maturidade, cuja faixa etária inclui as idades de 15 e 25 anos.

Já o governo brasileiro utiliza-se de uma subdivisão: “[...] adolescentes são indivíduos de 10 a 24 anos, os adolescentes jovens os de 15 a 19 anos e os jovens adultos os de 20 a 24 anos” (CANNON et al., 1999:7).¹² Em suma, mantêm-se as demarcações etárias, pois a “multiplicidade de juventudes tem como base expectativas sócio-culturais anteriores, que criam e recriam faixas etárias” (GROPPO, 2000:19). Todas as faixas que a definem corroboram para enfatizar a importância que a cronologização da vida assumiu na organização social (DEBERT, 1997 e 1999).

Portanto, é através de análises não restritas primeiramente aos anos de vida que os vários elementos sócio-culturais implicados e relativos ao funcionamento das sociedades podem suplantar esta demarcação e, conseqüentemente, as expectativas subsumidas à contagem etária. Existem posições teóricas que ainda comportam a crítica de que a demarcação pelas idades é bastante restrita, em termos socioantropológicos, pela relevância do biológico. Por conseguinte, os estereótipos advindos das classificações homogeneizantes são mantidos mesmo quando eles não são representativos dos *adolescentes* como um todo, tais como o de serem um *grupo* que “não tem plenitude subjetiva ou cultural” (MENDES DE ALMEIDA e TRACY,

¹² Historicamente ainda é possível encontrar outras limitações de idade e para além do contexto brasileiro. Por exemplo, foram definidas como sendo jovens e adolescentes pessoas com 15 a 25 anos ou de 13 a 25 anos e, ainda, de 7 a 18 anos. Todas estão dentro de uma mesma concepção de juventude/adolescência generalizada, localizadas entre construções históricas e culturais do que também é a infância e a idade adulta (THIERCÉ, 1999).

2003:20).¹³ Em decorrência dos vazios deixados pela linha de pesquisa cronológica, a maturação biológica, a iniciação da atividade sexual, as normas e os papéis de gênero, o comportamento de gênero e as influências culturais são atualmente bastante privilegiados nos estudos de cunho qualitativo sobre juventude.

Ampliando e se diferenciando dos olhares analíticos menos relativizadores, as *juventudes* ganham força e destaque nas expectativas sociais alocadas na vida moderna; assim como a velhice (ou terceira idade) tem sido debatida sob novos ângulos.¹⁴ Em face às mudanças, é capital entender como a própria noção de *juventude* veio a ser reconstruída teórica e socialmente na contemporaneidade.

1.3 *Juventudes* como processo

Este item se deterá em aspectos mais gerais sobre como a *juventude* é pensada e construída, nesta tese, em oposição à *adolescência*. Bourdieu (1983, 1985a) foi um dos pesquisadores que destacou a arbitrariedade dos critérios etários e suas conseqüentes categorizações – uma ordem social que coloca os sujeitos em lugares pré-determinados, semelhante ao que ocorreu e ocorre com os sexos e as classes sociais – haja vista que estes últimos “se formam na e através das relações sociais”, como as políticas, econômicas e educacionais (cf. SAFFIOTI, 1992:211).¹⁵ Criticamente, tomando a lógica

¹³ Embora essa classificação seja importante, por exemplo, para as pesquisas populacionais – que necessitam uniformizar amostras (nacionais ou internacionais) para poder compará-las. Rios et al. (2002:51) são concisos e pontuais ao fazerem as diferenciações de termos: “[...] existe o uso ambíguo de ambos os termos, adolescência e juventude, porém com uma distinção significativa para a utilização do termo “adolescente” em produções e pesquisas que abordam a sexualidade, saúde reprodutiva e gravidez e o termo “jovem” em iniciativas ligadas à violência, ao trabalho e à profissionalização, tradicionalmente campos de estudos das ciências sociais. Assim, acreditamos que o uso do termo “adolescente” parece sinalizar a permanência de um certo viés biologizante, mesmo quando as pesquisas são desenvolvidas com uma preocupação em relação aos determinantes culturais e sociais da saúde sexual”.

¹⁴ Como salientou Debert (2003) “[...] pensar nas mudanças no curso da vida nas sociedades ocidentais contemporâneas tem levado autores a considerarem que a história desta civilização estaria marcada por três etapas sucessivas, em que a sensibilidade investida na idade cronológica é radicalmente distinta: a pré-modernidade, em que a idade cronológica seria menos relevante do que o status da família na determinação do grau de maturidade e do controle de recursos de poder; a modernidade, que teria correspondido a uma cronologização da vida; e a pós-modernidade, que operaria uma desconstrução do curso da vida em nome de um estilo unietário. Tratar das transformações históricas ocorridas com a modernização é também chamar a atenção para o fato de que o processo de individualização, próprio da modernidade, teve na institucionalização do curso de vida uma de suas dimensões fundamentais.” Disponível em <<http://groups.yahoo.com/group/acropolis/files/temas/Guita%20Grin%20Debert.htm>>.

¹⁵ Weber é um dos principais autores que Bourdieu utiliza para rebater a visão marxista de classe social. Este último questiona a representação de classe como algo bem delimitado, informando quantas classes existem. Defende que os indivíduos ocupam uma determinada posição social no interior de um espaço complexo e nele se pode compreender a lógica de suas práticas e de suas classificações. Considera que o maior erro de Marx foi de tratar as classes no papel como classes reais, considerando uma homogeneidade de condições de existência e coerência de raciocínio e identidade – como um grupo.

anterior, da arbitrariedade dos critérios, Bourdieu ajuíza que “*juventude* é apenas uma palavra”. O problema da juventude se estabelece quando a sucessão esperada dos eventos na vida não segue uma ordem já naturalizada socialmente.¹⁶ Portanto, ela não pode ser pensada como um grupo homogêneo cujas representações e os comportamentos podem ser tomados como comuns a quaisquer universos. De fato, a definição de juventude não é de fácil explicação, já que não há parâmetros que correspondam a todos os jovens. Se juventude é apenas uma palavra, ela, portanto, comporta uma série de sentimentos e atuações sociais que não se limitam à cronologia da vida. Todavia, encontrar simplificações para significar o que é ser jovem não resolve a questão, embora facilite. Contudo, de um ponto há que se partir, pois nem mesmo seria possível delimitar um campo de pesquisa sobre e com *jovens*.

Então, tomo neste trabalho a posição, já assumida por outros estudiosos (dentre eles: Galland, 1997 e Heilborn et al., 2002), de que a juventude é um processo social, de socialização, de transição e entrada na vida adulta, cujo referencial instiga análises do contexto dessas socializações e das relações entre os indivíduos. As idades servem como ponto de partida para comparações e desconstruções futuras. No entanto, juventude é fundamentalmente trabalhada sob a perspectiva não linear da dinâmica da vida cotidiana. Utilizarei o termo adolescência nos momentos em que a concepção biomédica (etária e biológica) se sobrepõe à da juventude (como processo).

As várias possibilidades de ser e ver os *jovens* dão fôlego, ao contrário do que se poderia esperar, ao campo das Ciências Sociais por sua complexidade. Na contemporaneidade, há que se considerar a importante disseminação das visões e dos estilos juvenis que superam, por exemplo, os 10-19 anos (cf. MENDES DE ALMEIDA e TRACY, 2003) e influenciam nas representações sobre o que é juventude ou o que é uma *cultura jovem*.

Os próprios ritos de passagem – temas clássicos na Antropologia destacados pelas pesquisas pioneiras de Victor Turner (1974) e Arnold Van Gennep (1978) – que facilitavam visualizar o momento social ‘exato’ da passagem da juventude à fase adulta são, hoje, repensados à luz da modernidade das atualizações dos hábitos e dos costumes

¹⁶ Bourdieu (1985a) problematizou os limites impostos cientificamente para a juventude. Afirmou que não há nenhum senso nestas faixas etárias, pois são apenas construções de pesquisadores. Servem como categorias de apreensão do social. Através da gênese de classificação se constrói um objeto científico, por isso juventude não é mais do que um nome, um objeto, uma arbitrariedade científica, ou seja, ela “é como a opinião pública” (1985a:232). Para desconstruir esta noção arbitrária é necessário primeiro compreender como foram construídas enquanto objeto de estudo.

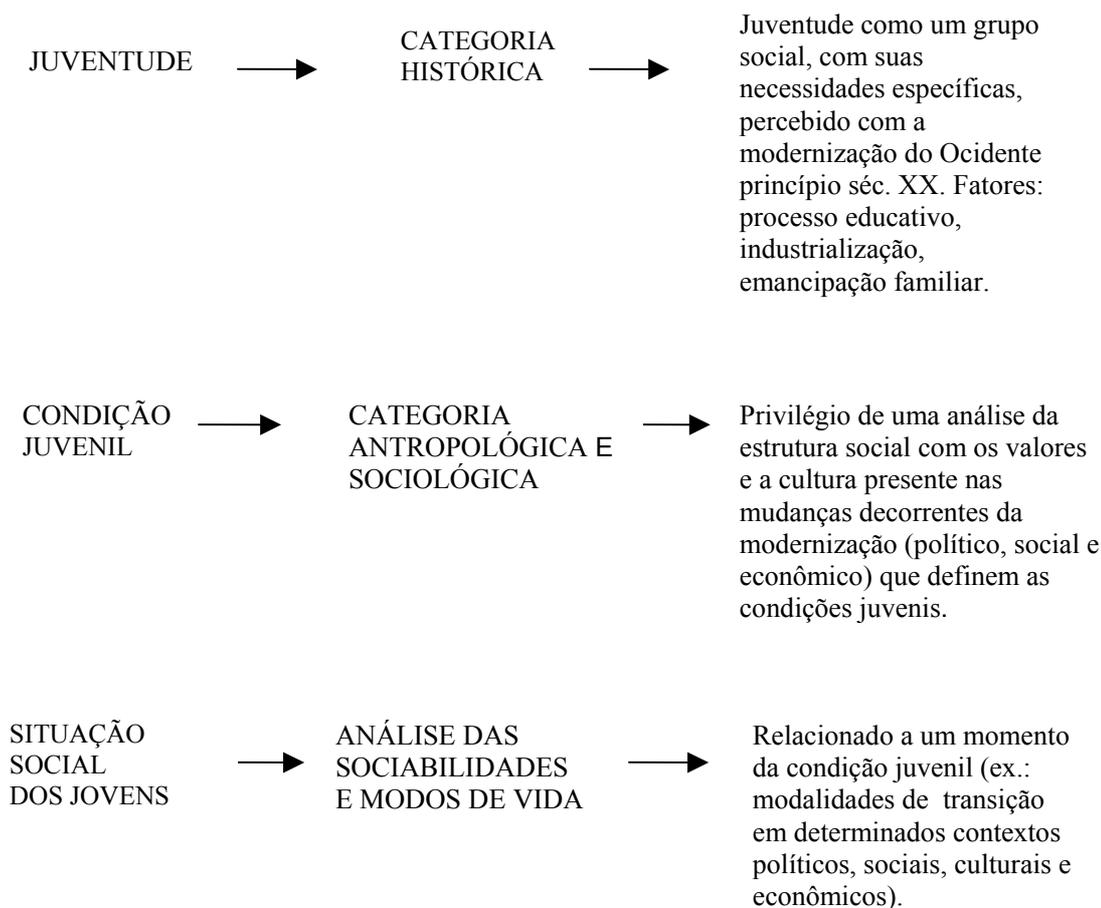
das sociedades ocidentais. Em outras palavras, é relevante considerar que os parâmetros de ingresso juvenil no mundo adulto contemporâneo modificam-se de acordo com as situações socioeconômicas, culturais e políticas; e se considerarmos os diferenciais de gênero há, ainda, outros arranjos dentro do mesmo contexto histórico.

Vejamos como historicamente um movimento analítico oscilante e circular tem lidado teoricamente com os jovens, para, então em outro subitem, retomar outros aspectos referidos pela literatura socioantropológica mais atual em que as relações de gênero cumprem um papel relevante nessas discussões.

1.3.1 A produção da juventude(s): o singular e o plural

Se um aspecto ou regra básica bastante enfatizada no campo antropológico e sociológico é a de que a juventude não pode ser definida homogeneamente, por outro lado, essa pluralidade que a conceitua se amálgama e se reduz em sentidos e concepções êmicas corriqueiras, modelares ou quase únicas sobre o que é ser um jovem. No entanto, os termos para descrevê-la são diversos. De modo geral, eles se referem à juventude e à adolescência (ou *teens/teenagers*) como uma época de estilos, de excessos (GALLAND, 1997) e de vários enfrentamentos como os familiares, pessoais, sociais, escolares, profissionais, amorosos, entre outros, de uma redefinição das relações familiares (PEIXOTO e CICCHELLI, 2000). Essa multiplicidade, também representativa da sociedade, da sua história, corrobora para a complexidade da discussão e de uma definição única epistemologicamente difícil. O modo diverso como a juventude tem sido descrita aqui e também na literatura produzida sobre o tema, pode parecer pouco esclarecedor (cf. VIANNA, 1997). A meu ver, a complexidade e imprecisão para achar uma base definidora e simplificadora são emblemáticas da diversidade e da similaridade de sentimentos, comportamentos e possibilidades que se colocam nesse período. Quem poderá resumir a juventude somente como um estado de rebeldia, de agitação, de paixão, de flexibilidade, de incertezas, de crescimento? Se fizer estará relegando outros modos de defini-la e vivê-la que estão visíveis nas ruas, nas casas, nas escolas. Da mesma forma, não existe um modo perene e estático/constante de viver a fase adulta; engana-se quem acredita que essa é uma fase do ciclo da vida com menos conflitos e que a juventude se sustente por inseguranças (VIANNA, 1997). A mobilidade e a pretensa precariedade que a concepção de juventude engendra é representativa da maneira como, histórica e socialmente, pensamos e fazemos estar dividida a vida.

Estudos, na área de abrangência das Ciências Sociais, conceituam a juventude como uma categoria sociológica ou um processo sociocultural.¹⁷ Há diferenças nas formas de concebê-la como um objeto ou tema de pesquisa, o esquema que se segue procura pincelar três ângulos de análises. Dentro desses três níveis diferenciadores de análise as disciplinas que estudam juventude se desenvolvem.



Pelo menos dois enfoques ganham destaque histórico na literatura das Ciências Sociais, porque procuram relativizar as relações entre as idades e as construções sociais elaboradas a partir delas. Brevemente, o primeiro enfoque de investigação foi o essencialista, que se estabeleceu e teve origem nos estudos realizados, segundo Galland

¹⁷ Para uma crítica à idéia de categoria sociológica ver Galland (1997:54) que critica Bourdieu quanto a não homogeneidade da categoria juventude. Segundo Galland, em seu livro intitulado *Sociologie de la Jeunesse*, definir a juventude como uma categoria sociológica seria concordar com uma certa unidade de representações e atitudes próprias a este período de vida. Por isso ele prefere privilegiar o conceito de trajetórias biográficas, cujos processos sociais de inserção no mundo adulto são específicos em sentimentos e elaborações a cada indivíduo, construindo trajetórias múltiplas. Logo, não se pode descrevê-las como iguais, são inserções imprecisas no tempo (na idade, no local, na subjetividade, na família); não se dão de forma coletiva assegurada por rituais de passagem tradicionais.

(1997), na primeira metade do século XX. Embora existam evidências anteriores, encontradas em diários e apontamentos bastante antigos, o termo juventude parece ter sido usado por contraste com a classificação ‘criança’.¹⁸ Os conteúdos universalistas e atemporais, baseados em traços psíquicos, conferiam à puberdade características encontradas em todos os jovens. Logo, esse início correlacionou a adolescência e a juventude a uma fase da vida bastante complexa e ‘problemática’ de resolução do conflito ou convivência entre o surgimento das primeiras pulsões sexuais e as repressões ou imposições sociais cotidianas. Em alguns estudos mais atuais ainda se encontra um subproduto dessa essencialização da juventude, quando ela e a adolescência são operacionalizadas cronologicamente e ‘naturalmente’, limitando-se a faixas etárias pelas características *psi* e fisiológicas, geralmente, confinadas entre os 10 anos e aos 19 ou 24 anos, conforme o modelo e campo teórico adotado de investigação.

No campo antropológico, as distintas classificações das idades foram privilegiadas culturalmente nas análises, a princípio pelos trabalhos realizados com sociedades tradicionais, como os Nuer estudados por Evans-Pritchard ou os Apinayé por DaMatta. Ambos nos servem de exemplos da importância da relativização dos sentidos socioculturais agregados às idades em épocas e locais bastante distintos. Nessas duas sociedades as idades são sentidas e vividas como referência orientadora de condutas, de rituais, de posturas, de direitos e de deveres. Ou seja, as mudanças de idade definem as posições hierárquicas e relacionais históricas e duradouras na vida daqueles indivíduos nos seus sítios de convívio – que podem variar de denominação e/ou de características classificatórias.

Em algumas sociedades indígenas as classes de idade não são necessariamente definidas como infância, maturidade e velhice; outras nomenclaturas intermediárias são usadas por serem mais detalhadas, como: crianças que ainda não andam; jovens casados sem filhos; avós com um neto; casados com um filho etc. (RANGEL, 1999). Estão a serviço dos propósitos dessas sociedades. “A construção da pessoa na sociedade tribal é diferenciada da construção do indivíduo na sociedade moderna” (GROPPO, 2000:273). Contudo, em sociedades ocidentais modernas e complexas, a idade é um dos marcadores culturais e componentes da vida e da identidade social que não pode ser

¹⁸ Para uma visão geral sobre como juventude veio sendo continuamente descoberta, a partir do terço do século XVIII, ver Andreas Flintner (1968). Foram importantes as obras de G. Stanley Hall (1904) e as de Sigmund Freud (1905) para pensar adolescência e juventude e entender a construção destas categorias.

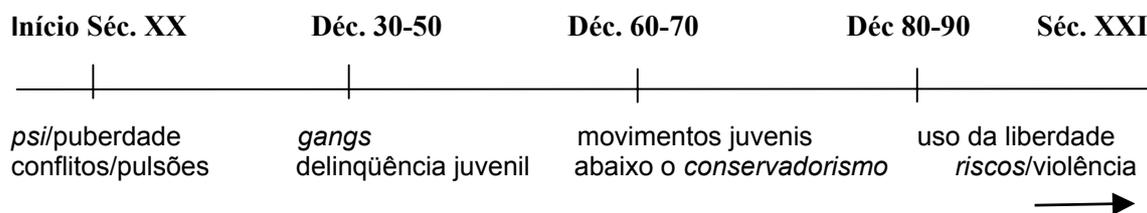
descartada com facilidade (DEBERT, 1997), mas, igualmente, não deve ser encarada com exclusividade.

A relativização do critério etário, privilegiando classe, etnia, gênero, histórias locais e nacionais é o que a Sociologia e a Antropologia estão fazendo para não se fixarem analiticamente apenas na cronologização da vida, embora não deva ser desfocada de um todo, como Debert (1997) ressalta e Groppo (2000:12) argumenta: “[...] a criação das instituições modernas do século XIX e XX – como a escola, o Estado, o direito, o mundo do trabalho industrial etc. – também se baseou no reconhecimento das faixas etárias e na institucionalização do curso da vida”.

Um segundo aspecto presente e destacado na história dos estudos sobre juventude e adolescência encontra-se nas produções textuais da sociologia estrutural-funcionalista.¹⁹ Já nos anos 30, e mais notadamente na década de 50, nos Estados Unidos, particularmente, com a Escola de Chicago, os estudos sobre delinquência juvenil ganharam destaque e foram importantes para que ocorressem rompimentos posteriores com a idéia genérica de jovens marginais. Por sua vez, a escola culturalista, em torno do conceito de culturas jovens, privilegiou, na década de 60, as abordagens que davam conta de “subculturas” e que generalizavam novamente a idéia de juventude (ver esquema temporal abaixo). As características principais apontavam para os problemas de outra forma, de “grupos concretos de jovens” (CARDOSO e SAMPAIO, 1995), quais sejam: contestação, conflitos intergeracionais, desvios e mudanças sociais, por exemplo dos *hippies* (geração paz e amor), pressupondo um padrão de comportamento comum a todos. Um outro exemplo destes tipos de estudo são os que se detiveram na delinquência juvenil, sobretudo a masculina (MENDES DE ALMEIDA e TRACY, 2003). Tal perspectiva se colocava em contraposição à idéia meramente geracional, se atendo às especificidades culturais de grupos sociais e o local que ocupam na sociedade (cf. CARDOSO e SAMPAIO, 1995). Contudo, atualmente, com a crescente violência urbana os estudos sobre *gangs* e *tribos* têm crescido e configurado

¹⁹ Ver Galland (1997) para uma síntese da importância das obras de T. Parsons e de S. N. Eisenstadt nessa vertente de trabalhos. Para um apanhado interessante sobre a obra de Eisenstadt ver Groppo (2000). Sobre a dimensão geracional o trabalho de K. Mannheim, da década de 50, é correntemente lembrado e importante no que tange à posição de uma nova geração em relação à tradição; a atualização da herança cultural e o problema da transmissão, a questão entre o conflito e o desejo de autonomia juvenil, e a persistência familiar de manter a dependência. Mannheim (1982:93) alertou que cada geração pode desenvolver *um padrão próprio e distinto de interpretação e de influência sobre o mundo*; fato que dependerá do ritmo de transformação social e cultural das gerações e as reações específicas a essas

uma juventude novamente rebelde e perigosa, ora vista como vítimas das estruturas sociais, ora produtora da violência – consequência da desigualdade entre classes perseverantes na atualidade.



Com os estudos dos anos 70 inicia-se a crítica à visão da juventude como desviante, com a influência do movimento feminista que chamava a atenção para o contexto familiar e doméstico – até então pouco estudado nas culturas juvenis. Já na década de 80, começa-se a demarcar as influências consumistas na cultura juvenil, demonstrando como os jovens se apropriam e recriam as influências da moda, da mídia e da economia desses setores, criando estilos variados (MENDES DE ALMEIDA e TRACY, 2003), além de também enfatizar-se a liberdade e os riscos sob diversos ângulos, que os mesmos correm ao experimentar, ousar ao usar o corpo como algo que deve ser menos reprimido.

As críticas posteriores a esse modo de estudar a juventude e a adolescência recaíram sobremaneira nas consequências de vê-los agregados em grupos, sem dar crédito às divergências que os distinguem dentro dos próprios grupos.

Atualmente, tem-se encontrado com facilidade estudos e reportagens cujo foco principal se iguala a essas idéias, na sua quase totalidade. O que vem ocorrendo há décadas é que a juventude compõe ou se insere na grande parte dos denominados problemas sociais, ao mesmo tempo em que há um crescente esforço para prolongar a jovialidade dos adultos (*aproveitar* ao máximo a vida). Em um primeiro momento, a juventude por ser pensada como fazendo parte de um mecanismo de continuidade de valores e de reprodução social. Em um segundo instante, por ameaçar ou causar o rompimento dos mesmos, ou seja, das normas e regras já estabelecidas socialmente para os jovens.

transformações (Ver MANNHEIN, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. (org.) *Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982. Col. Grandes Cientistas Sociais).

A gravidez e o comportamento sexual na juventude não fogem desse pacote de preocupações sociais, assim como a violência, as drogas e o consumo de ideologias (sistema de idéias) ou produtos de valores questionados por determinadas camadas sociais (através de canais como músicas e estilos).²⁰ Alguns trabalhos, por exemplo, que procuram ressaltar a especificidade de determinadas “subculturas” ou “culturas juvenis” – grupos de jovens unidos por uma identidade de pertencimento, que os diferem de outros, em ideologia e comportamento, como *os punks*, *os skinheads*, *os estudantes* e *os operários* – seguem por um atalho teórico-analítico criado pela linha dos ‘problemas’ sociais juvenis (PAIS, 1996; DAYERELL, 1999, 2001; MAGRO, 2002; CARRANO, 2003) ou por comportamentos específicos, como o nomadismo noturno e urbano, dos jovens de classe média carioca, estudados por Mendes de Almeida e Tracy (2003). Além disso, o preenchimento de requisitos para pertencimento neste ou naquele grupo nem sempre é encontrado em todos os participantes. Há uma desconsideração com a diversidade interna de posturas e opiniões.

Mesmo com essas possibilidades interpretativas, todos os estudiosos parecem concordar com o fato de ela ser um momento do ciclo da vida anterior, de passagem à fase adulta; de um tempo de mudanças e ajustamentos de capacidades no âmbito produtivo e reprodutivo; além de ser um momento em que a sociedade “[...] não lhe concede funções, *status* e papéis plenos” (cf. SALEM, 1980:134), embora os responsabilize por uma série de modificações sociais.²¹ Exceto para aqueles trabalhos que a delimitam com faixas etárias fixas, a passagem para a fase adulta pode dar-se, para cada indivíduo, em períodos distintos de acordo com suas trajetórias biográficas.²² Segundo Groppo (2000:212), as tentativas de eliminar as marcas que distinguem a continuidade da infância para a juventude e da juventude para a adultez.

²⁰ Uso estilo, neste momento, de forma semelhante à acepção dada por Dayerell (1999), ou seja: “[...] um conjunto mais ou menos coerente de elementos materiais e imateriais, que os jovens consideram representativos de sua identidade individual e coletiva. Na construção de um estilo, os jovens escolhem determinado gênero musical que consomem, criam um tipo de visual e espaços próprios de diversão e atuação. Assim o estilo pressupõe o cruzamento dos campos do lazer, do consumo, da mídia e da criação cultural.”

²¹ Para uma instigante discussão a respeito de ritos de passagem e a modernidade, conseqüentemente sobre liminaridade, individualização e individualismo ver DaMatta, 2000.

²² A título ilustrativo os animais também recebem a denominação de crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos para seu ciclo de vida – que se diferencia de fase de vida, obedecendo a etapas pré-classificadas como comuns e necessárias. Recentemente, em um programa jornalístico da televisão, a expressão adolescente fora aplicada às baleias que cruzavam a costa brasileira junto às suas mães; na fala do apresentador, a associação do período adolescente referia-se ao aprendizado natural que deveriam ter com baleias adultas (biologização do etário).

[...] resulta uma aberração: eliminar o contraste é eliminar a própria juventude – retorno aos tempos da Europa medieval, da criança como um adulto em miniatura [referindo-se ao trabalho de Ariès (1981)] –, ou uma equiparação com as classes baixas da própria sociedade moderna (em que às crianças e aos jovens são negados direitos especiais considerados inerentes a essas condições); preservar o contraste é negar não só as contingências sociais, culturais e econômicas, mas negar algo que parece fora do alcance das revoltas e revoluções juvenis: o tempo.

A pluralidade atual que permeia a definição de ser jovem, de juventude, a torna singular notadamente por seu caráter impreciso, relacional e contextual (SALEM, 1980; NOVAES, 1998) isto é, por seu caráter de ditas incertezas e de riscos assumidos ou não; seria esta uma herança da década de 80 (cf. PIMENTA et al., 2001), marcada pelo olhar “comportamental e individualista”?

Resumidamente, tem-se que os debates, em geral, sobre *sociologia da juventude* ganharam destaque através das tradições norte-americanas, com estudos sobre os desvios juvenis e as tradições inglesas que lidam com as identidades juvenis da classe trabalhadora, suportadas pela teoria marxista da cultura (cujas formas de consciência social (ou cultura) são determinadas por condições reais de existência e relações de poder) e de análises semióticas pós-estruturalistas (nas quais o signo, nos processos significativos, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém). Neste mesmo período, início do século XX, a Antropologia tomava a adolescência como um dos seus conceitos principais para estudar jovens, por conseguinte, a disciplina, inicialmente, ampliou, reduziu e amarrou posições teóricas e históricas particulares com os estudos culturais. Conforme Bucholtz (2002), muitos antropólogos se detiveram nos modos como a adolescência em diversos locais do mundo assumia papéis culturalmente reconhecidos de jovens, desconsiderando as conseqüências mais profundas destas transformações culturais e desiguais na vida juvenil, especialmente com o impacto da modernidade e da reestruturação econômica. Posteriormente, as rápidas mudanças culturais dão impulso a uma vasta produção sobre temas que enfocam a formação de subculturas juvenis como resistentes às mudanças – agrupando uma série de concepções universalizantes ocidentais para o que consideram ‘comportamental’ no processo específico de socialização da juventude (por exemplo: violência, *crise*, *distress* psicológico, estilos de vestir e de portar-se ao adotar ideologias divulgadas por músicas). Nestes estudos, a perspectiva centra-se na visão adulta dos jovens ou do que é comum a eles enquanto membros de um grupo etário ou de

identificação (os *funkeiros*, os *maconheiros*). Assim sendo, como se vê, não é incomum que temas como os exemplificados acima ou, ainda, as ideologias aplicadas no estilo de vestir e viver componham as pesquisas que se engendam nesta área; de certa forma, estudos sobre cultura jovem respondem aos conflitos estabelecidos entre classes sociais ou ideológicas nas sociedades modernas industrializadas (cf. BUCHOLTZ, 2002:539), sobretudo se são jovens das classes populares (os mais ‘pesquisados’). Por outro lado, é um novo campo, que se contrapõe à elucidação de uma juventude entendida como um *grupo*, pois, tenta desvelar as práticas culturais juvenis; prioriza a pluralidade de significações e vivências da juventude dentre pessoas de um mesmo grupo e nesta fase de vida – como ‘eles’ negociam suas práticas e identidades em uma variedade de contextos sociais e familiares para serem considerados adultos por si mesmo e pelos ‘outros’.

1.3.2 A passagem

Como etapa do ciclo da vida²³ a juventude adquiriu com ou sem esforço, não decorrer de muitos anos, a prerrogativa, nem sempre aceita, mas esperada, de poder quebrar regras e inovar comportamentos – que se desfrute e que se ouse agora do que depois, diriam muitos: “*não fica bem*”, afinal “*têm que aprender a criar juízo!*”. Neste mesmo âmbito – dos recatos, dos comportamentos *versus* ter e se colocar como alguém respeitável socialmente – a juventude é um período em que vários elementos familiares e sociais estão superpostos pelo controle e questionamento do tipo de adulto que se formará no futuro. Um dos motivos pelos quais os olhares são mais intensos nesse momento são as expectativas familiares que vão desde a carreira profissional a ser definida ou já estabelecida – de acordo com as oportunidades de inserção no mercado de trabalho – ao casamento e às reproduções futuras de valores importantes para um indivíduo estar inserido em vários domínios do seu contexto social.

²³ Ciclo da vida não está sendo empregado como parte de um modelo linear de existência natural dos sujeitos sociais, portanto universal e limitante através das noções sobre etapas a serem preenchidas por todos até a velhice. Mas também não se desvincula totalmente dessa noção, haja vista que suas origens foram construídas a partir dessas idéias. Minha intenção, certamente, não é a de tomar os ciclos como algo estável e universalizante, ao contrário. A posição que os indivíduos tomam para si e as condutas daí decorrentes, fato que independente das idades, permite uma variedade de representações que os ciclos da vida, no sentido estanque, não comportam. Todavia, sabe-se que na cosmologia e no imaginário social as idades, juntamente com a aparência física, têm um grande poder de classificação e organização dos sujeitos sociais (por exemplo, em “grupos de status” cf. Bourdieu, definidos por uma posição na hierarquia da honra e prestígio).

A passagem de uma fase de vida para a outra faz parte de um conjunto de fatores que permite que a identificação dos indivíduos, com a nova posição, se processe gradualmente. Às vezes, os indivíduos não têm gerência direta sobre esses fatores que os empurram para uma nova postura de vida. Por exemplo, atualmente o ingresso dos jovens na fase adulta não se dá exclusivamente pela aquisição, nas classes baixas e médias, de um patamar de escolaridade. Embora a escolaridade possa alavancar o processo de entrada no mundo laboral altamente competitivo e adulto ela também nem sempre garantirá ao jovem uma posição profissional e uma independência financeira ao final dos estudos. No entanto, comumente um adulto começa a ser visto como tal a partir de sua inserção no trabalho, com ganhos que lhe permitem pagar algo para a família e/ou para si.

Segundo Galland (1997:55) são os eixos escolar-profissional (fim dos estudos e inserção no mercado de trabalho) e familiar-conjugal (saída da casa dos pais e início de uma vida conjugal) que norteiam a transição, de um *status* para outro, da juventude para a vida adulta. A meu ver, são pelo menos estes os mais examinados/valorizados pelos teóricos e pela sociedade em geral, porque circundam as mudanças e, de modo geral, repercutem na vida adulta. Como os estudos sobre juventude não estão totalmente desconectados em alguns pontos com os de saúde juvenil, são igualmente esses mesmos percursos (escolar-profissional e familiar-conjugal) que ganharam destaque na literatura sobre a gravidez na adolescência, referido-os juntamente com as associações estatísticas que os ligam ao menor capital econômico e cultural. Em outras palavras: a gravidez nesta faixa etária ocorre em maior número nas camadas baixas da sociedade, as quais possuem menos escolaridade – relação que discutirei no último item deste capítulo – assim sendo, os prejuízos apontados pela literatura de saúde pública se apegam ao eixo escolar-profissional para mostrar as primeiras conseqüências da gravidez na adolescência (ou as mais hierarquizadas).²⁴ No entanto, cabe aqui pensar em que medida a renda é um bom marcador de gravidez juvenil, ou seja, quais fatores presentes nos meios populares jovens que os diferenciam de outros estratos sociais?

²⁴ Cito alguns dos autores que abordaram a gravidez ‘precoce’ relacionada à baixa renda: Abrahamse, Morrison e Waite, 1988; Barnett, Papini e Gbur, 1991; Mayfield-Brown, 1989; Robbins, Kaplan e Martin, 1985; Plotnick, 1992; Fraser et al., 1995; BEMFAM, 1996; Côté, 1996; Lindelow e Maughan, 1997; Buvinic, 1998; Costa, 1998; Cunha e Monteiro, 1998; Monteiro et al, 1998; Higginson, 1998; Singh, 1998; Gupta e Leite, 1999; Singh e Darroch, 2000; Santelli et al., 2000; Corcoran, Franklin e Bennett, 2000; McLeod, 2001; Martin e Hutchinson, 2001; Mulato e Schooler, 2002.

Ao pensar a juventude como um processo de construção social de ser homem e mulher e, principalmente, em ser jovem, considero importante à análise dos fatores sociais e culturais valorizados de modo geral e por eles, pois dão significados próprios aos comportamentos conceituados juvenis. Com esta proposta, é mister destacar quais eixos analíticos estão se colocando como diferenciadores entre os jovens e os adultos. Mais especificamente, uma vez que a gravidez é avaliada nos meios biomédicos e disciplinas afins como *precoce* ou *indesejável* à juventude e à adolescência, quando então poderia uma jovem engravidar sem que estes adjetivos sejam qualificadores desse evento? Particularmente as questões colocadas se afinam, porque apontam as demarcações morais e comportamentais dos adultos para com a juventude.

A idéia de priorizar as abordagens biográficas dos jovens, usadas por Galland (1997), Pais (1999) e Heilborn et al. (2002), dentre outros autores, favorece as perspectivas contextuais e individuais como importantes aspectos de significação e construção da subjetividade, da identidade e dos elementos que sinalizam a entrada da juventude na vida adulta, através de um processo de socialização. As decalagens entre as idades em um grupo, uma família ou em um contexto social maior, com as formas específicas de passagem para a vida adulta conduzem inevitavelmente às diferenças “socialmente significativas” de articulação e definição desse processo de socialização (cf. GALLAND, 1997).

Para Galland (1997:55), a abordagem “biográfica” integraria os três aspectos acima apontados e permitiria uma leitura “da passagem à idade adulta em função das interações” dentro de um calendário coexistente ou não com a idade. Assim, também se teria a dimensão da importância dos eventos e dos aspectos familiares e/ou individuais que estariam colocando em pauta novas formas de fazer esta transição da juventude e de perceber a infância e a adultez. Um dos pontos considerados pelo autor, também por outros pesquisadores no Brasil, é o de que os rituais de passagem formalizados no ocidente contemporâneo de hoje se enfraqueceram quando comparados às formas tradicionais de delimitação e ingresso no mundo adulto de anos atrás. Bozon (1997) também comparte desta idéia quando elenca uma série de fatos importantes de uma transição gradual da juventude na modernidade, como o ingresso no quartel, a iniciação sexual, a possibilidade de votar, o manejo do dinheiro de uma conta bancária própria ou até mesmo o primeiro beijo.

Como as transições são diferenciadas conforme as condições individuais e do contexto social, Galland (1997) propõe dois tipos de transição. Um modelo mais próximo daquele encontrado nas camadas populares, isto é, que faz uma demarcação da transição da juventude para a fase adulta de uma forma mais brusca ou rápida, baseadas na saída da escola, na entrada no mercado profissional e na união conjugal. Estes três fatores podem não ser coincidentes no tempo. Galland, embasado nisso, o denomina como *modelo tradicional do trabalhador*. Ao apreciar este modelo para a realidade brasileira, inicialmente, pode-se inferir que boa parte dos jovens do segmento popular trabalham (fazendo ‘biscates’ ou tendo sua “carteira assinada”) antes mesmo de concluírem seus estudos do nível fundamental ou médio. Muitos porque precisam ajudar economicamente suas famílias. A questão a se pensar é se tal ganho econômico e de confiança, no ambiente familiar, abre possibilidades para que os jovens acessem meios e atividades de lazer em que a aprovação familiar não possui mais o mesmo peso para interdição, ou nem mesmo seja praticada, pois os jovens já se comportam no plano econômico como os adultos da casa. Ou seja, ainda vistos como jovens, mas com direitos ao lazer como os adultos, demarcando um primeiro passo para o processo de transição, tanto do ponto de vista do jovem como dos familiares. A ambigüidade da posição do jovem na família é constante – legalmente os 18 anos chega-se a *maioridade*, converte-se (em parte) em adulto, mas na família “seu caráter é mais impreciso” (cf. SALEM, 1980), é relacional a seu comportamento (ou de como a família se coloca), a posição e idéias por eles adotados.

Paralelo ao modelo do trabalhador de Galland (1997) há o *modelo burguês*, aquele que podemos encontrar (não genericamente) nas camadas médias e altas brasileiras. Neste modelo o papel dos estudos é mais extenso e deve ser prolongado ao máximo para que os jovens tenham melhores garantias de uma vida profissional com sucesso, conseqüentemente um futuro econômico que lhes propicie confortos. Por conta disso os jovens permanecem mais tempo sob o mesmo teto que os pais, formam sua família e saem da casa dos pais quando estão mais aptos a sustentá-la, inseridos em algum trabalho formal mais estável.²⁵

Retomando o que já fora colocado, no domínio destas idéias teórico-analíticas sobre juventude, a classificação etária não se mantém com a mesma força que tivera

²⁵ Galland (1997) argumenta que o *alongamento da juventude*, ou seja, de uma trajetória estudantil e permanência na casa dos pais, também é encontrado nas camadas populares francesas.

anteriormente (início do século XX), apesar de ser preponderante como parâmetro de atuação para as instituições/organizações educadoras e de saúde. Paralelo e vinculado a esse movimento, a imagem positiva da juventude tem-se tornado cada vez maior no Ocidente. Ter a “cabeça jovem” e se possível conciliar um corpo jovem é um valor importante na atualidade – um modelo juvenil de viver a vida é consumido cada vez mais não só por jovens, mas por adultos e velhos (DEBERT, 2003). Contudo, não é um modelo de consumo e de vida que se aplique uniformemente a todas as camadas sociais, visto que há diferenças de transição de uma fase a outra entre os segmentos como as dos dois modelos que Galland definiu.

Neste sentido, as diferenças entre os estratos sociais vinculam-se ao conjunto de fatores socioeconômicos e culturais que se impõem aos indivíduos, delimitando modos de ver o mundo e de viver. Essas desigualdades, logicamente, se refletem nos processos de socialização dos jovens e nas influências sentidas e vividas no público e no privado frente às transformações sociais, econômicas e culturais. Por sua vez, a família como um espaço e um agente privilegiado de socialização (SALEM, 1980), adota e recria referenciais que: (a) são identitários (como os de gênero e os de classe) e que (b) estimulam um sentimento de pertencimento. Que é mantido ou acionado por uma série de valores transmitidos (c) pelas gerações passadas e (d) assumidos ou repelidos na geração mais atual. Não só os valores do passado compõem uma família, muitos são integrados no decorrer dos tempos, pois a reprodução social permite mudanças, facilmente identificáveis na história social e das mentalidades.²⁶

Quando se fala da juventude na modernidade como uma figura social positiva (GALLAND, 1997), fala-se também da competência juvenil de experimentar, de se individualizar, de tecer sua trajetória (SALEM, 1991), de quebrar quantos ovos forem necessários para fazer a sua omelete e para aproveitá-lo. É igualmente, neste sentido, que existem *juventudes* e não uma juventude monolítica. Os valores de pertencimento a um dado universo e de apreensão e uso de hábitos e costumes coloreem as *juventudes*.

²⁶ Bourdieu (1982:7) ao discutir os mecanismos de reprodução social, transcreve uma lição, mais que um poema, de Robert Desnos (poeta francês surrealista). De forma simples o poeta fala sobre as mudanças e as estagnações:

O Capitão Jonathan,
Com a idade de dezoito anos,
Captura, um dia, um pelicano
Em uma ilha do Extremo Oriente.
O pelicano de Jonathan,
Na manhã, põe um ovo totalmente branco
E desse ovo sai um pelicano

Que se parece espantosamente com o primeiro pelicano.
E o segundo pelicano
Põe, por sua vez, um ovo também branco
De onde sai, inevitavelmente,
Um outro do mesmo jeito.
Isto pode durar muito tempo
Se, antes, não for feita uma omelete.

Desse modo, pensar, estudar e analisar jovens é pensar, estudar e analisar *modos de ser*, que podem ou não estar de acordo com os valores morais e sociais reproduzidos pela geração anterior do seu grupo familiar e/ou mesmo por um grupo de jovens da sua mesma época.

Portanto, as relações sociais e as tensões sócio-culturais e morais decorrentes dos encontros entre ontem e hoje – autonomia juvenil (autodeterminação) e heteronomia familiar (controle parental) – entre homens e mulheres só adquirem sentidos se os dados empíricos forem contextualizados. Ao ressaltar a importância da dimensão geracional, avaliada como um meio poderoso de transmissão dos valores familiares, tem-se a imagem de uma juventude que a cada geração quebra regras e normas sociais; *onde é que vamos chegar* é o que muitos perguntam quando vêm novos hábitos e costumes sociais e morais se firmando. Talvez seja este um dos motivos que fazem com que jovens, que possuem valores ditos por alguns como mais conservadores, sejam quase esquecidos nos estudos acadêmicos, porém são exaltados no interior das famílias, visto que pouca ou nenhuma provocação fazem aos mecanismos sociais mais rígidos no sentido de dar continuidade a eles (‘é um bom moço, sempre ajudou os pais’). No entanto, se contrapõem a outros comportamentos, mais modernos, dando destaque aos grupos antagônicos, às normas sociais mais estreitas. Quando os meios de comunicação abrem espaço para a juventude como um “*grupo*” são os comportamentos que ferem a moral religiosa familiar, como os sexuais, que geralmente tomam a frente e se mantêm como características dominantes, distintas de outras épocas.

1.4 Gênero: manutenção das desigualdades

É pela natureza cultural-histórica, relacional e dinâmica da sociedade que as trajetórias biográficas dos homens e das mulheres traçam encontros por vezes semelhantes ou díspares entre eles, mesmo que as novas aquisições de direitos e espaços para ambos sexos tenham ocorrido.

Gênero significa a distinção entre os atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos (HEILBORN, 1994; SCOTT, 1995). É relacional “[...] quer enquanto uma categoria analítica, quer enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem

como as transformações historicamente por ela sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero têm lugar” (SAFFIOTI, 1992:187). É uma categoria que possibilita um modo de compreensão das complexas significações e conexões entre as várias formas de interação social e onde o sistema de poder se articula na igualdade e desigualdade (cf. SCOTT, 1995).²⁷

Trata-se de uma referência conceitual usual e essencial na Antropologia, que fora resgata e sofisticada por antropólogas afinadas com o feminismo (cf. HEILBORN, 1992; SCOTT, 1995) e com movimentos ‘gays’. É um conceito problematizador e coloca “as coisas em termos de relações de poder, de saber” (cf. PERROT, 1995).²⁸ Este conceito só tem sentido se situado no campo das criações possíveis das relações sociais e das experiências sexuais de homens e mulheres. Giffin (1999) aponta que embora a importância dos estudos recaia na relação social e no poder, o *gênero* “deixa em aberto o conteúdo empírico que é historicamente (re)elaborado” e que não tem um significado único e universal (p. 82).²⁹ Isto leva à conclusão de que uma dimensão mais abrangente da cultura sexual do local pesquisado é facilitada pela união dos modos históricos de apresentação do gênero na vida cotidiana e os significados atribuídos a ele nas relações sociais (cf. PARKER, 1991).³⁰ Isto explicaria porque a base fisiológica e anatômica não é prioritária para definir gênero. Ele não se filia exclusivamente ao biológico. Portanto, a prioridade no interior dos estudos de gênero está na forma relacional como masculino e feminino são qualificados socialmente e se articulam culturalmente nas suas relações afetivo e/ou sexuais.

Então, uma vez colocado que os estudos de gênero nos informam como as expectativas e experiências do masculino e do feminino são absorvidas e colocadas em prática nas trajetórias e histórias dos sujeitos sociais, tem-se, de um modo ou de outro,

²⁷ A definição de Scott chama atenção para outros elementos além dos já colocados, que seriam (1) o de “descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero” (1995:87) e (2) da identidade subjetiva, ou seja, de uma identidade que deve ser considerada em termos históricos, que são “substantivamente construídas” permitindo-nos “relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas” (1995:88). Todos estes elementos, ressalta Scott, não operam sem os outros.

²⁸ Para maior detalhes sobre as idéias da autora, ver: Entrevista com Michelle Perrot. *Horizontes Antropológicos*. Ano 1, n. 1, p. 143-148, 1995.

²⁹ Por exemplo, o artigo de Muehlenhard (2000) evidencia que as definições de homens e mulheres variaram com o tempo, alteraram a percepção e a definição de gênero. Salienta que “[...] há quase sempre mais variabilidade dentro dos grupos (por exemplo: homossexuais, gays, lésbicas e heterossexuais) do que entre os grupos” (2000:105).

³⁰ Gênero tem sido apontado por Parker (1991) como um sistema de coordenadas que faz distinções entre feminino e masculino e suas características. Esse sistema explica, a partir de uma retrospectiva histórica, como a cultura sexual estrutura a vida sexual no Brasil contemporâneo.

como gênero comporta aspectos da sexualidade. Villela e Barbosa (1996:190) postulam que “[...] sendo o corpo um *locus* de significados sexuais, práticas históricas e sensações físicas, simultaneamente sujeito e objeto de construções sociais, e estando a sexualidade referida a este complexo, o gênero seria apenas uma das dimensões a serem consideradas na sua abordagem”.³¹ Ele, o gênero e tudo o que ele abarca, estaria englobado por uma categoria mais complexa ou englobante – a sexualidade. Ou seja, impossível ater-se ao gênero sem correlacioná-lo à sexualidade, onde efetivamente ele comporta características relacionais e distintas e onde se pode cotejar a experiência sexual com a perspectiva de gênero (HEILBORN e BRANDÃO, 1999).

A sexualidade é um campo de pesquisa bastante vasto que estabelece um diálogo constante com o saber médico (LOYOLA, 2003). Nas Ciências Sociais o trabalho de Malinowski (*A vida sexual dos selvagens*, 1983), entre os anos 20-30, fora eleito como um dos exemplos clássicos da etnologia sobre o tema. A sexualidade, como objeto de estudo, foi entendida como uma força sociológica e cultural que motivava a construção de alianças importantes entre homens e mulheres para as tarefas domésticas e as funções econômicas; é o domínio mais privado da vida privada (BOZON e LERIDON, 1993). Todavia, sua definição dicotômica na lógica de gênero (homem e mulher) colocou no plano do invisível as relações entre homens/homens e mulheres/mulheres (cf. SCOTT, 1995).³²

As relações e as diferenças entre homens e mulheres no Ocidente são muito mais complexas e tão ou mais desiguais quanto Malinowski mostrou sobre os trobriandeses. Na história mais recentemente das lutas pela igualdade de tratamento entre os sexos, as mulheres, através do movimento feminista, dos anos 60-70, conseguiram obter alguns resultados, como o de ter direitos menos desiguais no trabalho (SCOTT, 1995). Em consequência dessa nova postura feminina houve, segundo Loyola, o desmanche de “[...] laços comunitários, introduzindo um modelo individualizante da relação entre os sexos, abalando os alicerces da complementaridade entre eles e a divisão sexual do

³¹ Godelier ([1981] apud Scott, 1995:89) apontava que “[...] não é a sexualidade que assombra a sociedade, mas antes a sociedade que assombra a sexualidade do corpo. As diferenças entre os corpos, relacionadas ao sexo, são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não tem nada a ver com a sexualidade”.

³² Os trabalhos de Mead (*Sexo e Temperamento*, 1988 e *Coming age in Samoa*, 1928) e Bateson (*Naven: A survey of the problems suggested by a composite picture of the culture of a New Guinea tribe drawn from three points of view*, 1965) são também expoentes de trabalhos iniciais na arena antropológica para o debate da construção do gênero através da descrição da diferenciação da conduta de homens e mulheres nas sociedades ‘simples’.

trabalho que restringe a mulher à esfera doméstica” (LOYOLA, 2003:878). Ainda que hoje as mulheres se assegurem de seus direitos, eles não são suficientes para exorcizar todas as diferenças culturais e jurídicas, tampouco as que falam das posições políticas de saúde coletiva dos governos. Por mais anos que tenham passado é possível ainda afirmar que o homem se diferencia social e favoravelmente da mulher (HEILBORN, 1999), mas isto não se restringe somente ao mundo do trabalho.

Um dos fatores que demonstra histórica e claramente os espaços do mundo masculino como distintos do feminino está na socialização. Desde o século XIX até meados do século XX a educação feminina, no seio da família, direcionou-se basicamente ao lar e ao casamento. As ‘adolescentes’, com 13-14 anos, não deveriam tardar em casar, pois a alegação baseava-se no fato de que “a transformação física e moral da puberdade, para as meninas, é mais precoce e mais rápida que para os meninos” (cf. THIERCÉ, 1999).

Um outro exemplo de desigualdade e de como os corpos simbolizam as relações sociais, as relações de ‘poder’ é encontrado no trabalho de Bock (2002), sobre grandes mutações do século, inserido na coleção *Histoire des femmes en Occident - Le XX^e siècle*. Ao reconstruir historicamente a luta das feministas e o poder do Estado em relação à mulher e à maternidade na Europa, a partir do final do século XIX, a autora coloca que as feministas utilizaram a maternidade como bandeira de suas reivindicações. Fato que não só demarcou a clivagem das diferenças, mas também unificou a imagem da mulher ao dever dos cuidados domésticos e filiais, desresponsabilizando o homem de sua participação nos cuidados desde o nascimento. O Estado, por sua vez, jogou com políticas e legislações ora incentivando a maternidade (quando as taxas de natalidade decaíram visivelmente), ora interditando ou indo contra as reivindicações de igualdade. Há uma amplitude de interesses político-sociais e culturais na manutenção das discrepâncias de gênero que servem à reprodução social.

No mundo feminino a sexualidade envolve constante e principalmente a moral feminina para manter uma certa ordem de hierarquias sociais entre os gêneros. No plano das representações sociais o masculino é comumente caracterizado pela: diferenciação, descontinuidade, marcação, deslocamento e exterioridade. E o feminino pelo oposto: indiferenciação, continuidade, permanência e interioridade.³³

³³ Essa forma de organização social que comporta uma hierarquia assimétrica e simbólica entre homens e mulheres é o que Heilborn (1994) chamou de “*universalidade da hierarquia*”. As diferenças entre

As razões para que a assimetria se mantenha podem ser encontradas em fatos que correlacionam estes aspectos, e que se apresentam em inúmeras versões no cotidiano das relações entre os indivíduos (ROSALDO, 1995).³⁴

Os binômios natureza/cultura e gênero/sexo se entrelaçam de tal forma que parecem ser indissociáveis empiricamente. O conhecimento científico não foge à regra. Por exemplo, Citeli (2001), a partir das idéias de Emily Martin³⁵, ratifica que as hierarquias de poderes entre os gêneros se fazem presentes, repetindo padrões culturais, em definições biológicas do óvulo (passivo) e do espermatozóide (ágil) naturalizando os comportamentos em que os homens levam vantagens.³⁶ Tomo aqui um outro exemplo enviesado sobre um tema que circunda a tese, que é o uso corrente de duas expressões: *mãe-solteira* e *fazer mal*. A primeira expressão parte do princípio de que a maternidade é uma decorrência do matrimônio. Quando desenquadrada publicamente da união conjugal a moralidade social sobressalta o ‘estado civil’ (solteira) para (des)qualificar a maternidade fora de uma relação ‘legitimada’. A segunda expressão, *fazer mal*, serve de alerta para muitas jovens. Nela está contida não somente a idéia de que um homem poderia penetrá-la e engravidá-la, mas que as decorrências futuras dessa penetração e engravidamento seriam maiores, e que realmente lhe causariam mal-estares sociais e morais. No entanto, expressões prosaicas que envolvem a paternidade e a conjugalidade masculina não me são conhecidas, visto que para os homens a moral sexual está

homens e mulheres cumprem a função básica do “pensamento”, isto é, ordenar e estruturar as relações em contextos sociais diversos dentro de um modelo explicativo da causa dessa assimetria. Desta feita, as questões de gênero podem ser apreendidas no plano das representações, das práticas e das experimentações (BOZON, 1995b).

³⁴ Cf. ROSALDO, M. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. In: *Horizontes Antropológicos*. Ano 1, n. 1, p.11-36, 1995.

³⁵ No artigo: *The Egg and the Sperm: how science has constructed a romance based on stereotypical male-female roles*. In: LASLETT, B. et al. *Gender and scientific authority*. Chicago: University of Chicago, 1996.

³⁶ Tais idéias igualmente estão baseadas nos conhecimentos Hipocráticos, que segundo Françoise Héritiér “[...] também em sociedades indígenas e africanas. De modo marcante, os espermatozoides portadores do caractere X (feminino) são julgados mais lentos que os portadores do caractere Y, o que implica em momentos mais favoráveis para a concepção, variáveis segundo o sexo desejado do bebê. A idéia da lentidão relativa e da atonia do caractere X se encontra [...] sob as idéias dos biólogos, sob a forma da inércia das células germinais femininas que devem ser ‘ativas pelo princípio do masculino’” (HÉRITIÉR, 1996:11). A autora prossegue da seguinte forma: “[...] os humores dos corpos são sempre observáveis, submetidos à trituração intelectual [...] Sabe-se que Aristóteles explica a fraqueza inerente à constituição feminina por sua umidade e sua frieza, como as perdas de substância sangüínea que as mulheres se submetem regularmente sem poder se opor nem frear o curso disto. Os homens não perdem sangue se não voluntariamente, pode-se dizer em ocasiões que eles procuram, como a caça, a guerra e a competição” (1996:26 - tradução livre).

balizada por outros valores.³⁷ Ainda citando outro exemplo para esta discussão, uma jovem grávida pode ser recriminada pelos amigos ou ter que interromper seus estudos por vergonha (dependendo do caso e de *n* fatores), mas é menos provável que o mesmo ocorra com o homem, que ‘comprova’ sua masculinidade ao engravidar uma mulher. As mesmas relações que constroem as identidades sexuais definem também as posições no mundo (DUARTE, 1986). Segundo Heilborn (1996), é a partir de 3 dimensões que a identidade sexual é conformadora do indivíduo no mundo social. A primeira está baseada nos “atributos e traços que constituem classificatoriamente o sujeito”; a segunda está ligada ao “modo como tal elenco de atributos insere-se num campo de significações sociais em que outros eixos classificatórios estão presentes” (1996:137); a última une-se às marcas e os valores a elas atribuídos compondo uma imagem e relação de si, e com o outro. Parte-se da premissa que identidade social seria a “moldura” necessária e possível para os valores e formas de se compor e agir no mundo. E se tomamos a definição de identidade sexual como um processo e reconhecemos a forma como as mulheres são simbolizadas sexualmente no dia-a-dia percebemos com mais nitidez a importância da dimensão social na identidade sexual.

Decodificar os sentidos de gênero dentro dos contextos onde há uma coexistência de vários arranjos é um desafio constante. Neste sentido, é importante correlacionar a juventude aos sistemas de ações que perpassam os espaços privados e públicos, estruturando a sexualidade no processo relacional cultural de socialização de gênero.

1.4.1 A sexualidade e a visão do essencialismo e do construtivismo

A sexualidade, por sua vez, se constituiria em uma dimensão mais subjetiva, na qual o sujeito (re)constrói representações e estratégias de inserção, e prática erógena e/ou reprodutiva do que aprende através de sua socialização (regras/normas).

Historicamente, no final do século XIX, sua definição restringia-se aos estudos das ciências biomédicas, caracterizando-a em função do que era patológico ou não nas relações entre os indivíduos. Estudos pioneiros de S. Freud, H. Ellis, A. Kinsey, W. Master e V. Johnson procuram descrever e circunscrever as várias possibilidades de

³⁷ Moral, do ponto de vista antropológico, abarca e compreende a interpretação que os sujeitos fazem de si, das experiências que os envolvem. Neste caso, quais são os valores e normas acionadas e mantidas nas suas falas como explicativas ou expressivas do que ocorre ou ocorreu.

definir um ato sexual e de avaliar um comportamento sexual e os prazeres (sensações e fantasias) dele decorrentes.³⁸ Essas linhas de pesquisa que superaram, somente em parte, a sexologia do século XIX (do ‘normal’ e ‘anormal’), não se detiveram em definir o termo sexualidade propriamente dito. Mas priorizaram o prazer e o sexo no funcionamento conjugal. Kinsey, muito sinteticamente, nos anos 40, associava a sexualidade ao orgasmo e não fazia alusão à reprodução ou à gravidez. Master e Johnson também não o fizeram para a reprodução, nos anos 60, ao privilegiarem a fisiologia do sexo (isto é, a descrição das fases de excitação até a resolução pelo orgasmo) entre casais heterossexuais observados em um laboratório, e ao defenderem a idéia de que o sexo-prazer é importante para o casamento.³⁹

Não só a Medicina se deteve em teorizar ou localizar posições sobre a sexualidade. As Ciências Sociais também identificaram duas posturas teóricas e historicamente importantes nos estudos sobre a sexualidade. São elas o essencialismo e o construtivismo social. Estas duas posições devem ser examinadas como tendências de pensamento, resultados de representações e não como escolas específicas (TERTO JR., 1999).

A primeira na ordem cronológica das idéias é a do essencialismo e postula que há algo de natural (fisiológico) em todos os corpos. Para este paradigma há uma libido a cargo da reprodução: “os fenômenos relacionados à sexualidade” tendem a seguir um padrão natural, o do corpo biológico (TERTO JR., 1999:26). Essa proposição teórica surge na *onda do evolucionismo* ao redor do século XIX. Nos anos 80, a postura essencialista ganha poder explicativo, principalmente, por trabalhar com a homossexualidade como decorrência de um padrão de vida, localizando os homossexuais como *grupos de risco* para a soropositividade do HIV.⁴⁰

Na década de 60-70 o meio intelectualizado abre a problematização dessa energia universal sexual *natural* aos seres. Isto é, procura-se significados nas formas culturais de contato sexual entre os seres de sexo diferente/igual ou mesmo de uma sexualidade que não está ligada somente à atividade reprodutiva (HEILBORN e

³⁸ Para uma leitura crítica sobre os trabalhos de Ellis, Kinsey e Master e Johnson ver ROBINSON, P. *A modernização do sexo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

³⁹ Naquele contexto de pesquisa e debate social, a homossexualidade se destacou no espaço da sexualidade como uma patologia, um “desvio de personalidade” e um “distúrbio de orientação sexual”. Através das lutas constantes e persistentes dos movimentos sociais afinados com estas questões a homossexualidade deixa de pertencer ao livro das desordens mentais (DMS) como uma doença.

⁴⁰ Sobre as implicações destas tendências de pensamento na produção e constrição da homossexualidade, ver Terto Jr. (1999).

BRANDÃO, 1999). O construtivismo – nome dado a essa visão – introduz a idéia de que a sexualidade é um constructo social (TERTO JR., 1999). Assim sendo, a identidade sexual pode ser “uma escolha ou uma opção. A princípio todos os indivíduos seriam iguais. Seriam as condições culturais e sociais que definiriam as diferenças” (TERTO JR., 1999:30). De acordo com o mesmo autor, apoiado pelo trabalho de Carol Vance (1989), tal pressuposto permite que se tenha no campo investigativo uma atitude mais flexível para as mudanças e descontinuidades na constituição da sexualidade.

As análises que se filiam ao construtivismo social são recorrentes no campo da Antropologia, justamente por se desvincularem das teorias dos impulsos e instintos salientados pelo essencialismo, e por estarem mais próximas das compreensões das relações e das representações sociais estabelecidas entre os níveis individuais e sociais. Porém, o construtivismo não esteve ligado somente à produção intelectual acadêmica, ele tem repercussão nos movimentos sociais que apregoam direitos iguais a todos, independente de orientação sexual como demonstraram Gagnon e Parker (1995). Assim como o essencialismo, o construtivismo também recebeu suas críticas, fundamentadas na sua posição de ver a sexualidade como uma construção social e desconsiderar a realidade concreta das orientações sexuais.⁴¹

No Brasil, o trabalho de Parker (1991), influenciado pelo construtivismo, discute as diversas possibilidades de manifestação da sexualidade, dentre elas a da sexualidade no imaginário coletivo como transgressora, ao mesmo tempo em que convive na esfera pública com fortes regras morais. Salientando os significados subjetivos dos encontros entre a dimensão reprodutiva (nível individual) e cultural (nível social), fundamental para a compreensão de gênero, Parker aponta que: “[...] temos que começar a entender não a frequência empírica de certos atos sexuais, mas também seu poder emocional sobre os participantes e o sistema mais amplo dos sentidos que os tornam significativos [...] na vida sexual”. Pois para ele “[...] os significados subjetivos acabam sendo construídos a partir de sistemas culturais intersubjetivos existentes em cenários sociais

⁴¹ Segundo Terto Jr. (1999:37-8): “Apesar das implicações politicamente positivas sobre a homossexualidade, também o construtivismo social foi alvo de crítica de pesquisadores e grupos ativistas gays (VANCE, 1989; CONNEL e DOWSETT, 1992; PRINGLE, 1992). O construtivismo, para eles, poderia ser desmobilizador do movimento homossexual. Ao pressupor a homossexualidade como uma categoria simbólica relativa a determinados contextos culturais, um “script”, uma invenção da ciência ou produção do capitalismo, estaria negando a homossexualidade como uma realidade concreta, explicando-a como uma construção social [...] O construtivismo – e sua tendência relativizante – poderia ser uma ameaça aos esforços e ganhos políticos do movimento nos últimos anos, que coincidem com o advento da

específicos” (1994:142). Foucault (1989) afirmava que a sexualidade deveria ser considerada com um produto de incitação do discurso, de estimulação dos corpos, das resistências e controles estabelecidos cuja função é estabelecer um poder, uma técnica para a regulação dos corpos em nível macro (população) ou micro (individual). A sexualidade e os discursos que a regulam cotejam uma sociedade sexualmente útil, isto é, que política e economicamente possa estar regulada por parâmetros importantes naquele momento histórico, como taxas de natalidade, fecundidade, precocidade, gravidez etc. condizentes com sua época.

Os múltiplos significados atribuídos à sexualidade, além de construídos socialmente são produzidos por uma série de discursos que nos informam o que é sexo, o que pode ser considerado e o que deve ser disciplinado por ser sexual. Portanto, para finalizar é preciso ainda esclarecer como a sexualidade ou o que é classificado como sexual é aqui delimitado. A partir das formulações do construtivismo expostas, as quais me filio como modelo teórico para analisar a sexualidade, fica claro que uma definição universal ou mesmo geral da sexualidade no local estudado seria errônea e incompleta. A sexualidade, como um fenômeno social, é algo construído histórica e socialmente porque não está limitada pelas evidências corporais, como os órgãos sexuais masculinos e femininos, embora os considere. Ela toma habitualmente vários sentidos (piadas, brincadeiras) e apreende várias atividades cotidianas (dança, jogos) que são conceituadas como sexuais por uns e não por outros. Por ser mutável, ela abarca uma escolha pessoal ao longo da vida. O cunho sexual das atividades entre os indivíduos é que denota se os atos/comportamentos são ou não sexuais; o que é visto como pornográfico por alguns pode ser avaliado como uma forma de amor por outros.⁴² Portanto, a sexualidade abrange todo um conjunto de comportamentos e idéias com significados sexuais igualmente pessoais (PARKER, 1991; LEAL, 2003).

Isto implica em afirmar que durante as análises deste estudo “os significados sexuais, e, sobretudo, a própria noção de experiência ou de comportamento sexual, não seriam passíveis de generalização, dado que estão ancorados em teias de significados articuladas a outras modalidades de classificação, como o sistema de parentesco e de

AIDS, quando a mobilização homossexual é tão decisiva para enfrentar a onda de preconceitos, entre outras conseqüências impostas pela AIDS, principalmente aos homens que fazem sexo com homens”.

⁴² Segundo Parker (1991), de modo geral, há interações que sempre foram conceituadas ou significadas como sexuais entre os indivíduos, em nossa sociedade, como o coito (anal e oral) e as relações que comportam carícias íntimas; principalmente aquelas preliminares ao coito ocorridas entre homens e homens, mulheres com homens, mulheres com mulheres.

gênero, as classificações etárias, a estrutura de privilégios sociais e de distribuição de riqueza, etc.” (HEILBORN e BRANDÃO, 1999:9). No que tange à gravidez na juventude essas categorias serão discutidas, no decorrer deste estudo, através da negociação e reprodução dos valores parentais no processo de socialização juvenil.

1.4.2 As lógicas sociais: valores e visões de mundo

Duarte (1986, 1987) e Heilborn (1995; 1999) defendem que a sexualidade não tem o mesmo valor para todas as pessoas e introduzem a dimensão cultural para explicar os processos sociais que valorizam a sexualidade tanto para mais, quanto para menos e, de maneira especial, dentro de lógicas culturais individualistas ou hierárquicas presentes nas sociedades contemporâneas. Diz Heilborn: “[...] a cultura (em sentido lato) é a responsável pela transformação dos corpos em entidades sexuadas e socializadas, por intermédio de redes de significados que abarcam categorizações de gênero, de orientação sexual, de escolha de parceiros. Valores e práticas sociais modelam, orientam e esculpem desejos e modos de viver a sexualidade, dando origem às carreiras sexuais/amorosas” (1999:40). Portanto, os comportamentos afetivo-sexuais modelados por valores e práticas sociais distinguem-se nos estratos sociais pelos significados e pela impregnação nestes meios das ideologias que circunscrevem cada época e em cada família (DUARTE, 1987).⁴³

Sociólogos, antropólogos, historiadores e filósofos argumentam que foi na modernidade que a sexualidade se tornou um elemento fundamental da construção da pessoa (FOUCAULT, 1979; DUARTE, 1999). Portanto, ater-se à lógica cultural e ao processo de individualização dos sujeitos nos distintos segmentos sociais é um modo de se ter uma apreensão particular desses elementos tão importantes para a construção social da subjetividade. A construção da pessoa é o ponto de partida conceitual usado por Dumont (1993), percurso seguido por Duarte (1986; 1987), Salem (1991), Leal e Lewgoy (1995), para pensar as peculiaridades das visões dos grupos dos universos culturais estudados.⁴⁴ É este conceito que demonstra de forma exemplar as

⁴³ *Ideologia*, segundo L. Dumont (1985:279), e no sentido aqui proposto, é um “Conjunto social de representações; conjunto das idéias e valores comuns numa sociedade (= ideologia global); parte especificada da ideologia global: ideologia econômica. *Ideologia moderna*: conjunto de representações comuns características da civilização moderna”.

⁴⁴ M. Mauss (em *Sociologia e Antropologia*, 2003 [1938]) é um dos pensadores que primeiramente discorreu sobre este tema. Depois de fazer um percurso analítico conclui que: “[...] de um personagem a uma pessoa, a um nome, a um indivíduo; deste a um ser como valor metafísico e moral; de uma

especificidades das relações entre os sujeitos e as unidades sociais das sociedades simples ou complexas, demarcando as relativas distinções e correlações que essas sociedades estabelecem com o valor-indivíduo.

Os vários estudos sobre juventude, sexualidade e valores das classes populares (ou trabalhadoras, como as denominou Duarte, 1986), em contextos brasileiros, caracterizaram esse segmento a partir de sua própria lógica cultural – assim como o fizeram aqueles estudiosos que pesquisaram indivíduos pertencentes aos segmentos médios e altos (dentre outros pesquisadores: VELHO, 1999a e 1999b; FIUZA, 1990; MENDES DE ALMEIDA e TRACY, 2003; BRANDÃO, 2003).

A relação comparativa básica que se estabelece entre ambos segmentos é a de que os populares são mais resistentes a determinados códigos e ideologias individualistas da modernidade (DUARTE, 1986; DAMATTA, 1994; HEILBORN, 1999; FONSECA, 2000), ou seja, possuem “a hierarquia como princípio dominante” (SALEM 1991:61). Prossegue Salem, os segmentos médios e altos, ao contrário dos populares, são regidos pelos princípios da igualdade: “[...] o indivíduo desponta como valor mestre da organização social e como sujeito normativo das instituições políticas, sociais, econômicas e filosóficas” (p. 60).

As especificidades culturais de ambos segmentos, distinta nas suas práticas e ideologias (no sentido de valor) coexistem em nossa sociedade. Evidentemente que este olhar é o resultado consciente de que não podemos ocultar as diferenças de classes e o modo como elas significam suas práticas, especialmente quando o tema está correlacionado – na bibliografia – aos fatores socioeconômicos, como é o caso da gravidez ou da fecundidade na adolescência e juventude (HEILBORN et al., 2002).

Todavia, é fundamental destacar como estão sendo entendidas as noções de segmento ou camada, ou mesmo de lógica cultural popular e média neste trabalho – visto que o universo entrevistado mescla jovens dessas duas camadas sociais. Tanto o segmento popular quanto o médio não estão aqui vinculados diretamente ou unicamente ao capital econômico ou cultural, embora saibamos que ambos limitam e possibilitam acessos, por exemplo, ao trabalho e em níveis maiores de educação. Os segmentos sociais são compreendidos como parte de um universo simbólico social, com um *ethos* (um conjunto de valores fundamentais) e *habitus* específicos, com capital cultural e

consciência moral a um ser sagrado; deste a uma forma fundamental do pensamento e da ação; foi assim que o percurso se realizou” para se pensar a “categoria” *pessoa* nas muitas sociedades. (2003:397).

econômico próprios, conferindo aos indivíduos de cada segmento um tipo de pertencimento social, com valores e visões de mundo singulares para nortear suas práticas, significações e representações sociais – distinguindo-se um de outro.⁴⁵ Como colocado no início do capítulo, o modo como os segmentos sociais são trabalhados se apóia no nódulo do pensamento dumontiano, que é trabalhar com a dualidade cultural entre hierarquia/igualitarismo ou holismo/individualismo, visto que os valores associados à ideologia individualista estruturam as concepções e as intervenções dominantes no que se refere à gravidez e a sexualidade juvenil.⁴⁶

O individualismo se firma na modernidade com a cultura “cívico-igualitária” e tem:

[...] uma relação direta (e/ou complementar) com a “descoberta” e a invenção de um lado “popular” do comportamento, que a passagem da tradição para a modernidade tinha que obviamente englobar, seja por repressão, seja por supressão, seja ainda por domesticação. O estabelecimento de uma cultura cívico-universalista como hegemônica está, portanto, diretamente correlacionado com a fundação das nações modernas e com o triunfo do individualismo, da igualdade, do mercado e da competição (DAMATTA, 1994:64).

Cada sociedade se apropria de idéias e valores que se configuram, além da possibilidade de coexistência com seu contrário, em várias formas de individualização. Em virtude disso é importante entender que fazer análises diretas com essa ideologia na sociedade moderna pode levar a interpretações em que é conceituado como um traço individualista “[...] toda e qualquer possibilidade de o indivíduo-agente empírico encontrar espaços e manipular situações” (VELHO, 1999b:50). Não só de individualismo é composta uma sociedade moderna.

O mundo ideológico contemporâneo é tecido da interação de culturas que teve lugar desde, pelo menos, o final do século XVIII, é feito das ações e reações do individualismo e de seu contrário [...] descobrimos que numerosas idéias-valores que se aceitavam como intensamente modernas são, na realidade, o resultado de uma história em cujo transcurso modernidade e não-modernidade ou, mais

⁴⁵ É o que Bourdieu considerou chamar de *habitus*, qualificado como um conjunto de disposições para agir, pensar e perceber/sentir algo de determinada forma dentro de um campo de possibilidades educativas (família, classe etc.) interiorizadas com uma lógica das diferenças desses *campos* sociais (sistema de relações objetivas entre posições diferenciadas). Portanto, *habitus* é a interiorização de estruturas objetivas das suas condições de classe ou de grupo sociais que gera estratégias, respostas ou proposições objetivas ou subjetivas para a resolução de problemas postos de reprodução social. *Ethos* também pode ser definido como estilos de culturas (por exemplo, *ethos* rural).

⁴⁶ Para críticas a essa teoria ver, entre outros, Duarte (1986) especialmente no capítulo II.

exatamente, as idéias-valores individualistas e suas contrárias, combinam-se intimamente” (DUMONT, 1993:30-31).⁴⁷

O fenômeno da individualização nas sociedades modernas – como um fenômeno sóciopolítico nascido na Europa Ocidental e chegando aos Estados Unidos (cf. DAMATTA, 2000) – é de fundamental relevância para a compreensão dos significados alocados nos comportamentos juvenis atuais. Em um processo de comparação abstrata entre universos sociais, a individualização constitui-se em uma experiência “culturalmente reconhecida” da condição humana; o individualismo seria a elaboração ideológica dessa experiência ocorrida no Ocidente (DAMATTA, 2000).

Neste sistema ideológico os indivíduos são representados e identificados de acordo com a posição que ocupam na hierarquia estratificada da sociedade. Em virtude disso, se “[...] percebem como distintos, complementares e naturalmente hierarquizados” (SALEM, 1991:61). Grosso modo, o sistema holista de hierarquização social fala de um indivíduo como pessoa, onde ele age, pensa e decide, sobremaneira se apoiando no peso do ‘poder’ dos padrões morais e na preocupação dos seus atos frente ao grupo, isto é, na preeminência das considerações do grupo, da família sobre o indivíduo. Quanto à sexualidade, no contexto holista, ela “[...] não se apresenta como referência básica para a definição identitária (contrastivamente aos segmentos modernos) e tampouco é objeto de um discurso específico, ou melhor, não se constitui como uma instância de exercício de apreensão racional, abstrata” (HEILBORN, 1999:41).

No sistema individualista o indivíduo orienta seus comportamentos por regras e normas impessoais abstratas aplicáveis a todos. Nele os indivíduos se classificam como iguais, indiferenciados em termos de valor; sendo assim, as hierarquizações não adquirem o mesmo sentido do que nos segmentos populares.

É mister esclarecer o que é *indivíduo* do ponto de vista dumontiano. Dentro de seu esquema conceitual, Dumont o resume da seguinte forma:

Quando falamos de “indivíduo”, designamos duas coisas ao mesmo tempo: um objeto fora de nós e um valor. A comparação obriga-nos a distinguir analiticamente estes dois aspectos: de um lado, o sujeito *empírico* que fala, que pensa e quer, ou seja, a amostra individual da espécie humana, tal como encontramos em todas as sociedades; do

⁴⁷ No Ocidente a noção de indivíduo é uma categoria do pensamento ocidental. Nos últimos séculos ela vem sendo construída e valorizando o indivíduo como alguém singular e único, com sua razão/verdade e interioridade. A forma como as sociedades se apropriam destes valores varia, o que garante diversidade e diferenças entre elas (cf. Dumont, 1993).

outro, o ser *moral* independente, autônomo e, por conseguinte, essencialmente não-social, portador dos nossos valores supremos, e que se encontra em primeiro em nossa ideologia moderna do homem e da sociedade. Deste ponto de vista, existem duas espécies de sociedades. Quando o Indivíduo constitui valor supremo, falo de *individualismo*; no caso oposto, em que o valor se encontra na sociedade como um todo, falo de *holismo* (DUMONT, 1993:37).

Portanto, o que caracterizaria então o mundo moderno ocidental é poder compreender e ver o indivíduo como um valor, percebendo-o e dotando-o de uma autonomia e independência em relação ao todo. A convivência em uma mesma sociedade, entre a ideologia holista e a individualista, enriquece as interações sociais, construindo valores e visões de mundo diferentes e complementares. Portanto, “pode-se dizer que o “individualismo” se opõe ao holismo em um certo nível, mas é em outro nível, parte dele, ou seja, como ele” (DUARTE, 1986:51).

Assim como ocorre na lógica cultural holista, o individualismo comporta variações de valores dentro de uma noção temporal sincrônica (cf. SALEM, 1991). Como os indivíduos não estão soltos no ar, as relações sociais e o papel que eles adquirem no *campo* social – onde atuam – influenciam determinadamente no *habitus* incorporado por cada universo social e por cada indivíduo. A partir desta consciência é factível observar as diferenças/desigualdades internas a essas lógicas culturais, visto que estão em constante relação. Dessa forma, o que importará analisar nessa tese são as relações que os segmentos sociais estabelecem entre si e no seu interior, tomando como ponto de comparação entre eles: as normas e as regras sociais, os objetos valorizados, as relações de gêneros, as representações sociais, as imposições sociais dominantes e resistentes, os poderes e os controles estabelecidos no processo de socialização juvenil.⁴⁸

Durante as minhas incursões no campo e análises dos discursos juvenis, o processo de socialização familiar ganhou destaque, pela evidência do valor alocado à sexualidade juvenil. As famílias estavam em alerta com as relações afetivo-sexuais pela experimentação e vivência afetiva e/ou sexual das filhas com namorados ou interessados em namorá-las e vice-versa. Esses processos reavivavam e/ou faziam desabrochar verbal ou veladamente uma gama de regras que tinham como objetivo

⁴⁸ As diferenças quanto a moral sexual e o controle sobre as sociabilidades juvenis serão, sobretudo, demonstradas nesse trabalho nos capítulos 3 e 4, via os dados empíricos, quando então analiso os valores ressaltados no processo de socialização juvenil e de um modo de ser/estar jovem – isto é, da idéia de manter na prática um estilo/filosofia de vida juvenil.

conduzir as jovens a ter ou a perseguir determinados comportamentos importantes para a família.

As preocupações que mais se destacaram se convergiam no hedonismo juvenil. Para as famílias, é nesta fase de vida que as relações afetivas e/ou sexuais entre os jovens podem levá-los a ter e a valorizar práticas mais relacionadas ao sexo-prazer. Sobretudo, por estar a sexualidade desvinculada (ou menos vinculada) da reprodução biológica e social na modernidade (GIDDENS, 1993). Sendo a juventude um momento de transição para a fase adulta e reconhecidamente de experimentação torna-se também uma fase de vida carregada de significações morais expectativas importantes não só para o futuro dos jovens, como também para a própria família.

A família é também um ‘lugar’ onde se identifica vivências e trocas diversas pela relação que se estabelece entre as gerações, de histórias vivas das transformações sociais e individuais, por exemplo, das comparações entre a juventude de ontem com a de hoje, os comportamentos de antes com os de agora etc.

De acordo com as trajetórias biográficas dos membros das famílias, com quem os jovens conviviam, demarcavam-se diferenciações que, relacionadas aos universos sociais, colocaram em evidência as lógicas culturais engendradas nos diferentes grupos sociais. Bem como ressalta Machado (2001:18): “[...] no Brasil estas diferenças seriam a “nata” das análises.” Estas mesmas lógicas têm sido pouco exploradas na literatura pelo duo individualismo/holismo, no que tange à juventude e o ‘fenômeno’ da gravidez nesta fase de vida. Somente uma parte recente da produção nacional tem utilizado-a.

Os temas da gravidez na adolescência e juventude e as representações da juventude, também englobadas pelo primeiro, contemplam, pontualmente, não só as dificuldades do mundo intelectual e político para perceber lógicas e sentidos distintos para a gravidez, como também traduzem a preeminência de uma lógica moderna que pretende ser aplicável a todos indistintamente. No entanto, quaisquer avaliações sejam elas conceituadas como científicas ou leigas não estão na sua prática descoladas de valores e visões de mundo.

Os padrões de moral sexual familiar orientam não só as mães das jovens como também as próprias jovens, portanto, estão, de algum modo, para mais ou para menos, com maior ou menor força influenciando as sociabilidades e as significações dadas às práticas sexuais, sobretudo por serem juvenis. É neste sentido que os trabalhos atuais – e onde este estudo se enquadra – procuram mapear quais valores e visões de mundo são

recorrentes, explicativos e importantes nos contextos sociais estudados. Especificamente, aqui, como o processo de modernização das relações sociais se articula com as concepções de sexualidade e juventude, influenciando as representações disseminadas no campo das ciências biomédicas como um evento imerso nas preocupações de saúde coletiva, não só no Brasil.

1.5 A gravidez: revisão crítica das concepções modernas do comportamento juvenil

Apesar das idéias hegemônicas serem recorrentes na literatura, para criticar ou comprovar, elas não são suficientes, muitas vezes, para dar conta de um dado fenômeno. Penetrar na vasta produção sobre os fatores que determinam ou influenciam a ocorrência de uma gravidez na adolescência e juventude é também estar atento à distinção entre um *problema sociológico* e um *problema social*. Heilborn et al. (2002:16) sintetizam com propriedade o que é *sociologizar* um fenômeno:

[...] em primeiro lugar, identificar as condições sociais e históricas que propiciaram a emergência da gravidez na adolescência como um *problema*, os atores que se mobilizam em torno dele e sua representação atual. Entender a construção social do problema significa empreender sua relativização. Em segundo lugar, implica em responder às insatisfações com o paradigma analítico dominante e fundar o exame em uma perspectiva sociológica.

O meu olhar sobre a bibliografia a respeito da gravidez durante a adolescência ou a juventude está em contraposição às: 1) posições generalizantes sobre esse evento; 2) posições conceituais que colocam a gravidez na adolescência e juventude, entre os 15-19 anos, como um problema social explicável, quase exclusivamente, pela situação sócio-econômica e psicológica desfavorável dos mais pobres, banalizando conhecimentos e significados que evidenciam outras visões de mundo. Partindo destas idéias, este item se subdividirá entre explanações que colocam o tema no circuito dos problemas sociais e no campo da relativização destas idéias, a partir de questionamentos socioantropológicos.

1.5.1 A dimensão dos conceitos no império dos números e da generalização científica

O Brasil está entre outros tantos países, como o Reino Unido e os Estados Unidos, que apresentam “altos índices” de gravidez de jovens com 15-19 anos,

(SINGH, 1998; KMIETOWICZ, 2002; CAMARANO, 1998). De acordo com os dados da Fundação Nacional da Saúde, a média percentual nacional de partos realizados entre 15 e 19 anos é alta. Localizando os percentuais totais das cinco regiões do Brasil e traçando uma comparação histórica (entre 1994 a 2000) tem-se que 21,5% dos partos ocorridos no país, durante o período avaliado, são de meninas com 15-19 anos. Já para as jovens com 10-14 anos os percentuais são bem menores, mas ainda considerados ‘inquietantes’ – variam no mesmo período de 0,68% a 0,90% (cf. DATASUS/SINASC, 2003).⁴⁹

Considerando essa mesma série temporal, de 1994 a 2000, a Região Sul (composta pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) se posiciona em terceiro lugar dentre as outras regiões do país em termos de percentuais de partos de jovens entre 15-19 anos. Aparte de toda a preocupação e o espaço na bibliografia científica e na mídia, esses mesmos percentuais de partos, na Região Sul, estão diminuindo. Em 1994, os partos para estas idades correspondiam a 17,5% do total de partos realizados no país pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2000, eles correspondem a 12,7% do total (ver Tabela 1.1). Houve uma queda nos percentuais de partos nesta mesma faixa etária também das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, que não são mencionados ou relativizados nos estudos quantitativos aos quais tive acesso.

Ressalto, ainda, que os dados apresentados para os partos não compreendem a população que foi atendida em hospitais privados, clínicas particulares ou que tiveram partos domiciliares. As Tabelas 1.1 e 1.2 demonstram os números absolutos e os percentuais de partos realizados em jovens entre 10-19 e 15-19 anos de idade no estado e no país por regiões, entre os períodos de 1994/1995 a 2000. Os dados de Pelotas, contidos na Tabela 1.2, são importantes por se referirem à cidade onde este estudo se desenvolveu e onde os dados empíricos foram colhidos e trabalhados (como veremos no próximo capítulo).

⁴⁹ É considerável colocar que este grupo (10-14 anos) tem sido menos estudado e em seus índices podem estar inclusas gravidezes decorrentes de abuso sexual (LESSER et al., 1998; WOOD et al., 1998). Sobre dados da gravidez aos 10-14 anos, ver Santos e Schor (2003), que divide seus resultados em dois “fatores” “bem definidos”: I) satisfeita com a maternidade e II) com uma visão negativa e estressada da maternidade.

Tabela 1.1 Percentual de partos de jovens (15-19 anos), segundo Regiões–Brasil, 1994-2000.

Ano	Norte (%)	Nordeste (%)	C.Oeste (%)	Sudeste (%)	Sul (%)	Brasil (%)
1994	10,33	24,67	8,79	38,72	17,50	19,08
1995	10,81	27,10	10,15	36,14	15,79	20,59
1996	10,95	27,95	9,55	36,39	15,14	21,43
1997	11,19	29,48	9,25	35,81	14,26	22,07
1998	11,09	29,82	8,74	36,89	13,44	22,32
1999	11,42	30,76	8,08	36,56	13,18	22,31
2000	11,74	32,12	8,09	35,32	12,74	22,50

Fonte: SINASC/Datasus, 2003. Disponível em <<http://www.datasus.gov.br>>

Tabela 1.2 Números absolutos de partos em jovens de 10-19 anos, Pelotas, RS e Brasil entre 1995-2000.

ANO	PELOTAS			RS			BRASIL		
	10-14	15-19	Total 10-19	10-14	15-19	Total 10-19	10-14	15-19	Total 10-19
1995	57	1.109	1.166	1.358	33.248	34.606	21.304	581.738	603.042
1996	56	1.125	1.181	1.505	33.495	35.000	24.846	627.587	652.433
1997	46	1.106	1.152	1.573	34.053	35.626	26.823	667.176	693.999
1998	53	1.250	1.303	1.433	34.250	35.683	27.205	701.862	729.067
1999	45	1.256	1.301	1.417	35.712	37.129	27.518	726.642	754.160
2000	57	1.206	1.263	1.520	34.248	35.768	28.958	721.280	750.238

Fonte: SINASC/Datasus, 2003. Disponível em <<http://www.datasus.gov.br>>

O estado do Rio Grande do Sul (RS) em relação ao total de partos para a faixa de 10-19 anos representa um percentual do número pequeno frente ao total do país (em 1995, 5,74% e 4,77%, em 2000 para os partos realizados no Brasil entre 10-19 anos). Uma relação semelhante acontece com Pelotas e o RS. Em 1995, a cidade representava 3,37 % do total de partos do RS e, em 2000, este percentual foi de 3,53. Portanto, não cabem aqui considerações para a queda do número de partos (cf. Tabela 1.2) na faixa etária de 10-19 anos, em Pelotas. Sabendo-se que a população de jovens moradores em Pelotas, em 2000, nessas idades é de 59.770 (IBGE, 2002) – houve uma redução pouco significativa em termos numéricos gerais – 38 casos em toda a cidade entre 1999-2000.⁵⁰

Há de modo geral, a meu ver, na divulgação dos percentuais, um certo ruído para a compreensão do que eles significam em termos gerais para o país. As dificuldades e diferenças recaem no ângulo a ser privilegiado e na forma como os dados são

⁵⁰ Uma pesquisa recente, realizada com jovens escolares, revelou que 11% das meninas já tiveram uma história de gravidez e 4% dos rapazes já engravidaram alguém (BÉRIA et al., 1998). Os “altos índices” de gravidez entre jovens são também aludidos em outro estudo local, com mulheres de 15 a 49 anos de idade, quando 40% das mulheres de 15 a 19 anos mencionaram já ter tido uma gravidez indesejada (OLINTO e GALVÃO, 1999).

divulgados. O realce está continuamente no aumento do número de jovens que chegam ao parto, isto é – no percentual do número total de partos ocorridos em determinado lugar/região. Uma segunda visão sobre o tema é dada através do percentual de jovens que engravidam. Este segundo pode ser maior que o primeiro, considerando as possibilidades de aborto e interrupção por problemas orgânicos gestacionais que impedem um parto (mas que podem ser parcialmente captados nas curetagens hospitalares). Uma terceira argumentação sobre a gravidez e as/os jovens vincula as possibilidades mencionadas com os comportamentos sexuais juvenis, ganhando um espaço de discussão e repercussão maior para o entendimento do tema nos grupos acadêmicos e na mídia.

Em 1996, o PNDS (Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde) divulgou os dados nacionais, colhidos pela BEMFAM (1996), relativos ao comportamento sexual dos jovens. Os resultados, chamando atenção para o fenômeno do engravidamento juvenil, foram comentados em vários artigos com repercussão na mídia (impressa e televisiva) e adquiriram um peso considerável em quase todas as discussões nacionais realizadas a partir daquele ano. De acordo com os resultados desse trabalho, os seguintes valores correspondiam à realidade nacional investigada:

- ☞ 18% das adolescentes de 15 a 19 anos ficaram grávidas pelo menos uma vez;
- ☞ Uma em cada três mulheres de 19 anos que ainda não é mãe está grávida do primeiro filho;
- ☞ 49% desses filhos foram “indesejados”;⁵¹
- ☞ 13% das adolescentes residentes na área urbana têm também ao menos um filho;
- ☞ 54% das adolescentes sem escolaridade já ficaram grávidas.

Em 1997, segundo Arrilha e Calazans (1996), o Ministério da Saúde considerou necessária à redução da gravidez por ser um *problema* no Brasil, quase como uma

⁵¹ O termo *indesejado* é comumente usado no meio intelectual como sinônimo de *não-planejado*, mas não possuem o mesmo sentido do ponto de vista das mulheres. A idéia de estudar o que pensam as mulheres leigas sobre os termos *planejada* e *não-planejada*, *desejada*, *intencional* e *não-intencional*, *desejada* e *indesejada* é o que impulsionou uma pesquisa qualitativa realizada com mulheres inglesas. Nesse trabalho, Barret e Wellings (2002), ao perguntarem sobre todos os termos perceberam uma considerável variação de entendimentos, as respostas foram estimuladas, já que espontaneamente essas mulheres não utilizavam tais termos. Por exemplo, para *planejado*, responderam: quando a mulher tenta engravidar, pára com a contracepção com concordância do companheiro e, se necessário, se dão o direito de adotarem um novo estilo de vida. Para *não-planejado*: falta de intenção, acidente, erro, falha da contracepção e falha do uso da contracepção. Já a gravidez *indesejada* significa: querer engravidar, mas não naquele momento ou com aquele parceiro. É o termo que mais reações emocionais provocou. Estava também associado ao aborto ou adoção e a uma gravidez infeliz, dentre outros aspectos. Para outros significados, ver também Vilar e Gaspar (1999).

resposta aos dados evidenciados pela BENFAM. Os interesses do governo nos comportamentos juvenis estão afinados com as políticas de saúde pública pelo enfoque do *risco*. Logo, procuram avaliar quais medidas de proteção são adotadas pelos jovens nas relações sexuais no que tange à gravidez e às doenças sexualmente transmissíveis. Esses mesmos dados (estatísticos sobre a gravidez entre 15-19 anos) também confirmam a idéia atual de uma juventude que rompe com as convenções mais tradicionais, que está mais liberta sexualmente, apoiada no modelo da experimentação. Cabe ressaltar que, de acordo com o IBGE (2002), no Brasil há cerca de 31 milhões de pessoas com 16-24 anos – representando 18% da população total.

Em 2004, a Unesco difundiu os dados de uma pesquisa com jovens (10-24 anos) de 14 capitais brasileiras.⁵² De acordo com as respostas 7,7% das estudantes de Porto Alegre reportam ter engravidado quando tinham 10-14 anos. Os jovens porto-alegrenses (4,8%) apresentaram o menor índice de uso de preservativos. Nos outros locais entre 12 e 36% das meninas mencionaram ter ficado grávida e de 1 a 11% fizeram aborto (cf. Jornal Zero Hora, 09/03/2004).

Outras disciplinas, como a Demografia e a Epidemiologia, dependendo do que pretendem apontar, utilizam-se do percentual da fecundidade, que dimensiona a sexualidade da *adolescente* ativa e desprevenida. São justamente estes índices ou percentuais de fecundidade que aumentaram no país para as mulheres entre 15-19 anos. Este percentual é correlacionado a outros fatores para explicar o seu aumento ou decréscimo. Por exemplo, ao examinar a fecundidade entre 1986-96, no país, segundo regiões e relacionada ao tamanho de família, Camarano (1998) percebeu que a educação “[...] é uma variável importante entre as mulheres de 15 a 19 anos [...] foram as mulheres com curso primário completo que reportaram um desejo por um tamanho maior de família”. De modo geral, os argumentos, que concordam com Camarano, sugerem que a fecundidade maior na adolescência estaria vinculada às dificuldades de distinguir o seu período fértil, porém desconsideram o aumento da família e a não-prevenção por opção dos jovens. O decréscimo da fecundidade nas outras *idades* é referenciado ao uso regular dos métodos contraceptivos.⁵³ De acordo com Oliveira

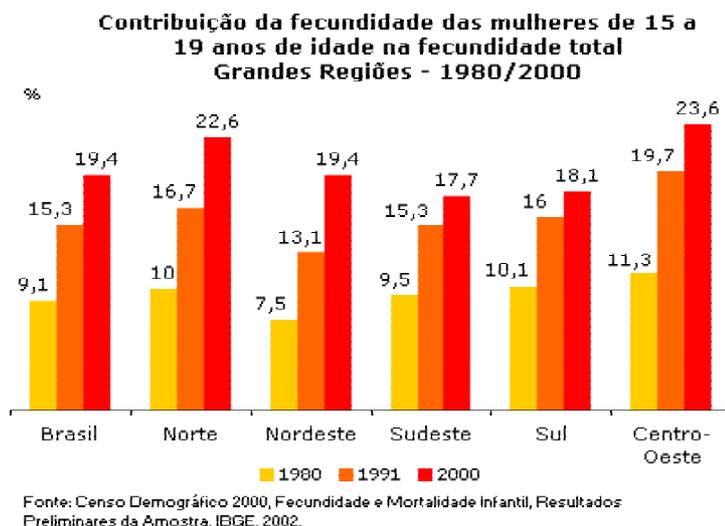
⁵² O livro lançado pela Unesco com outras parcerias institucionais e intitulado *Juventudes e Sexualidade*, não chegou as minha mãos antes da confecção deste capítulo. Portanto, tomo como fontes de referência desta pesquisa os dados publicados no Jornal referido acima e na Revista Época (n.303, 06/03/2004).

⁵³ Para uma retrospectiva das tendências da fecundidade no Brasil, dividida em cinco grandes regiões, ver Camarano, Araújo e Carneiro (1999). Ver Victora (1991) para uma discussão antropológica sobre o conhecimento do corpo e do corpo reprodutivo das mulheres de classes populares de Porto Alegre (RS),

(2002:10) “[...] no período 1991-2000, a fecundidade na adolescência no país ainda experimentou uma relativa elevação, notadamente nas Regiões Norte e Nordeste e, em menor escala, na Sudeste”.

Com intuito de contextualizar os índices maiores de fecundidade na região Norte, Falcão (1998) apresenta cinco fatores relevantes à fase adolescente: 1) isolamento geográfico; 2) falta de acesso aos serviços médicos; 3) grande número de migrantes; 4) baixa escolaridade; 5) atividades econômicas que exigem deslocamento constante, como o garimpo e o extrativismo. Comparando a região Norte com a Nordeste percebe que a influência da cultura indígena faz a diferença no Norte. A moral cristã que prega o sexo como pecado, sem a finalidade de reprodução, é bem aceita na região Nordeste, mas não é no Norte, pois a cultura indígena se relaciona com o sexo de uma forma mais natural. Segundo ele, essa proximidade com outra cultura influencia o comportamento das jovens do Norte, aumentando a frequência e o número de gestações, por conseguinte a taxa de fecundidade.

As regiões Sul e Centro-Oeste apresentam taxas de fecundidade inalteradas entre os 15 a 19 anos (cf. OLIVEIRA, 2002:10).⁵⁴ O gráfico que se segue é ilustrativo dos percentuais de fecundidade acerca dos últimos três censos realizados pelo IBGE (1980, 1991 e 2000).



Brasil e Leal (1995) para uma análise antropológica sobre como as mulheres entendem o seu período fértil.

⁵⁴ Soares e Aguirre (2002) citam estudos cujos focos estão na não-linearidade de crescimento sócio-econômico, na queda da mortalidade e na redução da fecundidade. Estes trabalhos mostram que não há uma relação tão direta entre estes aspectos quanto podemos pressupor, pois os contextos socioeconômicos variam com algumas condições, como o da fecundidade abstrair relações vantajosas para os casais. Para dados do Rio Grande do Sul (fecundidade e mortalidade) ver Bandeira (2003).

É interessante salientar que não há menção na literatura de índices considerados aceitáveis para a gravidez de jovens entre 10-19 anos. Esse silêncio é estratégico de uma moralidade ‘científica’? Tentando obter uma resposta do ponto de vista epidemiológico, conversei informalmente com dois médicos epidemiologistas – especialistas em saúde materno-infantil – sobre a falta de parâmetros percentuais. Soube, então, que a partir dos 17 anos os *problemas* de saúde (da mãe e do filho) ocasionados pela gravidez são realmente mínimos; existe, sim, um aumento dos problemas de saúde à medida que a idade materna diminui. Então, pelo menos uma outra questão pode ser pontuada: como a literatura de saúde pública sobre *gravidez na adolescência* mantém o discurso de *problema* até a idade de 19 anos? Pois, se a partir dos 17 anos uma jovem pode biologicamente levar a gravidez a termo e sem perigos, porque o período entre os 15-19 anos afeta negativamente os índices de fecundidade e se torna alvo de campanhas? Ou ainda, por que não ‘trabalhar’ a questão no período de 10-16 anos, quando há um *risco* real (biológico) à saúde das jovens? Ou seja, por que os 17, 18 e 19 anos são incluídos em estatísticas sem serem *problemas*? Estes índices estariam então enviesados? Se sim, por que se mantêm sem críticas? Quais valores estão inseridos no silêncio científico, também hegemônico, os puramente morais e/ou econômicos, visto que se descartam os biológicos?

Fica mais uma pergunta: em que medida a moral social determina ou influencia profundamente as definições científicas e, conseqüentemente, às políticas de saúde?

1.5.2 A persistência das conseqüências nos discursos

Outro enfoque comum à literatura sobre a gravidez na adolescência se concentra nas *conseqüências* imediatas e futuras para as adolescentes mães e seus filhos. Um deles é o do perigo que as adolescentes correm ao fazerem abortos – opção considerada ilegal no Brasil. Essa prática ilegal e o grande número de jovens que faz abortos contribuem para a manutenção da gravidez na adolescência como um problema de saúde pública ou social. Em 1997, os hospitais conveniados com o SUS atenderam 241 mil adolescentes que, após aborto, foram submetidas à curetagem (MS, 2000). Em 1993, o número era expressivamente menor, cerca de 58 mil. Este último número se repete cinco anos após, em 1998. Assim como os partos, estes valores não comportam o percentual de jovens que não receberam assistência médica do SUS e/ou que tiveram a gestação interrompida por aborto induzido ou espontâneo sem que necessitassem de curetagem.

Um outro fator preponderante nessa bibliografia é o das conseqüências da gravidez na saúde da mãe e da criança, aludidos como decorrentes da imaturidade anátomo-fisiológica das adolescentes para gestar.⁵⁵

Porém, cabe ressaltar que tais complicações não estão restritas à *adolescência* (LAWLOR e SHAW, 2002a; OLIVEIRA, 1998), pois podem ocorrer em outras idades, conforme as condições de saúde das grávidas e de aspectos circunstanciais e econômicos que influenciam negativamente na gravidez.⁵⁶ Ou seja, estas conseqüências poderiam ser analisadas por outros ângulos se o olhar dos pesquisadores não estivesse tão atento a correlacionar a idade com os problemas ocorridos na gravidez e parto. Em parte, é isso o que Smith (2002) propõe fazendo referência ao que acontece no Nepal. Em algumas regiões daquele local as jovens pobres que se casam durante a adolescência e que vão morar com a sogra recebem menos alimentos que outros membros da família. São preteridas, pois não possuem laços consangüíneos com a família da mãe de seu companheiro – estão em posição inferior na escala hierárquica da família do companheiro. Por conseguinte, são estigmatizadas na divisão diária dos alimentos. Assim sendo, nas zonas do Nepal onde esta prática cultural é preservada, há uma incidência maior de anemia e de gestações adolescentes em que as crianças nascem com baixo peso (<2.500 Kg). A gravidez da jovem não altera os hábitos culturais e, por isso, nem poderia ser correlacionada unicamente como um fator somente biológico.

Mas, não se deve perder de vista que este mesmo evento biológico e social pode ter seu valor ou sua dimensão alterada quando ocorre em outras situações e na fase de vida adulta. Este é um ponto extremamente relevante em todas as discussões acerca do tema. Cabe ainda ressaltar como a categorização dos fenômenos sociais e biológicos modifica-se com o tempo. Há anos era comum a mulher se casar aos 14-15 ou 16 anos e constituir sua prole ainda bastante jovem (cf. RANGEL, 1999). No entanto, por estes motivos nem o casamento e tampouco a gravidez eram considerados “*problemas*” sociais ou de saúde reprodutiva. Ao contrário, constituía uma das formas sócio-culturais de prevenção dos comportamentos juvenis não aceitáveis, de contenção moral – uma

⁵⁵ Dentre as conseqüências mais citadas estão: (A) o baixo peso ao nascer (OPAS, 1992) e (B) a prematuridade do bebê e mortalidade perinatal; (C) a toxemia gravídica podendo ocorrer (D) pré-eclâmpsia ou eclâmpsia – convulsão até coma e alto risco de morte da mãe e do bebê; (E) a necessidade de parto cesáreo pelo risco de ruptura do colo do útero (cf. OLIVEIRA, 1998).

⁵⁶ Lawlor e Shaw (2002a:552) fazem uma avaliação crítica destas conseqüências sugerindo enfaticamente que estes *riscos* são causados por fatores comportamentais, sociais e econômicos predispondo algumas jovens mulheres à gravidez.

reconhecida forma de manutenção e de controle da libido sexual, inserida convenientemente no interior de uma aliança matrimonial-moral.

Todos os dados levam a crer que os indicadores de saúde além de sociais são morais. Quando um ou outro muda, em decorrência de múltiplos fatores, a definição do que é ‘normalidade’, ‘precocidade’ e ‘problema’ também se altera. Com isso, comprovam que são categorias com papéis determinados (re)construídas pela e para a sociedade no decorrer dos tempos; estão respaldadas por instituições do saber (como Medicina, Psicologia, Direito, entre outras não acadêmicas) e que são igualmente mutáveis na sua forma de pensar o *outro*. O papel das políticas de saúde, com apoio da Medicina (e especialidades) e da Demografia, foi fundamental para a problematização e a criação de classificações como as que já apontei para a gravidez na adolescência (ARRILHA, 1996). No que se refere à saúde feminina, às políticas e os programas de controle familiar, a Medicina fora, dentre as disciplinas do saber, uma das mais se não a mais preponderante na manutenção dos estereótipos e dos controles sobre sexualidade. Muito do que empiricamente se espera e se aceita em um jovem está vinculado ao *cientificismo* que, enraizado no dia-a-dia, impõe normas de conduta e de saúde (COSTA, 1989).⁵⁷ Então, de acordo com as exigências ou configurações de cada época, se estabelece que a *gravidez adolescente é precoce*, um *problema social* e os índices um *problema de saúde pública*, uma *epidemia* em muitos países (SINGH, 1998; BARBER et al., 1999; KIRBY, 1999; SINGH e DARROCH, 2000).⁵⁸ Embora a visão e a interpretação das adolescentes sobre sua sexualidade demonstre com uma certa persistência estar em desacordo com esta postura – os números de partos podem comprovar as divergências entre os jovens e as políticas estatais. A meu ver, isto ratifica o fato de que é necessária outra postura analítica, mais flexível e menos globalizante, para compreender o tema, ponderando o valor cultural da gravidez também nesta fase de vida. “Gravidez adolescente não é um problema de saúde pública; os efeitos

⁵⁷ Neste momento, em especial, não me deterei sobre a questão da profissionalização/medicalização da maternidade e paternidade através de campanhas, conselhos e leis impostas por profissionais. A medicalização teve seu início nos séculos XVIII e XIX, quando os corpos femininos e o processo de reprodução no Ocidente estavam submetidos ao grande poder e controle que tinham os profissionais da saúde. No entanto, fica o registro de que é uma discussão importante.

⁵⁸ O artigo de Reis (1998), interessante por selecionar trabalhos de diferentes países acerca da gravidez entre adolescentes, destaca as variações sobre o modo de encarar este desfecho pela saúde pública, da década de 60 até hoje. Na biomedicina deixa-se de lado a gravidez da adolescente, a partir da década de 60, e passa-se a tratar a adolescente grávida, pois “quando se metaforizam (nos textos de saúde pública) as gravidezes das adolescentes como epidemia estão-se alocando ao fenômeno em pauta os atributos de:

cumulativos da exclusão social e econômica sobre a saúde das mães e seus bebês, em qualquer idade, é que o são” (LAWLOR, SHAW e JOHNS, 2001:323). A maioria dos estudiosos esquece ou nem pensa nisso.⁵⁹

1.5.3 Algumas relativizações

Contrariamente à concepção de *precocidade* ou de *problema social* há estudos que procuram significar a gravidez adolescente a partir da visão dos jovens que se mostra discordante dessas classificações. Neste subitem procuro me ater a estudos cuja perspectiva de análise tende a superar algumas visões generalizantes sobre o tema. Mesmo assim, não há garantias de que as visões reducionistas não se mantenham (cf. BRANDÃO, 2003).

Mead, por exemplo, argüiu que “[...] a primeira gravidez outorga a uma mulher certo grau de proeminência social, em proporção direta com sua hierarquia” (1975:180). Tal situação estudada no final da década de 20, na sociedade samoana, coloca em relevância os significados sociais presentes e marcantes naquele contexto para a mulher, a partir da gravidez. A gravidez é alvo de uma série de atenções e simbolismos ligados não só a perpetuação da espécie e ao sexo, mas também à posição e poder natural e cultural da mulher de gerir sua participação na sociedade.⁶⁰ Outros estudos, como os clássicos de Malinowski (1983) e Lévi-Strauss (1976), são exemplares de como as

quantidade excessiva; fenômeno não habitual; moléstia ou doença” (1998:121). Daí a necessidade de formular políticas de controle da sexualidade feminina.

⁵⁹ Na mídia, o mesmo tema é visto como “conseqüência” da não-prevenção, principalmente por “desconhecimento” dos jovens. A Folha de São Paulo (22/04/2002) publica em uma matéria sobre gestações repetidas, intitulada *Barriga Precoce*, que em São Paulo: “[...] cerca de 25% das garotas que engravidam alegam que desejavam a maternidade naquele momento. Há ainda os casos em que a garota quis testar se é fértil e deixou de lado a prevenção”. A reportagem dá voz explicativa a uma profissional da área da saúde adolescente que complementa os resultados dizendo: “[...] muitas vezes dizer que queria o filho é uma defesa, uma forma de justificar a falha. Com certeza, se a menina queria o filho, não sabia a carga que isso representaria em sua vida” (grifos meus). O lado negativo sobrepõe-se ao lado do desejo de engravidar colocado pelas jovens. Tende-se, assim, a *ocultar* ou silenciar o que as jovens falam. Por razões político-sociais e morais se salientam as imaturidades, as dificuldades psico-afetivas ou sócio-emocionais juvenis.

⁶⁰ Sobre a grávida em Samoa, Mead coloca: “A esposa jovem grávida se encontra rodeada por uma variedade de tabus, muitos dos quais proíbem atividades solitárias. Não deve caminhar, sentar-se, bailar, recolher alimentos ou comer estando sozinha, nem com a única presença de seu marido. Todos estes tabus se explicam pela amável doutrina de que as coisas erradas só se fazem na sociedade e que qualquer ato incorreto cometido pela futura mãe prejudicará o filho” (1975:180)

Ciências Sociais olharam inicialmente para a sexualidade, as relações parentais e o gênero de grupos sociais.⁶¹

Atualmente, dentro de uma outra abordagem sócio-antropológica mais contemporânea, num salto de muitos anos dentro da disciplina, a discussão sobre o natural e o social se complexificou. Por não ser um período que se esgota somente com eventos biológicos (gestar), como já salientado, a influência da dimensão social, cultural e afetiva não deve ser desconsiderada na forma de gestar a própria figura social da “mãe” e do “pai”, além da “criança/filho” e dos “avós” (LEAL e LEWGOY, 1995; PAIM, 1998; VILAR e GASPAR, 1999). Neste sentido, outras identidades sociais ‘nascem’ junto com a gravidez da “adolescente” ou da “jovem”.

A existência de diferentes significados atribuídos à gravidez e de aspectos morais contidos antes, durante e depois do engravidamento nos permite compreender, no interior dos universos sociais, o que ocorre com as jovens. Os trabalhos de Desser (1993), Oliveira (1998), Vilar e Gaspar (1999), Almeida (2002), Cabral (2002), Heilborn et al. (2002), Brandão (2003) e Leal (2003) são alguns entre outros tantos que se situam nas tendências atuais de relativização das visões generalizantes e/ou do privilégio do ponto de vista juvenil para significar a experiência da gravidez.

Para Desser (1993), a gravidez, como resultado do exercício da sexualidade, demarca a possibilidade de assumir práticas de controle sobre seus desejos e fecundidade. Seu estudo fora realizado entre os anos de 1988 e 1989, com jovens de 13 e 19 anos, moradores na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisadora salienta que “[...] essa legitimação social (via a gravidez) não é acompanhada de processo semelhante ao nível da subjetividade”. Três razões são apontadas, quais sejam:

- 1) a gravidez rompe com o processo adolescente e faz com que o ingresso no mundo adulto seja menos elaborado;
- 2) a sexualidade da jovem é legitimada através da relação com o parceiro que a engravidou, reduzindo assim, o campo de possibilidades de um uso livre da sua sexualidade desvinculado do outro;

⁶¹ Brevemente Lévi-Strauss defende a idéia de que a sexualidade nos fornece a base *natural* e as regras sociais à base *cultural* com sua arbitrariedade e contingência. De outra forma, Malinowski (1983) a partir de suas observações e interações com os trobriandeses enfatizou a “plasticidade dos instintos” ao perceber que a *cultura* modela, educa e determina comportamentos sexuais e sentimentos que poderiam ser vistos apenas como inatos. Isto é, através da sexualidade é possível perceber que o indivíduo cria as normas e é regulado por elas para a preservação da espécie e da transmissão cultural. A evitação de relações incestuosas é uma das primeiras coisas apreendidas pelas samoanas (cf. Mead, 1975).

- 3) o aborto é o meio pelo qual a sexualidade pode voltar para o controle da jovem, a tornando “sujeito de sua sexualidade” e ocorrendo sérios danos à sua saúde física e mental.

O centro da sua questão está na culpa admitida, através da gravidez, do uso do corpo adolescente para a satisfação sexual, pois a adolescente é ainda cumpridora das regras morais dos pais e das normas sociais desiguais para os gêneros. A não-premeditação do ato sexual é simbólica e significativa da culpa sentida posteriormente com a confirmação da gravidez. A culpa persiste, embora o tabu da virgindade não tenha o mesmo grau de importância para essas jovens que tivera há anos para outras. A justificativa está, no entanto, na preservação de uma dada *inocência* e uma *honestidade* como valores importantes para a definição da sexualidade feminina na adolescência e nas práticas sexuais com pares antes do matrimônio. Estes valores impedem que elas consigam planejar conscientemente suas relações sexuais – o que as leva a dispensar justificativas para a gravidez pela entrega decorrente do sentimento de amor ou pela incapacidade de evitar o inesperado, e/ou pelo não-planejamento consciente dos seus atos. O que Desser (1993) enfatiza é que não há um planejamento consciente de suas atividades sexuais, haja vista o imperativo da ingenuidade/inocência ser fundamental para a sexualidade feminina, o que ‘leva’ muitas delas a não se prevenirem e a engravidarem. Ou seja, a idéia de virgindade é englobada pela construção da imagem da *honestidade* e *inocência*. Estas características são necessárias e básicas para a construção e efetivação de uma relação emocional e sexual.

[são os] Parâmetros (inocência, honestidade) que se remetem, portanto, ao âmbito da sexualidade, fundando-a na demissão da sexualidade. Demissão que não é um elemento “novo” na produção da sexualidade feminina: a sua redução à sexualidade do parceiro, ao “amor”, é tradicional veículo de romantização e dessexualização. O que é novo é seu uso não para “romantizar”, mas para normalizar a sexualidade feminina fora do matrimônio (1993:153).

Com uma visão mais psicologizante sobre o evento da gravidez, Desser (1993) também identificou que a imagem moderna da mulher ativa profissionalmente serve como modelo para as jovens de estratos médios, que ambicionam um controle maior sobre sua sexualidade. Diferentemente da posição de jovens dos estratos populares, já que a ambição moderna de controle sobre sua sexualidade choca-se com as normas sociais desiguais para mulheres.

1.5.4 Políticas de saúde e algumas pesquisas sobre juventude: os enfoques

Demarcando outros pontos sobre o tema, o da escolaridade das jovens que engravidaram, Oliveira (1998) critica a educação sexual nas escolas, baseada em dois pressupostos: 1) a família encarrega essa tarefa à instituição e 2) a instituição tem reproduzido um modelo em que as mudanças são menos aceitáveis, uma vez que espelham um modelo anterior e bastante arraigado aos papéis sexuais.⁶² A autora conclui seu argumento sobre a educação sexual perguntando:

[...] quem deverá realizá-la? Considerando-se a baixa taxa de escolaridade das mulheres no país, e enquanto esse fenômeno não for alterado, a escola não parece ser o espaço que deva ser privilegiado, em especial se tal privilégio for em detrimento de outros espaços a ela alternativos. Esses espaços podem ser encontrados na própria comunidade “de risco”, ou seja, onde se encontram as mulheres adolescentes de nível socioeconômico e escolaridade baixos.

Qual poder de influência da educação sexual sobre a atividade sexual dos jovens e o conhecimento sexual sobre a sexualidade é algo complexo de avaliar.⁶³ Programas de educação sexual nas escolas são variados e administrados de diferentes modos o que dificulta uma interpretação de suas extensões a nível micro e macro.

Ao entrevistar os moradores de uma favela no Rio de Janeiro, Monteiro (1999) também levanta a questão dos reducionismos, ao pensar em escolaridade como solução para os desfechos relativos à sexualidade e vistos como relevantes para a saúde das pessoas. Acerca do seu universo coloca que:

⁶² A autora revê as dimensões que surgem na bibliografia sobre a gravidez na adolescência, baseada em dados secundários. Relativiza alguns e simplifica demasiadamente outros. Sua compilação bibliográfica é citada porque questiona conceitos enviesados e/ou pensamentos ‘tradicionais’ sobre o tema.

⁶³ No *site* universo on-line encontrei um texto, que reproduz apenas um trecho, para exemplificar um outro ponto deste mesmo aspecto: “Uma das principais barreiras que impedem a realização da educação sexual nas escolas é a falta de pessoal preparado para abordar o tema da sexualidade com os adolescentes. Por isso, o projeto Sexualidade Prazer em Conhecer vai capacitar professores da rede estadual de ensino, que ganharão também um manual educativo. Fitas de vídeo dos programas que vão ao ar pelo Canal Futura também serão distribuídas para uso em sala de aula. O manual do professor e as fitas compõem um kit educativo que será distribuído para mil escolas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás. O projeto Sexualidade Prazer em Conhecer representa uma extensão do programa social que a *Schering do Brasil* (indústria de medicamentos) pratica há mais de oito anos. Com o objetivo de combater a flagrante falta de informação correta sobre sexualidade e propagar a prevenção, a Schering do Brasil criou seu Programa de Responsabilidade social, batizado de ATO (Atenção e Orientação a Saúde Sexual e Reprodutiva). O programa vem disseminando informações sobre sexualidade para adolescentes por meio de palestras e debates, realizados em escolas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre” (grifos meus). Portanto, a educação sexual é mais do que ensinar coletivamente a prevenção aos jovens, é também ensinar valores e comportamentos via ‘capacitados’ e ‘capacitadores’. Saylor (1999), ao estudar a relação dos mecanismos de controle hormonal sobre o corpo feminino, aponta que em nível simbólico a medicalização influencia a orientação dos indivíduos sobre si ou do estado do seu corpo. E ambos são importantes para entender o processo de como tomar a pílula afeta as percepções corporais e como dissimula muitas dinâmicas implicadas nesse processo.

[...] a percepção e a trajetória escolar do grupo pesquisado revelam que o fracasso do ensino formal entre setores populares não pode ser reduzido aos “problemas” individuais dos alunos (neste caso, para os jovens o desejo e a necessidade de trabalhar e, para as jovens, a evasão estava relacionada às tarefas domésticas e a gravidez). É preciso considerar as conseqüências das deficiências das políticas públicas no campo da educação e aspectos relacionados aos valores culturais, como as diferenças assinaladas entre a experiência social feminina e masculina (1999:121).

Seu exame baseia-se no caráter homogeneizador e autoritário das políticas de ensino, a qual eu acrescentaria ‘nas campanhas para a saúde’, que não diferem os grupos sociais em termos disciplinadores. Recentemente, a discussão sobre métodos contraceptivos e educação sexual tem repercutido na mídia internacional. Países ‘desenvolvidos’, como os Estados Unidos, apostam em uma nova forma prática de comportamento sexual dos seus jovens. As recomendações chegam a ser surpreendentes, se a história da sexualidade e das conquistas femininas mais recentes forem consideradas. Por exemplo, em 2002, o governo americano destinou 27,7 milhões de dólares para campanhas endereçadas a jovens de 12 a 18 anos (realizadas em igrejas, escolas e centros de saúde), com o objetivo de persuadi-los a postergar o início de seus intercursos sexuais até o casamento. Parecia impossível pensar na abstinência como solução moderna, mas ela re-surgiu para a prevenção da gravidez e controle das doenças sexualmente transmissíveis.⁶⁴

Na Europa, o governo londrino buscou outra alternativa para contornar a mesma questão: distribuiu gratuitamente pílulas e preservativos em escolas britânicas para que seus índices de gravidez decaíam. Em paralelo, divulga que e a abstinência deve ser vista como a espera de um “verdadeiro amor” (cf. <<http://www.abstinence.net>; www.trulovewaits.com>; MAWER, 1999; YAMEY, 2000). Quem sabe “[...] o resultado

⁶⁴ O trecho a seguir é exemplar de como esta questão tem sido tratada no mundo ocidental e como a idéia governamental americana repercute em outros contextos. Ele torna visível que os responsáveis pelas políticas de saúde norte-americana, embora seja pouco compreensível qual a lógica acionada, consideram útil ensinar a abstinência ao invés de ensinar os jovens quais meios para prevenção da gravidez e DSTs: “Le gouvernement américain a annoncé mardi le déblocage de près de 30 millions de dollars pour organiser des réunions visant à inciter les adolescents américains à l'abstinence sexuelle jusqu'au mariage. L'annonce faite par le secrétaire à la Santé Tommy Thompson porte sur la mise en place de 95 nouveaux financements totalisant 27,7 millions de dollars, qui iront à des églises, écoles ou centres de santé pour la mise en place de sessions destinées à convaincre les adolescents de 12 à 18 ans à ne pas avoir de relations sexuelles avant le mariage. [...] Le gouvernement américain présente ces programmes d'abstinence sexuelle comme un moyen de réduire le nombre de grossesses non désirées et les maladies sexuellement transmissibles [...] Aux termes de la loi fédérale en vigueur, l'argent débloqué par Washington ne doit pas être utilisé pour évoquer les moyens de contraception, mais seulement pour convaincre les adolescents que les rapports sexuels en dehors du mariage ont des conséquences dommageables [...]” (*Le Monde*, Paris/França, em 2 de julho de 2002; grifos meus).

não é sexo seguro, mas menos sexo protegido”? questiona Mawer (1999). Ao considerar a Europa Ocidental, a Grã-Bretanha é a que detém os maiores números de jovens adolescentes grávidas, 90 mil por ano, e ambiciona uma queda de 15% até 2004 (cf. LE MONDE, 27/06/02; McLEOD, 2001). Justamente por isso é que o governo britânico procura conciliar educação na sala de aula, de conteúdo moral puritano e religioso, e prevenção, disponibilizando material preventivo gratuito nos serviços médicos públicos e nos serviços médicos das instituições escolares. Lawlor e Shaw (2002a), pesquisadores no campo da saúde coletiva, enfatizam que os profissionais envolvidos deveriam pensar mais cuidadosamente nas suas definições de problemas de saúde pública, associando os contextos morais e sociais em que os eventos ocorrem e nos quais eles se desenvolvem.⁶⁵

Conforme os estudos de Berquó (1999) e Béria et al. (1998) não há correlação direta entre conhecimento e a não-exposição aos riscos, como gravidez e DSTs/Aids nas práticas sexuais juvenis. O domínio da contracepção dá-se por meio de um processo de aprendizagem que envolve outros aspectos, que vão além da divulgação, exposição e informação continuada sobre a variedade de métodos e os modos de uso, pois abarcam relações gênero, contexto social, tipo de relacionamento, valores familiares, representações de juventude etc.⁶⁶

Apesar de toda a divulgação na mídia sobre o uso do preservativo masculino e a necessidade dos jovens se informarem para terem uma relação sexual segura, os estudos quantitativos – como o de Almeida et al. (2003) – apontam o pouco conhecimento juvenil sobre fertilidade e contracepção. No referido trabalho, os autores explanam as diferenças no comportamento contraceptivo entre adolescentes estudantes de escolas públicas na Bahia, com idades entre 11 e 19 anos. Os resultados mostram que as moças conheciam mais sobre a variedade de métodos do que os rapazes. O mais mencionado por homens e mulheres é o condom masculino, seguido da pílula.⁶⁷ Para as meninas, o uso de algum método na primeira relação sexual “[...] esteve associado à iniciação

⁶⁵ Sally (2002) critica a posição das autoras, por elas não desvelarem as conseqüências na educação das jovens mães ao terem uma gravidez indesejada.

⁶⁶ Outro fator importante foi colocado por Victora (1991; 1996), ao fazer uma discussão sobre o conhecimento do corpo e do corpo reprodutivo das mulheres de classes populares de Porto Alegre (RS). Segundo a autora, as mulheres têm um conhecimento próprio do corpo que influencia o modo como elas previnem a gravidez, por exemplo. O conhecimento averiguado através de desenhos realizados pelas informantes (a partir de uma matriz) sobre a anatomia e a fisiologia do aparelho reprodutor feminino diferia do da biomedicina.

⁶⁷ Sobre o uso de condom feminino ver Barbosa, Berquó e Kalckmenn (2000).

sexual mais recente e ter o pai como fonte de informação sobre sexualidade, prevenção para DST/Aids e contracepção”.⁶⁸ Para os rapazes, o uso esteve associado estatisticamente à idade de 15-19 anos, à maior escolaridade, à parceria estável (namorada, noiva ou esposa) e ao acesso a serviços de saúde no último ano.

De acordo com o levantamento bibliográfico (BORUCHOVITCH, 1992), sobre fatores associados ao não-uso de contraceptivos, sentir-se capaz de ter relações sexuais não é o mesmo que ter condições de discutir com o parceiro a utilização de algum tipo de contracepção. Tampouco isso foi observado no universo desta tese. Fazer exigências de proteção contraceptiva e DSTs não é algo visto como possível, haja vista os contextos de negociações e aspectos culturais que se congregam nas relações afetivo-sexuais juvenis. Além disso, anticoncepção não se concilia com desejo de aliança conjugal, reciprocidade e troca e com um projeto conjunto para uma vida adulta que tem origem no reconhecimento do parceiro como o ideal naquele momento. Por conseguinte, “[...] a preocupação principal não é de se proteger de uma gravidez, mas de consolidar um laço/aliança” (BOZON et al., 2003:12). Esta aliança também leva jovens a ter um grau maior de autonomia em relação ao controle dos pais. Outros estudos realizados no campo sócio-antropológico enfatizam a diversidade cultural, no que tange ao uso de métodos para DST/Aids e gravidez.⁶⁹ Por exemplo, Leal (1995) ao analisar como uma população de mulheres, do segmento popular, entendem o seu período fértil concluiu através dos últimos dados epidemiológicos disponíveis, do local onde trabalhou, que foi factível observar que 36% daquelas mulheres não utilizavam métodos (compreendendo 29,4% que nada usava; 2,6% por *querer* engravidar e 4,1% por estar

⁶⁸ O mais surpreendente comparativamente aos dados dessa tese é ser o pai uma fonte de informação para a sexualidade. Com as jovens entrevistadas, o pai foi relatado como uma figura representativa do não-exercício sexual fora do âmbito da conjugalidade na juventude, por ser um risco a gravidez e a interrupção do projeto familiar de ascensão por outros meios que não o da reprodução biológica. Os dados do GRAVAD (BONZON et al., 2003:8) divulgam que apesar de na sociedade brasileira a primeira relação sexual (com penetração) não ser um evento privado pelo percentual de pessoas que contam sobre ele a outras, somente 8% dos jovens (homens) falam para o pai (6% para a mãe). Menos de 1% das moças falou com seu pai sobre esta primeira relação (17% falou para a mãe), a amiga foi a pessoa a quem contavam (48%). Um amigo também foi o escolhido pelos meninos para conversarem sobre a primeira transa em 53% da amostra.

⁶⁹ No estudo de Paiva, Caldas e Cunha (1998) verificou-se que, através de técnicas projetivas, orientavam as jovens mães a se desenharem. Os dados enfatizam a imaturidade psicológica presente nos desenhos destas jovens, cujas idéias presentes nos mesmos falavam de muitos aspectos que foram encontrados nos dados trabalhados por mim, tais como: “*onde come um come dois*”; não se importarem com modificações no corpo durante a gravidez por mudarem de *status* (passavam a ser mãe); o filho iria lhes dar amor; a gravidez é a sexualidade assumida; o filho preencheria espaço na sua vida. As transformações sociais advindas com a gravidez na juventude são muitas e são, geralmente mais positivadas quando os parceiros permanecem ao lado delas.

grávida). O não-uso de métodos indica também, não só desconhecimento, mas uma contínua valorização da maternidade (ou da possibilidade de engravidar) nas classes populares, mesmo com o aumento no consumo de contraceptivos orais ocorridos (de 32,7% em 1986 para 38,7% em 1992). O posto de saúde no local “[...] funcionou em parte como um incentivo à reprodução, uma vez que serviços médicos, sobretudo assistência pré-natal e infanto-materna, são eficazmente oferecidos” (1995:33). Ainda, segundo os dados etnográficos de Leal, o aborto permanecia como um problema grave, principalmente por sua ilegalidade.

No âmbito da saúde pública, por que as mulheres acima dos 40 anos, com riscos maiores de morte e complicações no parto, não são também alvos de campanhas de abstinência para a maternidade? O que as diferencia em termos de políticas para a saúde reprodutiva, seriam os números e sua posição social? Segundo a Revista Veja (2002) O livro *Creating a Life: Professional Women and the Quest for Children*, de Sylvia Ann Hewlett, economista, vem mobilizando parte da sociedade norte-americana ao demonstrar que mulheres bem sucedidas profissionalmente se frustram na maternidade porque deixam para próximo dos 40 anos ter seu primeiro filho, justamente quando as chances de terem problemas orgânicos e de engravidar são maiores.⁷⁰

Mas o que estes países (Grã-Bretanha, Estados-Unidos) têm em comum com o Brasil? Até onde pude apreender, se assemelham na forma como fazem políticas de intervenção para com as sexualidades juvenis – em que o enfoque da cadeia está no final (em algum nível no indivíduo) sem relativizar como o todo (social, cultural, políticas econômicas) corrobora para as singularidades de cada um das partes (escolaridade, renda, relações familiares, desejos) que o compõem e o preservam.

O impacto negativo da gravidez sobre a educação dos jovens tem sido ‘a bola da vez’, portanto, avaliada como um dos maiores prejuízos e problemas atuais a serem explorados. A jovem, uma vez grávida, tem suas possibilidades menores de permanência em escolas e, conseqüentemente, de trabalho posterior, enriquecendo a

⁷⁰ A reportagem da revista *Veja* (*A ditadura do relógio biológico* - 17/04/2002) acrescenta: “A **gravidez tardia** está se transformando numa questão de saúde pública nos países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, uma em cada cinco mulheres entre 40 e 44 anos não tem filho — o índice praticamente dobrou nos últimos vinte anos. Campanhas estão sendo feitas para tentar reverter a tendência de adiar a chegada de um bebê. Pouquíssimas mulheres sabem dos riscos de uma gestação em idade avançada e dos transtornos que as incessantes tentativas de fertilização causam na vida de um casal. Elas também desconhecem que problemas associados à passagem do tempo, como miomas no útero e calcificação das artérias podem prejudicar a gravidez. Os médicos alertam ainda que, entre as que demoram demais para

lista de problemas que virão. Ora, sabemos que o sistema educacional no Brasil não tem sido um bom exemplo para ninguém há anos. Nem mesmo os jovens que possuem algum título universitário conseguem uma boa inserção no mercado atual de trabalho. Logo, a questão não pode ser vista com este tipo de ligação causal, mesmo porque o sistema educacional público também não está bem construído para a reinserção de jovens (e também adultos) sem filhos ou com filhos que tenham passado e passam por dificuldades sejam elas circunstanciais ou não. Não é incomum observar tal fato em qualquer ambiente, independente de classe. Evento que, aliado a outros, ajuda a desestimular as pessoas com possibilidades menores de prosseguir com sua escolaridade e, por conseguinte, de poder se colocar neste mercado. O mercado requer uma maior profissionalização, que logicamente não pode ser alcançada por uma grande parte da população, com poucas condições socioeconômicas. Duarte (1986:138) chama atenção que apesar da intensa inculcação de um hábito letrado e racionalista nas classes mais pobres há uma resistência que parece ter generalizado os limites de eficácia, apesar da atração que há para o valor estudo.

De tudo o que se lê, ouve e se observa, às mulheres menos escolarizadas resta a opção possível e mais imediata de trabalhos domésticos e/ou nos serviços de cuidados de crianças, de babás, entre outros. Parte disso dá-se por essa necessidade de profissionalização do mercado, exigindo quase sempre dos candidatos uma experiência anterior de trabalho, conseqüentemente considerando os requisitos de escolaridade. Tal cobrança atinge diretamente aqueles que necessitam entrar ou se manter no mercado, para ajudar a família (ou por suas exigências pessoais) e não conseguem terminar seus estudos. Além disso, as jovens mulheres e as mulheres adultas com filhos enfrentam barreiras maiores nas disputas das vagas de trabalho. Se somente estudam são alocadas em classes noturnas, onde a qualidade do ensino ainda é mais questionável, estabelecendo-se fisicamente uma distância com as redes de colegas/amigos da escola. Outro aspecto importante sobre a evasão escolar de jovens, nos meios mais pobres, é a maior exposição a fatores como a violência urbana, que podem e inibem a continuação dos estudos, dependendo das condições do local e da cidade. No entanto, poucos investimentos políticos foram realizados em áreas que melhorariam o poder socioeconômico ou de segurança desta população. O fato é que nos meios públicos essa

engravidar, o perigo de o bebê nascer com alguma anomalia genética é alto. Motivo: 90% dos óvulos de uma mulher de 42 anos apresentam anormalidades.” (grifos meus)

questão tem sido vista por duas vias, a da irresponsabilidade e/ou desconhecimento e a da falta de opção de melhoria de vida através da profissionalização. Por fim, é importante que se registre que ao correlacionar gravidez e evasão escolar em pesquisas com escolares o viés da amostra já é evidente. Ou seja, dificilmente a gravidez juvenil não será um dos motivos de interrupção dos estudos quando se pesquisa *jovens estudantes* como, por exemplo, o fez a Unesco (*Juventudes e Sexualidade*, 2004). O que não significa que ela não seja um fator importante, mas toma proporções outras quando a visão da juventude é a dos estudantes.

Vilar e Gaspar (1999), em um trabalho etnográfico, se detiveram a entrevistar 14 jovens portugueses (de 14-21 anos) que engravidaram e viveram “distintos problemas ou ‘desenquadramentos’ sociais”. A regulação social da sexualidade pela aliança matrimonial insere a gravidez na adolescência nas questões sociais de difícil aceitação; “desenquadrada”, ela provoca os padrões morais vigentes por desvincular-se da reprodução. Mas, apesar dos “ventos hedonistas” arejarem a sociabilidade juvenil os valores tradicionais parentais tentam frear os jovens na busca constante do sexo-prazer. Para os pais e para algumas jovens a perda da virgindade, simbolizando um desafio à ordem moral e social, adquire significados menos morais e representa algo mais legítimo socialmente se ocorrida no interior de uma relação estável, onde a união conjugal posterior já está acertada entre os pares e as famílias. É neste sentido que Vilar e Gaspar afirmam que a sexualidade juvenil é hedonista “mas não muito”.

Quanto à educação sexual, demonstram que há um grande silêncio em decorrência das mães não terem também tido um diálogo em casa. Lembrar as filhas de *terem cuidado* é a forma encontrada de dizer o não-dito. Dentro das aparentes contradições sociais “[...] as práticas relativas à sexualidade não deixam de existir; mas, vividas em função dos significados inerentes à moral sexual das famílias, tornam-se, em si, contraditórias. *É desta contradição, presente no complexo processo de socialização relativo à sexualidade, que resulta a gravidez na adolescência* [...] a moral sexual familiar condiciona, em contraste com a lógica hedonista do grupo de amigos, uma ética sexual própria que serve de interesses, simultaneamente” (VILAR e GASPAR, 1999:51, grifos meus).

Baseados nestas premissas, questionam por que uma jovem não aborta quando a gravidez é indesejada (não-planejada) ou não usa métodos contraceptivos, visto que

todas afirmaram saber de sua existência.⁷¹ Para responderem, explicam as transições que ocorrem com a confirmação da gravidez até o nascimento do bebê; é o que chamam de “processo de assimilação da gravidez de uma adolescente” (1999:61). Durante o tempo de gestação a gravidez pode passar de *indesejada* a ser sentida e vivida como *desejada* pelas pessoas (familiares, amigos, pai do filho) que estão próximos à adolescente. Uma assimilação que é feita pouco a pouco também pela adolescente que leva a gravidez a termo. Já o aborto fica subsumido a moral-cristã e ao sentimento positivado no imaginário social da maternidade. Esta última, além de reforçar a feminilidade e a fertilidade permite que a adolescente possa (e passe a) assumir o *status* de adulta. Nas classes populares, o nascimento de uma criança suplantaria o estigma da gravidez juvenil fora do matrimônio e da maternidade nesta fase da vida. Por não ser só de estigmas que uma gravidez na adolescência se cerca, Vilar e Gaspar enfatizam os novos vínculos que se criam, alguns de caráter longo ou permanente, como a filiação, a maternidade e a conjugalidade. O vínculo com o pai do filho está estabelecido mesmo que este não venha a casar-se com a jovem. Os autores concluem que a gravidez na adolescência é uma “sinuosidade no percurso da vida da jovem” (1999:62) que pode levar ao reforço dos laços familiares.⁷²

Os trabalhos etnográficos e socioantropológicos de Cabral (2002), Brandão (2003) e Leal (2003), assim como o de Heilborn et al. (2002), possuem uma especificidade – todos estão vinculados a um projeto multicêntrico de grande porte (GRAVAD) que compila metodologias quantitativas e qualitativas. O material empírico do projeto foi colhido durante o ano de 1999 a 2001. Os objetivos principais desse

⁷¹ Ter parceiros que não participam ativamente na escolha e uso dos métodos; não saber dizer não e/ou negligência repetida com contraceptivos e adoção de práticas inadequadas para a contracepção foram aspectos apontados por Pillai e Barton (1999), Manlove et al. (2000), Pinto e Silva (1998) e Béria et al. (1998).

⁷² Já Almeida (2002) enfoca o entorno. As famílias das jovens que engravidaram possuíam dificuldades econômicas, os pais pouca escolaridade e executavam trabalhos menos qualificados. Em virtude destas características as filhas foram educadas, desde cedo, a ajudar as mães nos afazeres domésticos e no cuidado com outras crianças – estimulando-as, na juventude, a adquirirem autonomia (denominada como independência) e liberdade. Suas análises partiram da entrevista com 13 jovens selecionadas pela unidade de saúde, do interior de São Paulo, onde fizeram seu pré-natal. De acordo com as jovens, a gravidez corroboraria para esta liberdade, antecipando uma união que poderia ocorrer (ou não) mais tarde, geralmente com o namorado. A meu ver o dado mais interessante que surge no trabalho de Almeida, mas que não é considerado pela autora, é o fato de que a gravidez anteciparia, aparentemente sem rejeições, o futuro projeto dos pais de maternidade para as filhas. Fica subentendido que os pais não recorrem ao discurso e ao valor moral do sexo, tampouco a moral familiar, para estimular ou apoiar uma aliança com o pai do filho. Tal posição parental se diferencia do que está sendo descrito até então sobre o tema em relação às classes populares. Por outro lado, tal interpretação pode estar correlacionada a inserção de Almeida, como pesquisadora, no meio médico.

investimento multicêntrico foram o de descrever as condições que motivam adolescentes a engravidar e o de verificar o impacto da gravidez na biografia dos jovens homens e mulheres (18-24 anos) de acordo com as distinções de classe. Ele nasce do imperativo de reavaliar a gravidez na adolescência como um fenômeno que considera a relativização dos critérios etários em prol do conceito de juventude; de inserção da gravidez no quadro teórico das trajetórias juvenis – inserida no processo de “aprendizagem e experimentação da sexualidade com parceiro” (HEILBORN et al. 2002:16); e de levar em conta as desigualdades do ponto de vista das classes sociais, aí inclusas as questões de gênero. Ou seja, de contextualizar e relativizar as perspectivas que circundam esse fenômeno considerando as propriedades sócio-culturais nos modos de ser e vivenciar esta fase de vida.

O trabalho de Cabral (2002) privilegia a juventude e a gravidez através do olhar masculino. O seu esforço preenche parte da lacuna existente, nos estudos etnográficos no país, sobre paternidade juvenil com privilégio na análise do olhar para a complexa rede de conexões entre as esferas sociais, culturais, econômicas e psicológicas.⁷³ Cabral, por sua vez, procura compreender as trajetórias biográficas masculinas a partir da paternidade na adolescência. Foram entrevistados jovens cariocas de camada popular com idades de 18-24 anos que tiveram parceiras que engravidaram entre os 10 e 19

⁷³ A paternidade tem sido cobrada dos homens em menor grau do que a maternidade para as mulheres (FONSECA, 1998). “Nas sociedades ocidentais, o cuidado para com a criança ao ser normatizado tão intensamente como atividade de gênero feminino, leva à postura extrema, [...] de que as mulheres se esquecerem de que se trata apenas de uma norma social, passível de alteração. [...] O pai, por sua vez, após o coito fecundante, enfrenta uma grande lacuna na sua atuação” (FONSECA, 1998:193). O trabalho de Dragon (2000) objetivando entender o contexto da paternidade nas relações de gênero e filiação, independente de qual fase de vida eles se encontram, evidencia aspectos importantes presentes desde o nascimento, todos ligados às interdições masculinas. Toma o ritual de *couvade*, estudado por diferentes autores e tradições, para salientar a ambigüidade do papel paterno no Ocidente moderno. Segundo ela, a psicanálise explica tal ritual como a garantia dos homens criar/gerar, ou seja, o desejo de criar uma vida provoca neles a vontade de acolher uma criança, de deixar se levar por esse sentimento. O que demonstraria um lado feminino no masculino. Do ponto de vista sociológico, a autora considera o *couvade* como uma cerimônia de iniciação a parentalidade (*parenthood* em inglês, englobando concepções de maternidade e paternidade). É diferente dizer que há uma divisão entre masculino e feminino – mas uma referência à família e não aos adultos de um ou de outro sexo. No âmbito antropológico cita o clássico trabalho de Lévi-Strauss [1962] que, baseado nas teorias dos índios da América do Sul, explica o *couvade* como um conjunto de restrições impostas aos pais para proteger o filho. Por fim, Dragon chama atenção para o fato de que os pais às vezes são mantidos mais distantes durante a gravidez e o nascimento em algumas sociedades, o que leva a deduzir que: “[...] a oposição mãe-natureza e pai-cultura, tida como o mito do amor materno, tem sem dúvida contribuído para a marginalização do pai dentro de um complexo ritual associado ao nascimento” (2000:16). Todavia, salienta que pouco se sabe se o papel de gênero masculino estaria afetando os mecanismos de proteção à gravidez dos homens desde a adolescência. Uma dissertação recente sobre parentalidade foi elaborada por Carpes (2003); seu objetivo circunscreveu as representações lançadas na transição de fase de vida através da maternidade e paternidade.

anos. Gênero, classe e geração são os eixos principais de análise de seu estudo, que explora como a gravidez na adolescência acelera a transição para a fase adulta nas camadas populares. Suas conclusões demonstram que cabe aos homens, através do trabalho, a buscar dar suporte material ao casal ou ao filho e que a gravidez na adolescência tem sua influência na “condição de classe, acirrando um cotidiano de precariedade em termos de renda, alimentação, moradia, escolarização” (2002:115).

Traçando uma comparação geracional, os jovens filhos seguem uma trajetória bastante semelhante a dos seus pais. No meio social onde ambos vivem, a paternidade dos jovens homens se encontra naturalizada por sua recorrência. É nas relações de namoro que os jovens engravidam suas companheiras, já que o uso de contraceptivos ocorre, geralmente, depois do início dos relacionamentos sexuais e sob a responsabilidade feminina. Em suma, para Cabral,

[...] a gravidez entre jovens de camadas populares parece concorrer de modo específico para o processo de passagem à vida adulta no que concerne às trajetórias escolar-profissional e familiar-residencial. Quanto à primeira, significa menos uma quase impossibilidade de retorno à escola e um maior comprometimento com a esfera laboral. Em relação à segunda, há constituição de novas unidades familiares (com residências próprias) e atividades geradoras de certa autonomia material (2002:116).

Considerando estas afirmações, a dissertação de Cabral (2002) corrobora para pensar a gravidez como um obstáculo e/ou como uma reprodução das condições sócio-culturais e valorativas das camadas populares. Seu trabalho relativiza os efeitos da gravidez nas trajetórias biográficas, através da contextualização das condições de vida familiar e de inserção no mercado de trabalho atual para esses jovens, como não sendo os únicos ou as principais razões para mudanças nas vidas dos jovens pais.

Com o olhar para a maternidade e paternidade, Heilborn et al. (2002) fazem uma análise inicial do material das entrevistas com os jovens das três cidades envolvidas no GRAVAD, a saber: Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre. Neste artigo, enfocam as diferenças nas trajetórias escolar-profissional de quatro grupos para o fenômeno da gravidez na adolescência: adolescentes homens com e sem filho(s) e adolescentes mulheres com ou sem filho(s) dos segmentos populares e médios. Deter-me-ei neste instante na maternidade. Ao compararem o ingresso das jovens no mundo do trabalho fora do lar com a maternidade adolescente encontraram que as adolescentes dos grupos populares não têm seu ingresso apressado no mercado laboral pela chegada de um bebê.

Pelo contrário, a presença de um filho deixam-nas mais dependentes das pessoas que as cercam (parentes e/ou companheiro) e as colocam mais circunscritas ao espaço doméstico. O modelo de segregação dos gêneros nesse segmento impõe ao homem o papel tradicional de *assumir* o filho e prover a casa, quando o faz.

Já nas classes médias, a maternidade interrompe um percurso linear do projeto escolar-profissional – fato que não ocorre nas classes populares, pois há uma sucessão de entradas e saídas da escola que não caracterizaria a gravidez como o motivo para a evasão escolar. Nas classes médias, a interrupção pode ser temporária, muito mais do que nos grupos populares, pois as primeiras não têm as mesmas dificuldades estruturais que circundam o grupo popular. Então, ao sintetizar os efeitos da gravidez na adolescência para ambos os grupos afirmam: “as classes populares são mais atingidas na sua carreira profissional do que na sua carreira escolar e, justamente o contrário ocorre nas classes médias, quando a maternidade tende a afetar menos a carreira escolar *relativamente* à profissional” (2002:36), pois ela rompe com projetos e trajetórias futuras traçados anteriormente ao evento.

A tese de Brandão (2003) considera estas conclusões, por estar lidando com um universo de camada média integrado na pesquisa como um todo. A gravidez, a necessidade de autonomia *versus* a heteronomia parental e os desdobramentos daí decorrentes entre as famílias e os jovens entrevistados foram avaliados do ponto de vista masculino e feminino, o que só enriqueceu seu trabalho.

Seus entrevistados são de famílias de classe média; são quatorze famílias cariocas cujos filhos solteiros (homens e mulheres) seguiam residindo na casa dos pais depois de terem depois de engravidado e tido filho. Dados empíricos de fontes secundárias também compõem seu material analítico, tais como entrevistas realizadas com jovens de classe média com ou sem filho(s) das outras capitais, dissertações de mestrado, artigos e bibliografia. Estas fontes lhe servem de ponto de comparação pois algumas contemplam os estratos populares que não fazem parte de seu universo e objeto de pesquisa. Quanto ao universo de pesquisa há que se considerar que a autora deixa o leitor em dúvida ou mesmo, em alguns momentos, com certeza de que a ‘classe média’ entrevistada não poderia ser agrupada ou citada como se possuíssem as mesmas condições de vida. Mesmo porque está se referindo à classe média de diferentes cidades, o que poderá oferecer um diferencial importante em termos de condições materiais e significações sociais no pertencimento a uma camada social. Ao longo da tese, em suas

caracterizações, percebe-se que a classe média estudada comporta condições materiais díspares e poderia estar subdivida em alta e média ou mesmo baixa, em alguns casos.

Em suas análises, procura focar as influências do processo de individualização contemporâneo nas relações intergeracionais. Inseridos neste percurso de individualização estão o processo de autonomia juvenil (autodeterminação) e heteronomia familiar (afirmação de valores parentais), ambos fatores importantes nas tensões intergeracionais e na socialização juvenil. Somando-se às interpretações estão as visões contrastantes de gênero, gerações e parentesco.

De acordo com sua compreensão, é graças ao apoio recebido pelos pais que os jovens de classe média com filhos não têm suas “posições sociais” alteradas nas suas famílias e não se privam de seus lazeres no espaço público. Essa base parental favorece as idéias e as práticas de autonomia pessoal (ainda que relativa) e a não ruptura do ciclo de vida de jovens homens e mulheres, considerando que as jovens possuem mais compromissos com o(s) filho(s).⁷⁴ Mesmo assim, a estrutura familiar que se apronta após gravidez e nascimento da criança implica em “não perderem sua juventude” pela valorização, na classe média, do processo de individualização dos filhos. No entanto, também não deixa de haver acomodações e tensões familiares na vida dos jovens com a chegada da criança. Como Brandão sintetizou: “[...] há traços de continuidade com a vida anterior à gravidez – que se manifestam na manutenção dos valores familiares em prol da individualização dos filhos e das práticas sociais peculiares à juventude – e de descontinuidades, em função dos encargos e responsabilidades com o filho” (2003:219).

Nesse grupo social, a gravidez na adolescência caracterizou-se por salientar dois pólos, nem sempre vividos como opostos para os jovens entrevistados. O primeiro é o da dependência material da família. Vivem na casa dos pais, não costumam pagar contas da casa, continuam a ter sua privacidade e seu território demarcado, além de

⁷⁴ Curso ou ciclo de vida fora apontado por Debert (2003) como algo que a modernidade tem tratado de modificar, pois as diferenças entre as gerações (avós, pais, filhos) estão cada vez menores. Reproduzo na íntegra o que a autora discorre sobre estas questões: “[...] a própria idéia de ciclo de vida, considera Anthony Giddens (1992), perde sentido na modernidade, uma vez que as conexões entre vida pessoal e troca entre gerações se quebram. Nas sociedades pré-modernas, a tradição e a continuidade estavam estreitamente vinculadas com as gerações. O ciclo de vida tinha forte conotação de renovação, pois cada geração redescobre e revive modos de vida das gerações predecessoras. Nos contextos modernos, o conceito de geração só faz sentido em oposição ao tempo padronizado. As práticas de uma geração só são repetidas se forem reflexivamente justificadas. O curso da vida se transforma em um espaço de experiências abertas, e não de passagens ritualizadas de uma etapa para outra. Cada fase de transição tende a ser interpretada pelo indivíduo como uma crise de identidade, e o curso da vida é construído em termos da necessidade antecipada de confrontar e resolver essas fases de crise”. Artigo disponível em <<http://groups.yahoo.com/group/acropolis/files/temas/Guita%20Grin%20Debert.htm>>.

garantirem seu conforto. Segundo, é o pólo da autonomia; ganham seu espaço e reconhecimento junto aos pais também pela maternidade e paternidade juvenil, mas que se torna parcial pela grande dependência material. No aprendizado desta autonomia há um certo “descompasso” visível em alguns momentos entre o “reconhecimento da autonomia e necessidade de afirmação da heteronomia”. Ao constatarem que “os filhos são “pessoas individualizadas” e, ainda dependentes, os pais enfrentam o dilema de conseguirem completar a socialização dos mesmos, tornando-os não só independentes financeiramente, mas em todas as instâncias da existência social de um sujeito – espacial, doméstica e também como socializadores de outros sujeitos” (2003:192).

Com enfoque especial ao campo da sexualidade na adolescência encontra-se o estudo realizado por Leal (2003). Particularmente é interessante ser referido neste momento, mesmo que não tenha tratado do tema da gravidez na juventude, por três motivos: 1) seu objeto são as representações sociais contemporâneas acerca das experiências afetivas e/ou sexuais circunscritas à primeira relação amorosa juvenil; 2) porque os prismas de gênero e de segmento social são relativizados no universo juvenil; e 3) por estar discorrendo sobre como ocorre o momento de “entrega” ao companheiro para jovens de segmentos distintos, além de serem estes jovens contemporâneos aos de meu trabalho.

Assim como Brandão (2003), Leal se ateve nas falas de jovens (homens e mulheres) das três capitais investigadas, somando-se 123 entrevistas. Nelas, as diferenças de gênero mostraram-se preponderantes para o grau de importância dado às representações sociais acerca da primeira experiência amorosa, independente da cidade onde os jovens moravam. As maiores diferenças de gênero centraram-se nas idéias sobre sua ‘primeira relação sexual’, esta surgiu como resposta, em (39,8% para homens e 33,7% para mulheres), à pergunta sobre o que seria sua ‘primeira experiência amorosa’? Na segunda posição, de acordo com a frequência das respostas, houve aqueles que a definiram como sendo o namoro: 30,4% eram mulheres e 26,1% eram jovens homens. Todavia, foram as mulheres de classe média as que mais definiram a primeira experiência amorosa como o namoro, contextualizando o romantismo que envolvia a relação.⁷⁵ De modo geral, as mulheres tendem a contextualizar mais

⁷⁵ Diz Leal (2003:104): “[...] o *ideal de amor*, o *amor romântico*, é determinado pelos mesmos valores sociais que configuram a modernidade, o ideário individualista e uma autonomização do domínio sentimental. O romantismo amoroso une as dimensões da sexualidade e do amor e torna esta união algo de natural”.

afetivamente as relações com seus parceiros, ressaltando a intensidade de seus sentimentos no momento da entrega sexual (‘não pode ser só sexo, tem de ter sentimento’). Os homens, por sua vez, tendem a ser menos afetivos nas suas descrições; detêm-se no ato sexual – “falam de sexo” – e entendem a primeira relação sexual como um momento de aprendizagem, de técnica, e consideram-no um dos requisitos para a sua masculinidade (o ser homem).

No segmento popular as jovens estabeleceram uma relação entre a primeira experiência amorosa com uma aliança (conjugal ou de namoro). A virgindade neste contexto era, e especialmente em Salvador, um valor preservado e conservava consigo um traço relacional – “como uma moeda de troca” (2003:92) para que o relacionamento torne-se mais duradouro. Comparando estes dados com os da pesquisa da Unesco (2004) verifica-se – segundo esta última – que 68,1% dos jovens de Porto Alegre relatam uma posição mais moderna por não alocarem qualquer valor na virgindade.

Segundo Leal (2003), a referência da primeira experiência amorosa como *prazer sexual* foi mais encontrada nas classes médias/altas. Leal relaciona este achado ao fato de que “[...] o sexo aglutina a inteligibilidade, a totalidade e a identidade do sujeito moderno” (2003:97) que está de acordo com as ideologias individualistas mais proeminentes neste estrato social.

As últimas conexões analíticas partem do pressuposto de que existem modelações distintas da subjetividade que se apóiam e dão sustentação às lógicas culturais específicas dos distintos grupos sociais. As especificidades da realidade empírica delineiam compreensões que ajudam a desconstruir a visão da gravidez na adolescência como um *problema* generalizado a esta fase de vida. Na linha desses discursos, com tom alarmista e moral, a gravidez na adolescência é qualificada como um erro, por estar a ela vinculada à sexualidade, à idade e ao sexo fora do matrimônio. A gravidez ainda vai de encontro aos ideais de autonomia atuais – valor que se tornou cada vez mais importante nas sociedades contemporâneas (LEAL e FACHEL, 1999; HEILBORN et al., 2002). Assim, esse evento na adolescência denuncia a ruptura de um certo ordenamento social para o ‘futuro da juventude’ e ratifica as representações sociais dos jovens e adolescentes como indivíduos impulsivos e, na modernidade, supostamente mais hedonistas – isto é, engravidando por irresponsabilidade, desprotegidos e envolvidos pela situação maior do prazer.

CAPÍTULO 2

NO CAMINHO DO COTIDIANO: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Por trabalhar com contextos culturais distintos, a Antropologia tem-se preocupado em descrever ao leitor as estruturas simbólicas e sociais, pelas quais as pessoas se pautam e se identificam. Dissecar e recriar categorias sociais, assim como classificar as concepções de doença, por exemplo, dão sentido ao mundo social cotidiano pesquisado, personificando e reconstruindo contextual e historicamente os motivos para determinadas ações individuais culturais ou grupais. Geertz (1989) alerta que tal tarefa não é simples, nem fácil – o que define a etnografia é menos suas técnicas e sim o esforço intelectual que ela representa –, portanto, faz-se necessário um método para dar suporte as significações da experiência conforme ela é apreendida pelas pessoas de uma dada localidade em algum momento do tempo. Desde Malinowski, em 1922 (*Os Argonautas do Pacífico Ocidental*), a etnografia torna-se o método pelo qual a disciplina vem-se desenvolvendo e constantemente fazendo sua autocrítica, para não cair no positivismo da simples descrição dos fatos e transcrição dos relatos.

A Antropologia tem debatido, por muitos anos, seus métodos investigativos e sua forma textual de descrever e justificar como seu processo de pesquisa e análise se desenvolveram e se fundamentaram. As possibilidades de descréditos das análises antropológicas, já insinuadas por seu grau de abstração e pela impossibilidade de utilização de tipos mais objetivos de demonstrações – por exemplo, os matemáticos – ratificam a posição da disciplina de priorizar a descrição de seus métodos de investigação. Uma outra preocupação metodológica, comum na Antropologia, é de relativizar não só os dados, mas a forma como esses elementos foram estimulados ou observados. Com efeito, na prática etnográfica, esta postura leva em consideração o papel do pesquisador no campo e sua subjetividade frente à interação e as relações estabelecidas nos contextos pesquisados, sem desconsiderar o movimento inverso, isto é, de como os entrevistados se perfilam conforme as posições do pesquisador.

Em suma, a etnografia é, sem dúvida, uma experiência subjetiva e dela surge um considerável leque de princípios objetivos de análise e significação. Tem-se, por um lado, uma visão ampla do objeto de pesquisa e um entendimento de algumas especificidades de atuação e significação social e, noutra posição, está o pesquisador,

que se entrega a uma experiência pessoal e particular com o campo pesquisado para dela apreender seus objetivos. Recorrer a ambos pontos da disciplina (objetivo e subjetivo) nos permite perceber e relativizar os nossos valores a partir da observação direta de outros valores. Tal característica da disciplina, sobretudo em alguns campos de pesquisa – como no da sexualidade – tem instituído o exercício constante de desconstrução de teorias e categorias sociais a partir de novas indagações antropológicas. Portanto, essa constante tensão entre o já estabelecido e a possibilidade de ter uma nova visão é característico da disciplina (*relativizar*), visto que a Antropologia pressupõe a não universalidade das experiências humanas. Por conta disso, descrever como as apreensões e relações ocorreram ‘em campo’ tornou-se fundamental para a perpetuação e credibilidade da própria disciplina.

O objeto dessa pesquisa, que assumiu a etnografia como seu método central de investigação e análise, envolve questões sobre as atividades sexuais e a sexualidade. Esses temas têm igualmente posto em discussão que tipo de métodos ou técnicas de pesquisa são mais adequadas. Justamente por tratar-se de sexualidade, alguns pesquisadores da linha positivista defendem que as investigações deveriam ser extremamente sigilosas, a ponto de não haver interação face-a-face. Essa “resistência”, como denominou Bozon (1995b), ocorre tanto com os pesquisadores como pelos informantes. Os primeiros, por pensarem ser a sexualidade e as atividades sexuais assuntos de difícil trato (entre outros aspectos), e os segundos pela dificuldade em separar a privacidade da relação sexual das significações afetivas que elas deflagram na sua biografia. Além disso, imagina-se que a “resistência” para falar sobre sexo seja maior com desconhecidos. De acordo com este autor, o fato do entrevistador e do entrevistado não se conhecerem pode favorecer uma entrega maior do sujeito pesquisado, pois o entrevistador não é alguém que irá repassar a informação a outras pessoas na forma individualizada.¹

Todavia, a interação que a Antropologia toma como essencial com seus informantes: *estar lá*, observar, participar e perguntar não lhe dá garantias de que o que

¹ Para além do campo antropológico, existem algumas precauções e receios com os dados colhidos face-a-face, sobretudo quando temas como a violência, o uso de drogas, as atividades sexuais e a sexualidade são fundamentais às pesquisas. Esses cuidados têm levado ao emprego de outras formas menos ‘pessoais’ de inquéritos, por exemplo, enviar questionários pelo correio e/ou entrevistar via telefone – ambas são maneiras encontradas de superar ou driblar as inconveniências do encontro entre pesquisador-pesquisado, com pretensão de ter uma maior fidelidade/veracidade nas respostas (BOZON, 1995a).

se colhe por meio de narrativas e o que se vê durante as observações e interações são de fato representativas das idéias e das atuações diárias dos entrevistados. Daí a necessidade intrínseca ao método etnográfico de retorno e constante relativização entre: o dito e o praticado, a fala e a representação; a platéia e a história.

Sob a ótica da pesquisa antropológica, especificamente aquela que se tem dedicado a estudar a gravidez na adolescência e na juventude e aos estudos sobre juventude, é comum a utilização de métodos e técnicas já consagradas na história da disciplina, como as entrevistas aprofundadas, a observação participante e as conversas informais. De acordo com os pesquisadores com trabalhos sobre os temas, essas técnicas e métodos dão conta das necessidades de compreensão das significações da gravidez e das apreensões dos modos de vida juvenis (CABRAL, 2002; BRANDÃO, 2003; HEILBORN et al., 2002).

Contudo, em resumo, o que se destaca ao antropólogo é entender quais são os dados que ele poderá colher com suas técnicas e métodos de investigação. Quais as formas investigativas mais apropriadas para aquele contexto e universo social. Também é extremamente pertinente, ao referir-se a outros estudos da área, verificar quais metodologias e contextos podem ser comparados aos seus.

Embasado nestas preocupações, este capítulo abrange quatro objetivos a serem percorridos para esclarecimento do leitor. O primeiro é contextualizar esse estudo na esfera institucional onde ele está inserido. Um segundo aspecto é discorrer sobre as suas especificidades, demonstrando as vantagens e desvantagens de trabalhar com um universo que está inserido em um projeto mais amplo e anterior. Na seqüência, saliento as características dos bairros onde as jovens moram e como minha inserção nas casas foi inicialmente avaliada. Discutir se as diferenças entre pesquisador e pesquisado interferiram no processo de investigação constituem o terceiro objetivo. Em continuidade, faço uma consideração breve sobre como a Antropologia e a Epidemiologia trabalham metodologicamente, haja vista a origem institucional desse estudo.

Por fim, uma questão a ser esclarecida, desde então, para o trabalho como um todo, é a de que a autoria das interpretações, que se seguirão, são construções que estabeleci a partir das reconstruções elaboradas pelas informantes. Portanto, o texto que compõe a tese é o resultado parcial dessas apropriações e tentativas de entendimento dos significados sociais apontados e compreendidos durante as investigações.

2.1 O estudo de coorte em Pelotas

Inicialmente aponto para o contexto institucional onde este trabalho nasceu e com o qual mantém uma relação direta de pesquisa. O exercício etnográfico, aqui proposto, está vinculado a um projeto epidemiológico bastante amplo, cuja história começa no início dos anos 80. O projeto foi desenvolvido pelo chamado Centro de Pesquisas Epidemiológicas, pertencente ao Departamento de Medicina Social da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).² Ao descrever o andamento deste projeto, o leitor poderá depreender as ligações do meu estudo com a pesquisa maior e entender como um estudo qualitativo se inseriu em um campo institucional de análise predominantemente quantitativa.

Em 1982, um grupo ainda pequeno, deu início ao estudo de coorte das crianças nascidas vivas naquele ano, em Pelotas (RS).³ Desde então, amostras (parciais ou totais) são acompanhadas, variando os intervalos entre um acompanhamento e outro. Farei referência a este estudo como C/82. No primeiro ano, foram entrevistadas 5.914 mulheres, das 6.011 que tiveram filho em 1982, considerando neste número os nascimentos ocorridos somente na zona urbana. Além das entrevistas com as mães, as crianças foram pesadas e medidas. Como está apontado na Tabela 2.1, outros dois acompanhamentos se sucederam no mesmo ano, repetindo os procedimentos iniciais, tais como peso, medida das crianças, entrevistas com as mães (BARROS et al., 1990; VICTORA et al., 1989).

De acordo com os objetivos dos acompanhamentos posteriores e com os interesses dos pesquisadores que se associaram ao grupo original, foram calculadas amostras de acordo com os propósitos investigativos e, novamente, as pessoas nascidas

² Este *Centro*, como o denominarei a partir de então, tem como uma de suas funções capacitar e formar mestres e doutores em Epidemiologia. Vem congregando, sobretudo, profissionais da área da saúde, na maioria moradora da cidade, interessados em aprender metodologia de pesquisas com abordagem quantitativa. O *Centro* desenvolve projetos interdisciplinares, já tendo congregado áreas como a educação, psicologia e nutrição, mas nesta reunião o domínio é epidemiológico nas análises. Esta instituição recebe apoios financeiros de organizações de saúde (dentre outros: OMS, OPAS, Ministério da Saúde (MS, Brasil), UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância), assim como da Capes e do CNPq, com bolsas (nacionais e internacionais) de fomento à pesquisa.

³ Estudo de coorte é um estudo prospectivo ou retrospectivo, com acompanhamento de muitos anos (e até décadas), de um grupo populacional, usando suas técnicas de análise estatística na compreensão do papel dos fatores de risco para doenças crônicas-degenerativas e não transmissíveis. Suas vantagens são: medirem incidência e a exposição antes do início da doença; permitirem estudar o efeito de mudanças nas exposições e a história natural da doença. As desvantagens mais comuns são: estudos demorados e caros; não são aplicáveis para doenças raras; não permitem testar novas hipóteses; possibilidades de muitas perdas durante os acompanhamentos e ter suas associações afetadas por variáveis de confusão. O estudo em questão é prospectivo.

em 1982 foram procuradas; informações socioeconômicas e outras de interesse sobre a população infantil e a situação familiar eram fornecidas pelas mães ou responsáveis destas crianças, assim como questões sobre tabagismo materno, aleitamento e consumo de álcool dos familiares. Em todas as abordagens da C/82 foram colhidos dados: sócio-econômicos familiares, demográficos, saúde materna e infantil, desenvolvimento psicossocial e indicadores nutricionais.

A tabela que se segue ajuda a melhor visualizar o andamento da C/82, pois destaca o ano de pesquisa, o número de nascidos em 1982 entrevistados, a idade em que estavam naquele acompanhamento e a abordagem de pesquisa.

Tabela 2.1. Acompanhamentos do estudo de C/82, Pelotas (RS).

Inquéritos	Ano	N (%)	Idade	Entrevistados	Abordagem
1º	1982	5914 (99)	< 1, 3 e 6 meses	Mães [♥] ; Filhos avaliados	Quantitativa
2º	1983	1458 (33)	9-15 meses	Mães; Filhos avaliados	Quantitativa
3º	1984	5001 (85)	20 meses	Mães; Filhos avaliados	Quantitativa
4º	1986	4741 (80)	42 meses	Mães; Filhos avaliados	Quantitativa
5º	1995	723 (20)	13 anos	Jovens e Mães	Quantitativa
6º	1997	1076 (27)* ⁺	15 anos	Jovens e Mães	Quantitativa
7º	1998-2000	96 ⁺	15-18 anos	Jovens e Mães	Qualitativa
8º	2000	2250 (51) **	18 anos	Jovens Homens	Quantitativa
9º	2001	1041 (27)*	18-19 anos	Jovens e Mães	Quantitativa
10º	2001	922 (17) ⁺⁺	18-19 anos	Jovens com e s/filhos [◇]	Quantitativa
11º	2001-2002	23 J e 10 M	19 anos	Jovens (J) e Mães (M)	Qualitativa

♥ As mães são chamadas as mães (ou pais) naturais, adotivas ou outras pessoas que se responsabilizaram pelos cuidados da criança desde o nascimento ou na maior parte de suas vidas (caso mãe natural tenha abandonado, falecido, mudado de cidade etc.);

* O nono acompanhamento buscou entrevistar todos os jovens que foram encontrados no sexto.

** Foi realizado somente com homens.

+ Os jovens entrevistados no sétimo acompanhamento estavam incluídos na amostra do acompanhamento seis.

++ Este estudo é de caso-controle (comparativo), onde 502 jovens que não engravidaram foram entrevistadas e 432 que já haviam engravidado foram procuradas. O n final de 922 comporta as perdas.

◇ As mães das jovens tinham sido entrevistadas no mesmo ano, portanto não foram procuradas novamente neste acompanhamento; seus filhos foram avaliados (peso e altura, hábitos alimentares, procura de serviço).

O décimo primeiro estudo da C/82 é o que corresponde a esta tese. Alguns estudos, como os dos anos de 1997 a 2002, com exceção do oitavo, estão extremamente ligados nas suas amostras. Essas conexões entre as amostras da C/82 estão relacionadas aos pressupostos dos pesquisadores; a maior parte deles preocupa-se com fatores determinantes de comportamentos (sexual, escolar, de procura de serviços de saúde) ou

de doenças (fumo, obesidade, asma, bronquite, alcoolismo, drogadição), distribuição e frequência de eventos entre essa população.⁴

Foi no nono acompanhamento (de 2001) que a gravidez na juventude fora privilegiada com perguntas bastante específicas. De posse da identificação das jovens que já haviam mencionado ter engravidado (pelo menos uma vez), nesse acompanhamento, é que pude identificar as jovens que poderiam integrar meu universo de pesquisa. Como especificado na Introdução, o estudo surge a partir de um estranhamento no campo, quando uma jovem engravida. Da fala da garota e do meu espanto com o ‘desejo’ juvenil de engravidar até a construção de um projeto de tese foi um passo razoavelmente curto. Ficara evidente, com a minha reação, que eu não compartilhava de qualquer valorização da maternidade naquela idade e não entendia quais circunstâncias de um namoro bastante tumultuado e instável poderia comportar um passo e uma decisão, para mim, extremamente séria. Não conjugava com ela de qualquer possibilidade de sentido para aquele planejamento e/ou desejo de ter um filho ou ser mãe. Meu viés estava posto, nossas diferenças e minha incapacidade de penetrar mais profundamente naquele mundo estava evidente – fato que me assustara e me instigara a entender outras formas de significar a gravidez na juventude e adolescência.

Foi, então, a partir deste acontecimento, da autocrítica que minha curiosidade sobre esse tema em especial se originou. Junto a isso surgiu a oportunidade de elaborar um projeto específico sobre gravidez na *adolescência* e juventude, que dá base para esta tese e que se vincula ao nono acompanhamento da C/82, iniciado e concluído em 2001.⁵

Sob a ótica antropológica, através da gravidez se pode perceber e analisar representações juvenis femininas e masculinas, relativizar as idéias de futuro dentro de uma sociedade do interior, dos novos hábitos juvenis e dos valores atuais, entre outros aspectos. Com preocupações mais amplas de outros pesquisadores que se associaram à idéia de investigação da gravidez das jovens da coorte, as abordagens *quali* e *quanti* se integram com o objetivo de entender as razões contextuais ou estruturais da gravidez,

⁴ Para um resumo das pesquisas realizadas com a C/82 ver Victora *et al.* (2003b). O número de perdas variou em cada acompanhamento; mas, em 1995 foi quando ocorreu o maior percentual de perdas (34%).

⁵ Os investigadores responsáveis – somando-se tudo que envolveu o trabalho de campo, formulação de questionário, análises estatísticas preliminares e consultorias – são, além de mim: Cesar Victora, Denise Gigante, Dominique Behague e Fernando Barros. O projeto antropológico, sobre gravidez na adolescência, foi redigido por mim e o epidemiológico por Cesar Victora. Este projeto foi financiado pela FAPERGS. O conselho de ética da Universidade Federal de Pelotas e da instituição financiadora aprovaram o estudo.

bem como destacar quais são os fatores sociais determinantes e os de risco para a ocorrência da mesma.⁶

Sumariamente, em 2001, estavam ‘em campo’, quase ao mesmo tempo, três estudos: o epidemiológico, repetindo a amostra dos jovens entrevistados em 1997, o etnográfico com as jovens ‘grávidas’ e o de ‘caso-controle’ entrevistando as jovens, medindo e pesando seus filhos; todavia, o último não se restringiu às jovens de 1997, como os outros dois de 2001, e abarcou toda a população feminina da ‘coorte’ que já havia engravidado. Em resumo, três gerações foram estudadas em 2001.

- 1) jovens + mães/responsáveis – 1ª e 2ª geração
Entrevistas com jovens já entrevistados em 1997.⁷ As mães ou a pessoa responsável pelos jovens foram entrevistadas;
- 2) jovens + mães – 1ª e 2ª geração
Estudo antropológico com jovens que já tiveram alguma gestação. Algumas, também mães, foram procuradas;
- 3) jovens + filhos – 2ª e 3ª geração
Estudo com todas as jovens nascidas em 1982, que tiveram alguma gravidez, e foram tomadas medidas de peso e comprimento dos filhos dessas jovens.

A gravidez, por evidenciar aspectos culturais, sociológicos, econômicos, psicológicos e biológicos, comporta olhares distintos. O campo teórico, na Antropologia, pode abranger em suas análises, sobre a gravidez juvenil, a sexualidade, o gênero, as fases de vida, as relações familiares, as relações mães-filhos, a higiene etc.

⁶ Uma parte do desenho epidemiológico do estudo dedicou-se somente a comparações entre as grávidas e as não-grávidas (estudo de caso-controle), iniciando meses após o nono acompanhamento de 2001, mas desenvolvendo-se ainda no mesmo ano. As jovens que já engravidaram formaram o grupo dos casos e as ‘não-grávidas’ dos controles (captadas pelos questionários de 2001 aplicados às jovens entrevistadas em 1997 ou moradoras nos mesmos setores censitários destas). Todas as jovens, nascidas em 82, e identificadas como da C/82 que haviam tido alguma gestação até 31 de março de 2001 (data limite escolhida pela equipe) foram entrevistadas. Para dar conta de todas as jovens da C/82 que já tinham filhos ou que engravidaram foi necessário recorrer às maternidades locais e comparar com os números disponibilizados pelo SINASC (Sistema de Informação dos Nascidos Vivos). Uma vez identificadas, eram entrevistadas e seu(s) filho(s) pesado(s) e medido(s), da mesma forma como elas foram pesadas e medidas logo após seu nascimento e suas mães entrevistadas. Este módulo de perguntas e avaliações perinatais visou discutir questões de saúde materno-infantil e constituiu o décimo acompanhamento. Para o leitor, pode parecer bastante confuso, pois são três sub-estudos dentro do mesmo ano e amostra do nono acompanhamento. Os resultados deste trabalho estão no Relatório enviado à agência financiadora (Victoria et al., 2003a) e um artigo já foi submetido, em 2003, à avaliação em uma revista internacional.

⁷ Em 1997, todos os entrevistados pertenciam a 70 setores censitários (delimitados pelo IBGE). A amostra de 2001 procurou os jovens entrevistados em 1997 nos mesmos setores e incluiu aquelas famílias cujos filhos nasceram no mesmo ano e estavam listados na primeira amostra da C/82. Quando não achados naqueles setores buscava-se, através de indicações de amigos, parentes ou vizinhos, em outros locais da cidade.

Neste estudo, congregar o olhar antropológico com o epidemiológico, para elaboração do projeto, fora bastante interessante. São duas disciplinas, muitas vezes e erroneamente, vistas como antepostas, pois seus métodos e técnicas são distintos. Assim sendo, deter-me-ei momentaneamente nos pontos, para mim, mais relevantes sobre essa interação de abordagens. Mesmo que o leitor possa considerar uma discussão já realizada ainda há, nos meios acadêmicos, onde a Antropologia não se faz tão presente, uma certa controvérsia e disputa entre *quali* e *quanti* (MINAYO e SANCHES, 1993).

2.2 A convivência, o possível

A produção do conhecimento está atrelada ao método, na busca de uma verdade, de uma realidade; logo, é a partir do método que se chega, de um modo ou de outro, a um significado, associação, compreensão de um fato dado. Minayo e Sanches (1993) sublinham que “[...] só quando os mesmos são utilizados dentro dos limites de suas especificidades é que podem dar uma contribuição efetiva para o conhecimento da realidade, isto é, a busca da **construção** de teorias e o levantamento de hipóteses” (p. 239). Se a Epidemiologia construiu seu campo do saber na busca de generalidades, agrupando os indivíduos e analisando-os no que têm em comum e, a partir disto, estabelecendo associações ao inferir sobre outras populações (ALMEIDA FILHO, 1993), a Antropologia tem uma longa tradição na forma contrária. Os epidemiologistas seguem seus modelos teóricos, pautados por saberes biomédicos; os antropólogos estão sob a égide da tradição nos conhecimentos sociais. Uma integração metodológica entre as duas disciplinas data dos anos 20 quando outros profissionais (psicólogos, sociólogos e antropólogos) foram chamados a integrar o campo da saúde para desvendarem códigos distintos com os quais os leigos se orientavam (cf. MINAYO et al., 2003). No Brasil, essa interação é recente (pouco mais de 30 anos) e manteve até os anos 80 um viés positivista. Posteriormente, na década de 90, os trabalhos que integram ambas abordagens adquiriram novas configurações, algumas com níveis de abstração teóricas, que dificultaram planejamentos intervencionistas ou preventivos futuros, baseados nas abstrações. Minayo et al. (2003) salienta que as pesquisas sociais tinham a visível incapacidade de dominar o campo da saúde, da mesma forma que a epidemiologia se apropriava em seus marcos teóricos indevidamente, pela aproximação das duas disciplinas, das teorias sociais entendidas a partir do senso comum e das suas formas ideológicas de apresentação. Dificuldades de ordem epistemológicas levam a outras

dificuldades e a extremos metodológicos que invalidam a cooperação entre saberes. Com a especialização maior dos recursos estatísticos de análise, vistos como imparciais porque matemáticos, a Epidemiologia acaba por não problematizar (com algumas exceções de instituições de ensino e pesquisa) “[...] as especificidades históricas e as diferenciações internas dos processos sociais” (MINAYO et al., 2003:100).⁸ O artigo de Leal e Fachel (1999) é um bom exemplo de integração entre metodologias. As autoras, ao analisarem a sexualidade em locais de baixa renda com 202 pessoas com idade reprodutiva (13-60 anos) e usarem ambas metodologias (quali – etnografia e quanti – análise fatorial por correspondência), colocam sobre os limites do método etnográfico comparando-o ao estatístico:

Ao mesmo tempo, a virtude do método etnográfico — que nos proporciona um conhecimento denso, íntimo, que prioriza a qualidade do dado, e nesse sentido é ali que repousa sua ‘veracidade’ — é também a sua limitação: a não-preocupação com a representatividade, no sentido estatístico. E é exatamente aí que todo nosso esforço em desvendar o ‘indesvendável’ — a sexualidade do outro — torna-se, por vezes, um tanto inútil, à medida que nossa interlocução com outras áreas, mais comprometidas com a positividade do dado, vêm com desconfiança aquilo que tomamos como *evidências* na construção do argumento antropológico: nossos ‘troféus’ do trabalho de campo extensivo, longos depoimentos, uma piada, um provérbio, uma canção, um desenho feito pelo informante, um mapa. De fato, não estaremos nunca discutindo *subjetividades* (isto é o ofício da Psicologia), mas sociabilidades, relações sociais, práticas sociais. (LEAL e FACHEL, 1999:97)

A análise minuciosa do denso material aliado a um universo mais amplo numericamente pode ser co-relacionada com os dados estatísticos, permitindo-nos traçar conclusões e lançar hipóteses sobre o padrão comportamental, ou seja, passar do evento individual a um padrão de comportamento.

A questão primeira que se coloca aqui é de avaliar como práticas de pesquisa distintas; podem pensar o social e o indivíduo conjuntamente com duas abordagens epistemológicas diferentes. A operacionalização de metodologias diferentes em uma mesma pesquisa deveria passar por articulações teórico-metodológicas sobre como cada disciplina pensa os conceitos que pretende investigar, mas nem sempre isso é viável ou possível. Principalmente quando as agências financiadoras do campo da saúde estão mais voltadas a uma expectativa de integração metodológica de nível desigual, geralmente dão às Ciências Sociais uma posição em termos de custos e espaço, no protocolo, menor do que a do campo médico. Como ocorreu com este trabalho.

⁸ Segundo Czeresnia (1993:81) o método epidemiológico estruturou-se como instrumento e não como

A Epidemiologia, nascida na era da teoria dos miasmas, continua elegendo estudos de prevalência ou os de fatores de risco como um dos indicadores importantes para pensar saúde e doença no âmbito social.⁹ A meu ver, este é um ponto nodal, a partir do qual ela toma maior distância da Antropologia para compreender, por exemplo, a gravidez.¹⁰ A idéia do risco, na forma como tem sido abordada nas pesquisas sobre *gravidez na adolescência*, não contempla a temporalidade e o espaço social, descontextualizando o indivíduo e colocando-o no coletivo (CZERESNIA, 1993), como um todo que não pode ser homogeneizado para a Antropologia, pois antropólogos se preocupam com as dinâmicas sociais. Dito de outra forma, o pensamento epidemiológico construído sobre o risco, ao se situar além do sujeito social, adquire a capacidade de universalizar e, assim, naturalizar os achados, reduzindo o social a um conjunto de indivíduos ahistóricos baseados nos momentos das entrevistas. Por conseguinte, as razões dos indivíduos e do indivíduo no coletivo são lidas como harmônicas, passíveis de generalizações. A partir do todo (grupos ou subgrupos) se pode indicar associações matemáticas, logo, dá-se legitimidade ao discurso probabilístico, com um método e produção de um tipo dedutivo de conhecimento (ALMEIDA FILHO, 1993). Contudo, enquanto método, tem colaborado para achados relevantes à saúde da população, como a associação significativa entre câncer de pulmão e o tabagismo. Conjuguar diálogos entre estas ciências é possível ao recorrermos, nas análises, às conformações e às descrições de certos padrões de comportamento e fatores sócio-culturais associados e – contrapondo ou confirmando com os dados estatísticos – verificar como um determinado grupo pensa, age, diz que faz e significa suas ações. O movimento inverso é também elogiável, ou seja, partir das análises antropológicas e verificar se há associações estatísticas no universo mais amplo, para então esclarecer como, culturalmente, os resultados podem ser explicados.

“processo de elaboração e explicitação de teorias”.

⁹ Fator de risco é qualquer fator associado à ocorrência de uma doença ou problema, isto é, mais freqüente entre os doentes do que entre os não doentes. Um fator de risco pode ser: o que causa a doença ou o mais comum entre os doentes. (cf. polígrafo do *Curso de Epidemiologia Básica*, elaborado pelo Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia, UFPEL, 2001:5). Segundo Minayo et al. (2003:105), no que concerne aos estudos sobre comportamento de risco tem “[...] como pressuposto que o indivíduo devidamente informado poderia escolher racionalmente, diante das muitas opções de ações, aquela que não lhe traria danos”. Já para a antropologia essa categoria o “termo faz parte do campo semântico da liberdade de escolha (BLOOR, 1993)” visto que viver implica em riscos. Para uma análise sociológica da sexualidade juvenil, mais precisamente das jovens que engravidaram, e as noções de risco na modernidade, sob a influencia das idéias de Mary Douglas, ver Vilar e Gaspar (1999).

Como já mencionado, no campo do conhecimento humano, talvez seja a reprodução o fato social feminino mais privilegiado da apreensão cultural do biológico e do social (LÉVI-STRAUSS, 1975; LOYOLA, 1998). A Antropologia, ao relativizar os comportamentos individuais sobre saúde no seu contexto (reprodutiva ou não), entende as condutas de modo diferente da Epidemiologia. A não-generalização para todos, a partir dos dados de um grupo específico, é condição do pensamento e prática da disciplina antropológica. A desconstrução e a desnaturalização dos conceitos, como o de *adolescência*, levando em conta os sentidos desta fase de vida, é um dos exemplos do tipo de reflexão que a disciplina se propõe. Sendo assim, a construção de teorias e intervenções baseadas somente em estatísticas enviesaria uma série de especificidades culturais dos sujeitos, como partes integrantes e atuantes de um contexto histórico e social, onde dado acontecimento e discurso ocorreram. Ao estudar um grupo menor em profundidade dá-se, dependendo da integração do pesquisador, as condições necessárias para um conhecimento maior sobre as concepções e os modos de levar a vida – de sobremaneira ao se integrar práticas e falas, no tempo e no espaço mutáveis.

Um segundo ponto ainda fundamental e presente em todas as várias discussões sobre as duas metodologias, é a pretensa objetividade ou controle da subjetividade do método quantitativo, que também é debatida na Antropologia. No primeiro, o controle da subjetividade é justificado através da elaboração de inquéritos não enviesados, a mais neutra possível.¹¹ No entanto, sabe-se que não existem registros neutros em nenhuma ciência (BOURDIEU, 1985b; VICTORA, KNAUTH e HASSEN, 2000). Os índices divulgados pelo Ministério da Saúde ou por instituições de pesquisa, a serem mencionados posteriormente neste capítulo, têm assinalado as preocupações críticas (previamente categorizadas) entre *adolescência* (e juventude) e sexualidade. Tomemos como exemplo a interpretação das jovens grávidas sobre o que significa desejar/indesejar ou planejar/não-planejar uma gravidez. É um tema complexo se não nos ativermos às possibilidades de respostas previamente elaboradas. Também é difícil

¹⁰ Estou ciente de que há outras formas de entender os dados colhidos sem usar os fatores de risco como modelo de análise, como verificar e/ou descrever a incidência ou a prevalência de determinadas enfermidades ou sintomas nas populações.

¹¹ No meio epidemiológico, emprega-se usualmente o conceito de *viés* como “sinônimo de erro sistemático, vício, tendenciosidade, desvio, deturpação, distorção ou *bias* (do original inglês) [...] Em geral, o viés é não-intencional e proveniente de questões conceituais e metodológicas não adequadamente resolvidas, quer por impossibilidade prática de dirimi-las, quer por não ser identificadas no devido tempo”. (autor não mencionado, cópia de artigo inserido no polígrafo do *Curso de Epidemiologia Básica*, elaborado pelo Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia, UFPEL, 1999).

compor variáveis de modo a abarcar toda a variedade de combinações e tornar todas válidas para uso estatístico.

Em Pelotas, no acompanhamento quantitativo de 2001, as jovens responderam a seguinte questão: *Eu queria saber sobre o uso de método para não engravidar, isso na época em que engravidaste. Qual destas situações teve a ver com você?* As opções eram lidas. A escolha de 25% dos casos foi “**não usávamos método nunca, porque queríamos engravidar**”. As alternativas restantes contemplavam o uso incorreto ou o não-uso de métodos contraceptivos. O não-uso das jovens por *esquecimento* pode ser considerado como uma expressão da ‘vontade’/‘desejo’ (ou de não se importar de correr o risco) de engravidar.¹² Se assim considerarmos ‘os esquecimentos’, os percentuais (de *esquecimento*) passariam de 25,3% para 51%, grande parte das respondentes de renda mais baixa.

Muito embora as classificações sejam importantes para se ter um quadro geral e pensar sobre determinado tema, as variáveis podem conter equívocos ou excluir informações, que por serem previamente construídas, afetam a interpretação final. Saliento que, mesmo com uma percepção mais ampla das dinâmicas sociais, ao se fechar questões se tem um campo restrito de categorias a serem ali incluídas – logo há que levar em conta que um questionário formulado com apoio de cientistas sociais ou antropólogos também terá suas restrições. Não é um problema da disciplina, mas do tipo de instrumento que, quanto mais fechado, evidencia a limitação do marco teórico do estudo e estimula um padrão de lembranças que levam a respostas. Determinar quais serão as ‘variáveis’ investigadas pressupõe um interesse prévio e, seja qual for, indica uma forma de viés, de importância anterior e de seletividade do olhar.¹³

Na Antropologia, quando as análises e escolhas de categorias não são cuidadosas acabam também por banalizar os significados. Lévi-Strauss (1976), em *Noção de estrutura em etnologia*, salienta um aspecto interessante do processo científico mesmo quando não pensado em termos estruturais: “[...] o progresso científico não consiste, pois, somente na descoberta de constantes características para cada nível, mas também no isolamento de níveis ainda não demarcados, em que o estudo de fenômenos dados conserva um valor estratégico” (1976:18).

¹² Estou-me detendo na gravidez, mas certamente a não-prevenção é fundamental também para as doenças sexualmente transmissíveis, como as DSTs e AIDS.

¹³ Para uma discussão sobre filosofia do conhecimento ver, especificamente, o capítulo 2 em Vitoria, Knauth e Hassen (2000).

As idas e vindas antropológicas de campo não são somente um recurso de captação de novos dados, mas também de possibilidade de melhor compreensão de parte do todo e, neste sentido, uma vantagem se estabelece pelo exercício constante de relativização das representações, práticas e discursos.

A Antropologia, no contato direto e constante com os seus interlocutores, assume que a subjetividade do pesquisador não se anula, sejam quais forem as técnicas eleitas, e muitos profissionais tiram proveito disso, fazendo uma autocrítica do tipo de conhecimento que produzem. Dentre alguns autores: Bourdieu, 1994; Geertz, 1989, e os considerados pós-modernos na Antropologia: Capranzano, 1991; Clifford, 1991 e Marcus e Cushman, 1991. Evidentemente que as diferenças e semelhanças não se esgotam nestas duas questões, a de generalização e dos agrupamentos, porém me parecem suficientes, por enquanto, para traçar como estes embates teóricos e metodológicos são discutidos na pesquisa em Pelotas.¹⁴ É com esse entendimento que o campo de abordagem qualitativa se constituiu e se somou no grupo de pesquisa mencionado.¹⁵

As razões apontadas para uma integração/interação dos projetos de análise tornam-se um desafio e um suporte na busca dos significados da gravidez, como fora eleito inicialmente e, por fim, das concepções e representações sociais da juventude na trajetória social e biográfica das jovens entrevistadas. São razões que corroboram para também justificar o porquê de optar por entrevistar jovens nascidas em 1982, ao invés de me deter em outro universo social juvenil. É importante salientar que neste estudo, e o que o leitor encontrará neste trabalho, não pretende analisar e comparar todas as informações colhidas no inquérito epidemiológico de 2001 e dar significado sócio-cultural aos dados colhidos entre as jovens e suas mães. O que o leitor poderá observar, durante o estudo, são análises que pretendem complementar ou levantar questões a partir do estudo qualitativo em confrontação com os dados estatísticos, que, por momentos, apresentam números que se equivalem às representações e, noutros instantes, levam a pensar, a ir além.

Um outro importante aspecto tem de ser colocado: os dados usados do acompanhamento de 2001, muitas vezes citados no transcurso do trabalho, fazem

¹⁴ Para uma discussão sobre o tema ver, além de Minayo e Sanches, 1993; Minayo, 1998; Sevalho e Castiel, 1998.

referência à amostra como um todo da C/82, ou seja, comportam as jovens mulheres entrevistadas em 2001 (nono e décimo acompanhamentos). Quando necessário delimitarei e ressaltarei textualmente o uso dos dados das jovens do estudo caso-controle (grávidas e não-grávidas). Ainda, é fundamental destacar que as comparações entre as jovens deste estudo e todas as jovens mulheres que participaram do último acompanhamento epidemiológico ocorreram no mesmo ano.

Quanto ao processo de vinculação entre a Antropologia e a Epidemiologia no Departamento onde essa pesquisa se desenvolveu é ainda bastante inicial. As expectativas colocadas no trabalho antropológico estão grandemente vinculadas às possibilidades explicativas sobre as diferenças surpreendentes e os ‘qui-quadrados’ significativos. A discussão sobre o *modus operandi* das disciplinas e como a integração metodológica pode ser trabalhada com a equipe, de forma construtiva e educativa, é quase inexistente; muito embora haja uma admiração das conclusões que “*o quali*” pode chegar e da preservação de um pequeno espaço complementar (sub-estudo) para estudos posteriores. Então, neste sentido, esta tese mantém o intuito de ressaltar barreiras, ao mesmo tempo em que tenta dar espaços para os dados estatísticos, mas com apresentações e objetivos textuais distintos: exemplificando, comprovando a recorrência, provocando novas questões e levantando hipóteses.

Depois de ter destacado as origens e as ramificações da C/82 e esclarecido como a idéia de um projeto específico sobre gravidez na juventude nasceu de uma incompreensão dos valores e visões de mundo – a partir de um caso – destaquei a união de pesquisadores com pressupostos teórico-metodológicos dessemelhantes. Passo, então, a descrever, a seguir, quem foram as informantes e quais são as especificidades deste estudo. Posteriormente, circunscreverei as vantagens e desvantagens de trabalhar com uma população bastante pesquisada.

2.3 Os universos femininos da pesquisa

O exercício afetivo e sexual das jovens nem sempre é de pleno conhecimento dos seus pais, sobretudo o intercuro sexual (coito). Assim sendo, a gravidez juvenil pode ser, em alguns casos, uma grande surpresa, uma tristeza e/ou uma preocupação.

¹⁵ Para uma discussão sobre técnicas e métodos qualitativos associados aos métodos e técnicas quantitativas ver, especialmente o capítulo 3, Victora, Knauth e Hassen (2000). Para exemplos de diferentes análises de textos ver Bernard e Ryan (1998).

Pode também antecipar para os pais preocupações que mobilizam a situação econômica familiar, o futuro da filha e dela com o pai do filho, do momento de saída de casa da filha ou, ainda, de como agregar um genro e uma criança em sua casa. Estes são aspectos que também conferem à gravidez a qualificação de *precoce*, pois ela chega em um momento cuja estrutura material e emocional da família não aposta neste acontecimento. A percepção das mães das jovens sobre a maturidade das filhas e as desvantagens da gravidez naquela fase da juventude é algo que procurei perceber e captar com as observações nos locais – realizadas em chás-de-panela, aniversários das crianças, ao estar nas casas e ficar atenta às conversas delas com as vizinhas e às ‘intromissões’, quando as filhas eram as entrevistadas – nas conversas informais (não-gravadas e ocorridas no meio da rua, entre um local e outro) e nas entrevistas aprofundadas semi-estruturadas (gravadas e com suporte de um roteiro de entrevista), esta última consistindo na principal técnica utilizada para coleta dos “fatos” (cf. PEIRANO, 1995).

O universo principal deste estudo foi composto por 23 mulheres jovens, que tiveram um ou mais filhos entre os seus 13-19 anos (ver Tabela 2.2, final capítulo e em avulso). Além da ocorrência da gravidez durante a sua juventude, as peculiaridades deste universo de jovens são:

- I. Todas terem a mesma idade – 19 anos (geração de 1982) – essa é uma imposição assumida a partir do recorte escolhido de pesquisa;
- II. Fazer parte de uma amostra do C/82. Logo, são jovens que foram bastante estudadas, como já referido, com predomínio de investigações que requeriam respostas objetivas a partir das perguntas lidas pelos entrevistadores;
- III. Ter vários dados epidemiológicos sobre esta população – apesar de que nem todos jovens (homens e mulheres) foram sorteados para serem entrevistados em todos os acompanhamentos (a amostra variava; ver Tabela 2.1);
- IV. Durante os 10 anos de pesquisa, todas as informações colhidas foram utilizadas para fins de publicação (divulgação dos conhecimentos) e não para programas de intervenção de qualquer espécie com a população estudada, o que lhes garante uma visão pessimista sobre a distância das premissas de pesquisa (isto é, dos conhecimentos produzidos por ela) nas políticas de saúde locais.

O fato de as jovens fazerem parte de uma população bastante estudada aproxima as vantagens das desvantagens. Explicitando melhor, a vantagem (item II – ser da C/82) é que há uma grande quantidade de dados disponíveis, captados durante anos sobre o histórico de doenças e procuras de serviços de saúde, escolaridade dos pais e dos filhos,

afora os dados sobre a história socioeconômica das famílias nos primeiros quatro anos de vida das jovens. Entretanto, como ressaltado no item III (ter dados quantitativos), apenas os acompanhamentos primeiro, terceiro e quarto foram realizados com o número máximo de pessoas encontradas da C/82. Os restantes foram com amostras variadas, o que invalida uma pesquisa de uma série histórica com as mesmas famílias de jovens.

O que resumi no item IV faz menção às constantes investigações e poucas atuações a partir do que fora investigado. As jovens e algumas pessoas da família fazem alusões persistentes e justificadas, para os entrevistadores. As associações entre pesquisa e faculdade; sigilo das respostas e nenhuma atuação; *estudantes* (no sentido pejorativo, de investigadores e invasores) e muitas perguntas sem propósito; Medicina e *status* (dos letrados universitários que usam branco, símbolo de poder-dinheiro-respeito na cidade) são consideradas aqui como desvantagens para pesquisas futuras, que começaram a surgir em 1997 e se agravaram em 2001, embora as recusas tenham sido pequenas frente às queixas. As associações negativas entre pesquisa e faculdade foram constantemente trazidas pelos entrevistadores em 2001 e ouvidas muitas vezes, por mim, no campo etnográfico, como destacarei mais adiante neste capítulo.

Sempre com propósito de demonstrarem seu cansaço, por tanta procura e pouco proveito para eles, perguntavam aos entrevistadores (em 2001) até quando a *faculdade* continuaria a procurá-los. Ao que respondiam, previamente treinados, que era algo que eles não sabiam dizer. Como em 2001, a amostra era a mesma de 1997 e ainda tinham lembranças de algumas perguntas sobre seus hábitos e suas intimidades (o que comem, onde trabalham, o que ganham, o que possuem em casa, doenças já diagnosticadas, sexualidade etc.). Algumas mães e alguns jovens sugeriram e reclamaram que deveriam, ao menos, poder consultar no ambulatório da Faculdade de Medicina, já que dedicavam parte de seu tempo aos pesquisadores da mesma instituição e nada ganhavam em troca.¹⁶ Ser estudado e não ter um retorno prático e objetivo é algo que ficou bastante claro nos últimos acompanhamentos. Este tipo de requisição nos fala de uma certa lógica de funcionamento do grupo que se utiliza deste recurso para *trocar* e ter uma *retribuição*. Mas a “contra-dádiva”, ou seja, um retorno, em alguma proporção, equivalente ao fornecido nas constantes entrevistas, não se efetiva pela necessidade metodológica de um tratamento uniforme a todos, independente do nível de exposição

ou sinceridade apresentado nesses encontros. Dito de outra forma, a *doação* passa a ser questionada quando não é recíproca e foge à lógica das relações cotidianas.

Esse saturamento também vincula *pesquisa* à abordagem quantitativa. Tal associação dificulta inicialmente a percepção de que há outros métodos e técnicas de investigação e colaboração que prescindem de questionários, mas que necessitam de uma colaboração e uma disponibilidade maior em termos de tempo, relação com o pesquisador e compreensão das perguntas. Voltarei a este ponto, a seguir, abordando como foram percebidas as diferenças de abordagens de pesquisa.

Por outro lado, o fato de querer e ter de retornar outras vezes, no mesmo ano em que haviam sido entrevistadas, foi negativo com três jovens; com essas, não estabeleci mais do que dois encontros, quando foi possível uma conversa um pouco mais longa, no entanto, com dificuldades de construir algum tipo de vínculo e aprofundar os temas. Elas se sentiam especialmente “cansadas” com tantas indagações, achando-se invadidas em sua privacidade; usavam escusas freqüentes, calcadas em atividades fora do lar, para adiar os nossos encontros, a ponto de invalidá-los. Todavia, também creio que estes aspectos dizem algo sobre elas, além das dificuldades do próprio trabalho qualitativo (interação, aceitação, empatia, técnicas ‘informais’ etc.). Aspectos de sua vida, por exemplo, com quem aconteceu a primeira transa e como foi a negociação para que se efetuasse não chegou a ser questionado em virtude das dificuldades apontadas. Pelo mesmo empecilho, não foi possível obter relatos sobre sua família e lazeres antes de engravidar, quando tinham ao redor dos 15 anos; as respostas eram bastante curtas e muitas delas se restringiam a “*não lembro*”, “*não sei*”, “*não pensei*”. As entrevistas também foram repetidamente remarcadas por compromissos, o que não nos permitiu quebrar uma vinculação, importante para elas, entre a entrevista *quanti* e a *quali*, isto é, de perguntas/estímulos e de uma relação menos distante entre pesquisadora e pesquisada. Conseqüentemente, estas jovens não foram contabilizadas no estudo por insuficiência de dados e pouco entrosamento.

Saber entender outros códigos, como os olhares, os silêncios e as *performances* da narrativa e do corpo são fundamentais para a apreensão do ‘objeto’ de pesquisa. Todavia, com uma postura rígida das jovens e dentro de um tempo limitado não pude entender como jovens mais ‘fechadas’ ou mais críticas interagem, se repetindo, ou não,

¹⁶ No nono acompanhamento, realizado no ano de 2001, foram entregues camisetas como uma forma de agradecimento aos entrevistados, ao que todos faziam menção e diziam ter enfim ganho algo e gostado da

este padrão com outras pessoas. As outras jovens não apresentaram tamanha resistência e, assim, foi possível seguir com a proposta do estudo, desfazendo a primeira impressão, de que eu estaria ali para fazer perguntas descontextualizadas e depois não as procuraria outras vezes. Porém, antes de discorrer sobre como minha inserção em campo foi aceita e como as nossas relações e diferenças foram manejadas e contornadas, apresento por *quem e como* o campo desta tese foi composto.

Os critérios para composição do universo de 23 jovens mulheres, de 19 anos, dessa pesquisa, basearam-se em três aspectos:

1) o primeiro, foi o de trabalhar com as jovens da C/82, que engravidaram e foram identificadas no decorrer do acompanhamento de 2001. A justificativa para essa decisão metodológica baseou-se nos conhecimentos já adquiridos com os jovens (do acompanhamento de 1997) e pelo fato de que foi com elas que aprendi a ver a gravidez juvenil como algo bastante ‘desejável’;

2) o segundo critério foi o de priorizar os setores censitários dos bairros onde eu já possuía uma boa interação e conhecimento da diversidade de estilos jovens e de espaços de sociabilidade. Desta forma, aliado ao primeiro recorte, o local de moradia fora outro aspecto definidor do grupo acompanhando;

3) pela diversidade das respostas quanto ao número de filhos, cinco jovens que apresentaram o maior número de filhos (quatro filhos) foi contemplado neste universo através de duas delas, justamente para que pudesse verificar a especificidade destes casos perante outros com menor números de gravidezes. Desse grupo, incluí casos pertencentes ao segmento popular, moradoras de um local distante das restantes (coincidentalmente do mesmo bairro, o Dunas), que não eram vizinhas.

O número de contatos com essas jovens variou de três a quatorze; como em outras pesquisas, o contato maior com algumas deu-se por maior afinidade e/ou pela peculiaridade do caso. Uma vez composto o grupo a ser estudado, o trabalho prosseguiu por nove meses, entre 2001 e 2002, intercalando em épocas e locais diferentes as visitas e as observações. As análises a partir do material apontado e gravado foram sujeitas à análise de conteúdo (entre 2002-2003), conjugando a objetividade da pesquisa com a subjetividade das entrevistadas. A comparação de relatos entre as jovens veio acrescentar à análise, uma lógica interna aos depoimentos e ao conjunto das entrevistas, colocando em destaque a vulnerabilidade de algumas posições e a recorrência de outras,

surpresa.

demonstrando desigualdades e semelhanças no grupo como um todo e entre as camadas sociais.

As primeiras diferenciações não foram percebidas somente pelos relatos; os dados estatísticos facilitaram-me distinguir frequências e ocorrências de eventos com o grupo desse estudo e com o grupo de jovens de mesma idade e cidade. As frequências ou cruzamentos serão usados como bons para pensar ou contextualizar a geração de 82, em Pelotas. Com este intuito é que foram usados.

Dentre o universo, aqui etnografado, maior número de jovens, de camada popular, iniciou-se mais cedo sexualmente (com penetração); com exceção de uma, as restantes haviam tido sua primeira relação sexual até os 15 anos.¹⁷ A distribuição foi mais uniforme quanto à idade do parceiro da primeira transa, no entanto, esses primeiros tinham menos idade do que os companheiros das jovens de camada média, aspecto que não foi explorado consistentemente no trabalho, embora tenha sido analisado acima como identificação com a condição adulta valorizada socialmente.

No universo das jovens de camada média não houve, antes dos 14 anos, relatos de relacionamento sexual. Três delas iniciaram-se aos 14; quatro aos 15 e duas aos 17 anos e uma aos 18 anos. Não há uma diferença considerável¹⁸ entre o grupo no que tange à idade de iniciação sexual; concentram-se nos 14-15 anos como os anos mais frequentes para a 'primeira transa'. A dessemelhança entre elas está na idade da primeira gravidez. As jovens de camada popular engravidaram mais cedo do que as de camada média. Sete meninas engravidaram até os 15 anos, três até os 17 e duas aos 18 anos. Ao passo que três das meninas de camada média engravidaram aos 15 anos, quatro aos 17 e três aos 18 anos.¹⁹ Neste último universo, há dois modelos concorrentes

¹⁷ Béria et al. (1998) pesquisando junto à população escolar (12-19 anos), em Pelotas, apontou que o limiar para a primeira relação sexual das moças foi de 17 anos e para os rapazes, 15 anos; elas têm relações com jovens mais velhos. A diferença de idade se aplica ao grupo aqui estudado e na amostra entrevistada em 2001 da C/82. Neste universo mais amplo, da C/82, os 17-19 anos são as idades mais frequentes do primeiro parceiro, enquanto elas estão com 14-16 anos, uma diferença de poucos anos para a primeira transa. Segundo Bozon (1993) as mulheres que começaram mais cedo suas atividades sexuais tendem a ter relações mais complexas (mais parceiros e práticas sexuais diversificadas). Neste estudo, isto foi relevante; as meninas que começaram mais cedo (12-13 anos de camada popular) a ter relações sexuais são também aquelas que tiveram mais de um parceiro. Quanto à diferença de idade entre parceiros para a última transa, no caso das jovens aos 19 anos, a diferença permanece quase idêntica. O maior percentual para a idade do último parceiro sexual se concentrou entre os 19-22 anos.

¹⁸ Não me estou referindo a diferenças estatísticas, pois um universo de 23 jovens não comporta comparações deste nível; seria um erro grave utilizá-las. Aqui, as diferenças estão sendo avaliadas qualitativamente.

¹⁹ Os dados divulgados por Bozon et al. (2003) trazem um dado interessante: no Rio Grande do Sul as mulheres têm suas experiências sexuais mais cedo do que no estado da Bahia e no Rio de Janeiro, o qual

em termos de conduta sexual: o da geração parental e dos seus pares. Estes modelos se opõem e consubstanciam uma ambigüidade que se traduz no medo em contar e receber alguma punição pela ocorrência da gravidez. Estão em desacordo com a pauta normativa dos pais (SALEM, 1980) que, através dos estudos e realização profissional, pretendem que suas filhas ascendam socialmente. Por isso, a regra de que *há-tempo-pra-tudo* é tão mencionada na juventude.

O número de gravidezes que as jovens tiveram foi um dos primeiros dados possíveis de serem verificados (e de meu interesse) através da pesquisa quantitativa. Esse indicador, no grupo com um todo, e no grupo desse estudo variou de uma a quatro, assim como a idade em a primeira gravidez ocorreu (de 13 a 18 anos). Dentre as 23 jovens acompanhadas, que engravidaram entre os 13 e 18 anos: doze engravidaram até aos 16 anos (13-16anos); sete engravidaram pela primeira vez aos 17 anos; seguido de quatro que engravidaram aos 18 anos. A Tabela 2.3, abaixo, resume as idades e o número de jovens que engravidaram, não importando se levada a termo ou interrompida por aborto induzido ou espontâneo.

Tabela 2.3. Idade da primeira gravidez e número de jovens que engravidaram naquela idade.

Idade da 1ª gravidez	Número de jovens que engravidaram (n=23)
13 anos	2
14 anos	4
15 anos	4
16 anos	2
17 anos	7
18 anos	4

Em oito casos, a idade de iniciação sexual, neste momento definida como a primeira transa, é coincidente com a idade da primeira gravidez; são as jovens: Mara, Sula, Vanda, Lia, Estela, Denise, Carmem e Ana. No ANEXO 1 encontram-se os resumos de todos os casos. Quanto à escolaridade, oito delas estão no ensino médio (1 completo e 7 incompletos) e quinze são as jovens que estavam no ensino fundamental (4 completos e 11 incompletos). Ao considerar o pertencimento a um universo social simbólico, o grupo estava dividido em 13 jovens do segmento popular e 10 do segmento médio; todas engravidaram do *namorado*. Quanto à cor/raça, a maior parte se considerava branca, três se definiam como negras e uma como mulata.

se situa entre os dois. As relações a respeito da escolaridade da mãe e da menor idade para a primeira transa, apontadas pelos autores, também é encontrada nesta tese.

Por entender que a gravidez não poderia ser vista somente do ponto de vista juvenil – pois quase todas as jovens, com exceção de uma (Brenda) antes de engravidarem, moravam com suas famílias e delas dependiam financeira, social e emocionalmente – privilegiei uma parte do universo familiar com entrevistas aprofundadas. Suas famílias se mostraram importantes pela forma como reagiram e manejaram eventos, não só o específico da gravidez, mas dos acontecimentos diários, elegendo regras que as filhas deveriam seguir ou se espelhar. Desse modo, dez mães também foram entrevistadas; suas filhas não se opuseram a esse contato; apenas uma delas ficou ao lado, no primeiro contato com sua mãe; estava receosa de que fosse dita qualquer palavra e que sua mãe pudesse saber de suas histórias sigilosas. Essas mães entrevistadas foram as que se mostraram mais receptivas a colaborar falando de sua juventude, de suas expectativas para com as filhas, das histórias de medo e superação das mulheres em sua época. Um número maior (n=15) de mães foi convidado a falar, mas nem todas aceitaram – preferiam não marcar um encontro, alegando que seus horários eram irregulares e estavam atarefadas para uma ‘entrevista’. Fui, então, percebendo quais as mães que demonstravam interesse em participar de alguma forma. Por exemplo, quando eu chegava na casa das filhas ou delas (onde as filhas estavam) elas começavam a ‘puxar papo’, sorrir ou a contar coisas do seu dia-a-dia; às vezes, faziam comentários críticos às filhas, os que me pareciam interessantes. Com a autorização das jovens, eu perguntei às mães se eu poderia conversar com elas uma ou mais vezes em separado das filhas; a resposta foi positiva nos dez casos.

As mães *entrevistadas* tinham, em 2001, entre 37 e 59 anos; com exceção de uma, as restantes moravam em casa própria; oito mães estavam separadas do pai natural da jovem. Quanto à conjugalidade atual dessas mães duas eram viúvas e oito possuíam um companheiro. Os seus companheiros (pais ou padrastos) tinham entre 38 e 53 anos de idade. Cinco se disseram católicas e as restantes praticavam alguma outra religião não-católica. Oito delas se definiram como conformadas com a vida que tinham e duas disseram que tentavam mudar, através do trabalho ou das relações, o que não gostavam. A maioria tinha o ensino fundamental incompleto e uma possuía curso universitário. Sete delas não trabalhavam fora de casa.

O peso de histórias e experiências familiares, no olhar das mães, se mostrava à medida que o trabalho se tornava mais denso, fator extremamente relevante para entender o material colhido com as jovens. Constantemente, as jovens mencionavam

discussões, conversas e desafetos nas relações com suas mães. Entender parte da complexidade que envolve o modo como uma geração anterior lida com as ‘novidades’ ou modernizações da nova geração foram fundamentais para este estudo.

Assim como as jovens, as mães também receberam nomes fictícios, inviabilizando uma identificação. Todos os falsos nomes foram imaginados por mim, justificando o acordo inicial com as informantes, pois nossa interação garantiria sigilo de quem havia dito o quê e sobre quem. Para facilitar a leitura e associação entre mães e filhas, optei por dar os mesmos nomes das filhas às mães. Os nomes das mães estão precedidos do pronome de tratamento Dona (D.). Por exemplo, quando a jovem Ana é citada no corpo da tese e sua mãe é igualmente ‘chamada’ ao texto, para alguma contextualização e análise, o nome dela será Dona Ana (ou D. Ana). Dessa maneira, o leitor pode identificar ambas pelo mesmo codinome.

Além destas jovens e mães contatei, no transcurso do trabalho, com outras 5 jovens. Elas tinham entre 13-15 anos. Todas eram vizinhas ou amigas das jovens ou das irmãs das jovens. Com exceção de uma, que abordei para pedir informações e depois seguimos mantendo conversas esporádicas quando entrava na rua. As outras jovens estavam sempre por perto, dentro das casas; entravam e saíam como a maior facilidade, como se fossem membros daquela família. Estavam presentes em algumas entrevistas que tratavam de assuntos pouco íntimos e durante algumas conversas informais realizadas fora do lar. Elas não tardavam em dar algumas opiniões ou fazerem caretas, confirmando ou negando o que estava sendo contado sobre o bairro ou a escola, por exemplo. O contato posterior com estas jovens ocorria quando eu entrava na rua. Nesses encontros rápidos, queria saber se mais uma vez eu iria falar com ‘fulana’ ou ‘cicrana’ e já me avisavam se ela estava em casa ou onde andava. Eu perguntava como elas estavam e não tardava em ouvir as ‘últimas novidades da zona’ (geralmente vinham à tona fofocas sobre brigas entre casais e namorados). Acredito que a associação feita por essas jovens, dos meus interesses com as relações entre as pessoas daqueles locais, tenha ocorrido quando observaram que eu me interessava sobre as artimanhas que as jovens faziam para ‘desobedecer’ seus pais/mães. Mas nem sempre ou novidades existiam ou eu me encontrava com elas. Desta feita, foram poucos contatos que me permitiram ter um ingresso mais facilitado no decorrer do campo, pois elas sabiam me informar como a mãe de uma jovem era, onde moravam as conhecidas do bairro e porque ganharam um tipo notoriedade e, como já mencionei, me diziam se as jovens

estavam ou não em casa. Com elas, nossa diferença de idade ficou demarcada – me chamavam de Senhora e seus relatos eram sempre para apontar a ‘falha’ de alguém (aspectos negativos), como se eu fosse uma avaliadora dos comportamentos locais. Elas estão sendo consideradas, neste trabalho, como informantes que ampliam as possibilidades de entendimento das sociabilidades e dinâmicas entre áreas do bairro; são também filhas de moradores que conhecem esses espaços urbanos.

Por ser um universo composto **somente por mulheres**, a visão sobre os temas está restrita ao olhar feminino das pesquisadas e da pesquisadora. São mulheres (23 jovens, 10 mães e 5 informantes) falando de suas relações e sobre suas diversas relações. As comparações com o mundo masculino foram comuns e frequentes quando conversávamos sobre proibições familiares, cuidados de beleza, segurança, poder decisório e trabalho. Desta forma, os homens fazem indiretamente parte desse universo, como contraponto e ‘desejo’; este último, no sentido de que as jovens constroem e se pautam por uma feminilidade, uma estética e uma sensualidade a fim de conquistá-los. Todas entrevistadas residem na zona urbana da cidade de Pelotas (RS), moram nas zonas menos ricas dos bairros, como descreverei no próximo subitem. As jovens que pertencem às famílias de camada média moram nos limites entre o que é considerado *rico* e *pobre*, naqueles lugares. As designações de pobre e rico estão de acordo com uma visão de mundo hierárquica “que se expressa de modo primordial na vivência da família/localidade e que está na base da leitura que se fazem de suas relações com o mundo ‘externo’” (cf. DUARTE, 1986:229) tornando o *pobre* uma categoria também moral.

Ao retomar o assunto de como percebi a reação das jovens e mães perante as diferenças de abordagens de pesquisa é importante destacar que boa parte da população de Pelotas, principalmente a mais pobre, já está habituada ou não tem um estranhamento muito grande ao ser entrevistada ou visitada por estudantes e profissionais da área da saúde. Isso é válido tanto para a procura a domicílio, como nos locais públicos de atendimentos à saúde. Os entrevistados nascidos em 1982 não diferem neste ponto; ao contrário, como explicitiei anteriormente. No entanto, há uma diferença em termos de receptividade inicial no domicílio entre a procura efetuada pelo serviço de saúde e a procura realizada pelos entrevistadores da *faculdade*. A primeira, conforme entendi através das explicações dadas por algumas informantes, tem uma acolhida mais vantajosa, pela troca que se estabelece entre o posto/centro de saúde e o entrevistado. A

segunda, pôde-se constatar, durante o trabalho de campo quantitativo de 2001, com homens e mulheres, as queixas e os recados enviados à equipe responsável através dos entrevistadores – do tipo: “*pergunta e pergunta, nada muda depois*”, como apontei inicialmente. Com razão, as queixas provinham daqueles que mais vezes haviam sido contemplados com visitas dentre os acompanhamentos da C/82. É bem verdade, também, que com 18-19 anos os informantes sentiram-se mais seguros e com poder para expressar seus desagrados e assim o fizeram sem meias palavras. Tendo em mente inicialmente o histórico de pesquisas com este universo, e conhecendo as queixas das famílias e dos jovens, a minha inserção em campo me foi bem menos custosa do que poderia ser.

Quando, ao iniciar conversas com as jovens e mães desse estudo, percebi uma postura inicial que as colocava em posição de espera de perguntas, como a “*Faculdade*” faz. Embora eu procurasse primeiramente me diferenciar dos entrevistadores quantitativos – ou melhor, dos modos de questionar –, os primeiros momentos sempre foram de tensão, desconfiança e de curiosidade com a nova abordagem, por exemplo, à medida que um tema era lançado para a conversa deslanchar – e nada acontecia – além das dificuldades de formar uma aliança com as informantes, falar do conhecimento que elas tinham do que é ser entrevistada/pesquisada/acompanhada. Respostas com frases curtas foram mais comuns nos primeiros contatos. Perguntas que aprofundavam o tema (*por que...; mas, então por que...; não entendi, como é isso...*) as deixavam surpresas e às vezes incomodadas. Era necessário ter calma e muita atenção para as reações, principalmente, no primeiro contato. Ter experiência com técnicas de psicoterapia, pela minha primeira formação acadêmica, me ajudou enormemente. Talvez por isso algumas mães gostavam que eu retornasse para conversar, no sentido de acalmar as jovens. Uma mãe explicitamente me chamou de psicóloga da filha; sentia que a filha ficava mais tranqüila depois de conversar por muitos minutos comigo. Porém, outra mãe, Dona Cláudia, me chamou em particular, ao final de uma conversa, para saber se a sua filha teria sido trocada na maternidade; ela não compreendia tantas “*pesquisas*” consecutivas.

Todavia, a primeira associação com outra abordagem fazia com que esperassem de mim questionários e perguntas com respostas categóricas e simplificadas. Tal ligação inicial vinha, primeiro, pela minha vinculação com a faculdade; segundo, pelo fato de eu estar procurando-as logo após o acompanhamento quantitativo. Porém, não creio que estas dificuldades estejam somente vinculadas às respostas “objetivas” requeridas pelos

questionários, mas também ao novo tipo de relação que se estabelecia. DaMatta (1978), assinala como um dos maiores problemas do trabalho etnográfico, nos casos em que o antropólogo estuda sua própria sociedade, é o risco de não estranhar o familiar. De forma inversa, e contemplando o ponto de vista dos entrevistados, dar atenção, em uma pesquisa, para o cotidiano, faz com que elas também estranhem a importância do mesmo para o meu trabalho e para suas vidas.

Por outro lado, o fato de mencionar a *Faculdade* facilitava o ingresso nas casas. As mães, já conhecedoras da pesquisa, deixavam e apoiavam os contatos subseqüentes. Poucas jovens e mães me indagavam o objetivo dos acompanhamentos. Mas foi interessante perceber que durante o processo de explicação para essas poucas ‘curiosas’ a atenção já havia sido desviada, enquanto eu respondia. Senti que a pergunta demonstrava a autoridade, demarcando uma presença, um interesse e sua autorização, pela despreocupação com os objetivos; um aval para os contatos posteriores.

Minha estratégia primeira com todas foi de abordar assuntos menos íntimos. Indagava da escola, do bairro, dos movimentos que observei no local. Basicamente, pedia que me contextualizassem esses locais, sem explorar muito a ponto de inviabilizar novas questões como o que elas faziam neles. Nos casos em que as mães ou outras pessoas ligadas à jovem encontravam-se por perto, os temas iniciais também abordavam assuntos mais amplos e menos delicados, como o bairro (vantagens e desvantagens), os movimentos da vizinhança do bairro (controle), os lazeres (redes sociais e socialização).

No entanto, a presença do(a) filho(a) ajudava a ir, na medida do possível, mais rapidamente para as questões de sexualidade, começando por quando nasceu, como se sentiu ao perceber a gravidez com essa ou aquela idade, a reação da família e do companheiro etc. Evidente é que uma relação mais íntima não se dá e nem se deu rapidamente com todas. De fato, é uma relação que se constrói ao longo dos encontros e não é assegurada que se estabeleça como gostaríamos.

Os temas propostos obedeceram a um ritmo de entrevista, dos acontecimentos e de disposição das entrevistadas. Os assuntos mais íntimos, como as atividades sexuais, eram lançados oportunamente, quando elas e eu nos sentíamos mais à vontade ou quando oportunamente elas referiam fatos ocorridos com amigas, vizinhas ou colegas – estimulando-as a falar da sua experiência pessoal. Geralmente, no segundo encontro esses assuntos eram abordados. Muito de minha intimidade também fora exposto, por exemplo, ao ser perguntada se eu era casada, se tinha filha, se morava no centro, se

tinha carro, onde minha filha estudava e o que meu marido fazia. A todas as perguntas eu respondia sem omissões, mas não me delongava, exceto se minhas repostas gerassem novas perguntas – o que não era comum. As trocas facilitavam as suas exposições e me auxiliavam a entendê-las melhor.

Em nenhum momento senti que a diferença de idade fosse um aspecto impeditivo para interagir com as jovens. Porém, tenho consciência de que a diferença etária poderia ser um fator importante. As que indagavam minha idade diziam que ‘me davam menos idade’ e isto se dava em um momento que não o inicial (primeiro contato), quando uma empatia já havia se estabelecido, permitindo a elas que me indagassem como já referi. Os relatos biográficos me levam a desconsiderar a possibilidade de uma diferença etária ser impeditiva de algumas revelações, mas certamente todo contato social estabelecido está circunscrito a uma relação limitada em distintos níveis. Como eu compreendia suas gírias e expressões, pois tinha uma experiência de campo, anterior, com jovens, as usava durante nossas interações. Todavia, quando alguma gíria ou expressão me suscitava dúvida, pela forma empregada, eu indagava qual o significado daquele uso e depois explicava o que eu sabia sobre a expressão. Mas o fato mais importante para que uma confiança se estabelecesse, foi o de ouvi-las e não julgá-las. Ficava evidente, em muitos momentos, a reação à minha imparcialidade. Um exemplo comum foi quando falávamos sobre aborto; algumas, ao final das suas falas, me diziam: *não é?* Como quem perguntava: *o que achas?* Esclarecer minha posição e colocar que entendia a existência e a convivência de posturas distintas ou semelhantes às minhas favorecia novas alianças durante os contatos.

Os encontros, na sua quase totalidade, foram realizados na residência da jovem ou de algum familiar (casa da mãe, da sogra ou da avó) e transcorriam durante o tempo que me era permitido: uma hora, uma hora e meia ou mais. Esse tempo de permissão era negociado no decorrer das interações ou quando a jovem já me avisava de algum compromisso naquela tarde. A possibilidade de retornar às casas e aos ambientes do bairro abriram um campo de análise grande para compreender através de olhares, comentários e frases, ouvidas durante todo o trabalho, muito das relações entre aquelas pessoas. O diário de campo compunha uma das formas de registro e descrição dos momentos que se mostravam importantes para a compreensão do contexto. O indicativo de uso do diário de campo, no decorrer da tese, está demarcado entre parênteses,

seguido das respectivas anotações. As entrevistas, na sua maioria, foram gravadas com consentimento das entrevistadas e transcritas. Por problemas com as pilhas ou com o gravador, algumas não foram gravadas, mas foram reproduzidas no diário de campo, na medida do possível, logo após o encontro. Não houve recusas diretas para as gravações, talvez pela questão do sigilo e do meu papel ter sido bastante enfatizado.

O mesmo esquema inicial de perguntas e postura no campo foi utilizado com as dez mães das jovens. Esses contatos também obedeciam a um roteiro (lista de assuntos) de entrevista (ANEXO 2), que basicamente enfocava: visão dos jovens, dos seus filhos e uma comparação com as diferenças de sua juventude, e uma reconstrução crítica da sua reação com seus pais e sua relação atual com sua filha. As dificuldades econômicas, como um aspecto importante nas relações familiares e nas expectativas futuras, foram comentadas espontaneamente por todas as mães. O constrangimento inicial percebido com as jovens não ocorreu com as mães; as conversas engrenavam com maior rapidez e os depoimentos surgiam com maior espontaneidade. Algumas mães tinham uma idade bastante próxima à minha, isso facilitava as lembranças de músicas, roupas, gírias, novelas, proibições etc. que tínhamos em comum. Ao colocar-me em uma posição menos desigual em termos etários e de vivências fez com que as confidências sobre as relações familiares surgissem espontaneamente.

Além dos dados observacionais, “colhidos” durante as “entrevistas” e armazenados no diário de campo, e dos registros degravados, decorrentes dos encontros com mães e com as jovens, foram feitas observações nos bairros, quando a situação de entrevista havia se desfeito ou quando não havia se concretizado. Quando terminada a etapa mais *indagativa* de nossa conversa eu observava, quando possível, os novos arranjos da casa. Geralmente as interrupções davam-se por: cansaço de uma ou de ambas; chegada de alguém; necessidade de atender o filho(a); calor ou chuva – entre outros fatores. Foram momentos em que os informantes voltavam às suas atividades com a família, com amigos, com os filhos ou com o marido. A chegada de alguém, a ida para o sol para tomarmos mate, andar pelo bairro conversando informalmente, ir a festas de aniversários das crianças e em chás de cegonha foram observações interessantes e importantes para a compreensão de um ‘todo’ sempre relativo e incompleto.

Uma vez expostas às situações peculiares do campo dessa pesquisa, descrevo os cinco locais onde esse trabalho se desenvolveu.

Secretaria Municipal de Finanças, demonstra que a renda *per capita* da cidade cresceu de 1991 a 2000 de 3,2% ao ano, aparentemente contradizendo os dados do PIB.²⁰

A renda maior concentra-se nas famílias dos profissionais com maior escolaridade ou poder administrativo. Da população de Pelotas, 53,07% enquadra-se como muito pobre (trabalhadores rurais, bóias-frias, pescadores, peões, catadores urbanos); 15,09% como pobre (vigias, serventes, ambulantes, outros trabalhadores); 23,35% estão nos três segmentos da classe média (pequenos proprietários, técnicos com especialização e executivos; pequenos fazendeiros, burocratas, profissionais com pouca especialização; motoristas, mestres de ofício, mecânicos) e 1,85% estão na elite ou classe alta (profissionais pós-graduados, empresários e altos administradores). Em situação de total exclusão (sem rendimentos) estão 6,64% da população de Pelotas.²¹

O estreitamento recente das chances de crescimento de Pelotas teve seu início na década de 80, quando a cidade sofreu um grande impacto econômico com a abertura das importações dos alimentos, especialmente as frutas e os legumes, que aqui eram plantadas e enlatadas. Como conseqüência quase imediata deu-se o fechamento de grande parte das indústrias familiares e tradicionais no ramo alimentício, que geravam boas fontes de renda e emprego para o município. Essas indústrias empregavam, durante as safras, um grande contingente de mão de obra feminina, de baixa escolaridade e barata. Com características semelhantes, a população masculina mais pobre era aproveitada nos empreendimentos da construção civil, que cresciam em paralelo à

²⁰ Mas segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), Pelotas possui 35,9% da população com renda insuficiente, ou seja, abaixo de 0,5 salários mínimos por membro da família. É bem verdade que, para leigos, os dados econômicos, conforme a tributação em que se baseiam seus cálculos, demonstram resultados discordantes. Várias são as reportagens na imprensa nacional que falam da metade sul do estado como empobrecida. Rieth (2000) também aborda esta visão e anexa em sua tese algumas destas reportagens, por exemplo, as quatro publicadas no Jornal Folha de São Paulo em 1999.

²¹ Segundo o Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria, de Pelotas (ITEPA, 2003; <<http://www.ucpel.tche.br/itepa/dados.htm>>.), no ano de 2000: “A faixa com mais de 20 salários mínimos (s.m.) é constituída de 3,8% das pessoas com renda e absorve 21,7% da renda. Portanto, houve uma redução da média dos rendimentos desta faixa, uma vez que a renda total foi reduzida em 21,4% e o número de pessoas dobrou de 1,9% para 3,8% quando se compara os dados de 2000 aos de 1991. Na faixa de 10 a 20 s.m. o volume da renda, que era de 35% do total em 1991, baixou para 22,6% em 2000, enquanto a quantidade de pessoas nesta faixa passou de 4,9% para 7,5%. Assim, nesta faixa houve perda de representatividade na concentração de renda o que, por certo, se refletiu positivamente nas faixas de menor rendimento. A faixa intermediária – 5 a 10 s.m. – apresentou evolução, pois a renda da faixa aumentou em 16,3%, passando de 7,9% para 24,2%, enquanto a participação de pessoas também aumentou. Passou de 11% para 15,7%. Assim, um maior número de domicílios (famílias) auferem, hoje, renda entre 5 a 10 s.m. A faixa de 2 a 5 s.m. também teve evolução positiva. O volume total da faixa passou de 8% para 20,4% e a quantidade de domicílios de 24,6% para 30%. Como o volume da renda variou positivamente em 12,4% e o de domicílios variou 5,4%, houve aumento da renda média por domicílio. No segmento que vai de ¼ até 2 s.m. o volume da renda passou de 6% para 11,1% enquanto o

economia local. Com o declínio de uns, o efeito dominó da economia não tardou a afetar tantos outros, vindo a prejudicar o desenvolvimento contínuo da cidade. As lojas pelotenses “*tradicionais*”, orgulho local, ficaram reduzidas há muito pouco. As grandes fábricas fecharam e algumas construtoras faliram. No comércio, as chamadas comumente de “*lojas de turco*” (cujos proprietários são de origem sírio-libanesa), e outras de médio e pequeno porte das grandes redes nacionais, e as pequenas butiques são as predominantes hoje, nesse setor; isto sem falar dos bingos que se instalaram nos espaços falidos do centro.

No domínio da área da saúde há uma estrutura pública e privada de considerável monta e mantida com dificuldades: um médico para cada 260 habitantes, segundo dados da Prefeitura Municipal de Pelotas (2002). A cidade possui 32 postos de atenção primária à saúde, cinco centros de saúde especializados e seis hospitais gerais, somando-se 43 locais de atendimento ao público.²² Faculdades de Medicina são duas, que dão suporte a uma boa parte desse atendimento médico, com seus alunos e residentes, além das *pesquisas* freqüentes com a população local.

O fato de Pelotas ter duas universidades é um alento frente ao panorama econômico exposto. Durante o ano, muitos estudantes chegam à cidade, vindos de cidades próximas e outros estados. As faculdades de Medicina, Agronomia, Medicina Veterinária, Odontologia, Arquitetura e Direito são os cursos mais procurados nos vestibulares. Eles atraem uma quantidade grande de novos alunos, logo moradores, para a cidade. Desse modo, o setor imobiliário, pelos aluguéis e vendas de imóveis, gera empregos e faz com que o dinheiro circule na cidade. Uma escola em particular atrai um público jovem também de outras cidades menores da região sul do Estado: a conhecida ‘Escola Técnica’, atualmente chamada de CEFET. Esta escola é federal e oferece cursos técnico-profissionalizantes e de ensino superior, com tradição de bom ensino. Além dela, há o CAVG (Conjunto Agrícola Visconde da Graça) que oferece outros cursos profissionalizantes para os alunos do ensino médio.

número de domicílios nesta faixa se reduziu de 57,6% para 43%. Portanto, nesta faixa a evolução também foi positiva”, embora seus rendimentos básicos sejam ainda muito baixos.

²² A demanda aos postos de saúde é grande, mas não pode ser confundida com qualidade – fato que não cabe a estudo questionar. Um ponto interessante levantado por Leal (1995:33) diz respeito à presença dos postos nas comunidades. Segundo a autora, de certa forma os atendimentos às mulheres nos bairros podem estar incentivando a reprodução, haja vista que os serviços relativos à gestação e ao perinatal oferecem um suporte eficaz às mulheres, além de serem gratuitos. Fica aqui registrada esta hipótese.

Em 2000, a taxa de analfabetismo local era de 6,25 %, o que não é considerado um percentual grande. Proporcionalmente, Pelotas, possui um terço do número de habitantes (110 mil) matriculados em todos os níveis de ensino. Destes 110 mil alunos, 90 mil estão matriculados em escolas públicas – federais, municipais e estaduais. É a cidade que representa o maior centro estudantil do interior do Estado.²³

Pela peculiaridade de oferecer tantos espaços educacionais, Pelotas é uma cidade que possui muitos jovens. Segundo o IBGE (2002) – Agência Pelotas, 37,18% da sua população tem idade até 19 anos, e a cidade possui uma expectativa de vida de 69,91 anos.²⁴ Sua vida noturna está construída quase que exclusivamente para jovens. Esses jovens demandam espaços de lazer e diversão, que lhe são ofertados. Portanto, “*a noite de Pelotas*” é comentada como uma das mais “*agitadas*” e diversificadas do interior da região sul do Estado. Mas sua particularidade é a constante mudança dos locais mais freqüentados. Um bar ou restaurante que faz sucesso em um verão pode não fazer na estação seguinte ou no ano seguinte. A saturação de alguns destes locais dá-se rapidamente, da mesma forma que o seu esvaziamento. Dentre a variedade oferecida há poucos bares, restaurantes e boates que conseguem unir os diferentes segmentos sociais. São mercados distintos. Tornam-se comuns os comentários locais de que há “*misturança*” porque a “*chinelada*” tomou conta, quer dizer: esses que começaram a freqüentar o mesmo espaço dos jovens de camada média e alta, ou o local fecha, ou o público que antes freqüentava aquele local elege outro como o preferido.

Pelotas já foi considerada uma cidade de pessoas “*finas*”, requintadas, educadas à moda tradicional. Atualmente, se preservando de diferentes formas, a alta sociedade tenta manter uma diferenciação das camadas mais pobres, através da freqüência a clubes sociais, de preservação da importância do nome de família, da construção de condomínios mais requintados, da valorização da coluna social (em um jornal há três colunistas sociais, estes dispõem do recurso de publicação de fotos coloridas; ocupam nos finais de semana de 3 a 4 páginas com notas sobre eventos e festas). Uma parte da *classe* média local (restringindo classe a capital econômico/cultural) também procura manter algumas distinções, valorizando o ensino e preservando alguns símbolos de

²³ Os percentuais disponíveis de evasão escolar na cidade, segundo o ITEPA (2003), são, no ensino médio, de 12,06 % e, no ensino fundamental, 6,76 %.

²⁴ A população pelotense de dez a 14 anos corresponde a 28.160 e de 15-19 anos é de 31.610 conforme os dados do censo de 2002 do IBGE.

status, como o carro novo.²⁵ Mas o importante aqui é mostrar que as tradições de apresentação em sociedade, através da roupa, do carro, do emprego e do nome de família, presentes na classe alta, muitos deles absorvidos pela classe média, coloca os mais pobres em uma posição bastante inferior na escala social da cidade.

Conseguir um bom trabalho e a partir dele ter possibilidades de ascensão social é cada vez mais difícil. Segundo dados até novembro de 2003, divulgados na imprensa local pelo Caged/Pelotas (Cadastro de Ocupações do Ministério do Trabalho), a cidade apresentou uma relação melhor entre oferta de emprego e demissões; mesmo com uma diminuição de 14% na oferta de vagas do município, as demissões corresponderam ao mesmo índice do ano anterior.

No ano em que mantive contato com as jovens e as mães, estes números ainda não eram vistos como positivos; isto pode ser observado no número de vagas disponibilizadas (entre 2000 e 2003) que se mostram gradualmente menores – não contemplando o contingente maior de jovens que se tornam aptos profissionalmente ou necessitam de empregos.²⁶ Portanto, o sentimento não se modificou, porque as relações melhoradas no decorrer do tempo, entre vagas e demissões, ainda não são sentidas por todos.²⁷ Fácil de sentir é ao penetrar nos cantos mais empobrecidos dos bairros; lá é e foi corriqueiro ouvir que boa parte da família está desempregada ou com apenas um dos seus componentes trabalhando regularmente, com “*carteira assinada*” enquanto outro(s) faz biscates para ajudar a manter os familiares.

²⁵ As distinções entre esses universos sociais, que neste momento não são aprofundadas, estão sendo pensadas da mesma forma que Pierre Bourdieu as salientou em seus trabalhos. Em *A Distinção* (1979) ele tratou dos mecanismos de diferenciação simbólica entre as diversas posições e grupos sociais, mostrando que o desejo de se *distinguir*, sobremaneira de quem está em posição hierarquicamente inferior, está presente nas roupas usadas, nos modos de agir, de falar e de viver, incluindo nestas diferenciações os juízos estéticos emitidos sobre os ‘outros’. De acordo com Bourdieu a sociedade não está formada pelo dualismo: dominantes e dominados (herança marxista complexificada por Bourdieu). A noção de campo seja qual for – intelectual, econômico, cultural, da moda, da arte ou do esporte – torna-se fundamental para ele, pois uma sociedade é constituída de vários micro-campos, cada um com valores específicos/particulares aos seus modos de funcionamento. Esses campos são permeados por conflitos e posições hierárquicas, posições relativas nestes espaços multidimensionais. Cada campo tem uma legitimidade para determinar o que é de melhor qualidade; simbolicamente, quem tem maior capital, isto é, maior conhecimento naquele campo, tem também um destaque e uma posição superior em relação a quem não o tem. Sobre esse tema ver também o livro *Poder Simbólico* (Lisboa: Difel, 1994).

²⁶ Números registrados em Pelotas de acordo com o Caged/Pelotas para o período de 2000-2003 são os seguintes: em **2000**: vagas 21.443 e demissões: 21.048; em **2001**: vagas 18.993 e demissões: 19.997; em **2002**: vagas, 17.065 e demissões 15.225; em **2003**: vagas 14.691 e demissões 15.268.

²⁷ No ano de 2003 duas empresas do setor supermercadista foram abertas em Pelotas, ambas ofertaram 284 novas vagas, animando uma parte das famílias locais e influenciando os números apresentados na nota acima.

Aliando as visões dos pais preocupados economicamente com a família, visto que a cidade não tem se desenvolvido em termos de novos empregos, com o fato de o município ser visto como um pólo estudantil tem-se, a passos largos, a possibilidade de mudar a referência da cidade a partir das gerações que vivem com o baixo potencial econômico da região. Pelotas, efetivamente, para a geração jovem com maior poder econômico e cultural, passa a ser uma localidade de passagem, de transição, de formação do leigo (estudante) em profissional (o formado), que sai à procura de outros locais para poder atuar. A meu ver, esse movimento de abertura da cidade a jovens de outros locais faz com que as camadas média alta e alta mantenham-se restritas em seus meios de sociabilidade, garantindo tradições, *habitus* e estilos que os distinguem socialmente e os organizam geograficamente na cidade (BOURDIEU, 1994).

2.5 Os jovens de Pelotas: dados da ‘coorte de 1982’

A partir de dados representativos de ¼ da juventude local pertencente a C/82, de 18-19 anos, este subitem ilustra algumas características comportamentais e socioeconômicas bastante atuais dessas jovens – com exclusividade do universo feminino –, entre outras a idade de iniciação sexual, número de parceiros, escolaridade dos pais e delas, e a renda familiar. Tomo os dados mais atuais da C/82 como um bom parâmetro para visualizar os comportamentos das jovens. Pontuo também particularidades das mães das jovens.

Ao priorizar o universo juvenil feminino e averiguar a distribuição percentual dentro das amostras da C/82, de 2001, entre as jovens que engravidaram e as que não engravidaram, tem-se que com a renda de até três salários mínimos 68% das jovens já engravidaram e 27,5% não engravidaram. Ao passo que com renda superior a dez salários mínimos 5% engravidaram e 23% não engravidaram até 2001. Ou seja, a conhecida relação estatística entre a renda familiar e a gravidez na juventude se aplica também em Pelotas. Mais da metade das jovens que engravidaram (61%) mora com um companheiro, enquanto aquelas que não engravidaram vivem na sua quase totalidade com algum familiar. A situação conjugal dos pais apresenta-se distinta para os grupos aqui considerados. Em 52% dos casos, os pais naturais das jovens que já engravidaram estavam separados e em 66% do grupo que não engravidaram os pais estavam ainda casados.

Vejamos então como a escolaridade dessas jovens de Pelotas se comporta em relação à gravidez, até a idade de 19 anos. Essa é outra associação comum de fatores que se apresentam estatisticamente significativos, assim como a renda e a gravidez adolescente ou *precoce*, em muitos estudos sobre o tema no país ou fora dele. Em Pelotas, tem-se um percentual maior (56,6%) de jovens que engravidaram concentrado no ensino fundamental incompleto e, inversamente, mais da metade das jovens que não engravidaram (59%) possuíam o ensino médio completo. Apenas 13% das que engravidaram conseguiram concluir o ensino médio. Essas relações entre o nível de escolaridade atingido pelas jovens e a ocorrência da gravidez, discutidas no capítulo 2, são complexas e devem ser vistas também à luz das condições familiares e do valor dado para o desempenho escolar dessas jovens. Ao verificar as repetências, percebe-se que o percentual é alto nos dois grupos: 58% das que não engravidaram e 77% das que engravidaram já haviam rodado.

A idade de 12 e 13 anos foi a mais mencionada entre as jovens para a menarca,²⁸ já as idades mais citadas de iniciação sexual (namoro, *ficar* e primeira transa) são os 14 e 15 anos – um ano menos do que a idade média nacional divulgada pela Unesco (2004): 15-16 anos para as meninas e 13,9 a 14,5 para os meninos. A faixa etária entre os 16-17 anos corresponde ao maior percentual de meninas que engravidam nesta idade. A diferença entre os grupos de um ano para o primeiro namoro (início aos 14 anos – 32,4%) foi notada no grupo das já engravidaram. As que não engravidaram *ficaram* com parceiros mais jovens que as que engravidaram, mas o número de namorados se manteve semelhante para os grupos assim como a idade do primeiro namorado, na faixa dos 17-20 anos (amplitude de 9-44 anos). A primeira transa em mais da metade dos casos (71,5%) aconteceu com algum namorado e 14% com algum *ficante*. O primeiro namorado foi, em 63% dos casos, com quem as jovens transaram pela primeira vez, o que pode indicar que o intercuro sexual é um elemento importante para consagrar esta relação (BOZON, 1995a). Ao relacionar o número de filhos com a renda da família, a maior paridade das mães das jovens se concentrava no grupo de menor renda.

²⁸ Nas análises preliminares da C/82 que comparam o grupo de jovens que engravidaram com o que não engravidaram, observa-se que a idade da menarca não esteve significativamente associada com a gravidez na adolescência, mas a idade da primeira relação sexual esteve fortemente associada com a paridade (cf. VICTORA et al., 2003).

De acordo com uma análise estatística mais apurada, sobre o estudo de caso-controle (ou seja, sobre uma grande parte das jovens²⁹ que engravidaram *versus* as que não engravidaram) os fatores sócio-demográficos que encontram algum nível de associação com a gravidez, durante a juventude e adolescência, em Pelotas, são a: renda familiar (quanto menor, maior o risco relativo), paridade da mãe da jovem (5 a 6), prática religiosa de umbanda, escolaridade (de 0 a 4 anos) do pai da jovem. Ajustando para possíveis fatores confundidores, outras características, como a presença do pai e avós no domicílio da jovem, a situação conjugal da mãe, cor da pele, religião (exceto umbanda), trabalho materno fora de casa e alcoolismo paterno não estão associados à gravidez juvenil. De acordo com este mesmo sub-estudo (décimo acompanhamento), o namoro mais prolongado e o nível de escolaridade menor do namorado foram observados em maiores proporções no grupo das jovens que engravidaram. Não houve diferença entre grávidas e não-grávidas quanto à relação sexual e o uso de preservativos nas relações com o primeiro e último namorado.³⁰ A proporção de recusa da relação sexual por falta de preservativo foi maior entre as que não tiveram filhos e uso de anticoncepcional oral foi maior entre as grávidas (cf. VICTORA et al., 2003).

As jovens entrevistadas são parte de uma família e dessa forma interessa demonstrar alguns traços peculiares gerais dos pais e mães das jovens (n=908). A idade dos pais ou responsáveis pelas jovens variou de 20 a 80 anos.

As mães das jovens que já engravidaram achavam importante que suas filhas estudassem até o ensino médio. Contudo, as mães das jovens que não haviam engravidado até 2001 responderam que era importante que elas tivessem um curso universitário. A questão, novamente, agora sob o ângulo da família, retorna: da gravidez juvenil como um impeditivo para um futuro profissional.

Quanto ao desemprego, em 2000 (a pergunta referia-se ao ano anterior da entrevista), as famílias das jovens que tiveram filhos, em 29,8% dos casos foi a mãe e em 26,4% foi o pai que haviam perdido seu emprego. Nas famílias em que as jovens

²⁹ Não delimitadas pelos setores sorteados, mas que tiveram filho até 31 de março de 2001 (ver nota 6).

³⁰ Na primeira transa, 81,6% das não-grávidas (que não engravidaram até aquele acompanhamento) reportaram ter usado condom masculino e as que já haviam engravidado pelo menos uma vez (grávidas) 62,6% delas usaram. Pílula (37% das não-grávidas) e o coito interrompido (32,3% para as grávidas) foram os mais referidos após a camisinha masculina. De modo geral, o universo feminino – com ou sem filhos ou gravidez(es) – reconheciam, por ordem decrescente de frequência, a pílula, a camisinha masculina e o dispositivo intra-uterino (DIU) como métodos contraceptivos para não engravidar.

não tiveram filhos, em 20,9% foi a mãe quem perdeu emprego e em 15,4% dos casos foi o pai.

De modo geral, a idade em que as mães das jovens casaram concentrou-se na faixa de 16 a 22 anos. Verificou-se que as mães que têm filhas que já engravidaram uniram-se mais cedo, a contar dos 12 anos. No entanto, segundo as mães das jovens, as idades de 20, 21 e 25 anos, pela ordem de frequência, foram as consideradas ideais para que suas filhas se casassem. Por outro lado, 270 mães (29,3% do total) disseram não ter uma idade certa para que uma união se estabeleça. Questionadas sobre quando se sentiram mais livres, as mães que mencionaram quando casaram (36,7%), e dentre elas 35% dos casos são de camada popular. A resposta de sensação de liberdade destas mulheres quando solteiras surgiu em 25,6% dos casos e apenas 1% referiu o período de namoro. As que haviam se separado (19%) associaram o fim do relacionamento à sensação de liberdade. Já 17,6% delas não sentiram qualquer diferença ao trocarem de estado civil ou situação na relação afetivo-sexual. As mulheres de renda familiar de seis a dez ou mais salários mínimos foram as que mais reportaram sentir liberdade depois de casadas o que remete a hipótese que o controle familiar antes do casamento é maior mesmo com o ideário individualista.

Quanto à situação conjugal os pais das jovens têm-se que: 33,4% estavam casados; 49,1% separados; 10,1% das mulheres haviam ficado viúvas e 7,1% delas afirmou nunca ter casado ou 'se juntado' com algum companheiro. O percentual de separação foi maior no grupo familiar das jovens que não engravidaram (76,3%).

Um dado interessante surgiu ao avaliar como as mães percebem suas filhas dentro de conceituações de desenvolvimento de uma pessoa, a partir de uma escala pré-determinada e recorrente no discurso comum. Em 48% dos casos as mães consideraram que suas filhas, aos 19 anos, são adultas, e tal dado independe se as jovens já tiveram filhos; mas há uma pequena diferença entre classe social (considerando a renda). As mães de camada média (53%) foram as que se sobressaíram nesta classificação, enquanto que as mães de classe popular tendem a classificar as filhas como adolescentes (38% do total). Estes números já nos demonstram que as classificações de etapas de vida são diferenciais na juventude, apontando para distinções categóricas no interior dos universos sociais. Cabe avaliar como essas classificações são trabalhadas no dia-a-dia das famílias, sobretudo quando associadas à sexualidade nas relações juvenis; se o exercício sexual e todas as suas decorrências confirmam (ou não) a percepção familiar

das atividades que suas filhas *adultas* podem ter. Ou ainda, como esta denominação se evidencia no processo de socialização das jovens.

As mães, também, ao exporem suas preocupações mais amplas em relação as suas filhas mencionaram considerar importante estarem atentas com: a gravidez (17,7%); a responsabilidade (12,6%); o futuro (9,7%), tanto profissional quanto pessoal; a violência urbana (7,5%); o tipo de relacionamento que a filha tinha com seu companheiro (4,0%) e o uso de drogas (3,5%). Comumente, a questão das drogas está relacionada com as amigas das filhas, que os induzem à experimentação. Portanto, não apenas falando de drogas e amigos, em 53,9% das mães que tiveram filhas que engravidaram achavam que as amigas já prejudicaram em algum nível a vida da sua filha e 60,9% das mães das jovens, que não tiveram filhos, discordavam dessa opinião, achando que os amigos não tiveram más influências na vida das filhas. Ou seja, para elas, as amigas das filhas não se constituíam, até então, em um motivo de preocupação.

Tabela 2.4. Características gerais das jovens entrevistadas em 2001, Pelotas (RS).

Amostra feminina – 2001 (n total = 922)³¹	Grávidas n (%) (n=449)	Não Grávidas n (%) (n=473)
Cor da pele		
Branca	313 (69,1)	387 (81,8)
Negra e mulata	136 (30,3)	86 (18,2)
Autodenominação (estado civil)		
Solteira	149 (33,2)	442 (93,4)
Casada	38 (8,5)	9 (1,9)
Amigada	238 (53)	21 (4,4)
Separada	24 (5,3)	1 (0,2)
Mora com a mãe ou responsável		
Não	277 (61,7)	60 (12,7)
Sim	172 (38,3)	413 (87,3)
Renda em Salários Mínimos (SM)		
<= 1 SM	94 (20,9)	26 (5,5)
1,01 A 3 SM	210 (46,8)	105 (22,2)
3,01 A 6 SM	89 (19,8)	141 (29,8)
6,01 A 10 SM	33 (7,3)	91 (19,2)
> 10 SM	23 (5,1)	110 (23,3)
País separados		
Não	199 (47,8)	301 (65,7)
Sim	217 (52,2)	157 (34,5)
Anos de escolaridade		
Ensino fundamental incompleto (< 8 anos)*	254 (56,6)	70 (14,8)
Ensino médio incompleto (8 até 10 anos)	136 (30,3)	125 (26,5)
Ensino médio completo (>= a 11 anos)	59 (13,1)	278 (58,7)
* 9 casos de analfabetismo (4 grávidas e 5 não grávidas)		
Rodou na escola alguma vez		
Não	102 (22,9)	119 (42,2)
Sim	343 (77,1)	273 (57,8)
Idade da menarca		
7 a 10 anos	37 (8,2)	29 (6,2)
11 anos	86 (18,2)	84 (18,7)
12 anos	131 (27,7)	143 (31,8)
13 anos	125 (26,4)	108 (24,1)
14 anos	68 (14,4)	52 (11,6)
15 anos	25 (5,3)	23 (5,1)
16 anos	9 (1,9)	2 (0,4)
Número de ficantes		
Nenhum	6 (1,3)	14 (3,0)
1 a 10	248 (55,2)	158 (33,4)
11 a 20	86 (19,2)	134 (28,3)
21 a 30	37 (8,2)	69 (14,6)
31 a 40	13 (2,9)	23 (4,9)
41 a 50	20 (4,5)	30 (6,3)
51 ou +	39 (8,6)	35 (9,6)
Número de namorados		
1 a 3	386 (86)	373 (88)
4 a 6	47 (10,5)	43 (10,1)
7 a 10	14 (3,1)	8 (1,9)
11 ou +	2 (0,4)	--
Idade do 1º namorado (idade dele)		
9 a 13 anos	11 (2,4)	15 (3,2)
14 a 16 anos	120 (26,5)	122 (25,8)
17 a 20 anos	221 (49,4)	216 (50,8)
21 a 25 anos	73 (16,3)	57 (13,4)
26 anos ou +	22 (4,9)	15 (3,5)

³¹ É importante alertar ao leitor que os dados desta tabela sobre grávidas e não-grávidas é da amostra entrevistada em 2001 (nono e décimo) – comportando todas as jovens entrevistadas e não exclusivamente do sub-estudo caso-controle – este ultimo um estudo específico sobre gravidez na adolescência.

Amostra feminina – 2001 (n total = 922)	Grávidas n (%) (n=449)	Não Grávidas n (%) (n=473)
<i>continuação</i>		
Idade dela na 1ª transa		
< de 12 anos	6 (1,4)	1 (0,3)
12 e 13 anos	81 (18,8)	10 (3,4)
14 e 15 anos	241 (56)	69 (23,6)
16 e 17 anos	98 (22,8)	162 (55,5)
18 e 19 anos	4 (0,9)	50 (17,1)
Idade da 1ª gravidez		
12 anos	2 (0,4)	/
13 anos	12 (2,7)	
14 anos	46 (10,2)	
15 anos	83 (18,5)	
16 anos	127 (28,3)	
17 anos	126 (28,1)	
18 anos	52 (11,6)	
19 anos	1 (0,2)	
Número de parceiros sexuais na vida		
1 a 3 pessoas	328 (76,3)	242 (85,2)
4 a 6 pessoas	62 (14,4)	29 (10,2)
7 a 9 pessoas	17 (4)	8 (2,8)
10 ou + pessoas	23 (5,3)	5 (1,8)
Número de amigas que já engravidaram		
Nenhuma amiga	15 (3,3)	77 (16,3)
1 a 5 amigas	288 (64,3)	311 (65,9)
6 a 10 amigas	123 (27,5)	71 (15)
11 a 15 amigas	17 (3,8)	7 (1,5)
16 a 20 amigas	4 (0,9)	2 (0,4)
21 ou + amigas	2 (0,4)	4 (0,8)
Quem é responsável por evitar filhos		
Homem	5 (1,1)	2 (0,4)
Mulher	137 (30,6)	101 (21,5)
Ambos	305 (68,2)	367 (78,1)
Algum trabalho na vida (fora de casa)		
Não	121 (26,9)	189 (40)
Sim	328 (73,1)	284 (60)

2.6 *In locus*: os lugares

Ao caracterizar os locais estudados, isto é, aqueles onde residem as jovens, procuro ressaltar o que há de mais geral, mas com a preocupação de destacar como os espaços públicos e privados são utilizados, pois essas configurações fazem uma grande diferença ao observar as pessoas e as relações estabelecidas com a vizinhança e com aqueles que não são do local. Assim como, nos locais mais pobres, minha presença fora notada – com olhares de quem aponta para uma estranha no bairro – liga-se às representações, aos símbolos distintivos, que os moradores desses locais têm e o fazem distinguir um “nós” (do bairro, da rua, da vila) de um “eles” (da *faculdade*, do posto, do centro, da parentela da vizinha ou amiga). Por serem locais de socialização e de acontecimentos diários também podem, grosso modo, serem classificados nos termos

dumontianos como locais de valores mais tradicionais ou modernos.³² O que significa dizer que há locais em que as redes sociais estabelecem controles mais efetivos e mais próximos do que ocorre em outros. O modo como as jovens lidam com esses controles se diferenciam nos locais dos bairros. Neste sentido, o que a literatura antropológica tem balizado para as camadas sociais em termos de configuração moral, de valores e visões de mundo modernas ou tradicionalistas, de modo geral, se replica das zonas ou locais dos bairros mais pobres e mais ricos – de tal forma que se pode distinguir relativamente os valores juvenis ao aproximá-los destes elementos. Assim como o contrário é importante, pois fala de como os ambientes são ‘consumidos’ e vividos pelos jovens e de como o contexto pode apresentar maior ou menor necessidade de controle ou de contestação de ideologias modernas. O que se segue são descrições gerais dos locais onde as jovens foram abordadas e onde elas mantêm uma forte rede de amizade, de parentesco e de identificação ou negação das práticas de controle social relacional e contextual.

(a) O bairro Areal é bastante grande, localiza-se mais a leste na cidade. É onde oito jovens entrevistadas moram. Por ser extenso, o Areal, além de possuir vários setores censitários, concentra uma diversidade de condições e estilos de vida conforme a renda familiar, desde da baixa até a alta. Há muitas *vilas* que se formaram ao longo dos tempos, pois foram empurradas para a periferia do bairro. Essa mudança do local está também relacionada à sua boa localização geográfica na cidade.

Duas avenidas, que ligam o centro da cidade à praia do Laranjal, localizam-se ali, ambas asfaltadas (ressalta-se que poucas ruas da cidade são pavimentadas com asfalto). O comércio no bairro tem crescido, porque o seu poderio econômico também aumentou. Há um parque (Parque da Baronesa, chamado apenas por *Baronesa*) que aos finais de semana tem um movimento grande (crianças, famílias e jovens) atraindo gente de muitos locais. Há várias linhas de ônibus diariamente disponíveis, que atravessam o bairro em diversos sentidos, facilitando o acesso e a saída do bairro. Escolas públicas estão distribuídas por todo o local.

No Areal, há pelo menos dois condomínios onde moram muitos pelotenses ‘ricos’ (os com trabalho, estudo, casa, carro, nome de família etc.). São condomínios

³² Heilborn (1999) faz uma análise das zonas sul/norte cariocas relacionando com as carreiras sexuais, classificando como metáfora o moderno localizado na zona sul e o tradicionalismo na zona norte. Foi tal classificação que me fez pensar em olhar para os bairros, cogitando como as visões de mundo e os valores locais se colocam na socialização das jovens.

construídos aproximadamente há 10 anos e que, conseqüentemente, valorizaram a cotação dos imóveis que os circunscrevem no bairro. Vender e reformar as casas deixou uma parte do bairro com outro aspecto. Mais de um clube social se localiza no bairro, mas o clube considerado como o “*melhor da cidade*” também se estabelece ali. Seus sócios são presença *in* na sociedade – as colunas sociais comumente exibem fotos dos seus freqüentadores. Os freqüentadores deste clube mantêm uma relação de ida e vinda constante pelo bairro. O Clube está localizado em uma ponta que já fora habitada pela classe baixa, exclusivamente. Uma parte das jovens com quem mantive contato mora bem próximo dele. Lá, esse jogo entre o rico e o pobre, pensando em termos econômicos e distintivos, é uma constante diferencial neste local, pois essas diferenças são comentadas entre as meninas mais pobres (os *filhos de papai*, as *patricinhas*, as *nojentas*). Sentem-se menos valorizadas, com chances reduzidas para chegar a um patamar de igualdade com as ‘ricas’ – conseqüentemente constroem uma visão de si em que a mobilidade social via aquisição (pelo trabalho e o estudo) não comportará uma aproximação com essas pessoas.

Das oito jovens moradoras no Areal, quatro pertencem ao segmento médio (Denise, Natália, Cecília e Mara), mas nenhuma se conhece. Com exceção de Natália, as ruas onde moram Denise, Cecília e Mara são tranqüilas, seguras e de fácil acesso até a avenida principal do bairro. Mara mudou-se no decorrer do estudo para próximo de sua mãe, noutra bairro distante deste; nosso último encontro foi na sua ‘nova’ casa. A zona da casa de Natália é mais no interior do bairro; visivelmente, é também mais pobre, caracterizada por casas que mesclam pinturas antigas com partes reformadas sem pinturas e com ruas que não são calçadas, com o esgoto (dos tanques, do chuveiro) correndo ao ar livre.

As outras jovens, pertencentes aos segmentos populares, moram em pequenas *vilas*.³³ Uma nem chega a ser propriamente uma *vila*, pois é formada por apenas uma rua. No entanto, é assim que seus moradores a identificam. *Vila*, de modo geral, possui o sentido de local pequeno, onde todos se conhecem e falam uns sobre os outros. Também é onde há uma diversidade de tipos: trabalhadores, prostitutas, senhoras, crianças educadas e mal-educadas, simbolicamente onde o sujo (impuro) e o limpo

³³ Como apontado no capítulo 2, segmento, universo ou ainda camada popular são expressões que caracterizam uma forma de classificar lógicas e valores culturais. Saliento que *popular* não está sendo empregado nesse trabalho no sentido de agrupar pessoas menos sábias, menos eruditas, mas é vista “como

(pureza) convivem em desarmonia. O que faz uma vila ser *vila*, nos parâmetros locais, é ter ainda: muita fofoca, logo ser notado e, em dias de chuva, ser quase impossível sair ou entrar sem se molhar ou se embarrar. Em três locais diferentes, mas denominados como *vilas* moravam a Cássia, Cláudia, Ruth e Sula.

Com restrição de Sula e Natália, as outras moradoras desse bairro se deslocam com maior frequência para o centro da cidade; possuem mais amigas e “*conhecidas*” que moram em outros locais e conseguem se situar melhor quando se fala de lugares distantes e alguns pontos conhecidos de Pelotas. Neste sentido, parecem estar mais atualizadas com as notícias da cidade com um todo.

(b) O Fragata é apontado como o *bairro cidade*. O que significa não precisar ir ao *centro* para a vida cotidiana seguir seu curso. Por se pensar auto-suficiente, replicado no senso comum local, o bairro parece ser mais tradicional em termos do que é mais correto ou não fazer, seguir, usar – enfim, no que interessa aqui, ser jovem. Mas, de fato, no bairro há bastante comércio (pequeno e grande), uma faculdade (a de Medicina), escolas, postos de saúde, indústrias, quartel, centro-comercial, bailões, bares-boates, cemitério e banco, entre outros serviços – contudo, segundo observei, a ida ao *centro* é constante. As linhas de ônibus são muitas, facilitando o trajeto nestes sentidos.

O Fragata está situado na ponta da cidade oposta a do Areal (ver mapa abaixo com indicações dos bairros e as jovens que moram neles). No seu interior, há vários pequenos *bairros*, como são chamados, que com o crescimento do local como um todo forçou a criação de nomes baseados nos conjuntos habitacionais lá construídos (como Cohab Fragata). Visualmente, o Fragata é mais homogêneo, tanto nas ruas principais quanto nas que se distanciam delas. Poderia não ser por sua extensão – quanto mais próximo das ruas principais melhor é a qualidade das construções. As edificações geralmente obedecem a um padrão de tamanho, não há a mesma diferenciação social observável pelo tipo de casa, como a que ocorre em algumas partes no Areal. Como é um bairro grande, há uma multiplicidade de locais difícil de ser descrita sem que lacunas não sejam apontadas por quem o conhece.

As cinco jovens que moram neste bairro são Estela, Ana, Lia, Vanda e Cora. Elas se concentram basicamente em dois locais, ambos próximos. Lia mora em uma

uma parte estrutural do sistema” (DAMATTA, 1994) que possui características distintas de outras posições na contemporaneidade.

parte vista como mais perigosa à noite; durante o dia a porta de sua casa está sempre aberta. Vanda e Cora são quase vizinhas, moram na mesma rua. Ana, Lia e Estela moram algumas quadras de distância uma da outra. A rua de Vanda e Cora, jovens de camada média, mescla casas menos glamorosas com casas reformadas e construídas aos poucos, ao que parece pela melhora de vida daquelas famílias. Naquele local, vi muitas oficinas e negócios familiares. Também ali, o movimento na rua, durante o dia, é bem menor do que no local onde residem as outras jovens. De modo geral, as famílias ou estão trabalhando ou estão mais fechadas em casa, segundo me informaram.



Já na parte do bairro onde Ana, Lia e Estela moram, vi mais mulheres, jovens e crianças andando para lá e para cá, aparentemente com um destino pré-fixado; não pareciam passear pelo bairro. Ao final da tarde, o movimento aumenta com a chegada da “*soltada*” do trabalho e dos jovens que voltam, enquanto outros vão para os estudos noturnos. As mulheres, embora não fiquem na rua, espiam, com mais freqüência, o movimento. Ao bater palmas para falar com alguma jovem, o(s) morador(es) do lado ou da frente vem ver o que se passa. O controle de quem entra na via pública é percebido por essas espiadas nas janelas. O mesmo acontece nas *vilas* do Areal, mas lá as pessoas estão física e cotidianamente mais fora de casa.

(c) O Fátima/Navegantes são dois bairros vizinhos. Ambos são pobres, mas o Navegantes é bem mais simples. O deslocamento entre um e outro é rápido, basicamente uma ponte, e uma série de comentários sobre o perigo de determinados locais num e noutra os separam e os unem. Os acontecimentos mais instigantes para fofocas são comentados tanto num quanto no outro bairro – há uma ligação e uma necessidade de diferenciação entre esses bairros, que apresento aqui como um único por suas semelhanças em termos de controle e usos dos espaços públicos e privados.

Duas jovens moram no Navegantes (Aline, Carmem e Leila) e duas no Fátima (Vick e Dina). A paisagem destes locais é a menos bonita, há menos árvores e cores nas casas. São casas pequenas, de aparência suja, com muitos cachorros na rua, valetas a céu aberto, concentração de lixos nos espaços vazios e nas próprias valetas, por isso lá o odor é forte.

Nas ruas, há homens e mulheres de todas as idades sentados na frente das casas ou parados nas esquinas – aparentam um certo descuido pessoal. Os bares pequenos, aqueles em que os homens se agrupam para jogar sinuca e bebericar estão por toda parte. As crianças correm de uma casa para outra e os jovens homens jogam futebol em um campo entre estes dois bairros.

Algumas jovens vêem o jogo, outras caminham pelas ruas de maior movimento enquanto vários grupos se reúnem na frente das casas de amigos. Jovens de ambos os sexos se olham, trocam risos e olhares durante estas andanças, como se a paquera estivesse no ar e fosse bastante praticada. A aparência pessoal e a preocupação com as roupas é melhor notada com os jovens. Vestem-se com roupas simples, seguindo uma tendência de moda. É mais freqüente escutar os barulhos das casas e as pessoas falam alto sem a preocupação de serem ouvidas por qualquer um que esteja nos arredores da casa. Os aparelhos de som são ligados em um volume que da rua se escuta e na rua se canta o que toca no interior da casa.

No que se refere à aparência, as mulheres mais velhas andam com os cabelos despenteados e um jeito descuidado (roupas largas e algumas manchadas). Deixaram-me com a sensação que estão todo o tempo atrás dos filhos, principalmente por estarem a gritar, entre conversas com amigas, para que eles voltem para casa ou não façam algo errado. A vida familiar é mais pública nestes dois locais. As portas e janelas abertas das casas facilitam os de dentro e os de fora a se controlarem.

Ao comparar com as *vilas* antes citadas (do Areal), a diferença está no número de pessoas circulando – que é maior no Fátima/Navegantes. Também pela carência de infra-estrutura (esgoto, água, luz) e de cuidados com o ambiente. Além disso, a violência é maior lá (assaltos, briga entre casais, brigas entre turmas jovens) do que noutros locais mencionados. Em consequência, me senti menos segura ao andar pelas ruas. Há, nesse bairro, pelo menos, uma *boca de fumo* (tráfico de maconha e cocaína) bastante conhecida. Carros de vários locais entram no local para negociar a compra. As famílias já conhecem os traficantes e seus fregueses, principalmente aqueles do bairro. Fonseca (2000) demonstra em uma vila em Porto Alegre, como os *maconheiros* perturbam e estão inseridos na ordem local, compondo um jogo de trocas (proteção e homenagem) mais necessárias para alguns, do que perturbadora para outros. No meu campo, não me detive nestas interações não considerá-las importante para o desfecho gravidez. No entanto, considero as relações com a vizinhança enriquecedoras para a socialização, em termos de aprendizagem de uma dada ordem, e de construção da identidade sexual e social. Os maconheiros, amigos de minhas informantes, eram usuários esporádicos e reconhecidos como tal. Com essa postura ganhavam certo destaque entre as jovens do bairro, quando então eram admirados/comentados e, ao mesmo tempo, repelidos. Admirados pela ousadia de experimentarem o proibido e de se deixarem incorporar pelo desejo. Repelidos pelo perigo que representa quebrar algumas normas morais e sociais. O que me parece mais interessante é que há ainda uma conotação sexual entre usar drogas e deixar-se sentir, principalmente para as jovens. A imagem e ideologia difundidas nos anos 60 (do século XX) de sexo, drogas e *rock and roll* deve ter algum grau de importância nestas associações. Em suma, é como se a maconha abrisse caminhos para uma vida sexual ativa e descompromissada de valores morais locais.

O bairro Dunas, onde moram Edileuza e Brenda tem uma semelhança muito grande com o que descrevi para o Navegantes/Fátima. Deste modo não me repetirei e nem os coloquei em separado, apesar de não serem próximos geograficamente. Apenas ressalto que ambos, Dunas e Navegantes, estão constantemente nas páginas dos jornais e nos noticiários locais quando o tema envolve violência doméstica, drogas, mortes por latrocínio ou rixas e, ainda, por serem locais onde muitos homens são procurados pela polícia. As curvas e becos facilitam os esconderijos. No ‘bairro’ Dunas são mais freqüentes, na mídia, os relatos de violência do que no ‘bairro’ Navegantes.

(d) Três jovens moram no bairro Santa Teresinha, são: Elisa, Rose e Paula. Uma grande parte do bairro foi colonizada por descendentes de alemães, que é uma característica interessante para pensar em valores familiares e usos do espaço público, visto que os *alemães*, no senso comum, são conhecidos por sua rigidez de costumes e determinação no âmbito profissional e familiar. Muito embora, nenhuma das jovens seja de origem alemã, elas convivem há muito neste ambiente representado como mais germânico.

Muitas ruas conhecidas do bairro possuem nome de santos (por exemplo: Santa Clara e São João). O comércio local não é variado. É um bairro limpo, com casas simples, localizado na zona norte de Pelotas. É um local visto como de “trabalhadores”. As casas estão quase sempre fechadas. Na rua, usando-a como lazer, as pessoas mais velhas ficam pouco tempo; são as crianças que dão agitação, com andanças de bicicletas e gritos. A impressão que se tem do movimento dos adultos é de que eles estão saindo do bairro ou retornando de outro local, pois se deslocam com passos firmes como se tivessem algum propósito sério, que não é o de passear. Não é comum encontrar famílias ou amigas sentadas conversando na frente das casas. As que fazem isso se sentam no jardim e fica claro ser uma reunião familiar, pois as fisionomias e as gerações se misturam. Casas com plantas e árvores são facilmente encontradas neste bairro. As reservas com o que se fala da vida alheia são mais fortes aqui; é um local mais discreto do que as zonas mais pobres já descritas. Embora seja um local de trabalhadores, ele não tem, visualmente, de modo geral, se alterado. Ou seja, as ruas não estão sendo calçadas, as casas arquitetonicamente não mudaram, o número de pequenos comércios parece permanecer estável. Ao caracterizá-lo de uma forma mais ingênua, diria que o cultivo da simplicidade e da privacidade é o que se destacou como peculiar desse espaço urbano.

Essas características dos bairros, a forma como eles foram preenchidos, isto é, organizando seus espaços e seus serviços de acordo como as possibilidades materiais de seus habitantes e vice-versa são representativas do modo como a cidade, no decorrer de sua história, foi construída e se desenvolveu. Neste sentido, a descrição breve (histórica e atual) da cidade, realizada, é importante contextualmente. Primeiro, porque a cidade não pode ser vista como um cenário isolado das tensões entre as tradições e as modernidades juvenis. Segundo, por ser Pelotas uma cidade do interior, que tenta preservar suas raízes históricas de opulência, de valorização da família e do

conhecimento cultural, de pessoas de sociedade extremamente educadas – muitas com história de familiares educados, no século XIX, em escolas européias e cidades como Rio de Janeiro e São Paulo (cf. MAGALHÃES, 1993) – ao mesmo tempo em que se abre para receber novos jovens estudantes, admitidos nas suas universidades, que trazem consigo outras tradições e fazem ‘amizade’ com os jovens locais.

Tabela 2.2 Características das 23 jovens entrevistadas. Pelotas (RS), 2001-2002.

Nome	Camada Social	Situação conjugal dos pais	Antes da gravidez morava com	Mora atualmente com	Escolaridade ao engravidar	Escolaridade atual	Autodefinição (estado civil)	Idade 1ª transa	Idade do 1º parceiro sex.	Idade da 1ª gravidez	Número de gravidezes	Número Filhos
Cora	Média	Casados	Pais e irmãs	↔Família dela *	Méd Inc.	Méd Inc.	solteira	14	23	15	1	1
Elisa	Média	Separados	Mãe, avó, irmãos e sobrinhos	↔Família dela	Fund. Inc.	Fund. Inc.	amigada	14	18	17	1	1
Leila	Média	Casados	Pais e irmão	↔Família dela	Méd Inc.	Méd Inc.	solteira	14	19	17	1	1
Cecília	Média	Separados	Mãe e irmãos	↔Família dela	Méd Inc.	Méd Inc.	separada	15	20	17	1	1
Denise	Média	Casados	Pais e irmã	Companheiro + família dele (pais, irmãs, cunhado)	Méd Inc.	Méd Inc.	casada	15	18	15	1	1
Natália	Média	Casados	Pais e irmã	Companheiro	Fund. Com.	Fund. Com.	casada	15	23	17	2	2
Vanda	Média	Casados	Pais e irmã	↔Família dela	Méd Inc.	Méd. Com.	solteira	15	18	15	1	1
Paula	Média	Viúva	Mãe, irmão e sobrinha	↔Família dela + companheiro	Méd Inc.	Méd Inc.	casada	17	20	18	1	1
Rose	Média	Viúva	Mãe e irmão	↔Família dela + companheiro	Fund. Inc.	Fund. Inc.	casada	17	20	18	1	1
Mara	Média	Casados	Pais e irmãos	Companheiro	Fund. Com.	Fund. Com.	casada	18	21	18	1	1
Brenda	Popular	Casados	Companheiro	Companheiro	Fund. Inc.	Fund. Inc.	amigada	12	?	13	5	4
Dina	Popular	Nunca juntos	Mãe, avó e irmã	Novo companheiro (pai do último filho) + família dele (avó, mãe e irmãos)	Fund. Inc.	Fund. Inc.	amigada	13	20	14	2	2
Edileuza	Popular	Separados	Mãe e irmão	Irmão e filhos	Fund. Inc.	Fund. Inc.	solteira	13	17	14	4	4
Lia	Popular	Separados	Mãe e irmã (pai nem sempre casa)	Sozinha com filhos (companheiro preso)	Fund. Inc.	Fund. Inc.	amigada	13	18	13	3	3
Alice	Popular	Nunca juntos	Mãe, padrasto e irmã	↔Família dela	Fund. Inc.	Fund. Inc.	Solteira	14	19	17	1	1
Ana	Popular	Separados	Mãe e avó materna	Companheiro	Fund. Inc.	Fund. Inc.	amigada	14	15	14	3	2
Cássia	Popular	Casados	Pais e irmãos	↔Família dela + companheiro	Fund. Com.	Fund. Com.	amigada	14	21	16	2	1
Estela	Popular	Separados	Mãe, padrasto, irmãs e um cunhado	Novo companheiro (não é pai da filha)	Fund. Inc.	Fund. Inc.	amigada	14	14	14	3	1
Ruth	Popular	Separados	Mãe, padrasto e irmãos	Companheiro	Fund. Inc.	Fund. Com.	amigada	14	17	16	2	2
Carmem	Popular	Separados	Mãe, avó, irmãs, tia, primo e noiva	Companheiro + família dele (mãe dele e irmãos)	Méd Inc.	Méd Inc.	amigada	15	15	15	1	1
Cláudia	Popular	Viúva	Mãe, irmão e companheiro da jovem	↔ Família dela + companheiro	Fund. Inc.	Fund. Inc.	amigada	15	18	17	1	1
Vick	Popular	Casados	Pais e irmãos	Companheiro	Méd Inc.	Méd. Inc.	solteira	15	16	17	2	1
Sula	Popular	Separados	Mãe e irmãos	Companheiro + família dele (mãe, irmãos e sobrinhos)	Fund. Inc.	Fund. Inc.	amigada	18	17	18	2	1

Legenda:

Fund. Inc.= Ensino Fundamental Incompleto;
Fund. Com. = Ensino Fundamental Completo;
Méd. Inc.= Ensino Médio Incompleto;
Méd. Com. = Ensino Médio Completo.

*Família dela= maioria das pessoas com quem morava aos 15 anos.

CAPÍTULO 3

SOCIALIBILIDADE E FAMÍLIA: CONTROLES E PRÁTICAS

Seguindo por uma linha de observação do cotidiano, o presente capítulo tem como objetivo demonstrar que as dinâmicas das relações familiares em consequência dos problemas econômicos familiares e/ou daqueles que falam das diferenças geracionais evidenciam algumas das tensões relativas aos controles das sociabilidades juvenis analisadas, ou melhor, das enfatizadas pelas entrevistadas. As regras parentais para algumas sociabilidades e as estratégias juvenis para driblá-las estão inter-relacionadas às concepções valorativas de gênero e de valores morais frente às dimensões sociais, pública e privada.¹

Em síntese, a preocupação nesse momento do trabalho recai em como a família influencia e é influenciada pelo processo de modernização (novas formas e locais de socialização e de comportamento entre homens e mulheres, industrialização, urbanização etc.) de hábitos e práticas extremamente ligadas à socialização juvenil na modernidade, tais como a necessidade de uma maior autonomia e heteronomia familiar em uma cidade de médio porte, localizada no interior do Rio Grande do Sul.

É extremamente importante que este contexto socioeconômico pelotense (interiorano), descrito no capítulo anterior, siga visível e presente ao leitor. A maior parte da produção antropológica sobre jovens se concentra no eixo Rio-São Paulo, com referenciais mais específicos às urbanidades das grandes cidades (entre outros: ALVIM e GOUVEIA, 2000; DAYERELL e CARRANO, 2003; MENDES DE ALMEIDA e TRACY, 2003). Muitas vezes, as análises levam os leitores a generalizar as conclusões sobre uma juventude brasileira. Neste sentido, a discussão sobre juventude carece de dados e reflexões sobre as semelhanças e especificidade de ser jovem em uma cidade do interior. Pelotas, além de estar localizada no interior do Rio Grande do Sul, é uma cidade que está passando por profundas modificações que alteraram não só sua imagem,

¹ Neste estudo, quando me refiro a pai/mãe, pais ou ainda parental estou me reportando àquela(s) pessoa(s) que faz(em) o “papel” de *pai* ou de *mãe* na família e que tem uma certa gerência sobre a sociabilidade da jovem. Estes responsáveis podem não ser necessariamente os pais ou mães naturais/biológicos.

mas a própria capacidade dos seus moradores, em meio a uma grande crise nacional e regional, para apostar na recuperação econômica local. Portanto, entender como a família e a juventude articulam as mudanças da ‘era moderna’ (divulgadas e assistidas, por exemplo, em novelas, revistas e jornais) e os impactos que elas possam acarretar, além da velocidade com que elas são ou podem ser assimiladas dentro de um contexto interiorano são importantes para enxergar ‘outros’ jovens em outras urbanidades.

Entre as classes sociais (média, média alta e alta) é comum a denominação de alguém conhecido como sendo um “TFP” (nome decorrente do movimento anti-socialismo e comunismo promovido por católicos praticantes, iniciado em 1960, no Brasil). Essa caracterização geralmente não tem vinculação direta com o movimento, mas ressalta que as pessoas mencionadas como *TFPs* possuem valores tradicionais (tradição, família e propriedade) e são apegados a esquemas sociais em que ter uma postura social, uma aparência é o que vai valorizá-lo entre outros. Muito disso relaciona-se à história passada de Pelotas, ao imaginário popular sobre o que era a cidade quando rica. Na sua história mais atual resta uma sucessão de fracassos administrativos, uma estagnação industrial e comercial sentida pelo não crescimento das indústrias e a não-captação de novos recursos para a região; *TFP* tornou-se um adjetivo jocoso. Ainda assim, percebe-se uma tentativa e um esforço das classes média-alta e alta em manter o referencial do passado, de sucesso e respeitabilidade com as tradi es nas últimas três décadas. Desse modo, a cidade retomaria seu *status* na região e poderia atrair aliados economicamente interessantes para a sua reconstru o. Poder-se-ia destacar que no contexto onde muitos têm pouco dinheiro, quem tem pouco mais ganha notoriedade e visibilidade. Estas especificidades são apontadas e trabalhadas para entender algumas dinâmicas atuais entre pais e filhas.

Destaco que o cerne das análises são as visões valorativas sobre a sociabilidade juvenil, opiniões tanto das jovens quanto das suas mães – bastante diferente de uma discussão sobre famílias (modelos, configura es e estruturas). Deter-me-ei nas representa es sobre famílias, nos relatos e nas idéias sobre as sociabilidades juvenis. Fundamental registrar que essas idéias sobre sociabilidade e representa es sobre família, das jovens e de algumas de suas mães, falam de um tempo anterior   gravidez. Isto  , por serem jovens que engravidaram e são mães, os relatos analisados sobre suas sociabilidades antes da gravidez, sobretudo das jovens que começaram a ser acompanhadas em 2001, são reconstru es perpassadas por experiências importantes,

em momentos distintos de vida. Em formas de lembranças, as sociabilidades antes da gravidez podem estar sendo mais valorizadas em alguns aspectos como podem estar sendo desconsideradas em outros momentos. As reconstruções biográficas de um tempo anterior passam por uma seleção em que o peso das experiências precedentes pode estar aumentado ou diminuído frente aos acontecimentos posteriores, dentre tantos outros, como a maternidade, a união conjugal, a separação marital ou familiar.

O fato do universo juvenil contatado já ter vivenciado um evento importante, como é a gravidez, não foi desconsiderado. A mesma lógica se aplica para as 'avaliações' dos comportamentos, tanto por parte das mães quanto das filhas. Estes julgamentos estão perpassados por eventos outros, inclusive a gravidez, que as fazem selecioná-los e classificá-los como mais ou menos adequados aos contextos, às idades e a um padrão modelar juvenil presente no senso comum. Também é importante considerar, desde já, que as visões e as concepções modernas de juventude – sobretudo, do que deve ou não ser regulado e controlado na juventude – estão em estreita relação com a distância entre o público e o privado, entre a casa e a rua (DAMATTA, 1997), entre o certo e o errado, entre o *aproveitar* ou não a juventude engendrado na família, nos bairros, nas escolas etc. Por outro lado, há uma relação comparativa e apreensiva do *jovem* com o mundo adulto e o infantil (GALLAND, 1997), ambos importantes para demarcar diferenças de idéias e de práticas na vida.

Para concluir as ressalvas, o leitor encontrará no transcurso deste capítulo relatos das jovens sobre as formas de sociabilidade que mais foram comentadas e que podem ter correspondência ou não entre estes e as práticas juvenis. Por tê-las observado somente nos bairros, minhas interpretações possuem um limite para apontar possíveis incoerências entre pensamentos e comportamentos em locais distintos.

No processo de aprendizado social e condicionamento para uma ordem das socializações inserem-se os ensinamentos das lógicas e regras que caracterizam uma certa moralidade familiar para o comportamento das filhas (FIÚZA, 1990) e, por outro ângulo, estas últimas fazem também os pais repensarem e aprenderem novas formas de convivência social (SALEM, 1980). A modernização dos comportamentos juvenis impõe, pela convivência, estilos e hábitos novos que podem passar de uma geração a outra; da mesma forma ocorre com a transmissão dos padrões morais. Por este ângulo, a socialização está sendo aqui definida como um processo condicionado pelo ordenamento familiar que não cessa de começar e recomeçar através da produção de

laços entre os sujeitos sociais; é um “fluxo e uma pulsação eterna” (SIMMEL, 1999:55) que ocorre na vida cotidiana, nos espaços públicos e privados importantes para a construção dos indivíduos.² A sociabilidade e os controles sociais endereçados à sexualidade juvenil serão analisados através da ‘rua’, da escola, do manejo das fofocas e do exercício de trocas afetivas, via o *ficar* e o namorar. As escolhas destas formas de sociabilidades não foram aleatórias, como dito anteriormente; deram-se por estarem marcadas em suas biografias. São locais e práticas de seleção, inclusão e exclusão social. Por outro lado, elas seguem um certo padrão associativo quando se pensa em jovens, no senso comum local. Pois, fala-se de namoros, de como hoje a juventude pode ter mais liberdade “*que antigamente*” e como os jovens interagem com seus pais – com maior ou menor poder de persuasão e controle de ambos, além da atenção especial que a escola ganha nesses discursos como sendo um local de encontro, de formação de grupos de amigos, de saberes para o futuro e de estilos juvenis.

3.1 O pessimismo contextual

Devido a uma ociosidade econômica local, o tempo de convívio e permanência na casa cresceu para muitos grupos domésticos, é o que apontam as famílias contatadas.³ As esperanças parecem menores e, na prática, as expectativas locais confirmam este sentimento: “*Pelotas tá sempre assim (sem emprego), só tem faculdade aqui!*”⁴ As jovens mais pobres e suas mães parecem menos surpresas com esse contexto social, mostram-se mais habituadas a ver seus pais e seus companheiros mudarem de emprego ou a permanecerem um tempo sem ele. Nesses locais, as mulheres casadas costumam comentar que se “*viram*” com o que sabem fazer – assim o fizeram muitas

² A dicotomia dos espaços entre o público e o privado será constante neste capítulo. A razão disso está no peso diferenciado destes espaços no que se refere às definições dos comportamentos e representações de juventude e sexualidade. Neste texto, o público é tudo o que não é casa/família e o privado todo o espaço reservado ao familiar, à parentela e à intimidade do lar. Estou ciente que tais espaços podem ser ampliados e analisados em nível macro ou micro. Distinguirei estas possibilidades de análise macro e micro, na medida do possível, durante as minhas apreensões das situações colocadas pelas entrevistadas ou quando estiverem ligadas ao senso comum local.

³ Grupo doméstico ou unidade doméstica abrange todas as pessoas que residem sob o mesmo teto, mesmo não possuindo laços consanguíneos. Neste sentido, família não será pensada em separado do grupo doméstico, no entanto, nem todo mundo que mora sob o mesmo teto é uma família (BOURDIEU, 1993). Neste trabalho, ela será definida a partir da denominação dada pelas jovens e suas mães, demonstradas no item 3.3. Sobre grupo doméstico ver Cardoso de Oliveira (1968).

⁴ Duas universidades fazem parte do cenário estudantil da cidade, uma particular (Universidade Católica de Pelotas) e outra pública (Universidade Federal de Pelotas). Recentemente, fora aberta a chamada Faculdades Atlântico Sul, uma outra instituição particular de ensino superior com oferta de poucos cursos.

mães das jovens estudadas – o que não significa que não se preocupem com suas condições de vida. Dona Alice (40 anos, quatro filhos de companheiros diferentes, dona de casa) relata sua história quando conversava sobre a sua situação conjugal e econômica atual:

- Eu nunca fiquei parada! Agora sim, porque têm as crianças (netos). Mas antes da Alice ter o dela eu não ficava muito parada. Eu estava sempre fazendo alguma coisinha, há poucos dias eu limpei a casa de uma senhora; eu lavo roupa para fora. Estou sempre fazendo alguma coisa para ganhar o meu dinheirinho, como eu digo, dá para o meu cigarro, para o leite do Leandro (filho menor) e para besteirinhas para eles comerem né. Eu estou sempre tentando fazer alguma coisa

- E emprego fixo de carteira, nunca procurou...?

- Aí eu nunca procurei, porque na maioria das vezes as pessoas, para empregada, exigem referência e experiência com dois anos de carteira e eu não tenho isso. Então trabalhar mais para essa gente de classe média eu já nem tento. Então eu já digo assim, eu prefiro trabalhar na minha vila mesmo, que são gente igual a mim e que não tem frescura, que me conhece, conhece como eu sou... Tem que ter boa aparência, se bater numa porta para arrumar um serviço e eu não for com uma roupa boa, não for impecável, vão bater com a porta na minha cara. Então eu nem vou; não gostam de fumante e eu não consigo passar um dia sem fumar, eu fico nervosa sem fumar [...]

As jovens com mais condições materiais mostram-se mais angustiadas, preocupadas, com as inquietações familiares decorrentes da pouca perspectiva de crescimento econômico e material da família e da cidade; alguns pais planejam viajar e novamente *tentar a vida* em outros locais, incentivando também os filhos a procurarem por oportunidades que não se restrinjam mais ao local. Entretanto, somente uma jovem estava programando-se para, junto com o companheiro e a filha, ir para outro estado – plano que nascera somente depois de casada, quando pensavam no seu futuro como provedores. Como exceção para o grupo anterior, de camada popular, uma jovem foi a única, dentre as entrevistadas, a morar em outra cidade (menor e mais pobre), aos 18 anos, em função de uma desilusão amorosa.

As jovens, de maneira geral, passam a ter preocupações mais concretas quando pretendem construir uma vida em separado dos pais. Somente depois de fatos concretos como a procura de um emprego e o fracasso em consegui-lo, ou a gravidez e a dificuldade para comprar algumas roupas, brinquedos, leite e medicamentos para o(s) filho(s) é que ingressam no círculo do pessimismo, com sentimentos que correspondem aos que suas mães demonstraram ter. As jovens falam de uma preocupação com o futuro, mas antes que algo aconteça efetivamente; este discurso parece ser mais uma

forma de se mostrarem crescendo, mais próximas dos adultos ao mencionarem preocupações familiares atuais e também futuras. Tais falas não deixam de ser formas de socialização, de penetração de lógicas que dão conta do que é ter uma vida adulta e de quais são os deveres familiares perante os filhos.⁵

Todavia, expressar uma preocupação adulta sobre as possibilidades de melhorias de vida não são hábitos novos na história das pessoas, das classes sociais, das políticas das cidades; as idas e vindas das oportunidades de emprego ocorrem freqüentemente e, desta forma, elas dão um curso ao desenvolvimento de uma unidade doméstica e de uma região. No local, os ânimos dos integrantes das casas e os tipos de ajudas, as redes de reciprocidade que se estabelecem variam com as oportunidades dos seus membros no mundo externo à casa e, dentro delas, com os afetos entre membros; tais mundos não estão divididos e possuem um intercâmbio contínuo. Dentre essas e outras condições, não citadas aqui, são construídas as adequações socioeconômicas contextuais, dos sujeitos sociais, às necessidades familiares ou individuais. A situação econômica atual de Pelotas tende a manter ou agravar o sentimento de pessimismo nas gerações seguintes, pois as possibilidades de crescimento se estreitam mais ainda de pais para as filhas. Esta concepção de um desenvolvimento local e regional menor, acompanhada de um sentimento pessimista, é uma interpretação generalizada das pessoas para com a situação da cidade e está pautando, dentre outros, suas atitudes e valores.⁶ Elas são importantes, pois falam de uma expectativa frente a um sistema maior, cuja participação das entrevistadas para sua manutenção não é trazida à tona e nem questionada. Tal postura retroalimenta o próprio pessimismo e um certo conformismo político (participativo) do local.

⁵ Há que se ressaltar que quatro, das 23 jovens acompanhadas, planejavam sua melhora financeira através dos estudos.

⁶ Em artigo recente da mídia local, *Jornal Diário Popular* (19/11/2003), critica esse sentimento negativo. Diz: “Em Pelotas, alguns segmentos da sociedade estão mais para a destruição do que para a construção. A matéria sobre a queda do potencial de consumo está servindo (do dia anterior), por incrível que pareça, como justificativa para as propostas que desejam reduzir as atividades econômicas no Município. Só mesmo em Pelotas [...] Nossa sociedade teima em depredar a própria imagem e permanecer no passado [...] Somos o único lugar onde trabalhadores em vez de lutarem por emprego e melhoria de salários, lutam pelo fechamento das empresas [...] A redução do potencial de consumo em Pelotas não foi um fenômeno localizado, tratou-se de uma conjuntura desfavorável que afetou a economia brasileira e diversas regiões do globo. Querer transformar problemas conjunturais em fatalidade irreversível é antes de mais nada um desserviço a uma população que precisa de estímulo para melhorar sua auto-estima. Ao lado de indústrias dinâmicas, Pelotas sofre pelo excesso de indústrias da catástrofe”. Este artigo está assinado pelo atual coordenador do ITEPA (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria). Sobre desempenho econômico de Pelotas ver < <http://nutep.adm.ufrgs.br/munisRS/desempenhoecon.asp?MUNICIPIO=PELOTAS>>

Segundo as famílias, o trabalho informal (biscate) está mais escasso – isto é, menos freqüente manter uma constância – do mesmo modo está também mais exigente em conseqüência da insegurança social e da grande oferta. Para todas as famílias contatadas, a comparação com quem está em pior situação serve de consolo e retrata realidades familiares e sentimentos que não se restringem a um ou dois, mas a uma parte das redes de relações e a uma história da comunidade. Este é um argumento expresso mais pelas famílias do segmento popular, pois são mais atingidas pelo decréscimo de oportunidades de trabalho e ascensão social. A cidade, neste sentido, corresponde a uma combinação de lugares e percepções que desvelam uma modernidade preocupante em termos de novos espaços individuais e familiares. Ao mesmo tempo em que as concepções sobre desenvolvimento do local ‘uniformizam’ quase todos pelo pessimismo, a modernidade despersonaliza pelas formas como cada um pode lidar com essas realidades.

As famílias mais pobres entrevistadas ou aquelas que estão passando por dificuldades financeiras momentâneas acionam redes de ajuda, dentro da sua rede familiar ou de amigos. Mas há formas de amenizar estes sentimentos de inviabilidade, de anonimato dentro da urbanidade local. Acionar amigos que trabalham na casa de ricos, ter alguém que indique fulano para um trabalho temporário – melhor se for ‘de carteira assinada’ –, dar um jeitinho conseguindo roupas com a patroa da irmã, pedir a um médico conhecido da família que consiga um tratamento, entre outras tantas maneiras, são práticas que circundam as formas de viver e superar a crise econômica regional e familiar. As famílias de classe média sonham em sair da cidade e conseguir um reconhecimento maior pelo seu trabalho ou por seu passado. Justamente esse passado faz com que elas fiquem no mesmo local, pois ele não os despersonaliza, haja vista que há condições das redes de conhecidos serem procuradas quando estas, por conta própria, não as procuram prontamente em situações de maiores dificuldades. Isto corrobora para o fato de que quase todas famílias abordadas falaram do desejo de sair de Pelotas, mas nenhuma efetivamente o fez até nosso último contato.

Nos universos sociais das jovens contatadas a práxis comparativa entre o que ‘eu’ tenho e os ‘outros’, entre o que a minha cidade/estado oferece e o que os ‘outros’ propiciam tem uma função primeira: a de aliviar a parcela mais individual dos sujeitos em prol de sua situação socioeconômica além de demarcar uma diferenciação e uma identificação. Em função disso é comum colocar ‘a culpa’ no sistema sóciopolítico e

econômico, em que os brasileiros, os que trabalham, tornam-se membros de uma sociedade economicamente injusta.⁷

Agora a gente vai se mudar, não sei quando, mas talvez mais para o fim do ano. Vamos para um apartamento nosso, ou melhor, que a gente pretende conseguir. Pretendemos ir para outra cidade. Ele é formado em técnico em eletrônica, ele trabalha na Loja ali no centro. É, ele trabalha ali, só que ele ganha pouco e lá para cima, Santa Catarina já ganha mais. Então a gente está mandando currículo. [...] O problema é que ele trabalha e nunca é o suficiente, não é fácil – ainda mais aqui em Pelotas. Tem muita gente nesse país que ganha muito, o país tem dinheiro, mas não vai para a mão de quem trabalha mesmo (Mara, camada média, casada, uma filha).

- Já trabalhei em casa de família, já trabalhei de cuidar criança; é que agora o desemprego está muito horrível. Agora pode ser que os meus guris indo para a creche eu possa sair de manhã para ver se eu consigo arrumar. Mas está difícil, não adianta, sair para não arrumar nada. Tentar né, não custa nada, em todo caso... A minha irmã às vezes diz para mim: - “Tu tem que arrumar uma faxina, nem que seja uma vez por mês ou uma vez por semana. Porque tu, com essas crianças...”. Porque o pai dele (aponta para um dos quatro filhos) ganha pouco, então com mais um pouco se eu ganhasse, aí seria uma ajuda, porque aí eu pagava luz e ele comprava a comida. Mas está difícil [...] A gente vai levando a vida conforme pode. Não adianta querer mudar o destino

- Tu acreditas nessa coisa do destino ou tu achas que a gente faz o destino?

- Ah, eu acho que a gente que faz, se a gente não fizer, eu acho que a gente faz o destino, eu não sei mais, o mundo está tão virado (Edileuza, camada popular, solteira, quatro filhos).

Dedicar-se a melhorar de vida e efetivamente conseguir isso são exemplos pouco citados, conseqüentemente inflam e circunscrevem ainda mais o pessimismo local presente em ambos universos sociais trabalhados. Passar da idéia primeira (de pessimismo) para uma prática de conquista não é simples, especialmente porque uma depende da outra, de um movimento a favor de si.

Dentre outros pontos, a condição de depender de alguma forma do outro e de firmar ou romper os laços familiares, por um tempo (pequeno ou longo) não importando aqui sob que meta, estão quase sempre implícitas se não ditas nas falas. A necessidade de se emancipar financeiramente, se individualizar, aderir às premissas de autonomia, manter uma casa e pagar suas contas, casar, ser mãe, transar com quem escolher são

⁷ A conotação negativa também pode ser sentida através do emprego da palavra sociedade. Para Elias (1994) ela é freqüentemente usada como se referindo a uma pessoa e com isso o termo pode adquirir “o caráter do papel da mãe como força fria, hostil, restritiva e opressora” (p.107), limitando ao “filho” tudo o que ele gostaria de fazer.

elementos presentes nas entrevistas, tanto na história das mães – alguns sob forma de saudosismo ou arrependimento – quanto das suas jovens filhas.

A modernidade, caracterizada também pela modificação dos papéis de gênero, advinda com as idéias de igualdade de direitos e deveres (em alguns níveis) e de autonomia individual, revela um grande descompasso entre as chances locais e sua posição na hierarquia social. As conversas, os comportamentos, as ajudas, as trocas afetivas e materiais entre vizinhos e parentes, entre amigos e namorados configuram-se, então, em um cenário interessante para as idéias modernas de individualização e para as diferenciações entre grupos/pessoas. São elementos importantes para entender como as regras socioculturais para a socialização local lidam com a moral e a gravidez das jovens num contexto de chances diminuídas de autonomia e heteronomia total. Por exemplo, quem se une a quem; com quem contar; como as fofocas surgem e quais as suas interferências na moral das mulheres e homens, e das famílias; quais comentários ganham audiência; como as famílias, de modo geral, se comportam frente aos comentários e comportamentos das jovens filhas indicam e sintetizam muito do que pretendo neste espaço.

Inicialmente, antes de penetrar no mundo do cotidiano, ou melhor, dos arranjos, dos valores morais e das sociabilidades contextuais, farei uma resumida discussão sobre família(s), haja vista uma produção bastante rica sobre o tema. Pelo que se segue, encontraremos então um breve registro das discussões sobre esta categoria na Antropologia e a partir delas analisarei como as famílias entrevistadas se pensam e se representam, no campo das relações familiares, através do depoimento de alguns dos seus membros (também noras e sogras, porque foram morar na casa da família do companheiro). A partir deles, quais mecanismos utilizam para que sua unidade geracional se mantenha e se reproduza de acordo com sua história e com os valores presentes na modernidade. Neste estudo, as famílias não são vistas como unidades estáveis e imutáveis; ao contrário, estão em relação, são atuantes, modificando-se quando necessário e movendo-se com as mudanças.

3.2 Da Casa-grande à *minha casa*

Vários pesquisadores estudaram a *família* como “uma concepção fictícia de estabilidade e ordem da organização familiar do passado; insistiram em caracterizar a família como uma instituição monolítica e passiva que se desintegra sob o impacto da

urbanização e industrialização” como critica Feldmann-Bianco (1994:161). Por conseguinte, esqueceram de privilegiar as observações sobre as relações familiares que se adaptaram às dinâmicas sociais, que construíram alternativas atuais para a manutenção da unidade doméstica com valores discordantes entre classes (FONSECA, 1989; CORRÊA, 1994; FELDMANN-BIANCO, 1994).

As histórias de instabilidade socioeconômica e os tipos de sociabilidades são temas antigos na literatura sobre a ordem familiar e reproduções de valores sociais e morais. Não estão sós e/ou diretamente relacionados à reprodução da “cultura da pobreza” – para não esquecer e repetir Lewis (1980) – ou, de modo pertinaz, à diminuição das funções atribuídas à família pela divisão do trabalho social (cf. CÂNDIDO, 1951, *apud* CORRÊA, 1988; FUKUI, 1980).⁸ A partir da década de 80, os estudos sobre sexualidades juvenis, relações intergeracionais e tensões subseqüentes a essas categorias ganham espaço dentro de uma produção importante.⁹ Mais recentemente se discute e se interroga, no campo das Ciências Sociais, sobre o valor da família na contemporaneidade e indaga-se sobre o futuro dela no mundo em que as idéias individualistas se expandem a todas as classes.

Encontram-se colocadas na literatura atual e internacional questões amplas, com pouca ênfase no regionalismo ou nos contextos por classe social. São produções com origem na história das civilizações, geralmente européia, com destaque para a sociologia francesa, enfocando as mudanças ocorridas naquele continente na adaptação e confronto da família frente aos distintos valores das gerações. Divórcios, coabitação, famílias menores, mulheres e o trabalho, diversificação de métodos contraceptivos são mudanças qualificadas e quantificadas que revelam as várias formas de ter na família um olhar voltado agora para os membros do grupo, a partir da segunda metade do século XX, e não mais sobre o grupo como um todo (SINGLY, 2000). Paralelo a isso, a uma mudança de visão, difunde-se no tempo moderno a idéia de que a coabitação

⁸ Antonio Cândido em *The Brazilian Family* (apud Bruschini, 1998:266) já demonstrava que apesar das mudanças da família patriarcal extensa para a família conjugal a sexualidade pouco havia sido modificada em termos de valores, pertuava ainda na família brasileira alguns traços da família patriarcal como: a aceitação do adultério masculino e intolerância para com o feminino, o forte tabu da virgindade feminina, o poder do esposo sobre a mulher e os preconceitos acerca das relações sexuais pré-conjugais. Para ponderações sobre o tema ver Bruschini, C. Sexualidade e sociologia: comentários sobre a exposição de Janine Pierret. In: Loyola, M (org.) *A Sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 257-270, 1998.

⁹ Ver, como exemplo: Velho, 1981, 1987 e 1999b para pensar em famílias e a construção da subjetividade. Fiúza, 1989; Singly, 2000; Peixoto e Cicchelli, 2000; Peixoto, 2000; Heilborn et al. 2002, Cabral, 2002; Bozon, 2003; Brandão, 2003a para discussões sobre família, juventude e modernização.

conjugal e o amor não podem estar dissociados, isto é, o amor deve manter o casamento (GIDDENS, 1993). O contrário não faz mais sentido manter, o indivíduo, como valor (DUMONT, 1993), tem seu poder que deve ser respeitado; o que leva a uma outra mudança anterior e paralela, não só de relativizar, mas de colocar em prática, de ir a busca de uma igualdade de gênero. Como resultado parcial deste fenômeno, no Brasil, tem-se um maior número de coabitações e um menor de casamentos formais, além de uma queda no número médio de pessoas por domicílios, explicado pela diminuição progressiva do número médio de filhos por mulher – de 4,0 para 3,6 entre o período de 1992 a 2002 (IBGE, 2003).¹⁰

Todavia, pensar no amor – seja ele *confluyente* (livre da idéia romântica; vinculado ao prazer erótico) ou não, nos termos de Giddens (1993) – como uma forma de individualidade e autonomia na modernidade conduz a outros questionamentos. Um, que particularmente interessa a esse estudo, refere-se a se podemos pensar em uma mesma modernidade para todos os segmentos? O amor \times conjugalidade e o individualismo estariam dentre os valores importantes nos segmentos populares locais? Algumas possibilidades de respostas podem ser imaginadas e foram, de fato, dadas em outros estudos, inclusive naqueles que lidam com sexualidade e a gravidez na adolescência/juventude. Estes últimos estudos – dentre outros cito Cabral (2002), Brandão (2003) e Leal (2003), resumidos no capítulo teórico –, por exemplo, demonstram que a gravidez adquire sentidos diferentes em cada contexto social e os arranjos que a partir dela se formam estão pautados por concepções mais individualistas, de uma construção da subjetividade em que o indivíduo prevalece sobre o grupo nos segmentos médios. E a coabitação conjugal passa a ser uma das alternativas, mas ela não tem o mesmo papel que nos segmentos populares, cuja aliança e o valor família tornam-se preponderantes, mais que o valor-indivíduo. A família e a forma como ela é percebida e integrada na vida destas jovens varia conforme seus sistemas de práticas e valores. De uma forma ou outra, em ambos segmentos sociais contados, a união conjugal em algum momento da vida passa a fazer parte do que denominam uma *família*, um núcleo que se constrói sobre a idéia de laços amorosos e na prole que decorre destes laços. Isto não invalida outras possibilidades de definição de família, como veremos a seguir.

¹⁰ Segundo Giddens (1993) as uniões conjugais valorizariam, na modernidade, o amor como preponderante para a manutenção dos laços conjugais quando as diferenças e obrigações dos papéis de

No Brasil, a produção bibliográfica sobre a família salienta a diversidade dos arranjos familiares, de como os valores geracionais são atualizados e as modalidades históricas de estrutura familiar presentes na cultura brasileira. O envolvimento com a história do país, as idéias e estudos da família patriarcal, as divergências de classe, o papel moralista da igreja e controlador do Estado enfocam, além de suas especificidades, a existência de um modelo hierárquico (porque valorativo) nos grupos familiares pesquisados. Paralelo ao modelo de sociabilidade estudada no país, sobretudo a partir da obra de Gilberto Freyre (“Casa-Grande e Senzala...”), salientam-se atualmente estudos que mostram variações nas estruturas das famílias (SAMARA, 1993). Além destes, existem aqueles que enfatizam os modelos individualistas e igualitários familiares – divulgados principalmente por Dumont – *vis-à-vis* a modernidade.¹¹ De uma ordem colonial e escravocrata a um capitalismo também desigual, com direitos variáveis de cidadania, a produção acadêmica brasileira não pôde se apropriar de um individualismo ‘puro’ nos mesmos moldes que fizeram outras nações, ou da mesma forma que Dumont (1993) o descreveu. As diferenças ou diversidades marcadamente grandes da população brasileira, em nível local, regional ou nacional, e principalmente a consciência das distinções de classe deflagraram a existência de uma multiplicidade de modelos familiares que convivem, simultaneamente, com as devidas tensões sociais (grupo e indivíduo; gênero; intergeracional; moral) pela variedade de lógicas que produzem sentidos e significados às práticas familiares.

Em uma parte da produção nacional, a perspectiva histórica permitiu a manutenção da idéia de uma continuidade dessas lógicas em muitos trabalhos sociológicos e antropológicos nacionais, (por exemplo, os de CORRÊA, 1988 e de DAMATTA, 1997), com olhar para as mudanças e a preeminência de antigos valores, ao contrário de uma visão ahistórica de superação de modelos via modernidade como pode sugerir a produção sociológica – por exemplo, de alguns franceses, dentre eles o trabalho de François de Singly.¹² Em razão disso, as tensões e as convivências, mesmo

gênero estariam mais diluídas se não inexistentes.

¹¹ Entre outros autores de importância semelhante para analisar a família no contexto brasileiro e de acordo com o segmento social encontram-se os trabalhos de Ângela Almeida (1987), Claudia Fonseca (1995; 2000), Cynthia Sarti (2003), Eni Sâmara (1993), Gilberto Velho (1987; 1999a e 1999b), Luis Fernando Duarte (1986), Mariza Corrêa (1988; 1994), Roberto DaMatta (1979; 1997; 2000) e Tânia Salem (1980; 1991).

¹² Para uma crítica à parte do trabalho de François de Singly ver Machado (2001).

que divergentes, recheiam os trabalhos e dão um tom mais que interessante às especificidades contextuais. Idéias de desigualdade no processo de individualização da modernidade convivem lado a lado, no mesmo bairro e muitas vezes na mesma unidade geracional. Assim sendo, a socialização pode ser contemplada de acordo com o que cada local e família tomam como ordem(ns) estruturante(s) de suas práticas e valores.

3.3 ‘Família, família, papai, mamãe, titia...’

Sabe-se que a concepção de composição e tipologia familiar durável, rígida é bastante discutível, embora tenha sido estudada e descrita desta forma por muitas décadas, seguindo um modelo padronizado família nuclear, de pais e filho(s) (cf. as críticas de CORRÊA, 1994; FONSECA, 1997 e 2000). Também, de modo mais amplo, por anos se pensou somente na família como sinônimo de pessoas que residem sob o mesmo teto, podendo não ter necessariamente a mesma descendência sangüínea ou estarem unidas pelo casamento (FLANDRIN, 1984).

A definição de família, de um sentimento familiar, como algo que hoje conhecemos é algo recente (ARIÈS, 1981). Como observou Bourdieu (1993) a definição dominante e moderna de família (jurídico-política) surge nas pesquisas demográficas, sob nomes diversos – casa, lar, domicílio, moradia – construindo uma realidade social. Por esse aspecto, família passa para a denominação popular de pessoas que habitam a mesma casa ligados por uma aliança matrimonial ou sangüínea, ou ainda por meio de adoção.¹³ Como se nota através de pesquisas demográficas, ainda segundo Bourdieu, essas definições de *família* não correspondem à realidade de todas; a própria nomenclatura de família nuclear é uma experiência minoritária, na atualidade, frente a casais que vivem junto e não são casados ou os que não vivem na mesma casa e são casados. É com esse raciocínio que o autor defende a idéia de o que se deve analisar são as representações que as pessoas fazem, do que designam como família. Pois, enquanto

¹³ Segundo os dados do último censo demográfico nacional (2000) repassados pelo IBGE no mês de dezembro de 2003, o número de famílias brasileiras cresceu 29% comparado ao número de 1991. O interessante foi perceber a denominação dada de família para pessoas que vivem sós. Segundo o IBGE essas são as *famílias unipessoais*, cujo aumento foi de 70,5% - de 2,420 milhões para 4,126 milhões. Porém, o padrão dominante de família continuou a ser formado por famílias com parentesco, caracterizadas com a seguinte composição: pessoa responsável, cônjuge, filhos ou outros parentes e agregados; tal tipo teve um aumento de 26% em relação ao censo de 1991. Aumentou também, em 17,3%, o número de famílias chefiadas por mulheres, sem cônjuges e com filhos. Mas diminuiu em relação ao mesmo período, em 4,2% o número de famílias em que os cônjuges moram juntos e têm filhos.

categoria, família é um princípio de ordenamento social, de construção de uma realidade coletiva que igualmente é socialmente construída.¹⁴ É um dos elementos constitutivos do nosso *habitus* que, de certo modo, é por vezes individual e coletivo, pois família pressupõe um modo de existir: a vida em família e a vida na família. Viver em família representa social e quotidianamente uma forma tradicional de mediação, produção e transmissão de práticas culturais e reprodução de valores intergeracionais – estes são ‘pilares’ questionáveis pela modernização dos hábitos, transição demográfica e poucas condições de ascensão social na atualidade.

Em um dos seus artigos, Mariza Corrêa (1988) discute a noção de família para os antropólogos. Segundo ela, através do relativismo e de uma ordem lógica que nos é cara, família não existe, pois abrange “qualquer relação” pertinente ao âmbito familiar. Essa é uma discussão bastante longa e que Corrêa, assim como Fonseca (2000), nos instiga a pensar mais as famílias de forma comparativa, visto que não existe uma família e sim modos diversos de construir e perpetuar esses grupos.¹⁵ Contudo, dentro do processo de socialização, que estou circunscrevendo neste capítulo, a família tem um papel privilegiado na socialização juvenil e na construção da subjetividade (VELHO, 1987).¹⁶ Por outro lado, o valor crescente atribuído ao individualismo no mundo

O que estes dados apontam é a possibilidade de se pensar a família de várias formas, para além de padrões fixos que não correspondem às realidades no decorrer dos tempos.

¹⁴ Segundo os textos de Durkheim (1888) a família servia também para regular as relações entre os sexos. Segundo ele, quatro elementos são os principais na composição de uma família: parentes consanguíneos, esposos, crianças e o Estado. O casamento funda a família e é derivado dela “[...] a união livre é uma sociedade conjugal na qual essas obrigações não existem. É, portanto, uma sociedade imoral” (apud Pierret, 1998:52). Durkheim conclui que a função do casamento é ordenar e a da família é regular as relações entre os sexos, é de propiciar um bom funcionamento social. Portanto, ambos (família e casamento) servem para oficializar um ordenamento do Estado na vida privada, sem o qual o ato sexual pode adquirir uma conotação imoral.

¹⁵ Fonseca no seu texto chamado *Os gatos de Zanzibar* salienta, no entanto, a leitura que se pode fazer dos exemplos comparativos, pois ao ressaltar as semelhanças, o caminho para as generalizações torna-se mais linear. Ao fazer comparações, a autora procura “[...] afrouxar categorias fixas, para sair fora do senso comum de nossa comunidade intelectual [...] pesquisadores concordam que a sociedade complexa contemporânea exige métodos que dão conta não somente da heterogeneidade, mas também das mudanças rápidas e contínuas que testemunhamos hoje. A realidade é que nossos modelos teóricos parecem caducar cada dia a um ritmo mais veloz. O método comparativo é um meio para impedir que nossas teorias fiquem esclerosadas”.

¹⁶ De acordo com seu argumento, Velho (1987:80) aponta que para exemplificar noções distintas e importantes para as análises “[...] a noção de subjetividade não é igual à de indivíduo, embora obviamente estejam inter-relacionadas. Correndo sério risco de ser acusado de um perigoso ecletismo, tento combinar, até onde posso, algumas coisas das duas vertentes, ou seja, concordo com a linha “maussianá”, “dumontiana” da elaboração através de uma ideologia individualista da noção de indivíduo; no entanto, não descarto, em princípio, a questão da subjetividade como um fenômeno recorrente em diferentes sociedades, mesmo que não haja um ideologia individualista, e sim uma ideologia holista”. Prossegue ele: “Esse problema também é complexo. O fato de se reconhecer a existência de toda sociedade da questão

ocidental moderno reordena ou faz pensar no valor família como um *locus* importante de imposição de limites e controle social.

A estrutura familiar mais frequentemente encontrada, neste sentido, em ambos universos sociais, seguia o modelo de família nuclear com variações nas suas composições, isto é, na presença de mais algum parente coabitando com o casal e seus filhos (cunhado, sobrinho, avó, irmãos). A maioria estava composta por pai, mãe e filhos. Dentre as mulheres de camada popular o maior número de filhos (vivos) foi de 14 e quatro entre as de camada média. As oito mães que haviam se separado tiveram novo(s) companheiro(s) não se casando legalmente, coabitaram(vam) com os companheiros, seguindo um modelo de família nuclear, recomposta com a nova união. Dentre todos, apenas três casos de mães que não mencionaram ter coabitado com alguém embora namorassem fora de casa. Assim como as outras mães, quatro pais haviam se ‘casado’ novamente. O convívio semanal com o pai que se separou da mãe foi quase nenhum, em cinco casos. Eles, os pais, eram chamados em casos de resolução mais extremos, como a gravidez da filha.

Foram encontradas as seguintes combinações de casais de pais e responsáveis pelas orientações dadas as jovens: 1) os pais naturais (10 casos); 2) padrasto/pai adotivo e mãe (4 casos); 3) mãe sem novo(s) companheiro(s) (8 casos); 4) pais adotivos/pais naturais (1 caso).

Quanto ao grau de escolaridade, mencionado no capítulo dois, das 23 famílias, a maioria delas tinha pais (homens) que não completaram o ensino médio; quatro das jovens tinham pais com o ensino médio completo e de uma, o pai nunca frequentara a escola. Três mães, dentre todas as mães das meninas entrevistadas, possuíam o ensino fundamental completo, sendo que duas tinham curso superior; as restantes tinham o ensino médio incompleto e duas eram analfabetas. Estes dados certamente influem no tipo de inserção que as famílias tiveram no mercado de trabalho. Quanto menor o grau de escolaridade mais reduzidas são as chances de manter-se no mercado formal. A renda mais baixa do grupo era de um salário-mínimo e a maior ao redor de dezenove salários mínimos. A grande parte dos pais trabalhava no mercado de prestação de serviço; desse modo, à renda familiar variava conforme a época e as condições dos pais (ou de um deles) de se manterem atuantes. Os pais com mais idade, em vias de se aposentar ou já

da subjetividade não implica aceitar que em toda sociedade exista a noção de indivíduo: são duas coisas distintas”.

aposentados, não deixavam de exercer funções no mercado informal, para complementar a renda familiar. As mães, com exceção de duas (as de maior escolaridade), trabalhavam fora de casa esporadicamente ou em dias estabelecidos da semana, fazendo faxinas ou cuidando de pessoas idosas. Aquelas mulheres que haviam se separado e tinham um novo companheiro (coabitando ou não) contavam com a ajuda deles para o sustento da casa e da pensão do ex-marido para os filhos (que nem sempre recebiam). Ficava claro, em ambos segmentos sociais, que a renda das mulheres servia como complemento, não se igualando funcionalmente com a renda do companheiro – ele exercia o papel de provedor, mesmo que por vezes a renda dele fosse menor. Esta característica, mais comum ao segmento popular, já fora encontrada em outros estudos sobre a divisão sexual do trabalho e o papel dos homens (entre outros SALEM, 1981; DUARTE, 1986; FONSECA, 2000).

No universo deste estudo, a concepção imediate ou primeira de família tem um significado que corresponde ao de família nuclear, isto é, na sua caracterização mais simples, de uma unidade composta por pai, mãe, filho/irmão(s). Não importa que estes últimos residam em local diferente dos pais, desde que mantenham entre si alguma relação afetiva. Mas, num segundo instante, nem com tão pouca frequência, a família torna-se “extensa” conforme as circunstâncias e as histórias que vão surgindo em nossas conversas, comportando inclusive amigos bastante íntimos. Geralmente a adoção ou inclusão de alguém não-consangüíneo ocorre na geração anterior a das jovens, ou mesmo na das suas avós. “*Eu não tenho a minha família, sabe. Eu sou sozinha, só eu, o meu marido e os meus filhos. Meus familiares... as únicas que vem aqui nem são minhas parentas, são minhas irmãs de criação, que são filhas da minha madrastra (com outro homem)*” disse Dona Ruth (37anos, três filhos, casada, 2º matrimônio). Neste caso, ela fora adotada pela família do ex-companheiro de sua mãe.¹⁷

¹⁷ Uma observação recorrente em campo é que as famílias que adotam não-parentes e parentes (do marido ou da esposa) conseguem romper mais facilmente os laços afetivos com as pessoas eventualmente incluídas na unidade familiar. Ao que me pareceu, há uma cobrança social e cultural menor sobre os motivos de tal rompimento e uma confirmação, explícita verbalmente, de que a “*família mesmo*” é composta pelos pais e filhos. Nesses momentos, a consangüinidade é chamada para primeiro plano, a fim de manter e reafirmar uma *família*. Todavia, ela pode se dissolver ou se refazer com outros arranjos em momentos posteriores de conflito, conforme os contextos e os sentimentos que os fatos geram. Assim como Both (1976:247) observou sobre a segregação do marido ou da esposa nas redes de amigos e parentes (não *conjuntas*), existindo uma segregação sexual dentro da família em determinadas redes, neste caso as mais densas. Em meu trabalho, pude constatar que os amigos dos homens/maridos e filhos nem sempre são os amigos das mulheres/esposas e filhas. Estes (ou estas) não são incluídos inicialmente no que eles chamam de família, mas podem – dependendo do comportamento/posturas e das relações mais duradouras, com aquela unidade, passarem de familiar (conhecido) para alguém da *família*.

A definição mais abrangente de família supera, nas unidades contatadas, uma localização espacial como é de se esperar – pela imposição crescente da individualização na procura de um bem-estar e espaço próprio pela profissão, conjugalidade, dentre outros. Por outro lado, uma parte, mais prática/estrutural, do que é família está balizada pela união e filiação, desde que mantidos os laços não só afetivo-sexuais (através da conjugalidade), mas também materiais (como o sustento dos filhos).¹⁸ Além dessas duas características (conjugalidade e sustento) ela pode ser observada pela proximidade espacial; esse que parece ser um ponto não muito importante de início, mas com o tempo se mostra interessante. Pude observar que são as mães do segmento popular que procuram conciliar moradia, afetividade e reciprocidade em ambientes bastante adjacentes, se não no mesmo terreno ou casa, bem perto de sua casa (*“Esses dias eu estava dizendo pra ela: um dia se tu arrumar namorado tu pode ficar aqui com a mãe, não precisa morar dentro de casa, mas tem terreno aí. Faz uma casa lá para os fundos. Eu já não tenho marido”*). Isso não invalida a vontade que as outras mães, com maior poder econômico, tenham de que seus filhos casados sigam próximos delas, mas dificilmente concordam que um casal deva morar com os pais do noivo ou da noiva, pois entendem que o espaço privado deve ser algo cultivado para que o casamento tenha sucesso. No entanto, se não podem ofertar uma casa longe de seus domínios, os pais constroem casas pequenas (com poucas peças) nos terrenos onde moram ou separam parte da sua casa para o novo casal (como veremos no decorrer do trabalho).¹⁹ Ou seja, o idealizado no discurso e nas suas expectativas nem sempre condiz com a realidade e com o momento em que a família é acionada para solucionar problemas dos seus integrantes.

Situações semelhantes, em que os filhos e outros membros da família moram por perto e é uma prática comum nas classes populares, maiormente, podem ser encontradas, entre outros, nos estudos de Fonseca (1987), Duarte (1986), Woortmann

¹⁸ Lévi-Strauss (1966) em seu texto sobre *A família* relativiza e desconstrói a noção de família com uma série de exemplos em que a união não está pautada por padrões que conhecemos, mas dentro das sociedades e tribos citadas há uma funcionalidade dessas regras. O autor salienta a complexidade para definir família, além das explicações biológicas: “[...] é tão errado tentar explicar a família apenas em termos naturais de procriação, instintos maternos e sentimentos psicológicos entre o homem e a mulher, e entre pais e filhos. Nenhum deles seria suficiente para motivar a existência de uma família, e isso por uma razão muito simples: para toda a humanidade, o requisito absoluto para a criação de uma família é a existência prévia de duas outras famílias, uma apta a proporcionar um homem e outra uma mulher, os quais, mediante o casamento, iniciarão uma terceira e assim indefinidamente” (1966:325).

¹⁹ Tais aspectos mais específicos das jovens estudadas e que se relacionam à união conjugal e à vida depois de grávidas, casadas ou não, serão trabalhados no penúltimo capítulo.

(1987) e Victora (1991). Estas pesquisas observaram que as famílias tendem a morar próximas umas das outras (mesmo bairro, rua, vila); quando não na mesma casa. As trocas de favores e apoios diversos, que conjugam uma reciprocidade entre as famílias, mantinham-nas mais próximas física e emocionalmente. Both (1976:248) cita um estudo que aponta diferenças entre os gêneros: as adolescentes mulheres têm um desejo maior de viverem próximas às suas mães; os homens, por serem mais ligados aos grupos de pares adolescentes não mencionam igual desejo com a mesma intensidade. A revista francesa *Population e Sociétés*, dedica o seu número 297, de 1995, para o debate sobre a saída dos filhos da casa dos pais. Segundo os dados ali veiculados, a saída do lar dos pais é mais difícil para os homens. Os homens partem mais tarde da casa dos pais do que as mulheres. As mulheres saem antes dos homens porque casam mais cedo; os homens pensam no casamento após uma estabilidade econômica e profissional, vinculada as condições materiais.

Neste momento, gostaria de ressaltar que é comum, em função da situação econômica das famílias mais empobrecidas, que novos casais vivam na mesma casa com os pais (ou somente mãe, isso varia a cada caso) de um dos cônjuges, podendo com o passar dos dias/meses/anos haver mudanças de residência caso a convivência não corresponda ao objetivo de pelo menos um deles. Assim, essas famílias que convivem com os filhos muito próximos, depois de casados, mantêm um dado controle e conseguem uma troca recíproca que pode ir desde cuidados domésticos ao sustento financeiro – é uma domesticação que pode materializar-se através desse ‘poder’ (SALEM, 1980).

Em meu entender, a definição válida, pelos dados empíricos, nem por isso mais simples e nem única, é de que *família* é, acima de tudo, um sentimento, um reconhecimento, que pode considerar o estabelecimento de laços consangüíneos e/ou afins, cujos vínculos afetivos, genealogia e aliança podem mudar com o contexto histórico e social de cada membro em relação aos outros. No entanto, me parece evidente que esse sentimento pode ser modificado, pois este universo específico está vinculado a tantos significados particulares. De acordo com as jovens, uma unidade familiar pode considerar alguém como sendo *da família*, um indivíduo que tenha sido “adotado” afetivamente, além de efetivamente (por exemplo, um *tio emprestado*, o marido ou a *filha do coração*). Dentre esses sentimentos e representações estão outras

idéias cooptadas ao que a sociedade compreende como um grupo familiar. São os sentimentos de todo grupo ou quase todo, que induz e/ou propicia um laço familiar.

A inclusão de alguém requer uma certeza relativa de que essa pessoa realmente gosta daquelas que estão dispostas a acolhê-la; a questão do merecimento perpassa à aceitação e inclusão – ou seja, o que o outro fez para merecer uma consideração. Se aplicarmos a lógica dessa adoção à exclusão, o que a explicaria seriam as quebras nas trocas afetivas. Com maior ou menor frequência isso foi relatado por quase todas as entrevistadas do segmento popular, correlacionando as tensões decorrentes das próprias rupturas à vida familiar; se mais abrangente do que o casal, os problemas podem ser mais comuns entre parentes. Sob alguns aspectos, estas rupturas são mais comentadas, mais marcadas como problemas do que outras relações familiares mantidas por anos. As quebras de relações, segundo elas, ocorriam pela desigualdade de afetos e em consequência da troca injusta de dedicação e de opiniões que não eram valorizadas como positivas “*meu tio se metia muito*” ou “*o meu padrasto era muito rígido, não queria que eu sáisse – ele não era meu pai*”.²⁰

Além disso, a separação da família se dava por uma outra composição através de uma nova união; neste caso não é uma ruptura, ao contrário, é um momento positivado porque é outro espaço social que a família pode usufruir.

Eu morei com esta minha irmã aqui. Aí a gente foi passar um fim de semana em Piratini, na casa de um irmão. Aí quando a gente voltou (em função de uma briga com o irmão) eu voltei para casa da primeira que eu morei. Aí não saí mais de lá. Eu cuidava a filha dela mais velha; depois veio a outra e eu cuidei – criei elas, são como minhas filhas. Depois a gente se mudou para cá; aqui vai fazer uns 16 anos que a gente está aqui... Eu conheci o Nenê (companheiro), ele é pai só desse pequeno aqui. Aí a gente se conheceu, se entendeu, aí ele veio. O meu quarto era lá nos fundos, mas era apertado não dava para ele vir morar. Daí depois a minha irmã disse assim, se vocês vão ficar junto não tem importância que o Nenê venha morar aqui. Eu conversei com ele, ele aceitou e a gente está até hoje (Dona Alice, 40 anos, dois matrimônios, camada popular).

As classificações, a mobilidade social e as composições familiares são bastante complexas, pois há sempre exceções e novos arranjos inviabilizando um esquema facilitador que dê conta de todas as possibilidades. Por outro lado, no senso comum

²⁰ Ratifico, o mencionado anteriormente, que embora as famílias tenham sua estrutura baseada no formato nuclear, as narrativas, sobretudo no segmento popular, deram conta da importância de outros parentes. As avós, mães das mães das jovens, são figuras sempre citadas; se não moram próximo tem uma ligação profunda com a unidade onde moram/moravam as jovens, visto que estou me remetendo ao período anterior à gravidez. A composição, após o evento da gravidez será demonstrada no capítulo 4.

localizado nos relatos, uma família inicia-se com a união de duas pessoas, com união civil e religiosa ou construída no dia-a-dia do casal com filhos. O casal sem filhos é considerado um casal, mas não nos mesmos termos que um casal com mais de um filho. Um casal com um filho pode ser visto, muitas vezes, como uma *família incompleta*. Desse modo, um casal sem filhos é ‘adotado’/integrado à família de um dos pais desse casal, que passa a conviver e a mencionar a sua família como sendo a jovem, o marido, a mãe, o pai, os irmãos e outros integrantes mais íntimos que a integram. Desse modo, os casamentos desfeitos, as brigas com as filhas, a relação das filhas com os pais ou com o companheiro, entre outras relações, mapeavam nossas conversas, estimuladas por questões de pesquisa que pretendiam avaliar o grau de cooperação e sociabilidade familiar durante e depois da infância das jovens, além de averiguar as relações com os genros ou com as sogras.

Um outro ponto diz respeito às funções e papéis domésticos, familiares e sociais dos que habitam na mesma casa, as uniões e as suas intimidades. O papel social de cada componente de um dado grupo familiar pode ser alterado quando algum acontecimento interno ou externo compromete os sentimentos e as funções que os definiam como ‘um dos nossos’. Um pai pode perder sua autoridade perante os filhos e a esposa se não mais trabalhar e sustentar sua família. Um tio “emprestado” pode ser levado a procurar outra moradia se beber em demasia e causar constrangimentos à família. Os conflitos inviabilizam as possibilidades familiares, quando elas estão atreladas a um objetivo último, de melhora de vida ou de manutenção dos laços mais importantes, estejam mais vinculados às tarefas ou unidos por um sonho em comum. Estes conflitos, na tentativa de ter um controle social, não se restringem a ‘parentes’ adotados ou à parentela mais ampla; os filhos e os pais (na visão dos filhos) também podem ser foco de conflitos e acusações para que os laços e os objetivos sejam alcançados ou não desfeitos.²¹

O tipo de sentimentos e possibilidades de troca entre conviveres também influencia o modo como as jovens se colocam no mundo, a quem obedecem, quando e como fazem o que pretendem. Elementos como a condição financeira, não só da unidade familiar – como enfatizada no início deste capítulo –, o respeito pelo sucesso profissional e social ou a desmoralização pelo pouco prestígio (seja qual for) na comunidade também influenciam a forma como os comportamentos dos jovens filhos são vistos e construídos, e no modo como as sociabilidades são permitidas e aceitas

pelos familiares. As mães percebem e, às vezes colaboram, para que as filhas demonstrem e considerem menos a autoridade e opinião de um pai se ele está desempregado ou tem vícios (bebida, o mais comum). Outro exemplo, também comum, é ouvir em variados ambientes, e nesta pesquisa através das falas das mães, que filhos de pais separados ou de famílias que moram em locais muito pobres, quase sinônimos de “desestruturados”, são mais *problemáticos* – o que explica e prediz parte de determinadas atitudes anti-sociais dos filhos; se eles são jovens o tom dos comentários tendem a ser mais mordazes e há um esforço familiar para evitação de contatos dos seus filhos com estes jovens. Evidente que há uma carga enorme de pré-juízos e vieses de toda sorte nestas afirmações públicas, e igualmente é visível que muitos jovens são avaliados pela reputação de sua família, arcando com uma série de heranças morais ligadas às histórias familiares. O nome de família (sobrenome) é um modelo de individualização do mesmo modo em que enfatiza uma herança biológica e sociocultural e social por gerações (BOURDIEU, 1993; ELIAS, 1994).²² É nesse caldeirão de sentimentos, de configurações e de contextos mil, familiares e históricos, que os jovens procuram cada vez mais encontrar formas de estabelecer sua autonomia e sua individualização, que se enraíza enquanto ideologia de vida nos distintos universos sociais.

No caso das famílias, dos pais das jovens, que estavam com problemas financeiros – com exceção de três delas, que não mencionavam essa questão diretamente – destacou-se com maior intensidade o pessimismo decorrente do pouco desenvolvimento da cidade, e os sentimentos que representam o que é ser uma família são negativamente atingidos. Isso foi perceptível nas tensões decorrentes das situações que se relacionavam às histórias dos pais, que, por sua vez, também estavam vinculadas ao processo econômico do país/região/cidade. Seus “deveres” na condição de pais são postos em discussão pelas jovens, quando começam a querer sair, namorar e curtir com amigas/os. Se eles não podem prover, a moral do pai para interditar os lazeres da filha são questionadas por elas. É como se uma cobrança social do pai provedor não combinasse com o pai não-provedor *versus* o pai proibidor. Essa situação gera tensões que podem resultar em uma briga entre pai e/ou mãe e filha ou deflagrar uma

²¹ Ver Velho (1981) para o estudo de *conflitos e acusações* nas camadas médias urbanas.

²² Segundo Norbert Elias (1994:151-2) “[...] a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social [...] Não há identidade-eu sem identidade-nós. Tudo o que varia é a ponderação dos termos na balança eu-nós, o padrão da relação eu-nós”.

predisposição a brigas entre os pais, em virtude da posição deslocada que se encontra o ‘homem da casa’.

A questão financeira familiar encontra-se, em muitos momentos, também diretamente relacionada aos comportamentos juvenis, à socialização juvenil na modernidade e aos sentimentos e histórias que mantiveram as famílias preocupadas (em níveis distintos) com grande parte dos lares, afetos, amigos, estudos dos ‘seus’ jovens. Ela nos ajuda a melhor compreender como a família valoriza, aceita e rejeita a mobilidade social juvenil, além de traçar contornos sobre os valores morais que configuram um *habitus* próprio dos segmentos onde se inserem. O papel dos adultos no processo de socialização é inquestionável e é um elemento importante para o entendimento da própria juventude, face às tensões entre a tradição e a inovação, o antes e o depois (BUCHOLTZ, 2002).

3.4 Quando o controle depende...

♪ [...] *Mas quando a filha quer fugir de casa
Precisa descolar um ganha pão
Filha de família se não casa
Papai, mamãe, não dão nenhum tostão
Família é
Família A, Família B
(Titãs)*

A história familiar de relacionamentos conjugais tem um forte impacto, se não na vida futura das jovens, na sua memória e avaliação do que é uma família, um casal e um casamento e de como não deveriam ser. Por exemplo, como o pai biológico (ou não) se relaciona com a mãe e com os filhos dessa mulher e, ainda, como essa mãe (ou responsável) se coloca nessa relação são modelos que integram as particularidades das visões de mundo e modos de vida dessas famílias.²³ Antes de prosseguir é fundamental deixar explícito que as famílias contatadas, comumente, tinham na geração anterior (dos

²³ Considerações familiares sobre o que é cabível socialmente para uma mulher fazer e o que um homem pode igualmente realizar são diferenciadas. A questão de gênero estava presente nas idéias tanto dos responsáveis quanto das pessoas que se envolviam com as orientações dadas às jovens, como veremos mais adiante, por exemplo, na sociabilidade do *ficar* e do namoro, em que os homens têm maiores vantagens em termos morais. Fonseca (2000), em seu trabalho com classes populares em Porto Alegre, deixa claro que a dominação masculina é sentida em todas as esferas, mesmo quando as mulheres têm alguma independência econômica. Isto é, aqui, particularmente importante para pensarmos sobre o papel das esposas e companheiras na visão ‘econômica’ atual e futura da sua família. Se aos homens é dado maior poder, faz sentido que menos mulheres tenham conseguido ingressar em um mercado de trabalho estável. Ater-se a discursos que passam pela perspectiva local (pessimista) pode ser mais um modo de sentir uma dominação masculina (do mundo financeiro).

seus pais, isto é, dos avós das jovens) condições semelhantes em termos de capital econômico. Dito de outro modo, os pais das jovens, que hoje têm mais condições materiais e culturais possuíam, na sua juventude e início da vida adulta, menor poder de consumo do que as suas filhas. Segundo os relatos das mães das jovens e contrariando o pessimismo geral em relação ao desenvolvimento da cidade, não houve grande descenso econômico familiar ao comparar a sua geração com a de seus pais (avós das jovens). Todas as histórias mostravam uma melhora das condições de vida materiais, embora umas superassem as dificuldades mais do que outras e, por unanimidade, tenham a certeza de que a insegurança, violência, falta de dinheiro geram, hoje, muito mais problemas a todos do que na sua “*época*”: quando eram filhos, jovens e sustentados (parcial ou totalmente) por seus pais – portanto, uma visão bastante relativa sobre a situação familiar. O fato de melhorarem de vida não significa mudanças (ascensão) de classe de todas as famílias, pois paralelo à biografia dessas famílias ocorreram alterações mais abrangentes para todas as camadas sociais. Filhos de pais pobres que ‘subiram’ na vida não necessariamente são, hoje, adultos de camada média ou alta.

Geralmente, as mães das jovens – cuja melhora de vida (material) fora menor – destacavam as dificuldades tidas na sua infância. Essas estavam relacionadas ao trabalho que tinham de fazer junto a seus pais, tais como ajudá-los na manutenção e funcionamento da casa, carregando pesos (lenha, compras), ajudando na limpeza do lar, não tendo acesso a roupas novas, casando-se cedo, deixando de estudar, dentre outras atividades. A ascensão econômica fora conseguida basicamente com o trabalho, após matrimônio, e estava bastante atrelada ao trabalho do marido (atual ou ex-companheiro). O que, segundo elas, hoje parece ser mais difícil para as filhas conseguirem, pelas condições políticas e socioeconômicas da região e do país. Daí, novamente, a importância do pessimismo local e da crescente exigência dos pais – e que vai além deles – de maior escolarização das filhas e de escolha dos parceiros, entre outras. Todavia, esse nivelamento econômico-geracional das famílias é bastante complexo e pode dar a impressão errônea de que tomo todas as famílias como muito semelhantes em algum momento, coincidentes ou não, de suas histórias em termos financeiros. Se realmente foram, eu não possuo outros elementos, além dos verbais, que sejam suficientes para afirmar com precisão temporal tal correspondência.²⁴ No entanto,

²⁴ Um dos dados quantitativos socioeconômicos disponíveis desde o nascimento das jovens do estudo de coorte (C/82) é o salário da família, tanto da época inicial do estudo como em 2001, último

a realidade que se apresenta destaca que as famílias tinham uma posição econômica pior e algumas conseguiram uma ascensão social maior, que pode ser falada e observada hoje. Essa diferença coloca as famílias em posições sociais distintas, por conseguinte, na forma como lidam com a socialização das filhas, com as idéias de juventude e no modo como as conduziram socialmente, proporcionando contato ou dificultando uma prática baseada em sistemas de valores que as cercam e que podem ser dessemelhantes aos seus.

A turma, os vizinhos, os colegas de escola e mesmo a televisão são agências de socialização, assim como o lar, todos com prioridades diferentes para as escolhas e adoção de comportamentos juvenis, infantis ou adultos, conforme o senso comum local. Os temas das conversas, a paquera, o consumo, o namoro, o *ficar* e a curtição são práticas juvenis e os locais onde estas ocorrem são espaços de socialização preservados, criados e, muitos deles, preocupantes para os responsáveis. As mães contatadas, independente do seu universo de valores sociais, falaram de uma juventude e de uma época em que o poder dos pais sobre os filhos teve um peso diferente na educação destes últimos: os pais diziam e os filhos obedeciam mais; no entanto, não era tudo que devia ser obedecido, havia uma seleção ou uma concordância para evitar brigas. O interessante também foi perceber que as mães contatadas tinham em mente que criaram suas filhas sob um controle menos rígido do que foram criadas, que deixaram as filhas saírem mais.

Três perguntas do estudo quantitativo de 2001 nos ajudam a ilustrar a visão e a ambigüidade das colocações das mães das jovens sobre como as educaram. Uma das questões perguntava se elas, ao compararem a educação que deram a seus filhos com a educação que as suas amigas/vizinhas utilizaram, como classificariam sua posição (mais soltos ou mais em casa ou criação igual). Em 80,8% as mães (n=910) responderam que criaram os filhos mais em casa e 17,3%, que mais soltos do que foram criadas; somente 1,9% respondeu que seus filhos tiveram uma criação igual à das suas amigas ou vizinhas. Na seqüência, outra pergunta indagava se as mães criaram seus filhos da

acompanhamento. No entanto, as mudanças comuns às histórias dos pais e avós destas jovens (desempregos, mudanças de cidade e empregos, doenças, crises financeiras em momentos distintos etc.), necessários para traçar uma perspectiva histórica mais adequada não foram contemplados. A complexidade dessa coletada (o chamado viés de memória) não possibilita uma análise correta e completa de ascensão ou descenso social dessas famílias. Além disso, em 2001, muitas delas já moravam com as mães (pais/mães biológicos ou responsáveis) e a renda mais atual refere-se a sua unidade doméstica (com companheiro ou sem e filho/s) e que também já mostrava instabilidades.

mesma forma como foram criadas. Para esta questão, o percentual de mães que criaram de forma diferente foi maior (64,4%), enquanto que para as que criaram da mesma maneira foi de 35,6%.

Selecionando as mães que responderam que criaram de modo diferente (n=585) suas filhas do que foram educadas, as justificativas dadas para esta opção foram por ordem de frequência: 50,4% para eles terem mais liberdade e 29,4% porque foram mais amigas e pacientes do que seus pais. As respostas restantes envolveram questões como “dar mais coisas” para os filhos (5,5%), “segurar mais em casa” (3,8%), e as demais mostraram preocupações ligadas às drogas, aos vícios, ao estudo, ao trabalho.

Ao selecionar cada categoria (educação que deram aos filhos com a educação que receberam dos pais) e ver como elas se comportam, observa-se que a maioria das mães percebe que foi criada ‘mais presas’ em casa e dizem não ter criado suas filhas da mesma forma (logo, criaram ‘mais soltas’) – o que pode ser uma crítica à educação dada pela geração dos seus pais.

No entanto, essas mesmas mães (que criaram suas filhas ‘mais soltas’), quando isoladas e cruzando a educação que deram as suas filhas com a que supõem ser dada pelas amigas/vizinhas, referem que suas filhas estão mais em casa. Mas, se assim ocorre, quem está(va) nas ruas (‘mais solta’)? Esta aparente incoerência nas respostas das mães demonstra que a preocupação ou a imagem que se tem dos nossos (inclusive de si) difere das dos ‘outros’ e, neste caso, ela tende a ser mais valorizada. Uma jovem criada em casa é mais respeitável socialmente do que aquelas que dominam os códigos da rua. A pergunta sobre se achavam que foram criadas mais em casa comparadas às amigas também foi feita às jovens e em 70,2% dos casos respondeu que acreditam que foram criadas mais em casa. Quando comparamos esta maioria com a resposta das mães encontramos que 86,3% das jovens concordam, nas respostas, com as mães. Os valores e as moralidades para o mundo feminino certamente estão engendrando estes discursos, aparentemente contraditórios.²⁵

São frequentes, nas falas das mães, os cuidados que as jovens devem ter ao sair, para que sua moral e a da família não sejam atingidas. Sobre isso, o que pude observar e

²⁵ Lembrei-me de Geertz (1989), quando coloca sua crítica às análises que se prendem à coerência teórica do texto. Embora eu esteja apontando uma falsa incoerência, porque explicável, é importante deixar registrado que todos os sistemas culturais têm uma certa coerência até para serem sistemas “[...] mas não há nada tão coerente como a ilusão de um paranóico ou a estória de um trapaceiro” (p. 28). Segundo ele, a rigidez e a segurança com que são apresentadas determinadas descrições culturais é a grande responsável pelo descrédito da análise cultural.

apreender das narrativas é que as formas de algumas mães comunicar e estabelecer interdições às filhas estavam recheadas de *performances* que não se mantiveram no decorrer do tempo, enquanto outras mães se mostravam mais consistentes na suas argüições/razões. Algumas proibiram ou solicitaram às filhas que não fizessem algum programa que elas queriam, com gestuais e falas mais agudas – mas com gestuais e tons bastante semelhantes aos que ocorre em uma discussão – o que impede que suas filhas tenham uma compreensão do que as mães realmente pensam e dos parâmetros que estão sendo usados por elas. Estas mães que gesticulam e falam mais agressivamente têm em comum um menor capital cultural e econômico, e valores referentes ao grupo popular hierárquico-holista (demonstradas no capítulo teórico). Então, para as filhas restava uma confusão de motivos e salientava-se a parcialidade das orientações familiares.

- Ela (a mãe) não liga muito, ela libera (para sair). Mas quando ela encasqueta que não, não adianta. Quando ela diz não, é não...
- Com que coisas que ela encasqueta? O que ela encasqueta (se prende)?
- ... Ah, às vezes sem motivo, sem nada, porque tem vezes que ela me deixa sair todo fim de semana e quando ela está de mal-humor ela não deixa mesmo [...]
- Sobre o que tu conversas com a tua mãe?
- Sobre nada, assim em relação a mim, eu nunca conversei com ela...[...]
- Sobre namorado?
- Nunca...
- Nunca falasse pra ela que estavas gostando do fulano?
- Não, não nunca... (Alice, camada popular).

Por um lado, a família exige um dado comportamento cobrando das jovens posicionamentos adultos. Mas, por outro lado, os familiares responsáveis pelas orientações requerem para si um certo poder de seleção do que elas podem ou devem fazer no que tange às suas saídas, namoros e amizades, colocando-as em uma posição mais infantil. Esse processo de permissão e interdição, de não ser e ser ainda criança conforma-se como relacional e contextual. Dito de outro modo, ele é um processo de socialização permitida e confiscada; dentre outras razões liga-se aos seguintes aspectos: a) às condições da época/dia/momento familiar; b) à opinião que o pretendente suscita na família (ou em algum familiar); c) os preconceitos da família (para com o local, os amigos, a cor dos amigos, os cabelos dos amigos etc.).

Filha, tu tens que procurar um da tua cor! (Esse que ela namorava) ainda tinha um problema num olho. Até o meu filho falou para ela... Eu gostava de um rapaz também preto, mas sei lá. Mas este tem problema num olho. Aí ficou mais complicada a coisa. E ele não se

dava com o meu filho! Aí como é que ia ficar ela namorando um rapaz que não se dá com um filho da gente né?! Ainda (com o filho) que mora na mesma casa da gente, como é que a gente ia se sentir? Aí eu disse: -*Olha Rose, vê se dá um jeito de terminar.* Aí ela terminou. Aí eu disse: -*Oh Rose, vê se quando tu namorar, tu namora um rapaz da tua cor!*

(Dona Rose, 59 anos, 4 filhos, dois casamentos, camada média; grifo meus)

- Sempre morei aqui. Ele (ex-namorado) mora na Cohab. Ele sempre vivia aqui, porque é na mesma quadra. Chegou a me pedir em namoro. Aí eu falei para mãe e a mãe, negativo, né

- A tua mãe já conhecia ele?

- (olhar e sorriso de deboche) Trazer ele!! Uma porque era cabeludo, sabe aquele negócio, só de olhar o cabelo já é marginal. Eu acho... (ridículo), mas o que eu podia fazer? Não podia trazer ele. Mas a gente continuou, a gente namorava né

- E ela sabia que vocês continuavam? (Ela responde que sim com a cabeça) Ela sabia, ela fazia que não sabia

- É. Quando eu pedia para sair ela dizia que não, não pode sabe. Mas a primeira escapada que eu tinha eu ia. Eu sei que foi, foi e uma vez só já bastou pra eu engravidar dele (Vanda, um filho, camada média, solteira).

Ao privilegiar o prisma das interdições e dos preconceitos, a família também se constrói como um local de exclusão social, atuando de forma bastante rígida quando lhe convém, obedecendo a parâmetros poucas vezes discutidos com as jovens – tencionando as relações entre as gerações.

Em certos momentos, as mães compreendem que as filhas são jovens demais para “*namorar sério*”, mas não são, por exemplo, em outros momentos, jovens demais para trabalhar e responsabilizar-se pelos cuidados com sobrinhos pequenos. *Namoro sério* é avaliado e qualificado de tal modo, quando o namorado, além de frequentar a casa da jovem demonstra interesse em manter o namoro por um tempo maior e deixa claro seu sentimento para com ela. Este tempo é bastante relativo. Ele ainda pressupõe uma iniciação da autonomia familiar, em que a jovem começa a formar aliança com outro(s) par(es) para posteriormente sair de casa através da coabitação com o parceiro.²⁶ São discursos e práticas que possuem uma ambigüidade que ajuda e incentiva essas

²⁶ Em sentido bastante semelhante Brandão (2003:101) caracteriza o namoro sério *versus* o namoro de criança. Segundo ela: “[...] estão em jogo duas maneiras contrastantes de valorizações do namoro prévio à gravidez. A expressão ‘namoro de criança’, aludida pelos pais, preserva a condição de heteronomia dos filhos. ‘Namoro sério’, na forma como é percebido pelos jovens, denota um sentido oposto à brincadeira, que sugere ênfase ao aprendizado da responsabilidade no contexto relacional”. Em namoros não “*sérios*”, a aproximação do parceiro para avaliação da família não ocorre, validando a concepção de que, por exemplo, a relação sexual entre jovens namorados pode mesmo ser precoce e errônea.

jovens a fazerem suas próprias escolhas e a traçar suas estratégias de ruptura das normas (contextuais) baseando-se no que conseguem articular de importante para si e sua família, entre os valores parentais e os de sua época. A mesma mãe que acima se refere às inovações das relações de namoro modernas frente à sua idéia mais conservadora, vai para outro pólo, oposto, segundos após à fala transcrita anteriormente. Diz ela:

- Eu acho que devem arrumar um namorado e namorar. Mas é que hoje em dia os rapazes não querem nada com nada. Então, quando (elas) arrumam um namorado bom tem que ver se (o namoro) se afirma né. Porque isso de *ficar* é muito chato.

- Mas eu me lembro que a senhora me falou que até não queria que a Rose casasse muito cedo... pra ela poder aproveitar, sair, namorar, ir a baile.

- Ah é, eu digo para ela: - *Está muito cedo!* Porque a gente namora, casa e vêm os filhos, aí já passa trabalho, passa as noites em claro. E ela é muito nova ainda, tem que aproveitar mais. Mas eu não sei, hoje em dia... (Dona Rose, camada média)

Sem dúvida, o controle maior é decorrente das preocupações que envolvem a sexualidade e o sexo; dentre todos os domínios sociais, a sexualidade evidencia as relações entre o biológico e o social (LOYOLA, 1998). A sexualidade, como uma das tantas atividades sociais e corporais, não deixa de ser um fenômeno também moldado por uma(s) cultura(s) que lhe atribui significados próprios em cada olhar, gesto, palavra, beijo (PARKER, 1991; PAIVA, 1996; LOYOLA, 1998; BOZON, 2003a e 2003b) e que é definida e controlada de acordo com cada fase da vida. Bourdieu (1999) demonstrou como o corpo é sexualmente construído através de um corpo social carregado de significações, valores e simbolismos que mantém uma visão do mundo. De acordo com ele, a construção social dos corpos pode ser vista em vários níveis, onde: “[...] a divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, ao mesmo tempo em estado objetivado das coisas (como na casa, cujas partes são todas ‘sexuadas’). Está em todo o mundo social e, incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (1999:17). Sendo assim, percebe-se que a sexualidade está subordinada a outras relações sociais, de poder e de gênero (FOUCAULT, 1979), influenciando na naturalização dos papéis sociais no seu meio. No universo de pesquisa não houve casos observados ou explícitos de envolvimento das jovens com drogas (apenas uma menção de experimentação e não vício) ou roubos que pudessem deslocar a preocupação primeira familiar da sexualidade para esses

outros percursos, relacionados a uma imagem e representação social de jovem.²⁷ Porém, os comportamentos ambíguos, oscilantes entre visões de mundos díspares, não são comuns a todas as famílias na mesma intensidade, o que configura também uma das características das sociedades modernas complexas (VELHO, 1981). Tal mecanismo revela uma descontinuidade entre sistemas simbólicos no interior das famílias – dos sujeitos que compõem uma unidade doméstica. A internalização dessas ideologias e visões de mundo ocorre de acordo com a história biográfica de cada membro. Seguindo esta lógica, seria adequado falarmos de individualismos, bem como de holismos, assim como hoje se fala de juventudes (no plural).²⁸

As mães de camada social média, caracterizadas como menos hierárquicas em seus valores de gênero e com concepções que as aproximam bem mais de uma ideologia individualista, usavam de outros argumentos para convencimento e controle das saídas das filhas. Nelas, a educação para a socialização, o sexo e as interdições para os bailes/boates eram quase inexistentes, comparados à forma como ocorriam nas famílias acima citadas. As mães eram as oradoras, mas os pais ou companheiros possuíam um papel mais efetivo e simbólico nos controles (“*teu pai não deixa*”; “*teu pai vai ficar furioso*”) do que no grupo (analítico) anterior. A *performance* das interdições não era parecida entre elas, mas era recorrente não falar repetidas vezes a mesma lição ou mesmo não falar diretamente o que desejariam proibir. Porém, freqüentemente elas mantinham um padrão mais recorrente de imposições, como: voltar mais cedo, sair com conhecidos, namorar em casa, ir somente a locais de boa reputação. Cerceando mais as possibilidades de mobilidade e relacionamento, elas pensavam ter uma chance maior de saber o que se passava com as jovens, através de sua rede de relações ou de uma

²⁷ As representações sociais estão sendo entendidas como parte de uma elaboração subjetiva que os indivíduos constroem a partir de suas condições de vida, de uma dada realidade em um nível mais geral de uma sociedade – como um código comum; é um modo de pensamento extremamente ligado à ação. Para uma discussão sobre representações sociais e críticas a esse conceito ver HERZLICH, C. A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*, Vol. 1(2): 23-36, 1991.

²⁸ À luz destas considerações, é fundamental destacar que há uma preocupação em tomar as duas matrizes culturais propostas por Dumont (1993) – a saber, holista e individualista destacadas anteriormente – como modelos para pensar as questões que surgiram no trabalho e que se mostram condizentes com os dados de campo e com as propostas do autor. No entanto, enquanto modelos para pensar eles reduzem a complexidade da realidade social. Logo, essa diversidade que complexifica a vida das famílias e, por conseguinte, das possibilidades de eventos diversos ocorrerem no processo de socialização não invalidam as análises, visto que qualquer apreciação é apenas uma opção possível. Neste caso de visualizar os valores pregnantes dos universos sociais investigados com os valores individualistas há muito apontados como típicos da cultura ocidental moderna (VELHO, 1981; DUMONT, 1993; ELIAS, 1973). Sendo assim, estou constantemente dialogando com esses modelos valorativos e práticas relacionadas a uma parte da sociabilidade juvenil e familiar.

observação mais atenta ao comportamento da filha, procurando elementos que denunciasses algo inadequado.

Importante é perceber que embora se pensem menos hierárquicas nas suas relações de gênero, essas mulheres/mães se conservam em uma posição abaixo dos maridos para que as filhas tenham no homem um modelo de ‘ordem’ e organização familiar. Duas razões podem ser observadas: primeiro é que são de uma geração em ascensão – de assimilação de valores modernos de igualdade entre gêneros que não foram incorporados em todas as esferas do quotidiano. Não encontrei famílias construídas sobre valores integralmente individualistas ou holistas; há uma constante profusão e mescla de valores que conforme o contexto o destaque maior é dado a um ou outro modo de classificação segundo o modelo dumontiano; outro aspecto, é que ao alocarem no homem/companheiro a ‘figura autoritária’ conseguem chegar mais próximo das filhas para com elas construir uma ligação afetiva mais igualitária e “aberta” e, se possível, saber o que se passa com elas.

No universo que considero mais hierárquico-holista os homens-pais possuem um papel importante, mas são as mães as que assumem mais as interdições, segundo os depoimentos das mesmas, pois eles – os homens – devem ser poupados dos problemas diários da casa, que deve ficar a cargo das mulheres, mesmo quando o casal já está separado, exceto quando ocorre algo considerado mais grave (dependendo da história do casal). Uma jovem de camada popular – um caso a ser debatido no quinto capítulo – é um exemplo típico do momento em que o pai, separado da mãe e sem muito contato com a família, é chamado para regular a situação quando a gravidez da filha fora desvelada aos familiares. São chamados a falar e a intervir quando os recursos femininos de controle e educação das filhas se esgotam ou estão prestes a isso. Em outras palavras, quando elas não mais obedecem às falas das mães e podem desestruturar esquemas familiares preservados, almejados e sonhados, alguns deles mais vinculados ao dinheiro e à possibilidade de ascensão pelo estudo e outros pela moral familiar, isto é, pela indisposição para ser alvo de fofocas, de ter brigas em família etc.

O convívio entre as gerações, especialmente no universo popular, mostrou-se mais tenso e as atividades sociais das jovens foram postas em questão, ao menos, de duas formas:

(a) frente ao futuro da família:

– [...] pode trabalhar! Mas vai deixar... foi criada com tudo. Nunca trabalhou! Vai casar para trabalhar?! Tem que casar é para melhorar de vida, não dá para trás [...] E o pior de tudo é que ela parou de estudar. Como é que ela vai arrumar um serviço depois? (risos) Mas é verdade... (mãe)

(b) perante as relações entre os casais, entre outros membros da família e os ‘outros’, como os vizinhos, os parentes, os amigos etc.:

– [...] as moças de agora não são como as de antigamente, as moças quando gostavam mesmo, elas não faziam traição, era muito difícil, mas hoje as moças namoram um hoje e outro amanhã, e outro depois. Porque no meu tempo a gente não podia fazer nada disso; tudo era feio, tudo era feio, parece mentira... (avó).

Ambos estão bastante correlacionados. O primeiro aposta nas “qualidades” da jovem para ajudar à família, ao menos a não piorar a sua situação econômica. Isto é, a família coloca expectativas na jovem, que variam conforme os casos, mas, sobretudo, que não devem colocá-la dentro de um plano de descenso social. Esta aposta pode estar relacionada ao estudo, ao trabalho, à união conjugal e às relações que a jovem estabelece fora da casa, visto que essas relações podem abrir possibilidades futuras. Daí surge um certo controle familiar (ou mais específico de algum membro da família que assume esta postura) que se mostra muitas vezes bastante limitado, de saber com quem a filha anda – quais são seus os amigos – e como estas pessoas se portam em público e são vistas no local. O segundo, que não está descolado do primeiro, refere-se a não colocar em pauta, pelas fofocas e comentários locais, a moral familiar frente à modernização das relações de gênero e dos costumes. Ambos aspectos podem ser apreendidos, entre outros, através dos depoimentos e das narrativas sobre a ‘educação familiar’ que, na prática, abrange as relações e o comportamento no bairro e fora dele, das ligações afetivas na família e fora dela, da linguagem e da vestimenta das jovens. Resumida e analiticamente, tem-se, na dimensão familiar, várias formas de perceber como as jovens se inserem nos planos das pessoas com quem elas convivem e como uma quebra de certa contigüidade familiar, de um investimento, pode estar relacionado ao que é próprio e esperado da juventude das camadas populares e das camadas médias em suas épocas, ou seja, que é cambiável. Há um repertório de atuações e expectativas nos diversos segmentos, assim como há também um espaço para que elas se modifiquem de acordo com as histórias de cada um e da biografia familiar. Neste sentido, o que é privado e o que é público dentro das concepções e visões de mundo das

famílias, se imbricam e formulam concepções e ensinamentos sobre como os jovens devem agir nestes âmbitos da vida social.

3.4.1 Fofoca: o comportamento cerceado pela boca alheia

As fofocas dão uma dimensão das preocupações e dos controles locais para com as jovens, uma prática aprendida desde cedo, que se apresenta igualmente em outras fases de vida. A comunidade participa ativamente da vida familiar e vice-versa, através da fofoca, das amizades, da geografia das casas, com comparações de toda ordem e nas proximidades com outros contextos mais ricos ou mais pobres, apenas para citar alguns.

Além de um bairro possuir compartimentos (ruas, ruelas, becos, avenidas) existem divisões construídas simbolicamente, representativas das relações e das idéias das pessoas que moram ali. São limites virtuais e reais e possuem relação direta com desafetos e julgamentos morais (“- *Então tem na rua esta divisão, do pessoal mais de cima e do pessoal mais de baixo? - Tem, ali do açougue pra cá é uma turma e do açougue pra baixo é outra*”). Quer dizer, os limites por onde andar ou com quem se dar estão vinculados não somente à violência urbana, ao tráfico de drogas quando próximo, mas também às relações estabelecidas entre os jovens. São territórios demarcados por simbolismos e por atuações que apontam quais as avaliações morais importantes nos locais, que falam de si e dos outros. Não “se misturar” é a questão; não ser identificado com alguém diferente, ter sua identidade, uma turma, uma roupagem é fundamental para que as pessoas dali se localizem e se agrupem melhor – de acordo com suas idéias, crenças, cores, jeitos e outros aspectos. O texto abaixo faz parte do meu diário de campo e narra o que aconteceu quando eu estava chegando a um local bastante humilde, cujo espaço público é um espaço privilegiado de interações entre vizinhos, o que leva a alguns desentendimentos. Tatiana estava no pátio de sua casa, e me informava onde era a casa de Ruth. No entanto, além de me mostrar o local buscado, ela me demonstra como as mulheres são classificadas, controladas e rejeitadas naquele local. Sua desenvoltura foi tanta que quase invalidou minha aproximação posterior com Ruth.

(Tatiana é uma vizinha, de 15 anos, de Ruth, uma das jovens que engravidou) Tatiana, que não tem namorado, começa a me falar mal da Ruth, dizendo que ela é *metida* e que tem 15 anos e namora um vizinho [...] Acrescenta que é *uma galinha*, e seu irmão endossa essa qualificação falando mais alto o adjetivo (queria que Ruth escutasse) [...] Segue dizendo que a Ruth é *completamente racista*, sempre que pode fala mal de negro. Dona Ruth (branca), mãe de Ruth, e a mãe de Tatiana (negra) não se falam em função disso. [...] Acrescenta que Dona Ruth é uma mulher que vive aparentando o que não tem: *troca de roupa*

*umas 10 vezes, enquanto seu marido está sempre com a mesma roupa. Segue o seu comentário, apimentado, enfatizando que ela está sempre conversando com homens, que já é famosa na quadra, porque está sempre, que pode, numa roda de homens [...] Tatiana também vira, certa vez, Ruth conversando com um outro jovem homem e que não era o namorado dela. Comportamento bastante parecido com o de Dona Ruth [...] Mais tarde ‘alguém’ contou para o namorado dela. Chamaram-no de *guampudo*, disse Tatiana. Desenharam duas vezes um par de guampas no muro da casa dele e *mesmo assim eles não brigaram!* Ela estava mais que indignada (Diário de campo, universo popular).*

Esses apontamentos revelam parte da importância destinada à sexualidade, neste caso a feminina, e às relações erotizadas que as mulheres podem ou não estabelecer com o masculino e o feminino, sejam elas através de comentários sobre o companheiro, vizinhas, mães e o movimento local.²⁹ A necessidade de contar o que o outro faz/fez e que o coloca em julgamento, ou ultrapassando limites morais é o que configura, a meu ver, uma fofoca – que também é um modo de socializar, organizando os comportamentos nos seus espaços devidos. São várias as possibilidades da fofoca se disseminar e ser identificada: *“Ela e muito intriguera. Sabe, que ela já foi fazer fofoca de mim pra mãe dela e eu não. Ela faz as coisas e depois diz outras coisas bem diferentes pra mãe dela; é muito metida, só porque tem casinha melhor do que a da gente.”*

Uma parcela dessas reações nas relações sociais é regulada pelas diferenças econômicas, as aparências e o que as pessoas pensam ser o mais adequado para si e para os outros nos seus universos simbólicos sociais. Outra parte destes comportamentos, como argüiu Salem (1991), é decorrente da gestação de uma ordem social, “[...] condicionada e subordinada à liberação plena da sexualidade dos indivíduos e à erotização das relações sociais”. Neste sentido, os conflitos falados através da fofoca, ao contrário dos comentários gerais do lugar e das pessoas, contêm uma forte tendência à diferenciação, à seleção dos comportamentos elogiáveis e condenáveis. É possível, através dela, observar como as relações se mantêm de acordo com os códigos e valores locais e familiares. E, ainda, uma oposição a um elemento ou a um indivíduo ocorre

²⁹ Há um destaque importante no depoimento acima; as questões étnicas, mais específicas de raça, sobre as quais não me cabe deter neste momento. De acordo com o depoimento de Tatiana, parece-me que a raça pode estar ligada a categorias como a moral e o capital cultural e econômico (de distinção). O trabalho de Abreu Filho (1980 e 1981) instiga-nos a analisar raça não somente pelas aparências, mas pelo que ela pode estar falando além dela; podendo ser vista como uma disposição de vida e moral, que determinaria socialmente uma família como positiva ou negativa. Diz ele: “Sangue aparece agora de forma mais rica: nele está contida uma oposição fundamental: disposição de vida que é em si mesma moral (raça) x qualidades morais”. Por este ângulo a mulher exerce um poder, sobre estas categorias,

através da socialização e como destacou Simmel (1999) não é um fator social somente negativo, pois ele nos ajuda a viver socialmente longe das pessoas que possam ser (ou são) insuportáveis. Ou como ressalta Elias e Scotson (2000:121) a fofoca “não é um fenômeno independente”; além de apoiar e consolidar as relações entre os moradores tinha “[...] também a função de excluir pessoas e cortar relações. (Elas) Podiam funcionar como um instrumento de rejeição de extrema eficácia” (2000:125), pois são dependentes das normas e crenças coletivas e das relações comunitárias.³⁰

Quando ligadas à moral, como argüiu Duarte (1986), a fofoca coloca em jogo a qualidade da família (o seu capital moral), da mãe e do pai enquanto figuras públicas e do lar. Tais atributos da fofoca e dos fofoqueiros exercem influência nas preocupações e orientações familiares e que se estendem ao controle das saídas, dos horários de retorno para casa, em saber quem são os amigos/os namorados.³¹ Os limites entre: feio-bonito, certo-errado, justo-injusto, bom-ruim andam junto com o que se pensa e se constrói(iu) como antigo-moderno e próprio para pais e filhos. Os parâmetros comportamentais são também assimilados através das fofocas, que podem assim exercer uma função educativa e modernizadora, de atualização dos hábitos, das linguagens e costumes, entre outros.

3.4.2 Rede de relações: “o inferno são os outros”

Percebi que as jovens comentavam as interdições da família quando tinham menos idade com muitas críticas e quase todas elas estavam presas às suas investidas no

bastante grande, pois ela transmite qualidades morais como as mantém na família. Uma família pode ser, e freqüentemente é, julgada pela moral das suas mulheres, que são valorizadas e controladas socialmente.

³⁰ Elias faz uma ressalva ao uso do termo *função*, diz: “[...] ela imputa à fofoca as características de uma coisa ou uma pessoa capaz de atuar sozinha como agente causal, quase independentemente dos grupos que a circulam. Na verdade, é apenas uma figura de linguagem dizer que a fofoca tem tal ou qual função, pois ela nada mais é do que o nome genérico de algo feito por pessoas reunidas em grupos. E o termo “função”, nesse e noutros casos similares, tem a aparência suspeita de um disfarce para o velho termo “causa”. Atribuir à fofoca uma função integradora pode facilmente sugerir que ela é a causa cujo efeito é a integração. Provavelmente, seria mais exato dizer que o grupo mais bem integrado tende a fofocar mais livremente do que o menos integrado, e que, no primeiro caso, as fofocas das pessoas reforçam a coesão já existente” (2000:129).

³¹ Além da palavra *fofoqueira* as pessoas costumam referir-se ao tamanho da língua para chamarem alguém de perigosa, aquela que sabe, porém pode não usar adequadamente a informação. Ver Fonseca (2000) para outros usos da fofoca. Nas minhas interações, foi comum escutar que os homens são tão ou mais fofoqueiros que as mulheres, pois são eles que contam aos homens com quem tiveram relações sexuais (ou mais intimidades, sem transar). Segundo as mulheres, este tipo de fofoca “é pior”, porque denigre a moral da mulher que de fato não colaborou para isso. Ou seja, eles precisam *se mostrar comedores*, nem que para isso tenham que *comer* – no plano imaginário e social – alguma mulher real, agora vítima. Se bem que algumas caluniadas eram vistas como merecedoras, por se portarem de uma forma provocativa: *bem feito! Quem mandou...*

mundo público (fora do bairro, na escola, nas amizades e de início das suas relações afetivas) e às posturas educativas dos seus pais. Geralmente as histórias mostram estratégias, com certo orgulho e riso, de burla das normas familiares. Essas lembranças configuram uma das características apontadas da sua juventude, de como uma jovem pode fazer e/ou como e quando podia exercer seus direitos para a diversão. Dependendo da conformação familiar, dos relacionamentos entre os pais/responsáveis, da sua disposição e das regras estipuladas elas obedeciam ou não. Outro aspecto estava relacionado ao próprio bairro. As amizades locais de ambos sexos e a vizinhança ensinam, a todos, o que é positivo e negativo nos comportamentos juvenis femininos e masculinos.

Há uma diferença simples de controle e observação da vida alheia, de acordo com a organização dos espaços públicos e privados. Como já mencionei anteriormente, as jovens do segmento médio moram em locais em que as divisões entre o que deve ficar em família e o que pode ser compartilhado com a vizinhança e os amigos são diferentes das jovens de camada popular – logo, as concepções de privacidade e controle são desiguais. No primeiro, há a idéia de que não deve “*se meter na vida dos outros*”, se os pais não sabem o que suas filhas fazem é porque “*não querem*”. No segmento popular os ‘outros’ são mais visíveis e nomeáveis; é algo mais aberto e passível de averiguação, ou melhor, quem está sendo observado sabe que isto é possível, que é uma prática do local. No entanto, nos outros locais, de camada média, parece ser uma surpresa saber que alguém foi “pego” fazendo algo desaprovado pela vizinhança ou pela família. É como se essas jovens sentissem o livre arbítrio mais intensamente do que as de camada popular, como se fossem mais respeitadas. Tais características diferenciais, percebidas nos arranjos das sociabilidades nesses espaços, demonstram como a individualidade é valorizada, tem respaldo na família e pode ser percebida em várias esferas do cotidiano. As regras nesses locais, de camada média, por paradoxal que possam parecer, são mais rígidas se compararmos a forma como elas são impostas e tratadas nos locais onde moram as jovens de camada popular. A família e os amigos exigem uma postura mais regular e de maior preocupação consigo. Gilberto Velho (1981:81) analisou esse mesmo ponto ao estudar a classe média carioca:

[...] a família nuclear passa a ser um verdadeiro indivíduo-coletivo nos termos de Dumont. Conseqüentemente restringiu-se a sociabilidade de que fala Ariès, diminuindo o espaço social [...] O controle social por parte dos pais exerceu-se cada vez com mais vigor [...] As exigências e expectativas em relação aos filhos expressam-se

com muita clareza e explicitação. Obviamente a dependência entre os membros do grupo familiar tende a ficar maior à medida que se diluem e rareiam os contatos com os outros parentes, vizinhos, e com o enfraquecimento de laços de solidariedade mais diversificados.

Guardadas as diferenças, que não são poucas, do que significa pertencer à classe média carioca (estudada por Velho) e às ‘pelotenses’ (o que já é uma ‘boa’ generalização) encontra-se um tipo de controle que tem uma relação bastante próxima no sentido dos pais se mostrarem mais preocupados com o seu núcleo familiar. Por estarem mais centrados em suas vidas e na vida dos seus familiares ou pessoas bem mais próximas (amigos íntimos, colegas, namorados etc.) surpreendem-se e expurgam mais os comentários alheios à sua rede de relações mais íntima.³² A primeira idéia é de que para permanecer neste segmento têm-se regras mais apuradas e rígidas, logo sentimentos que os tornam mais responsáveis por si e pelo que possam ‘causar’ nos outros, à família. Ou seja, o processo de individualização toma corpo através dos laços familiares mais íntimos, neste caso os pais (cf. VELHO, 1981) como os primeiros a socializarem as filhas.

Por outro lado, ainda que as jovens de camada popular tenham mais espaços para dividirem sua intimidade não as redime da presença de regras sociais. Em comparação com segmento médio, as regras parecem mais maleáveis no segmento popular, com contornos e aceitações mais elásticas pelas famílias. A rede de relações que importa no controle da sociabilidade no segmento popular parece ser mais ampla frente à do outro grupo. Os controles não se centram com maior peso no familiar, na unidade doméstica. Embora a família possua regras mais maleáveis, mais negociáveis, o ambiente público (“os outros”) não possui essa mesma propriedade, o “*povo não perdoa*” atos que possam ser avaliados como deslizes da moral da jovem. Neste sentido, se assemelham na inflexibilidade ao controle familiar do segmento médio.

No universo popular não é surpreendente que algum vizinho fofoque algo, que as mães das jovens envolvidas nas fofocas briguem entre si e que as jovens tenham brigas mais freqüentes por motivos diversos. Estes comportamentos e o jogo entre o

³² Brandão (2003:39), baseada na obra de François de Singly (*Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Natan, 1993), contemporiza que a dimensão autoritária parental cede lugar ao desenvolvimento pessoal, diz que, segundo este autor: “[...] o modelo valoriza a centralidade das relações, propicia a individualização e, ao mesmo tempo, conserva o grupo familiar. Por paradoxal que possa parecer, a afirmação do indivíduo autônomo no interior da família não pressupõe o desaparecimento da última, ao contrário, a fortalece como instância social produtora de sujeitos”. Este ilusório ‘contra-senso’ também foi percebido nesta pesquisa.

verdadeiro e o falso parecem ensinar mais essas jovens a se deslocarem pelos ambientes e a aprenderem a manejar melhor estas tramas:

Acho que até nem sabem que eu estou namorando (os vizinhos). É até bom que não saibam por um lado, porque se não a fofoca aqui, bah!! Lá onde ele mora então, meu Deus!! Se tu conta uma coisa aqui a zona toda lá sabe. Lá é bem pequenininho, tu conta uma coisa aqui o último lá da zona já sabe. Ficam cuidando a vida do outro né, bah! (Alice, camada popular, mora com a mãe)

Porque a mãe não está morando aqui. Quem mora aqui é só eu e esse meu irmão aí. Porque a minha mãe é assim, aonde ela se incomodar com vizinho, o vizinho pode não fazer nada para ela, mas se ela pegar nojo do vizinho ela vai embora, se muda! [...] Até agora há pouco tempo aí teve uma fofoca aí. Tem um amigo do meu irmão que está ficando aí, ele brigou com a namorada dele porque ele morava junto com ela, era mulher dele bem dizer. Aí ele está ficando. Então essa mulher dele é minha ex-cunhada, entende [...] Então, essa mulher dele, desde que ele veio morar aqui, ela pensa que eu estou com ele. Então ela está fazendo a cabeça do Paulo, do pai do Mateus, esse que eu estou hoje, para ver se ele fica contra mim, entendesse. Aí eu pego e digo para ele: -“Olha nós temos que conversar, agora ir nas conversa dos outros não adianta” É que nem diz aquele ditado: ‘tem que ver pra crer’, para poder acreditar (Edileuza, camada popular, mora com o irmão e os filhos).

Os depoimentos de duas amigas, cujo trecho abaixo irá ilustrar, o papel da família mais extensa no controle das jovens das camadas populares demonstram uma certa relativização. Embora sejam os fofoqueiros familiares (consangüíneos), participam e usam de um tipo de controle social via fofoca; essa prática pode criar conflitos que colocam os membros da mesma em choque, assim como ocorre com os vizinhos.

- Eu não me dou com nenhum dos meus vizinhos!
- Mas já teve épocas que se davam?
- Teve
- E por que brigaram?
- Porque essa gente é muito fofoqueira!
- (amiga) Eles vêem tudo e vêem contar, e o pior é que sempre aumentam...
- E a mãe de vocês como é que ela age?
- A mãe não faz recomendação nenhuma [...]
- (amiga) É... é exatamente isso que a mãe fala “- o que é que a boca do povo vai falar?!” Eles pensam sempre no que os outros vão falar. A minha mãe não deixa eu sair muito a baile sozinha por que... o que é que os outros vão falar? E por isso, aí pegam os exemplos da família [...] (Carmem, camada popular).

Pelo que pude observar, elas além de aprenderem a manejar as relações que podem ser fragilizadas pela fofoca (já que sempre falam, não importa o que se faça), também tendem a não deixar de fazer grande parte do que querem porque alguém

poderá saber, embora digam “*todo mundo se conhece*” (‘de vista’, da escola, da rua, do bairro, da escola etc.).³³ Estabelecem caminhos outros, desculpas e histórias para que possam burlar as idéias dos pais, dos vizinhos, das ex-namoradas, que são discordantes das suas, com muito mais naturalidade do que as jovens de outro universo.

- E tu costumavas contrariar pai e mãe?... (risadas)
- A minha mãe eu contrario...
- Ah é, vocês brigam muito?
- Ah, se brigamos, qualquer coisa é motivo [...] nós não somos confidentes. Mas a gente discute. Se eu não faço uma coisa ela me xinga, eu xingo ela. Se eu faço errado... eu já xingo ela. Se eu digo uma coisa ela já me xinga e eu já xingo ela e assim a gente se pára, diz horrores! [...] Aí hoje ela queria que eu lavasse (louça), só que ela não me disse nada, como é que eu ia saber. Aí eu não lavei e ela tava reclamando. Aí chegaram as gurias, pra gente ir ao centro, lá ver a peça do ventilador e ela tava reclamando. Aí eu disse: - “Gurias espera que eu vou lavar, senão ela vai bater boca o resto do dia”. Aí eu lavei pra depois sair, saí. (Alice, camada popular).

Alice conta que esperava a mãe dormir e ficava na frente de casa, que era caminho de volta do pessoal que freqüentava um bailão. Assim podia paquerar sem sair de casa e sem se incomodar com a mãe e vice-versa, *aproveitando* a situação ‘geográfica’ privilegiada.

O grupo popular usa (na concepção de aproveitar) mais a rua para seu lazer e o privado para restabelecer uma ordem nas posturas que no público não são adequadas, pois a ‘desordem’ é mais percebida e mal falada na rua, pelos vizinhos e amigos. Idas e vindas pela rua, com troca de olhares freqüentes, elogios e piadas, seguidos de recados e encontros nos portões das residências ou na frente da casa de um(a) amigo(a), quando não ocorrem também na escola, são as práticas mais comuns de iniciação da vida pública e amorosa.

Do mesmo modo que a rua possibilita um contato com uma variedade de estilos e a percepção de quem é mais interessante, passa pelos adereços, tipo de corpo, cabelo, sorriso, ela assim identifica grupos de idades ou de estilos, com normas e valores específicos, é “um elemento capital do processo de inserção social” dos jovens (GALLAND, 1997:177). Talvez por isso seja menos freqüente encontrar relacionamentos concebidos como mais duradouros de casais de segmentos dessemelhantes no universo abordado. Duradouro refere-se, na concepção das jovens,

³³ Rieth (2000:275) analisa esta questão pela dimensão das *marcas de personalidade* que Pelotas, por ser uma cidade de interior, tem ao concentrar de uma forma ou de outras as redes de relações nos locais de

ao tempo variável (geralmente entre 3-6 meses), mas tomado como um período em que o relacionamento ficou *sério* (namoro assumido perante a rede de relações). Há um conjunto de condições e *habitus* que propicia uma convivência ou repulsão de sociabilidades entre os ambientes sociais. Conviver com a fofoca é algo mais aceitável para uns do que para outros, haja vista as visões de mundo e os valores cultivados nesses locais.

As jovens do segmento médio estavam mais preocupadas em se preservar das fofocas e dos envolvimento com pessoas do bairro que pudessem usar deste meio para qualificá-las diferentemente do que gostariam e fazem as jovens de camada popular entrevistadas. A diferença, basicamente, está no peso que isso pode adquirir para a sua individualidade. Tanto é que seus lazeres ocorrem com mais frequência na própria família, na escola, na casa das amigas (no interior delas, com reuniões e jantares entre amigos). Dentro de um certo nível de abstração, o que as difere das jovens do outro segmento é a forma como são utilizados o público e o privado nas suas sociabilidades e o modo como as famílias manejam estas duas esferas e tentam controlá-las, impondo valores e regras que estão mais de acordo com as suas biografias e o contexto onde vivem e/ou convivem.³⁴ Para essas jovens, de segmentos médios, as interações amorosas e de amizade passam menos pela permanência na rua, local privilegiado do segmento popular, visto como menos seguro e adequado para as jovens, segundo as mães.

Um quadro complexo para descrever em termos do que, para cada universo social, realmente importa ao estabelecerem controles sobre as sociabilidades juvenis está exposto. Mencionei anteriormente, sobre os ‘pais’ das jovens preservarem muito dos valores holistas, paralelos a um contato maior, através dos filhos e de outros ambientes e espaços sociais por onde circulam ideologias individualistas mais predominantes. Essa mescla, observada pela circulação em espaços sociais, os coloca ora mais próximos do outro grupo (compreensíveis) e ora mais distantes (críticos),

sociabilidade e a partir dessa característica, permitir que as notícias sobre o que acontece lá e cá possam ser controladas por uma população de conhecidos.

³⁴ Uma diferença, entre os dois ambientes em pauta (popular e médio), reside nos usos *da língua* e no tamanho do tempero. No segmento médio o tempo que as famílias permanecem e compartilham com a vizinhança na rua é menor do que as do popular. Conduta que se aproxima à forma como as famílias vizinhas, mais ricas, se comportam. Ou seja, há uma preocupação em salvaguardar a sua privacidade, não expondo os problemas pessoais e familiares. Além disso, permanecer pouco tempo (que é uma medida relativa) na rua e limitando as relações com as vizinhas a conversas sobre tempo, doença, novelas e

oscilando (circulando) entre valores e visões de mundo dessemelhantes. Tento condensar abaixo algumas das características que mais se ressaltaram em ambos universos; é um quadro sintético que tenta traduzir as práticas e idéias encontradas. Não são as únicas, porque as situações variam e a forma como eles atuam também. De modo geral, com o quadro abaixo e suas limitações, tem-se um recorte das atuações controladoras e preocupações parentais presentes nos grupos analíticos em questão.

Quadro 3.1 Práticas, preocupação e valores conforme segmento social segundo as entrevistadas.

Segmento social	Valores*	Práticas de controle da sociabilidade	Preocupação geral
Popular	+ grupo familiar; rede de ajuda	< controle dos pais; > mais falas proibitivas; < cobrança; > número de namorados e/ou ficantes; < poder decisório do pai (+ relativo e contextual); mães tomam a frente nas interdições.	> com \$ dos familiares; > conflito com vizinhança; > 'resolução' dos conflitos sobre o que os outros pensam.
Médio	+ individualidade; família nuclear	> controle dos pais; < falas proibitivas; > cobrança; < número de namorados e/ou ficantes; > poder da figura do pai; mães tomam a frente nas interdições.	> com futuro dos filhos; > com os seus (companheiro e filho/s); > preocupação com o que os outros pensam; < 'resolução' dos conflitos sobre o que os outros pensam.

Legenda: > = maior...; < = menor...; + = mais

* São relacionais e contextuais, podem estar mesclados com valores do outro segmento social.

Pelo que pude observar e depreender das narrativas das jovens do segmento médio sobre sua família e os 'outros' é que a família está mais preocupada em se preservar e resguardar a jovem de um público que deve ser considerado como importante. Mas não é qualquer público que não importa; geralmente os desconsiderados são os vizinhos com quem não pretendem ter uma relação qualquer que ultrapasse um cumprimento cordial, ou que não perturbe a amizade das filhas. O público que importa – os 'outros' considerados – são aqueles cujos laços de amizade, de coleguismo, de trabalho, entre outros, devem ser preservados por outros interesses familiares e sociais. Estes 'outros' que contam para a avaliação, geralmente compartilham de visões bastante próximas as da unidade familiar. Neste sentido, tem-se uma conceituação de quem é quem, baseada em um individualismo que parece imbuído de 'conservadorismos' e tradições que dizem respeito às relações sociais, sobretudo as que circundam questões de gênero (mulher não pode e homem pode muito no tocante à

comentando sutilmente a vida alheia é, resumidamente, menos vila e mais centro: menos pobre e mais rico.

sexualidade; como diz o dito popular: *com o conceito pinta o preconceito*).³⁵ Isto é, faça o que tu achares melhor, mas desde que não quebres regras sociais morais importantes para a continuidade da visão pública da família. Pode parecer uma ambigüidade. Mas, esta aparente discrepância existe justamente por essas famílias mesclarem valores de visões de mundo distintas. Se a igualdade de gênero, em vários âmbitos da vida cotidiana, tem sido almejada, também há uma força crescente não totalmente contrária a isso, mas oposta no modo como homens e mulheres devem portar-se frente aos outros e nos seus relacionamentos afetivos mais íntimos. Saber articular-se nessa rede é, a meu ver, mais complexo para as jovens desse segmento do que para as jovens que vivem os conflitos e as interdições de uma forma mais franca (falada), no sentido de poder discutir na rua (ou na casa) com quem fez algo que ela desaprovou ou que a prejudicou, ou ainda, expôs alguma intimidade fazendo fofoca.

Mara, que tem pais “*bem estabelecidos financeiramente*”, mora em um bairro de camada popular, tem mais três irmãos (duas mulheres mais jovens que ela e um homem, que é o mais velho dos filhos). Seus pais conseguiram uma ascensão econômica e assim puderam oferecer melhores condições materiais do que eles próprios tiveram na sua infância. A relação dos pais com os vizinhos é apenas cordial: não freqüentam a casa alheia e vice-versa. Mara brincava e se relacionava com as filhas das vizinhas. Sua mãe procurava não alimentar essas amizades, por considerar que algumas famílias eram muito permissivas (como deixar as filhas estarem sempre na rua, não terem horários estabelecidos), procurava, então, diferenciar a filha com roupas e proibições de horários. Mara lembra “*Sempre segui à risca sabe, eu fui do tempo de andar de vestido de repolho assim, aquela coisa horrorosa*”. Segundo Mara, a mãe sempre quis que as filhas não dessem motivos para os vizinhos falarem mal e, por conseguinte, que tivessem condições de manejarem-se em outros ambientes diferentes do bairro e fossem valorizadas por sua educação mais tradicional. O irmão de Mara nem aparece na narrativa como estando circunscrito às mesmas regras ou outras quaisquer. Embora a figura da mãe, representativa dos valores familiares, não figurasse ideologias totalmente individualistas, Mara apreendeu que deveria dar satisfações mais à família do que aos

³⁵ De acordo com Bozon (2003) o encontro dos calendários de iniciação sexual femininos e masculinos tende a se reproduzir por todo o mundo. No entanto, ele não traduz uma igualdade na forma como as mulheres e homens vivem suas experiências sexuais, tanto nas sociedades, onde a contracepção é norma, como naquelas onde ela é usada de modo corrente.

outros. No entanto, esta satisfação dada à família também está, em níveis variados, em relação direta da família com os outros:

Eu (aos 19 anos), quarta-feira, fui na casa da minha mãe. Lá eu me vi pedindo para a minha mãe para poder sair! Sabe, foi uma coisa sem querer. Eu disse: - “Mãe eu posso levar a fulana no colégio?” Aí eu (pensei), mas por que eu estou te pedindo? E sempre que eu estou lá ela faz questão de dizer que ela ainda tem o poder sobre mim [...] (dizia) “- Tu não vais fazer isso, tu não vais fazer aquilo”. Antes eu discutia, agora não. Agora eu tento maquiar assim [...] É, para não ver assim o que ela realmente esta querendo. Então é assim. Ela é..., mas a gente se dá bem melhor agora. (Mara, camada média)

Essa postura familiar, sobretudo a que a figura materna defende como mais rígida e adequada para com as filhas, está mudando. A atitude de Mara, ao sair de casa para morar com o namorado ao engravidar, mostrou que aquele tipo de controle familiar não dera certo e que ele não pôde salvaguardar a família de ter um dos seus princípios colocado em jogo, justamente o que era mais temido (a perda da virgindade e gravidez antes do casamento). As irmãs menores, gêmeas de 12 anos, estabeleceram uma outra relação com as figuras parentais, especificamente a mãe. Exemplifica:

Elas vão ser totalmente diferentes, porque elas são assim, como é que eu vou te dizer... Elas têm 12 anos e elas são assim, infantis. Agora que elas entrando mais na..., sabe, numa outra... virando mocinhas, mas mocinhas rebeldes. Elas pintam as unhas de preto; usam bandana no cabelo; têm o cabelo comprido assim; usam umas calças; elas passam purpurina [...] A mãe fica louca [...] Então agora ela está sentindo sabe. Aí eu digo para ela: - “Viste, eu te disse que com elas ia ser diferente!” E ela diz; -“É, realmente, agora eu estou vendo para onde o troço está andando” [...] Se elas tiverem que mandar ela a merda, elas mandam. Porque elas estão sendo criadas em outro mundo e a minha mãe não está conseguindo impor as coisas para elas como ela botava para mim, tu entendes?

A família de Mara, embora seja de classe média, não é sinônimo de posturas mais individualistas, neste caso; manteve na sua herança muito das tradições que a aproxima das visões mais conservadoras de postura feminina no mundo público. Mesmo estabelecendo um controle mais rígido e se distinguindo de outras famílias no que tange às regras de sociabilidade do bairro (como horários, vestimenta, linguagem) não conseguiu frear a incorporação de outros meios da filha se relacionar afetivo-sexualmente com seu namorado. Minha hipótese, neste caso, foi de que isso, ao contrário do que a mãe esperava, incentivou a filha a romper com aquele controle e adquirir uma certa liberdade e individualização através da gravidez.

Tem-se, na possibilidade de uma filha engravidar antes do matrimônio, o peso maior das preocupações familiares de classe média. Talvez seja o evento mais extremo para todas as famílias contatadas, por ter um poder maior de mobilização e de mexer com questões familiares ligadas aos valores de gerações anteriores, além de influir nas condições financeiras e noutras expectativas alocadas na jovem, tais como a de ter acesso a métodos contraceptivos e saber das “conseqüências” de ser uma mãe jovem. No segmento médio não só a filha é avaliada, mas sua mãe, o relacionamento de seus pais e, também, a forma como educaram seus filhos – isso é o que eles pensam que está em jogo na suas redes: *“O pai só me disse que eu ia contar para todo mundo, porque eu tive duas primas, a Rose da tia Maria e do tio Nei, ficou grávida e esconderam de todo mundo. A gente só ficou sabendo o dia que ela ganhou o filho. Aí ele disse para mim: - ‘Tu vais contar pra todo mundo que tu estás grávida, pra todos os teus tios!’ E começaram a dar um sermão.”* A preocupação dos pais, principalmente aquela ligada à sexualidade feminina, também pode ser encontrada no outro grupo, no entanto, a repercussão disso é encarada de outra forma, mais naturalizada, mais próxima da idéia de que na juventude tudo pode acontecer, de que *“Fazer o quê? Bola pra frente!”*, como me disse uma mãe orgulhosa do neto. Ou ainda na opinião da jovem:

- Ah, eu fiquei com medo da minha família saber, que ficassem revoltados, contra mim assim. E tá, no início ficaram mesmo: - “Ah, uma guria nova” e não sei o que (imitando os familiares). Mas depois assim eles se conformaram com aquilo e me deixaram em paz [...]
- E o que eles mais falavam?
- Era essa coisa da idade, que eu devia ter pensado antes, que não sei o quê. Aí eu dizia: - “Ah, mas foi um acidente, como que eu vou pensar”. Aí eles diziam: - “Ah, mas tem um monte de coisa aí que tu podia ter usado”. Tá, tá agora é tarde! (Edileuza, 4 filhos de pais diferentes, desempregada).

Ao passo que a mesma situação, no segmento médio, mas com pais que conservam alguns valores presentes no outro universo (como: de mulher ter cuidados redobrados ao se envolver com homens, pois são facilmente desmoralizadas na sociedade) e tentam buscar, na sua história de casal, na educação que deram à filha, elementos que conjuntamente responsabilizem ambos sobre o que não conseguiram ensinar, ou a filha não conseguiu aprender. No depoimento que se segue à assunção materna da educação da filha (controle, ensinamento e imposição de limites) é maior por estar separada do pai da jovem, diz a mãe: *“[...] tu tens a tua liberdade e a tua vida, porque eu não posso viver a tua vida por ti, mas tu tens que saber o que é certo e o que*

é errado [...] Eu digo, tu tens que te gostar.” Esse depoimento é de Dona Cecília, 47 anos, mãe de 7 filhos (2 naturais; 5 adotados) lembrando do que dizia para a filha, entre os 13-14 anos quando ela começou a *ficar*, namorar e sair, a *aproveitar* e, depois, a dormir com mais frequência na casa de uma ‘*amiga*’. Além disso, tal depoimento também realça que a idéia de indivíduo se sobrepõe, em alguns momentos – principalmente naqueles que convêm às ideologias familiares de distinção e ascensão – a noção de geração (*a tua vida*), rompendo um laço pela via do parentesco (mãe-filha) e da subordinação que ela impõe para mulheres responsáveis por seus atos, neste caso: o de ensinar e o de aprender a viver e *gostar* da sua vida, independente da mãe. Assim, a noção de igualdade toma corpo nas relações. Além disso, tem-se a passagem nas práticas de sociabilidade juvenis, para ambos os grupos, de um modelo de socialização para outro – ou seja, do de identificação para o de experimentação (cf. GALLAND, 1997:159).

O primeiro (de identificação), mais tradicional, é um processo de transmissão sem alteração de valores estáveis de uma geração à outra; é fundado na identificação de papéis parentais e *status* sociais. Esse modelo *ancien*, segundo o autor, daria lugar a um novo, o de experimentação. Este se constrói sobre um processo interativo, está fundamentado no jogo de acertos e erros, que não pode ser transmitido do mesmo modo que o outro; seu exercício prático traz satisfação e auto-estima, e tem uma credibilidade social. Sendo assim, por ser um processo mais longo daria suporte para que a ‘juventude’ se prolongasse, visto que a aprendizagem teria de ser mais experimentada do que apreendida por transmissão parental, de valores e idéias de outra geração. De fato, ao considerar estas idéias que estão mergulhadas no contexto francês, portanto, sendo necessário avaliar até que ponto elas podem ser consideradas para a apreensão de categorias inseridas na sociabilidade estudada, entendo que o processo de experimentação faz parte da inserção no mundo afetivo-sexual das jovens – não sendo apenas uma característica local, haja vista a existência das práticas do *ficar* ou da *pegação* já apontadas por alguns pesquisadores. Tanto em um universo social estudado quanto em outro o modelo que parece predominar é o de experimentação, mas não exclui identificações com parte do que foi transmitido pelos pais. Tem-se, atualmente, mais experimentações e estímulos para que a juventude se lance, de modo geral, em vários âmbitos do social, cujas regras e valores pregnantes a cada grupo/família estão mais ou menos de acordo com a idéia encontrada sobre juventude: de que se deve na

juventude *aproveitar a vida* e “curtir” esse momento de fase de vida – ainda que haja discordâncias entre gerações – como veremos no decorrer do trabalho.³⁶

3.4.3 A socialização das experimentações: *ficar* e namorar

O *ficar*, diferente do namoro, é uma modalidade conceitualmente moderna de relacionamento entre homens e mulheres jovens, baseado no não compromisso e na liberdade da relação (FIUZA, 1990; SCHUCH, 1998; LEAL e RIETH, 1998; BEHAGUE et al., 2000; RIETH, 2000; MENDES DE ALMEIDA e TRACY, 2003). Há pelo menos duas décadas é uma prática bastante comum de exercício, em público, da sexualidade juvenil. O *ficar* é sentido pelas jovens como algo novo e positivo, próprio da sua juventude e distante da dos seus pais – de fato o contexto e a receptividade desse *ficar* é outro, hoje. Para as jovens, a posição na escala das idades coloca as mães em um patamar geracional sentido como mais retrógrado e mais anterior do que realmente fora, visto que a média de idade das mães era de 46 anos, portanto elas tinham 15 anos em 1970, quando muito havia mudado no comportamento entre homens e mulheres depois do movimento hippie da década de 60, da liberdade sexual. É como se as filhas vissem suas mães como mais velhas do que realmente são. As filhas parecem ter uma boa parte desta apreensão baseada nas regras familiares – nas interdições impostas pelos pais que não lhes são favoráveis e que são tomadas como desatualizadas de sua época, antiquadas.

Outra propriedade do *ficar* apontada como moderna é das jovens mulheres poderem tomar a iniciativa, pedirem para *ficar* (‘chegar no cara’, beijar, agarrar e sair) sem que sejam necessariamente mal-vistas por outras mulheres ou pelos homens (guardadas algumas ressalvas, posteriormente comentadas). Esse exercício afetivo-sexual pode anteceder ou preceder o namoro com um parceiro ou parceiros diferentes. Também pode ser concomitante a um namoro, se não for com o mesmo parceiro.³⁷ Já

³⁶ O “aproveitar a vida” será trabalhado no último capítulo como uma categoria bastante valorizada pelos universos sociais estudados e com um papel fundamental para as idéias e comportamentos juvenis.

³⁷ O *ficar* ainda pode ser usado como uma moeda, em troca de algo que se quer e que o outro poderá dar ou permitir através de um beijo. Veja o exemplo dado por Alice, quando comentava o que vira na entrada de uma boate: “[...] tu vêes que esses tempos chegou lá (na boate) umas gurias tudo novinhas, tudo doze, treze anos. Aí o pai (apelido do porteiro) disse assim: “- Não, não pode entrar!” Aí elas disseram: “- Ai deixa eu entrar, deixa eu entrar” não sei mais o quê. Aí, aí ele olhou bem pro Jairinho (outro porteiro) e o Jairinho: “- Só se aquela ali me der um beijo, ficar comigo”. Eu acho que até a guria ficou pra entrar (risos). Eu fiquei abobada.” Perguntada se fosse com ela, o que faria, diz: “Ai, eu não sei... eu olhava bem pra carinha dele primeiro, né. Se eu me agradasse ... claro... se valesse a pena.”

fora bastante descrita por pesquisadores e, em Pelotas, essa prática parece não diferir na variedade do que já fora mostrado por eles. Logicamente, o leitor deve se perguntar por que, então, privilegiá-la? Por uma razão bastante simples, ela fora extremamente valorizada entre as jovens, também cobrada e controlada pelas amigas e a família.

O desempenho social de um jovem, de ambos os sexos, pode ser qualificado a partir do que acontece no *ficar*, dos locais onde ele ocorre e do número de *ficares* (“as galinhas”, “é o cara!”).³⁸ Nos relatos das jovens o *ficar* surge inserido em contextos dessemelhantes, podendo ser o centro de uma discórdia, de uma alegria por fazer dele um namoro ou de orgulho da conquista passageira. O *ficar* pode dar início ao jogo de conquista de disputas no espaço público dado às *sexualidades* (cf. PARKER, 1991 e 1996) e iniciando-se assim relações afetivo-sexuais demarcadas, inicialmente, pela atração física (RIETH, 1998). As propriedades físicas são importantes, mas não são as únicas a serem relevadas ao dizerem se querem ou não se envolver momentaneamente com alguém. Neste sentido, aquele(a) que convida para *ficar* demonstra de várias formas, às vezes por suas atuações anteriores, outras qualificações importantes para poder conquistar. Os dados quantitativos das mulheres do nono e décimo acompanhamentos de 2001 da C/82 tornam isso mais evidente para a população entrevistada. As jovens que *ficam* com outro jovem e namoraram dizem reparar nas seguintes qualificações masculinas:

	<i>Ficar</i> (%)	Namorar (%)
‘papo dele’	96,2	98,1
aparência física	78,1	68,0
se trabalha	66,5	81,3
quantidade de outras com quem ele <i>fica</i> e/ou namora	38,6	51,5
escolaridade (se estuda ou até quando estudou)	17,4	16,0
‘jeito de ser’	11,2	10,8

É fundamental destacar que uma qualidade pode estar unida à outra – não se excluem. Elas compõem um quadro de preferências e gostos para uma seleção de com quem vão se relacionar sem compromisso (*ficar*) ou com compromisso (namoro). É interessante observar que a aparência física para o *ficar* é um pouco mais valorizada do

³⁸ Segundo as jovens, os homens têm vantagens em não ter que se preservarem, ou seja, podem tomar todas as iniciativas. Quanto maior o número de conquistas maior sua fama de viril e de *galinha* – fato que atrai mais meninas, por curiosidade (saber como ele é) ou para se auto-afirmarem (que conquistam os mais disputados).

que para o namorar. Quanto ao ‘papo dele’ não há uma diferença importante nas formas de relacionamento. Saber manter uma conversa e ser ela considerada agradável é fundamental em ambas as circunstâncias, ainda que a definição êmica e usada na bibliografia, já citada, sempre aponta a quase inexistência de conversa entre os praticantes do *ficar*. Seria uma condição do *ficar* de uma cidade do interior, onde o papo é salientado como importante para a decisão final?³⁹ A aparência física (roupa, corpo, olhar etc.) reparados são informações e símbolos sociais importantes na decisão do *ficar*.⁴⁰

O valor trabalho, aumentando para o namoro (81,3%), pode ser compreendido pela possibilidade de posteriormente estabelecer uma aliança mais séria, mas ele é igualmente importante para o *ficar* (66,5%). No entanto, quando os relatos são analisados, não há menção de uma investigação pregressa sobre a vida e as responsabilidades atuais do pretendente. Talvez, durante a ‘cantada’ e o *fazer os lados* (amigos que vêm perguntar se querem *ficar*) haja o enaltecimento destas propriedades.⁴¹ Ou ainda, pelo menos, duas possibilidades. 1) Por freqüentarem quase sempre os mesmos lugares já conhecem um pouco da vida de quem lá freqüenta, ou 2) em *ficares* contínuos com a mesma pessoa são investigadas essas características.

A primeira idéia que as jovens passam é que no *ficar* rola um beijo, um amasso e se tudo for bom pode se repetir e se transformar em namoro. Em um segundo momento,

³⁹ Por exemplo, Mendes de Almeida e Tracy (2003:137) falam de como o *ficar* acontece nas noites dos jovens de camadas médias urbanas e cariocas; é tão rápido que não pode ser comparado com o *ficar* que as jovens pelotenses caracterizaram. Dizem do *ficar* da juventude classe média carioca: “[...] nos regimes que compõem as novas semióticas afetivas em torno do “ficar”, o beijo assume a condição de performance, de intransitividade, fisicalidade, arma corporal, descarga rápida da emoção. Princípio e fim. Ubiquidade do ato [...] Esta prática é acionada, fundamentalmente, por encontros velozes e fugazes de jovens que têm no beijo sua expressividade mais radical”. As autoras prosseguem sua definição comparando o *ficar* com um *zapping*, onde o diálogo não cabe pelo ritmo dos acontecimentos.

⁴⁰ Bozon (1995a) ao estudar as representações de homens e mulheres pelas percepções que os cônjuges têm um do outro, na França, coloca que as mulheres aprendem desde cedo “[...] a reparar em sua própria aparência e na das outras mulheres, elas sabem observar os traços característicos da aparência do homem e operar uma extrapolação das classificações físicas para a caracterização social” (1995a:127). Ainda, segundo ele, as mulheres sentem pela aparência física dos homens um interesse que não é da mesma natureza que o dos homens pelo físico das mulheres [...] as mulheres jovens, nas idades dos encontros, caracterizam-se por um realismo social precoce, que as conduz a nunca esquecer as conseqüências e o que está em jogo para elas na formação de um casal, e a importância do *status* social do homem para o casal.” O fato de, em Pelotas, as mulheres mencionarem características mais subjetivas do que observáveis objetivamente pode ir de encontro ao que Bozon apontou para as francesas, ou seja, de um ‘realismo precoce’, de uma preocupação com uma aliança mais duradoura e estável ao pretenderem se ligar a homens com um bom papo, com trabalho. A aparência física, ocupando o segundo lugar, pode apontar para uma valorização social de si perpassada pelo tipo (qualidade) do companheiro.

⁴¹ O *fazer os lados*, ou seja, um amigo(a) do(a) jovem pergunta ao(o) pretendente o que acha do outro(a) para estimular a aceitação do pedido de *ficar* salienta que a interação entre os jovens tem de ser mediada por alguém do grupo. Ver Carpes (2003) para uma análise desta prática juvenil.

esse *ficar* que se repete por ter sido bom para ambos, pode levar a uma transa, ainda dentro da concepção de não compromisso, embora para as jovens essa transa já seria uma espécie de prova de sua *paixão* e expressão de um desejo de continuação da relação – em resumo, da vontade de *namorar sério*, o que nem sempre acontece.⁴² Edileuza tem quatro filhos, mora com o irmão e os filhos em uma casa pequena em um bairro popular. Fala de alerta para sua irmã menor de que se for *ficar*, como ela fez, é melhor se prevenir:

Se algum dia tu *ficar* tu usa camisinha né! Eu digo para ela: - “Olha, eu não quero que tu passes o que eu passei. Eu, na tua idade, eu já estava com o pai da minha filha, com o pai da Fernanda. Então, é muito, não é ruim, mas é muito desagradável. A gente tão nova e já está presa” – presa no modo de dizer – “não pode ir para os bailes de noite como a gente ia sozinha, antes com as amigas”. Aí eu digo para ela: - “Olha, se algum dia tu achar que eu estou te botando pilha tu fala”. Porque às vezes a gente acha que a vida vai mudar, que tudo vai melhorar quando tu vai ficar com outra pessoa, mas não.

De modo geral, as jovens contatadas mencionam estar transando quando estão namorando e não *ficando*, ressaltando o pressuposto de que durante o *ficar* raramente ocorrem intercursos sexuais. Outro aspecto interessante, contido neste depoimento de Edileuza é a forma como os amigos pressionam – *botam pilha* – e, assim, conduzem os amigos/as a fazerem ou não algo. Ninguém obriga ninguém, mas se pode *botar pilha*.⁴³ Leila ao ser perguntada quando teria *ficado* pela primeira vez responde que foi aos 11 anos “*no colégio*”. Uma segunda pergunta tenta circunscrever o contexto: Como isso acontece aos 11 anos? Diz: “*Ah, são as pilhas das gurias, assim sabe, falando, as*

⁴² Esta concepção sobre a relação sexual e o namoro tornar-se sério também foi observada por Leal (2003). A mesma autora define o uso da *paixão* como uma categoria explicativa e motivadora dos comportamentos de jovens de camada popular e alta que engravidaram (em Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre). O trabalho de Desser (1993), sobre gravidez, realizado com jovens de camadas médias e populares do Rio de Janeiro, descreve, de acordo com as narrativas, que os encontros eram fortuitos e movidos à paixão e pelo descontrole, isentando as mulheres de assumirem sua escolha (intencional) para a realização do intercuro sexual. No contexto deste trabalho, os dados se aproximam mais aos de Leal (2003:89), apontando diferenças para o uso da paixão como uma categoria explicativa. O amor romântico, legitimando as mudanças e as entregas sexuais, é trabalhado com profundidade por Giddens (1993:36). Loyola (1998:43) também faz referência à importância de perceber como o amor-paixão baliza as reações atuais, levando a maior entendimento da sexualidade feminina e masculina. Para ela, a partir de pesquisas realizadas no Rio de Janeiro entre 1987 e 1992, a mulher “apresenta uma grande dificuldade de separar sexo e amor”, pois a relação sexual envolve não somente seu órgão (o que aponta como característico dos homens), mas todo o seu corpo, como doação ao outro, como instrumento de prazer. As mulheres, ao valorizarem mais o afeto, tomam uma posição mais passiva, de entrega mais do que de paciente, agressiva.

⁴³ Mendes de Almeida e Tracy (2003:151) também encontram o uso desta expressão em jovens de camadas médias, do Rio de Janeiro, onde botar a pilha é “fazer pressão” para *chegar* nas meninas, geralmente com as amigas delas, formando uma aliança que ajude a convencer a jovem a *ficar*.

maiores, sabe.”⁴⁴ Nesse jogo de sedução dos amigos se caracteriza um certo preconceito às avessas, isto é, se *fica* com muitos é *galinha*; se não *fica* muito tem *problemas*. Ter de saber quais os limiares decentes e aceitáveis no grupo é uma questão que a modernidade impõe sem clareza.

De acordo com elas, o *ficar com* alguém exercita a autonomia, o prazer pessoal (o hedonismo) e a liberdade juvenil. É, assim como outras interações, uma forma de sociabilidade que corrobora para os exercícios sexual, amoroso e afetivo. A sensualidade e o erotismo têm lugar de destaque nesta prática. Vale destacar que na perspectiva romântica feminina das relações o *ficar* introduz a dimensão individualista à medida que rompe com a idéia lírica de um amor único e prioriza os sentimentos a partir de um ‘eu’ individualizado, mesmo que para isso esse ‘eu’ precise de um ‘outro’ para que se torne público de acordo com uma cultura sexual juvenil. Entretanto, essa relação, inicialmente individualizada, pode se conformar em outro tipo de relação, mais romântica, em que o valor indivíduo liberto e autônomo não combina com união conjugal (inicialmente pensada como tradicional) e não satisfaz a aliança e os sentimentos que surgem para que o namoro se estabeleça, seguindo uma lógica não só de gênero, mas de como o amor e o sentimento amoroso são construídos de acordo com as visões de mundo, em um tempo de conhecer e gostar do outro. Vai-se, nem sempre, do *ficar* para o namorar: “*Eu sou assim, se eu começar a ficar, ficar, ficar eu vou acabar gostando. Foi o caso que aconteceu comigo e com o meu namorado. A gente ficava no baile e a gente foi ficando, ficando, ficando e, daí, acabamos namorando*” (e casando).

Há casos em que os limites entre o *ficar* e o namoro não estão claros para elas (“*pra mim é namoro, às vezes eu acho que é ficar*”) e para as mães (quando sabem), justamente porque não podem ser cobradas posições mais fiéis e de compromisso entre ambos – fortificando a idéia atual de uma maior emancipação juvenil. O que destaca a idéia de *continuum*, de desejo e esforço para que a relação tenha progresso. Indicadores

⁴⁴ Muitos *ficares* se desenrolam até o namoro, outros relacionamentos começam já com o pedido de namoro. Estes últimos vão desde as relações de exclusividade afetivo-sexual – sem possibilidade de aceitação de qualquer envolvimento de ambos com outra(s) pessoa(s) –, aos menos estáveis, aqueles que possuem uma quantidade relativa de rupturas e voltas frequentes. Tanto o *ficar*, quanto o namoro, ocorrem com grande assiduidade no ambiente escolar, local onde as jovens passam boa parte do dia (envolvidas com outros jovens). Aliás, estes outros jovens têm uma posição fundamental para que os *ficares* ocorram. Todas as jovens mencionaram receber sempre ajuda de um amigo(a) que possa “*fazer os [seus] lados*”. Isto significa fazer uma apresentação inicial e direta das qualidades da jovem amiga ou do

situacionais, por exemplo, querer *ficar* sempre com a mesma jovem (ou vice-versa) não se importando com a publicidade destes encontros, e a perda de outros, podem apontar para o namoro, como desfecho dessa situação bastante descompromissada. Outros indicadores, como telefonar, ir até o bairro, ir à escola, mandar recados depois de já terem *ficado* demonstram interesses maiores que não são sentidos como preparações para as próximas *ficadas*.

De modo geral, o que parece ser apontado com uma certa consistência pelas jovens ao falarem bastante sobre o *ficar* é uma dificuldade (já sentida ou ainda presente) de estabelecer laços mais fortes com pares heterossexuais afetivos. A prática do *ficar* ressalta a imprevisibilidade do que poderá tornar-se uma relação afetivo-sexual *séria*. Embora esse tema tenha sido bastante debatido na produção antropológica, ele se mostra, no campo deste estudo, um meio importante de iniciação afetiva das meninas entrevistadas – narrado com entusiasmo e, especialmente, com saudades (do tempo que *ficavam*) por aquelas que se uniram conjugalmente a um companheiro ou que já não podem mais *ficar* como antes, porque são hoje mães. O fundamental, aqui, é notar que elas, jovens que já engravidaram, têm esta percepção sobre o jogo que se estabelece entre as qualificações morais requeridas para o universo feminino e aspectos da seletividade masculina. O jogo do que pode se expor e o nível das transgressões expostas e dissimuladas do público de interesse a partir do *ficar* constituem um exercício de aprendizado das diferenças e dos valores sociais, que são considerados fundamentais para manejar-se na vida pública/social.

Se os valores e os controles são diferentes entre os universos estudados, como estariam elas ‘distribuídas’ quanto ao número de *ficantes* e namoros, por exemplo? Então, ao analisar as jovens enfocando os dados qualitativos tem-se, grosso modo, a seguinte conformação: as jovens (n=10) do segmento médio responderam que *ficaram* com um número menor de jovens e tiveram até três namorados. As jovens do segmento popular (n=13) namoram e *ficam* mais, segundo suas narrativas. Independente do pertencimento social das jovens, mas considerando a idade que começaram a *ficar* tem-se que os 11 anos foi a menor idade relatada para início desta prática. No entanto, voltando a diferenciá-las por universo social, as do segmento popular começaram a *ficar* mais cedo e apenas uma do segmento médio *ficou*, pela primeira vez, aos 16 anos.

jovem amigo com quem pretende trocar beijos e carícias. A aparência (como olhos, boca, dentes, cabelo, corpo e roupa) e as qualidades pessoais (querido, simpático, legal) são usadas para cativar o conquistado.

É interessante ter em mente que as mulheres podem interpretar as aproximações masculinas de modo distinto dos homens como demonstram Rieth (1998) e Leal (2003). Ao que diz Leal (2003:108) “[...] parece então que a variação semântica da expressão *ficar* depende também do gênero daquele que a emprega”. Ou seja, as diferenças de gênero contornam as significações das práticas: “[...] *eles* (os homens) *ficam nas festas, geralmente não é a que eles aparecem de namorada. É sempre aquele negócio, a namorada é para ficar em casa e no final de semana eles saem para as festinhas e ficam com três, quatro diferente, mas não é a que eles namoram*” (Alice, camada popular).

De acordo com os dados femininos colhidos neste estudo, em ambos os universos sociais, são comuns os relatos sobre a vontade de passar do *ficar* para um namoro ou transformar o descompromisso em uma paixão ou amor que assegure um outro *status* à relação e, conseqüentemente, a jovem perante a rede mais próxima.

Contornando as diferenças atuais sobre a fragmentação do amor romântico devido à emancipação e autonomia sexual feminina, Giddens (1993) aponta as distinções entre o amor romântico e o confluyente. Conforme Giddens, o amor confluyente é ativo, erótico e não está atrelado a uma idéia romântica já mencionada, ele “[...] transforma a realização do prazer sexual recíproco em um elemento-chave na manutenção ou dissolução do relacionamento. O cultivo de habilidades sexuais, a capacidade de proporcionar e experimentar satisfação sexual, por parte de ambos os sexos, tornam-se organizados reflexivamente via uma multiplicidade de fontes de informação, de aconselhamento e de treinamento sexual” (GIDDENS, 1993:73). Ao passo que o amor romântico não presume uma igualdade; na visão feminina ele proporciona a sensação de totalidade que se dá pela união com o outro; a satisfação e a felicidade sexuais estão ligadas ao romance e ao próprio poder desse amor romântico. Essa segunda vivência pode levar a mudanças no comportamento das jovens com as amigas, pela maior dedicação àquela relação amorosa. Ao que me parece, pelas descrições, são as jovens e não os seus namorados que mais modificam seus comportamentos diários. Segundo elas, os namorados procuram manter o futebol, os encontros com os amigos e as saídas sozinhos quando o namoro é assumido publicamente e perante as famílias. Já elas, procuram seguir regras que as colocam como altamente compromissadas e fechadas em obrigações e representações do que é uma relação a dois; bastante dessemelhante a relação juvenil apregoada como moderna

e com um passado pela prática do *ficar*, do ideário individualista que assegura uma autonomia pessoal cada vez maior na atualidade. Mas a questão é que essa autonomia pessoal parece ser contraditória, em um momento inicial, à percepção de uma dependência emocional. Isto é, manter uma liberdade ao namorar sério seria o mesmo que não garantir que o sentimento (amor, paixão) exista. O que justifica que a seriedade da relação venha acompanhada, pelo menos até que se estabeleçam acordos entre namorados, de um compromisso feminino de permanecer mais em casa, de não fazer o que fazia antes, agora muitas vezes vistas como “*sem graça*” ou infantis. É como se, para as jovens, ambos devessem ser apenas um ao constituírem um namoro, estabelecendo-se assim um paradoxo – do comportamento inicialmente moderno ao mais tradicional, com a mulher estando mais contida no âmbito do lar.

Vejamos, na narrativa de Cecília, camada média, o que aconteceu quando o namoro torna-se mais sério e exige se não de ambos, delas, uma postura mais voltada para a relação e para o parceiro.

- Tive um namorado em Canguçu e tive um aqui, namoradinho, mais nada. Ia em casa mas nada assim sabe (sem transa). Aí depois eu conheci o Pablo e fiquei. Aí a gente começou a estudar no mesmo colégio e morava perto também. Ele vinha do colégio lá para casa e trabalhava perto também lá de casa. Foi ficando tudo mais perto. Aí claro, tu com namorado, aí tu pára de sair... aí as amigas somem né [...] ah, aí sumiram, porque daquele tempo eu acho que nenhuma tem namorado. Só uma que tem namorado firme. Mas claro, eu já saía pouco, já não saía como antes, eu engravidei... aí já não saí. Aí se afastaram muito assim [...] completamente né.

- E tu, sentiste muita falta delas, do que faziam?

- Não, eu já não estava naquela **empolgação** (de sair).

Nos termos de Giddens, tanto a perspectiva romântica quanto a mais individualista, a confluyente, são encontradas nas relações e nas idéias das jovens sobre o *ficar* e o namoro. Há um tempo para tudo, o *ficar* pode ser mais juvenil que o namorar. O namoro mais sério é percebido como mais comprometedor e exige uma postura de relacionamento mais próxima dos adultos. A “*empolgação*”, mencionada por Cecília, é representativa destas fases que mudam com as relações, com as idades e os interesses. O *ficar* assinala um conjunto de atrações físicas e momentâneas para que um encontro se efetue. A experimentação corporal-afetiva dada nesse encontro, como as trocas de beijos e carícias, marca uma possibilidade atual de vivenciarem o valor-indivíduo nas suas relações – por exemplo, ao escolherem quando, como e com quem querem se envolver e experimentar novas sensações no contato dos corpos. Sob esse olhar, o

namoro complexifica a perspectiva individualista, porque se conforma sobre regras que ainda conservam muito das tradições hierárquicas, desiguais entre homens e mulheres. Neste trabalho, de acordo com as jovens, o vínculo formado para que o namoro se inicie pressupõe um sentimento mútuo, baseado na paixão ou no amor e/ou em uma confiança, um respeito e uma fidelidade – que é bastante relativa, sobretudo em questões de gênero como já mencionei.

3.4.3.1. A tradição no controle e a modernidade da prática

O âmbito das práticas difere-se da dimensão do discurso em muitos aspectos. Por este último, de acordo com o que as jovens sabem e ouvem, as mulheres têm oportunidades atuais menos dessemelhantes de inserção no mundo sexual em comparação aos homens. Elas ‘podem’ exercer sua sexualidade desvinculada da reprodução. Isto, em parte, demonstra que o controle dos homens sobre as mulheres, ou melhor, do que eles representam socialmente, vem diminuindo com o passar dos tempos (GIDDENS, 1993). Essa perda relativa de poderes sociais masculinos coloca as mulheres em busca de uma igualdade de experimentações nas interações sociais. No entanto, mesmo que este poderio sobre o prazer sexual venha-se legitimando para as mulheres atualmente, ainda é possível perceber nas práticas e nas falas uma hierarquia de gênero. As figuras paternas ou outras de importância na família são, muitas vezes, as figuras mantenedoras destas tradições desiguais. O próprio namorado, com ou sem respaldo da família, também pode coibir a namorada (se ela permitir) com interdições relativas à sua roupa, a suas amigas e ao modo como ela se comporta com outros amigos.

O caso de Leila é um exemplo de como o controle perpassa suas relações sociais e afetivo-sexuais. O fato de seus pais passarem por dificuldades econômicas fez com que Leila fosse mais cerceada do lazer; tinha de ajudar sua mãe em casa e procurar não incomodar o pai, que estava doente. Aos 15 anos, começou a namorar, sempre muito ‘cuidada’ pelos pais. Ela procurava namorar mais em casa, para que a família ficasse mais tranqüila. A família percebeu, pela convivência, que o namorado persuadia a jovem a ter comportamentos que não constituíam em preocupações cabíveis para a filha. O namorado não queria que ela usasse saias curtas e nem saísse para a rua quando não estivessem juntos. A família, reagindo a esse tipo de imposição, começou a dificultar os encontros, colocando horários e dias para o namoro, mas alegavam que era em função

dos estudos – muito namoro é sinônimo de pouco estudo: “*É só fim de semana* (que pode namorar)”, diz Leila. A mudança em função da imposição do namorado foi percebida pelas amigas, que se mostravam contra esse tipo de concordância de Leila. Uma amiga, que chegara durante uma conversa com Leila, dá seu depoimento crítico quando o assunto não era exatamente este.

- E tu, como é que fica essa coisa de namoro? Tu já namoraste?
- Já.
- Em casa?
- Não.
- E como é que tu achas que os teus pais reagiriam com isso?
- Não, eu converso com a minha mãe sobre isso. Esses dias ela tava até mexendo comigo. Ela disse que: “Quando é que tu vai trazer o meu genro aqui?” Aí eu disse que não queria arrumar um namorado. Ela me perguntou: “Por quê?” E eu disse que eles eram só para segurar no meu pé, assim como o Cristiano faz com a Leila. Aí ela começou a rir (concordando com a situação de Leila).

A atualização/modernização em termos de socialização dos gêneros destes sujeitos envolvidos no cotidiano juvenil (pais, irmãos, mães, tios, avós), ainda que perceptível, tende a ser outra, mais tradicional, quando se colocam questões como a de honra da família pela descendência feminina: “*A minha não!*”⁴⁵ Há uma tênue linha, bastante subjetiva e cultural, que separa o exercício sexual feminino aceitável e o mesmo exercício que possa levar à promiscuidade feminina.⁴⁶ Todavia, se a modernização não caminha em pé de igualdade para todos, com prejuízo para as mulheres, novas práticas são criadas e outras são mantidas, assim como algumas são atualizadas na medida do possível – o exemplo já citado de Mara e suas irmãs é demonstrativo dessa modernização que caminha e tensiona as relações intergeracionais.

O artigo de Pais (2003) – com o qual objetivou investigar se as novas gerações estariam criando novos valores sociais –, demonstra os resultados de uma pesquisa com 2.012 jovens portugueses, em 1996 que as principais mudanças estão na dimensão sexual, onde há maior descontinuidade intergeracional quanto às práticas e as atitudes sexuais. Segundo ele: “[...] os jovens parecem ser portadores de uma nova ética sexual,

⁴⁵ Honra está sendo utilizada no sentido de virtude moral e que regula comportamentos.

⁴⁶ Segundo a pesquisa da Unesco (Juventudes e Sexualidade, 2004) a precocidade da vida sexual afirmada pelos entrevistados de todos os estados questiona a idéia de promiscuidade sexual dos jovens, pois eles afirmam ter tido contatos sexuais com um parceiro e não vários (Jornal Zero Hora, 09/03/2004). Os dados do GRAVAD também apontam neste sentido, segundo o trabalho apresentado por Knauth no Seminário Juventude, Sexualidade e Gravidez (intitulado “Gravidez e trajetórias afetivo-sexuais de jovens”), os jovens estabelecem relações mais duradouras (mais de três meses) com mais frequência do que supunha o senso comum.

bastante mais desinibida ou tolerante que aquela que caracteriza as gerações que os precederam” (p. 32). Efetivamente, muito mudou também no Brasil, porém, de acordo com os depoimentos e as observações deste trabalho, tornou-se cada vez mais evidente, pelas práticas, que junto com os novos hábitos convivem valores modernos com os que se encontram em contextos cuja cultura sexual tradicional é prevalente, isto é, de maior desigualdade entre os gêneros. Essa dupla convivência de valores ressalta a multiplicidade de juventudes e negociações da realidade, pois se estabelecem variadas estratégias para a convivência entre gerações e para a adoção de estilos de vidas que combinam experiências passadas e novas experimentações.

No estudo acima referido de Pais (2003), o modelo de iniciação sexual tradicional está coligado ao matrimônio, mas acompanhado da “precocidade moderna” da liberdade sexual. Essa “modernidade” sexual das gerações mais jovens portuguesas vincula-se ao ideário individualista por basear-se em uma “ética sexual da experimentação”, onde se combinam relações fugazes e românticas, experiências pré-matrimoniais e coabitações; iniciações precoces e relações duradouras. Todas essas novas liberdades ganham valor sob a ótica de uma tolerância social face à diversidade das relações juvenis. Pais, nesse trabalho, não faz considerações quanto ao gênero, que poderá mudar o quadro de aceitação das experimentações afetivo-sexual ‘dos jovens’ modernos daquele país.

A questão que se coloca aqui é que a dimensão do gênero não pode ser desconsiderada, pois determina posturas perante a liberdade sexual e o tipo de prática que os jovens podem executar dentro de uma ideologia moderna. Em Pelotas, no que tange à primeira transa, de acordo com as jovens entrevistadas, uma tradição do universo masculino, de sexo pelo sexo *versus* um código de sociabilidade libertária se mantém desigual, sem vantagem social para as mulheres. Segundo elas, tanto é assim que a primeira transa ocorre com maior frequência com o primeiro namorado e não com um *ficante*, embora tenham vontade de experimentar e ir mais além com determinados *ficantes*. Todavia, depois de perdida a virgindade, e dependendo com quem e onde, a jovem pode se envolver em uma relação sexual com um *ficante*, mas, de fato, é mais raro encontrar relatos sobre isso, talvez por ser mais difícil ‘explicar’ tal situação – haja vista todo um contexto moral. Transar com um *ficante* desconhecido, ou *de primeira*, pode mal qualificá-la com os amigos, já que elas sabem que meninos contam para outros meninos e algumas meninas (amigas mais íntimas) com quem

“*transaram*”/“*comeram*” e, sendo Pelotas uma cidade onde ‘*todos se conhecem*’, isto estaria mais cedo ou mais tarde nas redes de fofocas – logo, iria contra sua honra.⁴⁷ Duas jovens mencionaram ter transado com um *ficante*, todavia, a primeira transa foi descrita com o namorado. Uma terceira não havia transado com o primeiro namorado, mas esta apreensão (ser namorado ou não) só pôde ser feita depois que o relacionamento fora rompido – para ela, eles namoravam. Para ele, segundo a avaliação posterior dela, aqueles encontros não podiam ser considerados como namoro. Passado algum tempo, ela concordou por entender que ele sempre fora infiel.⁴⁸ O interessante foi perceber que o controle familiar sobre as saídas e os envoltimentos afetivos torna-se menor quando as jovens, de camada popular, ‘perdem’ a virgindade (e todo o valor simbólico nela colocado) e isso foi comunicado por elas ou por outrem à sua família.

O meu pai tentou me dar (bater), mas eu tinha 15 anos já. Depois que eu já era mãe, e querer me dar tranco!? Hoje ele quer me dar tranco, quer dizer, o que adianta? Ele era para ter me trancado quando eu tinha uns 12, 13 anos que aí sim, mas agora não adianta mais. [...] Ela (a mãe) deixava eu ir (a baile, aos 12 anos). No início ela deixava, aí depois que ela viu que eu não tinha mais freio ela começou a trancar. Mas aí já era tarde (não virgem). Como eu digo, às vezes eu culpo ela. Eu digo, eu sou cheia de problema. Eu digo para ela: - “Se tu tivesse me prendido quando eu era pequena...” (Lia, camada popular).

Conforme o depoimento de Lia, uma dose de controle é esperada e quando não é administrada pelos pais já nas primeiras saídas parece ser mais difícil retomá-la depois – quando o gosto pelas saídas se concretiza em algum nível, da dimensão subjetiva, com a sensação de maior liberdade. Essas queixas de pouco diálogo e, especialmente, da inexistência do ensinamento materno para o sexo, perpassam por características das relações familiares (mães que não estão preparadas para falar sobre sexo ou que não sabem como transmitir o seu conhecimento; filhas que não permitem os pais falarem), e também no modo como o “ser mulher” é caracterizado no contexto social.⁴⁹ Pois, de

⁴⁷ Para um estudo sobre honra e gênero ver Fonseca (1992).

⁴⁸ Ao comparar com os dados quantitativos de toda amostra masculina de 2001 (da C/82) tem-se que a primeira transa dos jovens foi com uma *ficante* em 50,9% dos casos entrevistados e 28% com namoradas. O mesmo dado para toda amostra feminina de 2001 se apresenta de forma contrária, isto é, 64% das jovens transaram, na sua primeira vez, com o namorado e 10,4% transaram com um *ficante*. No entanto, quando a primeira transa ocorria com algum namorado, tanto para jovens homens quanto para as mulheres, fora o primeiro namorado o escolhido (com duração de 6 a 12 meses de namoro).

⁴⁹ Ter mães que falam pouco sobre contracepção e/ou não conversar com amigos sobre o tema são aspectos discutidos nos artigos de Adolph et al. (1995); Corcoran, Franklin e Bennett (2000); East (1999) e Manlove et al. (2000).

modo geral, sobremaneira no universo popular, parece que uma mulher deve estar sempre regulada e limitada, tendo “suas opções estabelecidas por outros” (SALEM, 1980:59) e muito pouco por si só (esse é um tema que terá continuidade no capítulo seguinte, quando elas comunicam e justificam a gravidez).⁵⁰

Elias (1973) demonstrou em *La civilisation des mœurs*, no espaço reservado às relações sexuais, quão privatizada são as manifestações pulsionais, especialmente as sexuais, e assim adquirem outras qualidades: “às vezes invisíveis e indizíveis” (BOZON, 1995b:41), quando os não-ditos subentendem os interditos (VILAR e GASPAR, 1999). Elias (1973) salienta que, em realidade, as relações que se estabelecem entre pais e filhos referentes à sexualidade e a educação sexual são dependentes das estruturas particulares de cada sociedade e contexto: da imposição social da monogamia, das influências da igreja, da necessidade de autocontrole, da adição do modo de vida de cada sociedade etc. No universo aqui pesquisado o *diálogo* em casa (entre pais-filhos) e o controle dos pais (sobre os filhos) podem ser vistos como pólos próximos ou muito distantes. Vejamos como tais ambigüidades surgem e se unem as concepções de construção da subjetividade e da individualidade, provenientes das teorias *psi* e/ou psico-pedagógicas, que são tão divulgadas (escola, novelas, reportagens televisivas e impressas) e valorizadas socialmente quando se fala de pais e filhos. Principalmente nos campos dos limites necessários para romper com a cadeia de comportamentos de riscos juvenis e os estímulos importantes de serem dados, de maneira positiva, para levar a um amadurecimento dos jovens – logo, a um discernimento entre o bom e o mau, o certo e o errado, entre outros pólos que poderiam ser citados.

A partir das narrativas das jovens sobre como suas relações com os pais foram tumultuadas percebi que estas, que demonstravam menor tolerância para com o controle familiar (ou seja, brigavam, respondiam alterando o tom da voz e deixavam claro que não entendiam as razões para a proibição para as saídas), eram as que também criavam

⁵⁰ Nas famílias de camadas populares, cujas jovens foram entrevistadas, e de acordo com as histórias contadas por elas, pensar em sexo pelo sexo parece ser situacional e mais preocupante enquanto estão solteiras (não coabitando com um parceiro), pois, de modo geral, não importa que após a união (consensual ou legal) o casal faça sexo por sexo – não é comum questionarem a qualidade ou a frequência da relação sexual depois do matrimônio consolidado (se sexo para satisfação de um e não de ambos). Mas é bastante usual julgar e comentar como não seria correta esta prática antes de uma aliança formal ou mesmo de uma estabilidade na relação.

laços mais fortes – porém menos íntimos⁵¹ – com amigas(os), mantendo a família afastada dos seus lazes, não falando o que neles faziam. Se a reação é de rejeição para com o controle familiar, a mãe (ou os pais) tendem a não se enfrentarem persistentemente com a filha. Então, uma vez que a família ‘se afasta’, não controla ou o faz menos em relação às saídas, aos namoros e às amizades, a jovem sente-se mais livre e ‘dona-de-si’.

Essas dificuldades de estabelecer um certo diálogo para contar suas intimidades aos pais (ou somente às mães – quando o pai não está presente ou nem está na lista dos possíveis ouvintes e interlocutores) também estão correlacionadas, a meu ver, como mencionado anteriormente, com a dificuldade comum, sentida freqüentemente pelas jovens e mães de falarem abertamente sobre sexo com os filhos, como afirma uma mãe entrevistada: “[...] *da minha educação, sexo para mim era uma coisa horrível! A minha mãe sempre ensinou a gente, a minha mãe nunca falou de sexo para a gente e quando ela falava ela falava como se fosse uma coisa feia, nojenta. Então isso para mim era horrível, eu não me imaginava nua com ninguém*”.

Neste sentido, é importante que se frise que o diálogo familiar sobre as relações afetivas e/ou sexuais das filhas muitas vezes está onerado e atrelado ao controle do que há de mais privado e do que é público para elas e para eles – é como se os pais se aproximassem para saber mais e agir/interditar mais, baseados na intimidade das filhas.

O diálogo aqui está em um patamar inversamente proporcional à aproximação entre pais e filhos na modernidade, pela possibilidade de perceber o outro como um sujeito individualizado – e assim, cada vez mais pelo processo civilizador, como apontou Elias (1990). A acepção preeminente do diálogo, neste momento, é de que ele é uma forma de confissão das diferenças entre gerações, inicialmente. Isto é, as mães, como já anteriormente apontei, são percebidas como mais velhas do que realmente o são; também é porque demonstram ter visões que não tranquilizam as jovens ao falar das práticas juvenis atuais, por temor de não serem compreendidas e acabarem sendo mais vigiadas. Além disso, as mães não têm um histórico de comunicação sobre intimidades anterior e, de algum modo, ao perceber determinadas atitudes das filhas querem construí-lo – ao que parece para as jovens algo repentino e controlador. O próprio exercício da autoridade parental, ou melhor, da maneira que a exercem e ainda

⁵¹ Defino como laços íntimos àqueles que uma jovem tem com uma amiga, a confidente, cuja confiança no silêncio sobre sua privacidade qualifica e fortifica a relação de ambas.

da percepção que as jovens têm dele, pode favorecer a permanência dos silêncios. Outro fato que pode corroborar para essas diferenças entre mães-filhas é que as proibições geralmente precedem a necessidade de conversa; a conversa surge, quando acontece, posterior a uma discussão, briga e/ou decepção com a postura dos pais. Essa autoridade social dos pais sobre as filhas rompe com a possibilidade das jovens alcançar uma certa autonomia que diga respeito às atitudes vistas como juvenis e a um processo de individualização presente na modernidade.

Por ser uma apreensão que se deu no decurso do estudo, vou exemplificar com a história de um caso. Em parte, ele pode ser visto como uma exceção, pois os limites foram derrubados pela jovem com maior facilidade do que em outros casos. Por outro lado, o exemplo nos mostra que a exigência de manter um limite e saber em que medida aplicá-lo é o que ela gostaria. Alice lembra que antes de engravidar fazia o que queria, embora a mãe (mais do que o padrasto) tentasse, inicialmente, coibir algumas das suas saídas. A tia que mora ao lado de sua casa era mais rígida e exercia uma influência importante no controle da moral das jovens da família; as filhas dessa tia saíam um final de semana sim e outro não. Essa mesma tia não gostava das amigas da Alice. Dona Alice, mãe de Alice, não foi suficientemente forte para manter a mesma disciplina e afastar as “más companhias” da filha. Mesmo com a mãe não fazendo oposição direta ainda assim havia necessidade de mentir, além de demonstrar como as regras são importantes para a noção de limite na juventude. Disse:

Dos meus onze até um pouquinho antes dos 17 eu era horrível. Até eu admito que eu era [...] **Eu aprontava, dizia que ia para um lugar e ia para outro, brigava, xingava, não podiam me dizer um aí [...]** Sempre tem aquela coisa da mãe correr (as amigas que vinham na casa dela), mas a gente nem dava bola, passava um tempinho e nós já estávamos tudo junto de novo [...] **Eu acho que tem que ter um limite: isto tu podes fazer, isto tu não podes, hoje tu podes sair, amanhã tu não podes. Eu acho que tem que ter um limite. É que eu sempre fui solta assim [...]** Até nas primeiras vezes que (os pais) me disseram não eu ficava quieta, mas depois não adiantava dizer não que eu ia! **Mas eu acho que os pais têm que impor respeito, nem só trancar, mas também não largar demais. Eu acho que tem que ser assim [...]** Senão qualquer coisa já é motivo de brigar. Se tu me disseres uma coisa que eu não gosto eu já brigo, até que agora eu já perdi um pouco daquela coisa (revoltada), eu estou mais maneirada assim. Mas antes bastava qualquer coisa pra mim discutir, era qualquer coisa ... (Alice, camada popular; grifos meus).

Essas jovens tendem a manter relações menos romantizadas com os namorados ou *ficantes* mais frequentes. Parecem se mostrar mais propensas a tomar decisões

aparentemente menos calculadas sobre se *ficam*, se namoram e/ou se transam. Desse modo, são percebidas como mais atrativas, em certo sentido, para os jovens homens que gostam de jovens mulheres mais independentes para transarem e saírem, que não venham cobrar deles alguns compromissos. Ao mesmo tempo, este descompasso entre o que podem fazer e fazem com o que a família não aprova, reforça as atitudes de que devem se pautar menos pelo meio familiar e mais pelo que seu grupo pensa e faz. Têm que criar um espaço próprio para que possam manter valores importantes para sua geração e rede de amizades que não encontram amplo respaldo na sua família.

No entanto, por mais contraditório que possa parecer, é através da possibilidade de união com um parceiro, que elas pressupõem sair de um certo nível de controle familiar. Não há como fugir de certo grau de controle social; o ponto é saber onde ele pode ser mais aliviado e em relação a quê. A contradição está também quando elas percebem que com a conjugalidade, o nascimento do filho(a) outros controles e responsabilidades se estabelecem e, neste instante, é que elas tendem a culpar a família por não terem sido controladas e não haver diálogo – especificamente este aspecto será aprofundado no próximo capítulo.

Essa intimidade que em um outro momento é reivindicada dos pais é cultivada antes da gravidez com as amigas, que por participarem de suas ‘histórias’ afetivo-sexuais podem opinar com a propriedade de quem também passa por situações, se não iguais, bastante semelhantes. Ao analisar através de um universo social e olhando para o momento posterior ao desejo de emancipação tem-se uma conformação de outras responsabilidades e desenlaces de histórias. As jovens de camada popular, de acordo com seu contexto, retomam ou resignificam o grupo familiar como aquele que pode apoiá-las e o grupo retribuiu com um controle aparentemente menor. Enquanto que as jovens de camada média procuram continuar a demarcar uma individualização com a família, querendo construir um espaço próprio (SALEM, 1980; VELHO, 1999b).

3.4.3.2 E quando é sobre sexo...

Quando perguntadas se os pais haviam ensinado mais formalmente algo sobre sexo, todas as jovens disseram não ter recebido educação sexual em casa. Aprenderam a ouvir comentários, dicas que surgem em meio a uma novela, quando alguém fala sobre cuidados e não poder “*bobear*” com os homens. Comentários que adquirem por sua conotação moral uma forma pedagógica de falar sobre sexo, sem diretamente falar com

a filha e da vida sexual dela.⁵² Os dois depoimentos que se seguem exemplificam as idéias e as críticas emitidas especialmente à família, todas relacionadas ao silêncio sobre o sexo na família e à ocorrência da gravidez, que será aprofundado no capítulo seguinte.

(Estávamos falando de como organizaram a primeira transa) Até menti para a minha mãe dizendo que eu ia para uma festa de 15 anos. Mas é a melhor parte da vida! Mas aí não rolou nada da primeira vez, ele tentou, tentou [...] Eu acho assim, a gente tem que dar anticoncepcional antes, já ensinar, não ter vergonha como a gente fica de conversar com a nossa mãe. A gente tem que dizer assim: - ‘Filha, antes de tu começar eu vou te dar anticoncepcional’. Pelo menos tu estás prevenida... É... mas é difícil a gente dizer né. (Denise, camada média, gravidez não-planejada, uma filha)

- Ela sabia que tu transavas com o teu namorado, ou com o cara que tu estavas ficando?
 - Ela sabia por ela, sei lá, porque eu...
 - Não que tu sentasse e conversasse: - ‘Mãe, eu estou transando’.
 - Não, não que eu sentasse e conversasse, eu nunca fui de chegar e conversar.
 - Nunca tiveram uma abertura de conversar sobre sexo, de falar como é que é, como que não é...? Se tem que prevenir, o que é que tem que fazer para se prevenir?
 - Não. Ela de vez em quando dizia: - “Olha, tu vê bem o que tu vais fazer, tu te cuida!”
 - Ela te dava uns toques assim, mas não de sentarem e baterem um papo sobre esse assunto?
 - Não, isso aí nunca.
 - E nunca tu quiseste chegar e sentar para ter esse papo? [...]
 - Sei lá, eu acho que eu não me sentia à vontade mesmo.
 - Ela sabia por quê? Imaginava ou porque...
 - É porque estava na cara. Porque estava na cara!
- (Alice, camada popular, gravidez não planejada, uma filha).

As jovens esperam e as famílias ‘deixam’ a educação sexual para a escola, para a rua. Esta dificuldade familiar e também dos jovens, como Alice evidencia (“*estava na cara*” não precisa falar, é só observar o comportamento), estaria relacionada às concepções de juventude e de como os adultos aprendem a manejar com eles e vice-versa? Em que medida as diferenças entre gerações e as novidades nos comportamentos juvenis – dentre outras ‘modernidades’ construídas historicamente, como o *ficar* e a *pegadinha* – estão mantendo as distâncias a ponto dos pais não se sentirem capazes de

⁵² Vilar e Gaspar (1999:40) também encontram com as jovens portuguesas essa limitação familiar para falar de sexualidade. Não falar, para as famílias das jovens, representa um “[...] factor de legitimação das práticas, de que, idealmente, se deveriam abster até o casamento. Por outro lado, o facto de as próprias famílias terem sido socializadas nos silêncios da sexualidade, origina aquilo a que elas próprias designam por *vergonha*, quando toca a conversarem com as jovens”. Destacam ainda que mesmo quando as famílias falam de sexo com as jovens o seu carácter é quase sempre evasivo, no mesmo sentido que boa parte das jovens entrevistadas também afirmaram ouvir ‘conselhos’ sobre sexualidade de suas famílias.

ao falarem sobre sexo entenderem/aceitarem o que irão ouvir?⁵³ Essas diferenças podem demarcar silêncios consentidos e preventivos das próprias relações e visões de mundo. As inter-relações entre gerações e sexualidade são complexas.

Há, no senso comum local, concepções de que ao falar de sexo pode-se estimular a jovem a iniciar-se sexualmente mais cedo. Da mesma forma, tomar pílula ou andar com camisinha na bolsa pode apontar “má-intenção” da jovem – por ser um comportamento que não combina com a idéia romântica das relações e nem de uma certa imagem de inocência de juventude e de menina que paira, muitas vezes, na concepção dos pais. Há que se ater sobre as dificuldades que as famílias demonstram ao falar sobre sexualidade (OLIVEIRA, 1998), sem que o sentimento de estar estimulando por falar supere o de estar ajudando a lidar com possíveis dificuldades. No entanto, pouco nos perguntamos como estas dificuldades se estabeleceram para a sexualidade juvenil (ou adulta), porque ela comporta tantas controvérsias e discussões que não chegam a ter maior penetração na educação das gerações e, em geral, desta população.

A sexualidade, especificamente do intercuro sexual, de modo geral, está associada à representação amorosa. Porém, também no senso comum, a juventude é vista e praticada como uma fase de vida em que a experimentação é necessária e quando as trocas de objetos de paixão são constantes, portanto, em tese, se diferenciam do amor adulto. No amor adulto o intercuro sexual não é negativamente socialmente ou, pelo menos, não na mesma proporção que o é na juventude quando algo “sai” errado. Portanto, a princípio, o que pode se inferir é que a entrega amorosa na juventude é questionada e avaliada justamente por representações que colocam os jovens como sendo instáveis, podendo fazer escolhas antecipadas e erradas para aquela fase de vida e idade. Os pais reservam-se, contraditoriamente, a falar de sexualidade, principalmente por serem namoros vistos como “*coisas da juventude*”. No que tange às filhas, o papel dos pais enquanto socializadores é criticado em relação ao silêncio sobre o sexo e a prevenção. Mas, mesmo criticando, as filhas não me parecem interessadas em inverter essa postura parental, como os questionando e falando de suas dúvidas. Os espaços sociais do sexo ainda estão muito vinculados, de acordo com os dados deste trabalho, a uma moralidade da rua que deve se adequar (mais ou menos) com as moralidades da

⁵³ *Pegadinha*, em Pelotas, tem sido usada, por vezes, como sinônimo de *ficar*. Mas o termo também pode enfatizar uma diferença: nela não importa nem mesmo o nome dos envolvidos. O beijo, precedido de olhares e gestos que levam ao encontro, acontece e tudo acaba – ninguém sabe nada do outro – é algo mais rápido do que o *ficar* e parece ter menos chances de se tornar um namoro ou um *ficar* constante.

casa. Saber para quem se entregar e só fazê-lo por “amor” torna-se central para o momento da transa, da perda da virgindade (“*ir com uma pessoa que tu não gosta não tem nada a ver*”) – ao mesmo tempo é representativa das histórias familiares, das regras femininas e masculinas, dos namoros dos pais e das diferenças entre “*na minha época*” e o “*hoje em dia*”.⁵⁴

3.4.3.3 Escola: além da aprendizagem, um ponto de encontro

A preparação profissional e pessoal que a escola dá para o futuro dos seus alunos é uma concepção social de bastante força em Pelotas; seus significados têm respaldo no mundo adulto, como demonstrei inicialmente. As ligações entre um futuro profissional bem sucedido e os graus de escolaridade alcançados são constantes nas falas. Por Pelotas congregar universidades e uma escola federal profissionalizante, a educação tem um valor não só para formação futura, mas um vigor para a captação de recursos econômicos para a cidade.

A convivência da cidade com os estudantes faz com que quase todos os jovens, de modo geral, sejam vistos como sendo *estudantes* – como um complemento, uma adjetivação da própria juventude. Em Pelotas, como venho mostrando, as representações mais amplas sobre juventude discorrem sobre uma fase de vida em que o divertimento deve fazer parte da vida juvenil. A escola, de muitas formas, é mais um espaço de confluência diária de jovens e, por conseguinte, de histórias que se desenrolam entre e sobre jovens. Com as jovens deste estudo as primeiras lembranças e narrativas demonstram a importância do espaço escolar; é o espaço dos: amigos/colegas, namoros e paqueras. Esta associação – entre escola e juventude – foi estimulada por mim, como uma estratégia para ‘quebrar o gelo’ do primeiro encontro. No entanto, à medida que as interações se consolidavam, a importância desse espaço continuava acentuada nas narrativas; ou seja, ao invés de uma associação primeira com o estudo e com os compromissos (provas, temas, trabalhos) o que ressurgia oportunamente nas falas era a idéia da escola como um espaço juvenil.

⁵⁴ Um exemplo bastante atual de que a virgindade feminina é um valor importante (seja como moeda de troca de uma relação ou como um símbolo da honra familiar) e que não é assim vista para o mundo dos homens está em uma reportagem da Revista Época (17/12/2000). Foi realizada, em 2000, uma pesquisa quantitativa com jovens de 18 anos moradores em cinco capitais do Brasil. O estudo concluiu que a virgindade feminina é algo valorizado como prova de amor (20%) e de moral da mulher (29%). Por outro lado, a virgindade masculina só está relacionada às questões morais em 14% do público entrevistado.

Congregando duas esferas, a escola é, portanto, um local onde parte das histórias de relações juvenis acontece – tanto as de amizade como as afetivas – e onde as famílias depositam muitas das expectativas futuras. Ter um certificado ou diploma na mão pode abrir algumas portas dentro de um cenário local economicamente não-favorável, embora com dificuldades de inserção, que de tão perceptíveis podem levar a certo desânimo ou desvalorização do ensino em alguns casos.

[...] porque sem estudo o que a gente é? Não é nada, apesar de que tem tanta gente aí que tem estudo e cadê o serviço? Às vezes eu fico pensando o que adianta ter estudo, não tem serviço. (Paula, camada média, curso médio incompleto).

Por outro ângulo, a família aposta na educação formal e nos ensinamentos lá dissipados que possam ser empregados para além da instituição escolar. Há níveis diferenciados de valor segundo os segmentos sociais. A escola é vista, de modo geral, como um dos redutos sociais onde se aprende as regras de convivência, como a ter: horário para determinados aspectos, responsabilidade e respeito para com os outros, ainda que na prática não seja sempre assim – lá, também, é possível aprender as significações opostas dessas palavras. De certa forma, a escola, assim como a família, tem a função de socializar e de repassar um padrão de conduta, além, é claro, dos conhecimentos das “*matérias*”. Desse modo, a escola dá continuidade ou interage com os valores familiares. É, portanto, em níveis dessemelhantes, uma instituição de poder socialmente legitimada e positivada pelas jovens (pelo convívio com outros jovens) e pelas mães entrevistadas (pela ligação do saber com o futuro pessoal e profissional).

Como tudo, a escola tem uma longa história para ser hoje percebida dessa forma. Ela adquiriu, há muitos anos, junto com a igreja (THIÉRCE, 1999), forças orientadoras para manobrar socialmente o sujeito nascente – aquela criança que deve ser alfabetizada e socializada em instituições escolares.⁵⁵ Esse poder teve um papel especial na regulação da sexualidade juvenil. Estava na mira o jovem impetuoso, aquele que deve ser ensinado a se controlar (FOUCAULT, 1979), a ter seus impulsos reprimidos de acordo com normas institucionais, às vezes até mais duras, mas que configuravam, no final das contas, a boa educação.

Por sua vez, a escola, através de seus métodos e de sua proposta, assumiu um papel fundamental na noção e nos sentimentos de juventude e de adolescência (ARIÈS,

⁵⁵ A necessidade atual de colocar os filhos mais cedo na ‘escolinha’ para as famílias cujos pais trabalham fora denota, cada vez mais, a importância dessa instituição na vida moderna.

1981). As instituições escolares fechadas, como os internatos – bastante comuns há anos, sob a égide da igreja – mantiveram na vigilância os humores e os pudores juvenis sem talvez discriminar indivíduos; todos sob as mesmas leis. Ela os dividiu em classes por idades para que as categorias de ensinamento e de disciplina usadas e cobradas estivessem de acordo com as idades; pontuando, paulatinamente, quando começar a aprender algo e, quando findar os estudos; a serem adultos ‘educados’. Ela também dividiu a convivência dos abonados e dos poucos favorecidos com lugares distintos não só dentro da mesma instituição (quando camadas sociais diferentes convivem) mas, também, geograficamente distantes (escola particular e escola pública).

Grosso (2000) destaca que a escola é um reduto institucional típico da cronologização das idades e, portanto, uniformiza e regulariza todos de acordo com as idades, não distinguindo as especificidades dos indivíduos e, em decorrência desta atitude, a escola estaria generalizando uma imagem juvenil. A desconsideração com as diferenças corroborariam para o prolongamento da idéia de juventude. Como referi inicialmente, tem-se hoje uma imagem de jovem vinculada à de estudante e não se limita a idades, por exemplo, abaixo de 19 anos. Outra manifestação destas idéias na instituição escolar atual seria a própria divisão dos alunos em turnos. As separações seria um exemplo de que a imagem de juventude (dos que devem estudar de dia ou de noite) está impregnada de elementos que se engendram nas classes etárias, na cronologização da vida e na biologização das idades (jovens mães podem ser coagidas a estudar no noturno; jovens trabalhadores não podem estudar de dia; jovens desordeiros não devem conviver em sala de aula com aqueles que querem estudar, dentre outras possibilidades de exemplos).⁵⁶

Tentar romper com os deveres e as regras escolares pode levar o/a jovem, se descoberto, a receber um castigo (suspensão temporária, sermão da diretora ou até expulsão e mudança de turno). Essa ‘capacidade’ e ‘propriedade’ juvenil de desafiar o poder da “*autoridade*” somou para a conceituação geral da juventude a idéia de uma

⁵⁶ Os jovens que repetem freqüentemente uma série atingem uma idade que não está de acordo com a de seus colegas, e as influências dessa convivência, dependendo dos casos, não são bem vistas nem pela família, nem pelos professores. A solução que, geralmente, as escolas adotam é de transferir o repetente mais velho para o período noturno, onde poderá conviver com pessoas de ‘mais idade’. O período noturno é freqüentado por outros ‘jovens’ que trabalham durante o dia e por ‘adultos’ que não conseguiram estudar quando mais jovens. As representações populares sobre este turno escolar fazem alusão à bagunça, ao perigo, à violência, à baixa qualidade de ensino e aos alunos cansados, pouco produtivos. Uma das jovens contava como era quando estudava à noite: “*Elas não são casadas (colegas), elas têm*

fase de vida menos controlável, mais impulsiva, de entrega sem medição de conseqüências futuras. Historicamente, outras atitudes de valor semelhante em termos de impacto, como a de uma transa dentro da instituição de ensino, requereram destas instituições esforços moralistas bem maiores, conseguindo muitas vezes respaldo das famílias para as punições (THIERCÉ, 1999). No entanto, as regras e a própria visão sobre a juventude mudam com o tempo, são reconstruídas socialmente através das gerações, mas até então não foram abolidas as balizas que devem reger as condutas de alunos com alunos, de alunos com professores etc. já que não é está uma das funções da escola. Assim como as expectativas alocadas na instituição, que tenta se adequar ‘à época’ e às interações sociais a serem permitidas, os jovens conquistaram direitos de na escola poder dar continuidade as atividades que não têm ligação direta com a instituição, como namorar, conforme veremos no decorrer deste subitem.

Em Pelotas, nas escolas onde as meninas frequentam(ram), no horário do recreio e no fim das aulas, é corriqueiro deparar-se com outros jovens que estudam em outros horários (ou noutras escolas) que se posicionam em frente à escola para começar ou mesmo dar continuidade às paqueras. Algumas destas escolas nem chegam a fechar seus portões para que esse acesso não se dê de uma forma ‘ilegal’; facilitam a entrada, mas controlam as atividades com os supervisores escolares que já conhecem quais são ou não os alunos. Grande parte das jovens não desperdiça estes momentos e vão vestidas para chamar à atenção⁵⁷, querem se destacar mais do que as outras e, assim, conseguir um ‘sucesso’, garantindo os olhares masculinos e femininos. Marcar encontros na escola, ir noutros horários à instituição para ver alguém, foram práticas comuns entre elas.

O espaço escolar dificilmente é proibitivo a elas; os pais não costumam negar uma saída à escola. A imagem da instituição, como local vigiado, garante aos pais uma certa ordem do comportamento das filhas e uma extensão da ordem moral familiar pelas regras daquele local, até que se prove o contrário. Há, nas instituições, uma estrutura de

namorado [...] A gente conversa, a gente ri, a gente combina, uma traz café, outra leva chimarrão. Eu digo: qualquer dia levam vinho!”.

⁵⁷ Como o uso do uniforme nas escolas públicas está dispensado, as jovens usam calças jeans de cintura baixa, blusas com a barriga/umbigo de fora, cabelos escorridos ou alisados, brincos grandes, batom, algumas vão maquiadas e usam de preferência saltos altos ou tênis da moda. Na época de inverno o uso de blusões é menor do que o uso de casacos, que por baixo desvelam a barriga e a cintura com as blusas curtas. As jovens, de modo geral, não fazem distinção de uma roupa para a escola e uma para sair. Ou porque não tem tanta variedade, ou porque a escola merece um capricho “no *visu*” (visual) como os outros locais específicos para lazer.

peçoal (como supervisores, instrutores, faxineiras, professores, diretor, guardas) que dão conta de ‘irregularidades’ maiores. Não há como manter ‘um olhar’ sobre as filhas o tempo todo e nem ouvi, das mães, tal preocupação. Não estou me referindo às escolas cujo nível de violência ou superação de regras coloque os pais ou responsáveis em alerta com a instituição, já que não são características destas escolas. Os pais preocupam-se, sim, com o caminho até a escola (a ida e a volta), com os assaltos e os estupros que as filhas podem sofrer em estarem se deslocando de casa para outro local sabidamente jovem e pretensamente onde há pessoas mais despreparadas para identificar os perigos. As jovens freqüentam escolas públicas municipais e estaduais dos bairros ou de um bairro vizinho onde moram e nenhum dos colégios possui uma distinção negativa na comunidade.

As jovens deste estudo falaram da escola como um local de divertimento, mais do que um lugar de provas e aulas. “O tempo da juventude está associado às práticas de sociabilidade e de lazer particulares” (GALLAND, 1997:213). As especificidades destes lazeres e práticas, assim como das concepções sobre os locais de sociabilidade juvenil, estão em forte relação com o permitido no público e no privado, no jogo que se coloca entre ambas as esferas. A escola é uma instituição pública que abre um leque de encontros com outros jovens. Pensando em algumas coincidências ela pode se aproximar, dentro das práticas juvenis e dependendo das regras institucionais, de outros espaços de sociabilidade, como bares ou nos pontos de encontros espalhados pela cidade. Tanto em um bar como em uma escola as jovens e seus pretendentes podem paquerar, conversar, se exibir, brigar, se divertir fazer amigos dentro e fora de aula. Claro que em uma escola o tempo e o objetivo, ao reunir jovens, estão demarcados por parâmetros distintos ao do bar ou ponto de encontro. Um bar não tem a pretensão de ensinar e nem de reprimir os *ficares*. Com essa comparação mais extrema saliento que as possibilidades estão lá colocadas, mas o modo de agir pode ser outro pelo tipo de controle e ambiência que define uma instituição escolar.

Infringir leis, *bagunçar* (desordem), responder aos professores, impor-se ao se contrapor às normas são também possibilidades de apreensão e exercício das suas particularidades, das suas opiniões e dos poderes de que possam lançar mão.

Na aula não deu namoro, só *ficam* assim sabe (Elisa, camada popular, ensino fundamental incompleto).

Uma vez eu fui pra frente do *Ginásio* (apelido da escola) e eu tava ficando com um guri né. Aí eu fui pra dentro do *Ginásio*. Eu não fui

por causa dos guris, só fui assim com os guris, por que é legal ali de noite e eu não sabia que eles estavam lá na frente do colégio. Aí o João (ex-namorado) me viu e atravessou a rua e me gritou, me abanou e aí eu abanei também. E aí ele foi lá nela (namorada atual de João). Eu fiquei olhando né, ela se agarrou na cintura dele e começaram a discutir, e ele se agarrou nela. Eu dali não ardeei o pé. (Ruth, camada popular, ensino fundamental completo)

Eu sempre fui quietinha no colégio e como eu tinha rodado, eu era a mais velha quase da turma sabe. Aí eu não incomodava, mas depois que eu fui lá fazer o supletivo, que conheci aquela turma toda da minha idade... ah, aí foi um horror! Eu estava sempre no SOE (Serviço de Orientação Educacional), até agora eu voltei pra fazer o supletivo do segundo. Ah, as mulheres me olhavam e diziam: - “Ah, eu não acredito que tu estás aqui!” Eu dizia: - “Ah, mas agora eu mudei”. Porque eu era terrível! Quase todos os dias eu estava sentada no chão na sala dos professores [...] Eu ia todos os dias no colégio, mas a aula assim eu não assistia nunca. Eu sei que tinha uma salinha com televisão e eu estava sempre lá [...] Respondia para os professores, não sei o que... Era um horror, dia de prova nunca ia. Era uma bagunça [...] Eu acho que eu tinha uns 16 anos – foi bem na fase que estava um horror – e a minha turma também era um horror. Eu respondia, eu brigava e eu já tinha esse meu irmão que era bagunceiro sabe. E aí eu dizia: - “Ah, porque eu vou chamar o meu irmão”, eu dizia para os professores. (Cecília, camada média, ensino médio incompleto)

Conquanto o fato da escola ser fechada a seus alunos matriculados e estar regida por uma socialização baseada em regras estatais – de acordo com as normas aprovadas pelo Ministério da Educação, respeitando leis da Secretaria Estadual e Municipal de Educação – ela, de alguma forma, torna-se particular/privada de sociabilidade, além de pública na sua função educadora. Isto é, diferente de outros espaços coletivos de uso dos jovens, porque é oferecida a um público e sentida como normatizadora, com limites e poderes sobre as regras de convivência e aprendizado. Ela igualmente condensa as duas dimensões da vida cotidiana, assim como a família. Não é sem relação que se diz que ‘a escola é a extensão da família’, por consequência, do Estado.

Nos universos juvenis desta pesquisa, não houve menção das escolas como algo rígido a ponto de não ser mais divertido; as jovens concordam com algumas regras como: ter de respeitar os professores, embora elas salientem que eles também devem respeitar os alunos; ter controle de frequência. As que mais mencionaram como incomodativas são: não poder estar aos beijos com o namorado ou *ficante* no interior da instituição seguida por não poder fumar (já que cigarro também é um dos símbolos do crescimento, da adulez).

- Não deixam fumar nada no colégio sabe – nem bebida alcoólica – em alguns colégios pode (fumar) né e ali não pode.
- Sempre foi assim?
- Sempre. Dentro da escola não, mas fora da escola não tem problema.
- Fora da escola é o quê? Terminou o limite do colégio pode, na frente do colégio pode?
- É, na frente do colégio pode. Cigarro né, agora outras coisas eu não sei [...]
- Não pode mesmo?
- Aqui não pode. Ali, já no *Ginásio* (outra escola) é liberado ali. Aqui é, só vai até a oitava série e é muita criança pequena que tem ali. Não é muito adulto. Adulto assim não tem. (Ruth, camada popular).

As proibições de namoro ou *ficar* pelo que pude perceber – mas não assegurar para todas – é mais estimulante. O *ficar na* escola rompe com as regras da instituição e com outras instituições que ela possa estar representando aos jovens. O não fazer isso ou aquilo naquele espaço ou fazê-lo de uma forma escondida ou roubada dá chances para que a paquera, sobretudo ela, prossiga para além daquele domínio e, assim, se criam oportunidades e combinações de encontros que vão além daquele local. Então, ir para escola, sair da sua rua ou das proximidades da sua casa – às vezes do próprio bairro, é uma forma de estar mais longe dos olhares dos adultos. Essa mobilidade também significa não ter de passar seu comportamento pelo crivo familiar.

No entanto, o controle social mantido naquele reduto é, se não o maior dentro das relações juvenis, o mais presente. Aquele controle que vem das amizades, dos “*conhecidos*” – na forma de fofoca, comentários, olhares, conselhos e rejeições, citando apenas alguns – não significa menos em termos de graduação de crivo social. Muitos deles são extensões de padrões e de relações que ocorrem de forma igual na sociedade mais ampla. Por exemplo, jovens gordas ou negras são as mais desprezadas pelos olhares dos colegas homens; as muito magras recebem enorme variedade de apelidos; os meninos mais feios são inicialmente rejeitados, se conseguem se fazer gostar por outras qualidades (por exemplo: charme, bom-humor, inteligência, vestimenta, corpo) eles podem superar o comportamento inicial e se inserirem nas redes de relações de mais destaque na escola. Toda essa gama de adjetivações está associada aos padrões de beleza divulgados na mídia, para o corpo: ‘bunda boa’, seios de médio a grandes, cabelos longos e mais lisos, e barriga ‘sarada’ são representativos de uma feminilidade em voga; quando o corpo não corresponde às exigências masculinas e femininas, não pode faltar o recurso do moletom, que pode ser atado na cintura ou vestido no tamanho

maior para esconder as imperfeições. São as imperfeições ou as características mais pessoais que também identificam e dão origem a apelidos nem sempre apreciados.

- Ah o ano passado me chamavam de Olívia, só porque eu era magrinha. Aí eu fui lá, eu pedi para eles pararem de me chamar disso. Ah um é (chamado) pipoca, um é novelo e assim vai indo. A Helena, por causa da mãe dela (chamam) de paraguaia por causa do nome. Por causa da novela eles vão botando apelido na gente.

- E sempre tem algum fundo de verdade nos apelidos?

- Pipoca por causa da mãe dele, ela vendia pipoca na rua. Sabe, paraguaia é por causa daquela guria que fazia a novela – na casa de campo (uma prostituta), também apelidaram ela por causa do sotaque. (Ruth, camada popular).

No que tange especificamente à sexualidade, há uma particularidade funcional importante da escola. Em Pelotas, geralmente, segundo as jovens, se a sexualidade não é tema freqüente de sala de aula (timidamente na disciplina de Biologia com professores nem sempre bem preparados), algumas vezes, são convidados médicos e psicólogos a palestrar na instituição.⁵⁸ Através do discurso biomédico, a escola e os pais se eximem de falar de sexo de uma forma mais anatômica, operacional e preventiva. Há séculos, a sexualidade das sociedades complexas é balizada por regras institucionais representativas dos acordos tácitos, novamente, entre o que se faz em público e o que se deve fazer no espaço privado. Isso não se dá, a meu ver, por inibição dos pais, embora seja comum a menção de ter vergonha e não saber como ensinar o que não aprenderam pelo discurso. Entretanto, os jovens passam uma boa parte de seu tempo nas escolas, quando estudam. Como já mencionei, ela é um espaço privilegiado de encontros, requerendo da instituição (Estado) uma postura preventiva e socioeducativa que se reflete nas práticas institucionais. Aulas ou palestras sobre sexualidade são previstas nos temas transversais,⁵⁹ os quais pretendem educar para prevenir uma sexualidade sem cuidados ou mesmo fora de seu tempo: o ‘tempo das idades’.

⁵⁸ Sem considerar que “[...] no âmbito da saúde, o discurso hegemônico trata a reprodução e a sexualidade exclusivamente em sua dimensão biológica, naturalizando as diferenças entre homens e mulheres, e reiterando o essencialismo na figura da mulher mãe, reprodutora biológica e provedora de cuidados à prole e à família. O saber médico contemporâneo classifica como doenças eventos fisiológicos, como a menstruação e o climatério; como desvios, as escolhas sexuais distintas da união heterossexual para a procriação; como objetos de medidas de prevenção, a gravidez ‘precoce’ e a ‘tardia’, em um fenômeno de biologização do social (ÁVILA, 1996). Em consequência, nesse campo em particular, a utilização de termos como ‘sexual’ e ‘reprodutivo’ vem carregada de valores intrinsecamente conservadores, ‘biologizando’ outros termos aos quais estejam agregados, como ‘saúde sexual’ e ‘saúde reprodutiva’.” (AQUINO et al., 1999: 200)

⁵⁹ Desde 1996 (SEF/MEC, 1996), a lei de diretrizes e bases propôs e, outorgada, autorizou as escolas que incluíssem temas transversais no seu currículo de primeiro e segundo grau (hoje, respectivamente ensino fundamental e médio), tais como ecologia, meio ambiente e orientação sexual. O conteúdo dos temas

Já que a escola está organizada por categorias, já mencionadas (idade, conteúdo, comportamento), ela acaba por desconsiderar que os jovens de 11 ou 13 anos podem estar se iniciando sexualmente; logo deveriam convidá-los para as palestras sobre sexualidade. É nesta idade, citado anteriormente, que boa parte das jovens começam a *ficar*. Considerando o conteúdo, é a partir da sétima ou oitava série, quando as jovens já estão com 15-16 anos (ou mais pelas repetições) que estas palestras são acionadas e a disciplina de Biologia contempla o aparelho reprodutor feminino e masculino. Uma outra diferença importante está sendo desconsiderada: a das práticas dos jovens e das ideologias curriculares para as idades na escola. Isto é, há um descompasso entre o que a escola – com uma instituição representativa de vários poderes – avalia como a série em que esses conteúdos devem ser abordados e o comportamento das jovens, muitas já se iniciaram sexualmente. Um dos fatores que impõe esta decalagem está no fato das meninas que engravidaram terem mais anos de repetência do que as que não engravidaram.⁶⁰ Portanto, muitas delas estão em séries mais atrasadas, logo não há uma certa correspondência entre o que a escola tem como a idade-série ideal para ensinar/abordar sobre prevenção de doenças e gravidez.

A experimentação com o outro, os interesses e curiosidades, saciadas pela leitura ou perguntas às mais velhas, e as conversas corriqueiras com as amigas ainda parecem ser os ‘meios e instrumentos’ pelos quais as jovens, inicialmente, aprendem sobre sexo.⁶¹

transversais de orientação sexual divide-se da seguinte forma: corpo – matriz da sexualidade; relações de gênero e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. A lei visa que os tópicos atendam as realidades locais, todavia dá a escola à autonomia de escolha e de atuação desde que estes conhecimentos estejam vinculados aos conteúdos e atividades das outras áreas. Ver Altmann (2001) para uma análise das concepções da sexualidade presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais e seus efeitos na escola. Oliveira (1998) faz uma crítica à educação sexual nas escolas, baseada em dois pressupostos. 1) A família encarrega essa tarefa à instituição, que segue sendo vista como um dos pilares para o bom comportamento e 2) a instituição tem reproduzido um modelo em que as mudanças são menos aceitáveis, pois reproduzem um modelo anterior e bastante arraigado aos papéis sexuais. Considerando esses aspectos, Oliveira conclui seus argumentos com uma questão: afinal, quem deverá realizá-la?

⁶⁰ Estas idéias foram inicialmente discutidas com Cesar Victora – um dos profissionais responsáveis pelo estudo da C/82, quando analisávamos os dados quantitativos do estudo de 2001.

⁶¹ Ao verificar como todas as meninas participantes da C/82, entrevistadas em 2001, responderam a questão sobre onde aprenderam sobre sexo, a família foi apontada como o primeiro local/espço de aprendizagem em 37,6% dos casos. Em segundo lugar com 29,4% responderam que são os amigos com quem se instruem sobre sexo. Revista (10,3%), televisão (7,4%), escola (3,6%), companheiro (3,5%) e experiência pessoal (0,7%) são algumas das respostas para a mesma questão na ordem decrescente de frequência. Em um questionário fechado que não objetivava avaliar outros aspectos com essa pergunta limitam a compreensão das formas de ensinamento na família. Todavia, é um dado interessante que não possui respaldo nos dados empíricos desse estudo, pois as meninas dizem aprenderem primeiramente com as amigas. Por outro lado não há como examinar o que a amostra quantitativa de 2001 entendia sobre *educação sexual*. A própria convivência familiar ensina os filhos, desde criança, os papéis sexuais e os

Pensar os jovens com sendo pautados por idéias modernas, exclusivamente, e tudo o que isso implica, é bastante arriscado. Como demonstrado, as avaliações sobre os comportamentos e as interações juvenis são constantes, mesmo quando feitas por jovens para jovens. A escola, como um espaço onde há muitos deles interagindo, é ainda onde algumas vergonhas não devem ser tão expostas, justamente pelas críticas. A gravidez pode interditar a presença ou alterar a atuação da jovem neste espaço por algum tempo, assim como das amigas para com ela.⁶² O sentimento de vergonha, nestes casos, indicava a anunciação, pela barriga, do exercício sexual, sobretudo da jovem. Não há como negar, com a gravidez, que elas têm ou tiveram relações sexuais com seus companheiros. O empenho em manter esse exercício sexual na intimidade (ou com poucas amigas sabendo dessa prática) demonstra que foi rompida a ordem social das relações. A vergonha decorrente da anunciação pública da gravidez também enfatiza a liminaridade entre a posição feminina e a promiscuidade, como aponta Duarte (1987:223) aproximando a jovem do pólo negativo: da prostituta. A vergonha, nesse sentido, dirige para a presença constante da moralidade para no campo da sexualidade feminina. Superar ao não se esconder e enfrentar ao contar para todos são formas de desfazer as associações negativas.

- Agora está tudo bem. No colégio mesmo, no início, eu estava envergonhada, mas depois eu fui contando para as minhas amigas mais próximas e daqui a pouco todo mundo já sabia. Imagina se eu não falasse e a minha barriga começasse a crescer...

- E como é que elas reagiram?

- Bem, só falavam coisas boas, as professoras só me perguntavam como é que eu estava, foi tudo bem.

- E agora o que é que tu vais fazer... assim, em termos de colégio?

- Ah, eu vou estudar de noite, eu fiz o teste da Escola Técnica e passei.

(Leila, camada média, uma gravidez, parou de estudar).

comportamentos condenáveis e admissíveis no grupo e socialmente. No estudo realizado com escolares, em Pelotas nos anos 90 (baseado no depoimento de 25 jovens de 12-19 anos, alunos de 8ª série do ensino fundamental e 1º e 2º anos do ensino médio) mostrou que os assuntos sobre sexualidade – quando falados em casa – ganhavam tons moralistas por parte dos pais não motivando um diálogo mais amplo neste círculo (Duarte, 1998).

⁶² Há uma ampla variedade de estudos sobre gravidez adolescente (alguns deles citados no Capítulo 1 deste trabalho). A maioria deles enfatiza a relação da baixa escolaridade como um dos fatores importantes, se não determinantes, do evento da gravidez. Assim sendo, ser pobre é fator de risco para engravidar na adolescência ou juventude, e engravidar é a causa primeira para muitas delas abandonarem seus estudos. Segundo esses estudos, poucas retomam suas atividades escolares depois do nascimento, fato que as coloca em posição desprivilegiada no mercado formal e informal de trabalho. Mais confinadas à esfera doméstica, as jovens perdem um espaço profissional. Os trabalhos nacionais etnográficos e críticos sobre gravidez, como os de Heilborn et al. (2002), Cabral (2002) e Brandão (2003) abordam o tema a partir das visões das camadas populares e médias, procurando relativizar estas associações numéricas entre pobreza, escolaridade e gravidez.

- A gente vê na televisão e por aí, sobre os jovens que têm filhos e acabam sofrendo um pouco de discriminação...
- Eu até fiquei meio assim né. Por isso eu não quis (continuar na escola). Se eu quisesse continuar estudando na escola no início do ano, aí eu ia terminar o primeiro do segundo (grau), mas aí eu não quis. Não quis porque eu fiquei com receio sabe...
- Não ficaste com vergonha?
- (Sim, tive) Vergonha de ir com barriga para o colégio
- Mas todo mundo ficou sabendo? (já que abandonou a escola)
- Ah, depois, todo mundo ficou sabendo! (Elisa, camada popular, uma gravidez, interrompeu os estudos)

Neste sentido é que coloco a escola, de fato e em certo nível, de modo bastante simplificado, como uma extensão do controle da família, das normas sociais que os pais e/ou responsáveis transmitem no decorrer dos anos. É relevante considerar que o ensino escolar não é realizado por profissionais imparciais. Não estou entrando no mérito da existência de possíveis conflitos entre a ideologia e moral familiar e a dos professores, que também trazem consigo suas idéias e que podem ser demonstradas com a convivência com as jovens.

A menção de locais, como a escola, o bairro e adjacências falam de espaços sociais que os pais consentem e onde vigiam menos os jovens em suas saídas.⁶³ As noitadas, por exemplo, são cercadas de mais perguntas: Com quem vais? Aonde vão? Como vão voltar? e, Que horas retornam? circundam as permissões. Mas estas indagações, vinculadas à segurança das filhas, perdem a sua força de controle na medida em que as jovens não dão motivos de maiores preocupações (retornam seguras) e crescem em idade, reivindicando, a partir da sua juventude, em contraposição a não ser ‘mais criança’, uma autonomia de ir e vir sem que a família tenha de “*se meter*”. Sair dos espaços sociais públicos e privados mais próximos à sua casa e de conhecidos do bairro para os da moda (dissipados pela cidade) aponta para uma organização cultural e

⁶³ Para além da escola há outros espaços públicos importantes em Pelotas, como a *Avenida*. Rieth (2000) prioriza em sua etnografia este espaço e o descreve contemplando a diversidade, chamando atenção para as diferenças de idades e objetivos que lá se encontram. A *Avenida* (Av. Bento Gonçalves) é uma rua de circulação importante do centro da cidade e que nas noites e, sobretudo, nos finais de semana atrai uma quantidade grande de pessoas de todos os estilos e locais, bem menos os de classe alta. Ali se encontram pais e jovens de várias idades. A atividade principal é caminhar ou andar de carro de um lado para outro e, durante estas andanças, muitas paqueras e conversas acontecem. Neste trabalho, embora saiba a importância que a *Avenida* tem no lazer e a sociabilidade do município, ela, no entanto, foi referida muito vagamente pelas jovens. Quatro delas mencionaram-na para contextualizar por onde passaram/estavam antes do que começavam a relatar, não importando nestes casos o local. Acredito que esse tipo de silêncio se deu pela impossibilidade, para muitas delas, de novamente poderem *ir para a Avenida* em decorrência da maternidade e dos compromissos decorrentes. Uma segunda possibilidade importante se relaciona à própria etnografia e aos espaços de sociabilidade não investigados com maior atenção.

da urbanidade em termos de aonde ir e o que lá fazer, que idades lá são apropriadas. Características arranjadas não por acaso, unem-se ao potencial cultural-econômico dos locais e dos freqüentadores. Neste sentido, de capitalizar recursos econômicos a medida em que são ofertadas diversões, a escola é uma exceção dentre o grupo dos locais que congregam os jovens locais. Todavia, ao redor de muitas escolas há comércios de pequeno porte, uma música de um carro ou um trailer que combina venda de lanches com bebidas alcoólicas, que transformam as imediações da escola em local de encontro e diversão. Ou seja, há uma organização e estrutura social nestes pontos de encontros juvenis que permitem e incentivam que lá eles se socializem. Cada comércio adquire uma postura na linguagem, nos gostos a serem servidos, no poder capital dos jovens. Essa disposição é concordante com a imagem e a postura que os jovens procuram e repassam nesses locais. Em paralelo, há uma rede de controles (regras de convivência, de pagamento, de palavreado etc.) que pontua o que deve ou não cada um fazer e arcar.

Entender o “espírito” da juventude atual e do que ela representa socialmente para uma família e/ou uma comunidade ajuda a desvelar muito do que se configurou como uma fase de vida problemática e um objeto sociológico. Desconsiderar a existência de dois códigos, o relacional e o individualista, que coexistem em muitos momentos nas histórias das jovens e das mães é também generalizar uma visão moderna da juventude, pois não releva as posições e situações dos sujeitos dentro de seus universos simbólicos sociais. A complexidade deste processo de pesquisa e de entendimento está em conseguir enxergar as tradições perpassadas pelas modernidades e seu contrário; por exemplo, as jovens, ao referirem suas relações afetivo-sexuais, colocam-se em conformidade com um padrão duplo de moralidade, relacional e mais tradicional, dependente das regras sociais masculinizadas, privilegiando a liberdade masculina e controlando mais a sexualidade e socialização feminina.

Abrangendo as dinâmicas sociais e intergeracionais das regras e dos controles, e retomando um dos objetivos deste capítulo, destaco que o sentimento de pessimismo local, inicialmente abordado, faz com que uma parte do controle familiar garanta uma possibilidade à jovem de, através das boas relações, ter um ‘bom namorado’, um bom comportamento e uma (relativa) dedicação para com a escola; enfim, de ter uma vida ‘melhor’ do que a de seus pais – sempre pode-se melhorar. Se algo desloca este eixo de planejamento, o sonho de “*encaminhar*” as filhas tem de ser rearranjado dentro de um campo de possibilidades que a família e a jovem conseguem abarcar, pois cada

segmento social traça as linhas culturais pelas quais os valores e as visões de mundo se tornam significativos e explicativos de seus comportamentos e representações sociais.

Além disso, talvez pelo pessimismo local em relação às possibilidades de crescimento profissional, logo, de aquisição de responsabilidades para a fase adulta, como demonstram os seus pais não ser uma tarefa simples, a juventude tem sido pensada como uma fase em que a experimentação, o prazer e a diversão devem ser altamente valorizados através das suas relações afetivo-sexuais ou de amizade. E que esses sentimentos não venham a se desperdiçar, em certa medida, com preocupações com os outros e em outras fases de vida. Quer dizer, acreditar que burlam regras, e quando de fato as quebram, lhes garantem uma certa força para que construam suas trajetórias, mesmo quando em tensão direta com a geração de seus pais ou com parte dos valores que ela representa.

CAPÍTULO 4

REARRANJOS E DEFINIÇÕES A PARTIR DA GRAVIDEZ NA JUVENTUDE

Este capítulo se dedica a destacar o processo de assimilação da gravidez, ou seja, o que ocorre quando a família toma ciência e, acionada, propõe e/ou impõe determinadas condições para que os rearranjos familiares sejam factíveis com a chegada da criança e com as decisões tomadas pela jovem e seu companheiro, como a conjugalidade e onde morar.¹ Neste capítulo, ver-se-á que cada grupo social e familiar, ao saber da gravidez, aciona seu campo de possibilidades para que as situações sejam resolvidas de acordo com as regras familiares (apoio para a assunção da gravidez, sugestão e imposição para o aborto) e com as relações juvenis (entre o par). O momento de contar sobre a gravidez é também o de procurar, dentro de seu repertório, justificativas que amenizem as possibilidades de serem avaliadas a partir de uma sexualidade desvinculada do hedonismo juvenil e das representações sociais juvenis de inconseqüência dos atos. As jovens recorrem a explicações que vão desde o desconhecimento das formas contraceptivas à falta de orientação familiar no que tange à educação sexual. Muitos modelos de comportamento e idéias se assemelham e se repetem do *ficar* ao casamento. A continuidade de determinadas posturas nas suas trajetórias biográficas demonstra uma certa consistência em suas posturas.

4.1 A justificativa para si e para os outros

Geralmente, durante nossos encontros, ao sugerir às jovens que me contassem como foi saberem-se grávidas e como pensavam isso naquele momento da vida, as narrativas principiavam com “*na hora a gente não pensa*”, “*foi sem querer*”, “*foi descuido*” e outras variações que possuem o mesmo significado.

No decorrer das conversas informais e entrevistas aprofundadas percebi nuances nas falas. Algumas jovens não seguiam muito mais adiante do exemplificado acima e outras abrangiam, em suas histórias, outros fatos de sua vida que supunham

¹ Processo de assimilação da gravidez é um termo utilizado por Vilar e Gaspar (1999), mas em um sentido diferente ao desse capítulo. Para os autores, a assimilação faz parte do processo de aceitação de uma gravidez. Neste capítulo, a assimilação é parte desse processo, entretanto a rejeição está nele inserida. Com estes dois pólos, tem-se um processo mais amplo a ser apreciado.

desassossegá-las antes ou na mesma época do engravidamento. Por exemplo, as relações entre elas e seus pais; as interdições para sair ou fazer algo que queriam muito; a família não gostar do namorado; ter de realizar tarefas domésticas diárias; estar em um momento ruim no namoro etc. Buscando entender estas justificativas, o que se seguirá são análises que procuram delimitar quem articulou o quê na sua narrativa e como isto pode ser entendido dentro dos contextos. Dessa forma, foi possível estabelecer quatro tipos de justificativas para a ocorrência da primeira gravidez, a saber: *psi*, amor sentido para com o parceiro, querer engravidar (com ou sem estar acordado com o namorado) e a ingenuidade. Vejamos como elas se colocam nas narrativas.

4.2 Os discursos: as justificativas que legitimam o ato

Ao tentar ordenar, dentro do grupo entrevistado, quais elementos são utilizados no discurso sobre a gravidez, foi interessante perceber que aquelas jovens que demoraram mais tempo para contar aos familiares sobre esse evento, também foram as que me apresentaram justificativas mais ‘elaboradas’ por ele ter ocorrido naquela relação e naquele momento. Essa argumentação foi encontrada com mais frequência nas falas de algumas meninas de camada média, que estão mais familiarizadas com o discurso subjetivo/psi e que o acionam para entender a si e ao outro. Conexões entre o que se passava na sua infância e juventude com as relações familiares e a gravidez foram as mais recorrentes. As que não seguiram (de camada média) este padrão de correlação nas suas narrativas têm em comum nas suas trajetórias biográficas: a necessidade e/ou prática familiar de ajudar nas tarefas domésticas (fazer comida, cuidar sobrinho ou irmãos, arrumar a casa); atribuíram a gravidez a um *descuido* momentâneo; seus namorados são de camada popular e um ano mais velhos do que elas (20 anos). Apenas uma delas teve um segundo namorado, as outras três tiveram filhos com o primeiro namorado.

O depoimento de Mara é interessante para exemplificar o modo como esse discurso chamado, por mim, de *psi* é utilizado. Ela engravidou depois de seis meses namorando escondido, pois seus pais não aprovavam a relação. Durante nossas conversas, ela foi instigada a me relatar como fora descobrir que estava grávida e o que pensava sobre isso; foi quando me explicou – mais detalhadamente – fazendo menção às diversas situações familiares passadas.

A Mara (diz ela referindo-se a ela mesma) queria e não tinha (atenção e carinho dos pais). Aí eu achava assim: puxa, porque que eles (irmãos) têm e eu não tenho? Mas eu nunca fui de bater pé, eu não tinha, eu virava as costas e tudo bem, não tem. Aí chegou um certo tempo que me privavam de tudo, assim, sabe, eu sempre tive que me cuidar sozinha [...] Mas o meu pai sempre foi neutro assim, não era muito de... eu me lembro que eu fui abraçar o meu pai e a minha mãe o ano passado, no reveillon, porque eu estava com o... O Pedro (companheiro) me deu força: - “Vai lá e dá um abraço neles. Não precisa dizer que tu amas, mas dá um abraço” [...] Porque nunca... Eu não sabia que toque tinha a pele do meu pai nem da minha mãe [...] Hoje ela (mãe) me quer mais perto, ela me quer, eu não sei se é pela função da neta. Mas eu acho que a minha mãe viu que eu sou capaz (de ter e criar uma filha). Eu acho que ela viu que eu sou capaz, assim sabe que eu consegui, porque a minha mãe sempre dizia (imitando o tom de descrédito da mãe): ‘-Porque tu nunca vai conseguir isso; porque tu nunca vai ter alguém a fim de ti, porque tu és assim e assim’ (referindo-se a sua espontaneidade e energia para viver). E hoje ela vê que eu consegui, sozinha! (Mara, camada média)

A associação realizada por Mara entre uma relação questionável entre ela e os pais e uma relação baseada na promoção do indivíduo serve-lhe como justificativa para que a relação afetiva-sexual se torne pública, mesmo que rompa com os ditames parentais. Todavia, essa mesma argumentação não pode ser tomada como a verdade absoluta sobre o fato narrado. Deve ser questionada e relativizada, sobremaneira porque ocorre após a gravidez e a conjugalidade terem-se configurado. Pode ser avaliada como um modo de legitimar o comportamento via discurso *psi*, cujas articulações entre as relações familiares e os comportamentos são explicativos e exaltados freqüentemente como um modo de entendimento de determinados eventos ou conflitos juvenis em vários estudos. Ainda assim, pode apontar para um tipo de estratégia de culpabilização, logo, de constrangimento dos pais para se colocarem contra ou reivindicarem moralmente um outro tipo de comportamento da filha. Uma vez quebrada a norma, o discurso articulado com as idéias subjetivas e relativas à história das relações familiares pode salvaguardar a jovem de conceituações morais parentais, que a excluiria da própria família. Neste caso, a justificativa é útil também para que a gravidez não se vincule exclusivamente ao descuido ou ao prazer sexual sem preocupação com contracepção. Reafirmar a gravidez como uma estratégia para unir o casal é igualmente esclarecedora: “*Oh, eu acho que no fundo, no fundo, sem a gente querer, eu acho que a gente queria isso pra gente poder ficar juntos*”. Ao que ela completa ao falar do seu *crescimento*, da sua autonomia e emancipação adquirida com esse evento: “*Isso foi muito bom para mim, me fez crescer, fez ele crescer [...] A minha idéia é que a gente tinha que*

descarregar (o amor) sabe, a gente tinha que trazer ela para a gente mostrar para ela (mãe) que a gente é unido, que a gente vai ser uma boa família para ela” apontando para a filha.²

Como tenho demonstrado nos outros capítulos, desconsiderar que as visões de mundo, os valores familiares, as diferenças geracionais e de gênero exercem influências no modo de se portar socialmente pode cegar e simplificar o olhar para a sexualidade e suas decorrências nas fases de vida, sobremaneira na juventude, quando estes aspectos modelam identidades sexuais e sociais. Com base nos dados empíricos e verificando quem se pronuncia de uma forma ou de outra no que tange a ocorrência da gravidez, percebo que as jovens de camada popular tendem a ênfatizar os sentimentos que tinham com seus namorados e os desconhecimentos sobre prevenção, durante uma relação sexual. É interessante verificar que estes dois aspectos falam: *delas* (do sentimento por outrem) e do *outro* (do que não forneceu educação sexual, o familiar, aquele que não as orientou).³ Este segundo item, de desconhecimento de métodos contraceptivos, marca – do ponto de vista das jovens – a negligência parental na transmissão dos cuidados instrutivos e preventivos frente ao exercício da sua sexualidade. Neste sentido, coloca o *outro* (o familiar) como parcialmente destituído de poder de cobrar algo. Então, o sentimento e o pretense desconhecimento são razões que primeiramente ‘explicam’ a gravidez na juventude.

Em um segundo momento, essas mesmas jovens (do universo popular), quando estimuladas a falarem sobre a família, tendem a contar situações familiares semelhantes às narradas por algumas jovens de camada média. No entanto, estão mais focalizadas nas discussões entre os pais e elas; fazem uma ligação mais reticente, isto é, uma

² Nesta situação, em que a justificativa vai ao encontro do silêncio acusatório é interessante observar que o processo de individualização ganha forma e resultados através da formação de uma nova família nuclear, como diz Velho “[...] o indivíduo se destaca de sua família de origem, de seu universo de parentes. Em seguida, funda a sua *família*” (1981:84). O que é questionável, de acordo com Velho, é como um projeto individual pode-se desenvolver fora da família ou dissolver a tensão presente no caráter englobador da família?

³ Vários autores, assim como Arilha e Calazans (1998) assinalaram que as mudanças nos valores do comportamento feminino “estariam apresentando variações nas práticas sexuais” através de uma maior “flexibilização e tolerância” para o sexo fora do casamento (1998:690). Estas modificações das práticas podem afetar o acesso às tecnologias de saúde e ao seu conhecimento. Citando o estudo de Afonso (1997), Arilha e Calazans pontuaram que “[...] o nível de informação [sobre sexualidade e vida reprodutiva] é influenciado por fatores associados a um conjunto socialmente integrado, em que o nível socioeconômico modifica o grau de informações que os jovens venham a ter, mas, sobretudo a sua inserção na ‘racionalidade’ da sociedade contemporânea, que enfatiza a informação sobre sexualidade e vida reprodutiva como condição para o controle e planejamento racional da vida.”

associação menos direta com outros aspectos da sua vida que não passem primeiramente pelo *amor/gostar* do namorado (por ser uma emoção esclarecedora dos comportamentos) e pelo pouco apoio parental na sua educação sexual. Assim sendo, neste grupo, por suas narrativas, a sexualidade e os sentimentos possuem correlações íntimas; associação surgida em um momento inicial no grupo anterior (de camada média).⁴

As formulações explicativas nas narrativas indicam uma classificação desviante do intercurso sexual nas histórias juvenis – apesar de existir, em paralelo, a representação de uma juventude moderna com direito a viver sua sexualidade pela experimentação. Ter relações descontextualizadas de uma formalização social do casal, como um par apto moralmente (pela concepção das idades e/ou pela maturidade necessária para saber o que faz, com quem faz e por que faz), foge de algumas fortes determinações sociais dos passos e processos de envolvimento afetivo. Porém, esse discurso não rompe com as regras e normas que continuam a se adequar e a resistir às modernizações em alguns âmbitos – como o familiar, cuja diferença geracional e valorativa é em grande parte considerável para algumas mudanças das socializações juvenis. Portanto, nem todos contextos sociais garantem suporte a estas práticas modernas em todos momentos/situações (não se é ‘moderno’ em tudo), haja vista que as assimilações destes conceitos não são iguais nem mesmo dentro de um segmento social e tampouco para as mulheres.

Uma terceira justificativa sobre a ocorrência da gravidez nesta fase de vida aponta para a vontade explicitada pela jovem de engravidar, mesmo que ela seja considerada pela menina como um erro. Contava-me Lia, do universo popular, em nosso primeiro encontro:

- É, eu fiquei grávida, de tanta sorte que eu tive né (ironizando). Se a mãe tivesse me explicado: ‘usa anticoncepcional, usa alguma coisa’, não tinha (engravido) né. Com 14 anos eu já era mãe, embalando, cuidando, é um susto [...] Na minha primeira transa assim eu gostava muito até (do namorado), foi até uma coisa legal, mas eu acho que se eu tivesse, vamos supor, se a mãe tivesse me preservado [...] Eu queria ter um nenezinho, mesmo sabendo que o meu namorado ia me largar.

- Tu querias ser mãe então, é isso que tu estás dizendo ou o que é?

⁴ Dentre os primeiros resultados avaliados e publicados sobre o estudo GRAVAD o *amor* é colocado com a motivação “dominante para as mulheres (de todas as idades, mas, sobretudo, para aquelas que começaram mais tarde)” Para os homens é o *desejo*. Para as mulheres ainda o *medo de perder o namorado* é uma justificativa encontrada em 11% dos casos de iniciação precoce (BOZON et al., 2003).

- É, é, eu acho que eu queria ser mãe, porque eu pensava assim: eu fiz, eu não vou tirar, eu não vou. Eu dizia assim... se eu tentasse fazer e não conseguisse? Depois eu ia olhar para o rostinho e ia né... Então não, eu pensei para mim: já que eu fiz a burrada eu vou segurar, eu não vou tirar e não tirei.

Inicialmente, o discurso de que a mãe não a preveniu e disso decorreu uma gravidez não-planejada se desfaz à medida que ela traz sua vontade em *querer* ser mãe, embora procure relacionar a maternidade com a não-aceitação do aborto. Em um outro momento, no segundo contato, ela toma outra posição quanto à primeira gravidez, salientando que o método falhou e consciente não interrompeu a relação.

- Tu me disseste agora que tu tomas pílula e tens que usar camisinha. Mas então..., mesmo com tudo isso, então tu querias ter filhos desde o primeiro relacionamento ou como é que foi mesmo?

- Não, a primeira (gravidez) foi furo de camisinha, porque eu não tomava anticoncepcional na época. Então foi... [...] Aí depois furou a camisinha, eu não sei se foi depois que a camisinha furou... Aí eu digo: 'Ah, se eu tiver que ficar grávida, eu já fiquei mesmo!' Então vamos sem camisinha né. Aí veio a Lara, foi a primeira vez, então é como eu te expliquei. Aí a Jana (segunda filha), aí a Jana eu queria né. Aí esse aqui (terceiro filho) também. Esse aqui eu queria mais para ajudar o pai dele, entendeu? Porque o pai dele precisava de uma força. Ele tinha que ter uma vontade de viver, porque ele não tem familiar nenhum, somos só eu e ele.

- Ele não estava tendo essa vontade?

- É, não estava. Logo que ele estava no presídio, por ele, ele tinha morrido. Agora ele voltou com os papos de novo de querer se matar. Aí eu digo para ele: "- Então te mata de uma vez e pára de incomodar!" Aí eu achei que se eu tivesse um filho ele ia acalmar, e realmente, deu uma acalmada. E, e agora ele fica mais nervoso porque ele quer estar perto de mim, entendeu? Aí ele fala que vai fugir do presídio (Lia, camada popular).

Ainda que as relações entre ela e sua família estejam repletas de conflitos Lia não procura contextualizar suas gravidezes por um esquema semelhante ao de Mara.⁵ O *querer* e o *gostar* dos parceiros ou mesmo de transar são justificativas suficientes para o exercício sexual do casal (desprevenido ou não) e para que a gravidez se consolide como um feito importante naquela história. Fica destacado até aqui que similitudes e dissensões entre os universos sociais durante o processo de construção da individualização dos jovens estão subordinadas aos vínculos familiares/sociais e às marcas culturais presentes nesses universos. Cada pessoa o faz de acordo com as suas

⁵ Quando criança, seu pai foi preso; a partir deste evento, sua mãe começou a beber, tornando-se alcoólatra. Lia passou a ser cuidada por uma vizinha chamada por ela de *vó*. Ela alega que a mãe não lhe dava carinho e atenção como esta senhora (já falecida) fazia.

possibilidades e plausibilidades nas suas trajetórias e no seu universo simbólico e material de convívio.

Esse querer engravidar do seu parceiro estava acordado com o namorado em alguns casos.

É que quando a gente se conheceu a gente já queria ter um filho (foi assim) ele dizia – “Ah, tu vai ter que me dar um filho, porque vai ficar lindo um filho meu e teu”. Então, ele já queria um filho meu [...] Ele queria que eu ficasse grávida para nós ficarmos juntos, porque ele sabia que a mãe dele ia dar contra. Com a gravidez ela não podia fazer nada. Mas só que eu tinha medo de ficar grávida e depois ficar solteira com a criança. Aí eu disse para ele que era melhor a gente ficar junto primeiro para depois... porque as minhas primas todas têm filhos e a maioria não tem pai – então eu não queria isso para um filho meu. Então eu não quis. Aí depois nós ficamos juntos mesmo, aí eu queria. Foi quando eu fiquei grávida e perdi. (Brenda, camada popular)

Assim como Brenda, mais oito jovens (cinco de camada popular e três de camada média) colocaram que seus namorados haviam aludido *querer* ter um filho com elas. Alguns antes que a gravidez fosse real, outros como um plano para ser mais bem pensado em algum momento do relacionamento: “*Ele que falava assim que queria ter, queria ter filho e eu peguei e tive né. Não ia tirar, eu queria ter filho*”. O ser pai passa forçosamente pelo corpo feminino, enquanto gerador “natural” da paternidade e da maternidade. De acordo com as narrativas das jovens, a maternidade estava no plano de todas e a paternidade no plano de alguns parceiros.⁶ A sexualidade feminina, pela continuidade da relação e pela idéia de formar uma família (através de um filho) reforça a representação da gravidez como legítima e significativa naquele contexto afetivo. Assim, as jovens se excluem da classificação de *mulher fácil* e se colocam na dimensão da construção de uma família, onde o sexo é moralmente indiscutível.⁷ No contexto de aliança, a entrega sexual pode ser interpretada como uma contra-dádiva, onde o sexo e o

⁶ Cabral (2002) ao analisar a paternidade coloca que para o homem: “[...] a gravidez da moça torna pública a sua condição viril. A namorada, que desfila do seu lado, é a prova concreta, ao estar de “barrigão”, de sua masculinidade, confirmada por uma platéia de pares – todos os homens. Vê-se, desse modo, o funcionamento articulado das relações de gênero que instituem a masculinidade dentre sexos e intra-gêneros. Da mesma maneira, o exemplo evidencia o estreito vínculo da sexualidade e construção social da identidade masculina (HEILBORN, 1999) em que é fundamental o desempenho entre os colegas” (2002:110). Seus dados, neste sentido, coincidem com o desta pesquisa. Indagando o papel da complementaridade dos papéis sexuais Fonseca também destacou que “[...] o homem precisa da mulher para dar-lhe filhos e para criá-los. Ter filhos é inegavelmente um grande orgulho masculino, mas nem o casamento nem a co-residência são, em absoluto, necessários para adquirir o *status* de pai” (1992:321).

⁷ Por este ângulo, Cabral (2002) coloca que o comportamento contraceptivo dos jovens está arrolado ao contexto da relação, ao tipo de parceria e a toda negociação que se condensa neste conjunto. Mas, unido a isso, não se pode desconsiderar o que os jovens sabem sobre contracepção.

compromisso estão localizados e significados no âmbito do respeito e do futuro juntos. Quando essas trocas se dão com o mesmo peso, a gravidez fortalece os laços do casal e do ser mulher e homem em transição para a adultez.

Juventude e, muito mais, a *adolescência*, no senso comum, não combinam com projetos consistentes de futuro, pela amplitude de opções, indecisões e modificações que acontecem no processo de crescimento e amadurecimento das pessoas. Disse uma informante: “[...] *quando a gente é adolescente a gente não presta atenção em nada, tudo é festa*”. Como essas representações, grande parte das vezes, são generalizadas e assumidas como verdadeiras é compreensível, então, que elas mesmas utilizem expedientes discursivos, legítimos socialmente, como uma estratégia contextualizadora e explicativa do sexo e gravidez fora das normas parentais e sociais mais gerais. Porém, ressalto que essas interpretações podem ser provenientes do tempo decorrido entre a gravidez e as nossas conversas iniciais, ou seja, são pensadas como a melhor, ou um modo, das formas de narrar as especificidades do evento passado.⁸

Como algumas jovens apontaram querer um filho, outras seguiram falando da imprevisibilidade e do não-planejamento até a ocorrência da gravidez. Três (Alice, Cláudia e Dina) descreveram como o relacionamento estava ruim no momento circunscrito à gravidez, utilizada como estratégia de manutenção da relação, mas sem deixar de ratificar que gostavam de crianças e queriam um dia ser mães. Apesar de todas as jovens afirmarem que um filho não é razão suficiente para dar continuidade à relação e para prender um homem, a concretização de um projeto familiar pela valorização da

⁸ Decorre que, com o tempo maior de contatos e de maior intimidade entre pesquisador e informantes, as situações continuaram a se desnudar e a revelar outras partes de um todo importante ao entendimento dos temas propostos neste estudo, que nem mesmo as mães souberam (“ela nem sabe”). O desvelamento ocorreu pelo entendimento das informantes sobre a minha capacidade acrítica de suas histórias. O que equivale a não ver as posturas iniciais e as formulações discursivas como falsas ou inválidas para análise. Ao contrário, elas fazem parte da construção de suas histórias e são entendidas pelas dificuldades de lidar com a sexualidade e intimidades na vida privada e pública. E, ainda, são advindas de um processo de auto-reflexão engendrado pelos estímulos das entrevistas e das interações para co-relacionar, criar e expressar verbalmente suas lógicas. Ao salientar esse método de pesquisa e de análise, procuro ressaltar o caminho percorrido não só por mim, mas por elas enquanto informantes e construtoras de suas próprias trajetórias. Todo novo contato e/ou entrevista durante o trabalho de campo, em certo sentido, é um recomeço em que deve ficar claro que é um estudo sigiloso, com troca entre todos os envolvidos; no qual faz sentido perguntar e investir mais profundamente no assunto dos encontros passados etc. Ao mesmo tempo, ele é continuidade: do que já foi falado, do contexto, da lógica dos universos sociais, do entendimento dos simbolismos e categorias explicativas acionadas e excluídas. Mas, neste processo, o pesquisador não é o único que avalia, somos constantemente ajuizados e indagados sobre nossas intimidades, trabalho e dia-a-dia. Uma troca que possibilita o sentido e a continuidade da intimidade que se desvela na procura da compreensão dos sistemas de significados.

criança e da maternidade tem-se mostrado inicialmente bastante eficaz. Apenas em três dos 23 casos entrevistados o parceiro não *assumiu* a paternidade do(a) filho(a).

Por último, dentre os argumentos encontrados para justificar a gravidez, está o de uma certa *ingenuidade* por parte delas: “[...] *foi na primeira e deu!*”; para muitas a primeira transa da vida. De acordo com as descrições das meninas, as dinâmicas de aproximação sexual são variadas. Por vezes, a negociação para que a primeira transa ocorra leva mais de ano; já em outras situações dias ou meses (“*tinha quase um ano de namoro*”; “*deu dois meses depois que eu conheci ele que eu fui transar*”). O planejamento da “*primeira*”, na maioria dos casos, ficou partilhado entre o desejo do parceiro e dela – ainda que elas tendam a situá-los como atores principais: “*Ele organizou um local e um momento em que os dois pudessem ficar sós e consolidassem uma relação: oito meses [...] ele já tentava, ele tentava e eu me escapava, e só ficava naquele roça, roça [...] aí ele programou uma noite toda assim romântica*”.

Embora participem da premeditação do encontro sexual-amoroso, a maioria das jovens coloca-se passiva (em que a iniciativa sexual passa pela formação de um par) e, como aprendiz, traceja limites nas preliminares do ato sexual com penetração. Ao deixarem sob a incumbência dos pares masculinos toda a preparação, reforçam sua inexperiência e imaturidade sexual, ganhando pontos no jogo da sedução e da confiança, em uma época moderna de suposta facilidade de entrega sexual no universo jovem e de não valorização da virgindade em si, mas de uma postura virgem (inocência).⁹ Duarte (1987) discorrendo sobre a moralidade na cultura sexual das classes trabalhadoras relata uma performance para a primeira transa. Primeiro há uma certa resistência feminina pela iniciativa masculina seguida de uma concordância dela para ceder aos estímulos dele. Esse processo, neste estudo, não se difere por universo social. Por Pelotas ser uma cidade interiorana e conservadora, tende a aproximar estes universos no que tange aos valores sexuais femininos, pois o *prazer* (apontado por Duarte como expressão da cultura dominante) não é representativo nos discursos das jovens do segmento médio que contatei, não surge como algo sentido na primeira relação sexual. O *prazer* sexual é mencionado como algo que as jovens gostariam que seus parceiros sentissem, o que as leva a observarem as reações dos namorados durante suas relações sexuais, como um

⁹ Os dados da Unesco (2004) demonstram que 55% dos jovens entrevistados, de 14 capitais brasileiras, acham que a virgindade é coisa do passado. Porto Alegre é a capital com maior percentual neste sentido (68,1%).

termômetro de suas atuações.¹⁰ No entanto, o processo de negociação da transa considera o peso do que os outros (homens) vão ‘pensar de mim’ – disso decorre a necessidade de uma boa escolha, pois há chances de erro já que são ‘ingênuas’ para entenderem o universo masculino/viril.

Só que eu estava tão preocupada, porque com quem essa minha amiga perdeu a virgindade o cara falou pra todo mundo. Aí, os outros caras com quem ela ficava diziam que também já tinham (transado com ela), mas não tinham nada. Então, eu já tinha um baita medo disso e eu também queria que fosse com uma pessoa especial assim sabe. Mas às vezes tu achas que é tão especial e não vale a pena. (Denise, camada média)

Quanto mais tempo (na/de relação) decorre para a transa mais esse tempo era ressaltado na fala, válido como uma demonstração aos ‘outros’ da sua firme posição moral ao aliar sexo e afeto, antes da fase adulta e do matrimônio: “*Fiquei uma semana sem sutiã, depois eu fiquei sem short – foi no verão – aí depois eu fiquei sem calcinha. Eu me lembro que a gente dormiu duas semanas assim, só nu.*”

Portanto, mais difícil é para elas contextualizarem a insubordinação do vínculo afetivo para o exercício sexual com o parceiro, quando a primeira transa ocorreu em um tempo menor de relacionamento (‘quando mal se conheciam’). A interiorização dos preceitos parentais e de uma avaliação social da sexualidade e erotização das relações corroboram – mesmo em um contexto moderno de mudanças das regras sociais – para que se imponha como obrigação uma explicação das jovens aos pais, seja ela verbal e/ou comportamental. O modo de conceber e manter as relações amorosas e/ou sexuais no contexto familiar ressalta os antagonismos geracionais e as estratégias de convencimento ou de ruptura de autonomia juvenil.

Estes aspectos – de pouca ou nenhuma orientação sexual, controle parental das saídas e culpa da gravidez – não se desvinculam das dinâmicas sócio-culturais e do esquema de resposta utilizado por oito entrevistadas nas suas trajetórias: “*Eu sei que foi, uma vez só já bastou pra eu engravidar*”. Pelo que depreendi das falas, considerando tal fato, os seguintes aspectos são representativos do engravidar na *primeira vez*, além da imaturidade juvenil (que pressupõe um processo de desenvolvimento *psi* de construção de pessoa e fala de uma pureza de intenções e entrega): a) das relações de gênero: por serem os homens (com suas *necessidades* de ordem biológica) os exigentes de que a

¹⁰ Diferentemente do que Leal (2003) encontrou nas suas análises, pois as suas jovens de camada média – por ela analisadas – mencionavam o prazer sexual como algo seu e as jovens informantes deste estudo,

transa se consolide para que o namoro continue e as mulheres negociem sua virgindade na relação afetiva;¹¹ b) de uma entrega prazerosa, que coloca as jovens em outro nível das suas relações; c) virgindade como algo a ser perdido/trocado em um contexto amoroso; d) do desconhecimento do seu ciclo e dos métodos; e) da modernidade das relações afetivas, onde o sexo tem um papel importante – ainda que possa se contrapor a valores intergeracionais conservadores; f) contraposições aos valores parentais – naturalização da idéia de rebeldia juvenil; g) de um processo de aprendizado das técnicas corporais para o sexo; h) do risco que correm pelo fato dos homens ‘poderem’ transar e se envolverem afetivamente com outras.

Mas, por todas essas razões e, talvez, acima de tudo, atribuir a gravidez à primeira transa fala de uma forma de justificar as famílias (e/ou ao grupo mais próximo) quão inexperientes eram para dar conta de uma cultura sexual que não lhe foi explicitada e ensinada a manejarem. Deste modo, o ‘outro’ (a família, o companheiro) faz parte da conseqüência da não-prevenção, da doação e entrega ao namorado, da pressão que sentiam para que o envolvimento afetivo-sexual consolidasse um outro tipo de aliança que satisfizesse também a *necessidade* masculina do sexo no namoro. É interessante pontuar que as situações de pressão e negociação para a entrega sexual as posicionam quase como vítimas da sua imaturidade e ingenuidade “às vezes” da vivacidade masculina (pois, os *guris-só-querem-se-aproveitar-das-gurias*) ou das circunstâncias (pela não-prevenção ou prevenção incorreta), quando os ‘outros’ são parte importante, senão responsável, por exigirem delas decisões importantes para o processo de crescimento/aprendizagem, de assimilação de novas atividades (como as contraceptivas).¹²

falavam do prazer do outro (do parceiro) como algo importante para elas – desvinculavam-se do direito de senti-lo e contá-lo.

¹¹ Dentre outros autores como Villela e Barbosa (1996), Parker (1991) aponta que as representações sociais dos homens, como sexualmente incontroláveis na cultura sexual brasileira, é freqüente – são eles menos controlados, menos fiéis, menos responsáveis pela prevenção, mas mais viris e desejosos sexualmente. Às mulheres cabe o controle biológico e moral por acontecer nelas todo o processo de reprodutivo (gravidez, gestação, parto, amamentação), embora não diga respeito somente a elas.

¹² Conforme Bozon et al. (2003) as dicotomias de gênero são evidentes nas relações afetivo-sexuais. Pois viver as relações sexuais sob o modo da *espontaneidade*, combina com a *velha* idéia, eventualmente modernizada, segundo a qual as mulheres não pensam e não devem pensar na sexualidade e na contracepção, mas em relações estáveis. Ao passo que os homens se esforçam em ter relações sexuais tão cedo quanto possível. Dentro das perspectivas de gênero, os homens mencionam sentir maior pressão do seu grupo para tornarem-se sexualmente ativos; as mulheres reportam sofrerem maior pressão física e psicológica dos seus companheiros para a primeira experiência sexual com penetração (cf. GUGGINO e PONZETTI, 1997).

O discurso sobre como e porque engravidaram, seja ele qual for, se conforma para que os familiares se convençam de seus argumentos e para que a recepção não seja tão problemática para todos. Neste sentido, as mães são as privilegiadas da casa – são as primeiras a saberem da gravidez das filhas. Vejamos quais impactos e preocupações começam ou continuam com a gravidez das jovens.

4.3 Quando o contar e a recepção falam do contexto

Decerto que as relações estabelecidas acima interferiram no modo como a comunicação da gravidez é dada aos pais e como é recebida por eles. Muitas pesquisas sobre sexualidade enfocam os aspectos físicos e os comportamentos preventivos, mas pouco sobre os sentimentos familiares que pretendem contextualizar o momento de iniciação sexual e de assunção da gravidez. Nos subitens a seguir demarcarei algumas das situações comuns, segundo a visão das jovens, no momento que os familiares são comunicados da gravidez. Na seqüência pretendo demonstrar para quem elas contam, como é contado e por fim o sentimento em relação ao conhecimento do pai sobre a sexualidade da jovem filha.

4.3.1 Para quem e como contam: o que a surpresa coloca em evidência

Segundo as jovens, todas as mães, inclusive aquelas que incluíam a gravidez no repertório das probabilidades para o futuro imediato da filha, pelo tipo de envolvimento com o namorado, posicionaram-se como surpresas com o anúncio da gravidez. “Não resta dúvida de que determinadas rupturas promovidas pela geração mais nova com respeito à pauta normativa dos pais são, aos olhos destes últimos, ilegítimas e indesejáveis” (SALEM, 1980:35). A diferença maior para os familiares está em assimilar comportamentos modernos com os mesmos significados e pesos apontados pelas filhas.

A *surpresa* no contexto atual ainda demarca moralmente como a sexualidade juvenil é conflituosa para a família. Ela vai contra a heteronomia parental ao visualizar, pela gravidez, a filha como sujeito de seu corpo, de suas escolhas, ‘forçando’ os familiares a ser reconhecida como tal. Além disso, a relação sexual no contexto do namoro juvenil é questionada pelos pais como um hábito moderno e pouco avaliado pelos jovens. Em relação ao namoro, ainda que a juventude moderna tenha ganhado

com a fluidez das escolhas e das experimentações, a geração passada, à medida que as situações se configuram, precisa se adequar às tendências modernas – algumas famílias conseguem parcialmente se ajustar mais rapidamente às mudanças. Compreende-se, então, que nesse contexto de modernização constante – em muitos casos os pais das jovens que se socializaram entre as décadas de 60-70 ou outros que estão mais atentos às alterações – reagiram surpresos, não necessariamente no momento do comunicado da gravidez.¹³

A surpresa, por vezes, se configurava antes, quando começavam a desconfiar do envolvimento sexual da filha. Isto explicaria um dos aspectos que circundam as diferenças de reação dos familiares perante a notícia da gravidez. Embora a surpresa, na maior parte dos casos, não tenha sido uma, mas sim duas (a do exercício sexual e a do engravidamento), as narrativas apontavam para uma decepção com o comportamento da filha. A mãe de uma jovem, que ao contrário de outras *avisava* do uso do preservativo, disse:

O Nenê (seu companheiro) sempre disse: - “Oh, Alice”, porque a gente conhece bem o pai do guri né, “ele é mulherengo e sempre tem um zum zum que vem no ouvido da gente. Aí o Nenê dizia: -“Oh Alice, o Marco vai engravidar a Alice e vai cair fora. A gente já tem dificuldades, tu já pensou...?” Aí certas vezes eu não gostava que ele falava aquilo. Mas eu sabia que ele estava falando a realidade, porque ele é homem e sabe mais um pouquinho do que eu. Aí eu dizia para ele: -“Não, a Alice é muito esperta, ela sabe”. Porque a gente vive dizendo para ela: ‘tu quer fazer alguma coisa tu faz, mas tu te cuida, usa preservativo’ [...] Aí tanto foi que ela ficou grávida. Bah, eu chorei o dia inteiro (Dona Alice, camada popular).

A partir das concepções que a imaturidade comporta, a gravidez começa a se constituir como um problema imediato de conseqüências temporárias e/ou permanentes para as famílias. Inicialmente, antes que os pais saibam definitivamente, as jovens têm

¹³ Muitos pais das jovens, entrevistadas por mim, foram socializados nessas décadas, quando os movimentos contrários à ditadura militar estavam no auge e a juventude caracterizava-se, na época, por sua rebeldia, oposição e idealismo (ALVIM e PAIM, 2000; MACHADO, 2000). Um alerta necessário é de que esta caracterização não necessariamente corresponde às idéias e aos comportamentos de todos aqueles que viveram sua juventude nesses períodos, sobretudo a esses pais que viveram numa cidade como Pelotas, cujos movimentos juvenis, além de menos visíveis, eram menores. Esta sinalização se faz importante para que se tenha em mente que as jovens, que participaram neste estudo, têm pais que viveram um momento importante, de modernização das relações na família pelo convívio de distintas gerações (movimentos feministas, entrada da pílula no mercado, crescimento econômico etc.) – cuja contraoposição aos valores paternos se fazia comum. Se os pais o fizeram, ou não, é outra questão; porém, os mesmos reconhecem que desde então tudo vem mudando mais rapidamente no sentido de terem menos poder autoritário sobre os filhos, o que por si só já demonstra reflexos das mudanças que eles próprios assimilaram. As formas de relações menos compromissadas são os exemplos mais comuns citados pelas

de estar certas da gravidez e da sua continuidade. Este período pode ocorrer com ou sem a participação do pai da criança, porque diz respeito também ao modo como a jovem está se pensando no interior do processo de transformação corporal e social (enquanto grávida e futuramente como mãe e/ou esposa).

Por vezes, são os pais do parceiro que não sabem. Houve dois casos em que a gravidez e a paternidade foram pouco receptivas pelos pais dele. Em ambas as situações os jovens tinham uma idade aproximada à da jovem; um deles ainda estudava, recém havia entrado no mercado de trabalho e o outro não estava estudando e nem trabalhando. Os pais deles se posicionaram desfavoráveis à gravidez, que anteciparia a paternidade do filho; paternidade, esta, que não se resume a “*fazer filho*”, mas a educá-lo e ajudar a sustentá-lo antes mesmo de se tornarem independentes financeiramente dos pais.

Aí a mãe dele não sabia de nada né. Ele chegou para trabalhar num dia de noite – que eu só dei a resposta à noite, antes de eu ir para o colégio – Aí ele já chegou e ligou para a mãe dele dizendo o que tinha acontecido [...] Ele ficou contente, aí o meu sogro e a minha sogra que ficaram meio assim (porque ele recém tinha começado a trabalhar)... Eu chegava lá e eles não tocavam no assunto da gravidez (Cecília, camada média).

Existem ainda outros aspectos relativos à gravidez da jovem destacados pela família dele. Se a paternidade é *assumida* pelo jovem parceiro paira a desconfiança de que: (1) os homens, sobretudo os mais jovens, são facilmente *pegos* pela gravidez – isto é, as mulheres (‘que amadurecem mais cedo’) se utilizam deste instrumento para casar com eles; (2) Ao serem *pegos* eles atestam sua imaturidade no trato com as mulheres (‘se deixam levar’) e na não-prevenção destas possíveis armadilhas femininas. Brandão (2003) também encontra sentimento semelhante no seu estudo; ao considerarem o papel de coadjuvante dos filhos, as mães de camada média reconhecem uma maior habilidade feminina para lidar com situações em que os homens são mais ingênuos.¹⁴ Esse seria o reverso do que pensam a maioria das mães das jovens que namoram homens mais

mães: “*O mundo está cada vez mais diferente [...] Porque os anos foram se passando né, naquela época era uma coisa, agora é outra né. Então temos que ir agora, por esta época de agora né*”.

¹⁴ Nas palavras de Brandão (2003:104): “As mães dos rapazes parecem centrar a avaliação das noras no momento que precede à gravidez, deixando implícita a ainda prenhe perceção de que, em última instância, o controle da contraceção é feminino. [...] Assim, a classificação do desempenho social do parceiro nesse evento reside em ênfases diferentes: é posterior à gravidez para os rapazes, e anterior, no caso das moças. Não se escapa aos preceitos morais de gênero”. E não se foge da contraceção ser considerada uma tarefa primordial das mulheres visto que elas têm o poder de *pegar* homens por sua capacidade procriadora.

velhos, considerados como mais experientes, portanto mais sábios para convencer uma mulher a baixar suas defesas em relação ao sexo. No entanto, as diferenças de idade entre elas e seus parceiros sexuais não é muito grande; a maior diferença foi de oito anos.

Dentro de uma multiplicidade de situações, a comunicação da gravidez pode ser dada por outros familiares que ficaram sabendo primeiro que os pais. Por exemplo, duas meninas (Ruth e Denise) contavam com a garantia de silêncio da família dele (amiga da família dela), ao mesmo tempo em que se sentiam pressionadas para contar a sua família sobre a gravidez, em um momento mais adequado: “*A mãe dele me via de calça de brim e ameaçava ir lá contar pra minha mãe*”. Mas, em geral, outras pessoas da família (irmãs, tias) são acionadas para ajudar a contar, a dar certeza para os pais e a ajudá-los a elaborar a notícia. Através do evento da gravidez, as discordâncias das normas e dos valores parentais se evidenciam, como também destacam as cumplicidades entre membros da família.

- Todo mundo estava desconfiado, mas eu não falava. Todo mundo da minha família perguntava.
- Mas por que desconfiavam?
- Não sei, a minha mãe estava desconfiada, mas eu não sei por que [...] O meu pai (padrasto) desconfiou durante meses. A minha mãe também sabia e ela estava ali me perguntando e eu estava dizendo que ‘não, capaz!’
- E como tu contaste pra ela?
- Eu não contei. A minha dinda (madrinha) foi lá me perguntar e eu me abri com a minha dinda. Falei pra ela e não falei pra minha mãe. (Ruth, camada popular)

No que tange à cumplicidade, um caso, dentre todas as meninas entrevistadas, se mostrou como um exemplo proeminente desta situação. Dona Alice deixou explícito, em sua fala, a preocupação em ser igualmente avaliada com a gravidez da filha, já que foi avisada várias vezes pelo companheiro da probabilidade de um *descuido* no namoro da filha.

Eu chorei o dia inteiro com medo de contar para ele (padrasto). Eu pensava que ele ia querer que ela e eu fôssemos embora de casa. Aí como é que vai ficar. Eu não vou deixar, é minha filha, ela vai ficar comigo. Mas aí ele chegou e eu estava chorando. Ele me perguntou e eu disse. Ele disse: -“Ah, isso aí eu já sabia que ia acontecer, eu te disse”. Aí eu disse para ele: -“Agora o que nos vamos fazer?” (ele respondeu) “Ué, vamos apoiar ela!”

O importante, neste contexto, foi verificar que a gravidez coloca em xeque o controle que a mãe tem sobre a sexualidade da filha na visão não só do padrasto de Alice, mas na da própria mãe da jovem. Dona Alice se vê entre a modernização das relações afetivas juvenis *X* a autonomia da filha *X* a honra familiar. Duarte (1986), Fonseca (2000) e Sarti (2003) enfatizaram o papel fundamental do grupo familiar no universo social popular, no qual valor família demarca uma adesão a um determinado código de valores. Esses códigos, no plano relacional, determinavam que a vergonha do grupo que passa pelo ‘mau’ comportamento sexual feminino traz seqüelas para a honra familiar.¹⁵ Ao compartilharem de um código de valores, as famílias procuram articular soluções e desempenhar seu papel, seja ele de proteção da gravidez (pela criança) ou da jovem. No segmento popular, hierarquicamente, a moralidade abarca o sexo, assim sendo, falar de sexo é falar das regras de respeito (DUARTE, 1987), é falar da família.¹⁶

Salem assinala que as mães tendiam a se sentirem “culpadas”, ao saberem que as filhas se relacionavam sexualmente: “[...] o comportamento transgressor das filhas passava a se constituir em um sinal de descrédito, uma prova de que elas não haviam sabido desempenhar seu papel de mães não só para os outros, mas também para elas próprias” (1980:174). O terreno da sexualidade se coloca como um tabu, mesmo em um contexto de modernização do comportamento feminino. Além da diferença etária, esse comportamento ressalta que a valorização da experiência sexual está subordinada às questões de gênero engendradas pela socialização diferencial, que potencializam os desdobramentos posteriores em situações em que estes aspectos são fundamentais (do gênero e seu valor).

Em três casos, a reação dos pais foi extrema. Em dois deles, as jovens foram obrigadas a fazer aborto. Em um outro, o silêncio total perdurou durante os nove meses de gestação, como uma demonstração da contrariedade e da aversão a uma sexualidade juvenil deslocada do matrimônio. Segundo a jovem, seus pais nunca falaram sobre a gravidez, evitaram fazer quaisquer perguntas depois que ela comunicou à sua mãe. Porém, construíram uma casa no seu terreno/pátio e a ofertaram à filha e não ao casal.

¹⁵ Fonseca (1997) prova como estes sentimentos são comuns à história das mulheres no sul do Brasil, através de um estudo dos processos jurídicos em que um ‘código de honra’ do pai de família ou chefe da casa explicita muito das relações morais de gênero. Estudos socioantropológicos sobre como as sociedades mediterrâneas trabalham o tema da honra e da masculinidade evidenciam que a honra de um homem depende também do seu controle sobre a sexualidade feminina (PERISTIANY, 1973; BOURDIEU, 1973; CAMPBELL, 1973).

¹⁶ Leal (2003:91) acrescenta que “a contextualização da atividade sexual dentro de uma relação amorosa é o que parece diferenciar, aqui, a *mulher de família* da *mulher sem vergonha* ou da *mulher de rua*”.

Embora esta reação parental seja posterior à ciência da gravidez, ela tem uma correlação íntima com a história familiar, ou como a jovem vê essa história, e isso se reflete no modo como a gravidez foi comunicada e ouvida/recebida – porque também fala de uma sexualidade em uma idade e no interior de relacionamento não aceitos por questões materiais, morais e culturais importantes naquele meio.

- Ela nunca me tocou no assunto (sexo), mas ela já desconfiava (gravidez). Eu me lembro que um dia eu estava deitada e ela estava para sair para o Super e eu disse para ela: - “Mãe, eu estou grávida!” e tapei a cabeça. Ela só olhou para mim, virou as costas e foi para o Super!

- Mais nada?

- Mais nada. Aí eu acho que ela contou para o meu pai. Eu não contei, porque eu sentia muito medo do pai. O meu pai só nos olhava e a gente não sabia aonde se socar. Bom, aí o meu pai nunca falou nada, ele nunca abriu a boca para falar nada da neta. Eles simplesmente compraram material de construção e construíram uma casa nos fundos, porque a minha mãe é daquela, de ter os filhos todos embaixo da asa. Aí ela construiu uma casa lindíssima nos fundos não me forçou, nem o meu pai que ele morasse junto, só para eu ter a minha independência. Aí começou o transtorno, aí sim foi um transtorno.

- Aí tu casaste?

- Não, não casei. Fiquei eu morando sozinha durante um mês eu acho, mais ou menos...

- Mas tu podias namorar? Ele podia ir lá?

- Não, isso não, no início não. No início eu podia ver ele só ao final de semana (Mara, camada média).¹⁷

As condições para que a jovem dialogasse de uma outra forma com sua mãe, não foram dadas anteriormente. Como apontado no capítulo três, o diálogo sobre sexualidade (prevenção e educação) pode ser sentido como uma forma de manter a privacidade, como pode, inclusive, ser uma dificuldade dos pais, por acharem que falar, no sentido de alertar de que é uma idade, ou relação, em que o sexo pode acontecer, estimula o desejo/curiosidade pelo sexo. De qualquer maneira, o diálogo ainda se configura como uma das formas de controle e coerção parental percebida pelos jovens.¹⁸

¹⁷ Para se ter uma dimensão mais próxima de como o sexo, a sexualidade e a intimidade do casal foi encarada por sua mãe, Mara lembra: “Depois que eu ganhei ela, fiquei muito fraca, então eu não conseguia nem tomar banho sozinha. Aí o Pedro falou que deu banho em mim pra minha mãe, porque tinha que lavar os meus pontos com sabão de glicerina, aquela coisa toda né. Ela vomitou, ela vomitou sabe [...] ela saiu vomitando. Ela me disse: “-Eu não acredito!” E ficou me cobrando um mês depois, parecia que estava com nojo de mim sabe, não me tocava.”

¹⁸ Como postulava Foucault (1999:10) “[...] por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”. A sexualidade (assim como a política) para Foucault é uma região impregnada de interdições. A idade é uma delas, porque congrega representações sobre a juventude, limites de atuação, de uso do corpo e de envolvimento com o outro. Neste significado, inclino-me a concordar com a concepção de Azevedo (1986) ao colocar que “[...] uma das normas do namoro tem a ver com a identidade dos parceiros da díade

(imitando a mãe falando diz:) cuidado com os caras que tu vais *ficar*, tens que ver, vê se tu não vais fazer besteira. Olha o que tu vais me fazer [...] Te cuida! É a única coisa que ela fala, te cuida. Aí eu digo: - “Está mãe; eu sei me cuidar mãe” [...] O meu medo mais era de gravidez. Pô imagina, chegar em casa e dizer isso: - Mãe, eu estou grávida [...] Mas a minha mãe não ia gostar. Ela me diz um monte de coisa, ela vai dizer viu, eu te falo um monte de coisa e tu ainda me aparece assim (Rose, camada média).

É uma relação bastante complexa em que a heteronomia parental se choca com mais um sinal de independência e autodeterminação das filhas. Não obstante, a autonomia juvenil que se evidencia com a gravidez também se une aos obstáculos anteriores da socialização dos pais “restritiva em termos sexuais”, ou seja, das diferenças geracionais e da necessidade imposta pelo fato consumado de rever as posições familiares (cf. SALEM, 1980).¹⁹ Apresentar-se como uma mulher, no sentido de sexualmente ativa, é um momento de ambivalência para muitas, pois por mais que imaginem a reação e aceitação dos pais ela pode ser bastante diferente do esperado.²⁰

4.3.2 Medo do pai

Com a modernidade adveio o declínio do modelo patriarcal, as mudanças nas relações de gênero pela inserção das mulheres no mercado de trabalho e pela nova dinâmica de poderes no campo doméstico abriram espaços para que a sexualidade se configurasse muito próximo ao da igualdade para homens e mulheres. Essas transformações sociais repercutiram na queda da fecundidade e na idéia de que há uma desestruturação da família, principalmente para os que desconsideram a capacidade de adaptação e (re)significação das ideologias dominantes, como no caso dos grupos populares. Paralelo a esses ‘avanços’, a liberdade sexual juvenil tem sido questionada

e com a legitimidade da sua associação. Os namorados devem estar na faixa de idade em que possam pensar em casamento, nem muito antes, ainda na adolescência, nem muito depois [...] Tem muito a ver com a idade definida, em termos do limite entre a puberdade e a maturidade” (p. 241; grifo meu). Entre o que podes fazer e com quem vais sair decorrerá uma avaliação social, em que a própria relação entre mãe/pai e filha pode ser questionada em termos de obediência e assunção dos valores familiares, representando a tensão entre a heteronomia parental e a autonomia juvenil. Maturidade do companheiro é avaliada pela sua capacidade de prover uma família – como será tratado em outro subitem neste capítulo.

¹⁹ Ruth, por exemplo, cita que a pessoa que mais se decepcionou na família com a gravidez dela foi seu avô materno, por não considerar o namorado um companheiro à altura da neta: “*Quem ficou brabo assim comigo foi o meu vô. É que o meu vô é a moda antiga. Ele pegava muito no pé do (namorado), eu acho que ele não gostava; então, ele achava que eu merecia coisa melhor, entrar na igreja de véu e grinalda*”. Vilar e Gaspar (1999) também mostraram como os assuntos relativos ao sexo não são se quer ditos por um impedimento moral da família.

²⁰ Para Salem (1980) a perda da virgindade pode estar associada à perda simbólica da filha que de menina passa a ser mulher.

sob a concepção de que há um declínio dos poderes parentais, por conseguinte, um menor controle sobre a atuação juvenil.

Na vida diária demonstram há indicativos de que as relações culturais com o modelo patriarcal, do modelo masculino, regulador da família e do comportamento dos seus se faz de modos distintos evidente. Destaca-se também, por este ângulo, o *medo do pai* – de ser mal-avaliada e punida. Algumas categorias sociais evidenciam a forma como modelos culturais são vivenciados em períodos dessemelhantes, com significados diferentes.

O que tenho procurado demonstrar em alguns momentos do trabalho é que mesmo em famílias nas quais a ideologia individualista é encarada e absorvida com menor estranhamento, há uma série de elementos no seu interior que não tratam o sexo com modernidade. Não é, então, estranho que as jovens concentrem seus medos quanto à recepção da notícia na figura do pai, representativa da manutenção da casa, dos compromissos e de um adulto responsável por parte da educação das filhas. A partir das narrativas, pode-se observar que a reação mais esperada pelos familiares era a do pai (último a saber) – em todos os casos o pai era a figura que concentrava a moral familiar e fazia a ligação da organização da casa com o espaço externo. Quase sempre uma figura de respeito.²¹ Apenas duas meninas de camada média (Rose e Paula) não expuseram este sentimento, seus pais haviam falecido quando elas eram pequenas, o que talvez tenha ajudado a não assimilarem a figura paterna como a controladora, concepção comum nos universos estudados. Outra jovem, como não mantém contato com o pai também não mencionou qualquer medo dele frente à sua gravidez.

O meu pai nem queria no início, porque sabia como ele (namorado) era assim (sem vergonha). Claro, todo guri novinho é mais levado que menina né. A menina tem mais cabeça que o guri [...] parece que **as mulheres são mais apegadas com o pai** do que com a mãe e o homem eu acho que é mais apegado com a mãe [...] **Ah, para o meu pai foi um choque.** Aí para eles foi um horror, mas isso de descobrir custou, porque **eu não tinha coragem de dizer para ele** (Denise, camada média; grifos meus).

Eu sou muito desregulada, tinha mês que a minha menstruação não vinha. Aí eu estava tendo muito corrimento e pedi para a mãe me levar no ginecologista, ela foi comigo. A doutora me examinou e disse que eu

²¹ Como apontado no capítulo 3 – quando o pai consanguíneo (ou padrasto) não cumpria com a função de provedor, o respeito para com sua figura era menor. Isto é, a aceitação de suas (im)posições eram relativizadas ou contestadas. Situação que pode ter relação com uma certa cobrança familiar, para que a posição de chefe de família seja retomada ou que sua posição seja tão importante quanto de quem está com o maior poder capital para manter os gastos domésticos da casa.

estava grávida... Disse na frente da mãe. Foi um horror! A mãe ficou apavorada e eu mais ainda. **Mas o pior foi dizer para o pai.** A mãe é que teve que dizer. **Ele sofreu um monte, até chorou. Acho que ele ficou muito triste, me deu uma pena dele...** Mas depois ele veio falar comigo e me perguntou o que eu queria fazer, se eu queria continuar aqui em casa. Eu disse que ainda não sabia o que fazer. Aí ele foi falar com o Cris (namorado) que estava apavorado com a história da gravidez (Leila, camada média; grifos meus).

A relação familiar (diária, de afeto e intimidade) das filhas com os pais, generalizada no primeiro depoimento, como sendo diferente do que a mantida com as mães, parece remeter à idéia de que a menina é a eterna *filhinha do papai*, aquela que não cresceu e que não pode desapontá-lo, justamente por estar tão próxima e saber o que ele pensa e representa na família. Por conta disso, o choque do pai ser maior quando o ‘erro’ veio daquela filha – a relação que está sendo afetada não é a daquele momento, mas de toda uma história anterior entre pai e filha. Ainda, neste *medo* está explícita a mudança de sua imagem na família: da filha virgem e inocente, para uma jovem buscando sua autonomia, sendo sexualmente ativa mesmo sob um controle parental. O medo está em ser, então, reavaliada por sua conduta sexual, que se concretiza pela gravidez, contrária ao que os pais planejaram (“o pai ficou mais brabo”). Não foi encontrada, neste grupo, qualquer narrativa direta que associe a gravidez a uma conduta explicitamente contestatória aos valores familiares. Portanto, se colocar como indivíduo de direitos – ainda dependente dos pais – gera conflitos e medos frente à reação e decisão familiar.

No segundo depoimento, em que a reação paterna foi de choro e sofrimento, e que causou pena na jovem, não foge da decepção já apontada e nem do diferencial de relação intrafamiliar (da filha ser mais *apegada* com o pai). No entanto, essa resposta (choro) não era a esperada – daí sua surpresa e pena. A idéia das filhas é de que o pai vai usar de todo seu poder sobre o lar e o peso da herança familiar para puni-las. Daí usar a mãe como uma mediadora para que o peso seja aliviado é um comportamento muito freqüente.

Apesar desse referido *medo do pai*, de modo geral, são as mães que respondem pelas atividades domésticas, quando não, às atividades que ligam a casa à rua, como pagamentos e compras efetuadas fora do lar. Da mesma forma, são elas que cuidam dos filhos e fazem a ligação entre estes e o pai em situações conflitantes e honrosas. Em vários momentos me foi mostrado que elas também são as que contam e omitem o que

querem para seus companheiros quando o comportamento das filhas tem grandes chances de ser desaprovado por eles. Elas ainda tomam a palavra e tornam-se porta-vozes das heranças familiares (como demonstrado no capítulo anterior: *o teu pai disse, mulher não pode* etc.). Decerto que estas constatações repercutem, sobretudo no valor da maternidade e das alianças, para lidar com o poder e a sua sexualidade como legítima, reconhecida pelo *status* que o *lar* dá às mulheres casadas.²² Ao mesmo tempo, ressalta o poder que as mulheres têm de desorganizar a ordem moral de um lar por sua sexualidade ilegítima (fora do matrimônio ou da união consensual).²³ Todavia, no universo popular, as visões das jovens sobre suas mães parecem estar sob a titulação da abnegação (desprendidas e devotadas ao lar). Já as jovens de camada média tendem a mostrar como as mães procuram continuamente promover o crescimento profissional das filhas. Há exceções nos dois casos e elas podem ser compreendidas por suas biografias, isto é, pela penetração que as mães tiveram em outros meios, durante seu processo de socialização juvenil, e o modo como assimilaram novos valores.²⁴

Pensar na reação do pai como sendo mais crítica do que a da mãe reproduz a forma de a gravidez ser percebida como uma quebra importante da norma e regra social, além de destacar a representatividade do papel que o pai tem no interior da família. “Interiorizar a idéia de que são infratores significa, ao mesmo tempo, incorporar a visão do acusador” (SALEM, 1980:198). No entanto, nem sempre a gravidez é verbalizada pelas jovens como uma forma de contestar esses projetos, principalmente por elas justificarem que não houve um planejamento consciente (mesmo quando querem engravidar).

A oposição dos filhos às idéias dos pais também é outro modo de se referir e se lembrar da juventude. Todavia, por exemplo, o estudo de Salem (1980) demonstrou que quando se analisa com cuidado este último aspecto, via o privilégio da opinião das gerações que compõem uma família, das idéias e das práticas intergeracionais, percebe-se que os filhos reproduzem muito do comportamento e das ideologias dos pais. Seu

²² Nem sempre as relações conjugais (como veremos adiante) correspondem à aquisição de poder, *status* e viabilização social da sua sexualidade sem que a dependência econômica do companheiro “*decepção*” o projeto inicial.

²³ Rosaldo (1979) trouxe uma série de exemplos em seu artigo sobre as mulheres serem vistas como algo “anômalo”, desviadoras e manipuladoras à medida que são os homens que definem as regras sociais (públicas). As entrevistadas demonstram que as mulheres-mães-casadas podem recriar situações na medida da necessidade e da sua capacidade.

²⁴ Este tema poderia ser mais aprofundado, mas seria demasiado extenso descrever aqui as diferenças observadas. Fica, aqui, registrado a sua importância.

trabalho, realizado no final da década de 70, com pais e filhos(as) de camadas médias superiores, moradoras no Rio de Janeiro, desvela que depois de vários embates familiares e pessoais, os filhos(as) reportavam e incorporavam, com atualizações necessárias às suas trajetórias, valores e éticas similares a de seus pais, apesar de contestarem a postura paterna, de vinculação com o trabalho, e a materna, de associação do mundo feminino com o doméstico.²⁵

Na esfera sexual, as divergências de gênero engendram conflitos entre o que o mundo moderno permite e apregoa como *jovem* e o que a família mantém como herança do que é ser jovem e mulher no seu ambiente. Daí, explica-se o imperativo da contextualização por parte das jovens sobre o namoro e o sexo atrelado a ele, quando acionam justificativas como o amor, engravidar *na primeira*, a inexperiência e ingenuidade, mas nunca por desejo ou por *tesão*. Assumir sua parcela hedonista é desconsiderar a importância no contexto familiar dos preceitos de honra e sexualidade. O temor em contar ao *homem da casa* – responsável (simbólico ou efetivo) pelas virtudes morais dos seus – manifesta que o papel de *boa filha* tem uma relação com a sexualidade vigiada/regrada.

Uma vez colocado as quatro perspectivas sobre como as jovens articulam seu discurso para justificar a gravidez, para quem elas primeiramente contam e as reações das mães e o medo dos pais, é importante que se aponte quais outros aspectos causam impacto e são colocados em xeque a partir da gravidez (além da sexualidade da filha, já analisada). Além disso, o que esses pontos podem ainda dizer mais sobre o que é *ser jovem* hoje. Dois são os aspectos – que se ressaltam com a gravidez juvenil – a serem desenvolvidos na continuidade do capítulo: a avaliação dele (pai da criança) por parte da família e dela (a parceira), a idade em que a gravidez ocorre e a capacidade da jovem, estas últimas em conformidade com a visão dos seus familiares.

4.4 Capacidade do parceiro

No momento da recepção da notícia da gravidez por parte da família, uma primeira avaliação do parceiro da filha está também implícita nas posições adotadas pelas mães e pais. Um primeiro questionamento se faz sobre com quem a filha se envolveu e de quem engravidou; mais enfática é esta preocupação nos casos em que os

²⁵ O trabalho de Sarti (1989; 2003) também é exemplar para estas argumentações.

familiares não conviveram com o parceiro dela. Os comportamentos de não aceitação do próprio namoro já informam muito do que a família supõe ser mais adequado para o futuro da filha e de várias maneiras limitam alguns tipos de envolvimento, por exemplo, quando dizem: “*cuidado com os caras*”; “*ele é um marginal*”; “*esse não quer nada com nada*”. É comum que a idade dela e, sobretudo, a posição no mercado de trabalho do parceiro e o futuro dela são aspectos primeiros em uma hierarquia de preocupações a partir do anúncio da gravidez. Por este ângulo, a gravidez em si fica em um segundo plano, pois a avaliação do parceiro e sua posição frente à gravidez (se *assume* ou não) são importantes para que a família possa saber o que lhe cabe fazer. Construir uma casa, como ocorre e como veremos no decorrer do presente trabalho, comprar móveis ou optar por incentivar a filha a ir morar com os familiares dele fazem parte dos rearranjos que a gravidez impõe aos mais próximos.

Eu acho que uns oito meses namorando, depois eu já fui morar com ele, depois eu fiquei grávida da Fernanda. Depois de um ano que a gente estava junto, eu fiquei grávida [...] primeiro porque gostava e a minha mãe não aceitava [...] Ela [mãe] disse: - “Ah, já que tu estás achando ruim de eu não gostar que tu namore ele, então vai morar com ele”. Aí eu peguei e fui. Eu disse para ela: - “Oh, eu sou bem mandada” Aí até ela ficou um tempo sem falar comigo, depois continuou a falar comigo. Ela viu que não era do jeito que ela queria. Foi, foi aí eu fui [...] É como eu disse para ela, eu sei que eu sou filha dela, mas eu não vou ficar embaixo da saia dela para o resto da vida né. Aí ela se queixava, ah, porque tu és muito nova, não sei o quê [...] quando a minha gurria tinha uns oito meses eu fui me embora, não deu certo, aí eu fui lá para a mãe de novo (Edileuza, camada popular).

Quando o ajuizamento dele tem um resultado negativo pode ocorrer uma certa ruptura da relação entre a família e a jovem e, ainda, como ocorreu em um caso a obrigação imediata de fazer um aborto. No caso de Estela, o aborto foi a condição imposta para a permanência da jovem, de 14 anos, na sua casa, uma vez que a mãe e o padrasto souberam que ela estava grávida, através de um exame de sangue. O aborto se efetivou com a ingestão de comprimidos de um medicamento (misoprostol), comprado com dinheiro dado pelo padrasto. O namorado, de quem engravidou, pertencia a uma família ‘negra’, com hábitos e costumes questionáveis pela família ‘branca’ de Estela – como o da mãe dele: beber em excesso e morar em uma casa com pouca higiene e estrutura material.²⁶ O namorado, absorto das qualidades familiares, era visto como “*um*

²⁶ As relações raciais no Brasil, especificamente entre brancos e negros, são discutidas desde o final do século XIX. Os estudiosos enfatizavam a superioridade das famílias de raças brancas influenciados por autores como Sylvio Romero, Nina Rodrigues (o principal representante do racismo científico entre nós)

marginal, porque era boleteiro (maconheiro), porque isso e porque aquilo. (Mas) Quando ele tava comigo ele não era". Um filho de ambos formaria um vínculo indesejado e longínquo entre ambas as famílias. Sabendo da complexidade que adviria, ela posterga como pode a assunção da gravidez frente os familiares:

Tu acreditas que eu cheguei a comprar um extrato de tomate – tu não acreditas... eu fui ao banheiro, botei assim na calcinha extrato de tomate (risos) e eu chamei a mãe e disse: - “Olha mãe, desceu a minha menstruação!” E a mãe sem óculos – “Ah, desceu, que nojo”. Aí eu peguei e me lavei. E aí meu Deus, e agora? Aí acharam o extrato de tomate que eu escondi [...] A mãe não se ligou pra quê aquilo [...] Passou outro mês e a mãe: -“O quê, não desceu?” Ela sabia os dias. Aí não desceu e a mãe: vamos fazer um exame. Ela falou pra o meu padrasto e ele ficou furioso. A mãe: - “Não aconteceu nada mesmo? Tu não fizeste nada?” - Eu não, não, capaz! Aí a mãe: -“Vou te levar no médico” [...] A médica perguntou para mim: - “Tu... tu... fizestes alguma coisa?” E eu: - “Não, eu não fiz nada.” (depois do exame) Aí ela chamou a mãe. Ela disse assim: “- Então vamos fazer um exame de urina para ver o que é que tem”. Aí fiz exame de urina. Chegou o exame e deu positivo, grávida. Ah, aquele dia foi o pior da minha vida! Ah, eu fui para a casa da minha amiga. Eu vim do centro e eu apertando. Agora ela (mãe) vai falar pro Toni (padrasto), aí eu apertando. Vai sobrar pra mim, eu vou apanhar uma tunda. A mãe contou pro Toni. Aí foram me chamar (na casa da amiga). Aí a mãe me deu uns tapas. Porque o Toni nunca tinha me batido, nunca deu um tapa. Eu fiquei com raiva sabe, fiquei com muita raiva e eu já tinha problema de nervos [...] Ele disse: - “Vai pegar e vai dar, porque eu não quero aqui dentro de casa!” E eu dizia para mãe: -“Não, se eu ter esta criança eu não vou dar, não vou dar”.... O meu padrasto pegou 150,00, naquele tempo era dinheiro, e foi comprar uns comprimidos para eu tirar [...] A mãe disse para mim: - “Se tu não quer tirar eu não posso fazer nada por ti”. Eu ia ter de sair de casa. Pegamos o comprimido lá e botamos. Na primeira vez não deu certo [...] O Cytotec (misoprostol), eram seis por cima e seis por baixo (vagina), não... eram três por baixo e três por cima. Aí me deram aquelas injeções (para dilatar). Mas guria... Ah, começou a dor e dor e dor. Olha, prefiro ganhar 10 filhos a ter uma dor de aborto (Estela, camada popular).²⁷

e Oliveira Vianna. Os trabalhos de Roger Bastide e Florestan Fernandes, Octavio Ianni discutem a questão racial a partir das décadas de 1940 e 1950. Yvonne Maggie, Lívio Sansone, Fernando Rosa Ribeiro, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães e Lilia Moritz Schwarcz seguem estudando a questão racial, publicando seus trabalhos na década de 90, com enfoque especial na classificação de cor, relações raciais e racismo, relações entre antropologia e ideologia racial. De uma forma ou de outra, os estudos demonstram que os cruzamentos entre os grupos raciais, no Brasil, estão relacionados à cor, como representativa de uma série de significados e qualificações que decaem honrosamente à medida que a cor se torna mais escura, diminuindo as chances de negros ascenderem. O casamento de um negro com uma branca é uma das maneiras de branquear sua herança, mas seu contrário não é visto com propriedades honrosas pelo grupo branco hegemônico economicamente, como bem mostra o caso em questão de Alice – pode ser encarado como um descenso social.

²⁷ Através deste exemplo destaco outro aspecto do controle parental sobre o exercício da sexualidade: o que se dá através do ciclo menstrual; regulador mensal e demarcador biológico para a reprodução. Este controle se estabeleceu em outros casos. Quando as filhas não usam absorventes (encontrados no lixo) e

Existem alguns aspectos e ambigüidades que devem ser salientadas via este caso – ligado à avaliação da capacidade dele em ser parceiro, pai, provedor, ‘bom para casar’ etc. Uma delas é o fato da família emitir um discurso “moderno” de interrupção de uma gravidez em que não há reconhecimento da pessoa-criança. Baseado em ensejos que apontam que, para a família, aquele não era o momento adequado para Estela ser mãe, nem o seu namorado era a pessoa certa – um filho, neste caso, seria um modo de descenso social, pela situação socioeconômica de ambos. O vínculo entre as famílias, através da gravidez, tornaria a união dos filhos representativa da aceitação de sua família – a ponto dela ter de optar entre sair de casa e prosseguir com a gravidez e o namoro. A gravidez levada a termo tornaria, de alguma forma, ambas as famílias moral e socialmente muito próximas. Algo que o padrasto e mãe de Estela repudiaram imediatamente, justamente por a outra família ter características pouco honrosas, seria uma forma de descenso social. É mister contextualizar ainda que, anteriormente, eles também não estavam de acordo com o namoro.

4.5 A idade da gravidez

Outro aspecto a ser ponderado é a idade em que a gravidez acontece é outra questão que é colocada em pauta como apontei inicialmente. Segundo Estela, os seus quatorze anos foram reconhecidos pela imaturidade emocional e inexperiência social, o que justifica a posição familiar ao considerar tal idade como inadequada para definir o que é bom para si. O trecho abaixo é explicativo das razões do padrasto ter imposto a interrupção como solução a um projeto familiar pautado na idéia de dirimir os problemas que poderiam advir com a união naquelas condições (materiais e de imaturidade de ambos envolvidos). Na sua compreensão, o aborto foi uma estratégia de mobilidade social, pois contrariamente à idéia romântica da maternidade e conjugalidade, filhos também representam gastos, preocupações e esforços conjugais; afora serem uma ligação constante entre homens e mulheres que os *assumem*.²⁸

não mencionam preocupação com o atraso da menstruação, as mães entram em alerta para a contingência de uma gravidez.

²⁸ Tal idéia tem se difundido nas camadas populares, haja vista, por exemplo, os dados de declínio da taxa de fecundidade das mulheres nos últimos 20 anos no Brasil. A difusão das práticas contraceptivas tem de ser considerada como fator fundamental para pensar na queda do número de filhos por família, mas não o mais significativo, pois sempre há a opção de não utilizá-los.

Ele dizia: - “Se tu tivesses ficado com aquele filho o que ia ser de ti hoje? Tu ias estar lá na casa daquela negrada. Ia estar toda suja e com um monte de filho, passando o maior trabalho!” É isso aí que ele me falou. Ele me falou: - “Eu não fiz para o teu mal, eu fiz um bem para ti... mas depois se tu fosse ganhar essa criança tu até podia morrer né” – pela idade que eu tinha (Estela, camada popular).

Nas camadas populares um sujeito que não provê, não desempenha ou não apresenta condições objetivas de ser *pai* e *chefe de família* não é digno de ser considerado um bom parceiro para casar; um jovem sem estudos e sem emprego, muito menos – não está apto a dar continuidade ao projeto de sucessão familiar (cf. DUARTE, 1986). Neste caso, de Estela, a gravidez instigou o controle parental a se sobrepor à idéia da construção da autonomia juvenil.²⁹ A idade e os comportamentos – como a própria não-prevenção, transa e conseqüente gravidez – são expressões destas concepções familiares e tensões intergeracionais, tanto no grupo de Estela como em outros. Se por um lado a gravidez e/ou a não-virgindade tornou mais flexível o controle sobre o lazer dessa jovem, por outro lado inviabilizou uma aposta familiar sobre seu futuro profissional (via a escolarização). Quando decide coabitar com o novo companheiro, a família não faz qualquer oposição, ao contrário. Este parceiro se diferencia do outro por não ter uma família com qualificações semelhantes a do primeiro, ser mais velho e querer assumir um compromisso com ela.

Para maior entendimento sobre o aborto, no caso acima descrito, adoto como suporte teórico-analítico parte do esforço reflexivo realizado por Leal e Lewgoy (1995) sobre a aparente incoerência da prática do aborto nas camadas populares frente aos valores hierárquicos/holistas.³⁰ Segundo os autores, nas camadas populares há a preeminência da noção de *assumir* em relação à morte de uma pessoa (feto), tão propagada pela ideologia cristã ocidental. O *não-assumir* implica em não tornar pública a construção da maternidade – em não ser vista uma pessoa complementar no seu grupo. Mas ao *assumir* a gravidez está-se presumido uma negociação social para que a jovem

²⁹ O estudo quantitativo de East (1999) demonstrou que as mães menos permissivas e mais controladoras não tiveram filhas grávidas na adolescência; elas consideravam a maternidade nesta fase de vida um problema e aludiram idades maiores como mais adequadas para uma jovem ter sua primeira relação sexual, casar e formar sua família. A questão que discuto não está em mais controle e menos gravidez – já foi demonstrado o contrário, quão rejeitado pelas jovens é o controle demasiado dos pais – mas como ele tensiona as relações familiares que não podem ser desprezadas nas análises da gravidez juvenil. Os sociólogos Trent e Crowder (1997) pontuaram em sua revisão bibliográfica que ambientes não tradicionais se correlacionam com atitudes juvenis não tradicionais.

³⁰ Os autores discutem suas idéias a partir das proposições de Dumont (1993), Bourdieu (1983) Duarte (1986) e Fagot-Largeault e Parseval (Qu'est-ce qu'un embryon? *Esprit*, n. 151, Paris, 1989).

seja reconhecida como gestando uma pessoa. Portanto, em um nível da dinâmica social tem-se com a regra do *assumir* o reconhecimento de que existe “uma criança-pessoa desde a concepção”, neste caso, o dever *assumir* se sobrepõe ao do interromper a gestação. Entretanto, se a gravidez não foi *assumida* muito menos a “criança-pessoa” pode ser percebida como tal. Deste modo, o *assumir* “[...] é, por definição, uma condição não substantiva, eminentemente relacional” (p. 67) e dependente de um conjunto de arranjos e de decisões que vão se congregam na sua assunção, tais como: da posição da família ascendente materna e do pai da criança; de terem condições socioeconômicas; de reconhecer o parceiro como legítimo dentro de suas condições materiais e do seu capital cultural. O que está sendo assumido é o filho, uma aliança, e não a gestação, como ocorre com os indivíduos que se identificam com uma ideologia individualista (cf. VICTORA, 1991). O filho é um símbolo das alianças *assumidas* entre famílias e o casal.³¹

Assumir também é ratificar as díades que a modernidade tenta desvincular: reprodução e sexualidade; maternidade e sexualidade; mulher e maternidade; mulher-mãe e casa. Nesse caso, tomado como exemplar ao ampliar as interpretações pelo evento do aborto, nem coabitação, nem união civil se sucedem: “*Eu tenho vontade, mas é difícil. Ele não trabalha, a mãe dele não me suporta. Então eu acho que vai ficar só na vontade mesmo [...] Ele vem todos os dias, todos os dias, se ele pode ele vem toda hora...*”. A conjugalidade e a paternidade só se conformariam com a capacidade material dele *assumir* mãe e filho (cf. SARTI, 2003).³²

³¹ Em outro nível de compreensão dessa dinâmica, o *assumir* está condicionado às expectativas, a um projeto relacional holista, colocando em questão se uma gravidez está dentro de um projeto individual, porém acordado com os valores familiares. Baseado nestas considerações as práticas abortivas nas camadas populares estão fundamentadas em negociações familiares e considerações sociais que a gravidez deflagra. Nesta acepção, o bebê/criança não é inicialmente percebido como um *ser*, pois não há condição social para que a gravidez seja entendida como fruto de uma relação estabelecida entre indivíduos ou grupos sociais (famílias, parentelas) ordenados por uma expectativa de continuidade daquele laço. Portanto, o aborto imposto pela família de Estela é paradigmático dessa relação e tensão entre a assunção e a inviabilidade de formar alianças.

³² Nos achados de Arilha (1998) os homens acreditam no seu poder de persuasão para fazer as mulheres abortarem. Ato interpretado como negação de uma responsabilidade e/ou de portar-se como *homem*. Diz Jorge da Fonseca (1998:208): a “[...] essencialização da maternidade como destino da mulher corresponde [a] uma essencialização da não-paternidade do homem, movimentos interdependentes, mas não complementares. Instituições operam neste sentido, associando à mulher o cuidado para com a prole e associando ao homem provento material desses filhos.”

4.6 A imaturidade dela: a visão adulta e juvenil

O comunicado da gravidez tende a trazer consigo a observação mais acurada ou mais enviesada para com o comportamento da filha, em que o *aproveitar* a juventude/a mocidade se difere quando proferido pela boca das mães e pelas filhas. A exigência de uma nova postura, diferenciada da conduta do descompromisso juvenil, anterior à gravidez, é posta em prática pela família. Para as filhas, sexo no namoro ajuda a manter laços mais estreitos; para as mães, nem sempre esses laços são *proveitosos* ou acertados, portanto, saber diferenciar com quem transar (desprevenida) é fundamental. Têm-se, então, com a anúncio da gravidez, criado um outro pólo: o do diálogo que o evento conduz os familiares a terem. Para tomar inicialmente atitudes objetivas é requerida a participação da jovem, grávida, muitas adquirem uma posição central na família. Ela é trazida para a roda dos adultos e ouvida de uma forma hierarquicamente mais próxima a eles.

Tomarei a imaturidade para outras considerações referentes à reação dos pais frente à notícia da gravidez. A categoria *imaturidade* ancora múltiplos sentidos e foi percebida nas narrativas das mães e das jovens. As primeiras fazendo referência às filhas e algumas jovens criticando seus companheiros. Do ponto de vista das mães, denota um comportamento juvenil não condizente com a gravidez naquele momento, tampouco com a maternidade que chegava *precocemente*.

As relações estabelecidas entre idade (ser “*muito nova*”) e começar “*cedo*” a vida sexual ou conjugal revelam as tensões entre a autodeterminação e independência juvenil vis-à-vis a afirmação dos valores parentais em determinada idade da vida e sob dadas condições materiais e emocionais. A idéia de imaturidade, funcionando como uma medida subjetiva e relacional de desenvolvimento social e emocional dos jovens envolvidos na gravidez, é destacada pelos familiares. Desejavam que a gravidez ocorresse quando as filhas tivessem um grau de amadurecimento e, conseqüentemente, de compreensão do que é ser adulto, mãe, mulher dentro de um modelo de crescimento, ora apoiado nas idéias psicológicas de construção da pessoa (difundidas por vários meios) ora, na moralidade (que não exclui as compreensões *psi*) para a construção de uma mulher respeitável.

Além disso, esse amadurecimento cobrado pelos pais é também uma exigência para que o *amor*, a *entrega* e a assunção da gravidez sejam acompanhados da certeza de que não é fruto da impulsividade, própria da juventude. De que o sexo entre o par não é

somente resultado da adequação à modernidade ou do resultado da pressão masculina, que pode levar a crítica, por sua complacência com o desejo/impulso do outro, como já mencionado neste trabalho; preocupação contrária ao que chamam de amor adulto e maduro, legitimado, aceitável, esperado e pouco criticado. Thales de Azevedo (1986:240) atribui a necessidade moderna de “civilizar o amor”, colocando os impulsos dentro de uma série de regras e sistemas sociais para equilibrar “os diferenciais de estímulos sexuais entre homens e mulheres” e regularizar o namoro como uma preparação para a união conjugal, evitando a promiscuidade sexual.

No campo do discurso, a formulação subjetiva da gravidez teria inicialmente um peso maior e seria seguida da tomada de decisões, visto que as soluções dos problemas estão apoiadas no sistema cultural e nas relações que se estabelecem entre os sujeitos dentro de seu universo social. No âmbito da objetividade, as medidas pragmáticas tomam frente e as decisões começam a ser pensadas para serem efetuadas. A divisão proposta com as dimensões (prática e subjetiva/relacional) é apenas um recurso analítico; serve para demonstrar o que se sobressai inicialmente em um momento importante.

Muito do modo de ver as filhas como imaturas está conectado ao comportamento delas no dia-a-dia e de uma época próxima do engravidamento. Tal visão tem respaldo no que as jovens, que engravidaram com menos idade, comentaram passar. As que começaram mais cedo sua vida sexual relataram ter vivido a ambivalência entre abdicar dos lazeres e das brincadeiras com os amigos e colegas de escola é como se a gravidez retirasse suas possibilidades de viverem comportamentos infantis, ainda aceitáveis na juventude e adolescência, para então aprenderem a ter práticas e posturas adultas.

- A gente (ela e amigas) vivia brincando de boneca. Aí teve uma vez, eu já estava namorando, eu estava brincando de boneca na casa das minhas colegas e ele foi lá (o namorado) e me pegou brincando de boneca.
- Te escondeste?
- Não, não me escondi, fiquei brincando. Ele ficou me olhando e eu brincando
- Ele não falou nada?
- Não... depois ele disse que era pra eu deixar (de brincar) que eu já não tinha mais idade... Mas eu brincava escondido de dia, ele trabalhava e eu brincava (Dina, camada popular).³³

³³ Uma jovem, de camada média, se referia a outras meninas que gostam de brincar de boneca e engravidavam nesse momento. Segundo ela, era significativo da negação entre um ideal (sonho) e a realidade da maternidade. Novamente chamo atenção que essa é uma avaliação de quem já havia passado pela gravidez na juventude: “[...] eu acho assim, que elas tenham vontade de ter um nenzinho porque

Dina, depois de engravidar (14 anos), não mais brincou de boneca, nem ela e nem o pai da criança *assumiram* as funções materna e paterna. A mãe de Dina e a avó criaram a menina. Apesar da imposição por uma mudança comportamental Mara tem uma posição bastante distinta da jovem Dina.

Em dois anos a nossa vida oh fez assim xuuuummmm, virou simplesmente a vida da gente virou, porque tu imaginas [...] eu tive que aprender, quer dizer eu já sei ser do lar... a minha mãe sempre me ensinou a ser, sabe. Ela queria sempre que eu fosse a mulher e a esposa, mas eu não sentia aquela mudança (depois de casada) sabe de ser mãe e coisa... De vez em quando, assim, às vezes que eu sinto falta de fazer algumas molecagens [...] Eu sinto vontade assim de quando eu estudava, eu era medonha. Eu era medonha, então às vezes eu sinto saudades disso sabe, eu sinto falta da minha molecagem sabe, de tomar banho de chuva, de mangueira sabe, de sair chutando lixo, porque eu era uma praga né. Mesmo com dezoito anos às vezes eu sinto falta, sinto falta dos meus amigos como eu te disse. Mas assim tudo isso eles dois (marido e a filha) me compensam entendeu. Compensa a gente sentar ali na cama e ficar fazendo frege (bagunça) (Mara, camada média).

Há em outros casos um grande contentamento com a gravidez, principalmente ‘se tudo dá certo’. Mas quando ‘não dá’ a desconsideração com os alertas dos “*mais velhos*” é cobrada.

Mas eu estou sempre alertando ela, porque uma mãe não impede dela... transar. Então eu digo para ela que o dia que ela quiser fazer isso tem que se prevenir, tem bastante meio de se prevenir. **O problema não é deixar de ser virgem, o problema é um filho!** Depois sofre ela, sofre mãe... sofre o filho também. Porque os rapazes de hoje não assumem assim, é difícil um assumir, então eu alerta muito para ela não engravidar. Porque ela gosta de sair, se arrumar filho, deu, estragou a vida dela. Até ontem o meu marido tava falando – porque ele não é pai da Alice – mas se preocupa também, ele tava dizendo que até hoje eu tava tendo sorte com a Alice. Até tinha coisas que eu tinha vergonha de falar com ela e ele indiretamente dava uns toques para ela, prevenindo ela... Já faz dez anos que ele vive aqui, ele já a considera como filha [e] se acha no direito de falar essas coisas (Dona Alice, camada popular; grifos meus).

A constante antecipação da gravidez como um risco sempre eminente se explica pela sexualidade feminina estar associada à sua função biológica reprodutora. Na juventude, este risco é visto como material e moralmente maior pelas conseqüências que recairão nesta fase da vida. Os alertas que fazem essa vinculação – emitidos pelos pais,

elas gostam de brincar de boneca, mas não que elas tenham consciência de que elas querem ter um filho”.

mídia, ou contidos nas histórias das amigas – confirmam que o exercício sexual feminino juvenil objetivamente é muito mais do que a satisfação pela troca de sentimentos, de desejos e sensações, o que, aliás, é geralmente alocado para o universo masculino (*ele quer, ela cede*). O sexo para a mulher perfila-se no campo de mudanças de vida ou de ser vista na vida. De um modo ou de outro, há uma conceituação das filhas quanto a serem maduras ou “inocentes” (cf. DESSER, 1993) que não se desprende da idade em que a gravidez ocorreu. Vilar e Gaspar (1999:63) colocam que a reprodução das condições de vida familiar, por parte das filhas de classes operárias, são impulsionadas pelos conflitos intrafamiliares a saírem de casa e, assim, a constituírem um novo núcleo familiar, tornando-se adultas quando engravidam.³⁴

Tentando simplificar a diversidade inerente à realidade social e de cada jovem e família – neste momento, privilegio elementos práticos mais comuns a todos depois da recepção da notícia e decisão de continuidade da gestação. Como a visão de que as filhas são imaturas induz os pais efetivamente a tomarem providências ao seu alcance, sob este prisma, alguns familiares compartilhavam a apreensão com o racha nos planos anteriormente traçados para que a filha tivesse uma profissão e, a partir dela, pudesse economicamente ser independente. Este sentimento não se resumiu aos pais de jovens do segmento médio. A ascensão social por meio da escolaridade, que pode levar a um trabalho mais bem remunerado, é uma das maneiras que as camadas populares têm de adquirirem bens e obterem um padrão de vida melhor. Diferentes níveis de aspiração social familiar foram observados, assim como os rearranjos que dispõem uma nova ordem na casa (dele ou dela), no quarto, no que a filha deve fazer etc. Colocam-se à disposição para diluir problemas com o local de moradia do casal (ou da mãe e o filho), com os pertences do bebê (berço, carinho, roupas), com o sustento do mesmo.

(antes mesmo que o exame confirmasse a suspeita da gravidez) A mãe já foi até no centro ontem, já viu o preço da cama de casal. Foi ver o preço do colchão. A mãe diz que vai nos ajudar. A mãe entrou numa loja ontem e falou: -“Moça, eu quero ver o preço da cama de casal”. A minha irmã disse que eu tenho até que conversar com ele. Ela acha que a gente tem que se casar, porque a barriga vai começar a crescer e o pessoal vai reparar. Aí a mãe disse: -“Vocês têm que ver se vocês vão

³⁴ O *assumir* das meninas é um exemplo contundente disso. Se a jovem não demonstra condições de *assumir* (que está grávida) ou tomar providências decorrentes do exercício da sua sexualidade (abortar, casar) reduz seu campo de possibilidades de ser reconhecida como em processo de transição para a fase adulta. Sexo e imaturidade não são correlatos elogiáveis, principalmente na juventude. O reconhecimento social da passagem à vida adulta depende de um conjunto de condições demonstradas social, cotidiana e moralmente por aqueles que pretendem transpor a juventude.

morar lá ou vão morar aqui?” Mas ela quer que a gente more aqui (Rose, camada média).

A gente tem que ser responsável pelos nossos atos, então eu sempre ensinei assim: tu fizeste, então tu tens que pesar na balança! Quem é que errou? Fui eu? Foi ele? Foram ambos? Então ambos vão ter que arcar. A criança não tem culpa, ela não pediu para nascer, não é? Ela veio, então seja de qualquer forma, eu aceito a criança. Eu quero a criança, vamos tratar de fazer o enxoval, vamos fazer um pré-natal certo, tudo particular. O meu dinheiro todo se foi. Eu arqueei com tudo, porque ele (pai da criança) não arcou. Se ela falou aí (na entrevista) ela mentiu, porque eu arqueei com tudo. Eu arqueei com o parto! (Dona Cecília, camada média).

Ainda que gerenciem os primeiros passos, tendem a permitir, no decorrer dos acontecimentos, que as filhas decidam os rumos seguintes do seu futuro. No entanto, quando a jovem engravida, novamente os familiares diminuem sua participação na solução dos novos problemas ou porque a jovem está engajada em uma relação estável, ou porque ela “*não tem conserto*”. Isto é, não aprendeu a “*se cuidar*” para não engravidar novamente e/ou desconhece a necessidade de selecionar os parceiros para os quais pode se “*entregar*”. Resumidamente, a primeira gravidez não serviu como *corretivo*, assim como no exemplo de Edileuza.³⁵

Na avaliação delas (das jovens), além do grau de maturidade que tem para vivenciar da melhor forma a gravidez e as decisões que com ela chegam, as mães inclinam-se a seguir com este padrão de atuação, pois entendem que as filhas precisam aprender mais para viver o casamento ou a *solterice* com a maternidade. Por exemplo, no segundo momento – de autonomia e individualização das filhas engendradas pela gravidez e união – há uma aparentemente conformidade das mães, isto é, recolhem-se, observam e se colocam à disposição das filhas, principalmente nas situações conflituosas. Um exemplo de como uma mãe pode ajudar é quando ela se dispõe a retardar a separação do casal. Depois de a filha estar há meses casada e passando por uma ‘crise’ diz: “*Então ela se sentia desprotegida do lado dele. Eu até queria ter uma conversa com ele, sem que ela soubesse. Conversar com ele e dizer, meu filho, se tu quer salvar o teu casamento...*”.³⁶ Com exceção de Dona Vanda (que a filha não casou) são mulheres que procuram aconselhar as filhas a saberem manejar as situações cotidianas e tensas do casamento e a demonstrarem por suas atitudes como se deve

³⁵ As sete jovens que tiveram mais de um filho estavam coabitando com seu parceiro; destas, seis são de camada popular; e os filhos que vieram estavam conformados pela união conjugal (retomarei esta questão a seguir).

proceder conjugalmente. Com isso, também as relações e contatos entre elas não se dispersam com a chegada de um filho.³⁷ Dona Natália, por exemplo, tenta insistentemente convencer a filha de que uma vez decidido ter filhos e permanecer juntos há mais o que se fazer, sobretudo porque há filhos: *“Isso eu estava conversando com eles. Eu digo: - ‘Olha, eu não estou brigando; nós estamos conversando. Vocês... vai, vai que vai virar uma rotina, aquela coisa do dia-a-dia da casa – chegou e Oi! e faz uma janta’ [...] Porque destrói tudo sabe, eu sei por experiência própria que vai destruindo as coisas”*.

Cabe ainda ressaltar que mães, como as de sete jovens³⁸ se mostraram menos aflitas com a notícia da gravidez e verbalizaram sentimentos positivos com a maternidade, pela chegada de um neto(a): *“Na hora eu entrei em pânico assim, a mãe já dizia que eu estava (grávida). Por ela nem teve problemas, ela estava louca para ser avó”*. São mulheres que defendem a aliança conjugal e maternidade como algo importante para a identidade feminina, embora saibam que melhor seria se ocorresse em outro contexto, em que todos estivessem mais maduros e estáveis financeiramente (emancipados).

4.7 Rearranjos familiares

Neste espaço, a partir dos dados etnográficos, cabe entender como as uniões conjugais se engendram com a gravidez e quais as facilidades e dificuldades dessa nova posição frente à juventude. Também vale destacar quais jovens se uniram (coabitação) a um parceiro depois de engravidarem e quais não o fizeram. É fundamental compreender a união conjugal (coabitação) como um processo social importante nas trajetórias individuais. Uma outra qualidade da união conjugal é que ela produz uma nova identidade pessoal e social (cf. TORRES, 2000).³⁹ Através de uma ligação conjugal,

³⁶ Situações bastante semelhantes foram descritas por Brandão (2003, especialmente no capítulo quatro).

³⁷ Para Parry Scott (2001) um filho propiciaria um afastamento da jovem do domínio parental, representando uma forma de reforço do individualismo, sobrepondo-se aos afetos e às responsabilidades do grupo de parentesco.

³⁸ Mães de Natália, Ruth, Vanda, Rose, Ana, Cláudia e Cecília.

³⁹ Cinco são as dimensões da conjugalidade descritas por Torres (2000:137): - família (percurso social dos indivíduos); - produção de sentido e identidade (maternidade, esposa, mulher, adulta); - afetividade (amor e sexo na relação); - casamento como produtor da realidade (condições materiais); - social e historicamente situada (dimensão das mudanças). Do ponto de vista da autora, “[...] o casamento e o nascimento dos filhos tendem a produzir ou a acentuar as assimetrias de gênero, mesmo em situações que em termos de formação e desempenho escolar pareciam paritárias. Pode ter início aqui a diferenciação

uma mulher passa a agregar no seu repertório de adjetivos os de esposa e senhora. Mas também passa a ser socialmente marcada como alguém compromissado, *devendo* usufruir sua sexualidade (intercurso sexual e carícias íntimas) somente no interior do casamento. De modo geral, nas sociedades ocidentais modernas, o amor é o sentimento e a representação mais forte da razão da união – portanto, o exercício sexual com outra pessoa de fora da união, que se originou pelo *amor*, seria ainda bem menos aceito.⁴⁰

Resumidamente, sete meninas de camada média e nove de camada popular moravam com o pai do filho. As diferenças entre as jovens estão inscritas nas expectativas sobre seus papéis conjugais e como eles são valorizados no sistema cultural mais amplo. As jovens de camada média estão mais próximas de um modelo moderno e idealizado de relação amorosa, que nem sempre se conforma no namoro e sim no decorrer da convivência conjugal – quando há tentativa de uma igualdade maior de condições e responsabilidades entre gêneros, considerando também que o projeto de individuação não se rompe com a ligação consensual nesse meio (DESSER, 1993).

Uma vez exposto o contexto mais amplo, cabe prosseguir na análise da pertença social e das relações com a conjugalidade. Isto é, destacar as interações conjugais e familiares para entender as diferenças mais marcantes nas trajetórias matrimoniais das meninas que começaram pela gravidez e as que ingressaram na união e, posteriormente, engravidaram. Os investimentos conjugais, as diferenças de valores, o pertencimento social, as expectativas do casal para o futuro imediato (trabalho, casa própria, estudo), as condições socioeconômicas, as vivências diárias da conjugalidade – suas inflexões e as questões de gênero (maior ou menor liberdade, direitos e deveres) – podem fazer e fazem com que o casal se aproxime ou se distancie no cotidiano.

Não tomarei cada caso em particular, pois estenderia este subitem por demais. Dessa forma, deter-me-ei em aspectos mais gerais destas relações, privilegiando os valores presentes no sistema cultural dos universos sociais, visto que as jovens se distinguem quanto à união com o pai de seu(s) filho(s).

dos percursos masculinos e femininos, diferenciação que gradualmente ainda pode vir a se aprofundar” (p.144).

⁴⁰ Giddens (1993) argumenta que nas sociedades modernas as determinações sociais diminuiram no campo da conjugalidade, tendendo a potencializar o amor-confluyente – o que é ativo, erótico e não está atrelado a uma idéia romântica. O descenso das determinações sociais e a ascensão do amor-confluyente positiva o prazer sexual recíproco como um elemento-chave na manutenção ou dissolução do relacionamento na modernidade.

4.7.1 Morar com outros: uma experiência frente à situação que se apresenta

“[...] de que modo os desejos e os poderes, as novas exigências de controle, mas também as novas capacidades de resistência e de liberação vão se organizar e se confrontar nessas linhas (de mudanças e controles). Ter um quarto só seu é um desejo, mas também um controle.” (DELEUZE *apud* DONZELOT, 1986:8)

As meninas que moram ou moraram com a família dos parceiros relataram maiores divergências com os familiares dele. Vejamos, neste momento, quais desenlaces são mais comuns a esse grupo que coabita ou coabitou, durante um tempo, com o parceiro na casa dele ou dela.

As razões, apontadas por elas, para irem morar na casa deles, a partir da gravidez, foram basicamente por convite dele (que significa a assunção dela e do filho por parte dele), por facilidade para o parceiro (mais próximo do trabalho), por ter mais espaço na casa dele e, em três casos, para elas adquirirem uma parte de sua emancipação. Elisa, Cecília (que pela proximidade da sua casa com a de seus sogros considerava ter vivido com a família dele) e Denise – de camada média e Estela, Dina, Carmem e Sula de camada popular compuseram este grupo. Esta divisão dá visibilidade a outros casos. Como o de Mara, de camada média, que morava inicialmente em uma casa pequena no pátio do sogro. Ela não considerava ter morado *junto* com familiares dele, mas sim próximo. Da mesma forma Edileuza, de camada popular, que morou com o pai de seu primeiro filho no terreno de parentes dele – embora tenha-se queixado da presença constante da cunhada na casa também não se colocava no grupo das que moraram com familiares dele. Cora (camada média) é outro exemplo – ainda mora e morou, enquanto casada, no mesmo terreno dos pais; tinha uma casa sua (com independência total) e se classificava como morando com os pais e irmãs. Não o fazia por depender financeiramente de seu pai. Ana, de camada popular, também pode ser citada, ela morava no terreno onde mora a avó e se reporta como morando com não-parente, ainda que “repare” da avó diariamente e as casas não tenham mais que dois metros de distância uma da outra.

Para as sete jovens que já experienciaram coabitar na casa da família do companheiro, as ‘sogras’ são assinaladas como seus maiores problemas. As ‘sogras’ tomam para si o direito de opinarem na maternidade e na vida conjugal. Queixas como não acharem correta a educação da criança ou a postura delas nas tarefas domésticas foram comuns. Uma vez que as jovens não seguem o modelo daquela unidade

doméstica as ‘sogras’ são se constroem de emitirem opiniões, muitas destas idéias são expostas nos momentos em que o filho pode estabelecer uma comparação do modo diferencial como sua companheira se porta e com a sua família age. Quando as diferenças de valores e capital cultural entre as duas famílias (dela e dele) são grandes, as distinções de “*nível social*” – como exemplo, na primeira união de Estela ou no caso de Cecília – convertem-se, pelas diferenças presentes no dia-a-dia, em uma das principais razões para questionar a relação.⁴¹ Estar na *casa da sogra* salienta às jovens estar longe da *sua família* (no sentido mencionado no capítulo anterior, de um sentimento que os une, de um grupo comum) e denota as dessemelhanças entre elas; geralmente acham a família dele (ou a mãe dele) *a problemática*.

Pelo fato de seus companheiros estarem na casa de sua família, as diferenças de gênero se acentuam; as mães tendem a protegê-los de uma possibilidade de divisão menos desigual de tarefas e cuidados com o lar e filho, requerendo de suas companheiras uma postura mais tradicional de união. Neste sentido, ao contrário do que esperavam, a união não se constituiu como uma maneira de crescimento pessoal (emocional e profissional) do companheiro. As jovens estabelecem uma correspondência entre não sair da casa dos pais e não deixar ‘a barra a saia da mãe’ com postergar o processo de autonomia e individualização, não mudar comportamentos juvenis. Como se seus parceiros procurassem prolongar a postura de solteiro para *aproveitarem a vida* menos compromissados: “*Ele queria sair sozinho, essas coisas sabe? [...] O amigo vai lá chamar... eu estou longe das minhas amigas e ele está perto dos amigos dele*”; “*de repente ele comprou carro e se viu um playboy dentro do carro, se viu assim o dono do mundo. Então começou a deixar ela sozinha*”.

Em muitos momentos, no universo feminino, a maternidade se sobrepõe à própria vivência da ‘mocidade’ e diminuindo suas possibilidades de *aproveitar a vida* se o(s) filho(s) não estão ‘protegidos’ e cuidados por elas. O que as aproxima, em algum nível, das ‘sogras’, que *assumem* a identidade materna em detrimento da identidade de mulher independente financeiramente, se o são (muitas falam como se fossem).⁴²

Apesar de outras argumentarem sobre o comportamento dos companheiros como

⁴¹ Cecília quando engravidou foi coabitar com seu parceiro em uma casa de aluguel dos seus sogros em um bairro distante e popular, muito diferente do que sempre morou (Areal). Seus sogros são donos de um bar e seu companheiro é frentista em um posto de gasolina. A mãe de Cecília é fisioterapeuta e recebe o soldo do pai militar já falecido.

⁴² Somente as sogras de Denise e Cecília trabalhavam diariamente. As demais não exerciam qualquer atividade remunerada fora do lar.

menos maduro, apenas duas associações entre comportamento e a idade deles foi feita explicitamente por duas jovens. Sula, única das informantes que se uniu a alguém mais novo do que ela, disse: “É (eu) *me decepcionei com o cara, que ele pegou e falou que queria ter filho e com o tempo eu fui perceber que ele queria isso, me prender dentro de casa. Ele é muito novo tem dezesseis anos.*” A outra é Denise:

Ele tem que crescer, porque aqui junto com os pais dele... não é que ele não seja responsável, mas é que aí custa mais e ele é novinho sabe. Ele gosta de jogar fliperama, então eu acho que tem que amadurecer. Tem que saber que tem que vir trabalhar, porque ele trabalha aqui de noite, e aí ele tem que saber que tem que vir trabalhar e ir para casa – que tem duas pessoas esperando por ele, sabe? Então eu acho que ele tem que amadurecer e a gente tem que ver isso enquanto a gente é novo, porque aqui (casa da sogra) é cheio de pessoas (Denise, camada média).

Algumas repetiam a máxima popular de que homem demora mais para ‘crescer’/‘amadurecer’ do que a mulher: “[...] *até na questão de ter mais responsabilidades, crescer mais um pouco*”. Ao que indicam, muito disso ocorre pelo comportamento competitivo e protetor das mães, que não os influenciam para que a paternidade seja assumida com altivez assim como a união. O amadurecimento requerido deles também se alude às condições materiais. Não procurar emprego (ou emprego melhor), leva-as a crer que estão acomodados com a situação de dependência material da família, já que dividem despesas com os seus, diminuindo o ‘peso da responsabilidade’ de serem os chefes de família.⁴³ Por outro lado, salvo Cecília e Denise, elas alegavam dificuldade para conseguir um emprego e terem de cuidar do filho, reproduzindo um sistema em que o homem deve trazer o sustento e a mulher manter a casa. Suas observações estão imbuídas de um repertório de queixas em que a condição feminina na família é intrinsecamente complementar a do homem. Quanto menos o homem desempenha o papel de mediador moral e capital entre o lar e a rua

⁴³ Já salientei anteriormente que as jovens de camada média justificavam a gravidez com explicações subjetivas, sugerindo uma maior integração e conhecimento do discurso *psi* nas suas relações afetivas e que a idéia de amadurecimento advém da cobrança dos pais pela gravidez precoce que, por fim, potencializava a concepção de irresponsabilidade no sentido oposto do amadurecimento (igualmente pressupõe uma construção *psi* de pessoa). Neste momento, em que estou contextualizando as características do grupo de meninas que morou com familiares do companheiro, novamente surge a questão do amadurecimento, mas agora do companheiro e a partir da convivência conjugal. Por este ângulo não há, de modo geral, diferenciação entre Denise, que é de camada média e as restantes de camada popular. A preocupação de todas está relacionada ao futuro do casal no que depende do companheiro assumir que os ganhos dele devem aumentar ou devem ser conquistados; como no caso de Sula em que o companheiro não trabalha e é sustentado pela mãe ou de Denise em que ambos recebem algum dinheiro dos pais dele. Denise ajuda na padaria da família, pois assim sente-se menos constrangida.

menos legítima é a atuação delas na casa, maiores são as queixas e tensões advindas com essa situação desordenada do convencional e da expectativa de estabilidade da relação amorosa com a conjugalidade.⁴⁴

Não somente elas queriam que eles assumissem uma posição *responsável*, como elas próprias gostariam de exercer seus papéis: “*Eu queria ter a minha casa, porque aí eu decidiria as coisas, faria comida, lavava roupa, porque eu não faço isso [...] se eu tivesse a minha casa, eu assumiria a casa, os compromissos*”. Parece não haver uma inquietação com a reprodução desse modelo tradicional de divisão dos papéis sexuais, ao contrário. Há uma discordância com a não garantia de repetição de parte do modelo mais tradicional, mesmo na biografia de Cecília, jovem de camada média, que trabalhava fora do lar. Denise era outra menina que trabalhava, mas seu serviço era na sua residência – ajudava na padaria dos sogros, montada na casa onde moram. Contudo, as duas meninas reportaram que eles deveriam ter mais comprometimento com os gastos domésticos e com o futuro do(a) filho(a).

A união com a presença de um filho acentua os investimentos que cada um deve ter e atualiza os projetos de reprodução de modelos familiares embebidos com ideologias modernas e/ou tradicionais. O depoimento de uma mãe grifa o quanto a assunção das despesas materiais são identificadoras da obrigação masculina no casamento e da paternidade: “*Ontem mesmo a menina precisava de fralda descartável, eu tinha um dinheiro para dar, mas eu acho que ele é pai e ele tem que assumir com isso aí [...] eu acho que ele tem que assumir o lado paterno*” (Dona Cecília, camada média).⁴⁵ Quando não são cumpridas por dificuldades momentâneas, mas com indicativos de esforço do companheiro para superação dos problemas, as críticas são transferidas à cidade e à estagnação econômica em que ela se encontra. Caso contrário, quando a posição do companheiro é de uma certa espera da ajuda de alguém ou da

⁴⁴ Ponderando sobre as identidades masculinas e femininas e as obrigações de ambos com a união, Duarte (1986:178) coloca: “O *homem* é o verdadeiro representante “moral” maior do ente familiar (enquanto mediador de sua presença no mundo e responsável máximo do respeito), na mesma medida em que a *mulher* – sob este prisma – é a representante do que poderia se chamar de um pólo encompassado de “fiscalidade” (graças a sua condição mediadora com o plano da “natureza” – seja através da procriação, seja através da *cozinha*)”.

⁴⁵ No contexto de classe média de jovens homens analisados por Brandão (2003) a responsabilidade é também requerida pela paternidade e comportamentos iguais aos aqui mencionados. Descreve ela: “Em geral, os rapazes enfatizam terem ciência da “responsabilidade” que a criação de um filho implica e do fato de que este depende deles, apontando a necessidade de se reorganizarem para sustentarem, no futuro, os filhos. No entanto, até o momento da entrevista, a paternidade não havia trazido alterações expressivas nos projetos que muitos deles vinham mantendo [...] Eles possuem maior liberdade, em comparação às depoentes jovens, para definirem suas rotinas diárias.” (p. 163)

omissão, e não busca de resolução, as críticas são dirigidas a ele e à união questionada.

Contudo, há ainda a possibilidade de relevar determinados comportamentos, segundo algumas jovens: casar é conviver com diferenças. Uma das jovens defende a idéia proferida pela mãe de que a conjugalidade exige muita doação, sobremaneira feminina, para se manter: *“Sempre a minha mãe me ensinou: ‘Tu vais ter que agüentar algumas coisas’. Porque a mãe é daquelas que acha que a gente casa e tem que agüentar muitas coisas. Porque ela é daquele tempo que a mulher ficava encerrada dentro de casa. Eu já penso e não penso assim, porque eu acho que a mulher tem direito, mas eu acho que certas coisas a gente tem que passar”*. A avó de Elisa, por exemplo, dizia-me sobre a relação da neta com a sogra: *“[...] às vezes eu digo para ela, nem tudo vocês podem estar levando a ponto de faca, tem que tentar às vezes entender as pessoas também né”*.

Apesar das ideologias modernas serem contrárias à permanência da divisão sexual do trabalho, há que se considerar que condições igualitárias teriam de ser ofertadas para que esse modelo fosse assumido e aplicável a todos dentro de um leque de valores e práticas possíveis aos universos sociais. Assim como Denise afirmava que mulheres ‘têm direitos’ ao que sugere, iguais aos dos homens, ela se colocava no cotidiano de *casada*, em uma posição diferenciada e inferior na escala de direitos e deveres. Por outro lado, se situava como superior no saber conviver, no *assumir* a maternidade, na maturidade e na perseverança de que poderia mudar o que não gostava no comportamento do companheiro, ou de sair daquela relação.

O modelo mais tradicional de mulher, circunscrita ao espaço doméstico, aos cuidados com os filhos e, conseqüentemente, ser menos profissionalizada que seu cônjuge são parte do repertório dos valores comuns ao universo simbólico das camadas populares. Todavia, assim como há a imbricação de alguns elementos das ideologias modernas individualistas nas camadas populares há, nas camadas médias, a preservação de parte das ideologias holistas, geralmente advinda da herança familiar. Essa troca e sobreposição de alguns valores (englobados ou englobantes) em detrimento de outros torna rica e complexa as interações sociais nas alianças conjugais e a construção de si mesmo como uma mulher casada, mãe, esposa – produzindo não só tensões intergeracionais, mas entre indivíduos de idade e afinidades próximas.

Morar com a família dele torna mais imediata à necessidade da jovem de tomar uma postura mais adulta, ao passo que para eles ocorre o contrário pela proteção que o

grupo doméstico lhe garante. A convivência diária delas, segundo as meninas, com a família dele denota aspectos da capacidade dele anteriormente não visíveis e da mesma forma as diferenças entre os valores e condutas familiares.

4.7.2 Morar só com ele e/ou seguir com os meus

As jovens que não experienciaram viver com a família do pai do filho⁴⁶ dividem-se primeiro naquelas que depois de grávidas e de terem decidido pela conjugalidade moram sós com o companheiro. Segundo, nas que moram com o companheiro junto com familiares dela, na casa onde elas já residiam. Mesmo dentro destas duas subdivisões há situações múltiplas (circulação entre casas/famílias, separações rápidas e retornos) nos dois universos material e simbólico dentro das trajetórias conjugais. Essa variedade invalida um agrupamento que não tenha que considerar a mobilidade entre casas (dele/dela).

As que moraram sós com seus companheiros, em algum momento da sua trajetória conjugal, haviam coabitado com os pais dela ou no mesmo terreno, ou na mesma casa. Natália era um destes casos. Ao engravidar, se uniu maritalmente com o namorado, moraram na mesma casa dos pais, depois passaram pouquíssimo tempo na casa da sogra dela (período quase desconsiderado por eles). Retornaram à casa da família dela e passados dois anos eles construíram uma pequena casa no mesmo pátio – mas somente o dormitório desta nova casa era utilizado; outras atividades eram realizadas na casa dos pais. A instabilidade econômica e a maior necessidade de privacidade sentida pelo casal se fez presente nos casos de maior mobilidade entre as casas.

A proposição inicial de ser convidado a vir morar na casa da menina foi, geralmente, dos pais da jovem, que se propuseram a modificar parte da casa (um quarto, uma garagem ou a sala) para que o novo casal pudesse ter menos preocupações com moradia/gastos e para que a filha não perdesse as vantagens até então ofertadas pelos pais (“*não passar por dificuldades*”). É importante fixar que a preocupação e as razões estão presas a uma oferta de maior comodidade/conforto e de proteção na casa dos pais, que circundam esses casos. A necessidade de privacidade e de estabelecer outro tipo de

⁴⁶ São elas: Cora, Mara, Leila, Natália, Paula – de camada média e Rose, Brenda, Lia, Alice, Ana, Cássia, Ruth, Edileuza e Cláudia – de camada popular. Vanda nunca coabitou com o pai do seu filho, sempre

vínculo com os familiares dele e dela são aspectos propulsores para experimentarem morar a sós, seja nas casas construídas nos pátios ou alugadas/emprestadas. É bastante arriscado generalizar e muito extenso explicar cada caso de acordo com a trajetória conjugal do casal e as relações deles com as famílias.

O habitar em uma casa longe do bairro onde moram os pais foi uma situação vivenciada por apenas três das meninas que foram agrupadas aqui (Lia, Leila e Mara). Duas experienciaram morar na casa delas e a sós com o parceiro. Lia é a única das entrevistadas que nunca coabitou com os pais do companheiro, já falecidos, tampouco morou com os seus pais depois de unida maritalmente. Só, com as filhas, vivia na casa dele – seu atual parceiro está preso. Outras quatro jovens nunca moraram com os pais dele, o companheiro é que veio morar com elas, nestes casos eles provinham de famílias mais pobres.

Foi interessante perceber que os jovens tendem a ter uma relação mais cordial com os sogros do que as meninas que moram com os pais dos companheiros. Na quase totalidade dos casos, não houve menção de queixas por parte deles quanto à intromissão dos sogros ou de acomodação da jovem. Foram percebidas algumas vantagens para esses casais. Os familiares das meninas se ofereceram periodicamente para cuidar a criança para que o casal pudesse sair. Uma outra diferença é que os planos para conseguirem ter sua casa estavam próximos, ou já concretizados, do que os das jovens que moravam na casa deles. O planejamento de uma casa própria para o casal foi bastante estimulado pela família dela. Com isso, pretendiam recriar um ambiente em que os moradores se sentissem mais confortáveis com suas posições/funções na casa.

Diferenças entre camadas sociais podem ser pontuadas. Todas as jovens de camada média receberam ajuda de seus familiares. Na medida das possibilidades de cada família, ganharam móveis e eletrodomésticos, peças na casa ou casa no terreno – fazendo a diferença na qualidade de vida do casal. Procuraram ofertar melhores condições, longe das reais possibilidades econômicas do casal, considerando o salário do companheiro. Mesmo com a ajuda dos familiares, algumas jovens almejavam uma independência maior viabilizada pelo seu trabalho, requerendo uma relação conjugal menos desigual entre homem e mulher. Para elas, o amor de ambos e o respeito à fidelidade são componentes que prevalecem como regra para uma conjugalidade

morou com os pais. Vick estava grávida e morando com um novo companheiro; com o anterior, de quem engravidou a primeira vez, não coabitou.

duradoura e um aspecto positivo preservado das suas relações afetivo-sexuais. A assunção da paternidade é outro aspecto de destaque, através da participação no sustento e na atenção dirigida pelo parceiro ao(s) filho(s). A construção de um projeto comum, de autonomia e independência, em que ele e ela se apóiam um no outro para a concretização de suas expectativas são bastante positivadas – uma prática de promoção deles e entre eles. As expectativas alocadas a partir da relação e da gravidez concentram-se em serem vistas como boas amantes e mães, reconhecidas como indivíduos capazes de trabalhar e estudar para ajudar o companheiro. Quando algum destes ou mais de um destes elementos importantes para cada uma delas não se harmoniza com a união conjugal, o projeto do casamento é questionado e pode ser abandonado, caso as perspectivas de reversão desse quadro sejam nulas ou mínimas. Diferentemente dos dados de Brandão (2003) sobre a classe média carioca, as jovens entrevistadas de camada média têm seus laçeres, até onde pude compreender, alterados em função da nova responsabilidade com a maternidade, mesmo, quando a conjugalidade com o pai do filho(a) é desfeita.

As jovens de camada popular têm uma maior continuidade entre o discurso e a prática, antes e depois da união conjugal. Suas famílias viabilizam ajudas através dos cuidados ou reparos dos filhos de seus filhos (assim como elas mesmas faziam com as irmãs ou parentes que moravam próximo) ou com ajudas materiais (roupas, alimentos) bem menos freqüentes do que ocorre na camada média estudada. É comum haver um certo conformismo e pessimismo para ascender socialmente; faz parte da herança do convívio cotidiana e da identificação com o seu universo. São transmitidas mensagens dúbias: “*Tem que estudar...*”, mas “[...] *está difícil até pra quem tem diploma*”. Ou seja, neste contexto há uma incredulidade da ascensão social juvenil – independência e a emancipação familiar – pela via do esforço pessoal, mas não da aliança conjugal, pois permite (no mínimo) uma divisão, um compartilhamento, uma reciprocidade com outros que possuem os mesmos valores e que estão ao seu redor.

Se com as jovens de camada popular o conformismo ou pessimismo perpassava os seus planos, as jovens de camada média oscilavam entre colocar em prática uma carreira profissional (com a ajuda e promoção familiar) e dar conta da necessidade de ajudar na casa, cuidar do filho. O esquema abaixo facilita a percepção das mudanças que se mostraram importantes durante a coabitação com seus familiares, pois estavam relacionadas ao modo como viviam suas relações com seus parceiros e familiares. No

entanto, em parte, ele extrapola o que este subitem se propõe, pois faz alusão ao período anterior e ao posterior a conjugalidade.

	Antes da união conjugal	Depois da união conjugal
Cora	Ser esposa	Trabalhar; ser independente. [...] <i>quando eu me formar, trabalhar eu vou ter a minha casa</i>
Leila	Sem narrativa de planos	Trabalhar; ser independente. <i>Eu comecei a trabalhar de manhã e de tarde, então eu dei uma parada, mas eu quero continuar (a estudar)</i>
Natália	Ser médica	Trabalhar; concluir o ensino médio. [...] <i>eu queria fazer faculdade de Medicina, mas... Eu quero ver se eu faço o supletivo para ver se eu termino o segundo grau.</i>
Paula	Ser médica veterinária	Cuidar dos filhos; sem planos profissionais/pessoais. <i>Só que é difícil, depois eu fiquei grávida...</i>
Rose	Sem narrativa de planos	Dedicar-se a casa; não mais estudar. <i>Agora só o que eu penso é cuidar filho, cuidar do meu filho e da minha casa, não pensei ainda o que eu vou fazer depois, por enquanto é só o meu filho e o meu marido, aí depois eu não sei o que eu vou fazer, eu não sei se eu volto a estudar, vou ver ainda...</i>
Mara	Sem narrativa de planos	<i>Fazer Faculdade</i> ; trabalhar para dar boas condições à filha. <i>Desde que a gente era namorado, a gente sempre se prometeu: nunca a gente vai se acomodar...</i>

Mesmo que os familiares tenham lhes facilitado à vida com ajudas materiais, de cuidados e emocionais, a ‘vontade’ de ter maior autonomia e independência depende de elementos que são também pessoais, no sentido do que pensam ser importante naquela casa, naquelas condições e na união. Se coabitar com pais ou no pátio deles não é algo almejado para sempre, os investimentos em si são maiores. Se a convivência conjugal não mantém um nível de satisfação pessoal, há que se investir em outros aspectos; comum que seja a escolaridade e o trabalho. Assim o fizeram Cora, Leila e Mara. São expressões de uma certa individualização e de um desejo de uma aquisição parcial de autonomia. Ainda são movimentos lentos, estão no futuro ou em andamento e, em três casos, passam pela carreira escolar-profissional. Os outros três restantes requerem uma contextualização rápida. Paula e Natália vivenciavam uma crise financeira em suas famílias. O companheiro de Paula estava desempregado há meses. A família de Natália vinha enfrentando, nos últimos anos, uma diminuição do seu poder aquisitivo – salário do pai (como músico) não subiu, filhos cresceram, o custo de vida aumentou –, é provável que estas contingências a impediriam de cursar Medicina mesmo se ela não tivesse dois filhos. Seu companheiro ganhava pouco (ao redor de dois SM). A conjugalidade e a gravidez reforçaram a inexequibilidade dos projetos de Natália e Paula, porém não as cerceou de traçar novos planos inseridos no contexto da maternidade e da coabitação conjugal. Rose, no entanto, por ser doente (ter

hidrocefalia), possuía uma proteção familiar para que ela fizesse esforços e preservasse sua vida – neste sentido, cuidar dos filhos e marido só lhe ajudaria a ter gana para se manter em condições.

Os exemplos servem de apoio para uma questão maior, que pode ser estendida também para as de camada popular. A emancipação e transição da adolescência/juventude para a adultez, colocada por alguns autores como sendo mais rápida para as jovens de camada popular, via a gravidez, deve ser também relativizada e compreendida pelo ângulo do apoio parental. Em um nível menos complexo podemos pensar que as ajudas diferem porque as condições materiais são distintas, enviesando a interpretação da transição como mais brusca em um universo do que em outro. Pais com menos condições materiais não ofertam o mesmo tipo de suporte que aqueles com ganhos maiores e impulsionam os filhos à procura de novos meios de sustentação e de responsabilidade com seus atos, o que não significa que não ajudem e apoiem – esse auxílio geralmente é mais intenso quando a gravidez é desvelada e os rearranjos familiares fazem-se fundamentais. Requerer posições adultas (ou menos juvenis) ao engravidar é uma imposição necessária à manutenção da dinâmica familiar nas camadas populares. Essa demanda pode ser menor nas camadas médias, pelas condições de existência e das relações familiares manterem a promoção (incentivo) como um forte componente para evitar que a gravidez seja um obstáculo ao processo de construção de autonomia e independência. No entanto, as condições ofertadas entre as gerações e pela estrutura social proporcionam acesso a capitais culturais e materiais que distinguem os modos de significar, valorizar e colocar-se frente aos eventos sociais ou os mantêm dentro dos preceitos do seu grupo. Também é por conta dessa dinâmica que jovens circulam entre projetos mais tradicionais e comportamentos mais modernos.

4.7.3 Separação: avaliando mudanças

Sete jovens uniram-se quando engravidaram e coabitaram com o parceiro (pai da criança) e se separaram. Nas suas trajetórias conjugais, alguns elementos se repetem: foram morar com algum parente (dele ou dela), desejaram ter maior privacidade (“*Se tu queres andar pelado, dentro de casa tu anda, uma coisa assim sabe, faz falta para o casal*”); tiveram alguma desavença ou decepção com parentes dele – geralmente a sogra: “*ela se metia*”; e consideraram muito do comportamento dos parceiros e delas como imaturo (“*tudo coisa de criança*”). A separação advém de uma mescla destes

fatores, que em determinado momento da relação tornam-se mais preponderantes que o sentimento ou o motivo que os uniram: “[...] *não dá, eu tenho um gênio e ela tem outro*”.

No caso de Elisa as razões foram a convivência não-amigável com a sogra e as atitudes do parceiro. Baseada nisso, ela começou a passar os finais de semana com a mãe. Estes se prolongaram e o casal decidiu “*dar um tempo*”, sem que cobranças pudessem ser feitas, principalmente as de exigências de fidelidade. Esse tempo se prolongou até nosso último contato, quando ela demonstrou vontade de seguir morando na casa da mãe, avaliando-o sinteticamente: “[...] *ele é acomodado*”.⁴⁷ Ainda assim, ela estava ambivalente se podia se considerar separada ou não. O pai de sua filha vinha procurá-la uma vez por mês; com conversas, restava a esperança de um retorno sob outras condições.

Como já destacado, a gravidez deflagrou sentimentos de união em 20 casos, mas a comunhão diária trouxe, em sete casos, sensações que se opõem à origem. Neste espaço, remeter-me-ei às jovens que não voltaram a se relacionar enquanto mantivemos contato. Sendo assim, são três meninas de camada média (Cora, Cecília e Leila), para as quais destacarei as alterações advindas com a separação na sociabilidade (isto é, no lazer) destas informantes. Os primeiros momentos da separação foram lembrados como de tristeza, de algo a não ser questionado, remexido. Durante as entrevistas todas preferiram não se estender sobre o assunto. Muito de suas histórias já foi mencionado, portanto, para evitar repetições desnecessárias, enfocarei apenas o aspecto aqui proposto: pontuar por que depois da separação evitavam novos envolvimento afetivo-sexuais.

O fato de a separação ter ocorrido em menos de um ano foi um fator importante para essas meninas. Cecília era a que menos tempo tinha de separada. Seu processo ocorreu enquanto foi entrevistada (em 2001). Sua mãe era a pessoa que mais falava deste evento. Ela foi quem salientou alguns motivos e achava que o casal poderia ainda se reconciliar. A mãe de Cora foi completamente contra (como veremos no próximo capítulo) e a de Leila parece ter ficado aliviada com a resolução da separação, já que o

⁴⁷ Somente Dina, Edileuza, Lia e Estela referiram ter tido outro(s) namorado(s) depois da primeira gravidez. Dina nunca coabitou como pai da sua primeira filha: ele não *assumiu* alegando que a criança não era dele, terminando o namoro assim que soube que ela estava grávida. Edileuza e Lia foram as que tiveram mais parceiros com quem tiveram filhos, ‘um de cada pai’. Edileuza teve breves relacionamentos dos quais ela engravidou três vezes. Segundo ela, o mais duradouro e decepcionante foi com o pai de seu primeiro filho de quem gostou “*mais*”.

casal discutia muitas vezes quando unidos.

Uma vez separadas, o objetivo inicial era retomar o lazer que tinham antes de casar. Essa é uma das possibilidades que, segundo elas, a separação na ‘juventude’ lhes favorece. Procurar os amigos, sair à noite, ir a festas e conhecer novos lugares foi o que fizeram. Em um caso, a mãe não apoiou a separação e se opôs a saídas. A proporção destas saídas não era a mesma de antes de terem filhos, mas foram vividas com intensidade quando ocorreram. Entretanto, de acordo com os dados empíricos, a partir da gravidez e da maternidade evidenciam-se fortes mudanças nas sociabilidades. Continuidade e descontinuidades de comportamentos e de concepções e representações do que é *ser* jovem são observadas.

Embora consigam rearticular espaços sociais importantes, abandonados pelos compromissos com a casa, com a conjugalidade e com o filho(a), seus comportamentos – segundo elas – devem ser distintos, pois a maternidade é um diferencial influenciador das suas posturas em público. Leila, por exemplo, contou que se sentia “[...] *até mais como uma adolescente do que como uma adulta. É só diversão, é só frege, nada de muito sério*”. No entanto, demarca: “*Não se pode mais fazer as mesmas coisas que eu fazia antes. As gurias da minha idade mesmo, saem e ficam – ficar é essa coisa de beijar. Eu não, eu já não faço isso, eu já penso assim: como eu vou ficar com um filho em casa? Nada de só passar tempo assim sabe. Ai eu já penso no filho, o meu filho está em casa, eu não posso fazer o que elas fazem né. Eu já penso diferente*”.

Os limites e controles são agora mais seus do que parentais e estão geralmente colocados sob o escudo da maternidade, do compromisso com o filho, com a família com quem mora e com a imagem de quem já se casou.

Pontua-se aqui, mais uma forma de ‘poder’ social que é significativamente utilizado para avaliação moral das mulheres vis-à-vis suas relações no ciclo da vida (se mães, se solteiras, se separadas, se *mães solteiras* etc.). A gravidez na juventude ou adolescência descerra a possibilidade de autocontrole juvenil da sexualidade, confirma o início do exercício sexual feminino, mas ainda o mantém sob vigília quando não pela união, pelo contraste com quem não a viveu, por si e pelo que aprendeu durante o processo de construção de si.

A tabela abaixo visa demonstrar ao leitor as atuais situações de coabitação das jovens com ou sem seus companheiros e familiares até o último contato (princípios de

2002), e identificando-as por universo social (camada média= méd; camada popular= pop).

Tabela 4.1 Situação de moradia *atual* e universo social das jovens entrevistadas.

<i>Jovens que moram na casa (da):</i>			
<i>família dela com ele</i>	<i>família dela sem ele</i>	<i>família dele com ele</i>	<i>delas e deles (casal)</i>
Natália – méd	Cora – méd	Denise – méd	Vick – méd
Paula – méd	Elisa – méd	Carmem – pop	Mara – méd
Rose – méd	Leila – méd	Sula – pop	Ana – pop
Cláudia – pop	Cecília – méd	Dina – pop	Cássia – pop
	Vanda – méd		Brenda – pop
	Alice – pop		Lia – pop
	Edileuza – pop		Estela – pop
			Ruth – pop

Vejam os como com estes rearranjos e mudanças nas trajetórias das meninas influenciaram outros aspectos que estão ocorrendo em paralelo à dimensão afetiva-conjugal.

4.8 A vida continua: escolaridade, profissão e a maternidade

Mesmo que a gravidez advenha de um desejo e um planejamento, não importando especificamente em que condições eles se dêem, alterações na vida da jovem se estabeleceram. Podem ser temporárias ou pensadas como irreversíveis em função do peso da maternidade na cultura brasileira. A escolarização apontada, pela literatura biomédica e sociológica, como um dos maiores prejuízos às jovens que engravidam, pode abrandar ou ressaltar as chances de autonomia e individualização. Esse é um dos nós, dentre as questões discutidas pela literatura biomédica, que tem de ser avaliado cuidadosamente pela importância social do valor estudo na ascensão social e manutenção da força produtiva de trabalho condensada nos jovens.

De acordo com as idéias modernas soa muito estranho que uma jovem aos 16 anos queira ser mãe mais do que almejar uma posição profissional, facilitando a circulação por espaços que não se restringem à esfera doméstica. É contraditório com a luta iniciada há muito pelas mulheres. Também é incoerente quando essas mesmas jovens relatam e demonstram sua admiração pela independência e autonomia de outras mulheres.

Há que se observar que a escolaridade das informantes (19 anos) não é alta; a maioria interrompeu seus estudos durante o ensino fundamental. A escolaridade mais

alta é de ensino médio concluído. Vejamos, neste espaço, como os projetos escolares foram atingidos com o evento da gravidez.

Encontro dentre as entrevistadas, basicamente, dois comportamentos: (1) não gostavam de estudar e/ou apresentavam dificuldades de entendimento em algumas disciplinas (com freqüentes repetições); (2) interromperam os estudos durante a gravidez e pensavam ou já estavam providenciando um retorno à escola. Dentre estes comportamentos, as jovens entrevistadas podem ser classificadas em dois grupos no que se refere às suas posturas e projetos relativos à escolarização: 1) projeto familiar-doméstico e 2) projeto autônomo-familiar.

No projeto familiar-doméstico há dois subgrupos para diferenciar o momento de saída da escola com a ocorrência da gravidez. Um, em que a saída coincide com a gravidez e outro, em que deixar de estudar foi algo que ocorreu antes da gravidez ter acontecido. No entanto, ambos estão subordinados a visão de que não há *perspectiva c/estudo* para um planejamento futuro da vida, segundo o que expuseram as jovens – o que indica que ela não tem, no seu repertório de possibilidades, meta de ascender socialmente (adquirir autonomia, emancipação e uma profissão) pela dimensão escolar. Nesse ‘projeto’ estão alocadas quinze jovens, sendo que a maioria delas (13) pertence ao segmento popular e três ao segmento médio (Elisa, Paula e Rose).

Poder-se-ia inferir que, mesmo com oportunidades iguais, elas estariam em uma posição escolar distante da esperada para a idade. As maiores diferenças entre estas jovens e as que foram alocadas em outro projeto não estão na oferta e acesso, mas na visão de mundo e nas expectativas futuras em que a escolaridade tem um peso definidor.⁴⁸

Duas características – de associação mais forte e significativa da mulher com a esfera doméstica e da gravidez como o destino social de todas as mulheres – estão presentes nas expectativas futuras e práticas atuais dessas jovens, ou seja, suas idéias e atuações passam por um projeto *familiar-doméstico*.

⁴⁸ Das mães entrevistadas pelo estudo quantitativo, da C/82, em 2001, 42% responderam que achavam que suas filhas deveriam estudar até o terceiro grau e 22% até quando a filha quisesse, não havendo grande diferença nesse percentual de resposta caso a filha já tivesse tido filho. Para os filhos, 52% das mães esperam que eles consigam fazer uma faculdade, 20% acham que devem estudar até o ensino médio e 16,9% (idêntico percentual encontrado para as mulheres) de mães que acham que o filho deve estudar até o ensino médio. Tem-se, ao fim, que menos da metade das mães almejam um curso superior para as filhas.

O segundo tipo de projeto, *autônomo-familiar*, é o de sete jovens, de camada média, que apostam na sua autonomia e independência pelo trabalho e escolaridade. Dentre as quais, quatro almejam fazer uma faculdade e três concluir o ensino médio. Todas, de um modo ou de outro, narraram ter expectativas que efetivamente transitam por uma melhora de vida, onde seriam capazes de buscar seus objetivos e ajudar a si e ao companheiro. São as que relataram interesse em investir no seu futuro a partir da maior escolaridade e trabalho, conciliando-a com a maternidade e as ajudas familiares (companheiro ou família ascendente). As expectativas, estratégias, planos ou projetos são aperfeiçoados, repensados com o decorrer do tempo e dos acontecimentos. Todas reconheceram a função da educação formal, concordaram com sua importância, mas a usam de modo distinto.

Quadro 4.1 Projetos e ordem dos acontecimentos: gravidez, escolaridade e expectativa futuras via estudos.

FAMILIAR-DOMÉSTICO		AUTÔNOMO-FAMILIAR
Sem perspectivas c/estudo; Gravidez e saída coincidentes	Sem perspectivas c/estudo; Saída anterior à gravidez	Com perspectivas c/estudos; Gravidez e saída coincidentes
Ana	Estela	Denise
Sula	Edileuza	Mara
Carmem	Brenda	Cora
Cássia	Vick	Vanda
Lia	Alice	Cecília
Ruth	Rose (méd.)	Natália
Cláudia		*Leila
Dina		
Elisa (méd.)		
Paula (méd.)		

**saída não-coincidente, mas com perspectiva com estudos*

Principiando pelo conjunto de informantes alocadas no plano de *sem perspectivas c/estudo / gravidez e saída coincidentes*, transcrevo abaixo dois trechos de uma conversa com as jovens, para a seguir qualificar as perspectivas com estudo e gravidez.

Na verdade eu já estava desistindo, eu já estava de saco cheio de estudar aí eu achei que estava enchendo muito o saco durante o dia. Aí eu passei para a noite, eu fiquei eu acho que uma semana e não fui mais. Deu! Desisti! [...] Foi porque eu estava grávida, aí eu fiquei grávida do W. aí eu disse: - 'Não, não tem como estudar mais' [...] Agora este ano ele (o marido) disse assim: - 'Paula, quem sabe tu continuas a estudar ano que vem' Aí eu disse: - 'Ah, não vai começar tudo de novo!' Aí ele pegou e disse assim: 'Estuda!' Eu disse assim: - 'É, eu vou tentar' (Ana, camada popular).

Ah, não gostava muito de estudar sabe até que eu voltaria, mas que eu era ruim (Sula, camada popular).

Só que é difícil, aí depois eu fiquei grávida [...] tem casa e filho – a gente não sabe se fica bem cuidado né... E hoje em dia também, o que adianta ter estudo. Hoje em dia tem tanta gente desempregada, apavorada não sei o quê, tem filho para sustentar e não consegue nada [...] Mas no momento não, recém ela está com quatro meses, vamos ver como é que vai ficar a vida até lá. (Paula, camada média).

Todas essas jovens demonstravam um certo descrédito com o ensino e/ou a sua capacidade e vontade juvenil de superar as etapas institucionais (provas, notas, frequência, horários, mais estudos). Há uma maior valorização da conjugalidade e menor da carreira profissional que exija uma escolaridade continuada. Foram jovens que demonstraram um certo conformismo ou satisfação com a sua situação conjugal; com exceção de Elisa, todas tinham um parceiro. Por contraditório que possa parecer, em termos de valorização da união, foi com facilidade que encontrei ‘queixas da vida’ nesse grupo. Sula porque se sentia só e insegura no casamento; ou Lia que criava as filhas enquanto seu companheiro estava preso; Cláudia que temia a todo o momento ser traída pelo marido, não querendo reviver a situação do namoro. Embora almejassem uma casa própria e dinheiro para comprar roupas, não encontrei em seus relatos um movimento que pudesse resultar em reais benefícios financeiros e melhor conforto ou satisfação para cessar as queixas.

Dentre as jovens entrevistadas, apenas uma trabalhava (Cássia) diariamente antes de se unir ao parceiro (um emprego de meses, posteriormente rechaçado por ela)⁴⁹ e somente duas trabalhavam sistematicamente com ganhos, depois de unidas conjugalmente (no escritório e no comércio da família dele). Os trabalhos remunerados mais comuns eram os de faxina e cuidados com alguém doente, ambos esporádicos. Entrega de panfletos, representação de produtos de beleza também foram encontrados e mencionados como *bicos* desinteressantes – realizados para atingir um objetivo imediato (como a compra de um sapato ou roupa). A maioria dependia dos ganhos do companheiro e da ajuda dos familiares. Cuidar da(s) criança(s) advinha como resposta

⁴⁹ O trecho do diário de campo enfatiza essa questão: Ela trabalhou num apartamento pequeno em bairro popular. Lá ela fazia de *tudo*, morava no local, só vindo em casa (dos pais) no domingo. Cássia contou-me que não entende porque fez tudo aquilo e agüentou trabalhar tanto tempo, com “*tanta humilhação por 100 reais mensais*”. Sua “*patroa*” não respeitava horários e exigia a casa sempre limpa. Quando ela estava comendo e as crianças derrubavam algo, Cássia tinha que parar o serviço e limpar rapidamente. Se as crianças queriam comprar picolé ela tinha que levá-los, não importando o que estava fazendo. [...] Faz questão de frisar que sofreu muito lá. A mãe da patroa vivia a controlando – o que comia, como comia, o que fazia, como limpava. E à noite seguia a incomodação, pois dormiam no mesmo quarto – Cássia no chão. Quando os pais da jovem perceberam a depressão incentivaram-na a deixar de trabalhar – foi o que ela fez.

para não prosseguir com a escolarização: “*Eu pretendia fazer o segundo grau, mas agora eu não sei, as coisas tão, tão difíceis, que só o primeiro (grau) tá bom. Aí depois com o tempo se eu consigo cuidar das duas coisas (estudo e duas filhas) aí sim. Depois dá pra eu fazer supletivo*”.

Trabalho para elas, em certo sentido, era concebido como um meio de sanar dificuldades contextuais, como os serviços esporádicos; nestes, não há exigência severa de experiência prévia – um problema para jovens. O trabalho diário é algo para o homem da casa – o ganho do cotidiano é deles, dos seus parceiros ou do chefe da família. Mas, em outro sentido, as idéias sobre trabalho ressaltam as iniquidades sociais, as relações menos pessoais e a crescente exposição a outras singularidades, a convivência com novas disciplinas e relações entre indivíduos. Como colocou, acima, Paula, a necessidade de superação se faz também com resistência à subordinação dos mais abonados. Vejamos sua lógica:

- Eu estou fazendo de tudo para ver se eu consigo (trabalho). Não dá para ficar parada... Os ricos estão deixando a gente pobre. É, na real, eu acho.
- E porque tu achas isso?
- Se a gente trabalha pro rico, ganha uma miséria. Trabalhar, tudo bem que seja um salário e meio, mas trabalhar para fazer um monte de coisa... Eles dizem que é pra fazer tal coisa, depois já começam a explorar a gente – vai dizer que não? Eles querem é que os pobres se danem mesmo! Não estão nem aí pra eles, eu penso bem assim, porque na real é assim mesmo... Por enquanto, eu não estou passando fome – graças a Deus (Paula, camada média).

A lógica hierárquica de que *rico* explora *pobre* é constante nas narrativas das meninas, de camada popular, que já trabalharam como faxineiras, babás e empregadas domésticas. Conviver, em uma casa, com muita diferença material da sua realidade coloca em relevo as suas impossibilidades atuais (e seus familiares), pois o tipo de trabalho não lhes garantirá acesso aos mesmos bens. A opinião de Paula, de camada média, se insere no processo de declínio econômico de sua família, do desemprego do seu companheiro – daí ela salienta que *por enquanto* ela não passa necessidades, mas que se esforça em conseguir um emprego, embora saiba que sua escolaridade (ensino fundamental incompleto) será um impeditivo para ter um “*bom trabalho*”.

Quanto a prosseguirem com os estudos, há grande citação do supletivo como o recurso mais simples, rápido e de menor exigência para conclusão da escolaridade básica (ensino fundamental e médio). O mais interessante é que muitas pretendem fazê-lo sem mesmo saber explicar o porquê. O fato de estarem conversando com alguém que

está em processo de aprendizado acadêmico na fase adulta pode ter enviesado as respostas a favor do discurso sobre prosseguir com a escolarização (válido para todas, isto é, independente dos grupos aqui propostos). Todavia, não senti qualquer constrangimento nas afirmações de interrupção não-temporária dos estudos ou da idealização de conclusão do ensino médio como o máximo a ser alcançado por elas.

A situação de Dina era curiosa e, no tocante a esse assunto, única no universo pesquisado. Sua mãe, como um *castigo* ao fato da filha estar desobedecendo (por namorar quem ela não aprovava) a retirou da escola. Como se o interesse em namorar novamente, depois de ter tido uma filha sem a assunção paterna, se sobrepusesse a tudo, a ponto de invalidar o retorno e o investimento nos estudos, com os quais ela não demonstrava habilidades. A jovem tinha uma história de repetições e interrupções freqüentes; aos 15 anos estava na segunda série do ensino fundamental. A decisão materna só ratificou a incapacidade intelectual para os estudos e confirmou seu talento para outras atividades distantes do capital cultural.

- Rodaste bastante... Tu não gostavas de estudar?
- Ah, eu gostava, **mas mais era da rua** [...] Depois que eu ganhei aquela outra (a primeira filha) eu voltei a estudar. Depois eu parei um tempo. Depois eu comecei de novo. Aí eu conheci o pai dela (da segunda filha). Aí no meio do ano a minha mãe me tirou do colégio
- Por quê?
- Porque eu fui para o colégio, quando eu cheguei na sala de aula, a professora fez a chamada e ela não me chamou. Eu fui e perguntei pra ela porque ela não tinha me chamado e ela pegou e disse assim para mim: '- Daiane, a tua mãe veio aqui e te tirou do colégio'. E eu disse: '- Mas como isso?' (ao que respondeu a professora:) '- Ah, ela veio aqui e te tirou do colégio!' [...] Ela não deixou eu voltar [...]
- E agora tu disseste que tu querias voltar...
- Não, acho que não vai dar. Querer eu quero só que tem ela (a filha que mora com ela), não dá para deixar (Dina, camada popular; grifos meus).

Ela destacou um ponto importante e comum àquelas que com ela dividem a mesma classificação quanto aos estudos e ocorrência da gravidez. Em uma ordem de importância, o estudo vinha em segundo plano; sair, se divertir e namorar eram os objetivos principais na época em que essas jovens engravidaram e deixaram de estudar. Seus familiares salientavam a importância do estudo, embora não fossem eles próprios muito escolarizados – segundo ano do (antigo) segundo grau foi a maior série concluída entre as mães e a oitava do primeiro grau foi a maior entre os pais. Em quatro casos, o companheiro possuía escolaridade igual à da jovem; em igual número de casos (três) ela foi maior e menor. A diferença mais acentuada entre parceiros foi de três anos a menos

– a jovem tinha interrompido os estudos na sétima série do ensino fundamental e ele estava cursando a quarta série do mesmo ensino.

Outras jovens, ainda do grupo familiar-doméstico (*sem perspectivas com estudos e saída anterior à gravidez*), possuíam uma história familiar mais complexa. Eram bastante diferentes entre si, mas ainda assim, na escala de prioridade, o estudo seguia no plano secundário e saíram da escola *antes* de engravidarem. Anexo a isso, há outros fatores que demonstram ter relevância na postura das jovens frente aos estudos. Segundo elas, os estudos não foram estimulados por suas famílias. Edileuza explicitou que sua mãe nunca se interessou por seu desempenho escolar, não lia seus boletins e nem ia às reuniões.

Elas também narraram mais explicitamente um arrependimento por terem interrompido os estudos, embora não parecessem estimuladas a dar continuidade a esse tipo de aprendizado.

Se eu pudesse voltar ao tempo eu ia fazer tudo diferente. Eu não ia ter filho agora. Eu ia estudar, ia fazer muita coisa para depois pensar em casar e ter filhos [...] Mas agora eu vou tentar fazer o supletivo, ano que vem, ano que vem a filha já está maiorzinha [...] e depois eu vou fazer um curso de computação, sabe, para ver se eu arrumo um serviço sabe. Eu não quero ficar de dona de casa (Estela, camada popular).

No ano seguinte ela não retomou os estudos, mantendo a justificativa de a filha ser pequena e ter de cuidá-la, ainda que grande parte da semana a filha passasse na casa da avó materna.

As mães destas meninas eram as que possuíam menor escolaridade – nenhuma delas tinha o ensino fundamental completo. Três meninas sabiam a escolaridade do pai e três desconheciam. Os estudos, nos seus contextos, eram valorizados apenas como uma forma de entrada no mundo do trabalho. Em quatro casos, o jovem com quem tiveram filhos tinham mais anos de escola do que elas. Se a mulher trabalha é para ajudar o companheiro e, se necessário, para gastos pessoais. No entanto, essa concepção está de acordo com a situação delas. Este grupo comporta as jovens que tiveram mais filhos e almejavam poder concluir seu percurso escolar com séries mais baixas, afora aquelas que não queriam mais estudar ou não sabiam se voltariam a estudar. Desconsiderando uma informante (Natália, alocada em outro grupo), as jovens que tiveram outro(s) filho(s) encontram-se nestes dois agrupamentos (Ana, Sula, Ruth, Dina: 2 filhos; Lia: 3 filhos; Edileuza e Brenda: 4 filhos). A gravidez repetida vem de encontro às posições

por elas tomadas frente ao casamento e os planos de autonomia encaminhados primeiramente pela via da união conjugal, estimulada também pela família.

Eu empurro tudo. Eu odeio estudar! Eu rodei dois anos, eu rodei na oitava e agora rodei no terceiro ano [...] O meu professor até mexia comigo: - ‘O que é que foi Vick, acabou a gasolina?’. Aí eu dizia: ‘- Não, foi o álcool mesmo!’ [...] No início do ano eu ia desistir, porque eu não ia mais a aula. Eu passava no calçadão. As gurias estavam na galeria tomando uma cervejinha. Eu, como não gosto de uma cervejinha... eu já sentava ali. (Vick, camada popular)

Do alto de uma posição hoje mais confortável financeiramente, Vick (grávida) disse: *“Não sei, alguma coisa eu vou fazer não sei o quê. Eu quero voltar a estudar, até porque eu vou ter tempo assim né. Até porque trabalhar eu não preciso, então... [...] Quando eu estou aqui (Pelotas) eu ligo pra ele (em Jaguarão) e digo: - ‘Preciso de dinheiro’. Aí ele só me deposita.”*

Por fim, abordo o grupo (do projeto autônomo-familiar) no qual os estudos fazem parte das metas profissionais e pessoais, interrompidas pela gravidez. Como já mencionado, todas jovens classificadas neste projeto são de camada média; cinco delas já tinham ingressado no ensino médio (uma o havia concluído) e duas haviam findado o ensino fundamental. Mesmo com cinco delas tendo rodado (de 1 a 3 vezes) tinham mais anos de escolaridade que as demais. Em seis casos, o parceiro tinha maior ou igual escolaridade que elas (Vanda não possui companheiro). Ganha destaque, entre elas, a escolaridade assumida como um valor e ponte para autonomia e crescimento profissional. Suas famílias acreditam e difundem que a educação ‘é a maior herança que um pai pode deixar aos seus filhos’. Dentre todas, seus pais (mãe e pai) são os que apresentam escolaridade maior (duas mães com cursos superiores).

Interessa destacar que, embora não se encontre em todos os pais e com o mesmo grau de importância, há uma expectativa familiar para com a jovem que supera a maternidade juvenil (de dar conta dos cuidados com o filho). A proposta dos pais (ou de apenas um deles) pretende que as filhas consigam dar conta de si mesmas, promovendo a assunção dos atos, de que sejam indivíduos sujeitos às dificuldades de manutenção (embora a família tente minimizar as dificuldades) e ascensão social dentro do percurso que escolheram. Em razão de as jovens serem de camada média poder-se-ia supor uma certa acomodação escolar, visto que os pais poderiam prolongar as vantagens da vida juvenil fora da escola. Porém, o contrário ocorre, os familiares incentivam (direta e indiretamente) as filhas a seguirem na busca de sua independência e autonomia, mesmo

quando unidas conjugalmente. Todavia, há que se considerar que a via conjugal não é descartada com uma forma de ascensão ou manutenção do seu nível econômico.⁵⁰

Embora cinco mães desse conjunto não trabalhassem, o discurso é legitimado pela menção do mal causado em suas vidas pela sua submissão econômica ao marido, por não serem indivíduos autônomos inteiramente, logo, em condições de assumirem determinadas posturas. Todavia, esse discurso também é encontrado em mães cujo valor-estudo se configura na prática de outra forma, com menos apoio, interesse e incentivo. Nestes casos, o conteúdo das mensagens dadas às filhas destaca às dificuldades de um *‘pobre subir na vida’* sem que tenha que trabalhar e estudar, já que *‘não nasceu rico ou não casou bem’*. Ou ainda, de como um familiar *‘se sacrificou’* para que outro (geralmente o/a filho/a) tivesse sucesso na carreira profissional.

Em determinados contextos sociais, quanto mais distante torna-se a transição para a fase adulta (como parte do processo juvenil de crescimento) via a realização, independência e autonomia, pela carreira escolar-profissional mais ênfase há na carreira familiar-conjugal. Esta última, potencializada como um meio de ascensão ou manutenção na estrutura social e solidariedade entre comuns. Entretanto, um *‘bom desempenho’* durante a trajetória escolar-profissional possibilita uma crescente autonomia juvenil frente à sua família; via de regra, no senso comum, *‘as estudiosas’* são *‘boas’* filhas e recebem mais incentivos (cuidados) familiares, pois elas podem ter um outro rumo.

Boas ou más na opinião dos familiares, o que observo são chances diminutas de autonomia juvenil e de ingresso no mercado de trabalho, que propicie uma independência e emancipação juvenil total. Não se pode eximir de considerar que o convívio de gerações proporciona, além das tensões em ambos universos sociais estudados, estímulos que estimulam o vínculo conjugal como uma das formas de estabilidade emocional, de construção de si e de uma nova família, de individualização, e realização feminina. Contudo, a gravidez, quando transcorre na juventude, faz emergir idéias, provoca comparações (entre camadas sociais e vizinhança) e questiona pressupostos hierárquicos e valorativos (como a moral sexual das famílias) de como se

⁵⁰ Apenas uma mãe desse grupo é contra a filha sair de casa para estudar e trabalhar – seu medo está na distância que pode se firmar entre a filha e o ex-companheiro. Pela vontade da mãe, eles retomam a relação. Trabalhar fora e estudar significa também conhecer novas pessoas, novos ambientes. Este será um caso debatido no capítulo seguinte e analisado como exemplar de muitas questões até então discutidas. Em virtude disso, não me deterei neste momento a contextualizá-lo.

portar no mundo – quanto antes nas idades da vida e com quem ela acontece maior é o impacto que causa na sociedade.

Nas discussões atuais sobre juventude, sexualidade e suas conseqüências (gravidez e não-prevenção para doenças sexualmente transmissíveis) persiste uma certa exaltação dos modos de viver a juventude que não corresponde a uma trajetória padrão – são, então, essas opções marginalizadas como inadequadas, *precoces*, delinqüentes e/ou inseqüentes. No entanto, uma trajetória juvenil que escapa ao esperado não significa deixar de ser jovem – é uma outra forma e escolha que passa por aspectos que imprimem um modo de viver e articular-se na juventude distinta da norma e das expectativas ‘modernas’ dos adultos para com esta fase da vida.

CAPÍTULO 5

APROVEITAR A VIDA E ENGRAVIDAR: ANTAGONISMOS

Neste capítulo, o objetivo central está posto no espaço de experimentação e de valorização social que é dado, de modo geral, à juventude, através de uma categoria êmica que condensa, a meu ver, uma série de entendimentos importantes para qualificar os comportamentos juvenis: *aproveitar* a vida, mais especificamente, a vida juvenil. Paralelo à discussão sobre suas amarras com as imagens ocidentalizadas e modernas de juventude, este capítulo apresenta percepções bastante amplas, correlacionadas às concepções contidas na categoria *aproveitar* e difundidas localmente, presentes nas falas das jovens e suas mães, para um estilo e modo de vida jovem contemporâneo e moderno. As representações sociais e as percepções que a categoria juventude assimila e dissipa na prática e no imaginário social estão bastante associadas às conceituações de um período difícil, conflituoso, problemático e preocupante, facilmente localizáveis nas disciplinas do campo da educação, da psicologia e das ciências biomédicas, onde a gravidez juvenil torna-se mais um *problema*. As concepções do que é ser ou estar jovem a partir dos comportamentos juvenis e das idéias de outros acionam formas diversas e, às vezes, divergentes de perceber e caracterizar esta fase de vida, noções baseadas na construção histórica e sociocultural da própria categoria. Neste âmbito, a gravidez na juventude torna-se um contraponto às idéias vigentes de uma juventude que deve ser *aproveitada*, corroborando para que o adjetivo de “precoce” e de “epidemia” social seja usado amplamente por trabalhos que não relativizam as vivências da condição juvenil nos universos simbólicos sociais.

Em apenas seis trabalhos dentro da Sociologia e Antropologia, dos quais tive contato para pensar os meus objetivos, encontrei a denominação *aproveitar* de acordo com as apreensões que procuro relativizar sobre as juventudes. Nestes, o *aproveitar* está integrando uma idéia de um entrevistado ou sendo usado como um complemento de outra questão relativa aos questionamentos sobre juventude. Seguindo a ordem de publicação, o primeiro foi o de Salem (1980). No seu livro, quase ao final, dava voz a uma mãe de seus entrevistados, com o objetivo de demonstrar que a conduta transgressora dos jovens levava ao questionamento dos pais sobre suas próprias vidas. Foi neste momento de seu trabalho que a autora insere o depoimento de uma mãe que

diz o seguinte: “Às vezes eu acho que minhas filhas é que estão certas. Elas têm que aproveitar a vida e o que elas tiverem vontade de fazer, que façam. Agora eu acho assim. Eu só me arrependo das coisas que não fiz, eu devia ter experimentado mais [...] Não vivi, só cuidei dos filhos, da casa e do marido. Nunca me empolguei com nada lá fora. Meu mundo é aqui dentro. Isso é vida? Não é não” (1980:201).

O segundo é o estudo de Desser (1993), o aproveitar surge na fala de uma informante que explicava o que era adolescência, dizia ela: “[...] um tempo que você pode aproveitar mais a vida, se divertir, estudar”. O terceiro estudo é de Galland (1997) que se utiliza do termo aproveitar. Segundo o autor: “il faut rester “jeune” le plus longtemps possible [...] profiter de la vie d’étudiant le plus longtemps possible” (p. 160, grifo meu).¹ Seguindo a seqüência, o quarto estudo é o de Minayo et al. (1999) ao demonstrar que o grupo de atletas de classes populares e médias tem sua sociabilidade voltada para atividades cuja produção de violência é bem menor. Diz ela: “Há, nesse grupo, uma estética diferenciada na sua forma de aproveitar a juventude [...]” (p. 54). Apesar de ocuparem espaços bastante pequenos, circunscrevem idéias que estarão contidas neste trabalho. A tese de Rieth (2000:236), por sua vez, baseada na sua etnografia com jovens de camada média em Pelotas, em certa altura traz o depoimento de uma jovem relatando um juramento com seu companheiro; naquele momento, ambos, segundo a entrevistada, estavam bêbados: “[...] que eu aproveitasse bastante e, quando fosse dele, eu ia ser só dele”. Aqui a jovem podia *ficar* com outros porque depois que firmassem um compromisso isso não seria mais possível. Por fim, o de Scott (2001:62) ao traçar comparações entre gerações e ao falar das “idosas jovens” coloca: “Estas idosas se alegram com a idéia de serem “crianças de novo”, de brincar, de dançar, de passear, de estar aproveitando cada dia, de namorar” (grifos meus).

Ainda encontrei matéria jornalística em que Regina Novaes é perguntada sobre religião evangélica e juventude, referente à sua pesquisa. Em algumas perguntas o *aproveitar* surge como uma questão importante para o presente e o futuro:

- Por que os jovens precisam tanto acreditar em alguma coisa?
- Eles vivem muito intensamente o presente. E no presente eles têm desafios muito importantes. No estudo, no trabalho, do ponto de vista emocional. E o tempo todo eles estão preocupados com o futuro. **Eles vivem esta tensão, entre aproveitar a vida e se preocupar com futuro.** E ficam buscando uma explicação para o sentido da vida. [...] (Jornal do Brasil, 09/09/2001, seção Cidade; grifos meus).

¹ “É necessário ser “jovem” por mais tempo possível [...] aproveitar a vida de estudante por mais tempo possível” (tradução livre).

Um segundo objetivo deste capítulo é construído com a exemplificação de dois casos. A partir deles, demonstro que as visões de mundo de universos simbólicos sociais distintos engendram possíveis antagonismos, se não considerarmos a mobilidade social. Através dos casos, é possível apreender uma certa cristalização das lógicas locais, pautadas por valores holistas e individualistas, que levam à reprodução de concepções sociais sobre a vida jovem e a gravidez juvenil.

5.1 Unindo pluralidades

Segundo Galland (1997), no início do século XX, a ‘juventude’ instituiu-se através da exclusão e da negação, ou seja: não é mais a infância, é o período que ainda não tem maturidade, mas que prepara os jovens para ascender às respostas adultas ou, como coloca Salem (1986), o que ainda não se chegou a ser; bastante semelhante à definição de liminaridade de Victor Turner (1974), de um pertencimento identitário que se desfaz, pois está no passado, para dar continuidade a um outro, que está no futuro. Todavia, a bibliografia sobre o tema, das últimas décadas do século XX e dos anos iniciais do século XXI, revela que a entrada para a fase adulta tem sido cada vez mais prolongada.²

Como especificado no capítulo 1, o trabalho e a escola são referenciados como fatores primordiais dessa mudança e estariam ligados aos modos de inserção social (de ascensão ou descenso), visto que as dificuldades para a aquisição de uma autonomia individual têm aumentado com as desigualdades sociais. Permanecer por mais tempo na casa dos pais é um recurso utilizado pelas jovens (e estimulado pelos pais) para a manutenção de seu estilo de vida³; é um fenômeno percebido em muitos lares de agora, mesmo em classes mais altas, cujas condições econômicas poderiam facilitar a saída dos filhos (cf. SALEM, 1980). As inserções sociais não estão vinculadas somente às trajetórias sociais (de origem, de pertencimento a uma classe social) para conseguir um

² Olivier Galland, que tem uma produção considerável sobre sociologia da juventude, pontua sobre as dificuldades de hoje fazer uma ‘passagem’ à fase adulta da vida. Em uma entrevista publicada pela Label France, em julho de 2003 (disponível em <http://www.france.diplomatie.gouv.fr/label_france>), ao ser perguntado se hoje estaria mais difícil tornar-se adulto, responde: “Acho que sim. A tarefa de socialização, que consiste em assimilar os papéis desempenhados pelo adulto e criar modelos efetivos que correspondam a eles, é muito mais complicada para esta geração (de jovens franceses) do que para a precedente, não somente por razões conjunturais associadas ao mercado de trabalho, mas também porque os percursos se tornaram mais complexos e individualizados.”

trabalho via seu desempenho – seja ele escolar ou nas suas relações etc., tampouco estão desvinculadas desses processos que procuram garantir uma dada autonomia individual (LAVENU, 2001). Então, uma complexidade maior se estabelece. Se há condições materiais para a saída da casa dos pais, em alguns casos, existe também uma associação entre a permanência na casa como as possibilidades de tirar proveito dessas condições lá ofertadas. Por exemplo, há pais que se adaptam e permitem que se criem espaços antes não aceitos, como a da(o) namorado(a) dormir no quarto do filho(a). De alguma forma, alguns aspectos caracterizados até o momento como da juventude não se desvencilham com a permanência dos filhos na casa dos pais – retomarei este ponto em um subitem ainda neste capítulo.

‘Deixar’de ser jovem parece hoje estar mais associado a outros fatores que não estão concentrados na capacidade de prover a si mesmo, de ter conquistado com seu estudo uma certa autonomia. Leva em conta a continuação do processo de aprendizado individual, afetivo, social e familiar do que não é ser jovem. Daí a categoria *aproveitar a vida*, que analisarei nesse capítulo, ser também tão importante para as concepções de juventude na atualidade – visto que destaca uma série de ganhos e uma delas é de *alongar* os privilégios e vantagens da juventude.

Apesar dessas complexidades, abrangências e relações entre os termos e representações plurais da própria juventude, Madeira e Rodrigues (1998) constroem uma definição para esta fase de vida. Por sua abrangência eles condensam algumas facetas importantes, que serão trabalhadas ao longo deste capítulo, por esta razão me deterei momentaneamente em uma, como um ponto de partida para outras concepções sobre juventude.

Segundo os autores, a juventude pode ser interpretada como uma “espécie de moratória entre a infância e a vida adulta, um espaço para o aperfeiçoamento individual e para o desfrute do prazer e do lazer, antes das responsabilidades da vida adulta. Hoje, ser jovem é mais do que pertencer a uma faixa etária específica, é viver um estilo de vida amplamente valorizado pela sociedade” (MADEIRA E RODRIGUES, 1998:453-54). Seis aspectos estão contemplados acima, a saber: (1) moratória entre infância e a

³ Estilo de vida pode ser definido como a forma pela qual uma pessoa (ou um grupo de pessoas) vivencia o mundo e, a partir dessa experiência, se comporta e faz suas escolhas.

vida adulta⁴; (2) espaço de aperfeiçoamento; (3) período de desfrute; (4) espaço anterior à adultez; (5) jovem é mais do que faixa etária; (6) é uma vida com estilo.

Pensar nesta fase de vida como (1) um período, localizado depois da *infância* e antes da fase *adulta* (2) a ser *desfrutado* – é uma idéia bastante recorrente nos discursos informais e, preocupante, nos textos acadêmicos, pois o que pode ou não e quando ser usufruído é bastante relativo aos contextos sociais. Isto é, nem tudo pode ser feito mesmo que seja em um momento (3) anterior às *responsabilidades da vida adulta*. Os limites sociais existem para todas as idades, principalmente no que diz respeito ao *prazer* e ao *lazer*. As idades são igualmente limites de atuação, de convivência e/ou de entendimento de sensibilidades que impõem distâncias entre os indivíduos. Por exemplo, é freqüente ouvir das famílias, ler ou visualizar na mídia comentários sobre os jovens, de várias idades e ligadas às noções de modernidade, que não souberam dosar a liberdade da época, que fora conquistada por si e, ao longo dos anos, por outras gerações. Igualmente, é corriqueiro encontrar matérias nacionais publicadas em jornais que denigrem, sobretudo, a imagem de jovens suburbanos descrita com representações sociais estereotipadas (cf. ALVIM e PAIM, 2000). Além disso, pode-se constatar que o lazer, o tipo e o local, sendo parte constitutiva do que é ser jovem, também os divide em estilos, por classe, por comportamento, por ideologia, por vícios etc.

Outro destaque dado pelos autores é que (4) *hoje* juventude não se restringe a uma *faixa etária*, ela é muito *mais* (comprovando que os autores usam *moratória* com outro sentido; ver nota anterior). Este fato se deve a uma nova forma de olhar para as heterogeneidades encontradas nas idades e das arbitrariedades das classificações sociais das idades, discutidas anteriormente, também ligadas à permanência dos filhos na casa dos pais, à espera de um melhor momento econômico e/ou afetivo para a formação de

⁴ Segundo Brandão (2003) o termo *moratória* foi empregado por Olivier Galland e lhe rendeu críticas (ver também CICHETTI, 2001) por suas origens estarem ligadas ao *alongamento da juventude*. Ao usar *moratória* o autor teria considerado a juventude como um período intermediário entre a adolescência e a adultez. Segundo a autora, Galland teria reconhecido posteriormente “[...] a necessidade de pensar a juventude não pelos seus aspectos de suspensão temporária do curso “normal” de vida – sentido advindo de “moratória”, antes por ele utilizada – nem de oposição a outras idades no curso da vida” (BRANDÃO; 2003:65). Com essa mudança, a juventude e a adolescência se inserem em um percurso progressivo – retomando a noção de processo de socialização – e, desse modo, suas distinções seriam atenuadas. Madeira e Rodrigues (1998) não mencionam essa discussão mais teórica sobre o termo *moratória*. A meu ver, o sentido empregado por esses autores pode ser lido como um tempo de experimentação que não teria ligação com uma “suspensão do curso *normal* da vida”, pois a possibilidade de erro e busca do prazer são características que não se encontram unicamente na juventude, embora nesse momento a repercussão dos erros e acertos define as trajetórias biográficas dos jovens. Por outro lado, ele pode ser encarado como um período de *transitoriedade* entre a infância e a adultez, que seria uma das noções trabalhadas pela Sociologia da Juventude, ao descrevê-la como um momento anterior de vida social plena.

um novo lar. Além destes pontos, colocam que há uma diversidade (5) de *estilos de vida* que se consolidam ou ganham notoriedade a partir da juventude. Quanto a isso, entre outras tantas possibilidades qualitativas – estéticas e ideológicas de se colocar e se mostrar como jovens – encontramos aqueles que são rotulados ou se definem como *modernos, caretas, rappers, clubbers, pagodeiros, skatistas, esportistas, drogados, galinhas/garanhões e metidos a riquinhos* entre outras tantas. Madeira e Rodrigues descrevem ainda que existe na juventude (6) um *espaço para o aperfeiçoamento individual*, sob diferentes tipos de controles sociais. Essas identificações e escolhas valorativas fundamentais para o crescimento de todos são estimuladas, na juventude, para a aquisição de uma crescente e relativa autonomia (auto-determinação) e identificação com valores sociais fundamentais para seu convívio. Todos este percurso sócio-cultural confere a este processo um caráter singular, de modulação e construção de subjetividades que permanecem importantes em outros momentos da vida. Mas que também podem se modificar de acordo com os pertencimentos e identificações ocorridas durante esse *espaço* que lhe é concedido para experimentar, viver, curtir e *aproveitar* a vida – “*faz parte*”, como dizem os jovens. Assim sendo, vejamos no decorrer do trabalho, por que estas caracterizações se colocam no campo empírico e como elas engendram significados importantes para a gravidez na juventude.

5.2 Idéias de juventudes

Tomei a categoria juventude dentro de uma dualidade analítica – ora como pano de fundo ora como figura principal para os objetivos do capítulo e da tese. Essa configuração não é proposital, no sentido de uma escolha *a priori*, mas é representativa do modo como esse trabalho se desenvolveu e de como os dados empíricos se mostraram. Dois aspectos são ainda necessários apontar, por sua relevância nos dados empíricos, e por encontrarem-se na arena em que a juventude é ao mesmo tempo uma condição, uma situação histórica e sociocultural e um tipo de representação social construída pelos grupos sociais e pelos indivíduos (PERALVA, 1997; GROppo, 2000; SPOSITO, 2000; DAYERELL e CARRANO, 2003). Ambos se mostram essenciais para que a concepção de juventude seja tomada neste estudo, e construída neste capítulo, como um elemento fundamental de análise. São eles: estilo/estética jovem e filosofia de vida/espírito de vida.

5.2.1 Estilo e estética jovem

O primeiro elemento refere-se à idéia atual de juventude, amplamente valorada e diversificada, que perpassa as classificações de segmento social e universo simbólico, porque agrega idades e comportamentos próprios, não somente de uma fase ou ciclo de vida, mas de uma forma e um estilo de viver na sociedade ocidental urbana e moderna – cujas diferenças (nas ou das) gerações, em termos de idade, estão mais próximas.

A juventude, atualmente, por ser uma etapa de vida com grande apelo e poder para o consumo, tem sido alvo generalizado de empresas que vendem marcas originais ou imitações – associando roupas, tipos de músicas, expressões de linguagem, conceitos, jeitos novos de experimentar relações etc. aos estilos de levar a vida.⁵ Todos estes e outros elementos identitários estão compondo uma certa identidade de jovem ao jovem e, sobretudo, aos adultos que desejam permanecer com aparência de jovens (ALVIM e GOUVEIA, 2000; ALVIM e PAIM, 2000; MACHADO, 2000). Deste modo a juventude pode ser vista como um produto de consumo re-elaborado, um “valor simbólico”, conforme pontua Reis (2000); o contrário do consumo passivo. Passa de uma fase de vida até certo ponto negativada, por balizar uma série de mudanças sociais e pessoais, para ser consumida como um valor, um estilo a ser adquirido conforme a idade social das pessoas que se identificam com suas representações e práticas sociais.⁶

Por outro lado, embora o pertencimento a uma classe ou a um universo social não limite totalmente o acesso às concepções modernas de juventude, certamente os

⁵ Há uma ampla discussão sobre o intercâmbio simbólico entre jovens ou grupos étnicos de diversos continentes, que não tomo como necessária fazer neste trabalho. A música, as roupas e estilos são um dos recursos adotados e trocados que identificam jovens, como os do hip hop e do funk. Essa literatura demonstra que o intercâmbio também redefine diferenças ressaltadas entre o nacional e o internacional. Para uma compreensão dessa dinâmica ver, entre outros, Herschmann (2000) e Sansone (1997). Simmel (*Cultura Feminina*, 1944) já chamava a atenção para tendências opostas da moda de igualdade e individualização. Esta segunda seria uma face oposta (a anti-moda), imagem invertida, da anterior, que na juventude reagrupa jovens através de um *ethos* específico ligados por uma certa igualdade, neste caso, juvenil.

⁶ Alguns adultos, em conversas corriqueiras, criticamente os denominam de ‘adultecentes’ aqueles que querem parecer adolescentes adotado um estilo *adolescente* no vestir, falar, portar-se. Neste sentido pode-se pensar em um processo contemporâneo de *descronologização* das idades da vida. Esse processo tende a aumentar à medida que “no domínio da família, desenvolvimentos recentes na distribuição de eventos demográficos como casamentos, maternidade, divórcios e tipos de unidade doméstica apontariam uma sociedade em que a idade cronológica é irrelevante: mais do que mudanças de uma forma para outra, teríamos uma variedade nas idades do casamento, do nascimento dos filhos e nas diferenças de idades de pais e filhos. As obrigações familiares tenderiam a se desligar da idade cronológica. A mesma geração, em termos de parentesco, apresenta uma variedade cada vez maior em relação à idade cronológica (mães pela primeira vez aos 16 e aos 45 anos), e gerações sucessivas, do ponto de vista da família, pertencem ao mesmo grupo de idade, por exemplo, mães e avós na mesma faixa etária”. Disponível em <<http://groups.yahoo.com/group/acropolis/files/temas/Guita%20Grin%20Debert.htm>>, acessado em dezembro, 2003. Ver também Debert (1998).

diferencia; por exemplo, qualificando e sendo qualificados como “*riquinhos/payboys*” e “*vileiros*”, apoiados por possibilidades reais de acesso a um dado tipo de gosto, de imagem consumida ou pela origem familiar, sobretudo de lugares e de pessoas com quem possam se envolver. Todavia, isto não invalida que aqueles que tenham menor poder de consumo se (re)apropriem com originalidade e criatividade de um estilo frente aos apelos de manutenção de uma juventude atualizada – conforme as identificações e mensagens – procurando se igualar a uma imagem jovem na sociedade ocidental moderna (BENEVUTO, 2000) ou que o façam por ter um convívio mais íntimo com outros jovens de classes superiores e vice-versa.⁷

Há uma série de estudos, dentro do contexto social, político e econômico brasileiro sobre a situação social de grupos jovens que convivem de forma direta com a violência urbana – enfocam os infortúnios de morar nos grandes centros urbanos e como as adversidades podem influenciar no processo de identificação dos jovens e são geralmente realizados em grandes cidades do centro do país.⁸ De algum modo, estas produções reificam o padrão de modernidade juvenil para o Brasil como um todo, baseado em jovens que moram nestes locais. A pobreza e a riqueza convivem nos bairros, nas praias, no comércio, agregando e segregando modelos juvenis de sociabilidade, de ambientes de lazer e de amizade. Em Pelotas, por ser uma cidade de porte médio e do interior, a convivência e a sociabilidade têm suas especificidades, como descrevi nos capítulos anteriores. Não me deterei novamente nessas circunstâncias, pois é necessário ressaltar outros aspectos de igual importância para o argumento contido neste item. Mas, ainda destaco a dominância de uma visão sobre a juventude ‘moderna, livre e urbanizada’ em grandes centros que não condiz com a

⁷ Para uma abordagem socioantropológica sobre o tema ver Mendes de Almeida e Tracy (2003). É através da música ligada na sua origem à periferia, portanto contestatória dos valores da burguesia, que viabiliza que jovens de contextos bastante diferentes compartilhem de mensagens e estilos de danças/roupas ao falarem de problemas sociais (por exemplo, adotando uma linguagem funk). A música os congrega em um espaço sem que as origens sejam negadas. Groppo (2000:17) salienta outro aspecto importante para a comunicação entre jovens de diferentes *tribos*, dizendo que: “Em muitos casos, grupos juvenis de operários, de não-brancos ou não-ocidentais adotam os mesmos símbolos, roupas e gostos culturais dos grupos juvenis brancos de classe média. Contudo, essa adoção ressignifica os objetos e signos tomados externamente, através de leituras que, muitas vezes, devolvem-nos com significados contestados aos seus detentores originais”. Noutro sentido, o destaque de algumas destas discussões sobre o funk, por exemplo, está na difusão de um novo ethos através do comportamento e das mensagens dessas músicas. Um ethos onde as jovens mulheres não correspondem mais aos padrões de passividade sexual – assim como os homens, elas têm desejo e disposição constante para o sexo (cf. HEILBORN, 2002:412).

⁸ A Unesco, juntamente com a Fundação Ayrton Senna, publicou, recentemente, uma série de trabalhos sobre violência, cidadania, drogas e menor de rua. Ver, por exemplo: Minayo et al. (1999), Castro et al. (2001), Gregori et al. (2000), Cruz Neto et al. (2001).

realidade local, embora muitos comportamentos e desfechos descritos nestes estudos se assemelhem aos ocorridos com as jovens entrevistadas. A questão diferencial e importante dos grandes centros para o interior está em maior coerção social, ou seja, é a rede de amigades e conhecidos que funciona como uma rede de coibição, em alguma medida, para a flexibilidade do comportamento juvenil ética e moralmente. Uma pergunta se impõe: quais os aspectos da modernidade que fazem sentido nos contextos estudados em Pelotas? O que se destaca, é a tentativa dos jovens de viverem sexualmente menos atrelados às moralidades que vinculam sexo ao compromisso conjugal sem que a avaliação moral sobre si seja restritiva para a formação de novos pares e do respeito do seu grupo social. Além de conviverem com a possibilidade sempre forte de terem seus comportamentos jogados ao público (falados, reconhecidos).

Retomando, o que congrega o primeiro aspecto que descrevi para uma concepção ampla da juventude no local – o estilístico e performático de *ser jovem* – tem-se nesse enfoque uma maior concentração das diferenciações sociais (de acesso, de classe) e materiais (estéticas, de consumo, de valor simbólico) da juventude presente nos comportamentos das pessoas. Este aspecto é, à primeira vista, bastante classificatório; oferece uma noção inicial, apesar de imprecisa, a qual grupo de idade e segmento social os indivíduos fazem parte.

5.2.2 Filosofia e espírito de vida

O segundo ponto abrange a percepção de juventude, não só por conglomerar idades, estilos, comportamentos, idéias, linguagens, como também por disseminar um valor aumentado de *sentir-se jovem* – diferente de *ser jovem* – logo, independente das idades e de outras características estéticas ligadas ao corpo. Inclui-se, deste modo, a forma de se colocar frente às situações e os acontecimentos durante a vida. Neste sentido, a amplitude desta concepção abrange um conjunto de valores relativos ao desempenho social dos indivíduos, com reflexo também em outras fases de vida. E, por ser um processo constante de construção de si (atualizável, isto é, não rígido) está presente e mais próximo da idéia de *estar jovem* – que ultrapassa um corpo jovem e se fixa, muitas vezes, na concepção de “espírito”/“filosofia”. Ou seja, no jeito de ser e de levar a vida, na atitude, na forma de se colocar nas outras etapas da vida e situações do cotidiano com uma certa autonomia relativa sobre si, no seu mundo, que corrobora para a necessidade de diferenciar-se e experimentar variantes comportamentais e subjetivas

menos apegadas às tradições, aos valores de outra época. Ao que me parece, pelos dados empíricos, é uma atitude muito mais subjetiva do que corporal, embora esta última não esteja de todo desvinculada do *estar jovem*; muitas vezes estão conciliadas.

Dentre os aspectos demarcados de *ser* e *estar* jovem dois níveis de entendimento se entrecruzam e, mesmo não sendo possível separá-los na prática, nos modos de se colocar ou na origem, os ressaltarei como sendo o subjetivo e o social. Uma realidade subjetiva – incorporada pelos sujeitos sociais – e uma objetiva – que os transcende – não se excluem mutuamente, são lados de uma mesma realidade que se coloca simultaneamente a todos. Então, as representações sobre juventude e seus entendimentos podem ser lidos considerando que a dicotomia entre o que é subjetivo e o que é social não se desfaz, logo, se apresenta da seguinte forma: O nível social engloba o subjetivo e nele se imbuí de certo sentido; é o que contém o espírito e a filosofia jovem assinalados acima, além de poder ser identificado nas exigências e valorizações sócio-culturais de ter um comportamento e um estilo juvenil de se apresentar publicamente. Já o nível subjetivo pode ser percebido no que está valorizando o *estar* jovem para outras idades que não correspondem às definições habituais desta palavra; liga-se mais ao espírito jovem, no que deve ser preservado com o avanço do tempo cronológico. Neste nível, parece sempre conter em si mesmo a necessidade de explicitar o fato da idade não corresponder à faixa etária classificada (ver representação acima na capa da revista; Revista Época 29/09/2003, ANEXO 3)⁹, seja a adulez ou a velhice – “*um velho com espírito (com mente e atitude) jovem*” que é uma qualificação usual, bastante comum nos discursos sobre quem é quem.¹⁰



Na opinião de Groppo (2000:284-5), de acordo com a história da juventude na sociedade atual moderna e ocidentalizada, “[ela] desaparece para dar lugar à ‘juvenilização’ – deixa de ser uma vivência transitória para ser um estilo de vida identificado ao bem-viver consumista. O juvenil é ‘juvenilizado’, desvinculando-se da

⁹ O subtítulo da capa diz: “COMO OS HOMENS DE HOJE PODEM VIVER MAIS, MELHOR E COM MAIS SAÚDE QUE SEUS PAIS. E **APROVEITAR A VIDA** ATÉ OS 80 ANOS.” (grifo meu).

¹⁰ Por outro lado, o *aproveitar a vida* como uma categoria sociológica (modo de pensar e agir), relevante para o processo de estar vivendo uma dada condição na vida, após a juventude no sentido etário e civil (isto é, separada, viúva e solteira), também pode se portar como referência para uma adoção de comportamentos e estilos em outras épocas da vida. Daí o motivo de as idades não importarem em algumas circunstâncias. O que é relevante, neste momento, para esse raciocínio, é a visão de uma socialização mais individualizada, em que o indivíduo, em dada etapa da vida se coloca em primeiro

idade adolescente e tendo retirado de si conteúdos mais rebeldes, revolucionários ou meramente disfuncionais. A ‘juvenilização’ da vida contemporânea tornou-se a mais desejada aparência dos clientes da cultura de mercado”. A juventude se constituiu como um dos valores importantes do processo civilizador da sociedade moderna, cujo poder de consumo é voraz e vai além dos jovens. Os jovens, frente à representação de um estilo de vida ligado ao divertimento, podem ser referência para os adultos e os velhos (pensando-se em faixa etária). *Aproveitar* valoriza a juventude, atribui-lhe sentidos que podem ser (re)apropriados por outras idades, tornando-se uma concepção valorada de vida, não apenas de idade ou fase. Em alguns momentos, essa imagem juvenil consumida nada tem a ver com a representação social transgressora perigosa. Inversamente, ela é re-significada e re-apropriada aos interesses e contextos sociais, que vão desde o consumo/industrialização ao controle. Quer dizer, ser ou estar jovem não necessariamente significa estar a postos para articular uma ruptura ou fazer qualquer contestação; pode significar retomar, no caso dos mais velhos, a vitalidade e um certo hedonismo ou, no caso dos mais jovens, identificar-se com sua época.

De outro ângulo, por exemplo, ouvi, no desenrolar do trabalho de campo, comentários tanto das mães quanto das jovens, sobre alguém que não corresponde à imagem física de adulto ou de velho: “*Ela está como uma jovem, nem parece ter a idade que tem, sempre se cuidou*”, “*também... está sempre nas festas se divertindo*”. A imagem e o ideal de um corpo eternamente jovem – acessível para quem pode investir em métodos cirúrgicos e preventivos – têm sido divulgados pela Medicina como “saudáveis” e estão associados a uma imagem de *juventude* prolongada (*velha é a vovozinha!*).¹¹ Não só para uma vida fisicamente mais tranqüila na “terceira idade” (DEBERT, 1999), mas também para uma melhor desenvoltura social em vários meios, que preservam essa imagem como a ideal para todos, em nome de uma estética consumista e elitista, cujo principal alvo de propaganda tem sido o público feminino, na procura da beleza eterna. Aquelas que *se cuidam*, preservando *seu corpinho*, estão mais distantes de ganhar apelidos de *barangas* (mulheres feias) ou *coisa ruim* (corpo feio), entre outros de menor consideração. Aqui, faço um pequeno parêntese para exemplificar uma das formas da sociedade moderna exigir uma imagem e aspecto jovem de homens e

plano, como alguém que ainda pode *aproveitar* a vida. Voltarei a essa questão quando citar o exemplo de Ana e sua mãe, localizados mais ao final deste capítulo.

mulheres: é simples — ver a seção de classificados de empregos de grandes jornais, para uma maior variação. Neles, boa aparência e idade, conseqüentemente jovialidade, são um dos requisitos para o preenchimento de vagas em locais cujo profissional tenha que lidar diretamente com o público; isso dá credibilidade às empresas, tem funcionado e excluído outros. Igualmente, encontram-se características atrativas juvenis em anúncios de tele-sexo e nos anúncios de produtos nos jornais e revistas.¹²

Os exemplos citados contemplam, além do que chamei de filosofia/espírito, no sentido comum das palavras, a atitude jovem e um corpo um pouco mais adequado (maleável) a essa jovialidade mental e corporal. Além disso, se pode exemplificar outro ponto que conglera os dois níveis (social ou subjetivo) ao nos reportarmos às avaliações de jovens sobre as jovens, ouvidas no trabalho de campo. As que “*parecem como velhas*”, que se comportam como adultas, com estilos e idéias nada juvenis, com espírito de velhas, mais conservadoras na sua forma de agir e vestir. Exemplos que destacam novamente mais uma forma de mencionar que a idade não corresponde ao comportamento, ao pensamento e ao estímulo que identifica um *jovem* em dada época. Enfim, estes níveis estão postos para demonstrar a corriqueira classificação e uso que fazemos da concepção mais ampla da *juventude* em diversas esferas das interações sociais, ou melhor, da própria heterogeneidade que se construiu sobre o termo e, sobretudo, do valor que ele assumiu na sociedade ocidental atual.

É importante ater-se ao fato de que estas percepções atuais estão inseridas no processo de modernização de hábitos e costumes, de individualização que são (re)apropriados pelos distintos segmentos sociais de forma particular e desigual, no duplo movimento, entre o que se espera objetivamente e o que se conforma/realiza subjetivamente para esta fase de vida. Logo, os significados e as atitudes conferidas à *juventude* variam conforme os valores contemporâneos, colocam-se presentes nas gerações, nas histórias familiares e no contexto social onde eles adquirem sentidos próprios. Locais onde a vida e a interação juvenil, com sua rede social mais importante, conserva ou modifica comportamentos e valores sobre quando/como ser o quê,

¹¹ Veja bem, aqui, um outro sentido é dado ao prolongamento desse período através da medicalização da idade, do que ela possa representar e do que o oposto de ser jovem possa vir a negativar a imagem de um indivíduo. A modernidade cria e recria realidades para as faixas etárias (cf. GROppo, 2000:23).

¹² A etnia e cor da pele são outros elementos que podem influenciar na inserção no mercado de trabalho e na escola. Para exemplos, de como esses elementos se articulam na escola, em situações de pobreza, ver Scott (2002) e Madeira e Rodrigues (1998). Gouveia (2000) é uma referência para análise sobre pobre, juventude e valor-trabalho.

geralmente pautados por concepções particulares e gerais sobre as fases de vida. Essa diversidade e o valor diferenciado refletem como essas concepções tomaram um espaço social e cultural considerável para quase todas as idades, se não em todas. Isto é, quando o valor de “‘ser jovem’ ou ‘manter-se jovem’ passou a ser um objetivo permanente [...] (e, dessa forma) O fascínio pela imagem juvenil tem levado à migração desse estilo para outras faixas etárias” (BENEVUTO, 2000:148).

5.3 *Aproveitar*, uma categoria de espírito jovem

Verifiquei que há outras elaborações menos diretas, presentes nas dinâmicas familiares, que também falam sobre as formas de levar a vida com um espírito jovem ou mais próxima a isso. A categoria em questão fez-se importante quando questionei as jovens e suas mães sobre o que havia mudado nas suas vidas, sobretudo na vida da jovem com a gravidez e a maternidade. As respostas, em muitos casos, delatavam que uma parte da vida fora *perdida* (“*não aproveitou a juventude dela*”); noutros, que um novo modo de vida se consolidou e apaziguou a todos – a princípio acalmou mais as mães: “*fez o que fez... agora sossegou!*”¹³ O fato de terem que dar uma assistência à criança levou a crer, em um primeiro momento, que as jovens ficariam mais em casa, diminuindo os passeios e as festas. Ou seja, os ‘riscos’ que elas correriam ao seguir expostas às sociabilidades sem controle dos pais e de novas relações sexuais que pudessem levar a uma segunda gestação seriam contornados com a assunção da maternidade e/ou casamento – fato que não correspondeu a todos os casos.

A categoria *aproveitar* concilia elementos bem particulares ao universo estudado; ela substancializa, com força própria e de maneira abrangente, muitos significados correlacionados e atribuídos à juventude, comuns aos distintos universos simbólicos. Ela expressa um período da vida que não deveria ser desperdiçado com atitudes que possam trazer compromissos em algum sentido quase irreversíveis, como um filho, pois fala de um momento ou das possibilidades únicas na vida.¹⁴

Ela conserva semelhanças com a concepção de juventude enquanto fase de vida, passageira e vinculada à idade e a sociabilidade. No entanto, quando, no cotidiano, a

¹³ Brandão (2003) também encontrou o uso do sossegar no mesmo sentido aqui proposto.

¹⁴ É possível pensar o *desperdício* como oposto ao *aproveitar*, da seguinte forma: como este último não significa sociabilidade sem parâmetros, desperdiçar seria não seguir algumas regras durante o *aproveitar*. Está vinculado à noção de abuso, de superação de limites e de postura pouco sociável. É bastante

juventude passa a ser vista como um período a ser aproveitado e valorizado? Neste momento, não estou me referindo ao contexto sociohistórico de uso e de valorização do termo e dos jovens, todavia, mais especificamente, em que idade esse *aproveitar* ganha força e apoio familiar nos locais observados durante o trabalho de campo? Ao entender como as famílias lidam com as exigências de trabalho, sociabilidade e escolarização, percebemos como certos aspectos da reprodução humana estão vinculados ao controle social (CORRÊA, 1994). Culturalmente os 14-15 anos correspondem à idade-limite simbólica, bastante recorrente como um período inicial da juventude.

Os dados desta pesquisa, evidenciados no capítulo três, mostram que, embora muitas jovens não entendam as razões, é, segundo os seus depoimentos, ao redor dos 15 anos que uma mudança de tratamento e de direitos à juventude se estabelece, dando início, ou melhor, continuação a um processo de autonomia e independência das filhas; isto é, estou me referindo unicamente ao universo feminino; o universo masculino parece ter antes dos 15 anos autorizações familiares para saídas noturnas ou mais distantes do bairro, configurando-lhes uma mobilidade maior antes das meninas.

Os motivos pelos quais as famílias autorizam um espaço maior de circulação e direitos em torno da idade citada – para saídas noturnas e namoros, por exemplo – envolvem justificativas que se apóiam em um certo grau de amadurecimento psicológico e social das filhas, como se já tivessem adquirido uma consciência do que deve ou não ser feito na rua – a tensão entre comportamentos públicos e os ensinamentos da casa é uma constante.¹⁵ Isso adquiriu tamanha força que, mesmo nos casos em que o “amadurecimento” é bem menos perceptível, os 15 anos (ou idades bastante próximas a ele) seguem sendo um marco para o começo da tomada de responsabilidade dos atos para si próprio. Fato que não desconfigura, mas ameniza, o poder dos pais como autoridades na vida das jovens e, não obstante, salienta dois aspectos: *a)* que além dos pais, a escola, os amigos e outros meios já transmitiram conceitos e valores básicos aos filhos para um convívio social adequado; e *b)* que uma concessão é dada pelos pais para que as filhas tenham uma autoridade relativa sobre si. Ou seja, um tempo suficiente de ‘treinamento’ da vida em sociedade se passou para que as noções adquiridas de si e dos outros sejam dadas como razoáveis para uma certa autonomia e heteronomia familiar. “*Eu não sou mais tão criança assim, eu já sei me*

corriqueiro escutar: ‘*está bem que aproveite, mas não precisa abusar... é um desperdício, um guri tão inteligente...*’

defender”, na boca dos jovens, resume um pouco do que a família identifica como um começo desse processo que embora pautado pelo estatuto etário não se resume a isso. As preocupações com outros aspectos de ordem biológica e sociocultural ampliam a definição êmica da juventude por motivos que serão explicados no decorrer deste capítulo.

Por outro ângulo, atualmente, ainda que a definição de juventude tenha se ampliado, há, ao mesmo tempo, um certo ressurgimento de certos rituais que demarcam transições. Neste momento, no mundo feminino, estou-me referindo especificamente à festa de 15 anos e ao *debut* aos 14-15 anos – ao simbolismo ritual.

A ‘*festa dos 15*’ anos resgata para as jovens entrevistadas, das camadas populares, um certo destaque social por uma organização familiar e orgulho parental de sua mocidade. Por exemplo, percebi que jovens com poucas condições econômicas alugavam vestidos de noiva para, na sua festa, em casa ou em um salão de clube ou paróquia, desfilar e dançar uma valsa com o pai ou padrasto junto aos convidados, como fazem as jovens mais abonadas. As fotos e os vídeos por mim vistos salientam o esforço e a solidariedade familiar para que tudo dê certo e a repercussão seja a desejada.

As jovens de classe média entrevistadas ou preferem que um dinheiro lhes seja dado, supostamente o que seria gasto com a festa, ou escolhem fazer um jantar para poucas pessoas. Não estão interessadas neste tipo de exposição social. Algumas acham que é algo ultrapassado, que “*não leva a nada*”, as pessoas “*ainda saem falando mau*”. Utilizam-se de um discurso mais subjetivo; querem ter acesso a outros meios de lazer sem que tenham que passar pelo ritual social da festa e/ou do *debut*. Entendem que seria um gasto desnecessário para a família; uma tradição que não corresponde a seu “jeito” ou a um demarcador público de idade.¹⁶

No entanto com ou sem festa, desde pelo menos, duas gerações, nas famílias, fora assim; os 15 anos (ou um pouco menos) significava a entrada dos jovens no campo da sociabilidade adulta até então aguardada. Em torno desses anos podiam namorar, sair, ir ao cinema e aos bailes. Com reservas às muitas e devidas diferenças intergeracionais, de comportamentos permitidos advindas com as mudanças, o que

¹⁵ Para uma análise sobre público e privado, casa e rua, no contexto brasileiro, ver DaMatta (1997).

¹⁶ “Não há, sem dúvida, hoje, nenhum outro período da vida durante o qual os indivíduos conhecem mudanças tão numerosas e radicais de seus modos de vida que durante a dezena ou quinzena dos anos que vão do fim da adolescência ao início da vida adulta” diz Galland (1997:214) sobre a juventude francesa; e poder-se-ia dizer, guardadas as especificidades locais, o mesmo para as jovens que contatei, principalmente por terem mais possibilidades de gerenciar sua sociabilidade.

percebi é que tal limite *etário* e *social* para as saídas tornou-se naturalizado, no sentido de ‘automatizado’. Não questionam por que sim ou não – é algo histórico e socialmente construído, cobrado, esperado e ritualizado nas famílias (assim como o *debut* para as famílias mais tradicionais).

A idade de 15 anos das mulheres demarca três pontos: (1) é uma medida social de tempo, pois reordena as permissões e produz mudanças sociais, familiares, morais e individuais; (2) o olhar mais atento para o processo de maturação biológico, da “puberdade”, de crescimento dos seios, de chegada da menstruação, de nascimento de pêlos, de mudança de interesses etc. para limitar lances e comportamentos, já que ela se torna mais atraente aos olhos masculinos. Portanto, *aproveitar* a vida adquire mais sentido para os jovens quando se inicia esse período de concessão social à experimentação, que pode ser, na prática com ou sem apoio parental, anterior aos 15 anos. Um exemplo de que ao simplificar o segundo ponto se perde outra possibilidade foi quando presenciei e soube de alguns casos cujos pais, de segmentos populares, não proibiam as saídas para boates e bailes de jovens com 12-13 anos – mesmo com corpo franzino (após menarca, que funciona também como marcador biológico de maturidade). Elas, para entrarem nesses locais, tinham que usar roupas que as deixassem com aparência de maioridade ou tinham que lançar de outros subterfúgios para “*levar na lábia*” os porteiros. A vizinhança, adulta e mais fofqueira, considerava, tal comportamento familiar, um estímulo para namoros e transas dessas jovens, como se estivessem querendo “*se livrar*” das filhas mais rapidamente. De modo geral, as jovens do local que as criticavam, possuíam um duplo conceito sobre essa conduta: as admiravam pela desenvoltura e experiência, mas, apesar disso as excluía de suas relações mais íntimas. Tinham em mente um padrão moral tradicional – que as ensinou que as jovens que saíam desde os 12-13 anos eram apenas boas para *ficar*, entretanto, não para casar ou *namorar sério*; afinal, eles, os jovens homens, também aprendiam, ao se relacionarem com elas, e adquiriam experiência relatada entre eles – isto é, elas tinham um papel naquele meio que não era o moralmente mais correto “*pra mulher*”. Assim sendo, “*as galinhas*”, como eram chamadas, ficavam à margem das possibilidades de serem as namoradas com quem os meninos gostariam de ter um relacionamento mais sério, sem ouvirem acusações que ferissem a moral de ambos. Cito uma *passagem* que ajuda a exemplificar o que acabo de colocar.

Em uma conversa informal com uma jovem (amiga de uma informante) ouvi que ‘o tipo fácil’ de mulher, aquela que se “*entrega*” mais rapidamente ao cerceamento masculino, não “*acabava*” bem na vida. Antes desse comentário havia passado por nós uma mulher gorda aparentando mais de 40 anos, usando uma roupa colada ao corpo – não havia como não olhar. Foi justamente esta situação que a levou a falar o que sabia sobre essa mulher, ou melhor, sobre ‘mulheres’ como aquela. Em síntese, suas associações e o que ouvira sempre em sua casa é que uma mulher tem que “*se dar o respeito*”, isto é, não pode fazer o mesmo que os homens fazem, dentre outras normas: ter uma vida sexual com parceiros diversos, expor suas relações afetivas e sexuais publicamente. Tudo para não ‘ficar falada’, pois acabaria sozinha ou mal acompanhada, no futuro, como aquela mulher.

Um último ponto (3) é o de que os pais permitem um espaço de socialização específico e diferenciado daquele concedido por seus progenitores: “*na minha época não tinha isso assim*”. Essas modificações, apesar de distintas são aceitas, dando continuidade às mudanças. “*Meus pais não me deixavam...*”, “*elas aproveitam mais agora...*” são locuções corriqueiras nas falas das mães entrevistadas e de muito valor para dimensionar os níveis de deslocamento, de permanência e de reconstrução de valores intergeracionais. Dona Rose, 59 anos, que se casou aos 18 anos, disse-me: “[...] *hoje em dia o namoro é diferente do de antigamente, né. Agora elas são mais liberais para namorar*”. Ao ser perguntada sobre as diferenças, responde: “*Ah, se dava uns beijinhos [...] Era mais escondido do que agora; agora a gente sai na rua já tem uns agarramentos aí. Antigamente não tinha essas coisas, então eu digo para ela: -Rose, te cuida! Porque agora ela tem namorado né*”. Rose engravidou e se “*amigou*” aos 18 anos.

Resumindo, e resguardando as diferenças mais singulares de cada caso e segmentos sociais, a juventude está acompanhada necessariamente, segundo essas idéias, do processo de maturação biológica (desenvolvimento corporal) e da imaturidade social. Este último tende a diminuir no decorrer do tempo com os conselhos e comparações, experiências próprias e o convívio social.

As regras do âmbito público se aplicam ao *aproveitar* torna-se fundamental saber manejá-las, principalmente por seu lado sexual/sensual. O envolvimento sexual e a procura de um parceiro se localizam também na rua (salvo exceções). De alguma forma, o *aproveitar* se assemelha a um dos sentidos propostos por DaMatta (1997) a

duas categorias sociológicas: a *rua*, em oposição ao privado da *casa*. Uma vez que as saídas são autorizadas, a socialização na rua, principalmente à noite, seria o local equivalente ao espaço de individuação, de separação dos pais, de autonomia, cuja preocupação e/ou perigo estariam em desfocar uma identidade e abrir um leque para outras (cf. DAMATTA, 1997:59). De tal modo que não é surpreendente que os limites sejam constantemente lembrados aos jovens por seus familiares e que os conselhos sejam continuamente repetidos: ‘te cuida’; ‘não faz isso ou aquilo’; ‘não anda com qualquer um’; ‘te comporta’. Ao passo que o âmbito da casa, seria o espaço de aprendizado de valores e de maior controle parental.

Contíguo a isso, o desenvolvimento do corpo ou maturidade biológica – privilegiando a dimensão biológica da idade: “*uma moça*”, “*corpo feito*”, “*um mulherão*” – e a vontade de experimentar e aprender com novas interações sociais e afetos (lugares e pessoas, casa e rua), através de uma retórica discursiva mais elaborada ou amadurecimento das idéias, são aspectos que talvez possam desvelar os motivos da continuidade dessa automatização ritualística. O fundamental, neste instante, é saber que são dimensões acionadas, baseadas em construções e rituais sócio-culturais bastante aceitos, uma vez que dão continuidade e sentido a um ciclo mais amplo da vida e da sociedade, reproduzindo mecanismos familiares e de construção do indivíduo.

5.3.1 Sexualidade e sensualidade na conjugação do *aproveitar*

Jovens e pais concordam que a juventude é o melhor “*período da vida*”. É a partir da e em relação à juventude que o verbo aproveitar toma de empréstimo uma certa conotação sexual/sensual e temporal, embora outras formas de uso sejam comuns e concomitantes. De maneira ampla, o verbo ou a expressão aproveitar podem ser empregados em distintos locais e momentos com outros significados, tais como: usar (consumir), investir (em si ou em algo) e tirar vantagem de uma situação (um emprego, um ficar, um beijo) ou de alguém (por exemplo, pela sabedoria).

A avaliação sobre como se portar socialmente é uma exigência que persegue as idades, mais ainda quando se tem chance de aprender, quando “*ainda dá para mudar*”, bem ao contrário do que geralmente se coloca para os idosos. Para as jovens, *aproveitar a vida*, na sua forma usual e corriqueira, significa primeiramente: sair, namorar, ficar, se divertir, paquerar, dançar, curtir, se arrumar, conquistar amigos, ficantes e namorados, desfrutar a vitalidade dos anos e da mente (*Só querem que eu estude e não querem que*

eu aproveite nada?! Aí foi indo, foi indo, sabe.. Eu não saía sábado, não saía domingo!), encarnada na sensualidade dos corpos, nos olhares e nos movimentos de sedução com amigos ou pretendentes a uma relação mais íntima.

As tensões entre pais e filhas, conforme o momento e o compromisso assumido, fazem-me pensar que o *aproveitar* nem sempre dá conta de um certo ‘romantismo’ sobre a visão da juventude, já que os significados usados do *aproveitar* vinculam-se, conforme a situação, a um certo hedonismo juvenil e moderno.¹⁷

5.3.2 Relações proveitosas e gênero

As tensões não só intergeracionais, mas entre jovens da mesma idade, também enfatizam e reproduzem divergências sobre tirar/ter vantagens *proveitosamente* distintas conforme o gênero.¹⁸

Só que ela (uma amiga) era assim: ela se escondia atrás de mim; ela ia fazer as coisas (transar) e eu tinha que ir junto com ela. [...] aí ela era santinha na frente de todo mundo; ela era mais nova do que eu! Então, para todo mundo eu era a sem-vergonha e ela era santa. No tempo que eu fui namorar o Márcio ela já tinha passado por três e tudo assim escondido, e eu não! Eu sou o que eu sou e por isso que eu acho que eu não queria *aproveitar*. Porque ela tanto quis *aproveitar* que até hoje ela não conseguiu [...] Alguém que quisesse, não é que quisesse, que aceitasse ela, que eu acho que de tão atirada que ela é assim [...] Então ela é uma pessoa que se desvalorizou muito. Ela não sabe agradecer. Ah

¹⁷ A busca de um prazer em qualquer idade tem sido bastante divulgada e comparada ao romantismo, supostamente vivendo em seus últimos anos na modernidade. Decorre disso, matérias jornalísticas que apontam a infidelidade como um medidor das mudanças nas relações amorosas. Em recente reportagem, a Revista Época (n. 283, 20/10/2003) ao tratar de infidelidade, traz dois depoimentos em que o *aproveitar*, no sentido de curtir a vida e ter um envolvimento afetivo-sexual, está explícito. Um deles é dado por uma personalidade esportiva e outro por uma psiquiatra. O primeiro diz o seguinte: “Aos 41 anos o ex-jogador de futebol Renato Gaúcho não se considera um santo, mas diz que está mais devagar nas puladas de cerca. “Aproveitei muito quando era garoto, mas com 10 anos de casamento penso duas vezes antes de fazer qualquer coisa”, confessa.” O segundo, a psiquiatra, alinhava a perspectiva estatística exemplificada pelo jornalista: “A infidelidade é freqüente entre os jovens, mas, segundo as pesquisas, a maioria das mulheres trai entre os 41 e 50 anos e os homens depois dos 50 anos. “Quando chega os 40, a mulher faz um balanço de sua vida, vê que está envelhecendo e resolve aproveitar as oportunidades. O homem atinge esse momento um pouco mais tarde”, analisa a psiquiatra Carmita Abdo”. Esses dois depoimentos sobre ‘pular a cerca’ estão enfatizando que há um tempo em que as relações devem ocorrer, que se deve tirar mais proveito da vida diária (entre casa e rua), mas dependendo do tipo de união que se tem, essas práticas devem ser deixadas de lado ou serem menos freqüentes, como comenta o ex-jogador.

¹⁸ Noutro sentido, a idéia de tirar vantagem, de aproveitar-se de alguém ou de uma relação e situação tem uma longa tradição no imaginário social e no comportamento nacional. *Levar vantagem em tudo*, conhecida como a Lei Gerson – nomeada assim em consideração ao jogador de futebol que a tornou nacionalmente conhecida – ratifica a noção de que as regras são feitas para burlar; um jeitinho brasileiro. O sucesso popular dessa lei não foi por acaso. As redes de relações e o modo como elas podem ser usadas e classificadas por cada um garantem sua eficácia e permanência por gerações. O artigo de DaMatta sobre as relações de nepotismo no governo, chamado *A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira* (1987) é um bom exercício para a compreensão de outras ordens da vida familiar, política e cultural brasileira.

eu não sei, eu acho que eu não queria ser assim: quer *aproveitar* tanto e não *aproveita* nada! Porque ela não é feliz.

O depoimento acima, com tom recriminatório e comparativo, é de Denise, uma jovem que coabita com o pai de sua única filha, desde os 17 anos, quando engravidou, moradora de um bairro de camada média. Denise se refere à amiga que *aproveita* (conotação sexual e de usufruir) da amizade, da relação com o parceiro e da liberdade que tinha para poder transar sem prejuízo moral aos olhos de terceiros, já que estava assegurada pela presença de Denise na casa – que por ser mais velha, levou a fama de não-virgem. Além desses elementos, Denise comprova um ponto destacado anteriormente, qual seja, para *aproveitar* há que se ter idade e criar condições, principalmente quando se trata de representações e normas sociais sobre mulheres e sexo. Como as normas de comportamento social e sexual são desiguais (DUARTE, 1986; PARKER, 1991; HEILBORN, 1994) cabe às mulheres criarem suas estratégias para superar as normas e garantir um certo campo de atuação maior e/ou mais flexível. Quando não sabem agir dentro de uma flexibilidade arcam com os resultados, maiores se forem morais: “*Porque ela tanto quis aproveitar que até hoje ela não conseguiu (casar)*” disse Denise ao falar da amiga que transava com seu namorado, mas não engravidou. Para Denise, o fato de ela estar solteira é um indicativo de que *aproveitar* requer também saber manejar as normas sociais (BOZON, 1995a).

A oposição às regras de gênero e da boa moral, mencionadas pela informante, assim como extrapolar limites e tecer questionamentos, são qualidades facilmente localizáveis no que a juventude aciona no pensamento e no imaginário social. As revistas, as telenovelas e os jornais estão impregnados dessas idéias mostrando jovens rebeldes, marginais, saudáveis, mais livres e inovadores (ver capa ao lado – ampliada no ANEXO 4).¹⁹ Destacando e relativizando a multiplicidade de códigos valorativos e eixos de classificações morais. Se posicionar de um lado a outro nesses eixos é também poder experimentar, usufruir – características que a juventude acolhe e mantém no senso comum. Essas posições podem estar em extremos opostos nesses eixos, complementando as idéias de que a juventude congrega possibilidades de sociabilidade



¹⁹ No subtítulo está escrito: COMO SÃO E O QUE ESPERAM DO FUTURO AO 28 MILHÕES DE TEENS BRASILEIROS.

e de situações, criticadas com maior poder em outros momentos da vida (como namorar duas/dois ao mesmo tempo). Sula, por exemplo, se queixa do companheiro que a deixa quase sempre só. Ele é três anos mais moço que ela, tem 16 anos: [...] *Ele era muito rueiro quando eu conheci ele; ele gostava de baile. Ele acha que ele é novo ainda e que ele tem mais é que aproveitar [...] Ele quer sair para os bailes, ele quer aproveitar.* Homem pode, mulher não pode *aproveitar* como os homens, no mesmo sentido moral colocado por Denise anteriormente e já destacado quanto às diferenças de gênero nos capítulos 1 e 3.

O companheiro de Sula pode ser um exemplo desse processo distinto de contemplar mais os homens do que as mulheres em alguns âmbitos da vida, das relações afetivas e das idades (inclusive a idéia de que homens amadurecem mais tarde do que as mulheres).²⁰ Ele é jovem e pai, mas o fato de ser pai não impede que ele a deixe para sair com amigos e viva, segundo ela, como se não tivesse um compromisso moral e familiar com a companheira; sentimento e condição que o permite desfrutar muitos mais de seu *status* social de jovem do que de pai, já que este implica em outros códigos de conduta. Todavia, ele se posiciona em um lugar e noutro e não se descaracteriza nesta categoria, ao contrário, reifica esse *estado* e sentimento, tirando vantagem do fato de ser jovem enquanto pode, naquele contexto familiar e afetivo. A mãe dele, sogra de Sula, entende e acha que se o pressionar a exercer o papel de marido e pai ela sairá perdendo, porque ele não “*amadureceu*” para fazer a escolha (este aspecto discutido no capítulo anterior). Conselho que Sula não escuta; ela quer desconsiderar as representações, espaços e a concepção social que o colocam mais próximo de um jovem com 16 anos, que ainda quer *aproveitar* seguindo uma postura próxima a que tinha antes de ser pai e seu companheiro. Por sua vez, ela fica mais restrita ao âmbito doméstico, querendo agora *curtir* a união.

O gênero articula-se de uma forma desigual para os jovens. O fato de as mulheres serem representadas como mais maduras, neste caso e noutros, coloca a jovem na posição de ter que saber escolher seu parceiro. A correspondência entre *homem x*

²⁰ É corrente no discurso local que a imaturidade social e/ou emocional eternizam as irresponsabilidades. Antes, durante e depois da gravidez essa assertiva torna-se correta, em especial, pela continuidade dos comportamentos e pelo pouco tempo dedicado aos cuidados com a criança. Tem que amadurecer para assumir. No entanto, a presença de um filho não necessariamente ajusta estas exigências sociais. No caso de Sula, a mãe de seu companheiro me deixou claro que se seu filho é imaturo, então, Sula não deveria ter se envolvido sexualmente sem proteção. O que estava sendo dito por esta mãe e sogra é que se Sula o namorou ela estava consciente “*do jeito dele*”, portanto, agora só lhe caberia aceitar a situação, visto que ele não mudou.

maduro x mais cabeça x relação mais séria se destaca no que dizem avaliar no momento de decidir ou de eleger com quem vão *ficar* e namorar.²¹ Evidente que outros aspectos circunscrevem essa relação de Sula e que a colocam dessa forma. Todavia, o importante nesse momento é mostrar que há uma pluralidade de situações e representações que são acionadas no instante mais adequado para um ou outro.

Há outros conflitos ligados aos limites e à intensidade desse *aproveitar*, principalmente entre o que os jovens entendem e colocam em prática na sua sociabilidade de modo diferenciado do que os seus familiares gostariam/esperariam. Além desses, há o que a sociedade espera que um jovem faça *de* e em sua juventude, que, neste sentido, não extrapole certos limites (morais, culturais). É possível encontrar estas tensões nas falas das jovens sobre o modo de inserção social diferencial para gênero, no lazer e nas relações amorosas, categorizando disparidades esperadas para o posicionamento feminino e masculino no público e no privado, pelas suas famílias. Nesta linha, o *aproveitar* – no sentido de sair, namorar, paquerar, curtir a vida – está revestido da dimensão moral vinculada à sexualidade e ao modo como se portam socialmente. Por exemplo, uma jovem não deve *aproveitar* publicamente todas as investidas dos homens ocorridas numa noitada, mas é bastante aceitável e estimulado que eles acolham a grande parte das investidas femininas sem prejuízo moral para si.²² Um homem também pode *se aproveitar* de alguém, o que lhe garante a possibilidade de difamar uma mulher quando a reputação sexual dela está em questão. Esta dinâmica local, cotejada ao nível de senso comum, revela que as conseqüências morais parecem

²¹ Para lembrar, das jovens da C/82 entrevistadas com questionário, em 2001, 66,5% responderam que avaliam *se o jovem trabalha* antes de *ficarem* e 81,3% entendem que para o namoro está é uma informação importante, conforme apontado no Capítulo 3.

²² O estímulo local para a virilidade no mundo masculino pode estar também relacionado à fama nacional adquirida pela cidade de Pelotas como geradora e “*pólo exportador de viados*” (Comunicação pessoal, Veriano Terto Jr., 2003), frente a outra representação: a de gaúcho macho (rude, forte, trabalhador). A expressão acima grifada foi utilizada pelo atual presidente do Brasil, quando em conversa com um candidato à prefeitura local, referindo-se ele às piadas divulgadas nacionalmente sobre os homens pelotenses homossexuais. Historiadores locais explicam esta fama pela influência dos refinados hábitos franceses nas famílias mais destacadas, no início do século passado; trejeitos adquiridos pelos filhos de ricos charqueadores e comerciantes que voltavam da França, após a conclusão dos estudos, causando espanto e comentários entre os *gaúchos*. No campo antropológico, Parker (1991:74) amarra parte desta discussão quando nos coloca que “[...] um entendimento do homem não é construído meramente em oposição à mulher, mas ao mesmo tempo, através da sua relação com figuras tais como o machão, o corno ou viado.” Rieth (2000; capítulo 2) resgata a representação de Pelotas comum a *cidade de efeminados*. Segundo ela, a decadência econômica da região atualiza essa representação específica, frente ao vazio da urbanidade sem referências outras para superá-la. A meu ver a *Cidade dos Doces* (como slogan: um doce prazer espera por você em Pelotas) está sendo uma estratégia empresarial local para superar a imagem da cidade como decadente e “exportadora de viados” não só para os de outras localidades (pelo Brasil afora) como para os cidadãos locais.

atingir mais freqüentemente o mundo feminino, pois qualifica os papéis que os gêneros ‘podem’ desempenhar, como *aproveitar*, principalmente se as relações com o sexo oposto das jovens estiverem acompanhadas de relações sexuais.

Essas diferenças de gênero facultam, além disso, ser visualizadas de outras formas; uma delas é pelas idades de iniciação sexual. Dessa forma, ao tomar as idades mencionadas pelos jovens de ambos os sexos para o componente epidemiológico, do estudo de coorte, nos anos de 1997 e 2001, encontra-se um exemplo de uma diferença não estatística dos sexos na postura sexual mencionada. Tanto em 1997 quanto em 2001, encontramos que os 16-17 anos correspondem a uma idade média de iniciação, no entanto, mais homens referiram ter se iniciado antes, o que não ocorreu com as mulheres. Todavia, se há diferenças nas práticas de conquista e posturas não há distinções de idades de iniciação do exercício sexual. Talvez, o número de homens que mencionou ter começado mais cedo sua trajetória sexual corresponda ao estímulo social maior para que a sua “virilidade” se “mostrasse” mais cedo do que a maioria. Contudo, as datas de iniciação de ambos sexos se aproximam e, como Heilborn et al. (2002) colocam, liga-se ao valor menor da virgindade feminina entre a juventude atual: “o exercício da sexualidade não está mais adstrito ao estabelecimento de uma relação estável” (p. 407). No entanto, essa negociação entre jovens homens e mulheres não está livre de outros impedimentos morais atuantes na sociedade.

É possível localizar no trabalho de Parker (1991) e no de Bozon et al. (2003) idéias contemporâneas que comportam diferenças fundamentais entre os gêneros, as que dizem que

[...] o modelo tradicional latino-americano de controle da sexualidade juvenil criou um duplo modelo segundo o sexo: os jovens são estimulados à iniciação precoce, portanto tudo é feito ao contrário para retardar tanto quanto possível o acesso das mulheres a uma vida sexual [...] a indiferença do ritmo masculino de iniciação sexual no contexto social é reveladora da força da exigência cultural de confirmação da masculinidade para a precocidade sexual, do mesmo modo da universalidade social do valor da masculinidade/virilidade no Brasil (BOZON et al., 2003; tradução livre).

Se tomarmos como foco o campo sensual e sexual de significações do *aproveitar* entende-se que tal categoria comporta uma série de preocupações morais e sociais perceptíveis nos sistemas de práticas, regras e normas usuais – positivas e negativas – para as relações afetivas e sexuais entre os sujeitos sociais. Por outro lado, ela é uma concepção que também ganha força no que pode ser enaltecido de jovem nas

idades e no que as pessoas conservam mentalmente da juventude consigo. Ora está associada a uma questão temporal e momentânea das relações, ora às oportunidades sociais (tirar proveito). Perder chances importantes para vida – de trabalho, de namoro, de viagem etc. – é não saber *aproveitar* a vida, o que “*a vida nos oferece*”; é envelhecer no sentido de não ter mais do que tirar proveito e não querer ou ainda não saber como fazê-lo, é não ser moderno. Ter que “assumir responsabilidades” que não são vistas como adequadas para a idade exige amadurecimento e doação. Engravidar na juventude (e adolescência) é classificado usualmente como uma gravidez *precoce* (“*cedo demais*”, “*muito nova*”) de acordo com idéias que não fogem a esses parâmetros – relação que se expande em artigos científicos e outros meios de comunicação e vice-versa.²³

5.3.3 Ambivalências: tempo e gravidez

As tensões familiares se revelam na qualificação usada pelas famílias (e por elas) como a ingenuidade da jovem, o desconhecimento dos métodos contraceptivos e dos modos de se relacionar e se impor com os homens. Geralmente, estão relacionados às tentativas de justificar e entender os motivos de uma gravidez fora do casamento e naquelas idades. Logo, a seguir, a idéia da capacidade de superação dos jovens, advinda do tempo de vida contado como muito maior ao já vivido – “*ela é nova ainda, tem a vida pela frente*” – ganha força e se mantém como um modo de tranquilizar a todos. É nesse sentido que a concepção de ter de *aproveitar* a juventude também pode ser vista como pano de fundo de várias permissões de ‘erros’ e de (des)culpas para jovens e familiares novamente ensinarem, experimentarem e aprenderem a viver e a extrair o que é pensado como melhor para si – de socializarem-se e de somarem experiências distintas dentro de alguns limites.

A noção de tempo de vida a ser desfrutado colabora para o entendimento de algumas definições alocadas na categoria que venho analisando. Algumas mães percebem que não deveriam ‘ter perdido’ oportunidades no passado, como concluir sua escolaridade ou terem se casado “*cedo*”, mas entendem que as dimensões destas perdas só podem ser quantificadas e qualificadas após o fato ocorrido e o tempo passado.

²³ Karl Mannheim, um dos sociólogos que estudou o problema das gerações, tinha a idéia firme de que era mais fácil um adulto maduro resistir às mudanças sociais por já ter estabelecido um “quadro de referências”. Justifica: “Na juventude..., a vida é nova, as forças formativas estão começando a existir, e as atitudes básicas em processo de desenvolvimento podem *aproveitar* o poder modelador de situações

Além de demonstrar uma atitude e prática jovem (principalmente sexualizada), essa concepção se complexifica à medida que dá destaque à dimensão temporal. Um sentido quase inerente à representação social da juventude e ao *aproveitar* é de que no caso dos jovens o tempo futuro é concebido como longo, por supostamente ter mais anos de vida, assim o(s) erro(s) que o *aproveitar* mais descompromissado com o outro possa ter criado ou prejudicado a si mesmo (planos, sonhos, projetos) possa ser corrigido com um tempo de vida alongado: “*são jovens, têm tempo* (ou a vida) *pela frente*”, como já exemplifiquei quando mencionei a idéia de ingenuidade acionada pelas mães e reificada pelas jovens. A meu ver, aqui se estabelece um paradoxo.

De um lado, tem-se socialmente que usufruir, curtir um período jovem que se caracteriza por sociabilidades e lazeres específicos, distintos da infância, e por ter uma duração incerta – visto ser esse tempo relativo a cada contexto, podendo ser maior ou menor em anos conforme as circunstâncias e os valores. Por outro lado, as precipitações e os descuidos com as regras sociais – como muitas vezes é encarada a gravidez neste período – sinalizam que o tempo e a idade de fazer algo foram burlados. Assim sendo, exige-se um ‘controle’ e sabedoria juvenil para experimentar e calcular o comportamento adequado à sua fase – no seu tempo de *ser* jovem. Ambos, controle e sabedoria, estão em oposição direta com as representações e os mecanismos sociais que facilitam e estimulam as trocas, os erros e as experiências na sociedade ocidental moderna, para essa etapa de vida. Essa ambigüidade tende a comprometer as concepções mais positivas da mesma e a manter parte da sua conceituação negativa: a de que a juventude e adolescência provocam instabilidades familiares, sociais e morais indesejadas que devem ser controladas e contornadas para a continuidade ou ruptura social. Nessa linha, não é admirável que o conceito de juventude tenha sido negativado no início do século XX, quando o controle e as proibições eram maiores, conforme Galland (1997) e Thiercé (1999), e que ainda se mantenha apesar das mudanças já conquistadas com a modernização dos hábitos e costumes.

Juventude, ao mesmo tempo em que tem uma autorização social para transgredir as normas, está sob o poder de cerceamento e castigo para aqueles que infringem além do que se aceitaria como próprio do comportamento (“normal”) juvenil. O fato de estarmos no início de outro século e da juventude ser hoje valorizada, não torna suas

novas” (apud GROPPPO, 2000:22; grifo meu). Assim sendo, os grupos dos mais maduros não compartilham da mesma unidade dos jovens no que se refere, aqui, ao aproveitar.

representações sempre positivas.²⁴ Portanto, retomando, há que saber *aproveitar* a vida para não se arrepende – tem-se tempo pela frente, porém nem todo o tempo é o de *ser* jovem. Por isso, deve se ‘saber’ o que se faz. Enfim, deve-se aprender a ser jovem.

Como concepção êmica e/ou categoria sociológica (nos termos de DaMatta, 1997), a categoria em análise faz parte de um processo social progressivo e educativo de convívio e conveniência das relações, que está no imaginário social como algo bastante apropriado à juventude. No universo de pesquisa, a idéia freqüente é a de que a sexualidade ou a sensualidade “*à flor da pele*” origina-se, quase que incontrolavelmente – sobretudo nos discursos sobre os homens – nos anos mais jovens da vida: estão “*com os hormônios brotando ou borbulhando*”. Assim sendo, existe a noção de que quando se está em plena juventude e solteiro(a), a sociabilidade passa a ser mais divertida, fora dos domínios do lar, na rua, como mencionei antes.

Contudo, em resumo, esse momento que envolve a sexualidade é de “*perigo*” para os familiares, basicamente por se abrir um campo de possibilidades tomado como novo para os jovens “cheios de hormônios”, inexperientes e/ou ingênuos (é temida a ultrapassagem do limite entre o exercício sexual e a promiscuidade); daí uma necessidade (maior ou menor) de impor limites e controles conforme as situações se colocam. Evidente que estou subsumindo uma gama de fatores relevantes para o controle social, porém, nesse momento, faz-se importante salientar que o poder das pessoas mais próximas está em forte relação com a necessidade de organizar e manter estrutural e moralmente às idades “adequadas” do casamento, de ter filhos, de ter responsabilidade, de crescer e de priorizar (em gênero, número e grau) suas relações e tipos de participações na sociedade em geral. Com a imposição social de fronteiras valorativas e morais tem-se a possibilidade de que conflitos se estabeleçam na unidade intergeracional e, com estes, individualidades se fixem construindo um indivíduo autônomo, responsável, racional, e adulto cordato ou não com os ensinamentos familiares.

Dentro desse contexto, o conteúdo do que se deve *aproveitar* na juventude também está inserido, indiretamente, na própria discussão gerada nos meios públicos e científicos biomédicos sobre a *precocidade da gravidez na adolescência*, isto é, quando

²⁴ Cito, a título de exemplo, um conceito recente que prioriza a dimensão menos valorada por não dar credibilidade a essa fase de vida: “[...] há na juventude de todo o mundo um gosto pelo risco, pela aventura, pelo protagonismo seja para produzir algum sentido ou pelo puro prazer de manifestar

ela não *deveria* ter acontecido; quando os jovens *deveriam* ter tido mais “cuidado” usando preservativo ou pílula (REIS, 1998), ou ainda abdicado da relação sexual – não deixado *acontecer*. Todas estas críticas explicitam uma certa noção de inconseqüência *própria-da-juventude*. Contudo, se *aproveitar* a juventude é testar fronteiras valorativas e morais, que na atualidade estão mais fluídas, então, no contexto atual, a gravidez coloca as jovens do lado extremo oposto: o de vinculação com um ou vários compromissos (filho, companheiro, casa, conjugabilidade, família). Essa é uma forma com a qual se pode olhar para a gravidez frente a algumas concepções dissipadas de como ser nessa fase do ciclo da vida.

Seguindo ainda este raciocínio, o momento de rompimento criticado e moralizado está, em grande parte, aliado às qualidades positivas da vida do jovem, que, por si só, são ambíguas, como referi anteriormente. Ou seja, de um período em que os estudos e as sociabilidades são mais intensos e importantes para uma adultez mais tranqüila ou caseira-familiar (“*sossejou*”, “*acomodou*”, “*se ajeitou depois do casamento*”) garantida pelo usufruto da liberdade da fase anterior.²⁵ Romper, através da gravidez, com as garantias asseguradas socialmente nesse processo de socialização considerado mais vantajoso e proveitoso desencadeia, em vários âmbitos da sociedade, uma crítica moralista que vai além da correlação com as idades e a sexualidade desvinculada da reprodução antes do matrimônio ou mesmo do desconhecimento de métodos contraceptivos. A meu ver, afora esses elementos, ela abarca – pelo menos – mais um que depende da visão que se estabelece ou prevalece da juventude. O primeiro deles é o de uma certa negativização da adultez, vista como um período mais ‘*sisudo*’ ou ‘*menos divertido*’, de compromissos infundáveis com o trabalho, com a família e consigo mesmo, dentro de um projeto de ascensão (social, material e psicológica), confinando seus componentes, ou seja, os adultos, a modelos de sociabilidades na prática menos interessantes quando comparados aos mais jovens.²⁶ Este seria a

contestação” (CRUZ NETO et al., 2001:19). Risco e contestação são duas noções que filiam os jovens a limites pouco positivados.

²⁵ Por outro lado, não é muito raro encontrar afirmações como a gravidez não foi considerada um “problema” pela família do(s) jovem(s), ao contrário, deu “*um rumo*” melhor na vida de ambos por impor, pela presença física de um filho, a necessidade de uma nova conduta. Todavia, em geral, são afirmativas que ocorrem depois que a maternidade e paternidade se consolidam. Antes, há apenas a esperança de que a gravidez tenha esse efeito. Logo, quando ela é publicizada, ela é fonte de preocupação, o que não implica sempre em tristeza ou decepção familiar.

²⁶ Projeto é compreendido como algo que é formulado dentro de um campo de possibilidades como exposto por Velho, “[...] circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como temas, prioridades e paradigmas culturais existentes [...] O projeto dá ênfase à dimensão

infelicidade extrema do paradoxo já demonstrado; pois se juventude é definida como não ser adulto e nem criança, a fase adulta seria então conceituada por seus compromissos, aqueles necessários para a manutenção de si, da família e de outros próximos.

(Dona Rose dizia sobre *aproveitar*:) É se divertir, ir baile, ir a festa, sair. Porque ao casar já fica presa, ainda quando não vem os filhos *aproveitam* bem o casamento. Mas se começa a vir os filhos, já não aproveita mais! Porque já tem que ficar com os filhos! Tem mais é que aproveitar, eu por mim a Rose nem casava, ficava solteirona!! (Ao que a filha respondeu imediatamente:) “- Ah é!!! Aí essa daí (mãe) um dia bate as botas né, aí eu vou ficar sozinha!?” (59 anos, 4 filhos, dois casamentos, camada média)²⁷

Um pano de fundo mais abrangente, que faz a diferença nestas concepções e modos de articular valores e concepções de juventude e a fase adulta, é o contexto onde nascem e se criam estas idéias: holista ou individualista, nos termos abstratos e não totalizantes de Dumont, conforme exemplificarei adiante. Mas isso não tem afetado, a meu ver, a produção e repercussão que os “problemas sociais” juvenis adquiriram na literatura, tanto no *corpus* biomédico quanto no popular, uma vez que são questionamentos centrados no campo das Ciências Sociais, que não possuem o *status* social das idéias biomédicas.

As moralidades questionadas e exaltadas para os jovens criam mais força e sentido social no momento em que a gravidez na juventude torna-se algo mais visível e recorrente em alguns locais. Deste modo, ela sustentaria a argumentação biomédica e demográfica (esta baseada em índices de fecundidade) de que é um problema de saúde pública, quando questões de natureza fisiológicas (constituição do organismo) econômicas e psicológicas são avaliadas como impróprias e, naturalmente, estendidas de modo homogêneo aos jovens brasileiros na totalidade.

mais consciente da ação social. Implica algum tipo de avaliação, uma estratégia, um plano para realizar certas metas, uma noção de tempo com etapas de encadeamento” (VELHO, 1981:79). Ver também Velho (1988) para uma discussão sobre destino e projeto.

²⁷ Lévi-Strauss (1966:316) coloca que há um “[...] sentimento de repulsa que a maioria das sociedades demonstram para com os solteiros” – estes seriam “meio-humanos”. Podemos fazer uma analogia, neste sentido, com o capítulo 3, cuja família composta por um casal sem filhos, na sociedade brasileira, pode ser vista como uma meia-família. Os casais são cobrados a ter mais de um filho, conquanto ‘*só tem um filho, não quiseram ter outro?*’ passa a ser uma concepção de família ainda em formação, não definitiva. Por outro lado, podem ser admirados pela ‘consciência’ de não ter mais filhos, visto que as condições econômicas podem mudar conforme o número de filhos. Mas, ainda dentro dessa lógica, diz-se para anulá-la: ‘*onde come um, come dois*’.

O termo *solteirona*, usado por Dona Rose, é bastante corriqueiro quando alguém quer ofender uma mulher porque não se casou ou depois de ter se casado não ‘conseguiu’ um novo companheiro. Esta denominação é bastante antiga e tem ligação direta com o que as classes de idades impõem às mulheres.

5.3.4 O prolongamento da juventude e a gravidez

Inclui-se, ainda, um outro sentido enviesado pelas representações sociais de juventude, o de que nessa fase não deve existir (ou não foram, ou não necessitam ainda ser assumidos) suficientes “*compromissos*” tais como: gastos com filhos, aluguel, ‘deveres’ de marido/esposa, emprego, contas ou dívidas que possam ser prejudiciais ao desempenho social dos jovens. Embora nas falas esta idéia (de não compromisso) seja acessível, ela nem sempre está de acordo com as práticas familiares dos universos observados.

Na maioria dos casos, as filhas eram solicitadas a colaborarem com trabalhos domésticos diários ou com serviços esporádicos que ajudavam na manutenção dos lares com menores condições econômicas.²⁸ A mão-de-obra das filhas é de grande ajuda às mães. Mas não repeti-las é uma necessidade futura constante verbalizada. Talvez, decorra disso, ou por isso, que o não assumir compromissos e aqui, leia-se principalmente filho, seja algo a ser preservado como um avanço geracional. Mas são idéias gerais emitidas pelos pais ou por elas mesmas que, muitas vezes, não se afinam com a realidade dos lares e das trajetórias juvenis. A dependência e permanência mais longa dos filhos na casa dos pais, por vinculação econômica e/ou afetiva acaba sendo uma consequência do desejo familiar de mobilidade social dos filhos. A oportunidade de usufruir menos responsabilidades na juventude procura também favorecer um maior

²⁸ Ao verificar nos dados quantitativos brutos, disponíveis das jovens entrevistadas em 2001 (pertencentes à C/82) sobre tipo de trabalho doméstico efetuado por elas, têm-se que os cuidados com crianças e a limpeza da casa, aos 15 e aos 19 anos, independentes de classe social, são atividades realizadas por grande parte delas e quanto mais sobem nas escalas de idades mais são requisitadas a fazerem um trabalho doméstico (ver tabela abaixo, incluindo as que tiveram filho). Os números se mantêm altos para a limpeza de casa – mais da metade – também para aqueles casos que não tiveram filhos depois de 1997, portanto, limpavam a casa e cuidaram de outras crianças que não as suas (tais como irmãos, sobrinhos e outros parentes menores) não importando a escolaridade. Mesmo que esses números estejam agrupando aquelas que moram com seu companheiro e filhas, esses trabalhos domésticos se mantêm como uma atividade feminina. Já para os homens entrevistados apenas ajudar na limpeza da casa foi superior à metade dos entrevistados tanto em 1997 (15 anos) como em 2001 (19 anos). Monteiro (1988) e Almeida (2002) também encontraram responsabilidades semelhantes com jovens de camadas baixas. Ao se contrapor à idéia de que os rituais de passagem são menos valorizados para a organização destas camadas, Monteiro reconhece que o aprendizado doméstico é um ritual que todas as jovens passam. Almeida acrescenta que a obrigatoriedade de cuidar da casa e de crianças leva as jovens a vislumbrar a união, para a maioria das suas informantes, pois assim conseguem uma autonomia sobre as suas atividades domésticas e sobre o controle familiar.

Atividades realizadas para meninas na semana anterior à entrevista	1997 - 15 anos	2001 - 19 anos
Cuidar de crianças	47,4 %	62,8 %
Limpeza da casa	82,7 %	79,5 %

crescimento individual, profissional, escolar etc., inicialmente garantidos pela segurança da casa, cujo sustento continua a cargo do(s) pai(s) quando possível.

Esse é um ponto bastante citado ou discutido nos trabalhos sobre juventude, nas arenas da Sociologia e da Antropologia, que é o do prolongamento ou alongamento deste período. Vejamos como o *aproveitar* a juventude e a gravidez podem estar correlacionados a essa “categoria de contextualização” (cf. BRANDÃO, 2003) que se configura como um dos fatores importantes para a significação desse evento.

Neste trabalho, venho constantemente reforçando as idéias presentes na literatura, que privilegiam as relações intergeracionais como fundamentais para o entendimento de estilos de vida e decisões juvenis, vinculadas aos modos como estas interações se configuram na modernidade, permeadas por valores contemporâneos distintos. As críticas às perspectivas radicalizadas do modelo essencialista/geracional e do culturalista construíram visões que nos sinalizaram os perigos das armadilhas de ambos os modelos. Por intermédio destas ressalvas, e novas formas de falar sobre e olhar para a juventude é que os trabalhos etnográficos dos últimos anos procuram pontuar algumas especificidades desse período do ciclo da vida em relação às gerações anteriores (entre outros FIÚZA, 1989 e BRANDÃO, 2003). É comum a essa produção uma discussão mais profunda ou uma breve citação de que a modernidade está pautada por idéias de individualização e que, dessa forma, se instituem e se asseveram possibilidades dos sujeitos se experimentarem, dentro de um processo social interativo, que desestabiliza ou rompe com classificações anteriores à sua época, em diversas áreas e dimensões da sociedade (SALEM, 1991).

No âmbito familiar, sob as marcas dos tempos modernos, foram impostas dificuldades de nível econômico mais comuns às camadas populares e médias, assegurando que alguns preceitos e ideais se mantivessem e outros fossem revistos. Constata-se, através de trabalhos e dados demográficos, que, hoje, a saída dos filhos da casa dos pais tem sido postergada; as explicações nos conduzem para os problemas econômicos e sociais que se agravaram com a modernidade e as exigências da industrialização. Para uma inserção no mercado atual de trabalho são necessárias maiores qualificações do que em outras décadas, quando seriam mais adequadas para galgar outros postos nas empresas. Como mencionado em outro momento do presente trabalho, os jovens estão frente a uma dupla exigência, maior escolaridade e especialização, frente a menor oferta, fato que aumenta a concorrência e diminui as

chances dos que não puderam concluir seus estudos secundários ou ingressar em uma faculdade.²⁹ Como não são fatos isolados, as famílias sentiram e sentem, porque fazem parte dessas mudanças e, assim, se enquadram no que lhes parece mais adequado, de acordo com seu contexto e sistema de práticas e valores.

A autonomia tão almejada por muitos parece se configurar, hoje, de forma a ser quase sempre relativa, à medida que a escolaridade passa a não assegurar a inserção dos jovens no trabalho, acentuando a dependência dos filhos para com a economia familiar dentro do contexto contemporâneo de possibilidades de mobilidade social. Não creio ser necessário explicitar as raízes deste fenômeno que atinge não somente o Brasil. Para chegar aos meus propósitos, limitar-me-ei ao uso comum no meio letrado, compondo o trinômio explicativo do “problema social” ou mesmo da “epidemia”: engravidar na juventude, deixar a escola e, em muitos casos, morar na casa dos pais ou sogros. Aliados a esses pontos e pensando no prolongamento da juventude, pergunto-me qual correlação existe entre as conseqüências da modernidade (menos chances de ascensão social) e a maior permanência dos jovens na casa dos pais, com a gravidez na juventude? Ou ainda: se o imperativo de *aproveitar* a vida, que se faz tão presente na juventude, e o conseqüente prolongamento da mesma, corroborariam para que a ‘juventude’ (o que ela simboliza) se estabelecesse como um novo valor no Ocidente urbano e moderno, não restrito somente a idades consideradas jovens?

O modelo de prolongamento da juventude tem sido aplicado para as camadas médias por suas condições de manter os estudos e de permanecer na casa dos pais, sem a necessidade mais imediata de colaborar financeiramente com a economia familiar. Por conseguinte, tem-se, na atualidade, um alongamento da dependência material e

²⁹ De acordo com os dados de Tabulação Avançada do IBGE do Censo Demográfico 2000 (Brasil), na última década, a frequência escolar melhorou em todas as faixas etárias. A maior proporção de crianças na escola é a do grupo de 7 a 14 anos de idade. Entre os jovens de 15 a 17 anos de idade, a taxa de escolarização passou de 55,3% para 78,8%. Hoje, os jovens estão tendo mais acesso à escola e nela permanecem por mais tempo. Em relação às pessoas de 18 e 19 anos de idade, a proporção é menor: apenas 50,3% do grupo estava estudando e, entre os jovens de 20 a 24 anos, a proporção é de 26,5%. Quanto ao sexo, no grupo de pessoas de 10 anos ou mais de idade, as mulheres têm as maiores taxas nos dois extremos: 14,7% não têm instrução ou têm menos de 1 ano de estudo e 14,6% tinham entre 11 a 14 anos de estudo. Quanto aos homens, a proporção é de 10,3% e 13,4%, respectivamente. Independente de sexo, apenas 20% dos jovens de 15 e 17 anos estão no ensino médio e 8% dos de 18 a 24 anos estão no ensino superior. (Ver IBGE para mais dados estatísticos, informações colhidas em 08/05/2002). O grau médio de escolaridade nacional, que está na faixa de 4 anos, foi ressaltado pelo Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no início do mandato, como algo vergonhoso a ser modificado e um dos índices mais baixos da América Latina. Madeira e Rodrigues (1999:449) mostram que o aluno médio fica oito anos na escola e consegue chegar até a quarta série do ensino fundamental. Tais comprovações apresentam as dificuldades que os mais pobres têm de competir em mercados de trabalho melhores, restritos em ofertas e favorecendo a uma população privilegiada.

residencial devido à entrada postergada no mercado de trabalho, além do adiamento da formação de uma nova família (GALLAND, 1997). O que se tem percebido, a partir dos dados empíricos de estudos socioantropológicos, para as camadas populares é uma maior valorização da adultez, justamente por ela conformar um indivíduo menos dependente financeiramente dos pais; é mais alguém para ajudar nos gastos diários e nas responsabilidades familiares, que os pais não comportam sozinhos por várias razões (DUARTE, 1986). Então, tomando os parâmetros mencionados por essa bibliografia e comparando-os com os dados que compõem este trabalho, tendo a dizer o mesmo. No entanto, ao analisar quais concepções de juventude são usadas para que as trajetórias biográficas comportem este prolongamento – respeitando um quadro de referências e significados sociais – encontro noções mais complexas, por conterem aspectos que se aliam ao já dito e a outros que o contradizem. Falado de outro modo, ao privilegiar as concepções de juventude, que também se alongam por anos e fases de vida sob condições socioculturais e políticas contemporâneas, e ao procurar compará-las, adequá-las ao modelo explicativo do prolongamento dessa fase, não há um respaldo teórico total, pois existem algumas dessemelhanças e ambigüidades entre o alongamento e as concepções sobre juventude, tais como as que se evidenciarão a seguir, para as duas camadas sociais.

No universo de valores holistas, o aprendizado do trabalho doméstico também orienta as jovens a como proceder no lar quando formarem suas famílias e, conseqüentemente, a incorporarem e reproduzirem uma parte do papel feminino no âmbito doméstico. De certo modo, nesse mesmo universo, as tensões entre os projetos e as possibilidades reais de ascensão juvenil estão bastante permeadas pelas alianças afetivo-sexuais, as quais, geralmente, se estabelecem durante sua juventude. O que implica em afirmar que, segundo suas visões, os conhecimentos adquiridos com a escolarização lhes renderão pouco em termos de ascensão social e penetração no mercado de trabalho mais estável. Essa visão da escolarização se explica pelo descrédito com a instituição pública escolar pelas greves, maus professores, estrutura escolar precária, repetência e evasão escolar etc. Porém, não significa dizer que o conhecimento tem um valor menor neste universo, pelo contrário, ele é valorizado de outra forma, com outra perspectiva que nem sempre se relaciona a uma independência financeira ou de auto-estima pela carreira profissional ascendente. No entanto, nos informa como elas se

percebem no seu universo de possibilidades e ofertas comparativamente a um contexto social bem mais amplo e competitivo.

A assertiva de que *tá-ruim-para-todo-mundo, até-para-quem-tem-estudo* é mais corriqueira nesse universo, uma vez que justifica outras manobras na e de vida que não passam necessariamente pela conclusão dos ensinos fundamental e médio para o sustento individual ou familiar. Em muitos casos, não há tempo para que a conclusão do ensino fundamental e médio se efetue e, então, possam ir buscar um trabalho; a ajuda à família deve vir antes, concomitante à fase escolar e esta concomitante as alianças afetivo-sexuais e conjugais. Ao considerar as repetências, a ‘ajuda’ através do trabalho fora do lar se faz ainda mais preeminente. Se visualizarmos que o prolongamento da juventude está atrelado aos estudos e à inserção procrastinada no mercado de trabalho, de fato, nesse universo não há um prolongamento da fase juvenil.

A gravidez seria uma das formas de ingresso feminino no mundo adulto, além dos afazeres domésticos (ALMEIDA, 2002).³⁰ Mas, na prática, há um grande espaço para que a tomada para si das responsabilidades e de outras características da adultez se dê de forma menos abrupta para as jovens; é um processo progressivo ou contínuo de se colocar no mundo (“*Sei lá, eu acho que falta mais um pouco de seriedade, encarar mais um pouco assim sabe? Encarar os assuntos. Eu ainda estou meio, ainda me sinto meio..., meio saindo da adolescência ainda. É, eu, eu não me sinto ainda adulta, adulta eu não me sinto. Eu acho que no caso é mais um pouco de seriedade, responsabilidade também né. Eu tenho as minhas responsabilidades, mas também não sou assim...*”). Este fenômeno tem sua origem antes mesmo que a gravidez de fato se consolide. Ao ater-me às falas sobre a concepção de juventude, que tem sido meu objetivo neste capítulo, encontro algumas especificidades no grupo. As jovens (de ambos universos sociais), especialmente aquelas que mencionavam a necessidade de saírem da casa dos pais, antes de imaginarem ou ‘planejarem’/‘desejarem’ a gravidez, demandavam às

³⁰ A gravidez na juventude e a maternidade (ou paternidade) são assinaladas como uma forma de passagem da fase adolescente à vida adulta (ARRILHA, 1998; CABRAL, 2002; BRANDÃO, 2003; LEAL, 2003) não pela capacidade biológica de fecundar e gestar, mas pela incorporação de responsabilidades e as implicações geradas a partir deste acontecimento na vida dos jovens. No trabalho de Scott (2002), por exemplo, a gravidez na adolescência, de classe popular, foi percebida como um modo de afirmação de autonomia e liberdade, pois os mais pobres não conseguem adquiri-la com o trabalho e o consumo. Anteriormente, em 2001, Scott afirmara que “[...] quando o caminho da identidade adulta pelo trabalho for dificultado, há outras formas de mostrar que se está alcançando a “responsabilidade” do adulto – e formar família para homens, e sobretudo, para mulheres, é uma delas” (p. 66). O trabalho de Duarte já demonstrava que nas camadas populares a adultez era mais valorizada do que outras fases de vida, pois neste período se somava mais uma possibilidade de sustento.

famílias uma *liberdade* vinculada muito mais à vida sexual e/ou afetiva (a sociabilidade livre) do que a uma total independência e autonomia dos pais. Quando ainda não tinham filhos, a independência financeira estava geralmente atrelada à satisfação mais imediata de consumo com roupas, acessórios, músicas e estilos da moda ou da turma. O trabalho da casa, como cuidar da louça, varrer ou tirar o pó podia servir como moeda, se necessário fosse, na negociação com os pais para que no final de semana pudessem sair com as(os) amigas(os). Queriam poder viver sua juventude e seus relacionamentos sem a interferência direta dos pais na forma de opiniões, proibições, conselhos considerados dispensáveis etc.³¹ Neste sentido, e nestes momentos, a idéia de rebeldia (pela defesa da sua sociabilidade) e inseqüência juvenil outra vez vem à tona e se confirma quando os pais exemplificam as contraposições das filhas, visto que elas “*acabaram*” engravidando, logo, comprovando que eles estavam certos ao avisar, aconselhar. Isto também é válido quando as mães falam de sua vida como exemplo para que as filhas não repitam o que consideraram um erro juvenil. Disse Dona Carmem, ao começar a falar dos filhos e do seu neto:

[...] eles são fruto da liberdade demais que eu tive, da irresponsabilidade que eu tinha – aí nasceu eles. Mas em nenhum momento eu abandonei eles, não dei a eles tudo que uma mãe gostaria de dar a eles né. Mas eu sempre estive do lado deles, e a gente tem as dificuldades da gente, mais a gente procura enfrentar de cabeça erguida. Carmem, ela não é uma filha ruim, a gente dava muito conselho para ela, ela não ouviu, ficou grávida, mais eu adoro o Bruno (neto) Deus me livre se ela sai daqui e leva ele...

Uma vez grávidas, o sentimento de não-surpresa das mães vinha ao encontro de idéias do comportamento juvenil moderno, mas no qual também o exercício de uma atividade sexual segura com o parceiro era um dos muitos avisos que deveriam ser respeitados e não foram (muito pouco dado por elas). Por outro lado, ‘natural’ que acontecesse com “*os jovens de hoje*”. Não se constituiu em uma real surpresa, mesmo que ela tenha sido ventilada nos primeiros contatos comigo como algo inesperado.

Quando elas têm um filho, a idéia de responsabilidade, crescimento, planejamento do futuro e formação de uma família autônoma tanto para os pais quanto

³¹ Mesmo ao irem contra os conselhos e opiniões dos pais, a maioria concordava com a necessidade de terem limites, pois esses lhes dão uma base para entender o que é certo e errado socialmente, como assinalado no subitem 3.4.3.1 dessa tese. No entanto, essa validação do controle parental não exclui a contraposição juvenil que, além de movimentar limites, coloca os pais para questionar seus pressupostos valorativos e, por conseguinte, podendo ou não entender novas formas de sociabilidades e relações entre os jovens.

para elas estão bem próximas. Em 10 das 23 entrevistadas em profundidade (quatro de camada popular e seis de camada média) pude apreender que a gravidez das jovens causou uma reação familiar mais positiva, não necessariamente imediata, mas ao longo do tempo. Isto é, com o decorrer dos meses e após nascimento da criança, a família garantiu um certo espaço de entendimento de que a juventude não poderia ser desperdiçada com a maternidade. Nestes casos, houve efetivamente alongamento do sentimento de ser jovem, conseqüentemente, de poder seguir com algumas das atividades modelares de uma jovem, comprometida com uma criança ou família, mas com a possibilidade e apoio (de várias formas) de seguir com alguns hábitos cotidianos anteriores à gravidez e/ou maternidade. É como se fosse um período garantido pela família de consciência de seu novo papel social e de assunção dos compromissos relacionados à adultez, mas também de não interrupção total com o que faziam antes do engravidamento.

Pontuando o que há de comum entre elas o que mais me chamou a atenção é a proximidade com as suas mães; mesmo se brigavam, estavam convivendo a maior parte do dia. São as mães que lhes dão maior cobertura e apoio para que se divirtam e aprendam a conciliar a maternidade sem esquecer do lazer como já assinalado. Talvez o papel de avó seja para estas mães tão importante quanto a não interrupção do estilo de vida das filhas antes da gravidez ou, ainda, elas ‘precisam’ que as filhas se afastem (para lazer) do(a) filho(a) para que se sintam e se identifiquem como avós.

Outro ponto interessante, mas que é comum a cinco delas somente, liga-se ao tipo de relação que se estabeleceu com o pai da criança. Por exemplo, três informantes (Cristiane, Carmem e Elisa) passavam por momentos delicados, de ajuste ou de decisão sobre qual rumo iriam tomar com os namorados. Os outros dois casos são distintos quanto aos parceiros. Uma das entrevistadas (Vanda) manteve contato telefônico com o pai da criança somente durante a gravidez. Passado mais de um ano, a família tentou fazer com a jovem se “*distráisse*” nos finais de semana já que ficava bastante em casa e, quiçá, namorasse novamente, recuperando seu interesse em conhecer ‘pessoas’.

Tendo em mente que há exceções, muitas jovens não fazem uma relação com o fim da adolescência e/ou da juventude com a gravidez. O papel dos pais corrobora com a manutenção de um sentimento de jovem, ‘permitindo’ uma continuação da *adolescência na gravidez* e na maternidade. O que de fato fazem as famílias? Cuidam da criança, parte do tempo, pois entendem que a jovem que não está inicialmente

preparada para ‘assumir’ tudo o que um filho pequeno requer (sem experiência). E o que fazem elas? Algumas, que não estudam e continuam morando no mesmo bairro, mesmo que já tenham adquirido conhecimentos de como lidar com seu filho(a) vão à casa das amigas ou vizinhas, tomam mate e conversam sobre o que está acontecendo com a ex-turma da escola, com a vida das amigas etc. Assim sendo, o alongamento proposto na literatura (pela dificuldade de ingresso no mercado de trabalho e escolarização postergada) pode ser relativizada de acordo com os dados e um outro olhar – para o sentimento antes, durante e depois da gravidez na juventude. As moças seguem sendo vistas como jovens, e se sentem assim, há espaço para viverem sob essa ideologia, porém, é bem verdade que são cada vez mais pressionadas a assumirem suas responsabilidades de co-provedoras/cuidadoras ou provedora(s)/cuidadoras de seu(s) filho(s).

Heilborn et al. (2002:31) também questionam esse ponto, argumentando outro aspecto sobre o mesmo tema: “De fato, parece mais adequado postular *um prolongamento da dependência e da reciprocidade entre todos os membros da família*. O peso diferencial de gênero entre as classes populares – notável, em particular, quando se as compara com as camadas médias superiores – sugere que enquanto *a externalidade masculina compensa o prolongamento de seu tempo de permanência na casa paterna, a internalidade feminina se expressa na precocidade do status adulto pelo desempenho de funções na casa*”. Mas no que tange ao último argumento, o do “desempenho das funções na casa” sugerida pelos autores, inclino-me a fazer uma complementação baseada em meus dados. O seu *status* não se altera totalmente pelos trabalhos assumidos, ou melhor, a mudança de *status* também se configura por um conjunto de elementos biológicos (de crescimento do corpo, como mencionei anteriormente) e socioculturais que são paulatinamente desvelados com os comportamentos, sentimentos e idéias que a jovem assume como importantes para sua vida. O *status* de adulto ‘nasce’, se posso dizer assim, no embate entre suas experiências (práticas e idéias frente a seu mundo familiar, de pares, de vizinhança) e seu posicionamento frente às normas sociais e culturais. A gravidez, mesmo que seja um acontecimento de importância significativa para a jovem e sua família, não lhe dá garantias de um *status* adulto – de uma passagem imediata e reconhecimento como adultas no mundo adulto – sobretudo aquelas jovens que não demonstram uma capacidade de articulação entre as esferas socioculturais da vida cotidiana, que não

conseguem nelas mostrar uma certa constância de idéias e comportamentos. É como se o processo de crescimento e amadurecimento precisasse de mais tempo e experiências para se completar, para serem vistas como adultas inteiras.³²

Novamente, o que desejo salientar é que há um sentimento e um espaço relativo (apropriado a cada caso), dado pela família, de adequação e prolongamento da juventude, para que a adultez se consolide com o tempo. O exercício da sua sexualidade é visto como a dos adultos, mas seu tratamento ainda pode continuar sendo como de uma 'adolescente'. Monteiro (1988:146) argumentava neste sentido ao citar Fanny Abramovich, que estudou rituais de passagem da infância e adolescência, dizendo “[...] os rituais de passagem se efetivam nas esferas educacionais, como a família e a escola, e são marcados como momentos cruciais de ‘aprendizagem de vida’. O que marca a passagem de uma fase para outra não é a celebração como rito, mas sim as experiências vividas no cotidiano, as exigências, os compromissos, as responsabilidades”.³³ Esse espaço faz com que a família fique mais próxima, dando continuidade aos ensinamentos sobre cuidados com a criança ou no tratamento com o companheiro: de como ser casada e preservar este estado, em síntese, como perpetuar valores importantes para ao seu universo social.

A gravidez no contexto, com predominância de valores mais individualistas, fora pensada como precoce, no sentido de deslocada da idade e do momento de vida ‘certo’, pois ocorre justamente em um período em que há mais o que se fazer por si e menos o que se preocupar com o outro(s). Poderia-se pensar que por ser assim, ela também seria vista como uma forma de abreviar a juventude, na concepção de curtir a vida. Porém, ao contrário, em um nível, ela fortalece uma dada aliança afetiva e material familiar, que dá suporte (de acordo com as condições materiais e estruturais) à filha para seguir com os seus projetos de estudo, de trabalho e de sociabilidade; que nem sempre foi colocado em prática pela jovem na mesma intensidade que se estabeleceu para os pais, isto é, nem sempre elas aceitam tal proposta. Em outras palavras, a família dava garantias de cuidados à criança e à jovem, mantinha sua idéia de que ela devia *aproveitar* sua vida,

³² Monteiro (1999:123) esboça algo neste sentido apontado que a passagem para a vida adulta em jovens adolescentes que engravidaram não é “tão nítida”, principalmente quando o filho é cuidado pela família e acaba por se tornar seu meio-irmão. Somente no caso de Dina e para uma das duas filhas dela esta última situação (filho como meio-irmão) foi relatada e assumida por ela.

³³ Em um caso não houve esse “espaço” dado pela família de construção da adultez após a gravidez. Foi o caso de uma jovem (Brenda) que engravidou de seu primeiro filho aos 13 anos e não foi ajudada por familiares. Anteriormente, fora abusada sexualmente pelo pai adotivo; possui uma relação bastante conflituosa com a família que não a acolheu mais, a partir da gravidez.

mesmo que já tivesse um filho para cuidar e que houvesse desconsiderado um dado limite anterior (de exercício sexual) implícito nas regras morais. É interessante colocar também que essa facilitação da família pode sinalizar as jovens, em determinados momentos, geralmente de conflito, uma desconsideração aos seus direitos de adulta-mãe-mulher e/ou esposa-companheira... que convenientemente coloca-se importante naquela ocasião. As jovens que não viviam acompanhadas do pai da criança tinham mais facilidade e apoio familiar constante para deixarem seus filhos sob guarda temporária de parentes enquanto saíam com amigos para locais públicos de divertimento. Pretendiam, além de se divertir, retornar ao mercado matrimonial e formar uma aliança afetivo-sexual com alguém “*que (dessa vez) desse certo*”.

É importante ter em mente que a concepção comum a todas entrevistadas (mães e jovens), que perpassa esse trabalho como um todo, é o sentimento de que na juventude deve-se *aproveitar* a vida, *curtir ou usufruir* desse momento, no qual se tem menos experiência, mas mais estímulo para experimentação. Um segundo ponto fundamental é que os dados disponíveis são de jovens e mães – mulheres pertencentes a universos simbólicos sociais distintos que passaram pela experiência de ter engravidado e ter tido relação(s) afetivo-sexuais com algum(s) parceiro(s). Com esses dois pontos chega-se a um terceiro – de que o *aproveitar* a vida se mantém como um valor, filosofia de vida algumas vezes, quer seja ajudado pela família quer seja mantido pela jovem. Ele segue sendo um imperativo importante na juventude, embora possa mudar de intensidade conforme o contexto familiar e social.

Voltemos ao universo popular. Nele, o sentimento de que a juventude deve ser desfrutada é bastante semelhante ao do universo das camadas médias. No entanto, as diferenciações percebidas estão postas na forma como a família articula as responsabilidades da jovem advindas com a maternidade. No primeiro grupo, sabendo-se que há exceções, as jovens tendem a serem mais cobradas e a assumirem mais os papéis femininos restritas ao lar e ao filho, sobretudo se estão coabitando com o pai do filho ou outro parceiro. O depoimento abaixo ajuda a explicitar minha proposição; é de uma das jovens que assume um ideário mais próximo ao dos adultos.

(quando perguntada se sentia vontade de sair depois que a filha nasceu) Até sinto, assim de sair, de me divertir. Sair para dançar... eu adoro isso, eu tenho paixão e eu não aproveitei muito, eu aproveitei pouco isso aí. (Em um segundo momento, quando fala do casamento, ela refaz a afirmativa) É que festa nunca foi meu interesse, meu signo é bem calmo. Eu sou de câncer, sou bem calma [...] Mas de sair

assim eu não sou muito. Eu e o Milton somos totalmente diferentes, ele adora sair [...] Mas guri demora mais a amadurecer e ficava mais em festa e isso e aquilo. Para ele foi até pior do que eu, eu acho. Ele teve que casar né, claro, não é obrigado. A gente queria né. É, queria entre aspas assim, porque a gente queria aproveitar, mas como veio filho, a gente tem que assumir as conseqüências (embora não deixasse de reconhecer sua juventude) (Denise, camada média).

Elas se sentem mais presas à imagem de mães e com lazeres vistos como menos adequados à sua condição de mães; sendo assim, procuram sair menos e acabam por se restringirem ao lar. Apesar da restrição, quando não saem do mesmo bairro, seguem com muitos dos hábitos anteriores (como citei: de ir até a casa das amigas na mesma rua, tomar mate até mais tarde com as vizinhas ou saber como foi o final de semana com as amigas deixando o/a filho/a aos cuidados de alguém da casa). É um padrão feminino local, conciliando a sociabilidade da rua com a responsabilidade do lar (ver descrições dos bairros, capítulo 2). Isso não deixa de ser uma forma de preservar a idéia de juventude, de manter um elo com as práticas juvenis, que fazia antes da maternidade se consolidar e se aliar a elas quando pode.

Ao passo que as jovens com condições materiais melhores recebem apoio familiar também maior (principalmente) material, tendem a alongar o sentimento de que devem seguir aproveitando a vida, pois as condições estão dadas. Embora, algumas demonstrem claramente que não “*acham mais graça nas coisas que faziam antes*”, a questão para essas, quando o parceiro tem idade semelhante à sua, é de convencê-lo de que agora devem ter outra postura e que as saídas com amigos que não mudaram são desinteressantes, não lhe acrescentam nada.

O fato de as jovens (16 das 23) de ambos universos sociais morarem atualmente com algum familiar (dele ou dela) não só as coloca em situação de dependência familiar, mas permite aos pais um convívio maior e um aprendizado do que é ser jovem hoje. São trocas simbólicas, emocionais, afetivas, de tarefas, obrigações e de estilos, que se estabelecem de ambos os lados. Por outro lado, olhando ainda para a mesma questão do alongamento da juventude pergunto se esse sentimento e alongamento, ao reduzir o poder das idades, estaria coligado à crescente valorização da juventude, permitindo que o estilo jovem seja ‘consumido’ também pelos adultos, isto é, um consumo que está de acordo com as especificidades e convívios culturais dos contextos sociais e familiares?

Se pensarmos que de fato existe um sentimento prolongado de juventude, com tempos diferenciados e relativos a cada caso, dos familiares para com as filhas que

engravidaram, podemos igualmente relativizar as afirmações, até então dissipadas, de que isso ocorra com maior frequência nos universos sociais mais privilegiados. Todavia, para este trabalho é importante ater-se que o *aproveitar* fala principalmente de uma representação sexualizada e valorizada, de experimentação de novas relações, que se coadunam a uma noção mais moderna da juventude. Também diz muito sobre as fronteiras valorativas e morais que um jovem deve ou pode transpor para se constituir como indivíduo, de se separar de sua família e de construir suas particularidades. Ao unir as concepções de *juventude* e a forma de *aproveitar* a vida percebe-se muito sobre o modo como alguns familiares se colocam frente aos valores modernos atuais, também a partir da gravidez de uma filha jovem, cuja sexualidade foi publicizada “*pela barriga*”.

5.4 A vida como ela é...sentida e vivida

Dois casos exemplares foram escolhidos, para contextualizar as discussões contidas neste trabalho. Eles possuem desfechos dessemelhantes no que tange à forma de pensar o *aproveitar* durante e depois da gravidez na juventude e nos ajudam, nesse momento, a mostrar as complexidades e as diversidades que o significado dessa categoria tem assumido em contextos diferenciados, porém associados à gravidez e à juventude na modernidade.

5.4.1 Ana: entre o esperado e o errado

Ana (19 anos) é filha de Luis e Dona Ana, um casal que se separou quando a única filha tinha 7 anos. Desde então, Luis vive em outra cidade e é, atualmente, a pessoa de maior posse da família de Ana. D. Ana (40 anos) trabalha e ganha pouco; ela já teve outros namorados, entretanto, mais recentemente, coabita com seu terceiro companheiro. Depois da separação dos pais, Ana foi morar com a avó materna. Aos 13-14 anos, as atenções de Ana estavam concentradas no lazer e nas diversões muito mais do que freqüentar a escola e cumprir as normas institucionais, ela criticava como “fraca” a qualidade do ensino. A partir dos 13 anos, uniu-se a uma turma da escola (localizada no bairro) para festas e começou a “matar” freqüentemente as aulas. Nesse tempo, Ana ganhava uma mesada do pai, gastava consigo e amigos adquirindo uma posição privilegiada no grupo. Nessa época, outra diferença também se concretizava na forma como Ana atuava no bairro:

Eu humilhava mais os outros. O Jorge (atual marido) mesmo eu nem falava direito com ele. Ele passou por mim de chinelinho e calção e eu olhei assim, e disse: - *Deus que me perdoe, homem de chinelo!* É, virou e mexeu e eu com ele. Que horror! [...] Eu acho que quanto mais eu tinha mais eu queria pra me exhibir, sei lá [...] Agora eu penso que eu não dei valor pra aquele dinheiro que eu tinha, mas está feito. E aí eu acho que a maioria das pessoas (com dinheiro) é assim, são exibidas.

Estas distinções sociais, expostas aqui pela sua relação com o consumo e as pessoas, estavam baseadas, principalmente, na capacidade do pai manter os gostos. O uso do verbo *exibir* ressalta uma noção seguidamente presente nas histórias das jovens com menor poder aquisitivo: ter mais é poder ser mais notada, ter mais oportunidades, depender menos, é também ter autonomia de decisão ou livre arbítrio, além de exercer um certo tipo de controle sobre sua vida. Um pouco, retrata o modo como seu pai se relacionava com ela e a família. O fato de não assistir as aulas e só querer *aproveitar* foi descoberto e, como represália, seu pai suspendeu a mesada. Com o corte, acabaram os gastos para as diversões em turma; as saídas diminuíram pelo controle familiar maior que se estabeleceu depois disso.

Aos 15 anos Ana “*amigou-se*”. O companheiro, de mesma idade, era seu vizinho e amigo. O interesse de um pelo outro começou nas saídas noturnas com a turma. A primeira relação sexual de Ana *aconteceu* com ele, antes do matrimônio, quando estavam a sós na casa dele. Contou ela, com vergonha e um certo deboche da situação: “[...] *aí fiquei* (a sós com ele)... *andava na cozinha e andava na sala, andava na cozinha e andava na sala. Aí ele disse assim: “- Tchê, eu não vou fazer nada que tu não queiras”.* E eu disse assim: ‘- *Eu não quero nada mesmo!*’ [...] *Aí conversa vai, conversa vem, quando vê... aconteceu*”. Na mesma noite, ao voltar para casa, Ana achava que a perda da virgindade poderia ser percebida na sua fisionomia e que a avó poderia descobrir. No dia seguinte, ela nem queria olhar para Jorge: “[...] *a vergonha que eu fiquei assim foi de eu ser uma oferecida* [...] *Eu digo... não, agora ele vai dizer que eu sou uma oferecida, se qualquer um me convidasse eu ia* [...] *a mãe dizia assim para mim, sempre dizia: ‘- Ana, esses guris de hoje em dia eles pegam transam com as gurias, depois que eles conseguem... Eles pegam e vão embora e nunca mais’.*” Com medo, justamente, de ser vista como *oferecida* ou ficar só, ela destratou o namorado e, não por acaso, o fez na frente da mãe. Ana usara aquele momento, de encontro casual, para sutilmente informar à mãe que algo de novo e importante aconteceu naquela

relação, justamente quando os três estavam face-a-face. Quando ele saiu e deixou as duas a sós, D. Ana ficou sabendo da primeira transa da filha. Não houve uma repreensão, mas a mãe enfatizou a importância de avisar ao pai. Ana pediu que ela não contasse à avó, com quem morava, o que não foi possível. Jorge, assustado com a reação da namorada e já entendendo os códigos desse comportamento, foi logo lhe afirmando, e um dia após também às famílias dos dois, que iriam noivar – diferente do que Dona Ana havia comentado sobre “*os guris de hoje*”.

O pai de Ana, embora não tenha aprovado a sua iniciação sexual, em parte pela condição financeira do namorado e a situação escolar da filha, colocou-se à disposição para pagar os custos de um jantar comemorativo do noivado. No entanto, Ana lembra que durante o jantar ele não se esquivou e teceu comentários preconceituosos sobre as poucas condições econômicas dos noivos. Ela sentiu, mais uma vez, que ele fez questão de desqualificar as escolhas e possibilidades futuras dela: sem dinheiro, trabalho e pouca escolaridade. Indignada, retruca que moraria “*até debaixo de uma ponte*”, mas casaria com Jorge. Seu pai a chamou de “*criança*”, irritando-a mais e consolidando, naquele momento, um desafio: casar e manter a união mesmo sob aquelas condições – com o intuito de mostrar-lhe sua capacidade de progredir e construir sua independência, condições, para ela, simbólicas do amadurecimento, da autonomia, assim como ter filho e estar casada.

Passado algum tempo, ocorreu uma discussão entre ela e a avó, que a chamou, pela primeira vez, de “*vagabunda*”, com duplo sentido: o de ter sido relapsa nos estudos e de ter envolvimento sexual antes do casamento, colocando em jogo alguns dos seus valores transmitidos aos filhos. Essa opinião foi suficiente para Ana ir morar, naquele dia, com o noivo, na casa da mãe dele³⁴. Consideraram-se casados desde então. Passado pouco tempo de coabitação, a mãe de Ana a aconselhou a ser uma “*dona de casa*” e “*mulher*” – visto que inicialmente não fazia jantar e nem lavava as roupas do marido. Ficava a conversar com as amigas durante o dia ou a assistir televisão, mesmo sendo repreendida pela sogra e ciente do desconforto do marido, que chegava do trabalho sem o jantar estar pronto. Lembra que acatou as críticas com certa resistência (e

³⁴ Sarti (2003) em seu estudo sobre famílias pobres paulistanas disserta sobre situações bastante semelhantes às encontradas em Pelotas. Se errou (ao transar) tem que arcar com conseqüências (como a da gravidez e o casamento); neste sentido a autora demonstra que se impõe uma chance de “*reparação*” nos segmentos populares. Do ponto de vista feminino, ter o filho e criá-lo é uma prova de coragem e um valor importante para o código de honra das mulheres.

“*imaturidade*”, segundo sua visão atual), mas iniciou a cozinhar, lavar etc. – assumindo uma posição que é esperada de uma mulher casada no contexto popular.

Ana engravidou, segundo seus cálculos, naquela primeira transa, e com quatro meses de gestação abortou espontaneamente. Nessa ocasião, ela e o pai se reconciliaram, quando ele veio à cidade visitá-la no hospital. O casal construiu, com o ganho de Jorge, um chalé com uma peça – localizado nos fundos da casa da avó materna. Jorge mantinha as despesas da casa trabalhando como ajudante de pedreiro. Ana parou os estudos aos 14 anos; hoje cuida da avó, faz algumas faxinas e/ou vende cosméticos por catálogo. Mesmo assim, estava empenhada em voltar para a escola, com o apoio do marido. O casal teve mais dois filhos, depois da perda do primeiro. Ana enfatizava seguidamente as saudades de um tempo e um comportamento, com lembranças das histórias do tempo da sua juventude quando podia “*sair e aproveitar a vida*”. Descreve, com frequência, sobre o que faziam quando tinham 14-15 anos com a “*turma*” – ainda que ela demonstre ter muito mais orgulho e prazer em ser hoje uma boa mãe, uma esposa de sucesso para seus parâmetros e uma jovem responsável por duas crianças saudáveis.

Sua mãe, de acordo com Ana, de aparência e ‘cabeça jovem’, a visita quase diariamente – moram há poucas quadras uma da outra – e tece comentários brincalhões sobre como a vida pôde colocá-las em situações diferentes. Atualmente, o companheiro da mãe a leva para passear seguidamente – algo que Ana fazia no passado recente. Dona Ana tem uma vida independente, sem estar presa a filhos, agitada em termos de lazer fora da família e do bairro. Entretanto, Ana tem que ficar em casa cuidando dos dois filhos pequenos; seu lazer se resume aos raros passeios acompanhada pelos filhos e marido, e, geralmente, só a acontecimentos familiares corriqueiros e de menor importância, segundo ela. O que chama a atenção das famílias é a inversão de possibilidades e de expectativas, pelas idades e momentos de vida, de mãe e filha: a mãe *aproveita a vida* enquanto a filha se *casa* com idéias e posturas distantes de sua *juventude* e da *juventude* da mãe. Ou seja, Ana não ‘pode’, na condição atual de esposa e mãe, *aproveitar a vida* como quando era jovem, o que motiva seu saudosismo. No seu contexto pautado por valores mais holistas e na situação de esposa e mãe é pouco provável conciliar sua juventude com saídas e festas frequentes – como faz sua mãe, que não tem mais o mesmo nível de responsabilidade e doação para com a filha. Como se a sua posição frente à gravidez e à união fosse radical, de interrupção cordata de um

período da vida mais divertido, ao mesmo tempo em que temporário pela idade dos filhos, ambos menores de dois anos. Vejamos como o outro caso se conforma com a experiência da gravidez.

5.4.2 Cora aos 15 e aos 19 anos: o que muda?

Cora tem 19 anos e teve uma única filha aos 15 anos. Aos 13 anos namorava o pai de sua filha, que tinha 23 anos, seu primeiro namorado. Seus pais, casados, gostam de ter os filhos “*sempre na volta*”. O pai, trabalhador de origem humilde, conseguiu progredir financeiramente e hoje tem uma casa grande e simples, que se destaca dentro do bairro popular onde moram. Ele emprega os genros em seu negócio de mecânica de caminhões e assim mantém os lucros e empregos em família. Cora é a mais jovem das três filhas do casal.

A família do namorado de Cora não mora no bairro; são originalmente de classe média alta. A relação de ambos nunca foi bem aceita pela família dele, pois se diferenciavam desde o berço. Mesmo assim, eles enfrentaram os comentários negativos e mantiveram a relação; Cora era chamada de “*vileira*” pela sogra. Depois de um ano de namoro ela engravidou. Os pais de Cora desconheciam que ambos transavam. A família dela apoiava o namoro – tendo o rapaz caído nas graças da sogra por ser de bom temperamento e “trabalhador”. Quando contaram sobre a gravidez aos pais dela, tiveram que tomar uma posição. Segundo Cora,

Ele se obrigou a casar comigo por causa da gravidez [...] por que ele ficou com medo. Sei lá! O pai também, o dia que o pai soube o pai disse assim: - *Se tu vai casar com ela tudo bem. Agora se tu não vai casar já desaparece agora, que eu vou assumir e dou tudo.* Ele me disse, antes do pai dizer isso que achava que por enquanto a gente não deveria ficar junto, porque ele não tinha muitas condições de fazer uma casa e de dar tudo; que era para eu continuar aqui morando com a mãe e que com o tempo a gente ia se organizando. Eu digo: - *Está!* Não era o que eu queria. Eu queria ter a minha casa com ele. Eu, super apaixonada, fazia tudo para agradar ele.

Com a gravidez se desenrolando, ela parou de estudar. Seu pai logo construiu uma casa para o novo casal no terreno da família. Ficaram casados por três anos; durante este período, segundo ela, fez o papel tradicional de esposa, dependente e dedicada somente ao lar, com total apoio da sua família (financeiro, emocional e

material).³⁵ Ela diz hoje que: “[...] *foi bom, depois que ela nasceu; era tudo assim a casa estava precisando de uma criança, o pai e a mãe estavam muito caducos os dois. Teve uma época que ela (mãe) vivia falando em adotar. Tem dois (netos) agora [...]. Nós mesmos já não parávamos em casa. As três com namorado. E assim eles ficavam sós. Os dois sozinhos dentro de casa ... e ela começava a reclamar. Então veio tudo*”.

Passados dois anos, sua decepção com o então marido nasceu e se consolidou por não ter recebido atenção suficiente, segundo ela; ele se preocupava mais com a filha e consigo mesmo. Afirma que, embasada nessa frustração com a relação, decidiu se separar, sem apoio da mãe. Achava que seus melhores anos estavam sendo pouco valorizados e perdidos na dedicação ao companheiro e a casa. Considerou que sua saída da escola a estagnara, ficara desinformada, apática, fora de forma – compondo uma imagem de dona de casa que, na sua concepção, não condizia com sua idade e sua figura. Seu ex-marido, ainda inconformado com a separação, tentou retomar a relação com a ajuda da sogra. Dona Cora fez todo o tipo de pressão para não deixar a filha sair com amigas à noite – por exemplo: não cuidar da neta quando a filha queria ir ao cinema ou a uma festa, ou mesmo à escola. Para a Dona Cora (51 anos), a escola é mais uma forma de lazer do que de aprendizado, pois lá se encontram pessoas com projetos mais próximos aos atuais da filha (como: trabalho, independência, liberdade) do que dos seus (por exemplo: casar, ter filhos, cuidar do lar); é o local, além de *fora* do seu controle, onde podem surgir novas relações tanto de amizade quanto de amores, perigosas se pautadas por valores modernos. Sua mãe assinala não entender “*essas modernidades*” entre os namorados e que a filha possa ter desconsiderado valores familiares como o casamento, principalmente por terem uma filha em comum.

Cora seguiu morando no mesmo terreno com os pais.³⁶ O retorno aos estudos lhe causou constantes tensões com a mãe. Brigavam seguidamente. A mãe não queria que

³⁵ O termo *tradicional* está sendo usado da mesma forma que Azevedo salientou-o: “[...] embora o qualificativo de tradicional se possa limitar às estruturas que existiam séculos antes que se verificasse a modernização, é usual falar em padrões tradicionais quando nos referimos a costumes que datam de épocas recentes, mas que não estão cedendo a novas normas e regras sem, contudo, perderem de todo sua vigência” (1981:224). Todavia, como salienta Heilborn (1999:42), é importante esclarecer que não se pode tomar estes eixos classificatórios, *moderno/tradicional*, como uma “entidade substantiva” cujos significados e posições se alteram conforme os contextos mais ou menos hierárquicos da sociedade.

³⁶ Neste trabalho, foi interessante observar que as jovens de camada média, que não conseguiram através de seus recursos manter uma casa em separado dos pais ao engravidarem, moram com eles ou com os sogros em peças ou casas construídas no mesmo terreno da família. Trabalhos antropológicos sobre camada popular (VÍCTORA, 1991; FONSECA, 2000) caracterizam essa proximidade entre moradores – de relações sociais, de ambiente física e de convívio diário – como algo peculiar das camadas populares estudadas. De fato, também observei o mesmo nos locais de camada popular. No entanto, acredito que

ela “*aproveitasse a juventude*” na condição de separada; não aceitava que sua filha pudesse ter tido um casamento rompido. O paradoxo aqui se estabelece por ser o casamento “um meio para se alcançar uma certa autonomia” (GIDDENS, 1993:67) ao mesmo tempo em que mantém uma série de dependências. Cora se diz “*sufocada*” e está à procura de um emprego, sonha em cursar uma faculdade com o intuito de se auto-sustentar para adquirir autonomia. Atualmente, fala ter a “*mente aberta*” e sair daquele “*estado infrutífero*”. Seu sonho é ter uma casa própria no centro da cidade, um carro e dinheiro para se distinguir socialmente e se firmar como uma mulher jovem e moderna: uma possibilidade positiva feminina contrária às idéias que sua mãe representa. Estes sonhos de Cora estão também presentes no seu grupo de amigos, basicamente de fora do bairro, mais centrados na escola. De acordo com os valores da sua mãe, uma mulher, quando casa, adquire respeito, uma condição de sucesso do *ser* feminino. Para a filha, que experimentou tal condição, ser/estar jovem e moderna é justamente o inverso; Cora menciona a necessidade de desvincular-se de comportamentos ou atitudes que a coloquem em posição inferior ao homem e às outras jovens da sua época.

5.5 A *vagabunda* e a *Amélia*: assimetrias intergeracionais de práticas e idéias

Ao dar realce às tensões/assimetrias intergeracionais, as entendo não apenas como atritos entre mães-filhas, mas como diferenças situacionais de valores, ou mesmo de discordâncias de posições de gênero que, no tempo relativo à história biográfica contada por elas, permitiram verbalizações – como a de “*vagabunda*” mencionada pela avó de Ana – e sentimentos de desordem na estrutura dos valores familiares – como a separação de Cora, não aceita e repudiada por sua mãe. O privilégio dado às relações familiares, além de ser realçado pelas entrevistadas, o justifico por sua importância como suporte identitário para a construção social de um indivíduo. Começarei analisando e contextualizando mais o caso de Ana para então discorrer sobre como os

pelas mudanças das políticas socioeconômicas que tanto atingiram as camadas médias no Brasil, nos últimos anos, faz com que essa característica seja também compartilhada pela classe média (média e baixa) que não consegue dar suporte às filhas de outra forma, a não ser pela oferta de um espaço físico, geralmente com certa privacidade, no próprio terreno. A construção de uma casa (pequena ou média) é assumida pela família; junto a ela muita mobília e eletrodomésticos são também ofertados – como é o caso de Cora. Outro dado bastante interessante e importante, mas que confirma essa prática apenas em estratos inferiores de renda no país, é de que de uma forma geral, segundo o último censo realizado pelo IBGE (2000), “[...] a presença de parentes parece aumentar a proporção de famílias no estrato inferior de renda, independente do tipo de arranjo familiar analisado”. Ele ainda aponta que “[...] enquanto a

valores se apresentam e estão relacionados à visão de mundo próxima do universo social holista ou individualista. As diferenças e semelhanças entre Ana e Cora e suas mães serão pontuadas em quatro subitens desta seção.

(a) a transa, o contar, a reação: sexo e valor. Ana é uma jovem que tem, na sua rede diária de relações, mulheres, geralmente casadas ou separadas, poucas trabalhando diariamente fora do lar e, grande parte delas, recebendo colaboração total ou parcial do companheiro para as despesas de casa. Algumas trabalham “*pra fora*” no próprio lar, fabricando doces ou vendendo algo em momentos especiais: “[...] *a gente tem que trabalhar para fazer o aniversarinho do filho*”, explica Ana, com certo orgulho do marido que os sustenta³⁷. No ambiente familiar, a avó e a mãe não diferem deste padrão e mantêm a desigualdade de gênero: homem pode quase tudo, mulher não deve fazer muita coisa; o bom homem deve prover o lar e a mulher responsabiliza-se pela organização da casa. Ana nem sempre pensou em ajudar, principalmente na época em que recebia dinheiro de seu pai e estava compromissada consigo mesma e tinha seus deveres na casa da avó. Depois de casada a situação é outra. Mas na época de solteira, a mãe e avó lhe diziam, repetidas vezes, que a vida não era assim, com dinheiro fácil que vem do pai e vai com festas e vontades. Dito e feito, ou, de tanto ser dito foi feito. Com uma postura ‘rebelde’ e contestadora aos 13-14 anos, querendo experimentar e consumir sem pensar no depois, ela nem “*liga*” para os conselhos e alertas – o ‘que é próprio da juventude’. Foi antes de casar que ela já soube quão reservado deveria ser seu gasto. Também confirmou como eram importantes alguns valores presentes e como eles se articularam na família, quando publicizou sua atividade sexual – principalmente para a avó e o pai. Sua atitude colocou na pauta familiar o tipo de envolvimento que uma jovem em dada circunstância pode ter com um companheiro, sobretudo, se esta relação não estabelecer uma aliança e levar ao matrimônio. Com as permissões sociais e familiares, do que um pode e do que o outro não deve, localizam-se as hierarquias de

proporção de casal sem filhos era de 11,2% nesse estrato de rendimento, quando havia co-habitação com o parente, a proporção subia para 19,1%.” (Folha de São Paulo on-line, 26/12/2003)

³⁷ Este comentário pode estar ressaltando uma forma feminina local mais holista (no sentido de tomar para si valores de natureza mais tradicional, cuja assimetria de gênero está assegurada) de se posicionar frente ao trabalho masculino. A idéia de *ajudar* nas despesas, ao contrário da idéia de trabalhar fora e ganhar seu dinheiro e dividir ou assumir os gastos, ressalta a importância do papel masculino enquanto provedor nos segmentos populares. Os trabalhos já citados de Duarte (1986) e Fonseca (2000) trabalham nesta direção. Ver também Bourdieu (1999) que pondera sobre a dominação masculina. O estudo de Desser (1993), com enfoque psicossocial sobre gravidez na adolescência, afirma que as jovens das camadas populares também participam do ideal de “casal moderno” (assim como as de camadas médias),

gênero, de papéis sociais, construídas histórica e socialmente entre homens e mulheres, principalmente na esfera sexual. A literatura as tem descrito como mais desiguais, com desvantagem para as mulheres, nos segmentos populares (KNAUTH, 1997 e FONSECA, 2000 entre outros). Para sua avó, se “*entregar*” ao namorado é um erro que outras jovens poderiam cometer, mas que a neta não deveria perpetrar. Para sua mãe, que tem uma visão mais moderna dos namoros e das modalidades de relacionamentos e da sexualidade, como podendo ser também algo constitutivo da vida social da filha; a transa foi encarada como natural entre jovens e sem maior surpresa (comparada a outras mães) que tenha ocorrido naquele namoro, naquela idade, naquelas circunstâncias. Contudo, ao contar para o ex-marido, sobre a primeira transa, e ao estimular uma postura conciliatória da filha com o namorado, D. Ana não afastou totalmente a dimensão moral do ato e nem a repudia.

Os posicionamentos da mãe de Ana são por vezes ambíguos quando os comparamos aos do pai e da avó. Para o pai e avó, o sexo para as mulheres tem um valor moral fundamental, em que a vergonha e o respeito delimitam atitudes. Porém, outras vezes, eles se igualam na sua forma e desejo de resolução, como a manutenção da aliança, a necessidade da presença masculina – no caso a do pai – como autoridade moral sobre a filha e a fortificação dos laços de família, de vizinhança. Desempenhar papéis sociais é legitimar experiências, é ordenar e estabelecer referências em dado universo social. Dona Ana procura adequar os comportamentos da filha e o contexto da perda da virgindade às idéias de manutenção da aliança, fundamentais para aquele universo (inseridas no valor-família) – transformando assim o negativo em positivo, o imoral em moral, a desvantagem em vantagem, mesmo que estas transformações possam vir a ser temporárias.³⁸

No que se refere ao contexto da gravidez, no caso de Cora, sabemos que nem ela e nem o namorado usaram regularmente métodos contraceptivos em virtude da

mas de modo que se tornam mais propícias a ajudarem os homens a progredirem, garantindo a manutenção dos papéis de gênero mais tradicionais dentro do matrimônio.

³⁸ Estudos etnográficos realizados em Porto Alegre (RS), enriquecem esta discussão. Eles circunscrevem sobre como a sexualidade feminina envolve muitos outros aspectos da vida, além do das mudanças físicas e morais negativas. Ambos (VICTORA, 1991 e PAIM, 1998) apontam para os diferentes ganhos adquiridos pelas jovens que passaram por estas mudanças (inicialmente) corporais e seguidas da maternidade. Victora (1991) constata que a passagem de meninas a mulheres pode ser compreendida quando as relações sexuais fazem parte da prática de jovens. Isto é, a chegada da menstruação e a perda da virgindade garantem novas posições mais valorizadas no seu meio. Seguindo esta linha de análise, Paim (1998) argumenta que as vantagens e os ganhos obtidos com a primeira gravidez de meninas de

eventualidade das relações. A gravidez foi vista por sua mãe e seu pai como algo inesperado e inapropriado para sua filha. Embora o desfecho tenha sido o mesmo – o de casar – aqui, uma dimensão sobre o valor do sexo se diferenciou na postura de Cora comparada a de Ana. Cora se colocou como alguém que participara do jogo e entrega sexual, se enquadrou como mais ativa do que passiva. Estava certa de seu sentimento: “*Hoje em dia as gurias pensam de forma diferente, pensam em ficar, namorar e sexo também né [...] Eu adorava cuidar de criança e eu era tão apaixonada pelo pai da Camila, amava cegamente que parecia assim que não ia se realizar isso (união), parecia que eu não ia, que era só um sonho. Tu vê só, hoje em dia eu me apavoro (com aqueles sonhos)*”.

Também não se pode desconsiderar que a chegada de Camila – filha de Cora – ocorreu no momento em que seus pais desejavam muito terem netos; “[...] *a casa estava precisando de uma criança, o pai e a mãe estavam muito caducos os dois [...]*”. Quer seja isso um estímulo consciente, ou não, para a gravidez, fez diferença na aceitação daquele evento.

Cora, ao contrário de Ana, não convive exclusivamente no bairro onde mora. Nele se limita ao pátio da casa. Não gosta do local e deseja sair dali assim que tiver condições econômicas e, por isso, diz ter retomado os estudos e querer trabalhar. Cora foi educada dentro de condições simples de vida, quando seus pais ainda não possuíam a estabilidade econômica atual. D. Cora, especialmente ela, mantém valores bastante tradicionais – semelhantes em muitos pontos aos da avó de Ana. Ela discursou e colocou em prática, no contato com as filhas, as diferenças hierarquicamente inferiores das mulheres em uma união, frisando deveres e direitos desiguais na vida. Porém, a história de crescimento econômico da família permitiu a Cora ter contato e acesso a valores sociais presentes nas duas visões de mundo que estou circunscrevendo; por exemplo e, principalmente, ao absorver muito das idéias de sua mãe sobre os modos de ser uma mulher e manter a união com o pai de sua filha. Cora apreendeu e viveu uma posição mais convencional, como *Amélia* antes e durante o casamento. Esse aprendizado deu-se junto a uma vivência diferente, em outra concepção de mundo com preeminência de indivíduo moderno – principalmente quando observava os comentários e comportamentos das colegas – quando tinha acesso a consumos de idéias presentes

classes populares está associado ao decorrente *status* social adquirido em seu meio, a partir deste evento, e nas vantagens adquiridas no próprio lar, como um quarto exclusivamente seu.

nas estéticas da moda, da juventude e ao namorar alguém com outra inserção social. Contudo, outro modo de ser na vida não lhe permitiu romper totalmente (se isso fosse possível) com os valores familiares até o casamento. Entretanto, ser *Amélia* não a compensou; o resultado disso foi questionar a relação e colocar-se em avaliação.

Aí eu super apaixonada, fazia tudo para agradar. Como ele sabia que eu nunca ia fazer nada com ele, para magoar ele, eu sempre ia estar estendendo o tapetinho para ele, ele não estava nem aí. Chegava na hora que quisesse chegar [...] Tinha vezes que eu até chorava. Eu dizia: - *Por que tu tens vergonha de mim?* Porque ele simplesmente não saía comigo pra lugar nenhum, principalmente quando ia nos amigos dele. Eu, nem amigas eu tinha para sair. Eu era totalmente em casa... Amélia, bem Amélia.

Ana, nosso outro caso, não se julgou *Amélia* em nenhum momento. Essa diferença de comportamentos e de avaliações não está somente ligada ao tipo de relação amorosa estabelecida, mas também a uma visão mais ampla – pautada por valores de socialização familiar – do que se pode ser e de suas possibilidades como indivíduo. Assim como há uma ampla penetração de valores de natureza individualista na sociedade ocidental moderno-contemporânea, também há uma resistência a eles (DUARTE, 1986); níveis distintos e permeáveis à convivência e à dinâmica de apropriações do moderno individualista e de manutenção do tradicional holista que convivem lado a lado, de geração em geração, de um local para outro.

Embora Cora seja uma jovem de família, com renda atual compatível ao do segmento médio, ela conviveu e apreendeu muito dos valores e visão de mundo do segmento popular com seus pais e outros familiares. Entretanto, falar de renda e de visão de mundo não é o mesmo, embora a renda possibilite um acesso facilitado pelo consumo e circulação no espaço social à outra forma de vivenciar uma realidade e de construir subjetividades nela. Estou salientando, especialmente com o caso de Cora, que o acesso a novas visões de mundo e a aquisição ou incorporação de alguns valores novos e/ou diferentes aos da família não invalidam uma dada co-existência com os anteriores, quer sejam estes mais tradicionais holistas ou mais modernos, individualistas.³⁹ Uma possível impressão evolucionista pode ter tido o leitor neste caso,

³⁹ É importante não desconsiderar que “[...] inversamente ao que o termo individualismo pode levar a crer; o indivíduo precisa assim, para tornar-se ele mesmo, do olhar das pessoas a que ele atribuiu importância e sentido. Esses outros significativos são, frequentemente, o cônjuge ou o parceiro para um homem ou uma mulher, os pais para os filhos (e reciprocamente), ainda que outros próximos possam preencher tal função” (SINGLY, 2000:14). No caso de Cora, a importância e o sentido do olhar deles (do companheiro e da mãe) explicitam uma posição que ela não quer mais estar, nem se identificar. Por outro

principalmente quando afirmo a incorporação por Cora de valores individualistas. No entanto, se isso ocorreu, é fundamental salientar que nem sempre a modernização aparente traz consigo a modernização de ideologias e práticas – conforme argüiu Duarte (1986:138): “[...] como se não se pudesse ser “tradicional” de diferentes maneiras”. No caso de Cora a sua individualização e autonomia tornou-se, com o tempo e os acontecimentos, afora suas idéias anteriores, um valor preeminente na sua situação de vida – algo a ser mantido e construído aos poucos, dada a resistência de sua mãe. Seria, sim, evolucionista acreditar que há valores individualistas ou holistas na sua forma pura; mesmo uma visão linear do todo não suportaria a afirmação da inexistência de tensões e apropriações de ambas ideologias nos indivíduos existentes na sociedade contemporânea. Então, levando em consideração a convivência de valores opostos na vida e na fala de Cora, ela aqui está representando um grupo cujas concepções sobre o indivíduo moderno estão adjacentes ao *ethos* individualista.

A meu ver, por estar contrapondo-se a tradições familiares que não as considera como ideais para si, a separação de Cora significou não só viver longe de quem não mais lhe interessava amorosamente, mas de tomar uma postura de vida condizente com suas possibilidades e expectativas futuras: valorizando mais o prolongamento da sua juventude, da busca por uma igualdade dos gêneros – dela não se restringir apenas ao círculo familiar –, de voltar aos estudos para ter uma possibilidade de trabalho melhor e, por fim, de buscar uma maior individualidade. O casamento de Ana e a forma como ela e Jorge se colocam, preenchendo seus papéis (elogiados pela família), lhe confere uma convicção que Cora não teve, talvez por ter sido ‘feliz’ na sua relação. Para Ana, importa não mudar o arranjo estabelecido anteriormente e hierarquicamente, não porque abandonou os estudos e ficaria só com dois filhos, sobretudo porque ela se constituiu como mulher a partir de uma relação em que também pode ser mãe.

Nesta pesquisa, contata-se uma seqüência sobre os passos de um relacionamento já naturalizada e comum a todas. Um ordenamento fundamentado em uma disposição moral e prática idealizada das relações das mulheres com os homens, começando – na seqüência – com o namoro, noivado indo até o casamento e, então, a chegada dos filhos.

lado, a mãe também quer ser identificada pela sua capacidade de transmissão de valores, neste caso com uma cartilha bastante tradicional. Além disso, se realizava com o casamento da filha, sentia-se compensada pelo deslize anterior da filha. Cora quer romper não só com sua imagem jovem dona-de-casa, mulher do lar e mãe e reconstruir-se como um indivíduo autônomo, mas, por consequência, rompe com as possibilidades de sucesso da transmissão materna e familiar de valores, principalmente do papel materno que se fortalecia com os laços matrimoniais da(s) filha(s).

Nem Cora e Ana seguiram esta sucessão. Entretanto, esta ordenação está localizada mais no plano moral discursivo do que nas histórias das práticas sexuais das mulheres que as circundam, enfatizando o sexo desvinculado da reprodução, evidente na formação moral cristã, e do compromisso formal do casamento. A diferença na ordem das relações, modificada pelas gerações, passaria também pelo valor de ontem, aumentado, e de hoje, diminuído, dos significados sociais atribuídos à atividade sexual antes do matrimônio.

Quando esta disposição se altera, as reações são variadas, esperadas e conhecidas, principalmente por serem ensinadas socialmente ao longo do tempo. A preocupação de Ana em esconder da avó sua transa explícita as regras que ela havia rompido e o valor ‘família’ assumido naquele contexto, ao mesmo tempo em que as confirmava por estar constituindo uma nova ramificação familiar (por vias questionáveis na visão da avó). Não esqueçamos que a gravidez de Ana só fora descoberta depois que a união estava oficializada.

Cora tem uma história diferente, embora sua mãe seja a pessoa mais “[...] *tapada assim, muito de achar que a mulher tem que estar em casa e o homem que tem que trabalhar. Muito assim, muito machista, eu já não sou. Deus me livre!*”⁴⁰ Ao falar da gravidez, ela procurou nos salientar suas características maternas, explicativas de parte de sua alegria e despreocupação com a gravidez, embora solteira, que era um problema para sua mãe. Usa destes recursos, que lhe são importantes e que quiçá a estimulassem a engravidar, para contrapor-se ao discurso higienista (“*não sabia se cuidar*”, no sentido de prevenção, como disse seu pai) e moral (“*Meu Deus!*”, expressão cunhada por sua mãe). Cora fala à família da gravidez somente depois de ter certeza, com exames laboratoriais comprobatórios. Caso não fosse confirmada não teria que contar aos pais sobre sua atividade sexual. Neste sentido, sua sexualidade não deve ser compartilhada, porque não é excepcional e vergonhosa – nos mesmos modos como Ana a tratou –, faz também parte do curso de uma relação e dos seus ‘desejos’ como indivíduo. Cora é um exemplo paradoxal. Alguns momentos da sua história poderiam estar lado a lado aos de Ana (por exemplo, pensar somente em ser mãe e casar-se), em outros, ela toma uma distância considerável em termos de valores e visão de mundo, entre outras situações,

⁴⁰ Saffioti (1992:193) salientava que “[...] as relações de gênero, evidentemente, refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres. Eis porque o machismo não constitui privilégio de homens, sendo a maioria das mulheres também suas portadoras [...] Quando não se concebe o gênero como relação

como lida com sua sexualidade. O mais interessante é que não são momentos excludentes, nem aparentemente contraditórios: são múltiplos. Talvez a força percebida de valores individualistas, unidos sobre seus valores de natureza mais holista, tenha recebido destaque no seu discurso por haver uma distância grande entre o tempo que engravidou e o momento da entrevista (havia 2 anos), quando então se considerava e tentava se construir como uma jovem moderna.

(b) aconteceu... foi por paixão! As negociações que envolvem a perda da virgindade são variadas e, neste momento, quero apenas circunscrever que o sentimento mencionado de coação expressa que um tipo de controle social se impõe na convivência com os costumes mais modernos, os quais, se extremados, na opinião de todas, pode levar à imoralidade. Expressões como *deixar-para-terra-comer* ou *não-saber-o-quê-tá-perdendo* são usadas em comentários, nas fofocas, nos deboches ou adquirem um invólucro de quase propostas para ingressar em um modo menos infantil e mais adulto de se relacionar ou se envolver amorosamente, as quais independem por vezes da existência de perspectivas futuras daquela relação.

Os dados quantitativos sobre questões de sexualidade e saúde reprodutiva, em Pelotas (2001), confirmam uma posição social diferenciada entre homens e mulheres, relativos ao sexo. Neste cruzamento, a variável renda não se mostrou estatisticamente significativa. Ao serem questionados, jovens – homens e mulheres a respeito de quem tomou a iniciativa para que a primeira transa ocorresse, foram as mulheres que se definiram como mais passivas. O que não significa ter menos vontades/desejos, mas realça uma das formas como elas se articulam socialmente neste campo. Ao separar jovens que já tinham engravidado alguma vez das que não tinham (virgens ou não), verifiquei que o grupo das jovens que engravidou referiu ter colaborado para dar início à primeira transa mais vezes do que o grupo das mulheres que não engravidaram. Tais diferenças nos indicam que pode ser mais aceitável publicizar/assumir suas posturas ativas uma vez que já engravidaram, ou que, por tomarem a iniciativa, importam-se menos em mencionar e assumir suas atitudes. Fundamental destacar que não foram avaliadas as trajetórias sociais, que podem complementar as respostas. Entre os homens (n=644), 65% responderam que tomaram iniciativa para a primeira transa e 74%

social que é, mas como oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres, não se é capaz de perceber os diferentes poderes detidos-sofridos por homens e mulheres”.

afirmaram que a *última transa aconteceu*; mais da metade das jovens respondeu o mesmo para a última transa.⁴¹

Exemplificando o que mencionei acima, sobre o sexo ser contornado com sentimentos de vergonha e uma certa passividade no universo social mais holista, retomo o caso de Ana: “- *Tchê*, (disse o namorado) *eu não vou fazer nada que tu não queiras*. - *Eu não quero nada mesmo!*”, responde ela. Sua estratégia – seja ela espontânea ou pensada – para modificar o sentimento de desqualificação (da Ana como *moça direita*) para o de moralização (da Ana que transou), foi de provocar uma separação e demonstrar arrependimento no dia seguinte. Não querer falar com Jorge, ao colocar em jogo o namoro e as relações sexuais entre eles – especialmente na presença da mãe –, transferiu para ele – que já era seu vizinho, de família conhecida, criado no bairro, com uma história amigável entre as famílias – a responsabilidade de reparar ou de assumir um novo acordo amoroso e social perante todos. Certamente também imputou à mãe uma atitude, a de se inteirar de sua história e a partir dela tomar uma posição. É como se a legitimidade e a força da relação, ao dar-se pelo lado masculino, abrandasse a participação de Ana no intercuro e no desejo sexual. Em seu contexto, sexo, gênero e moral feminina se filiam a uma posição mais formal e desigual perante os homens. Jorge, ao propor o noivado, modifica o nível da relação amorosa e sexual – além de outorgar a ela uma nova posição em sua família: agora menos ingênua, não virgem, noiva e com certas liberdades para ir e vir. A escolha pela união garantiu e manteve uma unidade familiar, construindo uma rede de ajuda que se consolida ao redor do casal e vice-versa.

⁴¹ O uso do termo *aconteceu* pode ter e ser usado, pelo menos, com uma conotação dupla. Em alguns casos, parece fazer dissimular o(s) sujeito(s) daquele acontecimento, é uma expressão com sujeito(s) oculto(s) de um momento inevitável em que não há a quem culpar, porque não depende só deles, é algo próprio da juventude, dos hormônios, da relação, do sentimento, do contexto. Porém, em outros, o *aconteceu* dá a autoria a ambos na mesma medida, uma vez que para a transa *acontecer* é requerido, se não a participação, o consentimento – “quando um não quer, dois não fazem” (excetuando os casos de violência sexual). O uso do termo também lista um comportamento não preventivo, não necessariamente vinculado à sexualidade, e já caracterizado pelas teorias psicológicas e psiquiátricas como sendo uma *idéia mágica* do adolescente de que “isso não vai *acontecer* comigo” – comum àqueles que não adquiriram uma consciência crítica sobre as “conseqüências” dos seus atos. Dois estudos (LE VAN, 1998 e de CALDIZ et. al, 1994) foram referidos por Brandão (2003) e, neles, esse mesmo termo possui significados importantes. Resumidamente, os autores perceberam que *aconteceu* por causalidade dava às jovens e a quem escutava a idéia de serem menos ativas e desejosas sexualmente, ou seja, elas tomavam uma posição mais feminina de vítimas do universo masculino. O estudo de Paula Machado (2004) sobre sexualidade com jovens homens também encontrou a inevitabilidade da transa empregada no termo *aconteceu*.

(c) homem, o guardião de valores contestados e perpetuados. É interessante apontar na biografia de Ana que seu pai tenha sido a única pessoa a questionar mais enfaticamente o desinteresse dela pela escola e a viabilidade daquela união pelos poucos recursos financeiros do namorado. Em sua ótica, a filha deveria ter vivido e aproveitado mais a juventude para estudar e conseguir um trabalho que lhe favorecesse posteriormente, inclusive no mercado matrimonial. Ao contrário dessa posição e em outra situação, sua mãe não vê qualquer necessidade de a filha estudar e querer trabalhar. Porém, ainda que esta idéia tenha relação com os papéis de gênero (mulher restrita às obrigações do lar), ela também se institui na condição financeira atual diferente em relação à Ana. Os pais de Cora podem ofertar-lhe uma vida mais tranqüila, que eles próprios não tiveram, e Cora não a recusa; ao contrário, tira todo proveito que pode desta situação.

No outro caso, o pai de Ana foi chamado após a perda da virgindade, como sendo uma autoridade moral sobre a filha, justamente quando a honra da mesma estava em jogo. Sua presença, segundo Ana, nunca foi constante e nem definidora de proibições depois da separação dele com sua mãe, quando Ana tinha sete anos. Entretanto, isso parece não ter interferido em seu papel de autoridade moral. Sua vinda, naquele momento, positiva e reafirma uma família frente aos envolvidos e à vizinhança, ao mesmo tempo em que ele transfere, simbolicamente, sua responsabilidade de pai/homem para o futuro marido/homem com a segurança de uma união dos namorados. Além de delimitar que a perda da virgindade não se configurou e nem se configurará em promiscuidade (SALEM, 1980).

No caso de Cora, a família “*pressionou*” o namorado para tomar uma decisão tão logo souberam da gravidez, deixando-a, hoje, na dúvida se ele casou por obrigação, para assumir a criança ou por amá-la. Assim como Cora, outras entrevistadas com valores semelhantes trouxeram em suas falas uma preocupação mais reflexiva com os sentimentos, descrevendo a importância do diálogo nas suas relações com os parceiros – entre o que um queria e o outro sentia. Processo que nos remete a uma configuração *psi* de si e do outro e a uma possibilidade de discordar em casar, se ambos não concordassem, quando então a gravidez não estaria como a motivadora primeira da decisão. Em menor grau, a autoridade do pai de Cora se mantém à medida que o casamento dela não dá certo, também por questões financeiras. Nos dois casos o pai,

numa situação diferencial, foi a figura familiar chamada a pôr ordem e a restaurar um respeito.

Mas a autoridade não se localiza apenas nos pais; as mães possuem modos menos incisivos de mantê-la e mais sutis de perdê-la. O caso de Ana e sua mãe possuem uma especificidade pela separação e o que isso trouxe para a relação delas. Quando D. Ana se separou do pai de Ana, ela foi morar com a avó. Desde então, de acordo com Ana, a sua mãe tem-se colocado com uma mãe-amiga e não como uma mãe-mãe.⁴² No entanto, D. Ana retoma uma certa postura mãe-mãe, valorizando uma família por trás da filha, quando se coloca ao lado do seu ex-companheiro para legalizar a situação entre a Ana e o namorado.

O caso de Ana e dos pais de Cora, dentro da dimensão mais relacional holista, nos indica, assim como Heilborn (1999) ao estudar sexualidade nestes contextos, que o sexo e o prazer estão encompassados “por uma moralidade mais abrangente” como já exposto no capítulo 1. Recordando, o valor mais individualista nos grupos populares está atrelado ao valor do grupo, da família. Assim sendo, “[...] a própria sexualidade não é objeto de inquietação; o interesse é compreender atitudes e desejos dos companheiros [...]” dentro de uma moral do grupo familiar (1999:53). O tripé família, trabalho e localidade que Duarte (1986) aponta como constitutivo dos segmentos populares urbanos é priorizado no universo de Ana e no dos pais de Cora.

(d) juventudes que acabam e que não terminam com a gravidez. A concepção que Ana tem da sua juventude é diferente daquela, de que se deve *aproveitar* a vida o mais que puder e que se tem direito a isso. Em seu contexto, a valorização da condição adulta dá-se, pela inserção mais cedo no mercado de trabalho, pelas obrigações de ajudar a família, ou seja, tem-se um valor diferencial e menor – dentro de uma hierarquia – na própria concepção de juventude. A gravidez, por idealmente chamar a jovem (ou ao jovem) a uma responsabilidade maior, é uma das formas de se chegar até a condição de adulta(o) mais rapidamente. Nesse mesmo contexto, engravidar não é somente gestar uma criança, mas também assimilar e vivenciar novas formas de inserção e *status* no mundo, em que a juventude deixa de ser um valor em si,

⁴² Esta classificação foi realizada a partir das falas de Ana. Mãe-amiga significa uma mãe que proíbe pouco, não controla muito e está querendo sempre saber o que se passa com a filha. A mãe-mãe seria a mais controladora e proibidora, que em outro grau de participação quer saber se a filha está fazendo o que deveria fazer. Ao que nos parece, muitas mães circundam entre uma postura e outra, com graus de participação variados, cujos limites são tênues, colocando-as, conforme a situação e a relação, em uma ou outra posição.

para ser alongado (a sua maneira e no tempo que quiser/puder) como estilo ou filosofia de vida; em alguns momentos e casos se justifica esta postura por sua associação com o despreparo e menores responsabilidades com a família.

Na concepção de Ana, a juventude assemelha-se mais às representações de um ser jovem, que possui um limite dado pelo seu posicionamento e valores familiares, que conduzem permissões, proibições ou estímulos para saídas noturnas, para relações mais duradouras e estáveis, para pensar em um futuro muito mais próximo e definidor da condição adulta. O contrário, valorização de uma juventude alongada atrelada à idéia de *aproveitar*, desestabiliza em algum nível: papéis sociais, modos de ver o mundo e sistemas de práticas mais conservadoras e identitárias de um pertencimento local referentes à sexualidade e ao modo como as mulheres devem agir. Outros aspectos, aqueles mais próximos dos *adultos* e da responsabilidade, do compromisso e da seriedade frente a uma nova posição no grupo, que para Ana se deu através da união, compõem uma base mais importante no universo social onde ela está inserida. Juventude, então, se posiciona como algo finito, próprio a uma cronologia-etária arbitrária – porém diferencial do que as ciências médicas e psicológicas preconizam como mais adequada para ter filhos e construir uma aliança, um futuro. Esta concepção de juventude conserva bem menos do espírito, da atitude e da idéia do que é valorado em um jovem, como já explicitiei, por estar mais presa às opiniões e às concessões do grupo – configurando uma visão e inserção no mundo mais holista do que individualista. Há um momento de vida adequado para se *aproveitar* e que também está sujeito ao tipo de união estabelecida com o parceiro.

Por um lado, a responsabilidade adquirida com a união invalida a essência sexualizada/sensual pública do *aproveitar*, pois ela pressupõe um certo estado/sentimento de exposição semelhante ao *status* de solteiro – no sentido de aberto a experimentações. Por outro, a gravidez abre as portas para uma nova sexualidade, agora vista/igualada à adulta, e um controle parental menor sobre as jovens. Logo, se tem um outro tipo de *aproveitar* que não se vincula à idéia de ser jovem, que aparece nas saudades, está – para a maioria das entrevistadas – circunscrito aos lazeres domésticos, da vizinhança e aos familiares. A gravidez, neste grupo que Ana representa, foi mais um dos marcadores de mudança, de um novo tipo de atitude durante a sua juventude, que se aproxima mais dos posicionamentos sociais de uma mulher adulta, que pode gozar,

como vantagem, de um afrouxamento do controle dos responsáveis e a partir da aquisição de novas atribuições familiares e sociais.

Ao focar como Ana e Jorge se percebem casados, no que tange à sociabilidade e frente à posição atual de D. Ana, tem-se que *aproveitar*, além de ser visto como situacional, pode ser interpretado como relacional – assim como uma idéia de juventude pode ser reconstruída ao longo da vida e da relação que se tem consigo e com os outros. Lembrando de quando a mãe estava com outro marido e ela tecia comentários debochados da situação da mulher casada e do lar; fez as considerações abaixo:

[...] Eu ria da minha mãe. Eu dizia assim: - Bah, a palhaça (a mãe) vai ter que fazer comida para o Rudinei levar – ele era o meu padraсто né. Aí eu penso assim, hoje a palhaça sou eu no caso, porque sou eu que faço a comida para o Jorge levar né. E esses dias o Jorge falou assim: - Ana, tu te lembras? E eu: - Do quê? (responde ele:) - Do dia que tu disse assim para a tua mãe, que a tua mãe era uma palhaça em fazer comida, enquanto nós íamos para a Avenida (importante rua de lazer local, bastante freqüentada por jovens) ela ficava fazendo comida para o Rudinei. Eu disse assim: - Pois é, agora ela vai para Avenida com o Rudinei e eu fico em casa com as crianças! E a mãe me disse assim: - **Agora é a tua vez! E eu digo: - Pois é ...!!**” (em tom conformado). Eu não reclamo disso, eu digo para ele: - Eu fiz o que eu fiz.

O que Ana nos assinala é que sua mãe, por atualmente poder ter uma outra conduta face às suas obrigações com ela e com sua família (ser independente, solteira etc.), pode *aproveitar* as oportunidades para se divertir com o novo companheiro; assim retoma uma espécie de jeito jovem de viver, apropriado à sua posição social e fase de vida, menos compromissada com a filha, que já é casada e está mais independente de seus cuidados. Mas não só, nesse caso, o *aproveitar* vincula-se a poder curtir a vida sem que outras obrigações familiares (de papéis sociais) a impeçam, pois suas responsabilidades com os compromissos de ensinamento de valores importante para o feminino (ABREU FILHO, 1980) e seu dever de mãe foram cumpridos; por exemplo, casar a filha com *bom* moço, vê-la cuidando dos filhos/da casa etc.

Tal situação também ratifica que o *aproveitar* e o ser jovem podem ser vividos em fases de vida diferentes, com sentidos diferentes. Contudo, para elas, acredito estar fortemente anexado ao tipo de aliança que já se estabeleceu com o(s) outro(s) e as implicações sociais e morais disso na relação com o parceiro. O tipo de relação e de socialização entre feminino e masculino passa por valores desiguais de sociabilidade (DUARTE, 1986; PARKER, 1991; HEILBORN, 1994). Outros estudos antropológicos também têm caracterizado os valores hierárquicos como sendo característicos das

camadas populares no contexto brasileiro (KNAUTH, 1997; FONSECA, 2000; CABRAL, 2002; SARTI, 2003).

Ao pensar em concepções de juventude para a história de Cora, percebo que há idéias que se modificaram com o tempo e a aquisição de valores distintos. Ela, a contragosto da mãe, retoma seus estudos, procura um trabalho e brechas no controle familiar, para poder ter novos relacionamentos, para poder (re)*aproveitar* seu *status* de solteira e de *jovem*. Ser jovem e viver como acredita é ser mais despojada e atualizada. Isso se contrapõe, segundo ela, a tudo o que sua mãe gostaria que ela fosse. Ao contrário de Ana e sua mãe, esse *aproveitar* de Cora, depois da separação, não passa necessariamente pelo outro que poderá formar uma aliança, mas pelo modo como ela poderá tirar proveito para si de todas as situações que a envolvem como indivíduo no mundo. Tal modo de pensar também contempla a vontade de novos encontros, porém com um posicionamento mais similar entre homem e mulher. O ex-marido de Cora é um exemplo das desigualdades que ela viveu e mantém contato, mas quer manter afastada de sua nova posição. Tanto mais evidente isso se torna quanto mais ele forma uma dupla com a ex-sogra para reconquistá-la. Se a gravidez para Cora e sua união foram pautadas por valores semelhantes aos de Ana aos 15 anos – família, aliança, prioridade do trabalho masculino, mulher circunscrita a casa – os desfechos e expectativas e comportamentos futuros aos 19 anos não são.

- Faz três anos que aconteceu tudo isso, eu me lembro de tudo: da minha gordura, das roupas que não me serviam, de tudo, de tudo de ruim eu me lembro [...] eu não planejei nada, só namorava, mais aí não me cuidei e fiquei grávida. Aí me casei, que sufoco foi aquela vez. Eu era simplesmente..., não sabia nada, eu era super inocente, tudo era na inocência né; 15 anos e aconteceu tudo que aconteceu

- Mas tu não sabias nada?

- Não que fosse falta de informação, não é que fosse falta de informação, claro que eu sabia, só que eu não tinha uma visão de vida que eu podia estudar, que eu podia trabalhar, essas coisas assim. Era tudo muito isolado, um mundinho muito só meu assim, como a minha mãe vivia né: casou e toda vida só na volta da casa e depois que a Camila (filha) nasceu, que eu tive três anos casada. Agora é que eu estou começando a pensar diferente. Como eu era tapada! Hoje eu estou estudando, parei um ano de estudar e me arrependo [...] Agora me apavora pensar em tudo o que eu já fiz, de pensar como eu era tapada, como eu achava que eu ia me limitar aquilo ali, aquele mundinho em casa, filho, família e que a minha vida ia ficar nessa ... ficar dentro de casa, cuidando filho, cuidando de marido. Pra que fazer faculdade? eu pensava assim. Bah, mudou, eu abri a minha mente, a convivência.

- E o que é que abriu?

- A convivência com as pessoas, eu comecei a estudar, quando eu parei de estudar, o ano que eu parei de estudar eu digo assim: eu acho que eu regredi uns dez anos na minha mente. Ainda mais já tendo filho e já estando casada com a idade que eu tinha, vendo as outras gurias da minha idade saindo, solteiras, namorando, isso daí já me fez regredir um monte né. Eu me achava a última das últimas, voltei a estudar, comecei aquela convivência com gente da minha idade [...] Antes eu tinha outra maneira de pensar, era para namorar e pra namorar, foi o meu primeiro namorado, primeiro tudo. Foi só ele e deu nisso, **eu não aproveitei nada da minha vida.**

- Tu sentes falta disso agora?

- Se sinto! E sinto assim que por um bom tempo também não vou poder sair, aproveitar, fazer o que eu pretendia fazer...(enquanto não podia ela *namorava* pela Internet sem que a mãe soubesse dessa possibilidade, via tecnologia – grifos meus)

As tensões entre os valores maternos, mais holistas, e os da modernidade colocam Cora numa posição bastante interessante do ponto de vista antropológico, por ser sua história descontinuada no tempo em termos valorativos e de visão de mundo, assim, mais complexa para classificações analíticas, com seus limites. Através deste caso, intento discorrer e salientar a convivência e a permeabilidade de valores, em uma mesma família, que se distinguiram e se mantém no confronto atual e constante. Além disso, ela destaca a concepção de que *aproveitar* a vida é o oposto a estar assumindo papéis que não estão de acordo com suas prioridades valorativas, com suas representações sobre a juventude na sua época. Por um lado, a gravidez rompe com alguns projetos familiares; por outro, ela dá uma certa continuidade a eles – como argumenta Singly (2000:14) “[...] no espaço onde circula o amor que se constrói uma grande parte da identidade pessoal dos indivíduos”. A sua gravidez e as atitudes decorrentes da decisão de ter a criança e casar corroboram para que esta idéia se torne mais clara. Com Cora procurei mostrar que as modificações de valores, ou a fortificação de uns e enfraquecimento de outros ao longo da vida são possíveis, ainda que gerem tensões entre os familiares que não partilham da mesma visão. As atualizações decorrem do caráter dinâmico da sociedade contemporânea e da forma como os sujeitos sociais estão-se posicionando, frente a uma constante modernização e visualização de novos hábitos e costumes, principalmente para os jovens. Estas novas modalidades e acessos estão sendo cada vez mais facilitados pela mobilidade social na modernidade, pela Internet, pela mídia impressa e falada, nas histórias televisivas (novelas, seriados, filmes etc.), nos comentários diários sobre o que se viu ou ouviu em diversos ambientes,

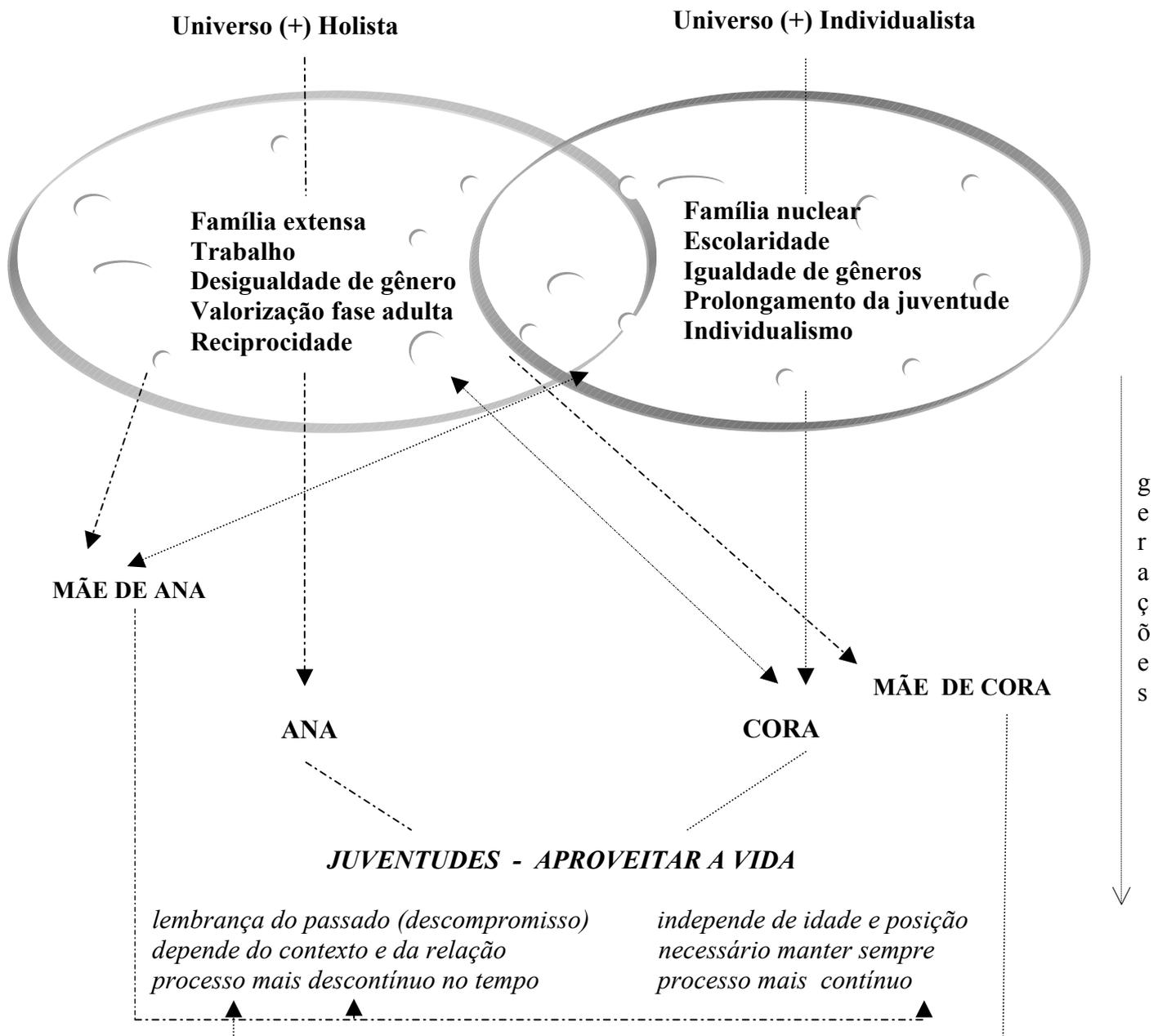
como sendo um modo mais atual de se relacionar ou se portar.⁴³ A classificação de Cora como uma jovem modelada por valores de socialização familiares mais individualistas deu-se por sua posição no momento da entrevista e não no da gravidez, quando então estaria mais circunscrita a valores familiares holistas (aqui, ressaltados pelos de sua mãe), embora também perpassada por seus opostos: das colegas, da família do namorado, da mídia. São diferenças que podem ser compreendidas pelas “[...] diferenças de motivação [expressão de representações coletivas] vinculadas a trajetórias e leituras específicas do sistema simbólico que constitui a cultura de que participam” (VELHO, 1999b:41).

Ao resumir visualmente as questões mais abrangentes abordadas nos dois casos, ter-se-ia o esquema reduzido abaixo, representando uma parte da complexidade classificatória valorativa, visto que não é um processo homogêneo às esferas da vida social. Ao contrário, segundo as análises, ele engloba encontros de opostos e similaridades, inclusive em uma mesma família, de acordo com as concepções de mundo presentes no convívio das gerações.

⁴³ De acordo com os dados do PNDA, de 2002, o percentual de domicílios com televisão aumentou de 1992 a 2002, de 74% a 90% respectivamente. Em 2002, o número de lares com microcomputador com acesso a Internet foi de 23,5%, em 2001 este número era menor, 15%.

VALORES

Processo sócio-cultural não evolutivo e não homogêneo



5.6 “A vida é feita de fases” idealizadas por nós

Antes de findar o capítulo, faço uma breve consideração sobre o uso da expressão “*aproveitar a vida*”, que encontrei aplicada e valorada para várias dimensões do mundo social. Na Internet, em um *site* de busca (<<http://www.google.com.br>>) foram listados, em 6/11/2003, 6.410 locais onde a mesma expressão está sendo aplicada com fins distintos. Pensando em como atingir uma parte deste material encontrado e de interesse para as representações e concepções da juventude atual e da filosofia de vida, que os circundam, pude forjar um agrupamento com 300 deles – os primeiros surgidos na listagem do *site* de busca – criando categorias amplas para entender onde a expressão estava sendo utilizada. Encontrei-os nos seguintes contextos:

número de *sites* – classificação

118 – pessoais, fóruns de discussão, <i>blogs</i> ;	22 – saúde;
60 – empresas/negócios;	17 – religiosos;
35 – repetidos e sem acesso;	12 – literatura;
28 – reportagens jornalísticas;	8 – cinema.

Os que priorizam empresas/negócios estão propagando a compra de: seguros pessoais (*aproveitar sem riscos*), viagens (*viajar é uma forma de aproveitar a vida*); objetos para uso pessoal (uso de perfumes, as fotos que devem ser tiradas de momentos em que a vida está sendo aproveitada ou os eletrodomésticos que devem ser comprados *para facilitar o trabalho da casa e assim sobrar mais tempo para...*); imóveis (*apartamento dá segurança para aproveitar a vida. Na curva dos 50, homens e mulheres preferem trocar de imóvel...*); carros; pacotes de férias por agências de viagem.

Foram encontradas 22 web-páginas propondo vida saudável a todos, através da alimentação, dos exercícios, do uso de protetores solares ou Florais de Bach. Entre um conselho ou dica dizem, por exemplo: [...] *é através dos jogos e exercícios que o idoso participa de um rico processo social de convivência que mantém suas boas condições físicas para melhor aproveitar a vida.*

Os considerados jornalísticos falam de experiências das pessoas que estiveram doentes, que perderam alguém e que querem rever seus comportamentos e valores. A reportagem foi publicada em uma revista com matérias on-line e pretendia questionar os leitores a partir da história da doença e necessidade de transplante de coração de um

senhor. Após transplante, recebendo um coração *jovem*, este senhor depõe a favor de uma nova postura frente à vida.

“Quero descontar todo o tempo que passei sem poder aproveitar a companhia de minha mulher e meus filhos enquanto superava o drama no hospital. Como estou me sentindo um garoto, vou à forra”, comemora. [...] Como agora é feliz portador de um coração de 21 anos, o aposentado diz que vai aproveitar a vida para namorar muito. “Quem sabe eu não arrumo por aí uma garotinha de 20?” (<<http://epoca.globo.com/especiais/2anos/saude.htm>>)

Juventude, namoro e viver mais intensamente para *aproveitar a vida* são aspectos correlatos na quase totalidade dos textos disponíveis na rede e, igualmente, encontrados nas falas apreendidas no universo empírico, onde a conotação sexual se faz presente – como no depoimento acima. Mas nem sempre ela é textual, surge e se mantém como pano de fundo, por detrás da mensagem, semelhante ou idêntica ao modo como a sexualidade juvenil e adulta são tratadas nas famílias das jovens entrevistadas.

Nos *sites* místicos e religiosos (de maioria evangélica) o discurso é mais direto, impositivo, ressalta os mal-estares da pretensa liberdade adquirida na vida moderna. Nos religiosos, os conteúdos mais moralistas apontam que o contrário de *aproveitar* (entendido como comilanças, orgias, bebidas) é *desperdiçar*, ou seja, exceder limites, perder noções, esquecer das *responsabilidades*, não ter inteligência. O ponto é questionar qual postura social e familiar é mais adequada e traz maiores recompensas na Terra e/ou noutra local.

Você aproveita a vida? É muito comum ouvir as pessoas, e principalmente os jovens, dizendo que querem aproveitar a vida. E isso geralmente é usado como desculpa para eximir-se de assumir responsabilidades. Mas, afinal de contas, o que é aproveitar a vida? Para uns é matar-se aos poucos com as comilanças, bebidas alcoólicas, fumo e outras drogas. Para outros é arriscar a vida em esportes perigosos, noitadas de orgias, consumir-se nos prazeres carnis. Talvez isso se dê porque muitos de nós não sabemos porque estamos na Terra. E, por essa razão, desperdiçamos a vida em vez de aproveitá-la. [...] Observando as coisas sob esse ponto de vista, poderemos considerar que aproveitar a vida é dar-lhe o devido valor. É investir os minutos preciosos que Deus nos concede em atividades úteis e engrandecedoras. Quando dedicamos as nossas horas na convivência salutar com os familiares, estamos bem aproveitando a vida. Quando fazemos exercícios, nos distraímos no lazer, na descontração saudável, estamos dando valor à vida. **Quando estudamos, trabalhamos, passeamos, sem nos intoxicar com drogas e excessos de toda ordem, estamos aproveitando de forma inteligente as nossas existências.** [...] E não nos iludamos de que a estaremos aproveitando acabando com ela. Se você é partidário dessa idéia, vale a pena repensar com seriedade em que consiste o

aproveitamento da vida [...] Visite um infeliz que perdeu a liberdade e a saúde para as drogas que lhe consomem lentamente. Observando a vida através desse prisma, talvez você mude o seu conceito sobre “aproveitar a vida”. (<http://www.reflexao.com.br/aproveitar_a_vida.htm>, grifos meus)

Os categorizados, como de cinema e literatura, resumem e comentam filmes e livros (geralmente de auto-ajuda, contos e poesias), nos quais a idéia de que a vida deve ser mais bem *aproveitada*, repensada, está contida na mensagem final. O termo aproveitar a vida aparece nas sinopses de um filme de modo semelhante ao do exemplo que se segue: [...] *Lester decide desenganar do emprego enfadonho, deixar desagradar à esposa e aproveitar a vida que lhe resta*. No campo literário a expressão está contida na poesia/conto (*Por outro lado, o maldito não nega a raça; está sempre a tirar uma casquinha comigo: “Manoel, Manoel, tu não sabes aproveitar a vida. Precisas viajar [...]”*). Ou está inserida na análise do livro: [...] *pretende ser um manual prático e visa auxiliar as pessoas a melhor aproveitarem sua encarnação, que, freqüentemente, não é o mesmo que aproveitar a vida*.

Para além do comércio, em que o *aproveitar a vida* exerce uma função de convencimento importante, há *sites* pessoais, especificamente de adultos, que fazem referência ao texto escrito por uma escritora gaúcha, com penetração maior nas camadas média e alta.⁴⁴ O texto de linguagem simples, reproduzido abaixo, questiona aspectos importantes – muitos salientados neste capítulo, principalmente, quando aludi ao movimento atual (e lento) dos adultos para incorporarem no seu cotidiano essa prática considerada juvenil.

Você vai casar? Tendo 21 anos apenas? Que é isso, aproveite a vida antes de se amarrar aos filhos? Estando casados só há seis meses? Não podem estar falando sério. Aproveitem a vida enquanto é tempo! Ou seja: **parece que a vida é aproveitada apenas na juventude**, depois disso é tédio na certa. Se levarmos em conta que “depois disso” dura a maior parte da nossa vida, dá pra calcular o tamanho da encrenca.

O que é aproveitar a vida? Namorar muita gente, viajar para diversos lugares, permitir-se algumas irresponsabilidades, correr riscos e chegar tarde em casa sem precisar dar satisfação pra ninguém. Se você também acha que isso é tudo, então pelo amor de Deus, não invente de casar antes dos 30 e ter filhos antes dos 35, porque senão o proveito vai realmente ficar reduzido.

⁴⁴ Nestes locais da rede, geralmente há menção sobre a biografia do autor daquela página. Com essa informação, é possível verificar se são *adultos* ou *jovens*, aqui utilizando a classificação etária como suporte diferenciador. A autora mencionada é Marta Medeiros, escritora, gaúcha, colunista do Jornal Zero Hora (Porto Alegre) e autora do livro de sucesso no Estado, intitulado *Trem-bala* (1999).

Tenho claustrofobia, descobri isso não dentro de um elevador, mas dentro da vida mesmo: se ela fica muito asfixiante, passo mal. Por isso resolvi aproveitá-la também depois de casada e depois de ter filhos, já que, para mim, **aproveitar a vida tem um único significado: viver com liberdade**. E casamento e filhos não aniquilam com isso. A única dificuldade é você encontrar alguém que compartilhe desse ponto de vista. Se encontrar, fica fácil.

Eu não preciso namorar trezentos, eu posso aproveitar a vida tendo um relacionamento forte, de parceria, cumplicidade, sem estresse, sem chiquetes, sem ciúmeira boba. Viajar para diversos lugares depende mais de eu ter dinheiro do que de ter filhos. Como acho que viajar é mais importante do que ter um Rolex, uma BMW ou uma bolsa Louis Vitton, é em passagens aéreas que eu invisto. De ida e volta, porque tenho para quem voltar, e filhos também é uma viagem e tanto.

Pequenas loucuras é coisa para solteiros. Grandes loucuras fazem os maduros. Casar não é um risco? E ser pai e mãe neste mundo maluco? É assim que aproveito a vida, me permitindo as emoções maiores, as mais intensas, as que duram pra sempre (grifos meus).

Talvez o único sentido habitual, contido no texto de Medeiros, ainda não explorado neste capítulo, é dos adultos e casados se permitirem cometer algumas “irresponsabilidades”, “correr riscos” – algo contrário ao processo de socialização e representação social da vivência adulta como mais tranqüila, responsável e compromissada com a imagem de ir do trabalho para a casa e vice-versa.⁴⁵ Contudo, se mantém bastante próximo da valorização da juventude e das representações sociais positivas e negativas que elas suscitam. Expor-se aos riscos, questionar valores, “viver com liberdade”, “não casar antes dos 35”, evitar filhos é uma forma moderna de absorver, na fase adulta, o que é considerado como especial na juventude e, dessa maneira, adotar uma filosofia que leva a um estilo de vida “mais intenso”. Todavia, a culturalmente valorizada experiência adulta – que sustenta aconselhamentos e embasa o dito de que é pra frente que se anda – ensina que *há tempo pra tudo*, porque “*a vida é feita de fases*”:

[...] Voltando ao texto de Marta (Medeiros). Na minha prática diária na clínica, ou mesmo nas minhas observações e conversas divertidas com grupos de amigos, percebo o quanto as pessoas buscam isso: fazer a vida valer a pena. E dessa forma ficam tentando provar pra elas mesmas que a sua forma de viver é a melhor e mais divertida. É interessante a divisão dos grupos... uns querendo provar que a vida de solteirões é a melhor; não ter ninguém pra dar satisfações, liberdade total, ficar com quem quiser. Os casados, enamorados, ou coisa do tipo, tentando convencer todo mundo que bom mesmo é ter uma companhia diária, alguém pra esquentar os pés. Há ainda o grupo dos

⁴⁵ Essa é uma imagem comum em Pelotas, onde, em boa parte do ano, o frio é mais intenso, desestimulando o encontro mais freqüente com amigos em locais públicos depois do horário de trabalho.

que estão sempre infelizes... quando solteiros, querem alguém; quando enamorados, querem de volta a velha bagaceirice de antes... (assim relatam). E eu fico aqui pensando: Por que será que a gente tem sempre que querer viver o momento que não temos nas mãos? E por que temos que defender com unhas e dentes que a nossa forma de viver é melhor do que a do nosso vizinho? Acredito que **a vida é feita de fases**. Não acredito em formas de viver que sejam melhores ou piores. Sartre diria que somos fruto das nossas escolhas. Então, se você se encontra numa fase de solteirice total, poxa... aproveite! Se está apaixonadíssimo, não perca essa... aproveite também!!! Viva cada fase da sua vida com responsabilidade e respeito, sobretudo consigo mesmo. (<http://www.geocities.com/leobvleo/aproveitar_a_vida.htm>;grifos meus).

Por não se considerarem adultos ou por desconhecerem os questionamentos que os adultos têm se proposto, os *sites* pessoais e de discussão entre jovens não fazem menção aos adultos como ‘jovens’, sob novas configurações sociais. Neste contexto sociocultural e histórico, em que juventude e o *aproveitar a vida* são ambos valorizados, como poderia a gravidez na nessa etapa ser vista como algo menos devastador? As críticas à gravidez *precoce* certamente estão vinculadas ao tempo em que os rompimentos ocorrem com o *aproveitar* (juvenil) e que podem ser mais prejudiciais e/ou aceitáveis nesta época.

Há uma variedade de *blogs*⁴⁶, de uso específico de jovens, e fóruns de discussões também juvenis, em que os participantes expõem suas opiniões na rede mundial. Na quase totalidade desses espaços, as idéias sobre *aproveitar a vida* têm o sentido idêntico do que apontei para o universo de pesquisa entrevistado. Vejamos dois exemplos dispostos nos blogs:

E aí Galerinha! Td na pazzzz??? Eu estou muito bem... para quem teve muitos momentos complicados ao longo desse ano, o final está sendo muito bom!... Nossa gente... parecia ontem que eu planejava o futuro, acontecimentos, 2004...nossa...como passa! Temos que aproveitar a vida, pq o tempo é muito mais rápido que nós!... Mas sabe, aprendi muita coisa esse ano, ganhei muita experiência...e quero fechar esse ano com chave de ouro! Gente parece que foi ontem que eu ansiava pela minha festa de 15 anos e fazia os preparativos e já vou fazer 16!!! Nossa....!!!..hehe [...]
(GarotaOriginal <<http://garotaoriginal.blog.ig.com.br/>>)

⁴⁶ *Blogs* são *sites* pessoais onde os jovens inserem fotos, se apresentam e contam seu dia-a-dia com uma linguagem carregada de símbolos e novas formas de escrita. São considerados diários pessoais virtuais, portanto, compartilhados com ‘internautas’. Os que se utilizam dessa ferramenta são *bloggers* ou *bloogers* (nome derivado da empresa que idealizou a ferramenta).

::Perfil::

Nome: Marcella (15 anos)

Apelido: Má, MaRmA,Tchetchella [...]

Estado civil: Livre, leve e solta [...]

Novela: Malhação [...]

Sonho: Minha banda [...]

Gosto: Sair, sorrir, falar, comer, dormir, brincar, fazer amigos e amar cada vez mais [...] ouvir musica, aproveitar a vida, comer chocolate, tomar sorvete de uva, morder a buxexa e fikar apertando a barriga dos outros!

Não gosto: pessoas falsas, quem julga sem me conhecer, ir ao médico ou dentista, tirar sangue, ver quem eu amo sofrer, brigas, injustiça, inveja...

Frase: "A sabedoria está associada ao amor, ignorantes são as pessoas que não amam!" :~)

(<http://marma.weblogger.terra.com.br/200306_marma_arquivo.htm>)

O diário virtual identifica os jovens, pontua comportamentos, dissemina idéias e linguagens que os identificam com os da sua época. Neste momento, vale ressaltar os aspectos gerais que me suscitaram, a partir dos textos. A preocupação, apontada no primeiro diário, de que o tempo passa (“*é mais rápido que nós*”) – informa a finitude das trocas, da sociabilidade, das experiências, das idades e da própria juventude (dos 15 que voam para os 16 anos). A todos, o que restaria senão *aproveitar*? No segundo, a frase escolhida e o destaque dado ao amor trás, novamente, à tona, questões já expostas (nos capítulos anteriores). Reafirmam o sentimento ou a atividade amorosa como parte do treinamento sexual, da sociabilidade e da experimentação (*fikar*) como partes respeitáveis do processo de autonomia juvenil. Por outro ângulo, também denota a importância desse sentimento para o universo feminino e também para o masculino. Através dele, alianças de reciprocidade são asseguradas, nas quais, a gravidez, para o feminino com maior peso, pode estar e está inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Antropologia lida, permanentemente, com a dimensão arbitrária do comportamento humano, com a cultura. Neste sentido, nada na vida social é tão ‘natural’ quanto parece; sua interpretação está inserida em uma rede de significados, articulada a um conjunto de símbolos próprios e característicos a sociedades e grupos sociais específicos, cujas fronteiras entre estes podem ser interpenetráveis e, por vezes, contestadas (VELHO, 1981).

A complexidade das situações sociais e familiares, que se apresentam com a gravidez na juventude, são representativas dos embates entre valores morais e simbólicos dos universos sociais, entre relações de gênero e tensões intergeracionais frente às transformações de hábitos e costumes na contemporaneidade (SALEM, 1989). É interessante perceber como o processo de modernização – das mudanças culturais – causa diferentes impactos nos universos simbólicos, tornando possível a convivência, pela fluidez, de diferentes referenciais de valores. Parte destes e das relações que caracterizam a ‘tradição’ são reproduzidas culturalmente, assim como novas tradições são apropriadas por todos. Este percurso, de duas vias, comporta o enfrentamento de ‘novas’ e ‘velhas’ idéias e posturas que adquirem significados importantes para o entendimento da sexualidade.

A gravidez juvenil, inserida neste campo de discussão e associada também às teorias de gênero, torna-se deslocada das novas tecnologias contraceptivas e das relações igualitárias entre homens e mulheres, bem como da modernização da sexualidade. Na prática, ela destaca que a atualidade nem sempre está envolta por ‘modernismos’. O processo de construção de uma identidade feminina, que vincule a vida sexual e a reprodução, tem sido destacada (em meios acadêmicos, científicos e mídia) como uma das atuais ambivalências juvenis, apesar do imenso esforço do movimento feminista de desanexá-las. O abandono temporário (ou definitivo) dos estudos, em virtude da situação econômica atual, e as diminuídas possibilidades de ascensão pela direção profissional – caminho percorrido por muitas jovens que engravidam – estão na contramão das conquistas femininas e dos ideais de experimentação juvenil.

Com o objetivo de entender a gravidez juvenil, ressaltou-se como, na atualidade, as concepções sobre juventude e sexualidade exercem poder sobre as representações

sociais e as definições dos *problemas* a serem considerados quando não seguem uma linearidade de acontecimentos esperados para as idades (cronológicas), revelando uma moral das disciplinas do conhecimento, que debatem e investem em pesquisas sobre o tema da gravidez na adolescência e juventude. Conhecimentos são criados e recriados por sujeitos sociais imbuídos de concepções organizadas de acordo com seu marco teórico e suas vivências, logo, por uma perspectiva história dos povos e das mentalidades.¹

Inserido nesta panorâmica, o presente trabalho pretende ter demonstrado que a gravidez conforma uma série de direitos e deveres juvenis e familiares. A família tem revelado seu papel fundamental no processo de sociabilidade e de individualização e adequação a uma nova circunstância, moldada pela necessidade maior de autonomia, independência e emancipação juvenil. Comparações entre regras/controles e práticas, normas e valores sociais, visões de mundo e universos simbólicos perpassaram o estudo, com o intuito de destacar as especificidades dos contextos, onde as jovens que já engravidaram estavam inseridas.

Avaliou-se que a dimensão familiar é concordante com um certo repertório de possibilidades de atuações juvenis, onde as expectativas com o futuro e o presente, com o público e o privado impõem determinados posicionamentos (tanto dos pais quanto dos filhos) frente ao exercício sexual nas relações juvenis de afeto. As jovens de camada popular tendem a manter, na prática, desigualdades mais enfáticas entre gênero; mostram-se mais propensas a pensar seu exercício sexual como uma possibilidade de aliança e, se engravidarem, de formar um casal com o pai da criança. As jovens de contextos avaliados como mais igualitários também não obscurecem totalmente as tradições de desigualdade sexual – procuram ter certa liberdade sexual dentro de uma relação afetuosa e compromissada, com expectativas de respeito e fidelidade na construção de um projeto comum. A maioria das jovens, do segmento médio, demonstrou ter aspirações que não se interromperam com a gravidez. A gravidez, nesse meio, pode ser um impulso para que haja continuidade e conciliação do projeto familiar-

¹ Esta é uma crítica, não somente aos pesquisadores de ‘outras’ áreas; é válida para os antropólogos que aprendem, mas nem sempre conseguem, relativizar e questionar sobre o tema e o objeto de investigação. Teresa Caldeira (2000:22) faz uma análise sobre a forma como as questões sociais são investigadas e quais envolvidos estamos (antropólogos) que não percebemos os vieses de pesquisa. Diz ela: “[...] os intelectuais brasileiros, inclusive antropólogos, têm estudado grupos sociais subalternos: o pobre, o negro, o índio, o membro de minorias étnicas ou sexuais [...] Enquanto os subalternos são escrutinados, mantêm-se o silêncio sobre a elite da qual os intelectuais fazem parte”.

conjugal e profissional e, por este ângulo, um modo de construir a autonomia pessoal. Assim como pode ser, em menos casos, o relaxamento de um destes projetos, que estava mais associado aos desejos dos seus familiares do que aos seus.

A vinculação da imagem de uma mulher, em processo de crescimento, com suas funções maternas é maior e mais valorizada no segmento popular, como uma realização significativa, haja vista os menores incentivos para o projeto escolar-profissional. Decorre disso, o diferencial nas posturas após a gravidez ter sido assumida. As jovens de camada popular, ainda que saudosas de épocas em que *aproveitavam* mais, se revelam propensas, depois da gravidez – e muito mais depois de uma união com o namorado –, a executar as ‘funções femininas’ no lar, questionando pouco outras possibilidades de trabalho e de ajuda à sua nova família. Seus planos imediatos envolvem filho(s) e a conjugalidade. Ao passo que as jovens de camada média mostram-se menos satisfeitas – quando restritas ao âmbito doméstico – e repensam seus estudos como uma complementação importante para sua identidade, emancipação e autonomia. Nem todas o fazem. Este é um diferencial importante. O que se observa nestes casos é uma descendência parental de valoração de posturas femininas mais próximas das descritas, por vários autores, para os universos hierárquicos.

A gravidez juvenil, em ambos segmentos estudados, modifica um processo de socialização e permite que outro recomece. Nem sempre ela é a responsável pela passagem de uma fase a outra (da juventude à adultez), mas ela deflagra uma série de expectativas e exigências familiares e dos parceiros que forçam (em muitos sentidos) uma nova maneira de se colocar frente ao mundo, de se comportar, de se libertar de controles e de incorporar tradições. Enfim, a gravidez juvenil dá chance às jovens de se reconstruírem e *aproveitarem* a juventude como ou quando podem. Ela imprime um novo modo de ser jovem; não é disruptiva de uma idéia de juventude, todavia, seus traços não são desconsiderados em nenhum dos casos. Muitos rearranjos familiares e entre os pares são (r)estabelecidos, todos esses, decorrentes de sua confirmação e assunção. As condições de existência são facilitadoras ou impeditivas de uma continuidade ou de uma ruptura entre os percursos anteriores e os posteriores à gravidez publicizada e levada a termo.

De modo geral, jovens com filhos estão em contraposição ao ideal de um indivíduo moderno autônomo, consciente e racional, portanto, longe dos padrões e

expectativas sociais dispensadas a eles e associadas às discussões sobre mudanças culturais, reorientações dos sistemas de valores e modernidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERASTURY, A. *Adolescência*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1986.
- ABRAHAMSE, A.; MORRISON, P.; WAITE, L. Teenagers willing to consider single parenthood: who is at greatest risk? *Family Planning Perspectives*, 20:13-18, 1988.
- ABREU FILHO, O. *Raça, sangue e luta: identidade e parentesco em uma cidade do interior*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1980.
- _____. Parentesco como sistema de representações: um estudo de caso. In: FIGUEIRA, S. e VELHO, G. (coord.) *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Campus, p. 133-150, 1981.
- ADOLPH, C. et al. Pregnancy among Hispanic teenagers: is good parental communication a deterrent? *Contraception*. 51(5): 303-6, 1995.
- ALMEIDA FILHO, N. A clínica, a epidemiologia e a epidemiologia clínica. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*, 3(1): 35-54, 1993.
- ALMEIDA, A. (org.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRJ, 1987.
- ALMEIDA, M. et al. Uso de contracepção por adolescentes de escolas públicas na Bahia. *Rev. Saúde Pública*, 37(5):566-575, 2003.
- ALMEIDA, M. *Treze meninas e suas histórias... (um estudo sobre gravidez adolescente)*. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Minas Gerais, 4-8 de novembro de 2002. Disponível em <[http:// www.abep.nepo-unicamp.br](http://www.abep.nepo-unicamp.br)>
- ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Rev. Estud. Fem.*, 9(2), Florianópolis, 2001 (versão impressa on-line).
- ALVAREZ, M.; MAURICCI, A.; MUZZO, S. Información sexual de los adolescentes según sexo. *Rev. chil. pediatr.* 61(2): 102-8, 1990.
- ALVIM, M.; GOUVEIA, P. Apresentação. In: _____. (orgs.) *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 9-12, 2000.
- ALVIM, M.; PAIM, E. Os Jovens suburbanos e a mídia: conceitos e preconceitos. In: ALVIM, M.; GOUVEIA, P. (orgs.) *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 13-34, 2000.

- AQUINO, E.; ARAUJO, T.; MARINHO, L. Padrões e tendências em saúde reprodutiva no Brasil: bases para uma análise epidemiológica. In: GIFFIN, K. e COSTA, S. (orgs.) *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 187-204, 1999.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.
- ARILHA, M. Infertilidade, práticas conceptivas e políticas públicas. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. (orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ABIA:IMS/UERJ,173-188, 1996.
- _____. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B.(orgs.) *Homens e Masculinidades. Outras Palavras*. São Paulo: Editora 34, p. 51-78, 1998.
- ARILHA, M.; CALAZANS, G. Sexualidade na adolescência: o que há de novo? In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas pública*. Brasília: Comissão Nacional e Desenvolvimento, Vol. 2: 687-708, 1998.
- AZEVEDO, T. *Namoro à antiga: tradição e mudança*. In: FIGUEIRA, S. e VELHO, G. (coord.) *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Campus, p. 219-275, 1981.
- BANDEIRA, M. *Componentes da dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul. Fecundidade e mortalidade*. Disponível on-line em <http://www.fee.tche.br/download/documentos/51/doc_51_05.pdf>, 2003.
- BARBER J., AXINN W., THORNTON A. Unwanted childbearing, health, and mother-child relationships. *J Health Soc Behav*. 40(3):231-57, 1999.
- BARBOSA, R.; BERQUÓ, E.; KALCKMANN, S. *Como as brasileiras aceitaram o condom feminino*. BIS – Boletim do Instituto de Saúde, No. 25, p. 21, dezembro de 2000.
- BARNETT, J.; PAPINI, D.; GBUR, E. Familial correlates of sexually active pregnant and nonpregnant adolescents. *Adolescence*, 26:457-472, 1991.
- BARRETT, G.; WELLINGS, K. What is a ‘planned’ pregnancy? Empirical data from a British study. *Social Science & Medicine*, 55: 545-557, 2002.
- BARROS, F.; VICTORA, CG.; VAUGHAN, JP. The Pelotas (Brazil) birth cohort study 1982-1987: strategies for following-up 6000 children in a developing country. *Paediatric and Perinatal Epidemiology*. 4(2): 267-82, 1990.
- BEHAGUE, D. et al. *Socio-cultural determinants of male and female adolescent sexual identity and early reproductive health: the role of individual, household and community level psychosocial factors in Pelotas, Brazil*. Projeto de Pesquisa, OPAS/OMS/PRONEX (HDR/HDR/HPF/RG/BRA/1355), 1996 (extensão para 2001).

- _____. *Sexual intimacy among Young teenagers in Pelotas, Brazil: achieving maturity in complex world*. Technical Papers, no. 25, PAHO, 2000.
- BEMFAM. *Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde, 1996*. Rio de Janeiro, 1996.
- BENEVUTO, M. Mitos e imagens nos modos de expressão de jovens rurais. In: ALVIM, M.; GOUVEIA, P. (orgs.) *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p.133-157.
- BERGER, P.; LUCKMAN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BÉRIA, J. et al. A transa e o uso de camisinha em adolescentes escolares no Sul do Brasil. In: BÉRIA, J. (org.) *Ficar, transar... a sexualidade do adolescente em tempos de AIDS*. Porto Alegre: Tomo Editorial, p. 79-94, 1998.
- BERNARD, H.; RYAN, G. Qualitative and quantitative analysis of the text analysis. In: BERNARD, H. *Handbook of research methods in Cultural Anthropology*. Altamira Press, p. 595-646, 1998.
- BERQUÓ, E. (coord.). *Comportamento sexual da população brasileira e percepções do HIV/Aids*. São Paulo:CEBRAP/ Ministério da Saúde, 1999. (Relatório de Pesquisa)
- BILAC, E. *Mãe certa, pai incerto: da construção social à normatização jurídica da paternidade e da filiação*. Trabalho apresentado no GT Família e Sociedade, XX Encontro Anual da ANPOCS, Salvador, Bahia, 1996.
- BLOS, P. *Adolescência*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- BOCK, G. Pauvreté féminine, droits des mères et états-providence. In: DUBY, G; PERROT, M. (orgs.) *Histoire des femmes en Occident. Le XX siècle*. Paris, Vol. 5, p. 515-554, 2002.
- BORUCHOVITCH, E. Fatores associados à não-utilização de anticoncepcionais na adolescência. *Rev. Saúde Pública*, 26(6):437-443, 1992.
- BOURDIEU, P. O sentimento da honra na sociedade Cabília. In: PERISTIANY, J. (org.) *Honra e vergonha. Valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1973.
- _____. *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Editions de Minuit, 1979.
- _____. Condição de classe e posição de classe. In: _____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, p. 3-25 1982.
- _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

- _____. De quoi parle-t-on quand on parle de “problème de la jeunesse”? In: PROUST, F. (coord.) *Les jeunes et les autres. Contributions des sciences de l’homme à la question des jeunes*. Centre de Recherche Interdisciplinaire de Vacresson. Vol 2: 229-234, 1985a.
- _____. La construcción del objeto. In: *El oficio del sociologo*. México: Siglo XXI, 1985b.
- _____. À propos de la famille comme catégorie réalisée. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 100, p. 33-36, 1993.
- _____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Editora Ática, p. 46-81, 1994.
- _____. *Dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOZON, M.; LERIDON, H. Les constructions sociales de la sexualité. *Population*, 5: 1173-1196, 1993.
- BOZON, M. L’entrée dans la sexualité adult. Le premier rapport et ses suites. Du calendrier aux attitudes. *Population*, 5: 1317-1352, 1993.
- _____. Amor, sexualidade e relações sociais de sexo na França contemporânea. *Estudos Feministas*. Vol. 3, No.1, p. 122-135, 1995a.
- _____. Observer l’inobservable: la description et l’analyse de l’activité sexuelle. *Sexualité et Sida. Recherches en sciences sociales*. Paris:ANRS, p.39-56, 1995b.
- _____. Des rites de passage aux “premières fois”. Socio-ethnologie des rites de la jeunesse en France. In: DESDOUITS, A; TURGEON, L. (orgs) *Ethnologies francophones de l’Amérique et d’ailleurs*. Les Presses de L’Université Laval, p.187-196, 1997.
- _____. À quel age les femmes et les hommes commencent-ils leur vie sexuelle? Comparaisons mondiales et évolutions récentes. *Populations & Sociétés*, 391, julho 2003a.
- _____. Sexualidade e conjugalidade. A redefinição das relações de gênero na França contemporânea. *Cadernos Pagu* (20): 131-156, 2003b.
- BOZON, M. et al. *Sexualité juvenile, contraceptions et rapports de genre. Spontanéité et déséquilibres entre partenaires a l’initiation sexuelle au Brésil*. Disponível em <http://www-aidelf.ined.fr/colloques/seance5/t_bozon.pdf>, 2003.
- BOTH, E. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BRANDÃO, E. *Individuação e vínculo familiar em camadas médias: um olhar através da gravidez na adolescência*. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro IMS/ UERJ, 2003.

- BRUSCHINI, C.; HOLLANDA, H. *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 1998.
- BUVINIC, M. The costs of adolescent childbearing: evidence from Chile, Barbados, Guatemala, and Mexico. *Stud Fam Plann.* 29(2): 201-9, 1998.
- CABRAL, C. *Vicissitudes da gravidez na adolescência entre jovens das camadas populares do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2002.
- CALDEIRA, T. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CAMARANO, A. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: Comissão Nacional e Desenvolvimento, Vol. 1: 109-133, 1998.
- CAMARANO, A.; ARAÚJO, H. e CARNEIRO, I. Tendências da fecundidade brasileira no século XX: uma visão regional. In: GIFFIN, K; COSTA, S. (orgs.) *Questões da Saúde Reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 95-111, 1999.
- CAMPBELL, J. A honra e o diabo. In: PERISTIANY, J. (org.) *Honra e vergonha. Valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1973.
- CANNON, L et al. *Saúde e desenvolvimento da juventude brasileira: construindo uma agenda nacional*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 1999.
- CAPRANZANO, V. Diálogo. *Anuário Antropológico/88*. Brasília, Ed. UnB, 1991.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. A noção de colonialismo interno na etnologia. *Edições Tempo Brasileiro*, v.4, n.8, p.105 - 112, 1966.
- CARDOSO, R.; SAMPAIO, H. *Bibliografia sobre a juventude*. São Paulo: Edusp, 1995.
- CARPES, N. “Filho cedo não é a pior coisa que pode acontecer na vida”: um estudo sobre representação e práticas de juventude a respeito de transição de fase de vida a partir da maternidade e paternidade. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- CARRANO, P. *Juventudes e cidades educadoras*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2003.
- CASTRO, M. et al. *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Unesco, 2001.

- CITELI, M. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. In: *Estudos Feministas*, Ano 9(1): 131-145, 2001.
- CLIFFORD, James. Sobre la autoridade etnográfica. In: REYNOSO, Carlos (org.). *El surgimiento de la Antropología Posmoderna*. México, Gedisa, 1991.
- CORCORAN, J.; FRANKLIN, C.; BENNETT, P. Ecological factors associated with adolescent pregnancy and parenting. *Social Work Research*, 24(1): 29-39, 2000.
- CORRÊA, M. *A família nos anos 80: dimensões sociais do novo regime demográfico – Volume I*. Trabalho apresentado no GT Família e Sociedade, População e Sociedade. ANPOCS, Campinas, 1988.
- _____. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, A. et al (orgs.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil* Campinas: Editora da Unicamp, p. 15-42, 1994.
- CORRÊA, MV. Medicalização e a construção da sexualidade In: LOYOLA, M (org). *AIDS e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 117-140, 1994.
- COSTA, J. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- COSTA, M. Fecundidade na adolescência: perspectiva histórica e atual. *Jornal de Pediatria*, vol. 74, n. 2, p. 87-90, 1998.
- CÔTÉ, J. *La passage à la vie adulte et la maternité à l'adolescence dans la MRC de Pabok en Gaspésie*. Direction de la Santé Publique, Gaspésie – Îles de la Madeleine, Canadá: Quebec, 1996.
- CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M.; SUCENA, L. *Nem soldados Nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- CUNHA, A.; MONTEIRO, D. Gravidez na adolescência como problema de saúde pública. In: MONTEIRO, D.; CUNHA, A. e BASTOS, A. (orgs.) *Gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro: Revinter, p. 31-42, 1998.
- CZERESNIA, D. Construção científica e inovação teórica: um desafio para a epidemiologia. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*, 3(1): 77-90, 1993.
- DAMATTA, R. *O ofício do etnólogo ou como ter Antropological Blues*. Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro, Museu Nacional, p. 1-12, 1978.
- _____. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, 1979.
- _____. Treze pontos riscados em torno da cultura popular. In: *Anuário Antropológico/92* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 49-68, 1994.
- _____. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

- _____. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. *Mana* 6(1):7-29, 2000.
- DATASUS/SINASC. Sistema de Informação sobre os Nascidos Vivos. Disponível em <<http://www.datasus.gov.br>>, 2003.
- DAYERELL, J. Juventude, grupos de estilo e identidade. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n.30:25-39, 1999.
- DAYERELL, J.; CARRANO, P. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. Disponível em <<http://www.uff.br/obsjovem/>>, 2003.
- DEBERT, G. Envelhecimento e curso da vida. *Estudos Feministas*. Vol. 5, No. 1:120-128, 1997.
- _____. A Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de Idade. In: LINS DE BARROS, M. (org.) *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- _____. *O idoso na mídia*. Disponível em <<http://www.comconciencia.br/reportagens/envelhecimento>>, 2002.
- DESSER, N. *Adolescência: sexualidade e culpa. Um estudo sobre a gravidez precoce nas adolescentes brasileiras*. Brasília/DF: Ed. Rosa dos Tempos/UdunB, 1993.
- DONZELOT, J. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- DORNBUSCH, S. Transitions from adolescence: a discussion of seven articles. *Journal of Adolescence Research*, 15(1): 13-177, 2000.
- DRAGON, S. *Devenir père. Discours et trajectories des hommes face à la primipaternité dans le Québec contemporain*. Tese de doutoramento em Antropologia. Universidade de Montreal, Canadá, 2000.
- DUARTE, C. Escola e sexualidade do adolescente. In: BÉRIA, J. (org.) *Ficar, transar... a sexualidade do adolescente em tempos de AIDS*. Porto Alegre: Tomo Editorial, p. 63-78, 1998.
- DUARTE, L. *Da vida nervosa das classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, 1986.
- _____. Pouca vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas. In: LOPES, J. (org.) *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura de classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero/PROED, 1987.

- _____. Destradicionalização e não-modernização os males do Brasil são. Publicação do *Seminário Brasileiro: A Psicologia em Contexto*, Rio de Janeiro, p. 37-45, 1996.
- _____. O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna. In: HEILBORN, ML (org.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, p. 21-30, 1999.
- DUMONT, L. *Individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- DURHAM, E. *Família e Casamento*. Anais do Terceiro Encontro Nacional Estudos Populacionais. ABEP - Vitória, p.36, 1982.
- ELIAS, N. Les relations sexuelles. In: _____. *La civilisation dès mœurs*. Paris: Pluriel, p. 283-320, 1973.
- _____. O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- _____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, 2000.
- EAST, P. The first teenage pregnancy in the family: does it affect mother's parenting attitudes, or mother-adolescent communication? *Journal of Marriage and the Family*. 61(2): 306-319, 1999.
- ERIKSON, E. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- FALCÃO, D. *Norte tem mais grávidas adolescentes*. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo: 31 de agosto de 1998.
- FELDMANN-BIANCO, B. Capitalismo e Família. In: ARANTES, A. et al. (orgs.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil* Campinas: Editora da Unicamp, p. 161-184, 1994.
- FIÚZA, S. Identidade jovem em camadas médias urbanas. In: VELHO, G. (org.). *Individualismo e Juventude. Comunicações do PPGAS*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, n. 8, p.5-24, 1990.
- FLANDRIN, J-L. *Familles. Parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.
- FLINTER, A. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. In: *Sociologia da Juventude II*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 37-67, 1968.

FONSECA, C. Aliados e Rivais na Família. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4(2): 88-104, 1987.

_____. Pais e filhos na família popular (início século XX) In: D'INCAO, M. *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, p. 95-128, 1989.

_____. Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, p. 310-333, 1992.

_____. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, Ivete & RIBEIRO, A. (org.) *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, M. (org.) *A história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 510-553, 1997.

_____. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. *Os gatos de Zamzibar*. Porto Alegre, [xerox], s/d.

FONSECA, J. Paternidade adolescente: da investigação à intervenção. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B.(orgs.) *Homens e Masculinidades. Outras Palavras*. São Paulo: Editora 34, p. 185-214, 1998.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FRASER, A.; BROCKERT, J.; WARD, R. Association of young maternal age with adverse reproductive outcomes. *N Engl J Med*. 332(17): 1113-7, 1995.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, [1905] 1976.

FUKUI, L. Estudos e pesquisas sobre família no Brasil. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 10, p.13-23, 1980.

GALLAND, O. *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin, 1997.

GAGNON, J.; PARKER, R. Introduction. In: PARKER, R. e GAGNON, J. *Conceiving Sexuality*. New York: Routledge, p. 3-16, 1995.

GEERTZ, C. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp, 1993.
- GIFFIN, K. Corpo e conhecimento na saúde sexual: uma visão sociológica. In: GIFFIN, K; COSTA, S. (orgs.) *Questões da Saúde Reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p.79-94, 1999.
- GIRALDO, F.; CONGOLINO, M.; HERRERA, H. *Sociabilidades y sexualidad entre jóvenes de sectores populares de Cali*. Trabalho apresentado no VII Congresso Latino Americano de Ciências Sociais e Saúde. Angra dos Reis, out. 2003.
- GOGNA, M. Factores psicosociales y culturales en la prevención y tratamiento de las enfermedades de transmisión sexual. *Cad. Saúde Públ.* Rio de Janeiro, 14(Supl. 1): 81-85, 1998.
- GOUVEIA, P. 'Juventude-adolescente pobre' e 'valor trabalho'. In: ALVIM, M.; GOUVEIA, P. (orgs.) *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 59-80, 2000.
- GREGORI, M. (org.) et al. *Desenhos familiares. Pesquisa sobre família de crianças e adolescentes em situação de rua*. Unesco, Fundação BankBoston, 2000.
- GROPPO, L. *Juventude. Ensaio sobre Sociologia e História das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- GUGGIO, J.; PONZETTI Jr., J. Gender differences in affective reactions to first coitus. *Journal of Adolescence*, 20: 189-200, 1997.
- GUPTA, N.; LEITE, I. Adolescent fertility behavior: trends and determinants on Northeastern in Brazil. *Family Planning Perspectives*, 25(3): 125-1130, 1999.
- KNAUTH, D. R. O vírus procurado e o vírus adquirido: a construção da identidade entre mulheres portadoras do vírus da AIDS. *Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ, v.5, n.2, p. 291-301, 1997.
- _____. Morte masculina: homens portadores do vírus da AIDS sob a perspectiva feminina. In: DUARTE, F. e LEAL, O. (orgs.) *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 183-198, 1998.
- _____. *Gravidez e trajetórias afetivo-sexuais de jovens*. Trabalho apresentado no Seminário Juventude, Sexualidade e Gravidez, Porto Alegre, julho de 2003.
- KMIETOWICZ, Z. US and UK are top in teenage pregnancy rates. *BMJ*, 24 (8):1354, 2002.
- KIRBY, D. *Looking for reasons why: the antecedents of adolescent sexual risk-taking, pregnancy, and childbearing*. Washington, DC: National Campaign to Prevent Teen Pregnancy, 1999.

HEILBORN, M. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, A. & BRUSCHINI, C. (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, p. 93-126, 1992.

_____. De que gênero estamos falando? *Sexualidade, Gênero e Sociedade*, ano 1, no. 2, dez, 1994.

_____. O que faz um casal, casal? Conjugalidade, igualitarismo e identidade sexual em camadas médias urbanas. In: RIBEIRO, Ivete & RIBEIRO, Ana C. T. (org.) *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. (orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ABIA:IMS/UERJ, p. 136-145, 1996.

_____. Construção de si, gênero e sexualidade. In: _____ (org.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, p. 40-58, 1999.

HEILBORN, M; BRANDÃO, E. Ciências sociais e sexualidade. In: HEILBORN, ML (org.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, p. 7-20, 1999.

HEILBORN, M. et al. Aproximações sócio-antropológicas sobre gravidez na adolescência. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: Editora da Universidade, ano 7, 17, 2002.

HEILBORN, M. Sobre sexualidade, gênero, corpo e juventude. In: BRUSCHINI, C. e UNBEHAUM, S. (orgs.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Ed 34, p. 405-417, 2002.

HÉRITIÉR, F. *Masculin/Féminin. La pensée de la différence*. Paris: Odile Jacob, 1996.

HERSCHMANN, M. *O funk e o hip hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

HIGGINSON, J. Competitive parenting: the culture of teen mothers. *Journal of Marriage and the Family*, 60(1):135-149 1998.

HOGAN, D.; KITAGAWA, E. The impact of social status, family structure, and neighborhood on the fertility of African American adolescents. *American Journal of Sociology*, 90, 825-855, 1985.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNDA)*, 2003. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/trabalho/rendimento/pnda2002>>

- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores Sociais Mínimos. Censo 2000, 2002. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/ibge/estatística/população/condicaodevida/indicadoresminimos>>
- JORNAL LE MONDE. *Trente millions pour inciter à l'abstinence jusqu'au mariage*, Paris, 02 de julho de 2002.
- _____. *Préservatifs et pilules pourront être distribués gratuitement dans les écoles britanniques*, Paris, 27 de julho de 2002.
- LAVENU, D. Activités du temps libre et sociabilité de jeunes à la sortie de l'adolescence. *Loisir et société*. Vol 24(2): 403-430, 2001.
- LAWLOR, D.; SHAW, M.; JOHNS, S. Teenage pregnancy is not a public health problem. *BMJ*, 323:1428, 2001 (Letters: 15 Dezembro).
- LAWLOR, D.; SHAW, M. Too much too young? Teenage pregnancy is not a public health problem. *International Journal of Epidemiology*, 31: 552-554, 2002a (Point-Counterpoint).
- _____. What a difference a year makes? Too little too late. *International Journal of Epidemiology*, 31: 558-559, 2002b (Point-Counterpoint).
- LEAL, O. Sangue, fertilidade e práticas contraceptivas. In: LEAL, OF. (org.) *Corpo e Significado. Ensaios de Antropologia Social*. Editora da Universidade. Porto Alegre, p. 13-36, 1995.
- LEAL, O.; LEWGOY, B. Pessoa, aborto e contracepção. In: LEAL, OF. (org.) *Corpo e Significado. Ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre: Editora da Universidade, p. 57-76, 1995.
- LEAL, O.; RIETH, F. Ficar, namorar: desvendando práticas e representações adolescentes sobre sexualidade. In: BÉRIA, J. (org.) *Ficar, transar... a sexualidade do adolescente em tempos de AIDS*. Porto Alegre: Tomo Editorial, p. 27-36, 1998.
- LEAL, O.; FACHEL, J. Jovens, sexualidades e estratégias matrimoniais. In: HEILBORN, ML (org.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, p. 96-116, 1999.
- LEAL, A. *Uma antropologia da experiência amorosa: estudo de representações sociais sobre sexualidade*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- LESSER, J.; ANDERSON, N.; KONIAK-GRIFFIN, D. "Sometimes you don't feel ready to be an adult or a mom": the experience of adolescent pregnancy. *J Child Adolesc Psychiatr Nurs*. 11(1): 7-16, 1998.

- LÉVI-STRAUSS, C. A família. In: SHAPIRO, H. *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, p. 308-333, 1966.
- _____. *A noção de estrutura em etnologia*. Coleção Os Pensadores: Abril Cultural, 1976.
- _____. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- _____. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- LEWIS, O. *La cultura de la probeza. Pobreza, burguesia y revolución*. Editorial Anagrama, 1980.
- LINDELOW, M; MAUGHAN, B. Secular change in psychosocial risks: the case of teenage motherhood. *Psychol Med*; 27(5):1129-44, 1997.
- LYRA, J.; MEDRADO, B.; NASCIMENTO, P.; et al. “A gente não pode fazer nada, só decidir sabor de sorvete”. Adolescentes: sujeitos de necessidade a sujeitos de direitos. *Cad. CEDES*, v.22, n. 57, p. 9-21, 2002.
- LOYOLA, M. Sexo e sexualidade na antropologia. In: _____. (org.) *A Sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 7-48, 1998.
- _____. Sexualidade e medicina: a revolução do século XX. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(4):875-899, 2003.
- MACHADO, E. Retratos de juventude: imagens de juventude e violência no Rio de Janeiro. In: ALVIM, M. & GOUVEIA, P. (orgs.) *Juventude anos 90: conceitos, imagens e contextos*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, p. 35-58, 2000.
- MACHADO, L. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. *Interface _ Comunic, Saúde e Educ.* v. 4, n. 8, p. 11-26, 2001.
- MACHADO, P. *Muitos pesos e muitas medidas: um estudo antropológico sobre as representações masculinas na esfera das decisões sexuais e reprodutivas*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- MADEIRA, F.; RODRIGUES, E. Recado dos jovens: mais qualificação. In: *JOVENS acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, DF: CNPD, 1998. v. 2, p. 428-499.
- MAGALHÃES, M. Oportunidade e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: UFPEL/Livraria Mundial, 1993.
- _____. *História e tradições da cidade de Pelotas*. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1999.
- MAGRO, V. Adolescentes como autores de si próprios: cotidiano, educação e o hip hop. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 22, n. 57, p. 63-75, 2002.

- MALINOWSKI, B. *A vida sexual dos selvagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- MARCUS, G.; CUSHMAM, D. Las etnografias como textos. In: REYNOSO, Carlos (org.). *El surgimiento de la Antropologia Posmoderna*. México, Gedisa, 1991.
- MARTIN, K.; HUTCHINSON, S. Low-income African American adolescents who avoid pregnancy: tough girls who rewrite negative scripts. *Qualitative Health Research*. 11(2): 238-256, 2001.
- MANLOVE, J.; TERRY, E.; GITELSON, L. et al. Explaining demographic trends in teenage fertility 1980-1995. *Family Planning Perspectives*. 32(4): 166-175, 2000.
- MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac e Naif, p. 401-408, 2003.
- MAYFIELD-BROWN, L. Family status of low-income adolescent mothers. *Journal of Adolescent Research*, 4:202-213, 1989.
- MAWER, C. Preventing teenage pregnancies, supporting teenage mothers. *BMJ* (Editorial). 318: 1711-1724, 1999.
- McLEOD, A. Changing patterns of teenage pregnancy population based study of small areas. *BMJ*. 323:199-203, 2001.
- MEAD, M. *Coming of age in Samoa. A psychological study of primitive young for Western civilization*. Nova Iorque: Mentor Book, 1956.
- _____. *Adolescencia, Sexo y Cultura en Samoa*. Barcelona: Editorial Laia, 1975.
- _____. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- MEDRADO, B.; LYRA, J. A adolescência “desprevenida” e a paternidade na adolescência: uma abordagem geracional e de gênero. In: Ministério da Saúde. *Cadernos, juventude saúde e desenvolvimento*, v.1. Brasília, DF, 1999.
- MENDES DE ALMEIDA, M.; TRACY, K. *Noites nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- MINAYO, M.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3): 239-262, 1993.
- MINAYO, M. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro/São Paulo: Hucitec, 1998.
- MINAYO, M. et al. *Fala galera: juventude, violência e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

- MINAYO, M. et al. Possibilidades e dificuldades nas relações entre ciências sociais e epidemiologia. *Ciênc., Saúde Coletiva*, vol.8, n.1, p. 97-107, 2003.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. PROSAD — Programa Nacional de Saúde do Adolescente. Disponível em <<http://www.saude.gov.br>>, 2000.
- MONTEIRO, D. et al. Programa de assistência multidisciplinar à gravidez na adolescência. MONTEIRO, D.; CUNHA, A.; BASTOS, A. (orgs.) *Gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro: Revinter, p. 147-170, 1998.
- MONTEIRO, S. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: HEILBORN, ML (org.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, p. 117-145, 1999.
- MONTEIRO, T. Um estudo de rituais femininos em camadas de baixa renda. In: *Brasil. Norte e Nordeste. Estudos em Ciências Sociais*. ANPOCS/Inter-American Foundation, p. 141-185, 1988.
- MULATO, M.; SCHOOLER, C. Causal connections between socio-economic status and health: Reciprocal effects and mediating mechanisms. *Journal of Health and Social Behavior*; 43(1): 22-41, 2002.
- MUEHLENHARD, C. Categories and sexuality. *The Journal of Sex Research*; 37(2): 101-107, 2000.
- NOVAES, R. Juventude/juventudes? *Comunicações do ISER*, n. 50, ano 17, 1998.
- OLINTO, M.; GALVÃO, L. Características reprodutivas de mulheres de 15-49 anos de idade: estudos comparativos e planejamento de ações. *Rev. Saúde Pública*. 33(1): 64-72, 1999.
- OLIVEIRA, J. A fecundidade no Brasil e regiões nos últimos vinte anos do século XX. Dados preliminares do Censo de 2000, IBGE. Disponível em <<http://www.sbpnet.org.br/eventos/54RA/Textos/SBPC>>, 2002.
- OLIVEIRA, M. Gravidez na adolescência: Dimensões do problema. *Cad. CEDES*, v.19, n.45, p. 48-70, 1998.
- OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE. *Las condiciones de salud en las Américas*. Vol 1., 1992.
- OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Programa de saúde do adolescente da divisão de promoção e proteção à saúde – HPP, 2000.
- PAIM, H. Marcas no corpo: gravidez e maternidade em grupos populares. In: DUARTE, L.; LEAL, O. (org.) *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 31-48, 1998.

- PAIS, J. *Culturas juvenis*. Portugal: INCM, 1996.
- _____. (org.). *Traços e riscos de vida. Uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*. Porto: Ambar, 1999.
- _____. Sexualidade juvenil y cambio social: el caso de Portugal. *Salud Pública de México*, vol. 45, suplemento 1, p.26-33, 2003.
- PAIVA, V. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. (orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ABIA:IMS/UERJ, p. 213-234, 1996.
- PARKER, R. *Corpos, Prazeres e Paixões — A cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller, 1991.
- PARKER, R.; BARBOSA, R. (orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ABIA:IMS/UERJ, 173-188, 1996.
- PEIRANO, M. *A Favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PEIXOTO, C.; SINGLY, F.; CICCHELLI, V. *Família e Individuação*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- PEIXOTO, C.; CICCHELLI, V. Sociologia e Antropologia na vida provada na Europa e no Brasil. Os paradoxos da mudança. In: PEIXOTO, C.; SINGLY, F.; CICCHELLI, V. (orgs.) *Família e Individuação*. Rio de Janeiro: FGV, p. 7-12, 2000.
- PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. In: PERALVA, A.; SPÓSITO, M. (orgs.). *Revista Brasileira de Educação*. Número Especial: Juventude e Contemporaneidade. Maio/Jun/Jul/Ago de 1997, no. 5 e Set/ Nov/Dez de 1997, no. 6.
- PERISTIANY, J. *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1973.
- PIERRET, J. Elementos para reflexão sobre o lugar e o sentido da sexualidade na Sociologia. In: LOYOLA, M. (org.) *A Sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 48-68, 1998.
- PILLAI, V; BARTON, T. Sexual activity among Zambian female teenagers: the role of interpersonal skills. *Adolescence*. 34(134): 381-387, 1999.
- PIMENTA, M. et al. Passagem segura para a vida adulta: oportunidades e barreiras para a saúde dos jovens brasileiros. *Coleção ABIA. Saúde Sexual e reprodutiva*, Rio de Janeiro: ABIA, n. 1, 2001.
- PINTO e SILVA, J. Pregnancy during adolescence: wanted vs. unwanted. *Int J Gynaecol Obstet*. 63 (Suppl1):151-6, 1998.

- PIIT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. (org.) *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1973.
- PLOTNICK, R. The effects of attitudes on teenage premarital pregnancy and its resolution. *American Sociological Review*. 57(6): 800-811, 1992.
- POPULATION E SOCIÉTÉS. *L'art et la manière de quitter ses parents*. Bulletin Mensuel d'Information de l'Institut National d'Études Démographiques. Janeiro, no. 297, 1995.
- RANGEL, L. Da infância ao amadurecimento: uma reflexão sobre rituais de iniciação. *Interface – Comunic, Saúde, Educ*. No. 5: 147-152, 1999.
- REIS, A. Análise metafórico-metonímica do processo de constituição do pensamento da saúde pública acerca da adolescente grávida: os anos 60. *Cad. Saúde Públ.*, 14(Supl. 1):115-123, 1998.
- REIS, L. Jovens em situação de risco social. In: ALVIM, M.; GOUVEIA, P. (orgs.) *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 81-102 2000.
- RIETH, F. Amor e sexualidade. In: BERIA, J. (org.) *Ficar, transar... a sexualidade do adolescente em tempos de AIDS*. Porto Alegre: Tomo Editorial, p.15-26, 1998.
- RIETH, F. Pesquisa: Sexo, amor e moralidade. A iniciação da juventude de mulheres e homens, Pelotas (RS). Tese de doutoramento em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- RIOS, L. et al. Rumo à adulez: oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros. *Cad. CEDES*, v. 22, n. 57, p. 45-62, 2002.
- ROBBINS, C.; KAPLAN, H.; MARTIN, S. Antecedents of pregnancy among unmarried adolescent. *Journal of Marriage and the Family*, 43:339-348, 1985.
- ROSALDO, M. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, M; LAMPHERE, L. *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 33-64, 1979.
- _____. O uso e abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: UFRGS, Ano 1, no. 1, p. 11-36, 1995.
- ROSEN, G. *Da polícia médica à medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

- SAFFIOTI, H. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (orgs.) *Uma questão de gênero*, São Paulo: Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, p. 183-211, 1992.
- SALEM, T. *O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. Parentesco, individualismo e acusações. In: FIGUEIRA, S. e VELHO, G. (coord.) *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Campus, p. 77-89, 1981.
- _____. A trajetória do “casal grávido”: de sua constituição à revisão de seu projeto. In: FIGUEIRA, SA. (org.). *Cultura da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. Casal igualitário: princípios e impasses. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 9 (3): 27-34, 1989.
- _____. O “Individualismo Libertário” no imaginário social dos anos 60. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*, Vol. 1(2): 59-75, 1991.
- SALLY, S. Too much too young? In Nepal pregnancy is a public health, not a clinical, problem. *International Journal of Epidemiology*, 31:557-558, 2002 (Point-Counterpoint).
- SAMARA, E. *Família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SANTELLI, J.; LOWRY, R.; BRENER, N; ROBIN, L. The association of sexual behaviors with socioeconomic status, family structure, and race/ethnicity among US adolescents. *Am J Public Health*. 90(10): 1582-1588, 2000.
- SANTOS, S.; SCHOR, N. Vivências da maternidade na adolescência precoce. *Rev. Saúde Pública*. 37(1). São Paulo, fev 2003 (versão impressa on-line).
- SANSONE, L. Funk baiano: uma versão local de um fenômeno global? In: HERSCHMANN, M. (org.) *Abalando os anos 90 funk e hip hop: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- SARTI, C. Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo. *Cad. Pesq.*, São Paulo, (70):38-46, 1989.
- _____. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SAYLORS, K. *Oublier le corps: les dynamiques du corps féminin et de la pilule anovulante. Une étude ethnographique avec des femmes montréalaises*. Tese de doutoramento em Antropologia. Universidade de Montreal, Canadá: Montreal, 1999.

- SCHUCH, P. Aids e sexualidade entre universitários solteiros de Porto Alegre: um estudo antropológico. In: DUARTE, LF.; LEAL, O. *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 199-210, 1998.
- SCOTT, J. Gênero uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2) 71-99, Porto Alegre, 1995 [1988].
- SCOTT, P. Quase adulta, quase velha: por que antecipar as fases do ciclo vital? *Interface. Comunic, Saúde, Educ*, (8):61-72, 2001.
- SECRETARIA DO ENSINO FUNDAMENTAL – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. *Parâmetros curriculares nacionais – orientação sexual*. Brasília, 1996.
- SERVAIS, P. *Histoire de la famille et de la sexualité*. Paris: Academic, 1993.
- SEVALHO, G.; CASTIEL, L. Antropologia médica e epidemiologia. Processo de convergência ou processo de medicalização? In: ALVES, P.; RABELO, M. (orgs.) *Antropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteiras*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Relume-Dumará, p. 47-70, 1998.
- SIMMEL, G. *Sociologie. Étude sur les formes de la socialization*. Paris: Universitaires de France, [1908] 1999.
- SINGLY, F. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C.; SINGLY, F.; CICHELLI, V. (orgs.) *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV, p. 13-19, 2000.
- SINGH, S. Adolescent childbearing in developed countries: a global review. *Studies in Family Planning*, 29(2): 117-135, 1998.
- SINGH, S.; DARROCH, J. Adolescent pregnancy and childbearing: levels and trends in developed countries. *Family Planning Perspectives*, 32(1): 14-23, 2000.
- SOARES, W.; AGUIRRE, M. *Redes sociais, gênero e fecundidade: a fuga do reino das citações*. Trabalho apresentado no XVIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Minas Gerais: Ouro Preto, 2002. (disponível on-line ABEP).
- SPOSITO, M. Estudo sobre juventude e educação. In: PERALVA, A.; SPOSITO, M. (orgs). *Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED, n.5/6, p. 37-52, 1997.
- _____. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In: _____. (coord.) *Juventude e Escolarização – estado do conhecimento*. São Paulo: Ação Educativa, p. 6-40, 2000.

- TERTO Jr., V. Essencialismo e construtivismo social: limites e possibilidades para estudo da homossexualidade. In: *Scientia Sexualis Revista do Mestrado em Sexologia*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, ano V, n. 2, p. 23-42, 1999.
- THIERCÉ, A. *Histoire de L'Adolescence. 1850-1914*. Belin, Paris, 1999.
- TORRES, A. A individuação no feminino, o casamento e o amor. In: PEIXOTO, C.; SINGLY, F.; CICCHELLI, V. (orgs.) *Família e Individuação*. Rio de Janeiro: FGV, p. 135-156, 2000.
- TURNER, V. *O processo ritual. Estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VAN GENNEP, A. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- VANCE, C. Social constructionism theory: problems in the history of sexuality. In: *Which homosexuality?* Londres: GPM, p. 215-238, 1989.
- VELHO, G. Parentesco, individualismo e acusações. In: FIGUEIRA, S.; VELHO, G. (orgs.) *Família, Psicologia e Sociedade*, Rio de Janeiro: Campus, p. 77-89, 1981.
- _____. Família e Subjetividade. In: ALMEIDA, A. et al. (org.) *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, p. 79-87, 1987.
- _____. Destino e Projeto: uma visão antropológica. In : _____ *O Destino: uma gaiola fugiu a procura de um pássaro*. Rio de Janeiro: Terceira Margem Editora, p.79-81, 1988.
- _____. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: _____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, p. 13-38, 1999a.
- _____. Prestígio e ascensão social: dos limites do individualismo na sociedade brasileira. In: _____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, p. 41-54, 1999b.
- VIANNA, H. Introdução. In: VIANNA, H. (org.) *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- VICTORA, C. *Mulher, Sexualidade e Reprodução: Representações do Corpo em uma Vila de Classes Populares em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- _____. Os homens e a constituição do Corpo. Textos de Divulgação no. 005/97 do Corpus, *Cadernos NUPACS*, 1996.
- VICTORA, C.; KNAUTH, D.; HASSEN, M. *Pesquisa qualitativa em Saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

- VICTORA, C., F. BARROS, VAUGHAN, J. *Epidemiologia da Desigualdade*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989 (2^a. ed).
- VICTORA, C. et al. *Relatório Final de Pesquisa - Fapergs: Prevenção e manejo da gravidez na adolescência: um estudo de coorte desde o nascimento até a maternidade*. Pelotas, RS, 1982-2001, janeiro/2003a.
- VICTORA, C. et al. The Pelotas (Brazil) Birth Cohort Study, 1982-2001. *Cad. Saúde Públ.*, 19(5):1241-1256, 2003b.
- VILAR, D.; GASPAR, A. Traços redondos: a gravidez em mães adolescentes. In: PAIS, J. (org.). *Traços e riscos de vida. Uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*. Porto: Ambar, p. 31-91, 1999.
- VILLELA, W.; BARBOSA, R. Opções contraceptivas e vivências da sexualidade: comparação entre mulheres esterelizadas e não esterelizadas em região metropolitana do sudeste do Brasil. *Rev. Saúde Pública*, 30(5): 452-9, 1996a.
- VILLELA, W.; BARBOSA, R. Repensando as relações entre gênero e sexualidade... In: PARKER, R.; BARBOSA, R. (orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ABIA:IMS/UERJ, p. 189-199, 1996b.
- WOOD, K.; MAFORAH, F.; JEWKES, R. "He forced me to love him": putting violence on adolescent sexual health agendas. *Soc Sci Med*, 47(2):233-42, 1998.
- WOORTMANN, K. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

ANEXOS

ANEXO 1 - RESUMO DOS CASOS

Cora - Aos 15 anos engravidou do único namorado que teve. Começaram a namorar quando ela tinha 13 anos e ele 23 anos. Quando percebeu que sua menstruação estava atrasada sete dias ela fez um exame de sangue e teve a confirmação da gravidez. Depois de contar para a sua família, decidiram casar. Casou grávida (aos sete meses) e seguiu morando com os pais, no mesmo terreno, pois seu pai construiu uma casa para o casal. Ela só fazia o que achavam correto, procurava sempre agradar o marido, dizia-se super apaixonada por ele. Era do tipo certinha, que fica em casa mais do que qualquer outra coisa. Ficou casada por três anos. Começou a sentir falta de carinho e atenção, pois seu marido só tinha olhos para a filha e não conversava com ela. Separaram-se. Na época do seu casamento, ela dizia pensar que a vida que levava era a melhor; não pensava em seguir estudando, por isso parou com os estudos. Seguiu morando com os pais, mas tem seu apartamento separado (a sua casa ficou para a sua irmã, tudo no mesmo terreno, que é bem grande). Tem tudo o que precisa bancado por seu pai, mas tem menos privacidade. Sua mãe está sempre de olho no que ela possa fazer. O ex-marido freqüenta, seguidamente, a sua casa, pois quer retomar a relação, com a ajuda da mãe dela. Sua mãe acha que mulher depois de ter filho tem que ficar casada e agüentar o que for necessário. Ela diz que atualmente tem a mente aberta e que conseguiu sair daquele estado infrutífero. O seu pai é o que menos se mete diretamente na sua vida e ela fala dele com maior carinho. Aos finais de semana, ela quer sair e tem que pedir para a mãe cuidar da filha, de 3 anos; por seguidas vezes a mãe se nega e xinga dizendo que Cora não pára em casa. Seu sonho é ter uma casa própria e um carro. De forma diferente de outras meninas ela é a que mais quer ter dinheiro para distinguir-se socialmente.

Elisa - Aos seis anos de idade, quando seus pais se separaram, ela e o irmão foram morar com o pai. A mãe não poderia ficar com eles porque não tinha trabalho. Com o pai, eles sentiram mais as proibições. O pai não deixava eles ficarem na rua ou ter amizades. Aos 11 anos, eles tiveram a oportunidade de escolher se continuariam ou não com o pai. Escolheram voltar para a mãe, que os visitava sem problemas neste período de separação. Na casa do pai e na casa da mãe era ela quem preparava as refeições e cuidava da casa. Os bairros não eram distantes; com o pai eles moravam numa vila e com a mãe no bairro que faz divisa com a vila. Quando comecei a conversa com ela, a mãe tinha um companheiro. Nas últimas entrevistas, em 2001 e 2002 ela não estava mais com este companheiro. Aos 15 anos, Elisa reclama que não tem amigas, pois as que tinha já casaram e estavam tendo filhos. Antes de começar a namorar ela ia a algumas festas feitas por colegas. Ela podia ir, pois eram na casa dos amigos, e lá ficava com alguns colegas de escola. A mãe não sabia que ela ficava. A primeira vez que ela viu a filha beijando, aos 12 anos, não hesitou: bateu nela na frente do menino. Depois, a deixou de castigo durante um tempo, proibindo-a de sair novamente. Havia uma regra estabelecida pela mãe: sair um sábado a cada 15 dias. Numa destas saídas, com 15 anos, conheceu o pai da sua filha. Ele começou a esperá-la na saída da escola. Uma vez a avó viu e contou para a sua mãe. A mãe pediu que ela namorasse em casa. Depois que começou a namorar, não saía mais sozinha, sempre acompanhada dele, ou ficava em casa. Aos 15 anos ela também pensava em casar. O namorado estava mais resistente dizendo que ela poderia não se adaptar à vida de casada e que os dois poderiam se cansar um do outro. Nesta idade, ela conseguiu um emprego temporário de babá. Diz que sempre teve vontade de ser independente (da mãe) e poder comprar com seu

dinheiro as suas coisas. Elisa casou com esse namorado. Morou, por algum tempo, na casa da sogra, onde eles possuíam um quarto só para eles. Eles têm uma única filha (1 ano e 2 meses); ela engravidou aos 17 anos, mas sua primeira transa foi aos 14, quase 15 anos. Quando morou com a sogra, a relação entre elas não foi boa. Elisa voltou para a casa da mãe quando se separou do companheiro (“*damos um tempo*”). Sua mãe, que também havia morado em outro bairro, voltou na mesma época para a casa da avó materna de Elisa. Ela afirma que o companheiro, como não saiu de seu bairro, segue fazendo coisas que fazia com seus amigos. Ele sai e vai para festas e ela fica em casa com a filha. Sente falta de seu espaço de quando era solteira; de certa forma, ela fala o quanto se sente só, estando casada e morando noutra bairro onde não tem ninguém conhecido. Tanto ela quanto o pai de sua filha estão sem emprego.

Leila - Mora com os pais e o irmão mais velho. A mãe teve o primeiro filho aos 16 anos e teve Leila aos 20 anos. O primeiro namorado sério de Leila foi um vizinho, ela tinha 15 anos; contou para o pai, e o rapaz (18 anos) começou a freqüentar a casa. Leila dizia ter liberdade com sua mãe e com ela conversar sobre tudo. O pai é a figura mais difícil e controladora da casa. Ela dizia ter que pedir autorização para sair quando tinha 15 anos. A família passou por algumas dificuldades financeiras. Os pais sempre trabalharam, mas seu pai não pôde trabalhar por um bom tempo porque havia levado três tiros de um vizinho que estava querendo brigar com o irmão da Leila. Ainda são vizinhos e isso fez com que Leila se separasse de algumas amigas que moram no mesmo bairro. Leila tem mais amigas na escola; as do bairro são consideradas como “maconheiras”. Segundo Leila, a explicação para essas diferenças está na família; os pais destas meninas são separados. Durante seus 15-16 anos ficou mais em casa e na escola. O namorado é bastante ciumento e sempre que pode está na sua casa. Brigam e voltam; esse é o ciclo contínuo do namoro. O namorado começou a fazer terapia para poder conseguir se relacionar melhor com a namorada e com outras pessoas. Ela foi a algumas sessões de terapia para poder investir no relacionamento. A família colocou horários para o término dos encontros ou saídas de ambos (em casa até às 22:30h e aos finais de semana, às 22:00h). Aos 15 anos, acabou rodando na 8ª série, porque desistiu de fazer a recuperação; achava que não estava suficientemente preparada para fazer os exames. Não mencionou qualquer discordância deste ato por parte da família. Tem vontade de trabalhar, mas seu pai não concorda pela idade. Ela defende idéias de que a mulher tem que ser independente, tem que ter seu trabalho e seu dinheiro para não depender do marido. Leila, depois que começou a namorar, prefere estar mais em casa do que na rua. Acha que já enjoou dos programas – sua melhor amiga diz e faz o mesmo. A mãe dela prefere que ela traga as amigas para sua casa, do que ela ir para a casa das amigas ou ande na rua. Mesmo com tanto controle, aos 17 anos ela engravidou. O pai reservou a garagem para o quarto do bebê. Ela e o namorado decidiram morar com os pais. A mãe e o pai deram todo o apoio necessário à filha durante a gravidez. Ela segue planejando sua vida, com um futuro profissional – almejava poder trabalhar com arquitetura e ser independente financeiramente. O noivo estava cada dia mais ciumento e ela fala disso com certo orgulho. O noivo trabalhava e com a chegada do bebê ele queria retomar aos estudos, que estão sempre associados a um futuro mais rico. Depois de dois anos juntos, o casal se separou. Leila diz que sente falta de seu espaço e de tempo para fazer “suas coisas”. Os pais seguem do seu lado, cuidam da criança (1 ano e 6 meses) para que ela possa sair à noite, como se fosse necessário retomar o tempo perdido pela maternidade.

Cecília - Da primeira vez que tive contato com ela, foi uma surpresa. Sua casa estava cheia de crianças, cada uma de uma cor e raça. Não entendia o que se passava ali. Havia uma empregada que ao que parecia estava tomando conta das crianças, no entanto nenhuma delas a obedecia. Cecília, por sua vez, estava como se o silêncio imperasse na casa – aquela gritaria não a incomodava. Uma desorganização parecia imperar na casa (brinquedos espalhados, pedaços de bolacha, gatos pequenos andando pela casa). Cecília, no primeiro encontro, colocou-me à prova com suas respostas monossilábicas. Tentei conversar, mesmo sabendo que pouco iria conseguir desta vez. Em seguida sua mãe chegou e me deixou praticamente de boca fechada, pois não parava de falar. Mil histórias ao mesmo tempo e sem problemas, aparentes, de contar como era sua família e suas ocupações. Foi quando entendi que todas aquelas crianças eram adotadas. Ela pegava qualquer criança que uma mãe não quisesse; já era conhecida no local por isso. Eram mais de seis crianças com idades entre dois e cinco anos. Cecília, foi “criada” por sua avó materna, que morava na mesma casa com sua mãe. Sua mãe é separada do seu pai. Cecília praticamente não o conhece; ele saiu de casa quando ela ainda era bastante pequena. Segundo a mãe de Cecília, ele bebia muito e a machucava. Cecília, ao contrário da mãe, não quer mais nenhum contato com o pai. Nunca mais o viu. A mãe hoje tem um namorado, que é mais um amigo do que um amante. Com a avó Cecília tinha tudo o que queria. Era a avó quem a proibia de fazer muitas coisas, como sair à hora que quisesse. Havia limites bem postos e que deviam ser obedecidos. A mãe de Cecília, como trabalhava em outra cidade (ela é fisioterapeuta), passava boa parte do dia longe e não acompanhava todos os processos de crescimento da filha. Aos 16 anos de Cecília, a sua avó faleceu. Foi um choque grande. Sua mãe teve de assumir o papel de mãe e, como uma iniciante, não sabia o que fazer. Foi quando Cecília começou a sair diariamente. Ela passava alguns dias na casa das amigas e a mãe não interferia; algumas vezes dizia que não gostava destas atitudes da filha – no entanto, não as interditava. Aos 15 anos namorou um rapaz de outra cidade e foi com quem transou a primeira vez. Depois desta época, conheceu o pai de sua filha. Estudavam no mesmo colégio. Ela lembra que as amigas sumiram de sua volta quando começou a namorá-lo; ela diminuiu suas saídas e namorava em casa. Quando desconfiou da gravidez, aos 17 anos, sua mãe foi com ela fazer os exames. Ele “assumiu” a paternidade, mas antes fora bastante pressionado, principalmente pela mãe dela. Aos três meses de gravidez ela foi morar com o namorado na casa emprestada pelos pais do namorado. O local é bastante longe de onde ela sempre morou. As diferenças incluem também o nível socioeconômico da vizinhança; saiu de uma zona de classe média do bairro para um bairro popular. Ela estava estudando na época em que engravidou; parou por “vergonha” da barriga. Voltou mais tarde aos estudos, mas não pôde concluir o ano porque a filha nasceu prematura. Em razão da prematuridade e dos cuidados mais intensos ela morou com a mãe até os três meses de idade da filha; seu companheiro a acompanhou. Aumentou a necessidade de privacidade e com o crescimento da filha o casal retornou à casa emprestada pelos pais dele. Hoje ela trabalha e não estuda. Mas a mãe dela lembra que o companheiro tinha muitos ciúmes e ia de surpresa à escola e pedia para ela sair da aula. O medo de Cecília é chegar “aos 30 anos” e não ter construído nada, sabendo que a filha depende dela. Começou a falar isso para a mãe, que logo lhe propôs voltar a morar com ela, pois assim cuidava da neta e a filha podia trabalhar e voltar a estudar. Ela retomou os estudos e a filha, de 1 ano, ficava aos cuidados da mãe. A relação entre Cecília e o marido enfrentava dificuldades. Sua mãe construiu um sobrado nos fundos do seu terreno para que Cecília tivesse onde ficar. Eles se separaram depois de várias brigas, e também por ele não tomar uma postura de pai-provedor. A mãe dela acredita que houve alguma

agressão física para que Cecília saísse tão decepcionada com o companheiro. Cecília nada menciona sobre isso.

Denise: Ela tem uma família bastante unida. Seus pais são lembrados sempre com muito carinho e delicadeza. Na sua adolescência, Denise começou a namorar o filho de um grande amigo do seu pai. Sua família não foi contra, mas não achava a melhor escolha, justamente por conhecer o rapaz muito bem. Eles namoraram por pouco tempo e ela engravidou. Ela estava com 15 anos quando isso aconteceu; ele tinha 16 anos. Parou de estudar. Noivou e casou rapidamente. Ela foi morar com os pais dele. Sentiu bastante a saída da casa dos pais. Ela começou a ajudar na casa da sogra, onde eles têm uma padaria. A filha, quando nasceu, tornou-se a atenção da família. Na casa moram: os pais dele; a avó dele; e um irmão. Na casa dos pais dele ela tem a certeza que o marido não vai amadurecer, pois ela o considera bastante criança, atrapalhando a sua relação e a relação dele com a filha. Denise reclama que o marido não a ajuda com a menina, não procura ficar mais tempo com ela, usa o tempo livre para fazer as coisas que fazia quando ainda solteiro (sair com amigos, pescar, jogar). Ela procura não contar isso para seus pais, pois seria confirmar as suspeitas de sua família e lhe dar motivo para preocupações. Na casa da sogra tem toda a estrutura material que necessitam. Ela estava tentando convencer o marido que deveriam ter sua casa, pois seria uma forma de lhe impor responsabilidade e levar uma vida de casal. A sua sogra não estava gostando desta idéia, porque a neta (de quase 3 anos) iria junto.

Natália - Mora com os pais, a irmã, o cunhado, os dois filhos (um menino de 1 ano e 5 meses e uma menina de 6 meses) e o marido. Ela é uma pessoa bastante tímida e de pouca fala. Seus pais estiveram separados por um tempo apenas; foi quando ela e os irmãos moraram apenas com a mãe. Passaram mais dificuldades (financeiras) e depois os pais retomaram a vida juntos e se mudaram para onde eles moram hoje. Melhoraram de vida e vivem dentro de um padrão médio. Sua mãe, que participou de uma das entrevistas, se mostrou uma pessoa bastante aberta e jovem. Ela me disse que seu marido não é assim, é mais fechado, como a Natália. Natália, ao me mostrar seus dois filhos, conta que está com o pai das crianças há cinco anos; foi seu único namorado. Começou a namorá-lo com 13 anos, ele tinha 15 anos. A tia dele, que era vizinha da família, foi quem os apresentou e conversou com a mãe da Natália para que os dois pudessem começar a namorar. Eles já estavam decididos a casar quando ela engravidou. Foram morar com a mãe dele. Alguns meses se passaram e Natália não conseguiu se adaptar à casa e aos hábitos e voltaram a morar com os pais dela. Eles estão construindo uma pequena casa no mesmo terreno para que fiquem em definitivo lá. Ela, assim como muitas, também interrompeu seus estudos. Deseja retomá-los logo, só não ficou claro para quê. Sua mãe falou, baseada na sua experiência, que tanto a Natália como o marido deveriam aproveitar mais o tempo para lazer. Ela e a mãe dele se propõem a cuidar das crianças para que a rotina do casamento não abale o convívio. Natália só diz que não gosta de sair e que o marido gosta, mas fica em casa para não contrariá-la. Ela é uma jovem bastante tímida, o contrário de Dona Natália, que fala muito e está sempre receptiva para as conversas. Natália e sua família moram no terreno da casa dos pais dela. Construíram uma casa pequena, mas ela passa mais tempo na casa da mãe. As crianças adoram a avó e as tias que as mimam.

Vanda – Reside com seus pais. Ela tem mais uma irmã que se casou há pouco. Começou a namorar com 14 anos. Seu primeiro namoro durou um ano e meio e

terminou bruscamente, sem muitas explicações. Nem ela soube explicar exatamente os motivos. Era um namoro que os pais sabiam e apoiavam. Quando acabou: “*ah, eu fiquei para morrer*”. Passado um certo tempo ela conheceu um quase vizinho, que fazia um estilo bastante diferente do namorado anterior. Esse era cabeludo, festeiro, namorador, bom de papo etc. Depois de ficarem numa festa ela começou a se interessar por ele e vice-versa. Fato que até mesmo a Vanda estranhou, pois ela não tem um *corpinho* (sente-se gorda) e nem é semelhante às meninas que ele namorava. Ele a pediu em namoro. Ela contou para a mãe sobre o pedido e a mãe reagiu negativamente. Seu pai não lhe negava nada, mas também não se envolvia com estes assuntos. A mãe não apoiou, principalmente porque este rapaz tinha cabelos compridos (“*cabeludo*”), um sinônimo de perigo, de não trabalhador e de malandro. Mas, sem consentimento, ambos seguiram namorando escondido. Ela engravidou deste namorado aos 15 anos. Segundo Vanda, foi na sua primeira e única transa com ele. Não usaram qualquer método contraceptivo, pois aconteceu em um momento impulsivo, embora soubessem dos riscos da gravidez (não fala de doenças sexualmente transmissíveis). Ao contar para ele que estava grávida, a primeira reação/sugestão foi de ela fazer um aborto. Ela não aceitou e se sentiu ofendida. Romperam. Ela ficou morando na casa dos pais e mantiveram poucos contatos pessoais e muitos por telefone. Quando ela soube que ele engravidou outra menina, ela desistiu de tentar trazê-lo para seu lado e resolveu cuidar sozinha do filho, com o apoio da sua família. Durante a gestação, ela sentiu que os amigos não mais apareciam e que ficou mais sozinha. A explicação que ela tem para isso é a de que, na verdade, eles não eram seus amigos. Diferente de outras, ela não precisou parar de estudar; já tinha concluído o ensino médio quando engravidou. Nunca mais teve qualquer relacionamento com outro homem. Diz que o próximo vai ter que se adaptar ao seu jeito; acha-se mais exigente por uma questão de proteção. Não costuma sair de casa e tem um único objetivo: entrar na universidade e conseguir um trabalho para poder ajudar em casa. O que ela deixa transparecer é que quer decididamente ter independência para poder criar seu filho (2 anos) da forma como ela acha melhor – que é diferente de seus pais – e que o filho tenha uma casa em que ele possa trazer os amigos, sem que isso incomode a família.

Paula - Ela, aos 15 anos, morava com a mãe, o irmão e uma sobrinha de dois anos. A avó mora a poucas casas dá dela – estão sempre em contato. Ela tem mais duas irmãs casadas. Há mais três irmãos que são filhos somente do seu pai, que já faleceu. Os três outros são do primeiro casamento da mãe. Paula, aos 14 anos começou a *ficar* e ir a bailes. Aos 15 anos ela namorava um rapaz de 18 anos. Não havia apresentado à família e nem contado sobre o namoro. Queria contar primeiro para a avó e sentir a reação para poder falar para a mãe. A sua mãe é empregada doméstica. É a Paula quem, desde os 12 anos, limpa, cozinha e arruma a casa diariamente. Sua mãe, aos 15 anos, a deixava de castigo quando ela fazia algo desaprovador. Paula, naquela época, já havia rodado duas vezes na escola. Quando fez 15 anos deu uma festa, que foi paga em conjunto por toda a família. Ainda, aos 15 anos ela perdeu seu pai e seu avô materno. Desde então, sua mãe tornou-se mais apática e, não contraditoriamente, agressiva quando conversa com familiares. Segundo Paula, sua mãe já era uma mulher calada e não participava das atividades da escola. O primeiro namorado ela conheceu numa festa. Ela justifica que estava cansada de ficar. Ela afirma que gosta mesmo é de estar em casa e de dar um passeio pelo bairro, à tardinha. Depois que começou a namorar nunca mais *ficou* com outro rapaz. Ela e o namorado decidiram morar juntos na casa dela. Paula se dizia preparada para se casar, associando casamento à vida doméstica. Quando ele se muda

para a casa dela, Paula comenta que na escola as colegas demonstraram ciúmes por ela ter “noivado” aos 16 anos. Ela começou a tomar anticoncepcional, sem receita médica, antes de casar e antes de ter começado a ter relações sexuais com o namorado. No sétimo mês de namoro, aos 17 anos, quando já estavam morando juntos, ela desconfiou de uma gravidez, mas o exame deu negativo. Ela voltou a sonhar e planejar a festa oficial de noivado e casamento. Fez questão de realizar o sonho dos pais de verem uma das filhas vestida de noiva. Aos 18 anos, ela cuidava de duas sobrinhas, para que a irmã pudesse trabalhar. Ajudava a mãe e a avó, que estava doente. Havia casado oficialmente. O marido trabalha mantendo os dois. Paula retomou os estudos que havia interrompido aos 17 anos para cuidar da avó, mas depois novamente o abandonou. A casa dela e do marido localiza-se no mesmo pátio que a da sua mãe. Planejava engravidar e estava fazendo um tratamento médico para anemia e infecção vaginal. Quando o marido perdeu o emprego foi justamente quando ela engravidou. Ele faz biscates. Ela segue bastante vinculada à família, ao casamento e à filha. Sai cada vez menos.

Rose - Aos 15 anos moravam juntos: Rose, a sua mãe e um irmão (de 22 anos). A irmã mais velha (34 anos) morava perto e estava sempre em contato com eles. O pai faleceu quando Rose tinha sete anos. A mãe já foi casada duas vezes; a filha mais velha é do primeiro casamento e tem mais três deste casamento que não moram com ela. O filho e a Rose, que moram com a mãe, são do segundo casamento dela. No primeiro casamento, o marido que faleceu era pescador. No segundo casamento, com um viúvo militar, a mãe adquiriu mais estabilidade financeira; ele faleceu e ela recebe o soldo militar do ex-companheiro. O filho mais velho não trabalha e a filha de 33 anos a ajuda nos cuidados da casa. Rose lembra-se que depois da primeira menstruação seu corpo começou a se modificar: cresceu e engordou rapidamente, deixando marcas de estrias. Com 15 anos ela não tinha *ficado* e nem namorado; as gozações das amigas e colegas continuavam. Começou a fazer um regime para reduzir as medidas corporais. Todas as amigas já tinham algum tipo de experiência amorosa com meninos. Mas ela se achava muito nova para qualquer tipo de contato. Sua mãe já permitia que ela namorasse, desde que fosse em casa e com a sua aprovação. Com 17 anos, após convulsões, fez uma cirurgia para colocar uma válvula na cabeça, pois descobriram que ela tinha hidrocefalia. A mãe a considerava uma filha “arrenegada”: distraída e brigona demais. Aos 16-17 anos ela começou a ir a bailes, quando ia para a casa da irmã, na Colônia dos pescadores. Nestes bailes, conheceu alguns rapazes e começou a ficar e namorar. Com um segundo namorado ela mantinha relações sexuais e não se prevenia porque ele não gostava de usar camisinha. Dona Rose, sempre preocupada com a sexualidade da filha (em virtude da hidrocefalia) procurou ajuda de uma psicóloga para aconselhá-la. A hidrocefalia era usada por Rose de uma forma vantajosa. Ela conseguiu a aprovação da mãe para muitas coisas que ela sabia que, se não tivesse este problema, seriam mais difíceis, por exemplo, deixar de ir à escola. Aos 17 anos perdeu a virgindade e aos 18 ficou grávida e, junto com o namorado, decidiu casar com o apoio das famílias de ambos. A mãe dela fez tudo o que pôde para dar conforto e construir uma casa no mesmo terreno que ela mora. Assim foi. O casal morou um tempo com a mãe, antes da casa deles estar terminada e depois um tempo na casa da mãe dele. Por fim, vieram para a casa já construída. Rose teve algumas convulsões neste período que a colocam sempre sob os cuidados da mãe e do marido. A criança nasceu bem e ela estava adorando ser mãe, embora dissesse que agora ela teria planejado o filho para mais tarde.

Mara - Uma das primeiras coisas que soube sobre seus pais é que são pessoas de posse. Mara tem seis irmãos, todos já casados. Seus pais valorizam uma postura mais tradicional de namoro. Certa vez, foi a uma formatura e conheceu seu atual marido. Lembra que na época, com 16 anos, ela recém estava conseguindo sair mais, com a permissão da mãe, e não queria namorar sério ninguém. Ela foi direta e disse isso para ele, depois de terem *ficado* algumas vezes. Começaram a namorar, ela já estava com 17 anos e no quarto mês de namoro transaram pela primeira vez. Foi a primeira vez dela. Esse namoro foi escondido da sua família; segundo ela, diz que sentiu que com esse era diferente e não queria levar para casa, sabendo que a mãe iria logo pressionar para um casamento – mesmo que ela não o conhecesse bem. Um mês após esta transa sua menstruação não veio e ela soube que estava grávida. Contou para a mãe, que sempre achou sexo algo nojento e evitável. A reação dos pais foi construir uma casa no terreno da família e impor que lá o casal morasse. Mas antes que de casar, Mara ficou morando nesta casa sozinha e foi proibida de ver diariamente o namorado. Ele, por sua vez, foi internado por estresse decorrente dessa situação. O sogro, entendendo a situação e sabendo que seu filho não se dava bem com a mãe dela, aconselhou e ofereceu aos dois que fossem morar com ele, no apartamento que tem nos fundos da casa que ele aluga. Mara “teve” de parar de estudar porque não se sentia bem longe da filha e preferiu investir seu tempo para estar junto ao nenê (6 meses). O marido trabalha fazendo concertos de eletro-eletrônicos em uma loja. Com o tempo de convivência com a família dele, Mara se decepcionou com a sogra e com o sogro. A sogra é do tipo “acomodada” e ela não quer que isso influencie o seu marido. Sua relação com seus pais vem se modificando gradativamente. Ela sabe que se precisarem podem contar com a sua família, mas evita qualquer pedido para que eles não tenham também o direito de se meter na relação deles. Por fim, ela voltou a morar numa casa bem próximo da mãe, pois o sogro tinha de entregar a casa onde moravam. Ela procurou e encontrou uma casa de tamanho médio, na mesma quadra onde mora a sua mãe. Ela estava muito contente, porque teria mais privacidade e estaria novamente no bairro onde foi criada. Estavam com planos de procurar emprego em outra cidade e estado para conseguir ter mais condições econômicas. Ela estava fazendo a burocracia para retomar seus estudos à noite, com o apoio do marido, que ficaria em casa cuidando da filha.

Brenda - Sua família biológica a deu para adoção quando ela tinha um ano de idade; foi adotada por um casal que a levou para morar na zona rural. Sempre sentiu uma discriminação por parte dessa família, que enfatizava que ela era adotada dizendo que não era uma filha e sim, uma filha adotada. Os colegas de escola faziam piadas com isto. Os pais adotivos se separaram. Ela morou com a mãe e a avó adotiva. O pai adotivo tentava abusar sexualmente dela desde os três anos de idade. Ela não contou nada para a família até os sete anos, porque a avó gostava muito do pai. Quando começou a entender mais o que se passava e estava cansada das tentativas de abuso, contou sobre o pai à polícia (ele não foi preso, mas foi chamado para dar explicações). Neste período, eles já haviam retornando para a zona urbana. Com sete anos ela foi entregue para outra família e diz que “*não deu certo (...) a mulher bebia muito*”. Fugiu de casa e foi morar na rua. Sua iniciação sexual, segundo Brenda, foi aos “*sete ou oito anos*”- por iniciação ela entendia carícias, mas a sua primeira transa foi aos 12 anos. Na rua, após passar por muitas humilhações, conheceu uma menina que a levou para morar na sua casa. Fazia muitas tarefas da casa e “*não tinha liberdade para nada*”. Aos 13 anos, conheceu um rapaz, que por acaso tinha uma tia que criava uma outra menina bastante parecida fisicamente com ela. Elas se encontraram e conversaram. Descobriram

que eram irmãs. Conferiram os documentos. Seus pais biológicos foram avisados e vieram reencontrá-la. A mãe se emocionou no encontro, mas o pai foi bastante seco. Seguiu morando na casa da amiga. Conheceu seu atual marido e se casou aos 13 anos, ele tinha 23 anos. A família biológica não aprovava a relação deles, visto que ele era drogado e não tinha condições emocionais e financeiras para mantê-la. Durante pouco tempo Brenda e o namorado estiveram separados; ela foi para a casa dos pais. O namorado foi procurá-la para se reconciliar e o pai natural de Brenda disse que a filha só sairia de lá casada. Assim foi. Ela não respeitou os comentários sobre drogadição e foram morar juntos, na casa da mãe dele. Ela, aos 13 anos, ficou grávida de gêmeos e perdeu (aborto espontâneo). Na época, ela cuidava de uma filha dele, de 11 meses. Depois teve seus dois primeiros filhos com o marido. Quando esta filha biológica (só) dele estava com três anos a mãe biológica (ex-mulher dele) voltou para buscá-la. Essa menina foi retirada dos cuidados da ex-mulher por alegação de maus tratos e foi dada para adoção. Brenda tentou convencer o promotor público que ela tinha condições de cuidar novamente desta criança, como de fato tinha feito até a mãe aparecer, mas o pedido foi negado. Seu marido não se importou, porque sempre desconfiou da sua paternidade. Brenda ficou muito desapontada e até hoje gostaria de reencontrar esta criança; sente-se de alguma forma mãe dela e se ressentido pelo fato dessa filha ter sido adotada. Ela e o companheiro se converteram à igreja evangélica aos 15-16 anos, pois se sentiam mal quando bebiam; era uma prática comum para ambos. O marido parou de usar drogas, foram morar um tempo na zona rural – ele conseguiu um emprego temporário em uma granja. Terminado o tempo de trabalho, retornaram para a cidade. Foram morar “*de favor*” na casa de amigos. O dinheiro acabou e ele não conseguia mais emprego. Nesta época, ela estava com 15 anos e já estava tendo seu segundo filho. Em seguida, souberam da possibilidade de construir em um terreno da Prefeitura, ao lado do terreno da irmã dele. Conseguiram construir um chalé bastante simples. A família dele mora bem próximo, mesmo bairro e quarteirão. Ela diz que começa a ter mais tempo para poder fazer amizades e que as pessoas não compreendem como ela tem 19 anos e quatro filhos. Ele fez vasectomia. Os filhos (o menor com < de seis meses) são cuidados por ela; ele trabalha diariamente ganhando salário mínimo (R\$ 180,00 em 2001).

Dina - Há dois anos está morando com o atual marido, na casa da sogra. Lá moram: sogro, sogra, avós, cunhadas, filhos. Aos 14 anos, teve sua primeira filha com um namorado; aos 17 anos teve uma filha com o atual companheiro. A primeira filha, hoje com quase 4 anos, mora com a mãe e avó dela, noutro bairro. Ela namorava há um ano, com um rapaz do bairro, que não era negro. Sua família fez pressão contra o namoro, pela diferença de cor; ela é negra e ele branco, com cabelos loiros. Diz que engravidou porque queria um filho desse namorado. Depois de dois meses sem menstruar, foi conversar com a mãe que a aconselhou ir ao médico. Uma vez confirmada a gravidez o namorado disse que o filho não era dele. A mãe e avó ficaram brabas com a gravidez, mas com o tempo a raiva passou. Quando a filha nasceu, mostrou ao pai da criança que a cor loira dos cabelos da criança eram iguais ao dele; isto seria uma prova de que ele era o pai. Ele hoje ajuda no sustento da criança quando quer; dá muito pouco. A menina tem medo do pai, porque a avó materna que a criou diz para ela fugir dele. Dina tem um novo companheiro, pai de sua outra filha. Ele trabalha noutra cidade e vem para casa a cada 15 dias. Dina vai muito pouco na casa da mãe ver a família dela e a primeira filha. Diz que não se sente mãe dela. A filha nem a chama de mãe, ainda que saiba quem é ela. Na casa de sua sogra tem problemas com a cunhada. Os pais de Dina nunca casaram

e vivem separados. A sua mãe tem outro marido. Com o seu pai, lembra de uma briga em que levou um tapa na cara. Não tem uma boa relação com ele. Dina estudou somente até a 2ª série do ensino fundamental. Nunca gostou de estudar.

Edileuza - Mora com o irmão num bairro bastante pobre. Tem mais seis irmãos. Já morou em vários lugares, porque diz que a mãe, quando se incomoda com os vizinhos, se muda; a mãe morava com ela e o irmão e foi para outro lugar. Ela tem quatro filhos, todos pequenos (o menor tem menos de 1 ano; a maior tem aproximadamente 4 anos). Já tinha experiência em cuidar crianças pequenas, ajudou a mãe e as tias no cuidado com os irmãos menores. Todos os seus quatro filhos são de pais diferentes. Com 13 anos começou a namorar e a transar. Depois de uma briga com o irmão, que sabia que ela transava com o namorado, a mãe ficou sabendo que Edileuza não era mais virgem e não apoiou o namoro. A mãe foi embora, por alguns meses, para uma outra cidade deixando ela e o irmão com a filha mais velha (irmã de Edileuza). Com o pai do seu primeiro filho ela namorou oito meses e foi morar com ele. Dois meses mais tarde ficou grávida pela primeira vez. Esta saída da casa da mãe foi parcialmente provocada por uma discussão em que a mãe deixou claro que não gostava do namorado e, durante a discussão, a aconselhou a ir morar com ele. Morou oito meses com o namorado, na casa da irmã dele. Quando sua filha tinha oito meses ela se separou e voltou a morar com a mãe. O ex-namorado não a ajuda no sustento da filha. Edileuza colocou-o na justiça para conseguir uma pensão mensal para a filha. Lembra da primeira gravidez como uma experiência divertida, pois as pessoas faziam brincadeiras com as mudanças de seu corpo. Antes de engravidar ela havia parado de estudar. Quando estava morando com o primeiro companheiro conheceu um amigo dele que veio a ser seu segundo companheiro, depois de estar separada há um mês do primeiro. Com este também teve um filho. Depois da separação ela estava morando com a avó, pois ela estava doente e precisava que alguém a cuidasse. A avó foi uma pessoa importante para Edileuza, porque dava bastante atenção à neta, ajudava financeiramente e fazia alguns contatos para ela arrumar trabalho. A avó morreu quando Edileuza já não podia mais cuidá-la, pois já estava grávida do terceiro filho. Quando estava com seu segundo companheiro, ele foi para Porto Alegre; eles não moravam juntos, somente namoravam. Quando ele se mudou, a convidou para ir junto, mas ela não quis e nem sabia que estava grávida dele. O namorado voltava quando podia e eles seguiam a relação. Com o tempo, ele começou a espaçar as vindas a Pelotas. Edileuza não contou sobre a gravidez. O filho de ambos já estava com dois anos e o Denilson (o terceiro filho, de outro parceiro) já tinha dois meses quando ele voltou; levou um susto quando soube que o outro filho era dele e que ela já estava com um novo filho de outro. O pai deste terceiro filho era um homem casado. Ao engravidar desse terceiro, ele negou a paternidade, dizendo que teria feito vasectomia. Mas ela soube que a esposa dele estava grávida novamente. Ele não apareceu mais depois que ela engravidou. Certo dia, ela o encontrou e ameaçou contar para sua esposa caso ele não a ajudasse financeiramente. Ele prometeu, em troca do silêncio, ajudá-la mas não cumpriu. O último companheiro, até nosso último encontro, ela conheceu em um baile. Estavam juntos há quase um ano quando ela contou que estava grávida dele. Rapidamente o namoro acabou. Ele viu seu filho uma vez e colaborou com doze caixas de leite. Edileuza soube notícias do ex-namorado (pai de seu segundo filho). Começou a ligar para ele e hoje namoram quando ele vem a Pelotas. Ele a ajuda dando dinheiro e alimento. Ela diz que sempre gostou dele e que hoje estão se dando bem. Ri quando me conta que ele pensa ser o pai deste último menino, mesmo que ela negue – parece um jogo que ela faz com ele, afirmando que não é rindo como se

confirmasse que sim. Ela afirma que tem vontade de trabalhar. Não está conseguindo emprego, segundo ela, porque não tem com quem deixar as crianças e por não ter escolaridade suficiente. Acaba achando tudo tão difícil que não procura efetivamente.

Lia - Os pais de Lia se separaram depois que fazia algum tempo que o pai fora preso. A prisão aconteceu quando ela tinha um ano de idade e ele saiu da prisão quando ela estava com cinco anos. Ela foi criada somente pela mãe, que por sua vez sempre bebeu muito. Aos sete anos ela começou a conviver mais com uma vizinha, que fazia o papel de mãe. Aos 11-12 anos seus pais resolveram retomar a vida de casados e ela lembra que ele é quem queria controlá-la. Mas a mãe começou a deixá-la sair algumas noites, quando ela tinha 12 anos, depois tentou prendê-la, mas foi difícil porque ela retrucava. Aos 13 anos Lia ficou grávida, pela primeira vez. Hoje ela tem três filhos, o mais novo com menos de 6 meses. Nenhum do mesmo pai. Mora sozinha na casa da sogra, que faleceu antes do filho ir preso. O companheiro está preso por ter assassinado um homem em um bar. Dos 13 para 14 anos ela teve sua primeira filha. Segundo ela, na primeira vez que transou ficou grávida. O pai dela a expulsou de casa. Dona Lia a ajudava, escondido do pai. Ela foi morar com o namorado, mas o companheiro (18 anos) fugiu depois que a criança nasceu. O fato de ter casado com esse último companheiro e ele ser um presidiário não agradou a família. O seu segundo companheiro, pai de sua segunda filha, morreu em um acidente de moto – na época da morte ela estava grávida. A última gravidez foi planejada enquanto o marido estava preso. Lia vai todas as semanas visitar o marido. Sua mãe cuida das crianças nestes dias. Pude presenciar uma das tardes em que a mãe cuidava as crianças: foi um caos, muito choro e uma gritaria. Segundo Dona Lia, Lia apanha do companheiro quando não leva drogas para a prisão.

Alice - Alice mora com a mãe, padrasto e quatro irmãos, nenhum do mesmo pai. A casa é bastante pobre, numa zona igualmente pobre da cidade. Ao lado mora uma tia e suas filhas, com quem ela convive diariamente. Em 1997, sua mãe estava grávida, do último companheiro, e Alice sabia que teria que ajudá-la com a criança. Aos 16 anos ela foi obrigada a parar de estudar porque a família não tinha mais como mantê-la na escola. Ela deveria ajudar em casa ao invés de estar tanto tempo fora da casa. A mãe solicitou que ela parasse quando faltavam dois meses para que ela pudesse completar a 7ª série do ensino médio. Quando indagada sobre os planos para o futuro, ela diz que quer ser babá: “*no momento é só o que eu posso ser*”. Nesta época, ela relatou que não gostava que o padrasto opinasse sobre suas saídas aos finais de semana. Com seu pai natural ela só conversou uma única vez, embora ele more no mesmo bairro. Diz gostar do local onde mora porque tem com quem conversar. Com 11 anos já havia ficado pela primeira vez (baile de carnaval) com um rapaz de 18 anos; ela mentia sua idade, dizia que tinha 13 ou 14 anos. Começou a sair para a noite, com 12 anos – freqüentava bailes do bairro, sempre acompanhada de pessoas mais velhas, condição imposta por sua mãe. Aos 14 anos, ela já podia sair com as amigas, sem a vigilância de pessoas mais velhas. Para entrar nos lugares ela tinha um documento falso, com a idade modificada para maior. Aos 14 anos ela transou pela primeira vez. Sempre teve tarefas definidas na casa: lavar roupa e arrumar a cozinha. Aos 15 anos estava, pela primeira vez, namorando “*sério*”, abrindo a oportunidade de namorar e *ficar* com vários, como de fato fez. O único que sua mãe apoiou era casado (tinha 24 anos), mas a mãe dela não sabia deste detalhe. Alice não se importava com isso, até que a esposa deste namorado começou a agredi-la verbalmente. O namoro acabou. Alice estava numa fase de querer aproveitar todos os momentos e relações sem compromissos: gostava de ir aos bailes seguidamente, já

conhecia os seguranças e tinha uma rede grande de amigos nestes locais. Nesta época, Alice estava trabalhando de babá de duas crianças. Quatro meses após, ela saiu do trabalho achando que a patroa estava explorando seus serviços. Com o dinheiro do trabalho comprou roupas para ela e para os irmãos. Na casa, somente o padraсто trabalhava eventualmente: caçava animais proibidos e revendia; e pescava. O terreno e a casa onde moram é de uma irmã da mãe da Alice, que mora ao lado, e ajuda a família dela. Conheceu o pai de seu filho numa destas saídas e engravidou. Com cinco meses, sua mãe veio lhe perguntar se ela estava grávida e ela confirmou. A mãe a aconselhou a fazer um aborto; ela tomou um remédio e passou o dia com dores. No final do dia, a mãe levou-a para o hospital, ela ficou internada e conseguiram salvar a criança (hoje com quase 1 ano). Com a “culpa” a mãe apoiou a continuação da gravidez. Alice segue morando com a mãe. O namorado vem visitá-la diariamente, mas como não está trabalhando ‘não podem casar’.

Ana - Seus pais são separados e não têm uma relação cordial. Ana foi criada desde os nove meses com a avó. Morou dois anos com a mãe e quis retornar para a casa da avó. Sua mãe tinha um companheiro (logo após a separação) que estava envolvido com drogas. O pai da Ana, que não podia ficar com ela, porque viajava constantemente, foi à justiça e conseguiu que a guarda da filha ficasse com a avó materna. A mãe se separou deste companheiro e hoje tem outro. Os pais evitam se encontrarem e se falarem. Ana diz que sempre foi amargurada com a separação dos pais e as constantes brigas deles. O pai, na adolescência, ajudava mais Ana com dinheiro. Este dinheiro, que era depositado numa conta que ela mexia, era gasto no seu lazer (pagava gasolina para a moto dos amigos, comprava coisas para comer, roupas etc.). Também era uma fonte de distinção dela para com os outros, pois os amigos não tinham essa mesada. A sua mãe e a sua avó avisavam que ela deveria economizar, que um dia poderia fazer falta. Ana hoje lembra com arrependimento a forma como valorizou aquele dinheiro. Com 14 anos, ela teve sua primeira relação sexual com o atual marido. A mãe soube porque ela contou. O namorado comprou alianças para o noivado, depois que a família soube da perda da virgindade de Ana. Ambos tinham 14-15 anos na época. Ele foi sempre seu vizinho. A mãe dela chamou o pai para uma reunião na casa da avó, quando foi comunicado pela ex-mulher que a filha não era mais virgem. Ela engravidou aos 14 anos e perdeu aos quatro meses – foi um aborto espontâneo. Parou de estudar. Começaram a vida de casal morando juntos na casa da mãe dele. Ela lembra que passava as tardes na casa das amigas e não fazia o almoço ou jantar para o companheiro. Ele chegava cansado do trabalho e ia fazer algo para comer. Nem a roupa, diz ela, lavava. A sogra reclamava disso. A mãe dela a aconselhou a mudar. Engravidou novamente e quando ganhou o primeiro filho foi morar no terreno onde ainda mora; foi dado pelo seu pai. A avó mora na casa da frente e é cuidada por ela. A tia materna lhe paga um salário para que ela cuide da avó. Nos fundos deste terreno Ana e seu marido estão construindo uma pequena casa. Eles moram num chalé bastante precário, que tem uma única peça. O pai tenta ajudá-la, mas ela se nega a receber dinheiro dele. Diz que é importante para ela que consiga tudo sozinha, porque era algo que seu pai nunca acreditou, nem no casamento. Isso se tornou uma questão de orgulho/honra para ela. O marido, por vezes, acha que eles deveriam receber ajuda. Ana faz faxinas (bastante esporádicas) e vende Avon. O segundo filho veio quando ela tinha 17 anos. O marido trabalha como pedreiro (construção de casas, apartamentos) e ganha salário mínimo. Os dois filhos (> de 1 ano e < 1 ano) estão sob os cuidados dela na maior parte do tempo. O marido tem mais contato com eles nos finais de semana, quando está em casa. Ela agora quer retomar os

estudos, porque entende que vai ser difícil conseguir um emprego melhor se não tiver concluído o ensino fundamental e médio.

Cássia - Sua família é bastante ativa no bairro. Seu pai é o presidente da associação de moradores e sua mãe o ajuda nas promoções que fazem. Cássia cresceu ajudando-os. Ela dá aulas em casa para as meninas do bairro que não podem pagar academias. As aulas são dadas na garagem de sua casa. Seus pais, principalmente seu pai, não deixavam Cássia sair quando mais nova e, muito menos, ir aos bailes. Ela é a sua filha preferida e mais velha. Cássia não desobedecia e só começou a namorar com 14-15 anos. O namorado foi à sua casa pedir licença para seus pais e o seu pai saiu de casa, para não ter que conhecê-lo. Cássia lembra disso com humor, pois para ela foi mais uma cena de ciúmes dele. Sua mãe está sempre por perto dela. Dona Cássia, mãe de Cássia, tem mais três filhos. Cássia a ajudou a criá-los e cuida ainda hoje se a mãe precisa. O pai dela trabalha como serigrafista. A mãe não trabalha. A relação de Cássia com os pais é bastante carinhosa. Na adolescência, como ela diz, se referindo aos seus 17 anos, ela estava deprimida. Tomou calmante, mas ficara agressiva com todos. Já namorava o atual companheiro e lembrou que ela manipulava-o; caso ele discordasse de algum pedido ela brigava com ele. O mesmo ela fazia com a sua família. Decidiu morar com o namorado, quando engravidou. Foram morar sozinhos em um bairro de periferia, bastante perigoso, e por não se adaptarem, voltaram logo para o bairro onde ela foi criada. Nesta volta, eles se separaram por quatro meses. Cássia começou a trabalhar como empregada doméstica. Morou no emprego e cuidava de duas crianças. Não era paga como combinado e não tinha horário de trabalho. Nesta época, se sentiu bastante enfraquecida, a depressão aumentou e quando conseguiu deixar o emprego ela estava fisicamente debilitada. Foi quando ela e o namorado voltaram a se relacionar. Ela engravidou aos 16 anos, mas perdeu – aborto espontâneo. Teve muitos “*alarmes falsos*”; sentia-se grávida mas os exames não confirmavam. Ela acredita que foram vários abortos. Os pais de Cássia, quando ela e o companheiro voltaram, cederam a casa onde moravam. Alugaram uma outra casa mais distante, mas ainda perto da filha. O seu companheiro trabalhava fazendo serviços externos de limpeza. Cássia engravidou e passou boa parte da gravidez em repouso, em função dos sangramentos. Ao final da gravidez, ela decidiu morar na casa dos pais, pois iriam fazer um negócio em família.

Estela - Ela tem uma profunda ligação com a mãe. Sempre que pode está na casa da mãe e faz questão de morar próximo a cada dela. Seus pais se separaram quando ela tinha três anos. Sua mãe não tinha condições de ficar cuidando de todos os filhos e uns foram para um orfanato e ela foi morar com o irmão da mãe, que era casado. Aos cinco anos sua mãe conseguiu ter uma posição financeira melhor com um novo companheiro. Buscou os filhos para morarem com eles. Durante o tempo que esteve na outra casa, Estela lembra que era tratada como um bicho, pois andava sempre suja, quase não comia (os vizinhos é que lhe davam) e tinha muitos piolhos nos cabelos. Também fazia a limpeza das panelas. Sua mãe não sabia destas condições, embora a visse em alguns finais de semana. O novo padrasto foi como “pai” para ela, mas na adolescência tiveram algumas brigas consideradas sérias. Ela não podia sair à noite, somente domingo ia ao Bailão (uma boate popular). Seu padrasto era a pessoa mais proibidora da casa. Como ele trabalhava à noite, ela, as amigas e a irmã iam para o Bailão. Transou a primeira vez com 14 anos; foi com seu primeiro namorado, que morava no mesmo bairro. Foi algo que foi conversado entre os dois. Estela lembra que trocaram carinhos durante uma semana para depois ela permitir que chegassem a uma relação sexual com penetração. A

irmã mais velha descobriu uma cartela de anticoncepcionais e contou para Dona Estela que ela havia perdido a virgindade. A mãe não acreditou, Estela mentiu. A irmã ficou com os comprimidos e Estela engravidou aos 14 anos. Foi obrigada, pela família, a fazer aborto. Seu padrasto deu duas opções: ou ela fazia o aborto e seguia morando com eles, ou ela saía de casa, sem receber qualquer ajuda deles. Ela fez aborto tomando Cytotec, financiado pelo padrasto, com o apoio da mãe. A família dela não estava de acordo com o namoro, pois ele era mulato e pobre, com uma mãe alcoólatra (Estela é loira). Depois deste acontecimento, o controle diminuiu e ela começou a sair mais para a noite. Conheceu o pai de sua filha, noivou, brigou com o padrasto e foi morar com o noivo na casa da mãe dele. Lá brigou com a família dele. Dona Estela a convidou para voltar para casa. Com o passar do tempo, ela começa a brigar também com o companheiro. Engravidou enquanto estava morando na casa da mãe do companheiro. Antes de Alice nascer ela teve um outro aborto, este foi espontâneo e ela não sabe exatamente por que ocorreu. Começou a sangrar e ao chegar no hospital fizeram a curetagem, pois não havia mais solução. Passado algum tempo, ela descobriu que o pai da sua filha saía com outras mulheres. Ficou com ele por dois anos. Houve a separação e ela voltou para morar na casa da mãe. Lá recebeu o maior apoio de Dona Estela, pois a mãe diz ter passado por coisa semelhante. A filha (Alice) nesta época estava com três meses. Passada a depressão ela voltou a sair e conheceu o atual marido. Com este não tem filhos e ele cuida da Alice com se fosse o pai biológico. Ela não trabalha, moraram em uma casa emprestada pelo patrão dele; meses após, se mudaram para o bairro da mãe – onde Estela se sente mais à vontade e segura. O pai biológico de Alice (de quase 3 anos) vê a filha pouco e Estela diz que ele ainda mexe com ela (como se ainda gostasse dele).

Ruth - Quando a conheci, Raquel morava com a mãe e o padrasto, mais duas irmãs e um irmão menor, todos menores que ela. Era uma jovem bem conhecida na rua por seu jeito namorador. Também era conhecida por sua constante necessidade de se diferenciar das outras pessoas do local, querendo mostrar-se mais arrumada e mais bonita que as demais. Sua mãe era tão conhecida quanto sua filha por suas possíveis histórias de traição. Ruth já namorava há dois anos com um vizinho e estavam pensando em casar. Ao contrário de sua família, a família do namorado é bastante religiosa e respeitada no local. Dona Ruth me dizia que esperava que eles não fizessem “bobagem”, ou seja, engravidar, casar e não dar certo. Queria que a filha estudasse mais um pouco, terminasse o ensino fundamental, já que a filha não demonstrava habilidades para os estudos. Ruth dizia que o seu namoro era regado a brigas pelos ciúmes. Brigavam muito; mantinham um jogo constante de sedução e vingança (*ficavam* com outras pessoas quando estavam brigados). Ruth, no entanto, afirma que ela sabia jogar melhor que o namorado. Essa história entre eles se arrastou até os 16, quando ela engravidou, justamente no momento em que o namorado resolveu tentar uma vida melhor na capital do estado, deixando-a insegura. Com a gravidez, ele retornou a Pelotas e ambos retomaram a relação diária. Quando as famílias ficaram sabendo da gravidez de Ruth, os conselhos eram de que deviam “assumir” o que fizeram e ter mais obrigações para com as conseqüências desse ato. O namorado assumiu a posição de provedor e foram morar juntos, na casa de Dona Ruth, depois de um tempo vivendo cada um em sua casa. Mas quando a primeira filha nasceu ele voltou atrás e afirmava que a menina não era dele e que não iria mais dar seu nome. As famílias intervieram e ele retomou sua posição inicial. Depois de dois anos, quando ela já estava grávida de uma segunda criança, ele comprou uma casa na rua onde moram. A mãe e o padrasto de Ruth ajudam bastante no

cuidado das crianças (3 anos e 1 ano aproximadamente). Ruth não quis mais retomar os estudos, já que não gostava, e nem pode trabalhar alegando não ter com quem deixar as filhas.

Carmem – A jovem, com 15 anos, morava com a mãe, a irmã de 11 anos, a avó, as tias, um primo e sua noiva de 17 anos, que estava grávida. O pai não é citado; é separado da mãe há anos. É também uma jovem que fala pouco. Todos moram no mesmo terreno que é dividido entre a casa da avó e tias, e na casa da mãe da Carmem. Aos 13 anos Carmem trabalhou em uma farmácia; foi algo temporário e o seu dinheiro era gasto com ela, na compra de roupas ou objetos pessoais. Carmem não tem muitas amigas, diz que preferia voltar para a zona rural, pois lembra como era bom morar lá. Com 11 anos *ficou* a primeira vez. Nos seus 15 anos fez uma festa e grande parte dos convidados eram familiares; tinha na época um namorado (de 20 anos). Segundo sua amiga, foi o rapaz que não quis mais seguir com o namoro – Carmem não fala quase dele. No bairro todos falam mal de todos, há muitas fofocas. Acha que as pessoas da cidade não são amigas e dessa forma permanece mais fechada, dificultando suas interações sociais. Prefere fazer amizade com os meninos. Diz que as jovens, que moram por ali, não são mais virgens e falam mal dela porque ela se diz publicamente virgem. Ela se utiliza de palavras de uso vulgar sem constrangimentos para contar os acontecimentos. Tanto ela quanto a amiga mais próxima procuram fazer com que os meninos do bairro gostem mais delas do que das outras meninas. Assim, elas ganham proteção deles contra as fofocas das outras, têm sempre amigos para saírem e podem ficar com eles. Carmem começou a namorar com 15 anos; aos 15-16 anos ela estava *ficando* com um menino do bairro e acabou por namorá-lo. Aos 15 anos também engravidou deste namorado e foi morar na casa dos pais dele. Um fato interessante é que ela não namorava na sua casa, somente na casa dele. Ela parou de falar com a melhor amiga desde então. Sua filha estava com mais de dois anos.

Cláudia - Esta jovem foi a mais tímida e difícil de ser entrevistada. Foram cinco contatos (três entrevistas e dois contatos breves) e os dados sobre as relações familiares foram difíceis de serem captados; sua mãe estava nos dois encontros e também falava pouco. Desde os cinco anos mora no mesmo bairro. Conhece muita gente por lá e tem familiares nas redondezas. Mora com a mãe, o irmão mais velho, o filho e o marido. Começou a *ficar* com 14 anos e aos 15 começou o namoro com seu atual marido. Disse que ela o cuidava em um baile e começaram a *ficar*; o namoro durou um ano e poucos meses. Ele ia à sua casa diariamente e seguidamente ele dormia lá. Aos oito meses de namoro começaram a ter relações sexuais. Ela engravidou e ele continuou na sua casa. Antes de engravidar ela não estava bem nos estudos e os interrompeu na 7^a série. Retornou a estudar depois do filho estar com mais de seis meses. Usa o filho como desculpa para não poder ir nos dias de provas e assim consegue mais tempo para estudar e fazê-las depois. O marido trabalha fazendo biscates. Ela também não consegue emprego, somente faz faxinas esporádicas. A mãe é que mantém a casa com a ajuda do irmão mais velho. Dona Cláudia ajuda bastante a filha no cuidado do filho. O jeito de falar de Cláudia parece ser agressivo; responde de uma forma direta e desconfiada. Seu marido é mais velho três anos que ela; ele é negro e ela é branca. Dona Cláudia parece o tipo de mulher passiva e conformada. Cláudia trata a mãe com certa agressividade ao perguntar ou pedir para que ela faça algo para o neto. A mãe, por sua vez, nada fala e a olha com ar de quem já está acostumada ao jeito da filha. Cláudia diz que sente muito a falta do seu filho, se sai sozinha para a casa das amigas. O marido, pelo que pude

perceber, ajuda bem pouco nos cuidados, durante o dia, faz algumas coisas como: mamadeira e alcançar o que os outros precisam. Eu senti que Cláudia é mais insegura que outras meninas, em relação ao seu marido – como se ainda não confiasse nele (uma vez soube de uma traição dele). Ela se classifica como ciumenta com todos.

Vick - Aos 15 anos Vick morava com a família (mãe, pai e duas irmãs menores de três e oito anos, e dois maiores de 18 e 22 anos). Estudava, estava cursando o ensino médio à noite. No trabalho de casa ela era a responsável pela louça e pela sua cama; quando a mãe não podia fazer comida era ela quem fazia. Fora estas responsabilidades dormia muito. Aos 15 anos, nos finais de semana, saía à noite com as amigas para outro bairro, onde tem duas boates com grande afluência de jovens de toda cidade. Ela disse que com 14 anos estava autorizada para sair à noite sozinha com as amigas. Foi com 12 anos que ficou pela primeira vez. Também com essa idade ia ao baile com a irmã mais velha; na época, a irmã estava com 18 anos. Segundo sua mãe foi uma decisão do pai de Vick e ela respeitou, mas não achava correto, o adequado seria somente aos 18 anos. Vick tem um irmão que nesta época estava querendo controlá-la. Saíam juntos e ele vigiava seu comportamento; controlada ela reagia dizendo gostar da liberdade. Seu primeiro namorado “não sério” durou três meses; seu pai nem soube. Com 15 anos estava namorando um rapaz do bairro. Suas amigas são as amigas da sua irmã e outras jovens mais velhas (17/19 anos) que moram no mesmo local. Sobre drogas e sexo conversou com a irmã mais velha. No bairro onde mora há traficantes e a convivência com a compra, venda e os usuários são recorrentes. Ela chegou a experimentar cocaína e maconha, mas não “pegou” vício. Com o tempo, foi se desinibindo e fazendo facilmente amigos e conhecidos. Foi a irmã mais velha quem ouviu suas dúvidas sobre perder a virgindade. Sua primeira relação sexual foi com o primeiro namorado “sério”. Já tinha tido algumas intimidades com o namorado anterior, quando ela tinha 13 anos, que havia tentado convencê-la – quase acontece – mas ela explicou que na hora não se sentiu preparada e se negou. Antes de começar o namoro sério eles só *ficaram*, durante uns três meses. Foi com ele que teve sua primeira relação sexual. O namoro durou quatro anos e alguns meses. Foi uma relação bastante conflituosa. Era ela quem dominava os passos do namoro e do namorado. As brigas eram constantes por motivos que vão desde traições a não frequentar determinados lugares. Os amigos participavam do namoro dando opiniões e fazendo fofocas, mas pouco conseguiram ajudar ou interromper a relação. Logo que o namoro tornou-se sério, ela dormia diariamente na casa dele. Ele morava com a avó e a mãe – ambas consentiam e não se intrometiam. Ela tinha liberdade dentro do quarto dele e ele quase não frequentava a casa dela. Na sua casa nada disso foi discutido e nem proibido. Ela dormia à noite com ele, voltava pela manhã e dormia até às 13:00h; à tardinha ia para a escola. Quando voltava da escola ia para a casa do namorado. Vick não se intimida para descrever as situações e a si mesma; usa sempre o verbo de forma impositiva e presente: eu vou; eu quero; eu faço. O namoro tumultuado de anos acabou. Foi quando Vick resolveu começar a se divertir em outros locais. A irmã estava trabalhando e morando em Jaguarão e ela começou a ir passar os finais de semana com a irmã. Lá conheceu um homem 20 anos mais velho do que ela. Começou a namorá-lo, mesmo afirmando não gostar dele. No entanto, pensa que é uma relação que pode ajudar a esquecer o namorado anterior. Esse homem lhe financia todos os gastos e, com ele, ela decidiu ter um filho até dezembro de 2001. Largou o trabalho que havia conseguido aos 18 anos (secretária em consultório médico), o estudo - já estava rodada (3º ano do ensino médio) e engravidou em dezembro do ano que ela queria. Ela, anteriormente, havia engravidado do namorado, mas ele pediu que ela

abortasse – ela perdeu espontaneamente a criança com dois meses de gravidez. Hoje ela descreve seu envolvimento com o pai de seu filho como uma relação mais segura e tranqüila financeiramente. Os pais de Vick têm uma relação peculiar. A mãe, de 44 anos, é apaixonada por um ex-namorado da juventude; guarda uma foto dele na sua carteira e ultimamente mantinha encontros com ele. O pai de Vick, que tem 20 anos a mais do que sua mãe, sabe desta paixão e os filhos também. Nenhum filho interfere nesta relação da mãe. Vick mencionou que se acha bastante parecida com o pai, pelo jeito explosivo e decidido de ser – mas, ao contrário de sua descrição, ela relata situações em que ele se mostra um homem quieto e acomodado no casamento.

Sula - Seus pais são separados e tiveram nove filhos. Sula já morou em vários lugares da cidade e num bairro fora da zona urbana. A mãe não deixava ela ir a baile. O tratamento entre os filhos homens e as filhas mulheres era bastante diferenciado – eles podiam sair e elas não. A primeira vez que foi a um baile, ela tinha 17 anos; combinava com o irmão e a cunhada para poder ir – eles não contavam para a mãe dela. Com 18 anos ela transou pela primeira vez. Meses depois ela conheceu seu atual companheiro. Ficava, às vezes, na casa dele, sem que a mãe lhe desse permissão. Ia aos bailes e não voltava para casa. A irmã mais velha soube que ela estava grávida e contou para a mãe. Dona Sula foi na casa do namorado indagar se a filha estava lá e descobrir se realmente estava grávida. Sula negou, a mãe não acreditou e perguntou se ela queria abortar e ela respondeu que não. O irmão mais velho de Sula também a controlava, tanto quanto a mãe; certa vez, ela discutiu com ele sobre o motivo da interdição dos bailes e a resposta dele foi bater nela. Hoje, depois de amigada, Sula se diz mais presa do que quando morava com a mãe. Sula já tinha experiência de cuidados com crianças pequenas, ajudava a irmã cuidando dos sobrinhos. Engravidou, sem planejar, aos 18 anos. O namorado não usou camisinha e ela não tomava anticoncepcional. Ela afirma que ficou grávida na primeira transa deles. O namorado disse que queria ter um filho, porque ela ficava só dentro de casa controlada pela mãe. O filho nasceu aos sete meses (eu “*bebi quentão*”). Mora com a sogra, que é viúva, e os cunhados. Sua cunhada tem seis filhos. A sogra a ajuda pouco nos cuidados com o filho. A casa é bem pequena e insalubre (muita umidade e mofo em todas as paredes). O pai de Sula não conhece seu companheiro, viu o neto somente duas vezes, quando foi fazer uma instalação e realizar um conserto de telefone na casa da sogra dela. Sua mãe, atualmente tem um namorado. Sula vai ficar algumas poucas vezes na casa da mãe. Ela evita contar para a mãe como está achando ruim seu casamento, porque sabe que a mãe sempre falou contra esta união. Desiludida com o casamento, lembra, quando foi internada para ganhar o filho, que o companheiro não foi ao hospital. Sua mãe nunca gostou e não gosta do seu companheiro, pois não é um provedor; tem 16 anos e segue fazendo coisas de crianças. Por outro lado, a mãe do companheiro dela fala da Sula como ela sendo também uma grande irresponsável. Como uma mãe parcial, ela elogia apenas o filho, dizendo que ele é inteligente porque conseguiu voltar a estudar em 2001 e passar da segunda série do ensino fundamental para a quarta série.

ANEXO 2 - LISTA DE ASSUNTOS/ ROTEIRO DE ENTREVISTA

Escola/profissão

- o quão envolvido está na vida da escola; é importante, por que?;
- recebeu na escola; acha que deve ter; onde mais recebe educação sexual, seja formal ou informal;
- que idade/época que começou a se informar e/ou interessar por sexualidade (ou forma os amigos que falavam e aí começou o interesse);
- pais ajudam a fazer tarefas, acham escola importante, não falam nada;
- participam das atividades da escola (reuniões, festas - controle);
- como é o controle, estrutura de escola;
- emprego: quer conseguir, já trabalha, como conseguiu; o que os pais falam, contribui a renda domiciliar, tem o seu próprio dinheiro;
- o que quer ser ou fazer no futuro? Algo ligado à escola?

Família e trajetória domiciliar

- gosta de onde mora; como são as relações e lazeres no bairro; tem amigo no bairro; transita por outros bairros;
- eventos importantes na família;
- ascensão ou descenso social (trabalho, casamento, desemprego, doença etc.);
- introdução da namorada/o em casa vs relações com a mãe e pai;
- relação entre gerações: ‘conflito’; com qual geração?; gênero está presente nisto?;
- responsabilidades: casa/higiene; irmãos menores;
- composição da família;
- relações conjugais dos pais;
- papel do homem na família; marido fica em casa, faz decisões, ajuda nos cuidados da casa, conversa com filhos?;
- como são as relações familiares; quais valores?;
- novo casamento dos pais – como reagiu/e?;
- controle para sair; mudanças no controle e por que? Diferenças de gênero?;
- relação com os irmãos/ãs;
- mulher/mãe trabalha? Por que?;
- conversas/confidências em casa e com quem?

Privacidade

- tem privacidade na casa? Para que atividades?;
- Independência/autonomia adquirida como? ou necessária para...?

Amigos/vida social/socialização

- tipos de amigos (idade, comportamento, diferenças culturais, valores, classe etc.);
- como avalia as amizades, como as mantém;
- opinião sobre o comportamento de outros não-amigos;
- mulheres mais liberais? O que pensa?;
- locais de lazer; o que faz e com quem;
- considera pais/outros adultos como parte da rede de amigos?;
- violência no bairro; o que acha sobre o que acontece na cidade e no mundo de modo geral;

- fofocas (de que tipo, comparações, o que acha, como maneja);
- sentiu pressão dos amigos para? (ficar namorar, transar, se opor a algo/assunto, etc.).

Intimidade/Tipo de relacionamento

- ficar, transar; ficar/sem transar; namorar/transar; namorar/sem transar ...; noivos; morando juntos; casados;
- quando começou (idades) a ficar, transar, namorar? Medos e prazeres? Negociação;
- diferenças entre homens e mulheres sobre esse tema;
- postura pais (falam? São contra ou a favor?);
- estereótipos – quais menciona e em qual sentido?;
- amor/ paixão como define – já ocorreu?;
- ciúmes, fidelidade, traição – o que pensa e como se coloca;
- ‘fazer os lados’ – faz ou tem quem faça para ela;
- usa o ficar ou histórias sobre o ficar para se mostrar, se impor, negociar mais poder no seu contexto;
- o ficar ou a intimidade apresenta algum tipo de desafio, de coragem;
- dinâmicas de poder e controle entre namorados/casados, como e o que é negociado - quem controla e o que, por que?;
- virgindade é importante?;
- é romântica, como demonstra romantismo;
- como burlar controles familiares ou de amigos quando namora;
- o namoro e os estudos são incompatíveis?;
- o namoro está contextualizado de alguma forma em planos para o futuro, o que fala, receios, medos;
- conhecimento (como adquiriu) e uso de contraceptivos.

Gravidez

- relação com “nova família”: sogro/sogra/cunhado(a);
- explorar a diferença entre as/os meninas que “querem” começar uma nova família. Os meninos costumam assumir, qual o tipo de homem que não assume?;
- o que mudou e o que ficou melhor ou pior com a gravidez;
- fez ou teve algum aborto – com ajuda, pressão (de quem?), crítica, rejeição?;
- teve mais parceiros, novos filhos.

Adolescente-adulto

- como descreve?;
- como é ser adulto e ser jovem?;
- tem compreensão do mundo adulto?;
- relações com adultos.

ANEXO 3 – CAPA REVISTA ÉPOCA (APROVEITAR A VIDA)

ISS 6,00

ÉPOCA www.epoca.com.br

R\$ 5,90 Nº 280 29 setembro 2003

SYLVIO PEREIRA LIMA,
75 anos, que nada uma
hora por dia e viaja
de moto pelo país

A CRISE DO VICE
Como a MP dos
transgênicos virou
briga de governo

**ETERNAMENTE
JOVEM**

COMO OS HOMENS DE HOJE PODEM VIVER MAIS,
MELHOR E COM MAIS SAÚDE QUE SEUS PAIS.
E APROVEITAR A VIDA ATÉ OS 80 ANOS

■ OS 20 MANDAMENTOS PARA MANTER A SAÚDE E A CABEÇA EM DIA
■ ESPECIALISTAS CONTAM COMO RETARDAR O ENVELHECIMENTO
■ A RECEITA PARA CHEGAR EM FORMA À TERCEIRA IDADE E FAZER O QUE QUISER

EDITORIA
GLOBO

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

ANEXO 4 – CAPA REVISTA VEJA JOVENS

